

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
**RICARDO OLIVEIRA DOS SANTOS**

GOVERNANDO O INTERNACIONAL ATRAVÉS DAS OPERAÇÕES DE PAZ DAS  
NAÇÕES UNIDAS: *PEACEBUILDING* COMO INSTRUMENTO DE LIMITES E PODER  
NA MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA  
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

RIO DE JANEIRO  
2018

RICARDO OLIVEIRA DOS SANTOS

GOVERNANDO O INTERNACIONAL ATRAVÉS DAS OPERAÇÕES DE PAZ DAS  
NAÇÕES UNIDAS: *PEACEBUILDING* COMO INSTRUMENTO DE LIMITES E PODER  
NA MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA  
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Tese de Doutorado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional.

Orientador: Daniel de Pinho Barreiros

RIO DE JANEIRO  
2018

## FICHA CATALOGRÁFICA

S237 Santos, Ricardo Oliveira dos.

Governando o internacional através das operações de paz das Nações Unidas: Peacebuilding como instrumento de limites e poder na missão de estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo / Ricardo Oliveira dos Santos. – 2018.

350 p. ; 31 cm.

Orientador: Daniel de Pinho Barreiros

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2018.

Bibliografia: f. 278-314.

1. Nações Unidas. 2. República Democrática do Congo. 3. Operações de Paz. I. Barreiros, Daniel de Pinho, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 341.23

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário: Lucas Augusto Alves Figueiredo  
CRB 7 – 6851 Biblioteca Eugênio Gudin/CCJE/UFRJ

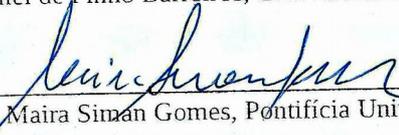
RICARDO OLIVEIRA DOS SANTOS

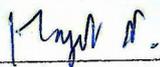
GOVERNANDO O INTERNACIONAL ATRAVÉS DAS OPERAÇÕES DE PAZ DAS  
NAÇÕES UNIDAS: *PEACEBUILDING* COMO INSTRUMENTO DE LIMITES E PODER  
NA MISSÃO DE ESTABILIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA  
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

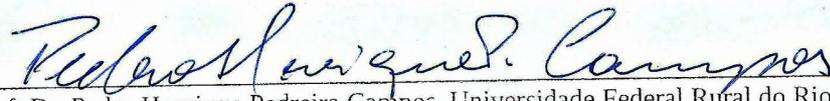
Tese de Doutorado apresentada à banca  
examinadora do Programa de Pós-Graduação  
em Economia Política Internacional da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como  
parte dos requisitos necessários para a  
obtenção do título de Doutor em Economia  
Política Internacional.

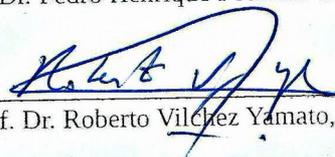
Aprovada em 26/03/2018

  
\_\_\_\_\_  
(Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Presidente))

  
\_\_\_\_\_  
(Prof. Dra. Maira Simão Gomes, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

  
\_\_\_\_\_  
(Prof. Dr. Numa Mazat, Universidade Federal do Rio de Janeiro)

  
\_\_\_\_\_  
(Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

  
\_\_\_\_\_  
(Prof. Dr. Roberto Vilchez Yamato, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

A Deus, toda a honra e glória, ontem, hoje e sempre.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, meu Senhor e Salvador, Soberano, porque Dele e por meio Dele, e para Ele são todas as coisas. A Ele, pois, a glória eternamente. Até aqui Ele me ajudou e por isso eu não poderia deixar de iniciar os meus agradecimentos à Aquele que, antes mesmo do meu nascimento, tem sido o meu refúgio, fortaleza e socorro em todos os momentos. Sempre me faltarão palavras adequadas e suficientes que consigam expressar plenamente toda a minha gratidão a tudo o que Ele me permitiu durante o meu doutorado, mestrado e graduação. Deus, mais uma vez, muitíssimo obrigado por absolutamente tudo!

Agradeço a minha esposa, Angélica, pelo amor, carinho, atenção e dedicação ao longo de minha jornada acadêmica. Sua compreensão, companheirismo e suporte foram fundamentais para que eu caminhasse até aqui. Agradeço também a Deus pela vida da minha pequena filha Manuela, ainda em gestação. Eu amo demais vocês, minhas meninas! Agradeço também a toda a minha família, em particular a minha mãe, Valéria, fonte de grande inspiração e modelo de empenho, dedicação e lutas na vida. Muito obrigado pela referência de vida que a senhora representa para mim. Agradeço ao meu pai, Osvaldo, meu irmão Rafael, e, minha avó, Clea pela alegria de vivermos unidos em família.

Agradeço ao orientador e amigo Daniel, não apenas pelos frutíferos e enriquecedores debates ao longo desta Tese de doutorado, mas pelas oportunidades concedidas de me tornar um pesquisador e docente melhor. Sou muito grato por todo o seu suporte institucional e pessoal concedido ao longo destes quatro anos no PEPI/UFRJ. Agradeço aos demais integrantes da banca. Pedro Campos pela participação na qualificação de doutorado há, aproximadamente, dois anos atrás, e pelos importantes comentários à época que incrementaram a pesquisa desde então. Ao Numa que prontamente atendeu à solicitação para integrar a banca e pelas valiosas contribuições oferecidas nas disciplinas de Economia Política e Geopolítica. Agradeço à querida Maira por toda a amizade, parceria docente e pelos projetos em conjunto. Tem sido um grande privilégio e fonte de crescimento pessoal trabalharmos em algumas iniciativas. Que elas se prolonguem e permaneçam por muitos anos! Ao querido Beto por aceitar integrar a banca e se mostrar sempre atento e disposto a ajudar os discentes do IRI/PUC-Rio e demais instituições de ensino superior.

Agradeço ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Local onde conclui a minha graduação e mestrado e, que, recentemente, me integrou como professor do quadro complementar e como coordenador adjunto da graduação. Não tenho como expressar minha gratidão a todos os professores, funcionários e alunos que contribuíram para que eu exerça estas funções tão nobres e que muito me honram diariamente. Muito obrigado a PUC-Rio por ser a minha *alma mater*, possibilitando, desta forma, que eu me desenvolva constantemente como ser humano. O princípio que rege a universidade é o mesmo que eu venho professando - *Alis Graves Nil*: aquele que está debaixo das asas do conhecimento de Deus, vai ao infinito, pois à Ele pertencem as chaves do conhecimento e todas as coisas.

De igual modo, sou imensamente grato a Universidade Federal do Rio de Janeiro pela oportunidade concedida de ingressar no doutorado em Economia Política Internacional e por exercer, durante dois anos, o cargo de professor substituto no Departamento de Ciência Política. Foram os anos iniciais na minha carreira docente (os mais intensos) e, graças a esta instituição, eu consegui construir uma linda história de afeto, amizades e grandes companheiros discentes e docentes. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a agência do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), pelo fomento desta pesquisa científica. Sou grato pelas oportunidades financeiras concedidas para que eu pudesse, em diferentes momentos, compartilhar os resultados preliminares desta Tese, seja no Brasil ou no exterior.

Agradeço aos meus amigos discentes e docentes do IRI/PUC-Rio, PEPI/UFRJ, DCP/UFRJ e demais instituições de ensino superior no Brasil e no mundo em que tive a oportunidade de lecionar e/ou estudar. São muitos e, com receio de cometer qualquer tipo de injustiça, eu quero que todos se sintam igualmente contemplados nestes agradecimentos. Aos meus queridos alunos do CCOPAB, DCP/UFRJ, IRI/PUC-Rio, PUC-Minas e IUPERJ. Também são muitos e os agradeço individualmente pelo carinho, amizade e aprendizado mútuo. Aos funcionários do IE/UFRJ e do PEPI/UFRJ por tornar o doutorado uma tarefa muito mais fácil, em especial o Fábio Bernardino e Guilherme Santana. Agradeço a todos que participaram direta e indiretamente do desenvolvimento desta pesquisa. Em especial, agradeço à R.B.J. Walker pelos comentários construtivos e precisos na Escola de Inverno da *International Political Sociology*. Agradeço novamente à Maíra Siman pelas ideias e reflexões no *Global South Workshop*.

## RESUMO

SANTOS, Ricardo Oliveira dos. **Governando o Internacional Através das Operações de Paz das Nações Unidas: *Peacebuilding* como Instrumento de Limites e Poder na Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo.** Rio de Janeiro, 2018. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

O tema central da pesquisa gira em torno da compreensão do poder exercido pelas Operações de Paz das Nações Unidas sobre o internacional. Desta forma, a Tese dedica particular atenção para os projetos de *peacebuilding* desdobrados a partir de 2010 na República Democrática do Congo (RDC). A hipótese conclui que o principal elemento do poder executado pela Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) reside na produção de limites, materiais e imateriais, no processo de construção da paz, que por sua vez, incidem tanto no nível interno e externo do Estado congolês. Com base no método genealógico desenvolvido por Michel Foucault, a Tese argumenta que tais limitações, praticadas por este instrumento multilateral responsável pela gestão e resolução de conflitos, estão relacionadas às múltiplas governamentalidades desenvolvidas por atores estatais e não estatais. Neste sentido, a pesquisa advoga que as diversas racionalidades de governo introduzidas pelas Nações Unidas a partir do século XX são responsáveis não apenas pela gestão de indivíduos e sociedades na RDC, mas também pela perpetuação de um quadro de repressão, sujeição e submissão que se manifesta no dia a dia. A pesquisa visa compreender como as iniciativas humanitárias, desenvolvimentistas e de segurança avançadas pela MONUSCO se perpetuam diariamente na população congoleza, produzindo limites e possibilidades de ação para indivíduos e sociedades, inviabilizando, desta forma, as iniciativas de estabilidade no curto, médio e longo prazo.

Palavras Chave: Internacional; Limites; Poder; Nações Unidas; Operações de Paz; *Peacebuilding*; República Democrática do Congo.

## ABSTRACT

SANTOS, Ricardo Oliveira dos. **Governing the International Through United Nations Peace Operations: Peacebuilding as a Boundary and Power Instrument in the United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo.** Rio de Janeiro, 2018. Thesis (International Political Economy PhD Program) – Institute of Economics, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

The main topic of the research revolves around understanding the power exercised by the United Nations Peace Operations over the international. In this sense, special attention will be given to the peacebuilding projects developed since 2010 in the Democratic Republic of Congo (RDC). The hypothesis states that the main element of the power executed by the United Nations Stabilization Mission in the Democratic Republic of Congo (MONUSCO) lies in the boundaries making, both material and immaterial, during its *peacebuilding* process, affecting both the internal and external sides of the Congolese state. Based on the genealogical method developed by Michel Foucault, the thesis argues that this boundary practices advanced by this multilateral instrument responsible for maintaining peace and security, are related to the multiple governmentalities established by state and non-state actors. In this sense, the research argues that the diversity of governmental rationalities introduced by the United Nations since the 1940's are responsible not only for governing individuals and societies, but also for perpetuating a framework of repression, subjection and submission. The research aims at understanding how the humanitarian, development and security activities disseminated by MONUSCO perpetuate on, a daily basis, such boundaries and possibilities of action to individuals and the Congolese society, rendering unfeasible peace stability in the short, medium and long term.

Keywords: International; Boundary; Power; United Nations; Peace Operations; Peacebuilding; Democratic Republic of the Congo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura da Liga das Nações	139
Figura 2 – Estrutura das Nações Unidas	149
Figura 3 – Limites e Fronteiras Europeias Após o Congresso de Viena em 1815	196
Figura 4 – A África Antes da Partilha em 1885	203
Figura 5 – A África Após a Partilha, em 1885	204
Figura 6 – Quartel General da ONU, os Batalhões e Companhias Desdobradas nas Províncias Congolesas e suas Respectivas Bases	223
Figura 7 – Províncias da República do Congo em 1960 e 1963	227
Figura 8 – Itinerário da AFDL até a Conquista da Capital em 17 de Maio de 1997	241
Figura 9 – Distribuição das Políticas de Reconstrução do Estado na República Democrática do Congo nas Áreas de Segurança, Assistência Humanitária e Assistência ao Desenvolvimento	272
Figura 10 – A Relação entre o UNDEF, as Operações de Paz e os Projetos Desenvolvidos na Área de Ajuda Humanitária e ao Desenvolvimento	273
Figura 11 – Distribuição das Organizações que Participaram do Processo de Reconstrução da República Democrática do Congo nas Áreas de Segurança, Assistência Humanitária e Assistência ao Desenvolvimento	274

Figura 12 – Distribuição das Organizações que Participaram do Processo de Reconstrução da República Democrática do Congo na Área de Assistência Humanitária	275
---	-----

### **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Padrões de Crescimento de Organizações Governamentais e Organizações Não Governamentais Entre 1891-2008	154
---	-----

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Diferenças dos Processos Políticos sob as Condições dos Realistas e da Interdependência Complexa	47
---	----

Quadro 2 – Diferentes Perspectivas Teóricas sobre a Natureza e a Consequências da Economia Mundial de Mercado	49
---	----

Quadro 3 – Estruturas da Economia Política Internacional Apresentadas por Susan Strange na obra “States and Markets”	53
--	----

Quadro 4 – Estruturas Históricas da Economia Política Internacional Defendidas por Robert Cox	55
---	----

Quadro 5 – “Operações de Paz” desdobradas pela Liga das Nações entre 1920-1935	134
--	-----

Quadro 6 – Missões, Instituições e Forças desdobradas pelas Nações Unidas entre 1947-1991	158
---	-----

Quadro 7 – Operações Militares Autorizadas e Reconhecidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas entre 1947-1991	158
--	-----

Quadro 8 – Operações de Paz das Nações Unidas Autorizadas entre 1956-1967	162
---	-----

Quadro 9 – Desenvolvimento Normativo das Operações de Paz das Nações Unidas: 1992-2015\_\_\_\_\_172

Quadro 10 – Abordagens Teóricas dos Estudos Sobre Fronteiras a Partir da Década de 1980\_\_\_\_\_181

Quadro 11 – Conflitos Internos na República do Congo e Zaire\_\_\_\_\_237

### **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Principais Organizações Governamentais Estabelecidas entre 1865-1914 por Área de Responsabilidade e Ano de Fundação\_\_\_\_\_117

Tabela 2 – Extrato das Principais Organizações Não Governamentais Entre os Séculos XVIII-XX\_\_\_\_\_118

Tabela 3 – As Primeiras Operações de Paz Desdobradas sob os Auspícios do Concerto Europeu (1814-1914)\_\_\_\_\_125

Tabela 4 – Guerras/Principais Intervenções Armadas e Questões Envolvidas no Litígio Entre 1815-1914\_\_\_\_\_127

Tabela 5 – Organizações Não Governamentais de Caráter Internacional Fundadas Entre 1919-1939\_\_\_\_\_144

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABAKO – *Association des Bakongo Pour L'unification, la Conservation et L'expansion de la Langue Kikongo*
- ABIR – *Anglo-Belgian-Indian Rubber Company*
- AFDL – *Aliance des Forces Democratiques pour la Libération du Congo*
- AGI – *Acte Global et Inclusif sur la Transition en République Démocratique du Congo*
- AIA – *L'Association internationale africaine*
- ANC – *Armée Nationale Congolaise*
- BALUBAKAT – *Confédération des Associations Tribales du Katanga*
- BCK – *Compagnie du Chemin de Fer du Bas Congo au Katanga*
- CAP – *Consolidated Appeal Process*
- CBS – *Critical Border Studies*
- CIA – *Central Intelligence Agency*
- CIAT – *Comité International D'accompagnement de la Transition*
- CIS – *Community of Independent States*
- CNDP – *Congrès National pour la Défense du Peuple*
- COMESA – *Common Market for Eastern and Southern Africa*
- CONACO – *Convention Nationale Congolaise*
- CONAKAT – *Confédération des Associations Tribales du Katanga*
- CSK – *Comité Spécial du Katanga*
- DDR – *Disarmament, Demobilization and Reintegration*
- DFS – *Department of Field Support*
- DPKO – *Department of Peacekeeping Operations*
- ECCAS – *Economic Community of Central African States*
- EPI – *Economia Política Internacional*
- ESAF – *Enhanced Structural Adjustment Facility*
- EUA – *Estados Unidos da América*
- FAR – *Forces Armées Rwandaises*
- FARDC – *Forces Armées de la République Démocratique du Congo*
- FDLR – *Forces Democratiques de Liberation du Rwanda*
- FIIG – *Federation of International SemiOfficial and Private Institutions*
- FMI – *Fundo Monetário Internacional*
- FORMINIERE – *La Société Internationale Forestière et Minière du Congo*

FPR – *Front Patriotique Rwandais*

ICGL – *International Conference on the Great Lakes*

IPS – *International Political Sociology*

ISA – *International Studies Association*

ISSSS – *International Security and Stabilization Support Strategy*

LMU – *Latin Monetary Union*

LRA – *Lord’s Resistance Army*

MLC – *Mouvement de Liberation Congolais*

MNC – *Movimento Nacional Congolês*

MONUC – *Missão de Paz das Nações Unidas na República Democrática do Congo*

MONUSCO – *Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo*

OCHA – *United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*

OIs – *Organizações Intergovernamentais*

ONGs – *Organizações Não Governamentais*

OPEP – *Organização dos Países Exportadores de Petróleo*

OSCE – *Organização para a Segurança e Cooperação da Europa*

OTAN – *Organização do Tratado Atlântico Norte*

PNP – *Parti National du Progrès*

RCD – *Rassemblement Congolais por la Démocratie*

RDC – *República Democrática do Congo*

RIs – *Relações Internacionais*

RPA – *Ruanda Patriotic Army*

RPF – *Ruanda Patriotic Front*

SADC – *Southern African Development Community*

STAREC – *Stabilization and Reconstruction Plan for Eastern Democratic Republic of the Congo*

UA – *União Africana*

UDPS – *Union Pour la Démocratie et le Progrès Social*

UE – *União Europeia*

UFP – *United Nations Formed Police Units*

UIA – *Union of International Associations*

UMHK – *Union Minière du Haut Katanga*

UNCIP – *United Nations Commission for India and Pakistan*

UNCT – *United Nations Country Team*

UNDAF – *United Nations Assistance Framework*

UNDEF – *United Nations Democracy Fund*

UNDG – *United Nations Development Group*

UNDOF – *United Nations Disengagement Observer Force*

UNEF-I – *First United Nations Emergency Force*

UNEF II – *Second United Nations Emergency Force*

UNIFIL – *United Nations Interim Force In Lebanon*

UNMOGIP – *United Nations Military Observer Group in India an Pakistan*

UNSSS – *United Nations Security and Stabilization Strategy*

UNTSO – *United Nations Truce Supervision Organization*

## SUMÁRIO

1. Introdução: Pergunta e Hipótese de Pesquisa	18
1.2 Proposta: Promovendo Um Encontro entre a Sociologia Política e a Economia Política	20
1.3 Desafios: Como Conceitualizar o Internacional da IPS e EPI?	23
1.4 Divisão do Estudo	33
2. Mapeando o Problema de Pesquisa: O Internacional, o Poder e os Limites	37
2.1 Abordagens da EPI Sobre o Internacional e o Poder	38
2.1.1 A Tradição Americana	45
2.1.2 A Tradição Britânica	52
2.2 Abordagens das RIs Sobre o Internacional e o Poder	56
2.3 Equívocos da EPI e RIs Sobre o Internacional e o Poder	65
2.3.1 EPI e RIs como Teorias Políticas	69
2.3.2 Onde, Como e Que Tipo de Poder é Exercido pelas Operações de Paz das Nações Unidas?	79
3. Governando o Internacional: Uma Genealogia das Operações de Paz das Nações Unidas	90
3.1 Problematizando as Formas de Governo: Suas Mentalidades	92
3.2 O Internacional e as Formas Modernas de Governo	106
3.3 Governamentalidade Global e as Organizações Intergovernamentais	113
3.3.1 O Concerto Europeu (1815)	120
3.3.2. A Liga das Nações (1919)	128
3.3.3 A Organização das Nações Unidas (1945)	146
3.4 As Operações de Paz das Nações Unidas	156
3.4.1 As Operações de Paz das Nações Unidas durante a Guerra Fria	160
3.4.2. As Operações de Paz das Nações Unidas após a Guerra Fria	166
4. Peacebuilding, Poder e Limites na República Democrática do Congo	177
4.1 A Contribuição dos Estudos de Fronteiras	179
4.1.1 Os Estudos Críticos Sobre Fronteiras	183

4.2 O Internacional: África e Europa no Pensamento de Michel Foucault	190
4.3 A República Democrática do Congo à luz do Internacional Moderno Foucaultiano	194
4.3.1 O Rei Leopoldo II e o Estado Independente do Congo (1885)	199
4.3.2 O Congo Belga (1908-1960)	208
4.3.3 A República do Congo (1960-1964)	213
4.4. A Operação das Nações Unidas no Congo (1960-1964): Gênese dos Limites na Sociedade Congoleza	218
4.5. O Zaire (1971-1997)	234
4.6. A Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (1999-2010)	243
5. A Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (2010-)	254
5.1 Os últimos três anos da MONUC (2007-2010)	257
5.2 MONUSCO: reconstrução do Estado congolês e os limites no dia a dia	265
6. Considerações Finais	277
7. Referências Bibliográficas	278
7.1 Artigos, Livros e Teses	278
7.2 Documentos, Resoluções e Relatórios da Assembleia Geral das Nações Unidas	303
7.3 Documentos, Resoluções e Relatórios do Conselho de Segurança das Nações Unidas	305
7.4 Relatórios e Documentos do Secretariado das Nações Unidas	310
7.5 Relatórios do United Nations Development Assistance Framework	310
7.6 <i>Consolidated Appeal Projects</i>	310
7.7 Websites Consultados	311
8. Anexos	315
Anexo A – Extrato das Operações Militares Conduzidas fora dos Auspícios da Liga das Nações (1918-1945)	315
Anexo B – Extrato das Operações Militares Conduzidas fora dos Auspícios das Nações Unidas Durante a Guerra Fria (1945-1991)	317

Anexo C – Operações de Paz das Nações Unidas Conduzidas Após a Guerra Fria (1989-2018)	320
Anexo D – Extrato das Missões, Instituições e Forças Desdobradas pelas Nações Unidas entre 1992-2017	327
Anexo E – Extrato das Operações Militares Autorizadas, Não-Autorizadas e Reconhecidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas entre 1992-2017	330
Anexo F – Extrato das Operações de Paz Conduzidas fora dos Auspícios das Nações Unidas no Pós Guerra Fria 1992-2017	333
Anexo G – O Reino do Congo e seus Vizinhos no Século XVI	338
Anexo H – Lista de Atores e Instituições Envolvidas na Extração de Recursos Naturais da República Democrática do Congo de Acordo com o Grupo de Experts das Nações Unidas	339
Anexo I – Relação das Instituições Envolvidas na Reconstrução do Estado Congolês na Área Humanitária, Desenvolvimentista e de Segurança Entre 1999-2011	345

## 1. Introdução: Pergunta e Hipótese de Pesquisa

A indagação central que orienta o desenvolvimento da presente Tese é: onde, como e que tipo de poder é exercido pelas Operações de Paz<sup>1</sup> das Nações Unidas? Baseado neste questionamento genérico, a pergunta específica que a pesquisa formula é a seguinte: como as práticas de *peacebuilding*<sup>2</sup> das Operações de Paz das Nações Unidas estabelecem limites de exclusão, dominação, exceção, vigilância e poder? A hipótese de pesquisa sustenta que o poder exercido pelas Operações de Paz das Nações Unidas no processo de construção da paz produz um regime de limite espaço-temporal moderno no qual se desenvolvem dispositivos<sup>3</sup> de criação de limites que potencializam o quadro de repressão, sujeição e submissão nas relações internacionais. Este regime, presente no âmago das atividades de construção da paz destas operações, criam fronteiras materiais e simbólicas, na qual se perpetuam assimetrias políticas, econômicas, sociais e culturais. Neste sentido, as Operações de Paz das Nações Unidas ao desenvolverem mecanismos de

---

1 Por Operação de Paz das Nações Unidas a Tese entende todas as “operações autorizadas por um órgão principal das Nações Unidas, em sua maioria pelo Conselho de Segurança, mas, em alguns poucos casos pela Assembleia Geral. Todas estas operações estão sob a cadeia de comando e controle das Nações Unidas e foram e/ou são formalmente financiadas a partir de contribuições coletivas do orçamento da organização. Suas funções incluem a imposição, manutenção e construção da paz pós conflito e a observação/assistência na implementação de um acordo de paz e/ou cessar-fogo” (Lowe, 2006, p.643; Bellamy & Williams, 2011, p.18).

2 Em sua acepção mais difundida, o conceito de *peacebuilding* pode ser entendido como um conjunto de múltiplos esforços para prevenir e manejar os conflitos armados de modo a estabelecer uma paz sustentável após um período de violência organizada de larga escala (Paffenholz, 2010, p.49). Baseado neste objetivo elementar, a construção da paz cobre uma abrangência de atividades que engloba tarefas desde a reconstrução econômica e desenvolvimento até o pleno desenvolvimento político baseado no estado de direito democrático (ibidem, p.49). É digno de nota pontuar que o conceito de *peacebuilding* passou por amplas revisões desde a década de 1970, sendo definido e empregado de modo diferenciado por diversos órgãos, programas, agências e fundos especializados das Nações Unidas e por outras organizações governamentais e não governamentais (ibid., p.49). Não pretende-se apresentar uma definição final, mas a partir do viés pós-estruturalista que informa teoricamente o problema de pesquisa da presente tese, o *peacebuilding* não deve ser compreendido apenas como uma metanarrativa em comum, mas, ao contrário, como um discurso que produz e reproduz sujeitos no seu dia a dia prático nos seus diversos contextos interacionais (ibid., p.50). Para um aprofundamento das questões apresentadas, ver: SANDOLE, Dennis J.D. *Peacebuilding: Preventing Violent Conflict in a Complex World*. War and Conflict in the Modern World Polity Series. Cambridge and Malden: Polity Pres, 2010. 251p.

3 Sobre a definição de dispositivo, a tese caminha na mesma definição apresentada por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow na obra “Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica: Para Além do Estruturalismo e Hermenêutica” (Dreyfus & Rabinow, 1995, 299p.). De acordo com os autores “dispositivo se distingue primeiramente de episteme, que abrange as práticas não-discursivas do mesmo modo que as discursivas. É definitivamente heterogêneo, incluindo "os discursos, as instituições, as disposições arquitetônicas, os regulamentos, as leis, as medidas administrativas, os enunciados científicos, as proposições filosóficas, a moralidade, a filantropia etc.". A partir destes componentes díspares, tentamos estabelecer um conjunto de relações flexíveis, reunindo-as num único aparelho, de modo a isolar um problema específico. Este aparelho reúne poder e saber numa grade específica de análise. Foucault define dispositivo afirmando que, quando conseguimos isolar "estratégias de relações de força que suportam tipos de saber e vice-versa", então, temos um dispositivo” (Dreyfus & Rabinow, 1995, p.134).

governo liberal e neoliberal sobre o internacional<sup>4</sup>, produz e reproduz limites sobre indivíduos e populações.

Desta forma, a Tese propõe uma leitura das atividades de construção da paz como práticas que estão constantemente produzindo e reproduzindo relações de poder que não são operacionalizadas nos espaços privilegiados de análise das Relações Internacionais (RIs)<sup>5</sup> e da Economia Política Internacional (EPI)<sup>6</sup> – como o Estado, o território e a soberania. Ao contrário, o *peacebuilding* desenvolvido pelas Operações de Paz das Nações Unidas reforça um regime de poder baseado numa dimensão simbólica, linguística, cultural, social, espacial e etc. que dão azo à novos espaços/fluxos de exercício de poder que excedem estas categorias analíticas privilegiadas por ambas as Disciplinas. No contexto desta organização espaço-temporal a Tese sustenta que as Operações de Paz das Nações Unidas não podem ser interpretadas a luz de um desenvolvimento histórico linear no âmbito do sistema de “governança global”. De igual modo, estas operações surgiram como consequência da hierarquização do internacional operada pelos Estados soberanos modernos que, através das organizações governamentais, estabeleceram técnicas<sup>7</sup> e dispositivos de

---

4 Por internacional a tese entende “um regime específico de limite espaço-temporal profundo e enraizado em um modelo geométrico e telúrico herdado dos séculos XVII e XVIII, dentro do qual a vida política passou a se estabelecer. Embora tenha se tornado profundamente insatisfatório, especialmente no que diz respeito à maneira particular em que se organizou nosso engajamento prático com e no “mundo”, o fato é que, como um regime de limites espaço-temporais incorporados no sistema moderno de fronteiras fixas, territórios fixos e identidades individuais (nacionalidades) e coletivas (nacionais), o internacional se desenvolveu como uma solução para as comunidades humanas conviverem no planeta – às vezes pacificamente, às vezes não, e sempre dando lugar a relações de dominação e exploração” (Bonditti, 2017, p.6).

5 Seguindo a definição de R.B.J. Walker na obra “Inside/Outside: Relações Internacionais como Teoria Política” a Tese utiliza o termo Relações Internacionais (RIs) para se referir “a uma disciplina acadêmica específica anglo americana desenvolvida como um empreendimento semiautônomo a partir dos anos 1920 em diante, e especialmente desde 1945” (Walker, 2013, p.47). De igual modo, a Tese emprega o termo teoria das RIs para se referir a “uma literatura analítica e prescritiva produzida por essa disciplina” (ibidem, p.47). Por fim, não exaustivamente, a Tese, quando emprega o termo relações internacionais e/ou economia política internacional se refere a um “arranjo mais abrangente de processos – também muitas vezes o enfoque dessas teorias – que se prolongam além da territorialidade e competência de Estados particulares” (ibid., p.47). Sobre estas definições, Walker esclarecer que “todos estes termos são bastante problemáticos” uma vez que “usos vagos do termo relações internacionais, por exemplo, reificam uma convergência específica entre Estado e nação; referências ao sistema dos Estados incentivam uma combinação de explicações do Estado como espaço territorial e como aparato governamental; referências ambivalentes às relações internacionais e à política internacional significam uma incerteza sobre o que acontece exatamente entre os Estados; de modo mais significativo, a política mundial parece tanto um sinônimo para as relações entre os Estados quanto um meio de se referir aos processos que escapam, em grande medida, de categorias analíticas predominantes” (ibid., p.47).

6 Ao empregar o termo Economia Política Internacional (EPI) a Tese entende uma disciplina acadêmica específica anglo-americana desenvolvida como um empreendimento coerente e integrado a partir da década de 1970 com o objetivo de analisar a interação entre a política internacional e a economia internacional (Lake, 2006,p.758).

7 O conceito de técnica, tal como proposto por Foucault, deve ser entendido dentro de um espectro mais amplo do conceito de dispositivo no qual o autor o indica como sendo “um conjunto de práticas coerentes que organizam a realidade social, que reúnem poder e saber, e estabelecem relações de forças, produzindo formas de subjetividade consistentes com o regime de poder a que se encontram referidos” (Rabinow; Dreyfuss, apud Souza, 2010, p.23). Neste sentido, técnica, que “vem do grego *techné*, saber fazer, se refere ao conjunto de processos de uma arte ou ciência, especificamente relacionados à prática. Esta ideia de saber fazer, conforme entendida pelos antigos, se opõe à de saber pensar, relacionada ao conceito de tecnologia, entendida como conjunto de conhecimentos, especialmente princípios, que se aplicam a um determinado ramo de atividade” (ibidem, p.23).

governo<sup>8</sup> que criam limites entre o político e o não político, entre o local e o global, entre o interno e externo e categorias semelhantes que serão exploradas ao longo da pesquisa. O internacional é o espaço da diferenciação (Huysmans & Nogueira, 2016, p.306), onde as Operações de Paz das Nações Unidas emergem como instituição normalizadora<sup>9</sup>, disciplinadora<sup>10</sup>, vigilante<sup>11</sup> que exerce poder a partir de relações, “posições e trajetórias em áreas específicas e situações numa complexa rede de fluxos transnacionais”<sup>12</sup> (Huysmans & Nogueira, 2016, p.300).

Diante da perspectiva em tela, constitui o objetivo central da presente pesquisa identificar como o poder de limitação se desenvolve, tendo como ótica de análise as atividades de *peacebuilding* praticadas na República Democrática do Congo a partir de 2010. Adicionalmente, a Tese visa compreender como estas mesmas práticas estão relacionadas a estruturas de poder político, econômico, social e cultural que criam limites de exclusão, dominação, exceção, vigilância e poder nas relações internacionais. A partir da compreensão do exercício de poder presente no processo de construção de limites, a Tese visa contribuir para uma incipiente mas crescente literatura que versa sobre os mecanismos de limitação e fronteiras avançado pelas Operações de Paz das Nações Unidas bem como para a literatura que se debruça sobre mecanismos e abordagens práticas e/ou críticas para a construção da paz. A subseção a seguir elucida como a pesquisa pretende alcançar estes objetivos descritos.

## 1.2 Proposta: Promovendo Um Encontro entre a Sociologia Política e Economia Política

Esta pesquisa é uma contribuição para a Disciplina de EPI e, por extensão, das RIs no que tange a reflexão acerca da relação entre o sistema internacional, Estado, atores não estatais, poder e

8 Governo deve ser entendido como “todos os esforços para moldar, guiar, direcionar a conduta de outros” e “os caminhos pelos quais alguém pode ser instado e educado para frustrar suas próprias paixões, controlar os seus próprios instintos e governar-se” (Rose, 2004, p.3).

9 O conceito de normalização diz respeito, nas palavras do próprio Foucault ao processo de “identificação do normal e do anormal” e “das diferentes curvas de normalidade”, operacionalizado assim “essas diferentes distribuições de normalidade” que possam funcionar “umas em relação às outras” (Foucault, 2008a, p.82-83). Neste sentido, o autor adiciona que “temos (...) uma coisa que parte do normal e que se serve de certas distribuições consideradas (...) mais normais que as outras, mais favoráveis em todo caso que as outras. São essas distribuições que vão servir de norma. A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, (...) não se trata mais de uma normação, mas sim, no sentido estrito, de uma normalização” (ibidem, p.83).

10 Disciplina pode ser definida como a tentativa de “remodelar as maneiras pelas quais cada indivíduo, em algum ponto futuro, se conduzirá em um espaço de liberdade regulada. A disciplina está ligada ao surgimento e transformação de novos conhecimentos da alma humana. E a disciplina está constitutivamente ligada ao surgimento de novas formas de pensar sobre as tarefas do domínio político em termos do governo da conduta da população, ou pelo menos das seções e zonas que perderam suas reivindicações de se tornarem sujeitos contratuais de direito ou que ainda não adquiriram este direito - criminosos, indigentes, lunáticos, crianças” (Rose, 2004, p.22).

11 A vigilância “é projetada nos fluxos da existência cotidiana. A modulação calculada de conduta de acordo com princípios de otimização de impulsos benignos e minimização de impulsos malignos é dispersa ao longo do tempo e espaço da vida comum” (Rose, 2004, p.234).

12 “(...) positions, and trajectories in specific areas and situations in a more complex network of transnational flows”.

o papel dos instrumentos multilaterais no âmbito do sistema de governança global. Para tal finalidade, como apontado na subseção anterior, a pesquisa adota como estudo de caso a Operação de Paz das Nações Unidas desdobrada na República Democrática do Congo (RDC) a partir de 2010-. Como fundamentação teórica, a pesquisa introduz na agenda de investigação da EPI contribuições de vertente pós-estruturalista oriundas da Sociologia Política Internacional (IPS – acrônimo em inglês). Criada em 2006 como uma subseção de estudos da Associação de Estudos Internacionais (ISA – acrônimo em inglês), a IPS “busca engajar-se no “problema do internacional” questionando práticas que delimitam um domínio com fronteiras claras como fundamentos para fazer reivindicações sobre a política mundial”<sup>13</sup> (Huysmans & Nogueira, 2016, p.299, tradução livre). Ainda que a IPS não represente uma “escola de pensamento” ou uma “abordagem” específica, os autores críticos pertencentes à este projeto intelectual vem buscando “articular uma estratégia de abertura e transversalidade (...) que conecta diversos terrenos intelectuais”<sup>14</sup>, principalmente com a filosofia e teoria social (Huysmans & Nogueira, 2016, p.299).

Desde 2007, com a publicação da primeira edição do periódico *International Political Sociology*, autores das mais diversas orientações pós-positivistas<sup>15</sup>, desde o construtivismo, passando pelo feminismo, até o pós-colonialismo, e, não exaustivamente, o pós-estruturalismo, se debruçam sobre a tentativa de “atravessar repertórios de análise familiares e institucionalizados; reconceitualizar e deslocar as questões que podem ser feitas, os métodos que podem ser usados e os estilos de argumentação que são aceitáveis”<sup>16</sup> (Huysmans & Nogueira, 2016, p.299). Neste sentido, a IPS é uma iniciativa acadêmica que não busca estabelecer um padrão/*establishment* epistemológico ou metodológico na Disciplina de RIs (Huysmans & Nogueira, 2016, p.299). Ao contrário, se mantém aberta a uma diversidade de abordagens teóricas críticas para se pensar o internacional e os limites estabelecidos pelas teorias positivistas dominantes na Disciplina de RIs e, por extensão, da EPI (Huysmans & Nogueira, 2016, p.299).

---

13 “IPS sought to engage the “problem of the international” by questioning practices that delimit a realm with clear boundaries as grounds for making claims about world politics”.

14 “As such, it tried to articulate a strategy of openness and transversality that would circulate through, and connect, various intellectual terrains and could be filled in multiple ways”.

15 O termo pós-positivistas e/ou reflexivistas ganhou proeminência na Disciplina de Relações Internacionais após o discurso presidencial proferido por Robert Keohane na Associação de Estudos Internacionais em 1988 (Smith, 2016, p.5). Na ocasião, Keohane havia identificado duas tendências teóricas na Disciplina: uma, de caráter positivista, como o neoliberalismo e o neorealismo, que prezavam pela adoção de métodos científicos oriundos das ciências naturais e que eram marcados pela objetividade científica (ibidem, p.5). Em linhas gerais, o positivismo é marcado pela neutralidade científica fundacional – ou seja, é possível extrair conhecimentos do mundo real a partir de métodos empíricos de observação (ibid., p.5). Por outro lado, Keohane pontuou que existiam os pós-positivistas, como os pós-estruturalistas, que rejeitavam os padrões ontológicos, epistemológicos e metodológicos das teorias *mainstream* e se baseavam em premissas anti-fundacionais para desenvolverem os seus programas de pesquisa (ibid., p.5).

16 “traversing familiar, institutionalized repertoires of analysis; toward re-conceptualizing and displacing the questions that can be asked, the methods that can be used, the styles of arguing that are acceptable”.

É digno de nota destacar que a tentativa de criar uma aproximação entre as vertentes pós-positivistas e a EPI não é completamente nova (Cafruny, Talani & Martin, 2016, 469p.; Shields, Bruff, Macartney, 2011, 195p.; Goede, 2006, 278p.; Abbott & Worth, 2002, 217p.). O encontro entre o pós-estruturalismo e a EPI tem sido esporádico e marcado por antagonismos ao longo dos últimos anos (Goede, 2006, p.1). Marieke de Goede na introdução da obra “*International Political Economy and Poststructural Politics*” sustenta que a referida relação se desenvolve desta forma por dois motivos principais: em primeiro lugar, os teóricos do *mainstream* acadêmico da EPI argumentam que o pós-estruturalismo pode levar a uma distração do estudo da real desigualdade material que esteve no âmago dos esforços acadêmicos e revolucionários da EPI; em segundo, os críticos às teorias críticas pontuam que os pós-estruturalistas induzem a um alto grau de “relativismo político que suspende o fundamento ontológico sobre o qual os julgamentos relativos à agenda desejada de transformação podem ser feitos”<sup>17</sup> (Goede, 2006, p.1). Entretanto, Penny Griffin, no livro “*Critical International Political Economy: Dialogue, Debate and Dissensus*”, argumenta que o pós-modernismo/estruturalismo apresenta como potencialidade a indagação sobre práticas e processos de representação cultural, discursos e a ambiguidade da dissidência política (Griffin, 2011, p.43).

Ainda que ingressem de modo marginal no âmbito das abordagens críticas da EPI (Paul & Amawi, 2013, p.30; Abbott & Worth 2002, p.5), os pós-modernos/estruturalistas fornecem um aparato metodológico que nega a “existência dos fatos materiais brutos associado a modos de análise racionalistas e econômicos, insistindo que o mundo social é composto por ideias”<sup>18</sup> (Paul & Amawi, 2013, p.30). Com isto, a partir da negação objetiva da realidade, os autores caros à perspectiva pós-moderna/estruturalista problematizam questões relacionadas à agência, soberania e fronteiras – conceitos/fundamentos consolidados pelo *mainstream* teórico positivista na Disciplina de EPI e RIs (Goede, 2006, p.2-5). Na amplitude desta contribuição teórica pós-moderna/estruturalista, cabe destacar o exercício efetuado por acadêmicos que se inspiram em Michel Foucault para desenvolver uma nova conceitualização do internacional, poder e limites no âmbito da economia política internacional (Goede, 2006, p.10-11). A partir de uma concepção de poder que leva em consideração a “importância do discurso e da representação para a prática política e econômica”<sup>19</sup> (Goede, 2006, p.5), os autores Foucaultianos relacionam o exercício de poder e agência à estas práticas discursivas – que, por sua vez, geram possibilidades de condições e atos na política internacional (Goedde, 2006, p.10). Isto representa, portanto, uma grande

17 “political relativism that suspends the ontological ground on which judgments concerning the desired agenda of transformation can be made”.

18 “(...) denies the existence of material “brute facts” associated with rationalistic/economist modes of analysis, insisting that the social world is one of ideas (...)”.

19 “the importance of discourse and representation for political and economic practice.”

contribuição aos estudos da EPI, ao passo em que se distancia do caráter racional dos agentes que exercem poder apenas pelas condições materiais e objetivas (Goedde, 2006, p.11). Em outras palavras: as narrativas/ideias/normas exercem, de igual modo, um poder fundamental nas relações internacionais na medida em que regula o limite de participação, legitima determinados atores e estabelece padrões de dominação e fronteiras (Goedde, 2006, p.10).

Neste sentido, o movimento que a Tese propõe é o de pensar o exercício de poder desenvolvido pelas Operações de Paz das Nações Unidas a partir de um viés teórico pouco explorado na Disciplina de EPI. Ao mesmo tempo que esta ferramenta teórica de pesquisa apresenta uma série de oportunidades ela vem acompanhada de uma série de desafios – que serão apresentados na subseção a seguir.

### **1.3 Desafios: Como Conceitualizar o Internacional da IPS e EPI?**

Diante do exposto até o momento, o desafio da presente pesquisa caminha em três direções: em primeiro lugar, inserido nos estudos da Economia Política Internacional, contribuir teoricamente para uma Disciplina que vem acirrando o seu antagonismo entre o “debate transatlântico” - especificamente entre a “Tradição Americana” e a “Tradição Britânica”<sup>20</sup> (Phillips & Weaver, 2011, p.1; Cohen, 2007, p.197-219). Há quem afirme que a EPI é um empreendimento essencialmente estadunidense – que congrega acadêmicos que privilegiam uma orientação de pesquisa positivista liberal, o que explica, por sua vez, a pouca receptividade aos estudos pós-estruturalistas (Maliniak & Tierney, 2011, p.19, 29). No contexto deste acirramento de Tradições na Disciplina, ainda que a perspectiva britânica seja mais aberta para orientações críticas – conforme será demonstrado no próximo Capítulo – nota-se uma tendência de criação de fronteiras paradigmáticas, epistemológicas e metodológicas que inviabilizam uma pluralidade teórica ainda maior na agenda de pesquisa da EPI (Phillips & Weaver, 2011, p.1).

Neste sentido, a Tese se aparta deste jogo de força teórico das referidas Tradições e apresenta uma perspectiva pós-estruturalista, pouco explorada até então, de modo a não ratificar uma representação das transformações nas relações internacionais baseadas em categorias analíticas

---

<sup>20</sup> Para uma discussão detalhada sobre a evolução da “Escola Americana” em termos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, ver: MALINIAK, Daniel & TIERNEY, Michael J. The American School of IPE. In: PHILLIPS, Nicola (Ed.). *International Political Economy: Debating the Past, Present and Future*. London and New York: Routledge. 2011. pp.11-34. Para uma análise do estado da arte atual na “Escola Britânica” do ponto de vista ontológico, epistemológico e metodológico, ver: COX, Robert. The “British School” in the Global Context. In: PHILLIPS, Nicola (Ed.). *International Political Economy: Debating the Past, Present and Future*. London and New York: Routledge. 2011. pp.119-132. Para uma discussão sobre o futuro da agenda de pesquisa da EPI, ver: COHEN, Benjamin. *Toward a New Consensus: From Denial to Acceptance*. In: PHILLIPS, Nicola (Ed.). *International Political Economy: Debating the Past, Present and Future*. London and New York: Routledge. 2011. pp.231-239.

que reforçam condições de possibilidade para o conhecimento e ação política na Disciplina de EPI e RIs (Phillips & Weaver, 2011, p.1). Categorias privilegiadas por estas Disciplinas como, por exemplo, o Estado, a soberania, o território, e, não exaustivamente, a guerra, são elementos que indicam que a dimensão material fixada a partir da lógica do espaço territorial perdura como principal meio de compreensão da operação do poder nas relações internacionais (Nogueira & Messari, 2005, p.209). Ao contrário, a partir da inclusão da IPS no campo de estudo da EPI, a pesquisa demonstra que as abordagens da Economia Política Internacional e das Relações Internacionais analisam equivocadamente a relação entre o sistema internacional, o Estado, atores não estatais, e o exercício de poder praticado pelos instrumentos multilaterais no sistema de governança global. Isto se deve ao fato de que ambas as Disciplinas, em sua maioria, partem de uma concepção que enfatiza a dimensão material e da geopolítica ou geopoder, não atentando, desta forma, para o papel das trocas simbólicas na sustentação de diferentes regimes de dominação, que, por sua vez, constituem “novas articulações de poder/conhecimento” sobre estas categorias analíticas privilegiadas (Nogueira & Messari, 2005, p.209). Estes regimes de dominação/poder nas relações internacionais “viabiliza a redefinição das estratégias de dominação e violência, proporcionando uma nova esfera de poder que substitui os espaços modernos de soberania e legitimidade” (Nogueira & Messari, 2005, p.210). Colocando de forma resumida e esquemática: “os modos de representação tradicionais das teorias de Relações Internacionais estão em descompasso com as transformações da política mundial. Torna-se cada vez mais difícil fixar o sentido de práticas políticas heterogêneas e instáveis por meio de conceitos como Estado, soberania, território, guerra e etc.” (Nogueira & Messari, 2005, p.209). Neste sentido, ao incluir a IPS nos estudos da EPI, é possível compreender como as Operações de Paz das Nações Unidas introduzem técnicas de governo e limites sobre o internacional que estão relacionadas às práticas de *peacebuilding* e que, por sua vez, se desenvolvem e manifestam em múltiplos espaços.

O segundo desafio, relacionado ao primeiro, é o de contribuir para o espaço acadêmico ocupado pelo autor da presente Tese: o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Economia Política Internacional (PEPI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)<sup>21</sup>. Baseado numa metodologia que enfatiza a compreensão histórica do funcionamento do sistema internacional contemporâneo, os esforços acadêmicos do PEPI se voltam para “o estudo das relações entre os fluxos de capital, a indústria, a tecnologia, os recursos naturais, o território, a guerra e a diplomacia, articulando organicamente a História, a Ciência Econômica, a Geopolítica e os estudos de Relações Internacionais” (PEPI/UFRJ, 2017). De modo a reforçar a originalidade da agenda de investigação

---

<sup>21</sup> Para uma descrição detalhada sobre a história da proposta acadêmica do PEPI/UFRJ, bem como a estrutura do Programa e as linhas de investigação, acessar o seguinte endereço: <http://www.ie.ufrj.br/index.php/pos-graduacao/pepi/apresentacao>.

desenvolvida pelo PEPI/UFRJ, a presente pesquisa pontua que ao analisar “o funcionamento” e as “transformações” no sistema internacional contemporâneo, utilizando para tal fim as unidades de análise mencionadas, é necessário “construir as bases para uma perspectiva alternativa da política mundial que consiga superar os limites à imaginação política estabelecidos, secularmente, pela ordem soberana e reproduzido pelas teorias” das RIs e EPI (Nogueira & Messari, 2005, p.215). É necessário, desta forma, problematizar e desconstruir as categorias enraizadas na concepção política moderna das relações internacionais que posicionam o Estado como elemento definidor da própria ontologia do sujeito moderno (Walker, 2013, p.189). Este limite entre o dentro e fora, soberania e anarquia, além de criar uma clara divisão espacial, reforça um regime de poder/conhecimento sobre as relações internacionais que inviabiliza uma análise crítica sobre o sistema internacional, Estado, atores não estatais e os instrumentos multilaterais do sistema de governança global (Walker, 2013, p.189).

É justamente a partir desta problemática que a IPS “emerge como uma instância de problematização distinta sobre a questão das fronteiras e limites ou, colocando de outra forma, do desafio da contenção espacial da temporalidade e contingência nas relações internacionais”<sup>22</sup> (Huysmans & Nogueira, 2016, p.304). Os autores caros à esta tradição vem repensando o papel dos limites e fronteiras para entender as práticas e configurações políticas das relações internacionais contemporâneas desenvolvidas pelos Estados e outros atores que interagem nas relações internacionais (Huysmans & Nogueira, 2016, p.304). Neste sentido, a tese, ao resgatar a IPS para os estudos da EPI, contribui para o PEPI/UFRJ na sua agenda de investigação das RIs pontuando que a Disciplina de RIs e, por extensão, a própria EPI, são essencialmente teorias políticas, uma vez que estão constantemente reproduzindo oposições e dicotomias que determinam a possibilidade de conhecimento e ação política nas relações internacionais (Walker, 2013, p.17-23). Tais distinções envolvem, por exemplo: cidadão/estrangeiro, amigo/inimigo, identidade/diferença, eu/outro e demais divisões binárias correlatas que reforçam a dicotomia entre o particular e universal (Walker, 2013, p.17-23). É necessário, desta forma, pensar que o diálogo das RIs com a EPI deve ser feito a partir de uma orientação que possa “refletir criticamente sobre a própria teoria como instância de resistência a regimes de poder” e não apenas como teorias de solução de problemas – pautadas pela objetividade científica positivista (Nogueira & Messari, 2005, p.215). Com isto, o pós-estruturalismo, pouco explorado no PEPI/UFRJ, tem muito a dizer sobre o papel que a Disciplina de EPI e RI desempenham na representação de uma realidade das relações internacionais e economia política internacional na qual o Estado está constantemente reproduzindo divisões entre a soberania

---

<sup>22</sup> “emerges as an instance of a distinct, fracturing problematization of the question of boundaries and limits or, to put it differently, of the challenge to the spatial containment of temporality and contingency in international relations”.

e anarquia, sendo o espaço doméstico um espaço determinado pelo “sentido, da cooperação e do progresso”, enquanto que a anarquia reforça a “esfera de incerteza, violência e repetição” (Nogueira & Messari, 2005, p.194). Desta forma, o diálogo estabelecido entre o PEPI/UFRJ e a Disciplina das RIs deve problematizar “a reflexão moderna sobre a política” operada pelas RIs e, por extensão, na EPI (Nogueira & Messari. 2005, p.194). E, neste sentido, o pós-estruturalismo tem muito a contribuir para esta aproximação crítica entre a EPI e as RIs.

Outra contribuição importante do pós-estruturalismo para o PEPI originado desta pesquisa diz respeito ao papel que a história deve assumir na análise das relações internacionais. De acordo com R.B.J. Walker, a Disciplina de RI perpetua uma concepção moderna da política (de um sujeito autônomo e racional, que guia livremente sua ação baseada nos seus interesses), que consagra o Estado como ator unitário e racional operante num sistema anárquico atemporal (Walker, 2013, p.132). É no interior do Estado que o sujeito pode realizar as suas aspirações mais básicas, como a liberdade e a justiça e, principalmente, no contexto de transferência da ordem do pastorado cristão<sup>23</sup> para a razão de Estado<sup>24</sup> (séculos XV-XVI), assumir plenamente o controle do tempo (Walker, 2013, p. 230). Para Walker, esta concepção de sujeito moderno que assume a plena gestão do tempo no interior de uma ordem não mais autorreferenciada pelo caráter divino mas, ao contrário, secular, converte a história num mero abstrato de controle espacial e territorial (Walker, 2013, p.191). Em outras palavras: a Disciplina de RIs, ao reforçar a dicotomia entre o dentro e fora, soberania e anarquia, circunscreve os indivíduos no interior de uma comunidade política que temporalmente assume o controle da história – não mais autocentrada na temporalidade divina, mas, ao contrário, referenciado no caráter humanista e antropocêntrico (Walker, 2013, p.191).

O controle da história, circunscrita no espaço do Estado, é a forma encontrada para justificar a ontologia do sujeito moderno que constrói uma ordem não mais representada pela divindade sobrenatural (Walker, 2013, p.191). Sobre este ponto, Walker esclarece que: “o dualismo radical entre internalidade e externalidade vincula-se a um marco espacializado da política moderna no qual a mudança deve se articular com um desejo temporal por transcendência”<sup>25</sup> (Walker, 2013,

23 O pastorado Cristão, como será explorado no terceiro Capítulo, é uma forma de governo que estabelece, nas palavras do próprio Foucault, três analogias: em primeiro lugar, o governo pastoral estabelece uma analogia com o próprio Deus na medida em que busca reproduzir o Seu governo na terra; em segundo lugar, estabelece-se uma analogia “do rei com a força vital de um organismo” no qual Deus é a principal força motora de organização da natureza e da realidade; em terceiro lugar, o governo pastoral estabelece a analogia com “o pastor e o pai de família” na medida em que proporciona “o bem comum da multidão segundo um método que seja capaz de (...) fazer alcançar a beatitude celeste” (Foucault, 2008b, p.312-313).

24 Michel Foucault define razão de Estado como o cenário no qual “os Estados são postos uns ao lado dos outros num espaço de concorrência” (Foucault 2008b, 389). Neste sentido, “o Estado só se subordina a si mesmo, busca seu próprio bem e não tem nenhuma finalidade exterior, isto é, ele não deve desembocar em nada mais que em si mesmo” (ibidem p.389).

25 Walker prossegue, sobre este ponto, afirmando que “esse é um desejo que está radicalmente em oposição ao desejo por uma imanente – secular, liberal, nacionalista – política de autodeterminação. Desse modo, a análise indica as aparentes dificuldades do duplo desejo por um mundo que compreende, de alguma maneira, sua coesão global –

p.8). A partir do momento que a Disciplina de RIs contrapõe o Estado e o internacional como esferas antagônicas, com temporalidades e espacialidades distintas num mesmo plano, a história é obliterada a contingência, repetição, violência, incerteza, insegurança no externo e a continuidade, sentido e progresso no interno (Nogueira & Messari, 2005, p.194).

O desafio proposto por Walker é o de problematizar o caráter anacrônico e a-histórico das teorias *mainstream* das RIs<sup>26</sup> e EPI, uma vez que as Disciplinas organizam a história a partir de uma disposição espacial específica, informando onde a política deve ocorrer, além de produzir binarismos que não conseguem processar as principais mudanças no tempo e espaço (Walker, 1995, p.445-461). Desta forma a Tese contribui para a metodologia histórica desenvolvida pelo PEPI/UFRJ na medida em que pontua que a análise das durações Braudelianas não conseguem operar dois movimentos importantes de acordo com a proposta de pesquisa da IPS: em primeiro lugar, as temporalidades de longo, médio e curto prazo “justapõem o tempo histórico e o tempo fenomenológico”<sup>27</sup>. Neste caso, “as multiplicidades temporais são reduzidas a variações ou manifestações da longa duração ou instâncias que a moldam”<sup>28</sup>, sendo necessário, desta forma, “introduzir a coexistência de múltiplas temporalidades sem justapor o tempo histórico, vivido e fenomenológico”<sup>29</sup> (Huysmans & Nogueira, 2016, p.311-312). Em segundo lugar, a historiografia Braudeliana não dimensiona como “Estados, sociedades, o internacional e o global estão constantemente sendo produzidos e reproduzidos”<sup>30</sup> (Huysmans & Nogueira. 2016, p.308). Ao invés de tratá-los como “unidades”, “entidades” que atuam em “determinados contextos”, a historiografia pós-estruturalista, avançada pela IPS, sustenta que estas unidades devem ser submetidas à uma

---

cosmopolita, planetária, ecológica e ética – mas que também incorpora a demanda por autonomia e liberdade com relação à dominação imperial” (Walker, 2013, p.8).

26 É importante pontuar que existe toda uma reflexão crítica na Disciplina de RIs sobre o papel e o lugar da história e das teorias na análise das relações internacionais e quais devem ser, por extensão, as ferramentas metodológicas mais adequadas para historicizar a Disciplina num contexto de crescente positividade no círculo acadêmico estadunidense. Para um aprofundamento desta discussão, ver (extrato): WILLIAMS, Andrew J.; HADFIELD, Amelia; ROFE, J. Simon. *International History and International Relations*. Routledge: London and New York, 2012. 252p.; PUCHALA, Donald J. *Theory and History in International Relations*. Routledge: London and New York, 2003. 288p.; SMITH, Thomas W. *History and International Relations*. Routledge: London and New York, 1999. 240p. É importante pontuar, de igual modo, que o tratamento da história na Disciplina de RIs é abordado sob diversos prismas entre os variados teóricos da área. Por exemplo, há uma visão defendida por autores caros à tradição da sociologia histórica. Nesta direção a mais expressiva contribuição encontra-se no livro editado por Stephen Hobden e John M. Hobson “*Historical Sociology of International Relations*” Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 315p. Por outro lado, autores caros à tradição da sociologia política internacional, no contexto de desconstrução de categorias analíticas enraizadas nas relações internacionais, defendem a utilização de uma historiografia que possa fraturar a história de modo a repensar como o poder constantemente redefine agentes e espaços nas relações internacionais (Huysmans & Nogueira, 2016, p.308). Para uma discussão detalhada desta orientação, ver: GROSZ, Elizabeth (Ed.). *Becomings: Explorations in Time, Memory, and Futures*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1999. 250p.

27 “juxtapose historical time and phenomenological time”.

28 “temporal multiplicities are reduced to variations or manifestations of the *longue durée* e or instances that shape it”.

29 “introducing the co-existence of multiple temporalities without juxtaposing historical time and lived or phenomenological time”.

30 “societies, states, the international, and the global from the point of view of how they are continuously in a process of being made and remade”.

análise que dimensione o significado de suas práticas e representações (Huysmans & Nogueira, 2016, p.315).

De modo a manter a coerência ao projeto de investigação que historiciza as RIs a partir de uma dimensão crítica, a Tese, ao analisar o exercício de poder promovido pelas Operações de Paz das Nações Unidas no sistema internacional, se utiliza de dois métodos historiográficos de Michel Foucault, em diferentes momentos da pesquisa, para repensar o lugar da história nas Relações Internacionais e como as categorias analíticas propostas pelo PEPI (como, por exemplo, os fluxos de capital, a indústria, a tecnologia, os recursos naturais, o território, a guerra e a diplomacia) devem ser corretamente problematizados na análise da economia política internacional<sup>31</sup>. Estes métodos são a arqueologia e a genealogia, que correspondem, respectivamente, aos dois grandes momentos da obra de Michel Foucault<sup>32</sup> (Gros, 2011, p.490).

Foucault define arqueologia como o estudo dos “sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro)” (Foucault, 2008c, p.146). A arqueologia, desta forma, possibilita, analisar “o conjunto de discursos realmente pronunciados; não apenas quaisquer discursos, mas o conjunto que condiciona o que conta como conhecimento em um determinado período (...) não só como eventos que ocorreram, mas como "coisas", com suas próprias economias, escassez e (...) estratégias que continuam a funcionar, transformadas através da história e proporcionando a possibilidade de aparecer para outros discursos”<sup>33</sup> (Flynn, 2006, p.30, tradução livre).

Genealogia, por sua vez, é descrito por Foucault como o tratamento “da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade (...). A genealogia seria, pois, relativamente ao projeto de uma inserção dos saberes na hierarquia

31 Para uma discussão detalhada sobre o método historiográfico de Michel Foucault, ver a seguinte referência: GUTTING, Gary (Ed.). *The Cambridge Companion to Foucault*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. 465p. Para uma discussão detalhada sobre o método pós-estruturalista de se fazer história, ver: FLYNN, Thomas R. *Satre, Foucault, and Historical Reason: Towards an Existentialist Theory of History*. Volume I e II. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1997. 700p.; ATTRIDGE, Derek; BENNINGTON, Geoff; YOUNG, Robert (Eds.). *Post-structuralism and the Question of History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. 292p.

32 Foucault, nos últimos anos de sua carreira acadêmica, na qual o autor enfatiza a problematização do sujeito, pontua que outro método histórico seria a problematização, entendida como "o conjunto das práticas discursivas e não-dispersivas que faz com que algo entre no jogo do verdadeiro e o falso e o constitui um objeto de pensamento (seja na forma de reflexão moral, conhecimento científico, análise política ou similar)" (Flynn, 2006, p.38).

33 “ (...) the set (l'ensemble) of discourses actually pronounced” (...) ; not just any discourses, but the set that conditions what counts as knowledge in a particular period. The archive is discourse not only as events having occurred, but as “things,” with their own economies, scarcities, and (...) strategies that continue to function, transformed through history and providing the possibility of appearing for other discourses.

do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico” (Foucault 2005, p.14-15). Há, portanto, uma semelhança da genealogia com a arqueologia na medida em que “ao contrário das continuidades de uma teoria das origens, a genealogia sublinha os choques e as surpresas da história, as ocorrências da chance, a fim de “manter eventos passantes em sua própria dispersão”<sup>34</sup> (Flynn, 2006, p.34-35, tradução própria).

Desta forma, baseado na abordagem historiográfica de Foucault, a presente Tese, ao se debruçar sobre a análise do exercício de poder avançado pelas Operações de Paz das Nações Unidas no sistema de governança global, se distancia das narrativas e discursos tradicionais das Disciplinas de EPI e RIs que inviabilizam uma compreensão correta da emergência de novos regimes de poder baseados em rearticulados e complexos mecanismos de vigilância e normalização (Nogueira & Messari, 2005, p.210). Com isto, a arqueologia e a genealogia de Foucault, que estão interconectadas entre si, formando parte de uma análise detalhada sobre as relações de poder que operam no Estado (Flynn, 2006, p.29), facilita a análise sobre o papel de governo desempenhado pelas Operações de Paz das Nações Unidas no sistema internacional na medida em que permite observar como estas Operações devem ser problematizadas à luz da emergência de novos regimes de poder no sistema internacional contemporâneo. Adicionalmente, permite avançar num método historiográfico marcado pela descontinuidade (Poster, 1982, p.119), permitindo, desta forma, visualizar os limites estabelecidos entre o internacional e o nacional que estão permanentemente configurando e reconfigurando o poder deste instrumento multilateral para gestão e resolução de conflitos (Bonditti, 2017, p.4-6). Em resumo, a historiografia Foucaultiana permite visualizar as rupturas em meio as aparentes continuidade e permite combater o “excesso de generalização, reificação, anacronismo, mitos da tradição e assim por diante”<sup>35</sup> (Walker, 2017, p.325).

Partindo da concepção de que o conceito de governança global, conforme apontado brevemente na primeira subseção desta introdução, reforça a noção da política moderna autorreferenciada no Estado, que orienta a ação livre e interessada de sujeitos autônomos e racionais num espaço “global” - marcado, como pontuado, pela violência, insegurança, incerteza, contingência e repetição, os métodos históricos fornecidos por Foucault permitem desconstruir estas categorias analíticas que estiveram no âmago de toda a reflexão moderna da EPI (Barnett & Duvall, 2005, p.1). Esta desconstrução permite pontuar que não há uma governança global. Ao contrário, o que existe é um espaço internacional no qual se manifestam complexas e rearticuladas formas de exercício de poder que permanentemente tensionam o tempo e espaço (Der Derian, 1990, p.295-

---

34 “Unlike the continuities of a theory of origins, genealogy underscores the jolts and surprises of history, the chance occurrences, in order to in order to “maintain passing events in their proper dispersion”.

35 “overgeneralization, reification, anachronism, myths of tradition and so on”.

310). Em outras palavras: a governança global parte de uma concepção que reforça categorias internas e externas produzidas pelas Disciplinas de EPI e RIs na qual se estabelecem formas de governo como forma de gerir este espaço destituído de sentido, cooperação e progresso. Um dos objetivos da Tese é demonstrar que não se deve pensar os instrumentos multilaterais e o conjunto de organizações governamentais e não governamentais como processos históricos lineares que foram estabelecidos para criar um sentido de progresso, cooperação e sentido na política global. De outra forma, cabe desenvolver uma perspectiva analítica, epistemológica, metodológica e teórica que se distancia do Estadocentrismo clássico da EPI e RIs para demonstrar que a governança global e seus instrumentos multilaterais estão circunscritos nestes novos regimes de poder disciplinares, normalizadores, punitivos e de vigilância que operam no internacional. Pautado nesta chave analítica, é possível compreender a natureza do exercício de poder das Operações de Paz das Nações Unidas e quais são os desdobramentos de suas práticas de limites no contexto das atividades de construção da paz em sociedades definidas como “falidas”, “frágeis” e “colapsadas”.

O terceiro e último desafio, relacionado ao segundo, é o tipo de Michel Foucault que a Tese se apropria para refletir sobre o internacional e os limites. E mais: sobre qual definição de internacional a pesquisa se debruça. É digno de nota pontuar que desde a década de 1980 uma ampla gama de autores vêm se utilizando de conceitos e métodos Foucaultianos para se pensar o internacional (Bigo; Bonditti; Gros, 2017, 376p.; Guzzini & Neuman, 2012, 276p.; Neuman & Sending, 2010, 202p.; Kiersey & Stokes, 2011, 188p.). Ainda que Foucault não tenha refletido especificamente sobre o sistema internacional, sua contribuição para a Disciplina de RIs tem sido enorme ao longo dos últimos anos<sup>36</sup> (Bigo, 2017, p.33-36 Onuf, 2017, p.17-19). Há que se considerar que diferentes interpretações de Foucault tem sido feitas em diferentes espaços acadêmicos onde as RIs e a EPI são mais ou menos institucionalizadas enquanto um campo de investigação nas ciências humanas (Bigo, 2017, p.33-36 Onuf, 2017, p.17-19). O tipo de engajamento com Michel Foucault nas RIs e EPI depende basicamente da formação acadêmica do analista, seja na história, filosofia, teoria social e/ou política – o que, por sua vez, produzirá diferentes abordagens sobre questões das relações internacionais ou economia política internacional<sup>37</sup> (Walker, 2017, p.313).

---

36 Para uma discussão detalhada da contribuição de Michel Foucault para as Ciências Sociais e Humanidades de modo geral, ver: LLOYD, Moya & THACKER, Andrew (Eds.). *The Impact of Michel Foucault on the Social Sciences and Humanities*. New York: Palgrave Macmillan. 1997. 186p.

37 Há um Projeto em curso intitulado “Many Foucaults: How Many Foucaults can Foucault Make?” (disponível em: <https://manyfoucaults.wordpress.com/about/>) resultado de uma conferência organizada em 2014 sobre o tema “Biopolítica, Governamentalidade, (Segurança) Dispositivos: Conceitos para o Estudo do Internacional?” (Bonditti, 2017, p.2). O objetivo desta iniciativa é eliminar as barreiras entre diversos acadêmicos e intelectuais que partem de áreas de investigação distintas nas ciências humanas em geral – explorando, desta forma, a riqueza e pluralidade de diálogo e engajamento com a obra de Michel Foucault (Bonditti, 2017, p.2).

Em primeiro lugar, por exemplo, Foucault é evocado pelos acadêmicos das Relações Internacionais e Economia Política Internacional, em menor medida, a partir do conceito de governamentalidade<sup>38</sup>, utilizado para elucidar as racionalidades e tecnologias<sup>39</sup> de governo que dão azo a dispositivos e técnicas de exercício de poder “sem se basear em reivindicações especializadas sobre a soberania do Estado”<sup>40</sup> (Walker, 2017, p.319). A partir da governamentalidade liberal e neoliberal de governo, autores buscam elucidar a relação entre a constituição do sujeito moderno, a configuração do Estado e sociedade moderna e as formas pelas quais o poder é exercido (Rose, 2007, 350p.; Barry, Osborne & Rose, 1996, 278p.).

Em segundo lugar, relacionado ao primeiro, Foucault é aplicado ao estudo da Disciplina de RIs e EPI pelo conceito de biopoder<sup>41</sup> – que representa a “moderna forma de poder - caracterizado pela crescente organização da população e seu bem-estar, visando o aumento da força e da produtividade” (Dreyfus & Rabinow, 1995, p.8). A partir do biopoder, Foucault identifica duas formas de modalidade de exercício deste poder, a disciplina e a biopolítica (Gros, 2011, p.494). Enquanto a disciplina tem como objeto o corpo dos indivíduos, a biopolítica, por sua vez, tem como alvo a população (Gros, 2011, p.494). No primeiro caso, a “disciplina remete a uma série de técnicas pelas quais se investe a existência do indivíduos, a fim de extrair deles o máximo de forças úteis e fazê-los adotar comportamentos previsíveis” (Gros, 2011, p.494). No segundo caso, a biopolítica trata de “regular a vida (crescimento demográfico, nível de saúde geral, controle do ambiente), a fim de fortalecer o poder global do Estado” (Gros, 2011, p.494). Estas modalidades de poder são empregadas para analisar o funcionamento moderno das instituições governamentais e não governamentais na política internacional moderna como agentes de dominação e exclusão (Neuman & Sending, 2010, 202p.).

Em terceiro, de modo não exaustivo, tentado apresentar um breve panorama mais completo possível dos diálogos estabelecidos com a obra de Michel Foucault é possível sustentar que autores

---

38 Michel Foucault define governamentalidade como o “conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder”; “o tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre os outros – soberania, disciplina – e que trouxe (...) o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo (...) e o desenvolvimento de toda uma série de saberes; “o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se formou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (Foucault, 2008a, p.144).

39 Por tecnologias, deve entender-se toda “uma montagem de formas de conhecimento com uma variedade de dispositivos mecânicos e uma variedade de pequenas técnicas orientadas para produzir certos resultados práticos” (Rose, 2004, p.52).

40 “without relying on spatialized claims about state sovereignty”.

41 Biopoder para Foucault diz respeito a “série de fenômenos que (...) parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais (...) para lhe dar um nome, de biopoder” (Foucault 2008, p.3).

mais próximos ao pós-colonialismo destacam o caráter eurocêntrico do internacional Foucaultiano, responsável por silenciar ainda mais o subalterno na política internacional (Fernández & Esteves, 2017, p.137-154). Por outro lado, autores enfatizam a dimensão da racionalidade liberal/neoliberal de governo nas práticas de segurança moderna (Gros, 2017, p.191-202; Hibou, 2017, p.203-218; McFalls & Pandolfi, 2017, p.219-236); os mecanismos de exercício de poder biopolítico sobre as populações (Paltrinieri, 2017, p.239-260; Taylan, 2017, p.261-274); e, não exaustivamente, as consequências do processo de globalização para a política internacional moderna do ponto de vista da geopolítica (Mattelart, 2017, p.277-294; Elden, 2017, p.295-312).

Diante do exposto, nota-se que o legado de Michel Foucault encontra terreno fértil nas Disciplinas de RIs e EPI para a problematização de questões que estão no âmago de ambas as agendas de pesquisas – tema que será aprofundado no Capítulo a seguir (Neal, 2011, p.177-181). O caminho seguido pela presente Tese é o de resgatar a contribuição Foucaultiana, desenvolvido pelos autores filiados ao projeto de investigação da IPS, especialmente a contribuição de R.B.J. Walker, no que tange a problematização do internacional. Ainda que Foucault não tenha dialogado diretamente com o internacional, Walker, se apropriando dos conceitos e métodos de Foucault, teoriza sobre o internacional de modo a criticar as práticas modernas de governo estabelecidas entre os Estados e atores não estatais no âmbito do sistema internacional (Bonditti, 2017, p.6).

Desta forma, partindo da problematização do internacional, a Tese investiga como as práticas de construção da paz (*peacebuilding*, no sentido lato) desenvolvidas pelas Operações de Paz das Nações Unidas, entendidas essencialmente como modalidades de exercício do biopoder disciplinar e biopolítico, estão circunscritas as racionalidades liberais e neoliberais de governo que, por sua vez, produzem e potencializam limites deste “regime específico de limite espaço-temporal”. Este regime estabelece e informa as técnicas e dispositivos que devem ser empregados por estas operações no âmbito do sistema de governança global a partir da identificação de padrões iliberais e antidemocráticos no interior de determinados Estados. Desta forma, as Nações Unidas, são responsáveis por reproduzir um conjunto de mecanismos disciplinares, normalizadores e de vigilância de modo a multiplicar unidades políticas estatais que reflitam o padrão estatal moderno liberal-democrático – fomentando o quadro de repressão, sujeição e submissão nas relações internacionais. Este fenômeno ocorre uma vez que a própria natureza do biopoder e da construção de fronteiras é violenta por natureza. Indivíduos e populações são governados e demarcados constantemente e isto, por si só, denota um caráter violento nas relações internacionais.

A partir desta chave analítica proposta, a pesquisa constata que o padrão liberal-democrático das Operações de Paz das Nações Unidas leva, em muitos casos, a práticas iliberais e antidemocráticas de governo pela própria natureza do poder exercido por este instrumento

multilateral no sistema internacional. A originalidade da Tese, conforme será elucidado ao longo dos próximos capítulos, reside em demonstrar que a “falha” na construção da paz em sociedades “colapsadas” por conflitos armados passa necessariamente pelo tipo de poder exercido pelas Operações de Paz das Nações Unidas. Este poder constantemente produz saberes, identidades e comportamentos e realidades novas que reconfiguram o papel do Estado, da sociedade e do espaço internacional fortemente marcado por divisões e categorias binárias que reforçam categorias pelas quais o exercício de poder necessariamente não estão fixadas. Esta pesquisa, portanto, demonstra como o poder das Operações de Paz se desenvolvem a partir de categorias analíticas que não passam pelo Estado, soberania território e guerra. Sendo, necessário, portanto, deslocar a análise para as práticas e representações de limitação das Nações Unidas e as conexões estabelecidas pelas Operações de Paz com as cadeias globais políticas e econômicas que perpetuam práticas que inviabilizam a plena gestão e resolução de conflitos.

O argumento da Tese aponta que o *peacebuilding*, enquanto um projeto de governo circunscrito dentro desta lógica de divisão espaço-temporal conhecido como governança global reproduz unidades políticas espaciais e temporais que reforçam algumas categorias como “estabilidade”/“instabilidade”, “segurança”/“insegurança” “desenvolvido”/“subdesenvolvido”, “liberal”/“iliberal”, “democrático”/“antidemocrático”, “estabilidade”/“instabilidade”. Desta forma, é possível analisar as complexas e rearticuladas formas de exercício de poder que operam neste espaço, permanentemente tensionando o próprio tempo e espaço. A partir deste exercício é possível contribuir, como será explorado no último Capítulo, para a discussão do porque há uma falha no projeto de construção de Estados liberal-democráticos no sistema internacional desenvolvido pelas Operações de Paz; porque as Operações de Paz multidimensionais levam à práticas iliberais e antidemocráticas de governo nas sociedades receptoras de assistência humanitária, desenvolvimentista e de segurança; e, não exaustivamente, porque as Operações de Paz das Nações Unidas reforçam uma cadeia global política e econômica que preserva o poder de determinados atores estatais e não estatais no sistema internacional.

#### **1.4 Divisão do Estudo**

Além desta Introdução, a presente Tese está estruturada da seguinte forma: o segundo Capítulo mapeia o problema de pesquisa a ser desenvolvido. Este problema é: a relação entre o internacional e o poder exercido pelos instrumentos multilaterais – particularmente as Operações de Paz das Nações Unidas. O Capítulo apresenta em detalhes como as Disciplinas de EPI e RIs formularam ferramentas distorcidas para compreender a operacionalidade do poder por atores

estatais e não estatais no sistema internacional. Em seguida, utilizando o método arqueológico de Michel Foucault, o Capítulo evidencia os regimes de poder operados por ambas as Disciplinas que inviabilizam, por sua vez, uma correta compreensão do internacional, poder e das práticas de limitação desenvolvidas pelas Nações Unidas. Desta forma, ao mesmo tempo, o Capítulo, na última seção informa a orientação teórica privilegiada ao longo pela tese.

O terceiro Capítulo situa historicamente a emergência das Operações de Paz das Nações Unidas. Para alcançar tal finalidade, se utiliza do método genealógico oferecido por Michel Foucault de modo a investigar as formas modernas de governo e poder introduzidas por estas Operações a partir da segunda metade do século XX. Adicionalmente, a genealogia permite relacionar a problematização de Foucault sobre as mentalidades e racionalidades de governo ao estabelecimento deste instrumento responsável pela gestão e resolução de conflitos no sistema internacional. Com isto, o Capítulo conecta as Operações de Paz das Nações Unidas às racionalidades liberais de governo desenvolvidas a partir da Segunda Guerra Mundial – período que coincide com o desdobramento das primeiras Operações sob a égide da referida organização. O Capítulo também demonstra como as práticas de produção de limites e fronteiras avançadas pelas Nações Unidas não operam exclusivamente a partir de uma dimensão material (Summa, 2016, p.51). Ao contrário, as fronteiras são de caráter simbólico, social, linguístico, cultural, urbano, espacial e etc. (Summa, 2016, p.51). Desta forma, ao apresentar a rearticulação e complexificação das formas de governo e poder, o Capítulo apresenta os condicionantes históricos que possibilitaram o surgimento do biopoder e como esta forma moderna de poder se relaciona às práticas modernas de limitação no contexto do peacebuilding das Nações Unidas.

O quarto Capítulo demonstra, através do estudo de caso da República Democrática do Congo, como as Operações de Paz das Nações Unidas atuam na produção de limites e quais são os impactos no dia a dia de pessoas e comunidades receptoras destas intervenções militares, policiais e civis. Para tanto, o Capítulo está estruturado da seguinte forma. A primeira seção, de caráter conceitual e teórico, discorre sobre a emergência dos Estudos de Fronteiras no âmbito das Ciências Humanas para, em seguida, elucidar a contribuição dos Estudos Críticos de Fronteiras (CBS – acrônimo em inglês). De igual modo, nesta primeira seção, serão apresentadas a diferença entre limites, fronteiras, e margens. A partir desta elucidação, é possível compreender os elementos centrais do ato de limitação e como este conceito é o mais adequado para descrever as diferentes práticas e técnicas através dos quais se governa no âmbito da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) a partir de 2010. No amplo debate sobre o papel dos limites e fronteiras nas relações internacionais, a presente Tese privilegia uma orientação teórica pós-estruturalista de modo a compreender como estes

elementos são produzidos e significados no cotidiano. A seção seguinte discorre sobre o processo histórico de organização do espaço congolês no internacional a partir de uma leitura desenvolvida pelo próprio Michel Foucault. Baseado nas contribuições pós-coloniais, nesta parte específica do Capítulo, demonstra-se como a sociedade internacional de Estados de Foucault silencia o papel do mundo colonial na sua constituição (Fernandez & Esteves, 2017, p.137). De igual modo, a seção problematiza as consequências do tratamento homogêneo do espaço europeu de Foucault para o estudo das relações entre a própria Europa e o resto do mundo (Fernandez & Esteves, 2017, p.137). Com isto, a seção pormenoriza como a constituição do Estado congolês partiu de um processo de limitação imperial europeu que Foucault não aborda ao longo de sua segunda etapa de produção intelectual. Serão apontadas as consequências desta marginalização congolês da sociedade de Estados europeia até o século XIX e quais foram os impactos e implicações da colonização do Rei Leopoldo II da Bélgica ao longo dos séculos seguintes. Em seguida, o Capítulo apresenta as primeiras intervenções multilaterais desdobradas na RDC no século XX. Num primeiro momento serão detalhadas as práticas de limitação, via construção da paz, executadas pelas Nações Unidas em dois momentos distintos: em primeiro lugar, entre 1960-1964, através da Operação das Nações Unidas no Congo, e, num segundo momento, entre 1999-2010, através da Missão de Paz das Nações Unidas na República Democrática do Congo. Nos dois casos, o Capítulo apresenta como o estudo de caso congolês é o mais emblemático para se pensar as práticas de limitação sob a égide da multidimensionalidade das Nações Unidas.

O quinto e último Capítulo destaca o papel de produção de limites desenvolvido pela MONUSCO a partir de 2010. Esta parte da Tese pretende compreender como as práticas de limitação são produzidas e reproduzidas diariamente no contexto de *peacebuilding* das Nações Unidas. Também será apresentado o universo de atores e instituições que integram o processo de reconstrução do Estado congolês responsáveis por difundir e expandir a governamentalidade policial do século XVI e da biopolítica liberal e neoliberal dos séculos XVIII e XX. Para alcançar este objetivo, o Capítulo se estrutura da seguinte forma: a primeira seção discorre sobre os três últimos anos da MONUC, marcada pela acentuação dos limites políticos, econômicos, sociais e culturais. Nesta última fase da MONUC, caracterizada por uma alta incerteza quanto à possibilidade de paz, a inserção da comunidade internacional nos assuntos congolês não cessou. Ao contrário, a partir de 2007, diante dos conflitos étnicos e do processo de reconstrução das instituições do Estado, os mecanismos da governamentalidade neoliberal difundidos pelas Operações de Paz das Nações Unidas se intensificaram ainda mais – acirrando, desta forma, os limites sobre indivíduos e sociedades. Demonstrar-se à como o processo de normalização política, econômica, social e cultural se desenvolveu entre 2007-2010. A seção seguinte discorre sobre o processo de reconstrução do

Estado congolês à partir de 2010 sob a égide da MONUSCO. Com um mandato cada vez mais proativo, principalmente a partir de 2013, do ponto de vista do uso da força para a proteção de civis e diminuição da presença de grupos rebeldes, a Missão vem adotando o mesmo padrão de construção da paz liberal se comparado com o período de 1999-2010. Desta forma, a seção não pretende apenas elencar críticas ao projeto da comunidade internacional, mas, ao contrário, destacar como estas práticas empoderam determinados atores e instituições, marginalizando e negligenciando outros. Demonstra também como as fronteiras são praticadas no dia a dia, potencializando assimetrias e tensões.

A conclusão faz alguns apontamentos para considerações futuras de pesquisa a respeito do tema de investigação proposto. É digno de nota pontuar nesta introdução que não constitui objetivo da pesquisa estabelecer qualquer tipo de conhecimento dogmático de Foucault. Ao contrário, reconhecendo a diversidade do pensamento do autor em questão e da própria IPS, a pesquisa tem a finalidade de contribuir para a elucidação do sistema internacional e como o exercício de poder por instrumentos multilaterais se desenvolve nas relações entre os Estados, atores não estatais e organizações governamentais e não governamentais.

Por fim, não exaustivamente, a pesquisa contribui para o campo das Ciências Econômicas e Geopolítica, duas vertentes de conhecimentos abordados pelo PEPI/UFRJ, na medida em que chama a atenção para as cadeias globais políticas e econômicas que estão associadas as Operações de Paz das Nações Unidas no contexto do seu exercício de poder. E, de igual modo, a Tese contribui para o próprio campo da IPS, que é vasto e que ao longo dos últimos 10 anos dedicou pouca atenção para o papel das Operações de Paz na gestão e resolução de conflitos. A IPS desde 2006 produziu poucos estudos sobre o papel que as Nações Unidas vêm estabelecendo na criação de limites e fronteiras sob a égide da construção da paz. Esta Tese procura oferecer uma singela colaboração neste sentido.

## 2. Mapeando o Problema de Pesquisa: O Internacional, o Poder e os Limites

O objetivo deste Capítulo é oferecer, à luz de obras de autores selecionados, uma extensa revisão na Disciplina de EPI e RIs sobre a relação entre o sistema internacional, Estado, atores não estatais, poder, limites e o papel dos instrumentos multilaterais no âmbito do sistema de governança global. O Capítulo demonstra, adotando o método arqueológico, como as referidas Disciplinas, a partir das teorias do *mainstream* positivistas e até mesmo crítico, conceitualizaram equivocadamente o sistema internacional e, por consequência, o poder exercido por atores estatais e não estatais na construção, prática e estabelecimento de limites. Desta forma, a Tese sustenta que o tratamento equivocado do internacional e do poder produziram narrativas e discursos que foram incapazes de adequadamente compreender a pergunta central que motiva a tese: onde, como e que tipo de poder é exercido pelas Operações de Paz das Nações Unidas?

A partir deste exercício historiográfico é possível, em seguida, “interrogar criticamente e explorar a IPS como um modo de problematização”<sup>42</sup> (Huysmans & Nogueira, 2016, p.299) sobre a centralidade do Estado e da governança global nos estudos da EPI e RIs, identificando, para tal finalidade, corretamente, a operacionalidade do poder das Operações de Paz das Nações Unidas. A contribuição que a Tese oferece, através deste Capítulo, é o de demonstrar que o poder importa e é relevante para compreender as principais transformações e limitações em curso nas relações internacionais. Como consequência, o poder constantemente produz sujeições, dominações, exclusões e exceções. Como destacado, estas mudanças não ocorrem nos espaços privilegiados pelas Disciplinas de EPI e RIs e é justamente a partir da identificação deste equívoco que esta parte do estudo se concentra. Chamando a atenção para outras redes e fluxos de operacionalidade do poder, é possível, portanto, elucidar as principais alterações nas relações internacionais e qual a contribuição que as Operações de Paz das Nações Unidas oferecem neste sentido.

O Capítulo destaca que a dificuldade enfrentada pelas Disciplinas de EPI e RIs para a plena compreensão do poder está relacionada ao fato de que ambas as abordagens representam a “expressão de um imaginário espacial e político particular e histórico”<sup>43</sup> (Bonditti, 2017, p.9), que se consolida como um objeto de estudo e um campo específico de conhecimento nas ciências humanas (Bonditti, 2017, p.8-9). A rubrica das “Relações Internacionais” e da “Economia Política Internacional” refletem, portanto, uma condição política na medida em que expressa o conjunto de discursos e narrativas que estão atreladas a uma concepção moderna das relações internacionais – fixando limites e criando barreiras para o conhecimento e ação política nas relações internacionais.

---

42 “(...) critically interrogated and explores it as an IPS mode of problematizing (...)”.

43 “(...) an expression of a particular and historically situated spatial and political imaginary (...)”

O Capítulo, portanto, desenvolve uma perspectiva crítica em relação às duas Disciplinas para evidenciar os limites e fronteiras ao conhecimento estabelecidas por ambas.

## 2.1 Abordagens da EPI Sobre o Internacional e o Poder

Benjamin Jerry Cohen, considerado um dos principais formuladores modernos da EPI, na obra *“International Political Economy: An Intellectual History”*, descreve as etapas modernas de constituição da Disciplina enquanto um campo acadêmico de investigação no âmbito das ciências humanas (Cohen 2008, p.1, 10). Reconhecendo a diversidade de abordagens da EPI, o autor apresenta “conceitos abstratos, princípios, proposições e conjecturas”<sup>44</sup> a partir de duas grandes “tradições”: a “Escola Americana” e a “Escola Britânica”<sup>45</sup> (Cohen 2008, p.11). Cohen, para alcançar tal finalidade, escolhe “Sete Magníficos” autores, pertencentes respectivamente a cada uma destas Escolas, que contribuíram expressivamente para a teorização do campo da EPI e que, ao longo de suas recentes publicações, possibilitaram a construção de um campo de pesquisa que integre a economia internacional e as relações internacionais (Cohen 2008, p.3, 8). Na Escola Americana, Benjamin Cohen adiciona autores como Charles Kindleberger, Peter Katzenstein, Robert Keohane, Robert Gilpin e Stephen Krasner, enquanto que na Escola Britânica, Cohen inclui autores como Robert Cox e Susan Strange (Cohen 2008, p.8).

Seguindo a lógica de complementariedade e não exclusão entre as duas abordagens, Benjamin Cohen argumenta que existem elementos definidores da “Escola Americana” e da “Escola Britânica” (Cohen 2008, p.12). Neste sentido, para o autor, nos Estados Unidos da América (EUA), o desenvolvimento da EPI vem sendo marcado pela adoção de métodos positivistas e empiristas no

44 “(...) abstract concepts, principles, propositions and conjectures”

45 David A. Lake e Jeffrey A. Frieden na obra *“International Political Economy: Perspectives on Global Power and Wealth”* embora reconheçam a mesma trajetória cronológica estabelecida por Benjamin Cohen, no que diz respeito a consolidação da agenda de pesquisa da Economia Política Internacional, defendem que as principais tradições teóricas da Disciplina podem ser agrupadas nos paradigmas liberais, realistas e marxistas (Lake & Jeffrey, 2000, p.9). Para conceitualizações distintas sobre as divergências teóricas no campo da EPI das que foram apresentadas, ver: BLYTH, Mark (Ed.). *Routledge Handbook of International Political Economy (IPE): IPE as a Global Conversation*. London and New York, Routledge, 2009. 337 p. MILLER, Raymond C. *International Political Economy: Contrasting World Views*. London and New York: Routledge, 2008. 274 p. JACKSON, Robert & SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007. 445 p. LANGLEY, Paul. *World Financial Orders: An Historical International Political Economy*. London and New York: Routledge, 2002. 192 p. JONES, Barry R. J. *Routledge Encyclopedia of International Political Economy*. Volumes 1-3. London and New York: Routledge, 2001. 3593 p. O autor da presente Tese reforça que existem diversas abordagens da EPI para além dos estudos americanos e britânicos, para detalhes adicionais sobre esta discussão, ver: JABKO, Nicolas. *Why IPE is underdeveloped in continental Europe: a case study of France*. In: BLYTH, Mark (Ed.). *Routledge Handbook of International Political Economy (IPE): IPE as a Global Conversation*. London and New York, Routledge, 2009. pp.231-242; PALMA, José Gabriel. *Why did the Latin American critical tradition in the social sciences become practically extinct?* In: BLYTH, Mark (Ed.). *Routledge Handbook of International Political Economy (IPE): IPE as a Global Conversation*. London and New York, Routledge, 2009. pp.243-265. A quarta parte “IPE Elsewhere - exemptions, exclusions, and extensions” do livro *“Routledge Handbook of International Political Economy (IPE): IPE as a Global Conversation”* ainda conta com mais três capítulos que abordam a diversidade deste campo de estudo para além do circuito anglo-saxão (pp.229-306).

âmbito da interseção entre a Ciência Política e as Ciências Econômicas, enquanto que nos círculos acadêmicos britânicos, há uma forte tendência de criar vínculos com outros campos do conhecimento para além destas Disciplinas (Cohen 2008, p.13). Em resumo, Cohen sustenta que a tradição americana é “vinculada à uma fidelidade tripartite com o liberalismo, positivismo e método quantitativo, enquanto que a tradição britânica caracteriza-se por uma epistemologia agnóstica e é compromissada com linhas de investigação críticas e normativas”<sup>46</sup> (Phillips & Weaver, 2011, p.2, tradução livre). Diante destas diferenças ontológicas, epistemológicas e metodológicas destacadas por Cohen, que não se resumem a estas duas Escolas, é digno de nota apontar que a EPI não apresenta uma única definição sobre o que este campo de estudo representa em termos de uma agenda de pesquisa e quais são de fato os autores mais expressivos da área<sup>47</sup> (Blyth, 2009, p.2). De acordo com a ISA, a mais notória associação de estudos no campo das RIs, a EPI possui como principal objetivo de investigação a análise de “como instituições políticas, processos, e atores influenciam interações econômicas e, reciprocamente, como instituições econômicas, processos, e atores afetam as interações políticas”<sup>48</sup> (ISA, 2016, tradução livre). Colocado de outra forma, a EPI enuncia que é impossível compreender a evolução da política internacional sem fazer referências às conexões entre as relações internacionais e a economia internacional (Phillips, 2017, p.254; Ravenhill, 2011, p.21).

Inserida nas variadas seções de estudos da ISA, a subunidade temática de EPI vem reunindo diversos pesquisadores que se interessam pelo papel que “as forças domésticas exercem na formação da política global bem como a influência das forças globais nas políticas domésticas”<sup>49</sup> (ISA, 2016, tradução livre). Ganha notoriedade nestes estudos temáticos assuntos como “regimes internacionais e regionais, estruturas de autoridade privada, políticas de bem-estar, políticas sociais e ambientais, políticas monetárias e cambiais, integração global, comércio internacional, desenvolvimento internacional, equidade, finanças internacionais, corporações multinacionais,

---

46 “Cohen argues that IPE has split along two tracks: an “American” school, bound by a tripartite allegiance to liberalism, positivism, and quantitative methods, and a “British” school that is more epistemologically agnostic and drawn to normative or critical lines of inquiry”.

47 Benjamin Jerry Cohen em 2007 publicou um artigo na *Review of International Political Economy* intitulado “*The transatlantic divide: Why are American and British IPE so different?*” (Cohen, 2007, p.197-219). O objetivo de Cohen era o de justamente chamar a atenção para as diferenças encontradas nestas duas tradições teóricas que dominaram o debate na Disciplina de EPI (Cohen, 2007, p.197-219). A partir desta contribuição de Cohen, diversos analistas da EPI se reuniram para oferecer algumas reflexões sobre o estado da arte da EPI nos Estados Unidos da América e quais eram as implicações desta abordagem dominante estadunidense para a Disciplina em termos de um “corpo coerente de conhecimento que é construído para definir um tema de investigação” (Phillips & Weaver, 2011, p.2-3; Cohen, 2007, p.197). O objetivo dos analistas era o de justamente tentar compreender os impactos da dominação estadunidense na área e como esta proeminência fomentava outras abordagens que não recebiam uma atenção devida dos acadêmicos da área (Phillips & Weaver, 2011, p.3).

48 “how political institutions, processes, and actors influence economic interactions, and conversely, how economic institutions, processes, and actors affect political interactions.”

49 “IPE scholars examine the role of domestic drivers in shaping global politics as well as the influence of global drivers on domestic politics”.

organizações não governamentais, e responsabilidade social corporativa<sup>50</sup> (ISA, 2016, tradução livre).

Desta forma, a EPI emerge com o objetivo de compreender o conjunto de “processos, tendências e atores”<sup>51</sup> que integram a arena político-econômica global (Phillips, 2017, p.254). E desde o advento moderno da Disciplina<sup>52</sup> as principais questões levantadas pelos intelectuais, das mais diversas orientações teóricas, giram em torno do conceito de poder (Phillips, 2017, p.254). De modo esquemático, dois grandes debates na referida Disciplina ocorreram no que tange o poder: em primeiro lugar, uma duradoura reflexão sobre poder e riqueza, levando, por extensão, a uma discussão sobre “como o poder é exercido, por quem, e quais são as consequências para a economia política global contemporânea?”<sup>53</sup>; em segundo lugar, há uma extensa controvérsia sobre a relação entre autoridades públicas e privadas de poder no sistema internacional e como estas instituições lutam pela alocação de recursos, que são escassos, no referido sistema (Phillips, 2017, p.254). Neste sentido, o poder se torna um elemento central na EPI (Phillips, 2017, p.254; Ravenhill, 2011, p.21).

Diante da perspectiva em tela, nota-se que a EPI é um campo vasto (Guzzini, 2012, p.17) em que geralmente se aceita que por economia entende-se o “sistema de produção, distribuição e o emprego de riquezas”, por política “o conjunto de instituições e regras através das quais as interações econômicas e sociais são governadas” e, por internacional, a esfera onde estas duas interseções (econômica e política) operam<sup>54</sup> (Frieden & Lake, 2000, p.1, tradução livre). Desde a emergência moderna da EPI, precisamente a partir da década de 1970, diversos paradigmas destacaram, cada um ao seu modo, os desafios impostos aos Estados diante da crescente integração política e econômica observadas no sistema internacional (Cohen, 2008, p.21-22). Destaca-se, por exemplo, a “Teoria da Estabilidade Hegemônica”, a “Teoria Institucionalista”, a “Teoria dos Regimes”, o “Poder Estrutural”, e, de modo não exaustivo, a “Teoria Crítica”. Partindo de tradições

---

50 “international and regional regimes, private authority structures, welfare policies, social and environmental policies, monetary and exchange rate policies, global integration, international trade, international development and equity, international finance, multinational corporations, NGOs, and corporate social responsibility”.

51“(…) processes, trends, actors (...)”.

52 Benjamin Cohen na obra “*International Political Economy: An Intellectual History*” sustenta que a EPI enquanto uma “rede institucionalizada de acadêmicos (...) com suas próprias fronteiras e terminologias” de fato remonta à segunda metade do século XX, precisamente ao início da década de 1970 (Cohen, 2008, p.2). Entretanto, o autor destaca que “em termos de antecedentes intelectuais” a EPI remonta à segunda metade do século XVIII, no contexto do Iluminismo, onde os estudos da política e economia não estavam necessariamente divorciados entre si, criando, desta forma, uma interseção entre estes dois campos de estudos sobre a reflexão da política internacional (ibidem, p.17). O que explica a crescente separação da economia internacional da política internacional, nas palavras de Cohen, foi “o aumento da formalização do estudo econômico e uma crescente abstração das ideias teóricas” (ibid., p.18). Para Cohen, assim como para outros autores, a EPI representa, de fato, a versão mais “pura” do estudo das relações internacionais, e é por isso que existe a partir de 1970 todo um movimento no sentido de reaproximar as relações internacionais do seu sentido analítico mais preciso – quer seja, o da EPI (ibid., p.19-21).

53“(…) how power is exercised and by whom, and with what consequences, in the contemporary global political economy”.

54 “In the most general sense, the economy can be defined as the system of producing, distributing, and using wealth; politics is the set of institutions and rules by which social and economic interactions are governed”.

teóricas realistas, liberais e marxistas, estas formulações, entre outros pontos, mas, para efeitos de delimitação da presente pesquisa, lançam luzes a respeito da “natureza da ordem política internacional”<sup>55</sup> e seus mecanismos de governança<sup>56</sup> bem como as relações de poder presentes nas esferas inter e intraestatais da economia política internacional (Guzzini, 2012, p.2).

De acordo com a autoridade discursiva estabelecida/dominante, esta proposta de pesquisa da economia política internacional se consolida tendo como pano de fundo a instabilidade na economia política global da década de 1970, ocasionada pela transição do padrão “dólar-ouro”<sup>57</sup>, consagrado pelos acordos de Bretton Woods, para o padrão “dólar-flexível”<sup>58</sup>; além dos mecanismos de pressão em torno de uma nova ordem econômica internacional defendidos por Estados subdesenvolvidos – como os Estados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP); e, não exaustivamente, pela ascensão de novas economias industrializadas (como o Japão e Estados da Ásia Oriental) (Phillips, 2017, p.262). Deste modo, as teorias destacadas no parágrafo anterior passaram a enfatizar a dinâmica das forças políticas e econômicas que operam no processo de globalização, incluindo, desta forma, “o papel das ideologias e ideias, o poder dos interesses

---

55 “ (...) nature fo the international political order”

56 Em sua acepção clássica, governança é amplamente utilizada em setores públicos e privados para descrever arranjos locais e globais, estruturas formais e normas e práticas informais e sistemas intencionais de controle (Lynn, Heinrich, Hill, 2001, p.5). Mesmo diante da profundidade e ambiguidade de definições e um amplo escopo de aplicações, a governança geralmente se refere aos meios para alcançar direção, controle e coordenação, parcial ou total, de indivíduos autônomos ou unidades organizacionais (ibidem, p.6). Para um aprofundamento das definições do termo governança, ver: LYNN, Laurence E.; HEINRICH, Carolyn J.; HILL, Carolyn. *Improving Governance: A New Logic for Empirical Research*. Washington DC: Georgetown University Press, 2001. 224p.

57 Durante o período de vigência do padrão dólar-ouro, consagrado logo após os Acordos de Bretton Woods, os “Estados Unidos têm saldo comercial e em conta corrente positivos, mas a Guerra Fria faz com que, via ajuda, empréstimos e investimento direto, os Estados Unidos tenham crescentes déficits na balança de pagamentos. Ao longo do tempo, com a reconstrução dos demais países capitalistas centrais (incentivada e financiada pelos próprios americanos), os saldos comerciais e de conta corrente dos Estados Unidos são reduzidos continuamente até se tornarem negativos em 1971” (Serrano, 2002, p.245).

58 Franklin Serrano, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, destaca que “no padrão dólar-flexível os Estados Unidos podem incorrer em déficits na balança de pagamentos e financiá-los (...) com ativos denominados em sua própria moeda, como nos outros padrões (...). Além disso, a ausência de conversibilidade em ouro dá ao dólar a liberdade de variar sua paridade em relação a moeda dos outros países conforme sua conveniência, através de mudanças da taxa de juros americana (...) A outra vantagem para os Estados Unidos da ausência de conversibilidade em ouro é a eliminação pura e simples da sua restrição externa. Agora, os Estados Unidos podem incorrer em déficits em conta corrente permanentes e crescentes sem se preocuparem com o fato de seu passivo externo líquido estar aumentado, uma vez que esse passivo "externo" é composto de obrigações denominadas na própria moeda americana e não conversíveis em mais nada” (Serrano, 2002, p.250-251).

privados econômicos, a revolução tecnológica e a evolução do poder do Estado”<sup>5960</sup> (Phillips, 2017, p.262).

Neste sentido, é possível argumentar que no âmbito da amplitude da agenda de pesquisa da EPI, os estudos sobre a globalização<sup>61</sup> e seus mecanismos de governança vem ganhando projeção destacada, principalmente a partir do término da Guerra Fria. Neste sentido, a Disciplina vem refletindo a respeito dos impactos da globalização sobre o comércio, finança, os Estados e atores não estatais – temas que até a década de 1970 não habitavam o escopo analítico nas RIs a partir de uma visão integrada da economia internacional e relações internacionais (Phillips, 2017, p.257; Barnett & Duvall, 2005, p.1). Phillips e Catherine Weaver argumentam que o campo da EPI é extremamente vasto sobre a análise da economia política internacional – o que torna difícil, como já destacado, a tarefa de estabelecer uma cronologia precisa sobre os principais expoentes e temas que habitaram a agenda teórica da Disciplina (Phillips & Weaver, 2011, p.1).

Martin Hewson e Timothy Sinclair na obra *“Approaches to Global Governance Theory”* argumentam que a governança global emerge no contexto de um amplo debate sobre a fonte, extensão e consequências da mudança na política internacional a partir do dismantelamento da ordem bipolar dos anos 1945-1991 (Hewson & Sinclair, 1999, p.18). Adicionam os referidos autores que existem diversos usos do conceito de governança global. Em primeiro, este termo pode ser empregado para “traçar as mudanças gerais nos padrões dos regimes interestatais”; em segundo, o termo se relaciona a capacidade das organizações governamentais de responderem a problemas práticos diante da mudança contemporânea; em terceiro, e não exaustivamente, muitos autores, esclarecem Hewson e Sinclair, empregam o termo para identificar “as forças ascendentes que

---

59 “(...) the role of ideology and ideas, the power of private economic interests, the technological revolution, and the evolution of state power”.

60 Robert Keohane na obra *“The Old IPE and the New”* (2011) aponta que as questões colocadas pela agenda de pesquisa de EPI a partir do século XXI se assemelham à algumas questões levantadas em 1970, a saber: em primeiro lugar, Keohane destaca que o desenvolvimento econômico no início do novo século passou de fato a incluir grande parte da população mundial, pressionando, desta forma, os autores da EPI a desenvolverem uma reflexão acadêmica sobre os estágios de desenvolvimento entre os Estados na economia política internacional; em segundo lugar, Keohane argumenta que outros Estados, como a China, passaram a se tornar atores relevantes na política internacional, principalmente do ponto de vista comercial e financeiro; em terceiro, Keohane acredita que a volatilidade do mercado financeiro e energético, que ganham projeção a partir da década de 1970, passa a ser muito mais acentuada; em quarto lugar, Keohane sustenta a posição de que atores não estatais de fato desempenham um papel fundamental na política internacional; e, por fim, Keohane argumenta que as tecnologias eletrônicas se tornaram a base para a comunicação global (Keohane, 2011, p.41-42). Todos estes fenômenos destacados por Keohane, como será elucidado adiante pela Tese, encontram o seu âmbito no processo de globalização.

61 A globalização deve ser entendida no sentido amplo como um processo político-econômico e histórico de longa duração que estabelece princípios ideológicos e materiais essencialmente baseados no modo de produção capitalista (Phillips, 2017, p.257). Ao adotar o termo capitalismo, a Tese sugere “um processo complexo e intertravado que envolveu a formação da burguesia mercantil e bancária, o surgimento das nações e o surgimento dos Estados modernos, a expansão do comércio e a dominação em grande escala, o desenvolvimento de técnicas de transportes e produção, a introdução de novos modos de produção e a emergência de novas atitudes e ideias” baseados na racionalidade liberal de governo a partir do século XVIII (Beaud, 2001, p.13). Para uma discussão sobre a evolução histórica do modo de produção capitalista e seus impactos para os Estados e atores não estatais no sistema interestatal, ver: BEAUD, Michel. *A History of Capitalism: 1500-2000*. New York: Monthly Review Press, 2001. 348 p.

moldam a governança da política internacional como um todo”<sup>62</sup> (Hewson & Sinclair, 1999, p.19, tradução livre). É digno de nota destacar que em sua acepção clássica e mais difundida, a governança global é resultado da “intensificação das conexões entre Estados e pessoas, criando, desta forma, a necessidade de governança e elaboração de regras no nível global”<sup>63</sup> (Barnett & Duvall, 2005, p.1). Partindo deste entendimento, a Disciplina pontua que no âmbito dos arranjos de governança criados com o intuito de facilitar a cooperação política, econômica, social e cultural entre os atores que habitam a política internacional, o poder<sup>64</sup> é uma componente fundamental (Barnett & Duvall, 2005, p.2). Neste sentido, Michael Barnett e Raymond Duvall apontam que a governança envolve necessariamente regras, estruturas e instituições que guiam, regulam e controlam a vida social – elementos fundamentais do poder (Barnett & Duvall, 2005, p.2).

A narrativa discursiva que estabelece um retrospecto sobre o desenvolvimento da Disciplina de EPI enuncia que os estudos sobre a governança global ganham um impacto significativo a partir do início da década de 1990, precisamente em 1992, com a publicação do livro editado por James Rosenau e Ernst-Otto Czempiel “*Governance Without Government: Order and Change in World Politics*”<sup>65</sup> (Acharya, 2016, p.1; Hewson & Sinclair, 1999, p.4). Outra publicação considerável que teve um impacto sobre a EPI foi o relatório de 1995 da Comissão sobre Governança Global

---

62 "(...) arises from the attempt to trace broad changes in patterns of international regimes"; "(...) the implications of contemporary changes for the world organizations' capacities for addressing world problems; (...) identifying the ascendant political forces shaping the form of global governance".

63 "(...) intensifying connections between states and peoples, better known as globalization, are now frequently presumed to create the need for governance and rule-making at the global level".

64 Em sua acepção clássica, poder, de acordo com o *mainstream* realista da Disciplina de EPI e Relações Internacionais, pode ser definido como a "capacidade para fazer as coisas e em situações sociais para afetar outros de modo a alcançar o resultado esperado" (Nye, 2011, p.6, tradução livre). Joseph Nye Jr. na obra “*The Future of Power*” faz questão de esclarecer que o poder não pode ser confundido com influência e que qualquer definição sobre poder não pode ser absoluta, tendo em vista que este conceito é contestado sob diversas formas (ibidem, p.5). Para uma discussão detalhada sobre o poder e suas múltiplas formas, ver: NYE, Joseph S. Jr. *The Future of Power*. New York: Public Affairs, 2011. 320 p. Ao longo deste Capítulo ainda serão apresentadas outras definições de poder e qual é a definição conceitual deste conceito que guiará o presente estudo.

65 Reunindo a contribuição de 10 autores diferentes, o livro “*Governance Without Government: Order and Change in World Politics*” se tornou uma referência para os estudos da EPI na medida em que se debruça sobre a análise das “bases ideacionais, padrões de comportamento e arranjos institucionais” que orientam o sistema de governança global após o término da Guerra Fria (Rosenau & Czempiel, 1992, p.i). Partindo de diversas orientações teóricas e desenvolvendo uma breve retrospectiva sobre a evolução deste sistema, precisamente a partir do século XIX, os autores destacam, cada um ao seu modo, a relação entre o atual estágio do processo de globalização e os seus impactos para as relações internacionais, e, conseqüentemente, quais as implicações desta configuração estatal e de outros atores para a efetividade das instituições internacionais e os mecanismos regulatórios que operam na política internacional (ibidem, p.i).

66 Amitav Acharya no capítulo “Rethinking Demand, Purpose and Progress in Global Governance: An Introduction” do livro “*Why Govern: Rethinking Demand, Purpose and Progress in Global Governance*” apresenta uma extensa sugestão de bibliografia sobre os estudos da governança global no campo da EPI (que serão, inclusive, utilizadas ao longo da Tese) (Acharya, 2016, p.1). Dentre as mais relevantes (por ordem crescente por ano de publicação), ver: AKSU, Esref & CAMILLERI, Joseph. *Democratizing Global Governance*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2002. 306 p.; BACHE, Ian & FLINDERS, Matthew. *Multi-level Governance*. Oxford: Oxford University Press, 2004. 256 p.; MOLEKETU, Geraldine Fraser (Ed.). *The World We Could Win: Administering Global Governance*. Amsterdam, Berlin, Oxford, Tokyo, Washington DC: IOS Press, 2005. 177 p.

intitulado “*Our Global Neighbourhood*”<sup>67</sup> (Acharya, 2016, p.1). Realizando uma breve retrospectiva sobre a emergência da governança global na disciplina de EPI, Amitav Acharya advoga que “graças à intensificação da globalização e a proliferação de ação coletiva (...) em diversas áreas (...) a necessidade por maior governança se tornou reconhecida”<sup>68</sup>, o que explica, por sua vez, o crescente interesse pelos estudiosos da EPI sobre a governança global desde a década de 1990 (Acharya, 2016, p.1).

É digno de nota destacar, como apresentado nos parágrafos anteriores, que antes mesmo da publicação do livro de Rosenau & Czempiel (1992) e do Relatório da Comissão de Governança Global (1995), o tema da governança global e, conseqüentemente, do poder sempre estiveram presentes no âmago da EPI (Cohen, 2008, p.95). Seguindo a delimitação proposta por Benjamin Cohen na obra “*International Political Economy: An Intellectual History*”, cabe ressaltar que os principais teóricos que ajudaram a reintroduzir este campo de estudos na agenda das ciências

---

67 O relatório da Comissão sobre Governança Global intitulado “*Our Global Neighbourhood*”, que expressa a posição de 28 especialistas de diversas áreas (segurança, direitos humanos e temas correlatos), pontua que o sistema de governança global (entendida como a relação de manejo de assuntos comuns entre indivíduos e instituições de caráter público e privado) demanda uma responsabilidade comum que deve ser compartilhada por atores estatais e não estatais (Our Global Neighbourhood, 1995, p.xiii-xx). Ao identificar um “novo mundo” já no início do primeiro capítulo do relatório, os integrantes da Comissão apontam que o término da Guerra Fria representara um importante momento para a definição de metas estratégicas de cooperação em “áreas de preocupação em comum e destino compartilhado” - sendo a governança global a expressão dessa necessidade de responsabilidade mútua envolvendo diversos atores das relações internacionais (ibidem, p.1). O objetivo da Comissão, que não representava um órgão oficial das Nações Unidas, era o de realizar uma série de recomendações de modo a tornar as Nações Unidas mais efetiva no sistema internacional – para além do campo da paz e segurança (ibid., p.1). Para tanto, os membros da Comissão identificaram cinco prioridades que deveriam orientar os debates a respeito da resignificação do sistema de governança global a partir da década de 1990: em primeiro lugar, o estabelecimento de valores para a vizinhança global; em segundo, a promoção da segurança; em terceiro, o manejo de relações econômicas face à interdependência; em quarto, a reforma das Nações Unidas no âmbito dos seus diferentes órgãos; e, por fim, o fortalecimento do estado de direito em todo o mundo (ibid., p.41-334). O relatório conclui que “uma ética civil global para guiar a ação no âmbito da vizinhança global, e lideranças imbuídas desta ética, é vital para a qualidade da governança global” (ibid., p.335). Neste sentido, o relatório da Comissão objetivava criar uma nova referência de interação entre Estados e ONGs no âmbito multilateral de modo a potencializar o papel de cada um destes atores na política internacional (ibid., p.335). Os membros da Comissão concluem que “as Nações Unidas devem continuar a desempenhar um papel central na governança global. Com a sua universalidade, é o único fórum onde governos do mundo se reúnem regularmente de modo igualitário e tentam resolver os principais problemas do mundo” (ibid., p.6). Neste sentido, os integrantes da Comissão advogam que “todo esforço deve ser feito para conceder total credibilidade e recursos para as Nações Unidas” de modo que a organização possa plenamente exercer suas responsabilidades na política interestatal (ibid., p.6). No que tange às reformas das Nações Unidas os integrantes argumentam que no Conselho de Segurança uma reforma deveria ser promovida de modo a incluir mais Estados permanentes no processo de tomada de decisão e o poder de veto deveria ser revisto (ibid., p.344). No que tange à Assembleia Geral, a Comissão sugere uma ampla revitalização em questões orçamentárias, temáticas e procedimentais – ampliando, desta forma, o espaço de participação de outros atores não estatais na agenda da organização (ibid., p.345). No Conselho de Tutela, a Comissão sugere um novo mandato para este órgão face aos valores éticos que deveriam ser difundidos pelas Nações Unidas levando em consideração preocupações comuns (ibid., p.345). Sobre o Conselho Econômico e Social, a Comissão sugere o término deste órgão, uma vez que o caráter centralizador desta instância se assemelha a um Conselho de Segurança Econômico, inviabilizando, desta forma, reformas econômicas e sociais mais igualitárias, levando em consideração os anseios e demandas da ampla gama de atores da sociedade civil global (ibid., p.346). Para o detalhamento das propostas sobre a reforma das Nações Unidas em seus diversos órgãos, ver: *Our Global Neighbourhood: The Report of the Commission on Global Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1995. 410p.

68 “(...) intensified globalization and the proliferation of collective action (...) in diverse areas (...) the need for global governance is ever more acknowledged”.

sociais/humanas contribuíram, cada um ao seu modo, para a reflexão da natureza estrutural das relações internacionais e como o poder é exercido entre atores estatais e não estatais no sistema internacional (Cohen, 2008, p.95).

As duas subseções a seguir apresentam a contribuição dos autores filiados a “Tradição Americana” e a “Tradição Britânica” para, em seguida, apontar lacunas, evidenciar regimes de poder nas narrativas que criaram historicamente possibilidades de conhecimento e ação na Disciplina de EPI e RIs. O objetivo, ao expor um extrato dos “Sete Magníficos” autores, é o de destacar como suas construções ontológicas, epistemológicas e metodológicas criaram uma autoridade discursiva que inviabilizam a compreensão da operacionalidade do poder e das práticas de limitação no internacional. Adicionalmente, de modo não exaustivo, como será explorado adiante, suas formulações teóricas privilegiam unidades de análise incorretas, o que não elucida o poder e sua relação com o Estado e atores não estatais.

### 2.1.1 A Tradição Americana

Seguindo o recorte proposto pela taxonomia apresentada por Benjamin Cohen, destaca-se que, no âmbito da EPI, um dos pioneiros autores que refletiram sobre a reconfiguração do Estado face ao processo de globalização, principalmente no que tange ao surgimento de atores não estatais e seus impactos sobre a relação governança global-poder fora Robert Owen Keohane e Joseph Samuel Nye. No clássico livro “*Power and Interdependence: World Politics in Transition*” (1977) os autores formulam um princípio para se pensar a configuração do sistema de governança global a partir da segunda metade do século XX. Deste modo, os autores, caros à tradição liberal, identificaram analiticamente (e não descritivamente) a interdependência complexa como “a nova era da política internacional”<sup>69</sup>, resultando, entre outros pontos, numa posição de destaque às Organizações Intergovernamentais (OIs) e demais atores não estatais em contraposição aos Estados (Cohen, 2008, p.28). Keohane e Nye discorrem, já no primeiro capítulo, sobre as características da política internacional no mundo globalizado da década de 1970 (Keohane & Nye, 2001, p.3-19). De acordo com Keohane e Nye, o principal elemento definidor das relações internacionais no pós Segunda Guerra Mundial é a “interdependência”<sup>70</sup>, caracterizada, pelos múltiplos canais de

---

69 “(...) new era of world politics (...)”

70 João Pontes Nogueira e Nizar Messari no livro “*Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*” destacam que o tema da interdependência já constituía um importante elemento de análise da Disciplina de Relações Internacionais no início do século XX (Nogueira & Messari, 2005, p.81). Autores como Norman Angell, no clássico livro “*A Grande Ilusão*” (1910), que fora responsável por introduzir o paradigma liberal na recém formulada Disciplina de Relações Internacionais, apontava para o grau de interdependência econômica e política no sistema internacional, criando, desta forma, um cenário desapropriado para os conflitos armados (Angell, 2002, p.xxii). David Mitrany (1966) e Ernst Hass (1976), autores pertencentes a tradição funcionalista, também argumentavam no período pós Segunda

comunicação estabelecidos entre Estados, OIs e Organizações Não Governamentais (ONGs)<sup>71</sup> (Keohane & Nye, 2001, p.21); pela ausência de hierarquia entre assuntos políticos e econômicos (*high e low politics*)<sup>72</sup> na agenda dos Estados diante da acentuada cooperação alcançada entre estes atores (Keohane & Nye, 2001, p.22); e, finalmente, pela diminuição da força militar diante da crescente interseção política e econômica entre Estados, OIs e ONGs (Keohane & Nye, 2001, p.23-24). De igual modo, Keohane e Nye advogam que os regimes, definidos como um conjunto de arranjos de governança (Keohane & Nye, 2001, p.19), estão em constante mudança, provocando, desta forma, uma difusão de poder no sistema internacional (Keohane & Nye, 2001, p.17).

Neste sentido, argumentam Keohane e Nye à época: os Estados estão sendo constrangidos por forças “privadas” ou “impessoais”, tais como as corporações multinacionais, forças de mercado e demais atores não estatais, “limitando”, desta forma, o poder estatal e criando um novo cenário de governança global (Keohane & Nye, 2001, p.17). Partindo deste entendimento, o referido sistema é regido por um poder difuso que opera no âmbito da interação dos atores que compõem a política internacional (Barnett & Duvall, 2005, p.12). Esta difusão se manifesta no “poder institucional” das OIs, ONGs e demais atores da sociedade civil, na medida em que estes atores criam regras e procedimentos que guiam, dirigem e constroem ações e conduções, principalmente, sobre os Estados (Barnett & Duvall, 2005, p.15). Com isto, o sistema de governança global emerge como resultado dos múltiplos canais de comunicação estabelecidos entre agentes estatais e não estatais de modo a gerenciar suas relações e, em certo sentido, mediar a luta de poder por controle dos resultados e não simplesmente pelo poder baseado estritamente na busca por recursos (Keohane & Nye, 2001, p.29). O Quadro abaixo sistematiza as diferenças (que serão exploradas a seguir) entre os processos políticos sob as condições dos realistas e da interdependência complexa de acordo com Keohane e Nye.

---

Guerra Mundial, que a interdependência política e econômica criara um cenário favorável para que as organizações internacionais desempenhassem um papel ativo na política interestatal (Jackson & Sorensen, 2007, p.160-161). Nogueira e Messari, de igual modo, apontam que no início da década de 1970 a obra editada pelos próprios Robert Owen Keohane e Joseph Samuel Nye intitulada “*Transnational Relations and World Politics*” (1971) representou um importante marco na discussão sobre a interdependência a partir da década de 1970 (Nogueira & Messari, 2005, p. 81). Este período histórico de contribuição teórica, como será explorado adiante, coincide com a ascensão da Economia Política Internacional enquanto um campo de estudos na Disciplina de Relações Internacionais.

71 Para uma definição do conceito de organizações intergovernamentais, não governamentais e demais mecanismos de cooperação institucional entre os Estados no âmbito das relações internacionais (como, por exemplo, a segurança coletiva, a cooperação funcional e a integração regional), ver: HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro; TABAK, Jana. Organizações Internacionais: História e Práticas. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2015. 237 p.

72 Robert Keohane e Joseph Nye, na referida obra, entendem *high politics* como a política baseada no poder militar centrada na força material dos Estados (Keohane & Nye, 2001, p.26-29). A alta política relaciona-se ao maior nível estratégico do Estado, sendo considerada uma política vital para a sobrevivência do Estado (ibidem, p.26-29). Em oposição, a *low politics* é a política que ocupa uma posição secundária na agenda dos Estados, sendo geralmente relacionada à questões de comércio e desenvolvimento, não comprometendo, imediatamente a sobrevivência dos Estados (ibid., p.26-29).

	<b>Realismo</b>	<b>Interdependência Complexa</b>
<b>Objetivos dos Atores</b>	Segurança militar.	Objetivos variam de acordo com o assunto. Políticas transgovernamentais Tornam definição de objetivos uma tarefa difícil. Atores transnacionais vão perseguir seus objetivos.
<b>Instrumentos de Política Estatal</b>	Força militar é mais efetiva, instrumentos econômicos e de outras naturezas também podem ser usados.	Recursos de poder específicos para cada área serão relevantes. Manipulação ou interdependência, organizações internacionais, e atores transnacionais podem ser instrumentos principais.
<b>Formação de Agenda</b>	Mudanças potenciais na balança de poder e ameaças de segurança determinam a alta política e influencia outras agendas.	Agenda será afetada pelas mudanças nas distribuições dos recursos de poder dentro de determinada área; o status dos regimes internacionais; mudanças na importância de atores transnacionais; ligações com outros assuntos e a politização como o resultado da crescente interdependência.
<b>Papel das Organizações Internacionais</b>	Papel é mínimo, limitado ao poder do Estado e a importância da força militar.	Organizações definirão as agendas, induzirão a formação de coalizão, e atuarão como arenas para ação política pelos Estados frágeis. Habilidade para escolher o fórum organizacional para um assunto e mobilizar votos serão importantes recursos políticos.

Quadro 1: Diferenças dos Processos Políticos sob as Condições dos Realistas e da Interdependência Complexa.  
Retirado e Adaptado de: Keohane & Nye, 2001, p.37.

David Held e Anthony McGrew argumentam na introdução do livro "*Governing Globalization: Power, Authority and Global Governance*" que após a publicação do livro "Power and Interdependence" de Keohane e Nye muito se produziu sobre "os regimes internacionais, e sobre a questão do porque e sob quais circunstâncias os Estados engajam-se na cooperação internacional e na construção de instituições"<sup>73</sup> (Held & McGrew, 2002, p.12). Mesmo reconhecendo o conjunto de transformações apontadas por Keohane e Nye, mas, opondo-se

73 "(...) international regimes, the question as to why, and under what circumstances, states engage in international cooperation and institution building (...)".

frontalmente às análises liberais, Robert Gilpin, autor caro à tradição realista<sup>74</sup>, sustenta que a interdependência identificada pelos referidos autores deve ser conceitualizada a partir de uma visão estadocêntrica (Cohen, 2008, p.34; Gilpin, 1987, p.8-24). Neste sentido, Gilpin acredita que o poder oriundo das relações políticas são determinantes para as relações econômicas (Cohen, 2008, p.34; Gilpin, 1987, p.8-24). Gilpin advoga que os Estados representam os atores centrais da política internacional em função dos recursos de poder que lhes são próprios (Gilpin, 1987, p.8-24). Território, população, controle político-econômico, são apenas alguns dos exemplos privilegiados por Gilpin e outros realistas que identificam o Estado como o ator central do sistema internacional (Cohen, 2008, p.34; Gilpin, 1987, p.8-24). Esta centralidade ocupada pelo Estado, dificulta a plena viabilidade do sistema de governança global, uma vez que os próprios Estados se opõem à criação de mecanismos regulatórios que excedam os seus domínios de exercício de poder (Cohen, 2008, p.34; Gilpin, 1987, p.8-24). Desta forma, Gilpin argumenta que a “governança global não passa de uma mera retórica, ou uma aspiração utópica”<sup>75</sup> (Held & McGrew, 2002, p.12; Gilpin, 1987, p.8-24). O poder (a soma de capacidades/recursos) está concentrado na mão do Estado e, decorrente desta posição que lhe é própria, o sistema de governança global é controlado pelas potências mais poderosas (Held & McGrew, 2002, p.12; Gilpin, 1987, p.8-24).

Baseado na perspectiva realista, onde o poder está largamente concentrado na esfera do Estado, Gilpin, na obra “*The Political Economy of International Relations*” (1987), embora reconheça, como já colocado, por um lado, a transformação da economia política global e a emergência de uma ordem econômica internacional (Gilpin, 1987, p.341,364), advoga, por outro lado, que é difícil sustentar a possibilidade de um declínio estadunidense diante da disputa hegemônica observada no sistema internacional à época (Gilpin, 1987, p.406). Gilpin, desta forma, se ocupa na tentativa de compreender como o processo de transformação/transição das grandes potências impacta o sistema de governança global e qual a dinâmica de poder envolvido neste desenvolvimento (Guzzini, 2013, p.153; Gilpin, 1987, p.8-24). Neste sentido, Gilpin acredita que a governança é obliterada a capacidade de um Estado ou um conjunto específico de potências, para gerir estruturas, processos e instituições, tendo em vista que os Estados são os agentes ordenadores deste mesmo sistema (Guzzini, 2012, p.12; Gilpin, 1987, p.8-24). É digno de nota destacar que ainda que o próprio Gilpin reconheça na obra “*U.S. Power and the Multinational Corporation: The*

---

74 Não existe consenso na disciplina de Economia Política Internacional e Relações Internacionais sobre a afiliação teórica de Robert Gilpin (Guzzini, 2013, p.154). Tradicionalmente enquadrado na vertente realista, Gilpin é associado a esta orientação teórica por dois motivos: “seu uso de uma metodologia utilitarista (econômica) e suas aparentes premissas a-históricas” (ibidem, p.154). Para detalhes a respeito do programa de pesquisa de Robert Gilpin; sua contribuição sistemática para o estudo do poder e o sistema de governança global; bem como sua contribuição para a Economia Política Internacional, ver: GUZZINI, Stefano. *Robert Gilpin: A Realist Quest for the Dynamics of Power*. In: GUZZINI, Stefano. *Power, Realism and Constructivism*. London and New York: Routledge, 2013. pp.152-174.

75 “(...) global governance is at best pure rhetoric, at worst a utopian aspiration (...)”

*Political Economy of Foreign Direct Investment*” (1975) que um processo de fragmentação da economia política internacional estivesse em curso, o autor insiste na premissa de que as relações políticas são capazes de moldar os sistemas econômicos (Cohen, 2008, p.34; Gilpin, 1975, p.20-43).

Partindo de três perguntas centrais que orientam o debate teórico na disciplina de EPI, Gilpin aponta na famosa obra *“The Political Economy of International Relations”*, tal como o Quadro 2 abaixo, as diferentes concepções sobre a natureza e a consequência da economia mundial de mercado baseada na perspectiva liberal, realista e marxista (Gilpin, 1987, p.26-41).

	<b>Perspectiva Liberal</b>	<b>Perspectiva Realista</b>	<b>Perspectiva Marxista</b>
<b>Qual é o Significado do Mercado para o Crescimento Econômico e a Distribuição de Riqueza Entre Grupos e Sociedades?</b>	Mercado promove o bem estar comum, equilíbrio e desenvolvimento ordenado.	Mercado é um instrumento de maximização de poder dos Estados. Está subordinado aos interesses estratégicos dos Estados.	Produz desigualdades entre as classes sociais. Grupos e sociedades são beneficiados assimetricamente.
<b>Qual Deve Ser o Papel dos Mercados na Organização da Sociedade Doméstica e Internacional?</b>	Mercado promove liberdade e igualdade. Benefícios mútuos organizam sociedade doméstica e internacional. Mercado promove benefícios mútuos.	Mercado é uma estratégia de riqueza e poder nacional. Promove ganhos relativos na sociedade internacional.	Mercado é organizado a partir da classe dominante. Produz desigualdades estruturais.
<b>Qual é o Efeito do Sistema de Mercado para Questões de Paz e Guerra?</b>	Positivo. Gera desincentivos para guerra. Mercado é um garantidor da paz.	Negativo. Gera conflito e insegurança. Incentivos para os conflitos armados.	Negativo. Gera conflito e insegurança. Incentivos para os conflitos armados.

Quadro 2: Diferentes Perspectivas Teóricas sobre a Natureza e a Consequências da Economia Mundial de Mercado. Retirado e Adaptado de: Gilpin, 1987, p.26-41.

Outro ator filiado a tradição realista que analisa a relação entre o poder e o sistema internacional é Charles Poor Kindleberger. Na obra *“The World in Depression: 1929-1939”* (1973) o autor sistematiza um conceito em voga entre os principais expoentes da EPI à época<sup>76</sup>: a Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH) (Cohen, 2008, p.68,71; Kindleberger, 1973, p.305). Kindleberger, analisando os dez anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, argumenta que o principal fator que levava a uma das maiores crises do século até então observadas no sistema internacional fora, por um lado, a incapacidade britânica de arcar com os custos de manutenção de seu poderio

<sup>76</sup> Embora o conceito de Teoria da Estabilidade Hegemônica seja largamente atribuído a Charles Poor Kindleberger, Robert Owen Keohane fora o primeiro autor a efetivamente cunhar o termo três anos após a publicação da obra *The World in Depression 1929-1939* (Cohen, 2008, p.68).

hegemônico e, por outro lado, a falta de disposição estadunidense para estabilizar o sistema internacional (Kindleberger, 1973, p.292). Em sua máxima o autor sugere que “para que o sistema internacional seja estabilizado, é necessário a estabilização por um estabilizador” (Kindleberger, 1973, p.305).

Cabe lembrar que à época, década de 1970, quinze anos após o término da Segunda Guerra Mundial, duas perguntas orientavam o debate entre os teóricos da EPI: a primeira era se a hegemonia estadunidense estaria em crise e, a segunda, se de fato a hegemonia era fundamental para a estabilidade do sistema (Cohen, 2008, p.67). Estas perguntas surgiram, como apontado, no contexto do término do sistema monetário do câmbio fixo (fundamentado no ouro), inaugurado em Bretton Woods (1945)<sup>77</sup>, que seria substituído gradativamente a partir de 1973 pelo sistema de câmbio flutuante, o que levara alguns analistas a questionarem um eventual declínio hegemônico estadunidense e quais seriam seus impactos sistêmicos (Eichengreen, 2000, p.183). Kindleberger, portanto, parte de uma visão mais “estrita” do poder em contraposição a Keohane e Nye (Guzzini, 2012, p.12). Para Kindleberger “a difusão de poder implica a multiplicação de poderes (potências) e/ou uma igualitária distribuição de capacidades entre os poderes (potências) existentes”<sup>78</sup> (Guzzini, 2012, p.12; Kindleberger, 1973, p.305).

Neste sentido, as potências hegemônicas desempenham um papel central no âmbito do sistema de governança global, uma vez que fornecem importantes bens públicos internacionais: estabilização das relações econômicas e comerciais, redistribuição de salário através de assistência externa e regulação de abusos de ordem político-econômica (Kindleberger, 1973, p.292). Sendo a provisão da ordem internacional o maior bem, as potências, desta forma, contribuem decisivamente para a estabilidade do próprio sistema de governança global (Guzzini, 2013, p.64; Kindleberger, 1973, p.292). Cabe destacar que Kindleberger, assim como Robert Gilpin, argumenta a favor da existência de um poder compulsório: a utilização de capacidades materiais, simbólicas e normativas por parte das grandes potências para o ordenamento do referido sistema (Barnett & Duvall, 2005, p.14-15; Kindleberger, 1973, p.305). Concordando, desta forma, com a premissa realista de que o Estado é o ator central na política internacional, Kindleberger argumenta que cabe a potência hegemônica arcar com os custos do seu exercício de poder, criando, para tal finalidade, estruturas sistêmicas que possam facilitar a canalização de seu poder e, de igual modo, garantir a estabilidade

---

77 Para uma discussão a respeito da formação do sistema monetário e financeiro inaugurado em Bretton Woods e as disputas hegemônicas entre Estados Unidos da América e Reino Unido, ver: STEIL, Benn. *The Battle of Bretton Woods: John Maynard Keynes, Harry Dexter White, and the Making of a New World Order*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2014. 464 p. Para uma discussão sobre a evolução do sistema monetário e financeiro desde o século XIX até o período a partir da segunda metade do século XX, ver: EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional*. São Paulo: Editora 34, 2000. 286 p.

78 “A diffusion of power implies a multiplication of “powers” and/or a more egalitarian distribution of capabilities among existing ones”.

sistêmica (Cohen, 2008, p.72; Kindleberger, 1973, p.305). Com isto, Kindleberger pontua que “estruturas de poder, dominadas por um único Estado, são mais propícias para o desenvolvimento de regimes internacionais mais sólidos cujas regras são relativamente precisas e bem obedecidas”<sup>79</sup> (Cohen, 2008, p.68; Kindleberger, 1973, p.305).

Outro autor que segue a mesma orientação teórica de Gilpin e Kindleberger é Steven Krasner, que também sustenta a posição de que os Estados são atores racionais e unitários, e perseguem os seus interesses nacionais no âmbito do sistema de governança global (Cohen, 2008, p.99; Krasner, 1978, p.5-34). Seguindo a máxima realista de que a “governança para além do Estado é contingente às políticas e interesses dos Estados mais poderosos”<sup>80</sup> (Held & McGrew, 2002, p.12), Krasner se posiciona contra a premissa de que as OIs promovem ganhos absolutos no sistema internacional (Cohen, 2008, p.99; Krasner, 1978, p.5-34). Neste sentido, face à hierarquia inerente de poder neste sistema, a arquitetura da governança global refletirá estas disparidades de poder entre os Estados (Held & McGrew, 2002, p.12). Em resposta à Keohane e Nye, Krasner defende que ao contrário das OIs, um dos principais pilares de sustentação do sistema de governança global, são os regimes que mantêm as estruturas e os processos da governança global (Cohen, 2008, p.100; Krasner, 1978, p.5-34). Desta forma, os regimes, na visão de Krasner, podem ser definidos como “princípios, normas e regras implícitos ou explícitos e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores”<sup>81</sup> (Krasner, 1982, p.186, tradução livre).

São os regimes que permitem que os Estados continuem a desempenhar um papel destacado no âmbito das relações internacionais, mesmo diante do campo da “governança global” se tornar densamente povoado por outros atores e não contar, necessariamente, com uma instância supraestatal que seja capaz de regulá-lo integralmente (Cohen, 2008, p.103; Guzzini, 2012, p.14; Krasner, 1982, p.186). Isto é possível porque o poder para Krasner, definido por Stefano Guzzini como metapoder<sup>82</sup>, também se manifesta na estrutura do sistema internacional (Guzzini, 2013, p.22; Krasner, 1982, p.186). O regime, portanto, contribui para o exercício de poder na medida em que o próprio regime pode se tornar uma fonte independente de poder e ao mesmo tempo é capaz de alterar as prioridades de recursos que podem garantir prestígio aos Estados (Guzzini, 2013, p.22). O

---

79 “(...) hegemonic structures of power, dominated by a single country, are most conducive to the development of strong international regimes whose rules are relatively precise and well obeyed”.

80 “Governance beyond the state is largely contingent on the policies and interests of the most powerful states”.

81 “sets of implicit or explicit principles, norms, rules, and decision-making procedures around which actors’ expectations converge in a given area of international relations”.

82 Metapoder, nas palavras de Stefano Guzzini, “deve ser entendido como o controle sobre os resultados não através do confronto direto mas pela mudança na configuração na qual a confrontação acontece” (Guzzini, 2013, p.22, tradução livre).

regime, portanto, pode assumir “uma forma particular de instituição internacional”<sup>83</sup> e “incorporar entendimentos implícitos e explícitos sobre as regras do jogo que ajudam a manter padrões mutuamente benéficos de cooperação”<sup>84</sup> (Cohen, 2008, p.100; Krasner, 1982, p.186).

### 2.1.2 A Tradição Britânica

Partindo da “Escola Americana” para a “Escola Britânica”, Susan Strange argumenta que o sistema de governança global deve ser melhor compreendido como “um produto do processo de barganha fragmentado”<sup>85</sup> (Cohen, 2008, p.101; Strange, 1998, p.23-42). Se opondo frontalmente à teoria dos regimes e da estabilidade hegemônica, a partir das reflexões de Krasner e Kindleberger, Strange argumenta que o sistema de governança global se caracteriza pela existência de uma rede de barganhas: “redes de interconexão, sobreposição de barganhas que determinam a gama de escolhas para todos os interessados”<sup>86</sup> (Cohen, 2008, p.102; Strange, 1998, p.23-42). Strange, ao contrário de Krasner e Gilpin, defende que corporações multinacionais e atores não estatais exercem a função de governo no sistema de governança global (Strange, 1998, p.9-22). Para Strange, o determinante do sistema de governança global não diz respeito ao poder como capacidades/recursos (território, população, forças armadas e etc.), mas, ao contrário, o poder deve ser analisado a partir da sua posição estrutural<sup>87</sup> – que representa a principal chave analítica da economia política internacional (Strange, 1998, p.9-22). O poder estrutural para Strange diz respeito “ao poder de moldar e determinar as estruturas da economia política global, ao poder de decidir como as coisas serão feitas, ao poder de moldar referências dentro das quais os Estados interagem”<sup>88</sup> (Cohen, 2008, p.51;

83 “(...) a particular form of international institutions”.

84 “(...) embody implicit or explicit understandings about the rules of the game that help to sustain mutually beneficial patterns of cooperation”.

85 “(...) as a product of a process of (...) bargaining”.

86 “(...) networks of interlocking, overlapping bargains that determine the range of choice for all concerned”.

87 No capítulo “*Structural Power: The Limits of Neorealist Power Analysis*” do livro “*Power, Realism and Constructivism*” (2013), Stefano Guzzini argumenta que o conceito de poder estrutural emergiu diante de uma ampla insatisfação com o tratamento do poder concedido pelos teóricos neorealistas da Disciplina de Relações Internacionais na década de 1980 (Guzzini, 2013, p.15). Guzzini destaca que o elemento em comum aos críticos que utilizam o conceito de poder estrutural e apontam debilidades ao *mainstream* teórico diz respeito a ênfase concedida pelos neorealistas “a interação estratégica e o poder de barganha” (ibidem, p.15). Neste sentido, o conceito de poder estrutural surge como uma tentativa de ampliar o conceito de poder em si e analisar os seus múltiplos efeitos possíveis no sistema internacional (ibidem, p.21). Guzzini ainda destaca na referida obra que os críticos ao neorealismo foram largamente influenciados por um debate já existente na teoria política (ibidem, p.21). Desta forma, autores como Stephen Krasner, a própria Susan Strange, James Caporaso, Stephen Gill, David Law e Richard Ashley, importaram da teoria política elementos de análise para a multiplicidade de poder que manifestam-se na esfera política (ibidem, p.21). Para uma discussão detalhada sobre os diferentes sentidos atribuídos ao conceito de poder estrutural; o diálogo de poder entre a Disciplina de Relações Internacionais, a Economia Política Internacional e a Teoria Política; bem como uma análise sobre o poder e o estudo da política interestatal, ver: GUZZINI, Stefano. *Structural Power: The Limits of Neorealist Power Analysis*. In: GUZZINI, Stefano. *Power, Realism and Constructivism*. London and New York: Routledge, 2013. pp.15-46.

88 “(...) the power to shape and determine the structures of the global political economy, the power to decide how things will be done, the power to shape frameworks within which states relate to each other”.

Strange, 1998, p.9-22). Strange identifica quatro estruturas que operam no sistema internacional, conforme o Quadro 3 abaixo demonstra (Strange, 1998, p.43-138).

<b>Tipo de Estrutura</b>	<b>Característica da Estrutura</b>
Conhecimento	Influencia a crença dos atores, ideias ou percepções
Finanças	Controla o acesso ao crédito ou ao investimento
Segurança	Forma assuntos de defesa ou assuntos estratégicos
Produção	Afeta o desenvolvimento econômico e a prosperidade

Quadro 3: Estruturas da Economia Política Internacional Apresentadas por Susan Strange na obra “States and Markets”. Retirado e Adaptado de: Strange, 1998, p.43-138.

Strange argumenta, na sua clássica obra *States and Markets* (1988), que o poder estrutural apresenta como principal característica os efeitos indiretos que são canalizados a partir destas quatro estruturas da política econômica global (Strange, 1988, p.43-44). Através delas “o poder necessita ser definido não apenas em termos de efeitos intencionais, mas também em termos de efeitos não internacionais que são conectados ao modo particular do jeito em que a provisão destas necessidades são estruturadas e o lugar particular que os agentes ocupam nestas estruturas”<sup>89</sup> (Guzzini, 2012, p.19). Desta forma, o poder estrutural de Susan Strange caracteriza-se pela sua difusão “tanto em sua origem quanto em seus efeitos”<sup>90</sup> no sistema internacional (Guzzini, 2012, p.20), uma vez que este mesmo poder se torna cada vez mais interconectado a redes que transcendem o Estado (Guzzini, 2013, p.27). Com isto, é possível afirmar que o poder estrutural “aloca diferentes capacidades, vantagens e posições”<sup>91</sup>, constituindo, portanto, os atores e capacidades no sistema de governança global, além de “moldar seus próprios entendimentos e interesses subjetivos”<sup>92</sup> (Heywood, 2014, p.220; Barnett & Duvall, 2005, p.18). Estas estruturas, na visão de Strange, portanto, são responsáveis por determinar o poder relativo (e não absoluto) dos Estados (Strange, 1998, p.43-138). Em outras palavras: atores não estatais e organizações intergovernamentais também passam a determinar o resultado na política internacional – contribuindo ou não para o poder do Estado (Strange, 1998, p.43-138). É por esta razão que contrariamente à Gilpin, Krasner e Kindleberger, Strange afirmara no debate sobre uma possível queda de hegemonia americana, que os EUA não apresentavam sinais claros de derrocada – em

89 “power needs to be defined not just in terms of intended effects, but of unintended effects which are connected to the particular way the provision of those needs is structured and the place particular agents have therein”.

90 “both in its origins and effects”.

91 “allocate differential capacities, and typically differential advantages, to different positions”.

92 “(...) structure allocate differential capacities, and typically differential advantages, to different positions”; “(...) also shapes their self-understanding and subjective interests”.

função da posição que este Estado ocupava nas quatro estruturas mencionadas (Heywood, 2014, p.220; Strange, 1998, p.43-138).

Benjamin Jerry Cohen, em sua narrativa retrospectiva sobre a consolidação da agenda de pesquisa da EPI sugere que o poder estrutural de Susan Strange guarda semelhanças com o poder gerado pela interdependência descrito por Keohane & Nye, uma vez que ambos os conceitos destacam o papel da “interdependência assimétrica como fonte de poder em assuntos econômicos”<sup>93</sup> (Cohen, 2008, p.51). Entretanto, por outro lado, autores como Michael Barnett e Raymond Duvall argumentam que o poder da interdependência, ou “poder institucional” e o poder estrutural, levam a diferentes entendimentos sobre o sistema de governança global na medida em que o primeiro enfatiza “os constrangimentos causados por ações interessadas” enquanto que o segundo ressalta “a determinação da capacidade social e interesses”<sup>94</sup> (Barnett & Duvall, 2005, p.18, tradução livre).

Assim como Strange, outro “membro” da “Escola Britânica”, Robert Cox, se ocupa na tentativa de compreender quais são os atores que se beneficiam das estruturas do sistema internacional e quais são as implicações desta estrutura para o sistema de governança global (Cohen, 2008, p.89; Cox, 1987, p.17-34). Rompendo com as teorias do *mainstream* teórico na Disciplina de EPI e RI’s, Robert Cox resgata o marxismo de modo a estabelecer uma clara oposição entre as teorias de solução de problema e a teoria crítica<sup>95</sup> (Nogueira & Messari, 2005, p.140-143;

---

93 A partir da década de 1980, período que coincide com a obra “*States and Markets*” de Susan Strange, observa-se um crescente processo de globalização financeira no sistema internacional (Eichengreen, 2011; Cohen, 1996; Helleiner, 1994). Esta globalização, entendida em linhas gerais, como uma “ordem econômica na qual são progressivamente eliminadas as restrições à mobilidade de capitais” (Klotzle et al. apud Carneiro, 1999), resulta na crescente “expansão de empresas multinacionais”, “interligação dos mercados financeiros interestatais” e, não exaustivamente, na “captação e aplicação de recursos no mercado financeiro” (Klotzle et al., 2007, p.1). Há, portanto, todo um debate no âmbito da EPI sobre o papel e lugar de atores econômicos não estatais na política internacional e quais são as implicações para o equilíbrio da economia (ibidem; ibidem; ibidem). Grande parte dos autores utilizados como referência desta Tese e que analisam o processo de desenvolvimento de agentes financeiros (para além do *mainstream* econômico americano) e o papel dos Estados nesta dinâmica, tendem a concordar que os desequilíbrios são muito maiores que os equilíbrios que estes agentes podem provocar, principalmente pelo poder assimétrico que estes agentes exercem no sistema internacional (ibid.; ibid.; ibid.). Para uma discussão detalhada destes pontos, ver: EICHENGREEN, Barry. *Exorbitant Privilege: The Rise and Fall of the Dollar*. Oxford: Oxford University Press, 2011. 215 p. COHEN, Benjamin J. *Phoenix Risen: The Resurrection of Global Finance*. World Politics, Vol. 48, No. 2 (Jan., 1996), pp. 268-296. HELLEINER, Eric. *States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990’s*. London and Ithaca: Cornell University Press, 1994. 262 p.

94 “(...) institutional power focuses on the constraints on interest-seeking action, structural power concerns the determination of social capacities and interests”.

95 Robert Cox advoga que as teorias de soluções de problema, como o realismo, são marcadamente positivistas, conservadoras e caracterizadas pela ausência de uma dimensão crítica que possa questionar o exercício de poder dos Estados (Nogueira & Messari, 2005, p.140-141). João Pontes Nogueira e Nizar Messari apontam que as teorias de soluções de problemas são definidas desta forma “porque preenchem algumas características básicas: adotam uma metodologia científica que se quer neutra; apresentam-se como um saber técnico que visa a explicar a realidade como ela é e prescrever soluções para corrigir disfunções e desequilíbrios; consideram-se uma teoria que transcende a história, ou seja, aplicável a qualquer contexto histórico” (ibidem, p.140-141). Ao contrário, a teoria crítica, é comprometida essencialmente, como o próprio nome sugere, com uma dimensão que problematize as estruturas de poder no sistema internacional e apresente uma alternativa viável à emancipação individual (ibid., p.14-141). Ao tratar das relações horizontais no sistema, quer seja, entre Estado e sociedade civil, Cox critica os efeitos político-econômicos do exercício hegemônico (ibid., p.142-143).

Cox, 1981, p.126-155). Desta forma, ao criticar o estadocentrismo das teorias clássicas (liberalismo e realismo), Cox chama a atenção para o fato de que a política internacional deve ser analisada a partir do prisma da economia política (Nogueira & Messari, 2005, p.144; Cox, 1981, p.126-155), levando em consideração três estruturas históricas: ideias, instituições e capacidades materiais (Nogueira & Messari, 2005, p.144; Cox, 1987, p.273-398).

<b>Estrutura Histórica</b>	<b>Definição</b>
Capacidades Materiais	Capacidades produtivas ou de destruição, no caso de armamentos. Também são capacidades materiais a tecnologia e a organização burocrática do Estado.
Ideias	Ideias compartilhadas por meio de comunicação intersubjetiva (cultura, regras sociais) ou visões de mundo sobre o que é desejável ou legítimo (ideologias).
Instituições	Amálgamas de ideias e poder material cristalizadas em um arranjo jurídico-político que influenciam diretamente a ação dos atores e se tornam o terreno privilegiado para as disputas políticas.

Quadro 4: Estruturas Históricas da Economia Política Internacional Defendidas por Robert Cox.  
Retirado e Adaptado de: Nogueira & Messari, 2005, p.145; Cox, 1987, p.273-398.

Diante da identificação destas forças históricas que operam na estrutura do sistema internacional, Cox procede para a aplicação destas mesmas forças na análise da formação das ordens hegemônicas (Nogueira & Messari, 2005, p.146; Cox, 1987, p.273-398). Para o autor existem basicamente três fatores (ou níveis de análise) que caracterizam as relações internacionais: forças sociais, ordens mundiais e formas estatais (Nogueira & Messari, 2005, p.146; Cox, 1987, p.273-398). Neste sentido, estas três categorias são recíprocas e complementares, e ajudam a moldar as relações de dominação hegemônica no sistema de governança global (Cohen, 2008, p.90; Cox, 1987, p.273-398).

Por fim, de modo não exaustivo, Peter Katzenstein, autor pertencente à Escola Americana argumenta na obra *Between Power and Plenty* que a economia política internacional deve analisar o papel das estruturas domésticas na formulação das estratégias políticas (Katzenstein, 1978, p.125). Defendendo a adoção de um método que integre as estruturas internas e externas na Disciplina de EPI, Katzenstein sustenta que a compreensão do exercício de poder no sistema de governança global passa pelo exame “das estruturas características das redes de política que conectam Estados e

sociedades”<sup>96</sup> (Cohen, 2008, p.126; Katzenstein, 1978, p.125). Katzenstein muitas vezes é incluído como um autor que nutre simpatia à Escola Britânica em função da sua abordagem construtivista em contraposição aos modelos utilitaristas-positivistas do *mainstream* teórico liberal e realista estadunidenses (Cohen, 2008, p.131). A partir da década de 1990, Katzenstein introduz o construtivismo (que será aprofundado na subseção a seguir) na disciplina de EPI ao afirmar que os interesses dos Estados no sistema internacional não é algo dado, pré-determinado, ao contrário, é socialmente construído através “de um processo de interação social”<sup>97</sup> (Cohen, 2008, p.133).

Diante do exposto, conclui-se que o tema da governança global e sua relação intrínseca com o poder habitou a agenda de pesquisa da disciplina de Economia Política Internacional desde a sua gênese moderna. Para efeitos de delimitação, analisou-se a contribuição dos “Sete Magníficos” autores da EPI que tratam o tema da governança global e poder em suas respectivas obras (Cohen, 2008, p.8). Estes intelectuais promoveram uma reflexão sobre a relação entre Estado e atores não estatais e suas interações no âmbito da arquitetura do sistema internacional. O objetivo desta subseção foi demonstrar o tratamento do tema da governança global e poder a partir da orientação liberal, realista, marxista e construtivista. Em seguida, o mesmo exercício será feito na Disciplina de Relações Internacionais com o objetivo de evidenciar as lacunas epistemológicas, metodológicas e ontológicas para o tratamento da relação entre o sistema internacional e poder. A partir deste amplo mapeamento, a Tese posteriormente oferecerá uma importante contribuição pós-moderna/estruturalista aos estudos da EPI, destacando, para tal finalidade, a negligência sobre o papel dos limites e fronteiras na produção de conhecimento.

## 2.2 Abordagens das RIs Sobre o Internacional e o Poder

Se na Disciplina de EPI as contribuições mencionadas nas últimas duas subseções merecem destaque sobre a reflexão do sistema de governança global e poder, por outro lado, na disciplina de RIs esta temática já está presente desde o início do século XX (Yunker, 2014 p.23). Estabelecida em 1917, na universidade escocesa de Aberystwyth, a primeira cadeira de Relações Internacionais se propôs a compreender as origens dos conflitos no sistema internacional e “livrar a humanidade de suas consequências nefastas”<sup>98</sup> (Nogueira & Messari, 2005, p.3). Neste sentido, o discurso

96 “(...) structural characteristics of the policy networks that link state and society (...)”.

97 “(...) process of social interaction (...)”.

98 Na obra “*The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*” de autoria de John Baylis, Steve Smith e Patricia Owens, os autores pontuam que este “mito fundador” da Disciplina de Relações Internacionais, que remonta ao início do século XX, vem sendo crescentemente desafiado (Owens, Baylis, Smith, 2017, p.3). De acordo com os autores e, conforme será problematizado ainda nesta subseção do Capítulo, a Disciplina de RIs pode ser situada um século antes, no contexto da corrida imperial e colonial entre as potências europeias, onde os estudos sobre as relações internacionais desempenharam um papel fundamental na justificação da expansão de poder dos Estados do

privilegiado pontua que a Disciplina de RIs nasce com o comprometimento de corrigir imperfeições na política internacional tendo como eixo de análise as causas da guerra e as condições para a paz (Owens, Baylis, Smith, 2017, p.3; Smith, 2016, p.1). Decorrente desta preocupação, os conceitos-chave que organizaram os debates na referida Disciplina são os seguintes: poder, violência, soberania, Estado, justiça, desigualdade e temas correlatos (Owens, Baylis, Smith, 2017, p.3). Para além da diversidade temática, a agenda de pesquisa das RIs também apresenta uma pluralidade de campos (onde muitos incluem a EPI como uma subunidade das RIs e não como um campo autônomo de estudos) e de especialidades geográficas (Owens, Baylis, Smith, 2017, p.3). É digno de nota apontar que existe um extenso debate se de fato as RIs representam ou não um subcampo de estudos da Ciência Política (Owens, Baylis, Smith, 2017, p.3).

A partir do discurso do *mainstream*, enuncia-se que o surgimento da Disciplina de RIs foi acompanhado de dois importantes paradigmas teóricos que contribuiriam, cada um ao seu modo, para a reflexão sobre o sistema de governança global (Grieco, Ikenberry, Mastanduno, 2015, p.70). Em primeiro lugar, destaca-se a partir das obras “*A Grande Ilusão*” (1909) de Norman Angell, além dos 14 Pontos do presidente estadunidense Woodrow Wilson (1918)<sup>99</sup>, o liberalismo/institucionalismo liberal/utópicos (Heywood, 2014, p.68). Partindo, inicialmente, de uma perspectiva normativa, ou também prescritiva, os liberais institucionalistas (ou clássicos) acreditavam que existiam três elementos fundamentais que constrangiam a perspectiva da guerra entre os Estados: em primeiro lugar, a democracia, capaz de promover uma paz duradora no sistema internacional ao consagrar o estado de direito, garantindo a transparência das instituições e promovendo o vigor da sociedade civil, colocando, desta forma, fim aos conflitos armados; em segundo lugar, o comércio internacional, que facilita a promoção do desenvolvimento político-econômico e social e produz uma percepção equivocada sobre os custos da guerra e expansão de poder político-militar dos Estados; por fim, não exaustivamente, as OIs, como promotoras do bem

---

norte global (ibidem, p.3). Com isto, há quem afirme que a Disciplina de RIs surge com o claro objetivo de legitimar e justificar a superioridade política, econômica, social e cultural dos Estados europeus e dos Estados Unidos da América sobre outras regiões do sistema internacional (ibid., p.3). Para uma discussão detalhada sobre os antecedentes históricos da Disciplina de Relações Internacionais; bem como as discussões a respeito da posição da Disciplina no campo das ciências humanas e sua relação com as demais, ver: DEVETAK, Richard. An Introduction to International Relations: The Origins and Changing Agendas of a Discipline. In: DEVETAK, Richard; BURKE, Anthony; GEORGE, Jim. An Introduction to International Relations. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. pp.1-20.

99 Os 14 Pontos de Wilson representaram uma audaciosa proposta para a construção de uma nova ordem no sistema internacional no período posterior à 1ª Guerra Mundial (Wilson, 2017, p.32-34). O presidente estadunidense defendia, em linhas gerais, a criação de uma organização intergovernamental, a Liga das Nações, de modo a “garantir a independência política e integridade territorial dos Estados” (ibidem, p.33). Adicionalmente, Wilson defendia uma política anticolonial europeia, a remoção de qualquer barreira econômica que inviabilizasse o comércio internacional e por fim, não exaustivamente, a adoção de uma diplomacia aberta em contraposição aos acordos secretos entre os Estados (ibid., p.32). Neste sentido, suas proposições foram adotadas como referências dentro do pensamento liberal na medida em que todas convergiam para a premissa de que a democracia, o livre comércio e as organizações intergovernamentais representam os principais pilares de sustentação no sistema internacional (ibid., p.32).

estar geral entre as nações, facilitando a cooperação e intercâmbio em diversas agendas entre Estados e atores não estatais (Russett, 2016, p.75-76).

Desta forma, os liberais clássicos enxergam o sistema de governança global como um espaço/lócus/arena onde é possível promover a estabilidade e prosperidade entre os Estados<sup>100</sup> (Acharya, 2016, p.10-11). Normal Angell, identifica, anteriormente a Keohane e Nye, a interdependência complexa como elemento fundamental da política internacional (Angel, 2002, p.lii-lvi). Diante do cenário de interdependência complexa, as instituições internacionais, alicerçadas no direito internacional, facilitam a promoção de ganhos absolutos (e não relativos) em diversos setores político-econômicos e sociais, e ajudam na construção de agendas coletivas para lidar com os principais desafios do sistema internacional (Acharya, 2016, p.10). Os liberais institucionalistas defendem a proposição de que o sistema de governança global possibilita a cooperação entre os Estados, orientando e regulando suas ações no sistema internacional (Acharya, 2016, p.10-11). Sobre este ponto, Paul Starr no livro “*Freedom's Power: The True Force of Liberalism*” acrescenta que “o liberalismo impõe constrangimentos sobre o poder (...) do Estado como um todo. Estes constrangimentos protegem os cidadãos da tirania (...) e protegem o Estado em si mesmo de decisões impulsivas, baseadas no capricho. Um esclarecimento do liberalismo é de que o poder exercido arbitrariamente é destrutivo não apenas para a liberdade individual, mas também para o estado de direito”<sup>101</sup> (Starr, 2007, p.16, tradução livre). Neste sentido, a principal contribuição liberal sobre a discussão da relação entre poder e o sistema de governança global é a de que quanto menos o poder estiver concentrado na esfera do Estado, mais próspero e desenvolvido o sistema de governança global (composta por múltiplos atores) pode se tornar (Starr, 2007, p.16).

Em resposta aos liberais do início do século XX, uma segunda ortodoxia teórica na Disciplina de RIs desafiaria a visão dos intelectuais à época sobre a viabilidade e, acima de tudo, a efetividade do sistema de governança global (Yunker, 2014, p.23). Pontuando que os Estados constituem os atores mais relevantes da política internacional e de que estas unidades perseguem os seus interesses como uma estratégia de sobrevivência num sistema internacional anárquico, a possibilidade de estabelecer mecanismos sistêmicos de controle estatal é visto com bastante desconfiança (Acharya, 2016, p.8). Argumentando que os Estados devem contar apenas consigo

---

100 Para uma discussão detalhada sobre a posição liberal na Disciplina de Relações Internacionais sobre o sistema de governança global, ver: MCGREW, Anthony. Liberal-Internationalism: Between Realism and Cosmopolitanism. In: HELD, David & MCGREW, Anthony (Eds.). *Governing Globalization: Power, Authority and Global Governance*. Cambridge: Polity Press, 2002. pp.267-289.

101 “Liberal constitutions impose constraints on the power of any single public official or branch of government as well as the state as a whole. The constraints protect citizens from tyranny, but that is not all they do. They also serve to protect the state itself from capricious, impulsive, or overreaching decisions. A central insight of liberalism is that power arbitrarily exercised is destructive not only of individual liberty but also of the rule of law”.

mesmo para sua sobrevivência num sistema marcado pela inexistência de uma instância supranacional capaz de exercer formalmente o papel de um governo mundial, os realistas descrevem este sistema de governança como um espaço/arena/lócus de maximização de poder das grandes potências (Acharya, 2016, p.9). Neste sentido, os realistas “clássicos” entendem que a governança global, representa apenas uma “arena da política internacional que está sujeita ao controle e manipulação das grandes potências”<sup>102</sup> (Acharya, 2016, p.9). Se posicionado de forma contrária então ao paradigma teórico liberal, iniciado a partir da década de 1910, os realistas argumentam que as OIs e as demais instituições internacionais “são de marginal importância para a política internacional”<sup>103</sup>, sujeitas, desta forma, aos interesses estratégicos das grandes potências (Acharya, 2016, p.8). Em suma, os realistas argumentam que o sistema de governança global é um instrumento de maximização de poder e influência das grandes potências<sup>104</sup> (Acharya, 2016, p.9; Yunk, 2014, p.23).

Edward Hallett Carr na obra “Vinte Anos de Crise 1919-1939: Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais” argumenta que “a política internacional é sempre política de poder, pois é impossível eliminar o poder da política” (Carr, 2001, xlii). Hans Morgenthau, por sua vez, na obra “A Política Entre as Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz” argumenta que “a política internacional, como toda política, consiste em uma luta pelo poder” (Morgenthau, 2003, p.49). Kenneth Waltz na obra “O Homem, o Estado e a Guerra: Uma Análise Teórica” argumenta que “os homens são governados não pelos preceitos da pura razão, mas por suas paixões (...) governados pela paixão, são levados ao conflito” (Waltz, 2004, p.32). Por sua vez, o expoente da Escola Inglesa de Relações Internacionais<sup>105</sup>, Martin Wight define a política internacional como uma política de

---

102 “ (...) arena of world politics that is subject to the control and manipulation by the great powers”.

103 “ (...) as beign of marginal importance to world politics (...)”.

104 Para uma discussão detalhada sobre a visão realista do sistema de governança global, ver: GILPIN, Robert. A Realist Perspective on International Governance. In: HELD, David & MCGREW, Anthony G. (Eds.). *Governing Globalization: Power, Authority and Global Governance*. Cambridge: Polity Press, 2002. pp.237-248.

105 Em resposta a Revolução Behaviorista que impactou a Disciplina de Relações Internacionais ao longo da década de 1950 e 1960 (Smith 1995, p.14), a Escola Inglesa de Relações Internacionais emerge como uma alternativa teórica às abordagens do *mainstream* (liberalismo e realismo), defendendo, desta forma, um programa de pesquisa que leve em consideração o aprofundamento do estudo da história, filosofia e ciências humanas em geral (ibidem, p.8). Diante desta perspectiva, os teóricos da Escola Inglesa (como Martin Wight, Hedley Bull e Adam Watson) buscavam adotar uma postura de via média entre as tradições realistas e liberais, sustentando que todo o conhecimento teórico das Relações Internacionais deriva de três tradições fundadas por Maquiavel, Grotius e Kant (Burchill 1996, p.93-94). Hidemi Suganami na obra “The English School of International Relations: A Contemporary Reassessment” defende que existem três orientações básicas e inter-relacionadas sobre o estudo da política internacional no âmbito da Escola Inglesa de Relações Internacionais: em primeiro lugar, há um caráter estrutural, onde os autores identificam as estruturas institucionais da sociedade internacional; em segundo lugar, há um caráter funcional, ao adicionarem ao estudo estrutural uma investigação sobre os méritos e trabalhos da estrutura institucional existente; por fim, há um caráter histórico, na medida em que os teóricos da Escola Inglesa avançam no estudo da evolução histórica das estruturas institucionais das relações internacionais (Suganami, 2006, p.43). Mesmo diante da contribuição teórica da Escola Inglesa para as RIs, há um amplo debate na Disciplina se a Escola Inglesa deve ser considerada apenas uma outra vertente do realismo em função do diálogo estabelecido por autores caros à esta tradição inglesa ser muito semelhante com alguns autores de orientação realista (ibidem, p.43).

poder (Wight, 2002, p.1). Hedley Bull argumenta que mesmo na sociedade internacional<sup>106</sup> existe uma competição por poder entre os Estados<sup>107</sup> (Bull, 2002, p.51).

Diante da descrença quanto à viabilidade e efetividade do sistema de governança global, os autores realistas tendem a estabelecer um argumento "circular" a respeito do poder para evidenciar as falhas deste mesmo sistema (Guzzini, 2013, p.3). Para os autores realistas, o poder, entendido, em grande medida, como o conjunto de recursos e capacidades, ou também como a influência e/ou controle de resultados, é o fator decisivo que opera no sistema de governança global (Guzzini, 2013, p.3). Esta luta permanente e imutável pelo poder, dimensão característica de qualquer política, inviabiliza, portanto, que as estruturas sistêmicas para regular o comportamento dos Estados alcancem êxito na condução de suas atividades (Guzzini, 2013, p.3). E como será explorado adiante, os realistas são criticados pela incapacidade de captar, compreender, dimensionar, em sua totalidade o caráter multifacetado do poder e como de fato este conceito se operacionaliza na política internacional (Guzzini, 2013, p.3). Ou seja, há um caráter relacional envolvido no exercício de poder que os realistas negligenciam em suas abordagens (Guzzini, 2013, p.5).

Precisamente até a década de 1980, os autores de orientação liberal e realista ocuparam uma posição importante no *mainstream* teórico das RIs, exercendo, desta forma, uma destacada influência sobre a produção acadêmica no contexto da “Escola Americana” da EPI (Maliniak & Tierney, 2011, p.11; Baldwin, 1993, p.3). Daniel Maliniak e Michael Tierney na obra “*The American School of IPE*” argumentam que a “Escola Americana” da EPI, no início da década de 1980, se inspirou fortemente nos debates oriundos do neoliberalismo (ou liberalismo da interdependência) (Maliniak & Tierney, 2011, p.18). O choque de paradigmas entre as premissas liberais e realistas, também denominado de debate neo-neo se concentrou basicamente em seis pontos: em primeiro lugar, neorealistas e neoliberais discordavam frontalmente sobre a natureza e a consequência da anarquia (Baldwin, 1993, p.4). Enquanto que os realistas enfatizam o caráter anárquico como fator determinante para o comportamento dos Estados, os autores liberais argumentam que os efeitos da anarquia podem ser dirimidos a partir de uma ampla cooperação entre Estados e atores não estatais (Baldwin, 1993, p.4-5). Em segundo lugar, realistas e liberais discordam sobre a cooperação internacional: enquanto os primeiros argumentam que a cooperação é

---

106 A Sociedade de Estados para Bull “...existe....quando um grupo de Estados, conscientes de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto comum de regras, e participam de instituições comuns..” (Bull, 2002, p.19).

107 Na abordagem de Hedley Bull, o poder deve ser entendido como um mecanismo utilizado pelos Estados como forma de (i) manter a sobrevivência da sociedade internacional e da integridade soberana de cada Estado (pois impede uma transformação nesse sistema por parte de um Estado autoritário); (ii) manter a ordem no sistema internacional (que deriva essencialmente a partir da sociedade internacional); (iii) e, finalmente, possibilita o surgimento de outras instituições mantenedoras da ordem (diplomacia, guerra, direito internacional, administração das grandes potências) (Bull, 2002, p.123).

possível de se alcançar e mais difícil ainda de ser mantida em função do interesse nacional dos Estados, os liberais defendem que a cooperação é possível em função da presença de múltiplos atores que interagem no sistema de governança global (Baldwin, 1993, p.5-6). Em terceiro lugar, em função desta visão antagônica sobre a cooperação internacional, realistas argumentam que os ganhos produzidos pela cooperação sempre serão relativos, enquanto que os liberais argumentam que os ganhos serão sempre absolutos (Baldwin, 1993, p.5-6). Isto ajuda a explicar o quarto ponto do debate, onde os realistas assumem que a principal prioridade dos Estados diz respeito à sua segurança nacional, acima de qualquer coisa, ao passo que liberais defendem que a segurança ocupa uma dimensão importante desta preocupação mas que, de igual modo, a economia ocupa uma posição privilegiada na agenda dos Estados (Baldwin, 1993, p.7). Por fim, os realistas acreditam que as capacidades materiais são fundamentais para a cooperação em torno dos regimes no sistema internacional anárquico (Baldwin, 1993, p.7-11). Por outro lado, liberais argumentam que as intenções, interesses e informações avançadas pelas instituições internacionais superam a anarquia do sistema e reduz potenciais tensões sistêmicas<sup>108</sup> (Baldwin, 1993, p.7-11).

Diante da proeminência dos autores de orientação realista e liberal na Disciplina de RIs, uma ampla gama de acadêmicos importou métodos, temas e conceitos de outros campos das ciências humanas para a disciplina de Relações Internacionais, provocando o que ficara conhecido como o “quarto debate” (Nogueira & Messari, 2005, p.132). Se num primeiro momento a Disciplina travou um debate essencialmente ontológico, sobre as origens do conhecimento, entre os liberais e realistas, a partir da década de 1950, em função da Revolução Behaviorista<sup>109</sup>, estabeleceu-se um segundo grande debate de natureza metodológica, sobre os métodos de pesquisa que deveriam orientar a agenda de investigação na disciplina (Kurki & Wight, 2016, p.15-18). A partir da década de 1970 e 1980, com o ingresso do marxismo, há um consenso sobre a existência de um debate

---

108 Para uma discussão detalhada sobre o debate entre os autores neorealistas e neoliberais, ver: BALDWIN, David A. (Ed.). *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. New York: Columbia University Press, 1993. 375p.

109 A Revolução Behaviorista, ocorrida a partir da década de 1950, fora um fenômeno no âmbito das ciências sociais que tinha como objetivo a importação de métodos, conceitos e ferramentas analíticas em geral das ciências exatas para o campo de estudo das ciências humanas (Kurki & Wight, 2016, p.16). Os acadêmicos da Disciplina de Relações Internacionais à época, a partir de um movimento originado nos Estados Unidos da América, pretendiam conferir à recém formada disciplina de RI um caráter estritamente “científico” e positivista – adaptando e moldando a agenda de pesquisa internacionalista aos métodos de observação e medida das ciências exatas (ibidem, p.16). Os acadêmicos caros à Revolução Behaviorista sustentavam a posição de que a introdução de métodos de pesquisa oriundos das ciências exatas poderia amadurecer a filosofia da ciência no campo das RIs (ibid., p.16). É importante destacar que o realismo desempenhou um papel fundamental neste debate metodológico, tal como exposto no livro editado por Nicolas Guilhot “*The Invention of International Relations Theory: Realismo, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory*” (Guilhot, 2011). Em linhas gerais, os autores compartilham a premissa de que o realismo, em última instância, diante da sua posição dominante no debate teórico pós Segunda Guerra Mundial foi fundamental para a criação da Disciplina de Relações Internacionais (ibidem). Houve, como já mencionado em nota de rodapé, diversas reações ao “cientificismo” neutro e positivista na disciplina de RIs, principalmente a partir da crítica da Escola Inglesa de Relações Internacionais (Kurki & Wight, 2016, p.17). Para detalhes adicionais desta crítica, ver: NAVARI, Cornelia (Ed.). *Theorising International Society: English School Methods*. New York: Palgrave Macmillan, 2009. 248p.

interparadigmático entre as até então duas grandes tradições: liberalismo e realismo (Kurki & Wight, 2016, p.17). Interparadigmático porque este terceiro debate ficou marcado pela incomensurabilidade destes paradigmas, ou seja: havia um consenso sobre as bases da natureza científica que norteavam cada uma das tradições teóricas em questão: liberalismo, realismo e marxismo (Kurki & Wight, 2016, p.17). A principal contribuição dos estudos marxistas ao incluir a dimensão do materialismo histórico para as RIs diz respeito à iluminação tanto do realismo quanto do liberalismo a respeito dos “processos sociais através dos quais tanto os Estados quanto os indivíduos foram historicamente construídos”<sup>110</sup> (Rupert, 2016, p.128, tradução livre).

O “quarto debate” (Weaver, 1996, pp.149-185) na Disciplina de RIs, de cunho essencialmente ontológico, emerge, portanto, como resultado de uma ampla inquietação entre os acadêmicos na década de 1980 diante da “pobreza” do debate entre os pontos do neorealismo e neoliberalismo (Kurki & Wight, 2016, p.19). Não há consenso sobre a existência de um possível quarto debate (Smith, Booth, Zalewski, 1996). Há autores, como por exemplo Yosef Lapid (1989, p.235-254), que sustentam que o terceiro e quarto debate na verdade representam o mesmo momento de abertura da Disciplina de RIs para perspectivas críticas – também denominadas de orientações “reflexivistas” ou “pós-positivistas” (Kurki & Wight, 2016, p.19). Como será apresentado adiante, esta “evolução” dos debates será problematizada e desconstruída de modo a evidenciar a emergência de autoridades narrativas/discursivas que criaram regimes de poder que articulam conhecimentos específicos sobre as RIs. Dentre estas perspectivas teóricas que ingressaram na Disciplina a partir da década de 1980-1990 encontram-se (não exaustivamente) o marxismo, construtivismo, pós-estruturalismo/modernismo, feminismo e pós-colonialismo<sup>111</sup>.

O marxismo, ao contrário do liberalismo e realismo (e suas variantes), aponta para o processo social de produção histórica dos agentes no sistema internacional (Rupert, 2016, p.128). Ainda que Karl Marx não tenha desenvolvido uma teoria das relações internacionais, seus escritos chamam a atenção para o alcance global do capitalismo e suas consequências sobre os Estados e atores não-estatais (Nogueira & Messari, 2005, p.104-106; Marx, 1983, p.125-145). Ao analisar o advento moderno do capitalismo, Marx destaca o processo de formação social do Estado baseado na divisão de classes que visa a alienação, controle e domínio de uma estrutura político-econômica da

---

110 “the social processes through which these kinds of actos have been historically constructed”.

111 O autor da presente Tese não objetiva apresentar uma palavra final sobre o leque teórico surgido após a década de 1980 na Disciplina de Relações Internacionais. Ao contrário, para efeitos de delimitação, e baseado em uma ampla revisão bibliográfica, o autor apresenta como o estado da arte da literatura conceitualiza as principais teorias que alcançaram uma importante posição no debate epistemológico, metodológico e ontológico na Disciplina. Para uma discussão detalhada a respeito do caráter extra-ocidentalizado das teorias das Relações Internacionais, ver: ABDELKADER, Deina; ADIONG, Nassef Manabilang; MAURIELLO, Raffaele (Eds.). *Islam and International Relations: Contributions to Theory and Practice*. New York: Palgrave Macmillan, 2016. 232p.; ACHARYA, Amitav & BUZAN, Barry. *Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and Beyond Asia*. London and New York: Routledge, 2010. 242p.

classe burguesa sobre a classe proletária (Nogueira & Messari, 2005, p.106; Marx & Engels, 1970, p.32). Para os autores marxistas, o sistema de governança global é resultado/expressão do desenvolvimento do modo de produção capitalista, onde Estados e os demais agentes não estatais burgueses reforçam a estrutura deste modo de produção (Held & McGrew, 2002, p.12). Inserido nas estruturas globais de produção capitalista, Estados e atores não estatais estão imersos nesta racionalidade sociopolítica-econômica (Held & McGrew, 2002, p.13; Marx & Engels, 1970, p.47-60). Diante desta perspectiva, estes agentes (organizações governamentais e corporações interestatais), possuem um controle sistêmico de dominação, exclusão e hegemonia de uma classe social em detrimento de outra (Held & McGrew, 2002, p.13; Marx & Engels, 1970, p.32). Neste sentido, o sistema de governança global é um projeto moldado para privilegiar determinadas estruturas "e os interesses e a agenda do capital global, às custas do bem estar dos Estados, comunidades e meio ambiente"<sup>112</sup> (Held & McGrew, 2002, p.13, tradução livre). Adicionalmente, os marxistas ressaltam que as OIs, ONGs e demais iniciativas da sociedade civil transnacional representam aparelhos de dominação hegemônica pautadas pelos valores burgueses que inviabilizam uma plena revolução estrutural no modo de produção político, econômico, social e cultural vigente<sup>113</sup> (Held & McGrew, 2002, p.13; Marx & Engels, 1970, p.47-60). Desta forma, os marxistas enfatizam o papel que a estrutura desempenha na formulação da agência, escolhas e racionalidades dos Estados e outros atores (Nogueira & Messari, 2005, p.163; Marx & Engels, 1970, p.32-47).

Por sua vez, os construtivistas, que ingressam na Disciplina de RIs somente a partir da década de 1980 (Nogueira & Messari, 2005, p.162), destacam o papel de co-constituição dos agentes e estruturas no sistema internacional (Fierke, 2016, p.162). Negando antecedência ontológica dos agentes sobre a estrutura e vice-versa, os construtivistas destacam que a realidade social está em constante construção, onde as normas, regras e valores linguísticos desempenham um papel fundamental para se analisar a dimensão social das relações internacionais (Fierke, 2016, p.163; Acharya, 2016, p.11). Nicholas Greenwood Onuf, acadêmico que introduziu o construtivismo na disciplina de RIs, na obra "*World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*" (1989) demonstra que as relações entre Estados e atores não estatais não representa uma realidade objetiva, ao contrário, é permanentemente construída (Onuf, 2013, p.228-257). Autores como Alexander Wendt (1992, 1999), Martha Finnemore (1996), Peter K. Katzenstein (1996) e Rodney Bruce Hall (1999) destacam, cada um ao seu modo, que os Estados

---

112 "(...) interests and agenda of global capital, often at the expense of the welfare of nations, communities and the natural environment".

113 Para uma discussão detalhada sobre a contribuição marxista na disciplina de Relações Internacionais sobre o sistema de governança global, ver: GILL, Stephen. Gramsci, Historical Materialism and International Relations. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. 322p.

“são similares aos indivíduos ao possuírem tendências naturais para cooperação e suporte mútuo”<sup>114</sup>, distanciando-se da visão pessimista dos autores realistas sobre o sistema de governança global (Yunk, 2014, p.23). Neste sentido, o construtivismo aponta para a possibilidade de construção de um sistema de governança global que reflete as práticas sociais dos agentes e das estruturas (Onuf, 2002, pp.211-228; Wendt, 2001, p.1019-1049).

Outra fonte teórica extremamente relevante para o estudo das relações internacionais é o feminismo, que ganha maior destaque na Disciplina a partir da publicação do artigo de J. Ann Tickner “*You Just Don’t Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists*”<sup>115</sup> (1997, pp. 611-632). De acordo com Tickner o desafio imposto ao feminismo do ponto de vista epistemológico e ontológico era o de justamente rever as relações de poder baseadas no gênero que por tanto tempo atribuiu papéis e conhecimentos desiguais (Tickner, 1997, p.611-632). Ao incluir a dimensão do gênero nas relações interestatais e no sistema de governança global, era possível repensar o papel do Estado (considerado o ator central da Disciplina) alcançando, desta forma, um entendimento diferenciado sobre a política internacional (Tickner & Sjoberg, 2016, p.179). O ponto em comum entre as autoras feministas, que dialogam com abordagens do *mainstream* até as teorias críticas, é o de justamente apontar as características que são socialmente construídas e que apresenta implicações práticas do ponto de vista da segurança, economia, sociedade e cultural nas relações internacionais (Tickner & Sjoberg, 2016, p.180). Desta forma, as feministas liberais, por exemplo, lutam por maior igualdade no sistema de governança global, rompendo com o padrão de dominação masculino exercido por Estados e atores não estatais (Tickner & Sjoberg, 2016, p.182). Já as feministas críticas, inspiradas na contribuição da teoria crítica marxista, estabelecem um projeto emancipador face às manifestações materiais e ideacionais que reforçam a clivagem baseada no gênero (Tickner & Sjoberg, 2016, p.183). Por fim, não exaustivamente, as feministas construtivistas destacam “o caminho pelo qual as ideias sobre gênero moldam e são moldadas pela política global”<sup>116</sup> (Tickner & Sjoberg, 2016, p.184).

A penúltima contribuição teórica resultante do “quarto debate”, antes de introduzir de modo específico a contribuição pós-estruturalista/moderna é o pós-colonialismo que, conforme o próprio nome sugere, representa uma contribuição para se pensar os desdobramentos do colonialismo e

---

114 “ (...) nations are similar to individuals in possessing natural tendencies toward cooperative and mutually supportive behavior”.

115 Conforme Christine Sylvester elucida no livro “*Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era*”, o feminismo já habitava o espectro teórico na Disciplina de Relações Internacionais desde o final da década de 1980 e início da década de 1990 (Sylvester, 1994, p.20-29). Na visão de Sylvester é possível dividir duas gerações distintas do feminismo: uma primeira, preocupada basicamente com a formulação de teorias políticas com o objetivo de promover maior igualdade nas relações internacionais; e uma segunda geração que desenvolve estudos empíricos a partir de uma agenda de gênero (Tickner & Sjoberg, 2016, p.182). Para detalhes adicionais além do livro mencionado, ver: HARDING, Sandra. *The Science Question in Feminism*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1986. 273p.

116 “(...) on the way that ideas about gender shape and are shaped by global politics”.

imperialismo nas relações internacionais (Nogueira & Messari, 2005, p.228). Chamando a atenção para a perpetuação das dimensões de poder dos Estados do “norte global” em contraposição aos Estados do “sul global” os autores de inspiração pós-colonial questionam as premissas eurocêntricas que historicamente permearam a Disciplina de Relações Internacionais<sup>117</sup> e que, por extensão, criaram relações de poder que inviabilizam uma plena representatividade no sistema de governança global (Biswas, 2016, p.220). Criticam também o conjunto das abordagens teóricas até então apresentadas pela sua incapacidade de captar e compreender as experiências dos subalternos e sub-representados pela condição de dominação, exclusão e repressão que historicamente foram desenvolvidas à luz do colonialismo, imperialismo, racismo e práticas correlatas de submissão (Biswas, 2016, p.220). Neste sentido, os autores pós-coloniais sugerem uma leitura da política internacional partindo de uma interpretação que contemple as redes de dominação cultural e as políticas de representação que informam discursos e narrativas sobre o mundo não ocidental, além de, não exaustivamente, contribuir para uma discussão de identidade (através de diversas categorias como raça e etnicidade) bem como a problemática dos limites e fronteiras – que produzem divisões políticas, sociais e culturais – reforçando aspectos de poder estatal (Biswas, 2016, p.222-223).

Diante da perspectiva em tela, o objetivo desta subseção foi o de demonstrar como as diferentes teorias das Relações Internacionais abordam a relação entre o internacional, o sistema de governança global e o poder. A próxima seção discorre sobre as principais falhas destas abordagens, bem como avança numa narrativa discursiva que se distancia desta linearidade teórica apresentada de modo a evidenciar as relações de poder envolvidas na produção do conhecimento na Disciplina de RIs e EPI.

### **2.3 Equívocos da EPI e RIs sobre o Internacional e o Poder**

Inserido no amplo e diverso debate teórico na Disciplina de Relações Internacionais a partir da década de 1980 e 1990, o pós-estruturalismo representou um expressivo movimento crítico às abordagens positivistas até então dominantes na área (Campbell & Bleiker, 2016, p.197). Enunciando a importância da relação entre poder e as representações discursivas estabelecidas na produção do conhecimento sobre a política internacional, os autores caros à tradição pós-estruturalista/moderna postulam que existe uma relação fundamental entre conhecimento e poder (Campbell & Bleiker, 2016, p.197). Inspirados na contribuição de Michel Foucault, autores como

---

<sup>117</sup> Para uma discussão a respeito do caráter eurocêntrico na Disciplina de Relações Internacionais, ver: HOBSON, John M. *The Eurocentric Conception of World Politics: Western International Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. pp.393; HOBSON, John M. *The Eastern Origins of Western Civilisation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 376p.; HARLE, Vilho (Ed.). *European Values in International Relations*. London and New York: Pinter Publishers, 1990. 206p.

Richard K. Ashley e R.B.J. Walker<sup>118</sup> sustentam que os pressupostos positivistas do realismo, liberalismo e marxismo (teorias interparadigmáticas) criam regimes de verdades discursivos que são fundamentais para a dominação, exclusão e operacionalização do poder científico que transborda a Disciplina (Walker, 2013; Ashley, 1984). Neste sentido, não existe objetividade e neutralidade na produção do conhecimento das relações internacionais (Nogueira & Messari, 2005, p.195). Ao contrário, todo saber científico está imerso num regime de verdade produzido pelas narrativas científicas dominantes que são responsáveis, por sua vez, pela produção de disciplinas, normalizações e dominações que perpassam o saber científico (Nogueira & Messari, 2005, p.195).

Diante da perspectiva em tela, coube aos teóricos pós-estruturalistas/modernos tornar explícitos, a partir do método arqueológico de Foucault, elementos implícitos ou subjacentes nos discursos, práticas e representações das relações internacionais desenvolvidas pelos autores do *mainstream* de modo a evidenciar as relações de poder presentes nestas esferas textuais/narrativas/teóricas (Campbell & Bleiker, 2016, p.197). Neste sentido, os autores caros à tradição pós-moderna/estruturalista destacam o papel que a Disciplina de Relações Internacionais produz na construção de um conhecimento que essencializa o Estado como ator unitário, criando, portanto, uma divisão binária entre o dentro/fora; na produção de um entendimento sobre o sistema internacional como um espaço onde impera “a incerteza, violência e repetição, que se contrapõe ao discurso do sentido, da cooperação e do progresso na esfera doméstica do Estado” (Nogueira & Messari, 2005, p.194). Desta forma, a “realidade” objetiva cientificamente desenvolvida pelos autores positivistas representam a emergência de um discurso dominante que se sobrepõe à outros e que acabam por reforçar relações de dominação e produção de saberes que tem implicações práticas para a formação de identidades para o indivíduo, o Estado e o sistema internacional (Nogueira & Messari, 2005, p.204). Em outras palavras: a realidade discursiva positivista produz sujeições de saberes que são responsáveis por moldar comportamentos, dispor práticas políticas e culturais na Disciplina de Relações Internacionais e por estabelecer relações de dominação (Campbell & Bleiker, 2016, p.199).

Conforme destaca R.J.B. Walker na obra “*Inside/Outside: Relações Internacionais como Teoria Política*” ao teorizar sobre as relações entre os Estados em um sistema anárquico – destituído de valores, regras e normas - a Disciplina de RIs possui um papel central na produção de uma

---

118 Para uma discussão detalhada sobre as primeiras contribuições pós-estruturalistas/modernas na Disciplina de Relações Internacionais, ver (por ordem crescente de publicação): DER DERIAN, James & SHAPIRO, M.J. (Eds.). *International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics*. Lexington: Lexington Books, 1989. 353p.; ROSENAU, P.M. *Post-Modernism and the Social Sciences: Insights, Inroads, and Intrusions*. Princeton: Princeton University Press, 1992. 229p.; WALKER, R.B.J. *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. 233p.; CAMPBELL, David. *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998. 289p.

narrativa que circunscreve a ontologia do sujeito moderno aos limites do Estado (Walker, 2013, pp.33-40). Sobre este ponto, o autor argumenta que:

“(...) as teorias de RI parecem menos um conjunto de variações sobre o tema da política de poder – certamente seu aspecto mais popular – do que uma oficialização de uma explicação historicamente específica da natureza, da localização e das possibilidades da comunidade e da identidade políticas. Entretanto, como uma oficialização, elas também são um alerta. Elas especificam os limites dentro dos quais a oficialização é realizada. Elas expressam ressalvas oficiais sobre até que ponto e sob que condições essa explicação particular da comunidade e da identidade política pode ser sustentada no espaço e no tempo. Como uma disciplina preocupada com a definição de fronteiras, o registro de perigos e a mobilização de defesas, a análise das relações internacionais oferece uma explicação clara do significado de que o pensamento político moderno corre risco, está em crise, necessita de rejeição, reafirmação ou reconstrução” (Walker, 2013, p.33).

Ao ingressarem no debate teórico da Disciplina de RIs na década de 1980 e 1990, os pós-estruturalistas objetivam repensar as bases epistemológicas da Disciplina de RIs, ou seja: como é possível conhecer a realidade e “objetividade” e, desta forma, estabelecer a validade científica da produção do conhecimento sobre o sistema internacional e suas unidades? (Der Derian & Shapiro, 1989, p.xiv). De igual modo, há um desafio ontológico, quer seja: o que de fato constitui o mundo social teorizado pelos acadêmicos da área? São as estruturas materiais ou ideacionais? E, por conseguinte, qual é a relação entre ambos na produção do conhecimento na Disciplina de RIs (Der Derian & Shapiro, 1989, p.xiv). Por fim, há um desafio metodológico: a utilização de novas ferramentas de pesquisa para “oferecer novos meios para criticar tais condomínios de poder e conhecimento, métodos potencialmente úteis para avaliar também teorias científicas” (Der Derian & Shapiro, 1989, p.xiv, tradução livre)<sup>119</sup>.

Posto este desafio na Disciplina de Relações Internacionais, autores pós-estruturalistas, como é o caso do já citado Richard K. Ashley, problematizam “a relação entre o saber teórico das Relações Internacionais e o exercício do poder por um certo tipo de sujeito, julgado competente e racional – o Estado” (Nogueira & Messari, 2005, p.195; Ashley, 1984). No artigo “*The Poverty of Neorealism*”, Ashley destaca o papel que o realismo desempenhou no sentido de operacionalizar politicamente, através da narrativa discursiva autorreferenciada no Estado, uma série de práticas excludentes e dominantes no sistema internacional – tais como a guerra, balança de poder, hegemonia e práticas correlatas de exercício de poder em nome da razão de Estado (Ashley, 1984, p.239). Desta forma, o realismo (e também o liberalismo) ao criar um limite e fronteira entre o interno (Estado) e o externo (sistema) acabam por organizar e legitimar práticas que inviabilizam a construção de uma sociedade internacional – reconhecendo então o Estado como o espaço de

---

119 “to offer new means to critique such condominia of power and knowledge, methods potentially helpful for assessing social scientific theories as well”.

realização política e de outras naturezas (Ashley, 1987, p.404-405). Baseado nesta crítica, os pós-estruturalistas atacam os elementos centrais do *mainstream* teórico da Disciplina – como a soberania, anarquia, cidadania e temas correlatos de modo a explorar os antagonismos narrativos estabelecidos pelas RIs que conceitualizam o sistema como um espaço destituído de segurança, cooperação, moralidade – o que, possibilita, portanto, o exercício indiscriminado de poder pelo Estado (Campbell & Bleiker, 2016, p.207-208).

O desafio imposto pelo pós-estruturalismo à Disciplina de RIs propõe a revisão não apenas da narrativa do Estado soberano mas, de igual modo, do próprio sistema internacional, marcado pela heterogeneidade e instabilidade<sup>120</sup> (Campbell & Bleiker, 2016, p.207-208). Esta diferença e instabilidade sistêmica é resultado da própria prática resultante do discurso estabelecido pelos Estados e operacionalizada pela Disciplina de RIs e EPI (Campbell & Bleiker, 2016, p.207-208). Os Estados são responsáveis por estabelecerem regimes de verdades discursivos que resultam na operacionalidade de seus poderes a partir de bases não apenas políticas mas também teóricas sobre o sistema internacional (Campbell & Bleiker, 2016, p.207-208). Com esta chave analítica, o sistema de governança global, tema central da reflexão na economia política internacional, deve ser lido como resultado de uma afirmação narrativa discursiva que projeta sobre o sistema internacional uma arena destituída de um soberano, sendo necessário, neste sentido, o estabelecimento de regras mínimas de múltiplos agentes estatais e não estatais que conservam suas práticas de poder (Nogueira & Messari, 2005, p.200-201). O objetivo do pós-estruturalismo é o de justamente demonstrar que o caráter unitário, indivisível, cívico, ético, moral e ordenador do Estado é uma construção narrativa que o legitima a estabelecer práticas de dominação no sistema internacional, como, por exemplo, a criação de diversos mecanismos de governança global (Nogueira & Messari, 2005, p.200-201).

Diante da perspectiva em tela, o sistema de governança global é uma arena permeada por relações de poder e por diferentes instabilidades – políticas, econômicas, sociais e culturais – operacionalizadas pelo Estado, uma vez que o próprio Estado não é um agente monolítico, unitário, racional, estável e soberano (Nogueira & Messari, 2005, p.201). Ao contrário, o Estado é diferente, plural e diverso – sendo sufocado por estruturas centralizadoras a partir de discursos/narrativas dominantes que operam no seu interior e o legitimam a estabelecer práticas de governança num espaço definido pelo próprio Estado como carente de ordenamento e estabilidade (Nogueira & Messari, 2005, p.199). Chamam a atenção os autores pós-estruturalistas que há uma relação intrínseca entre o sistema de governança dos Estados e o sistema de governança global: a

---

120 Para uma discussão a respeito da projeção de poder do Estado sobre o sistema interestatal e as consequências deste exercício de poder político e narrativo a partir de uma ótica pós-estruturalista/moderna, ver: GEORGE, J. *Discourses of Global Politics: A Critical Re(Introduction) to International Relations*. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1994. 203p.

perpetuação de redes de poder que representam um “amplo controle social – difuso, impessoal, que subjetiva indivíduos e aumentam seu poder de conduta”<sup>121</sup> (Guzzini, 2012, p.21). Neste sentido, o sistema de governança global expressa basicamente duas esferas de poder: uma na qual o poder disciplina, normaliza e outro na qual o poder constitui e forma a subjetividade dos indivíduos (Guzzini, 2012, p.21). A governança global então é uma esfera que permanentemente está formando subjetividades e padrões de dominação para Estados e atores não estatais a partir de um poder estrutural (Guzzini, 2012, p.21). Desta forma, é possível questionar o caráter ordenador do sistema de governança global, uma vez que, conforme os pós-estruturalistas destacam, a governança está diretamente relacionada a governamentalidade – que, como visto, se caracteriza pela dispersão de poder, onde a difusão do poder é a própria governança (Guzzini, 2012, p.24).

Conforme D. Maliniak e M. J. Tierney argumentam no artigo “*The American School of IPE*”, o pós-estruturalismo recebeu pouca atenção no campo da Economia Política Internacional na Escola Americana entre 1980-2006 (Mailiniak & Tierney, 2011, p.19). Robert Cox no artigo “*The “British School” in the Global Context*” segue na mesma direção ao afirmar que apesar da diversidade epistemológica, ontológica e metodológica da “Escola Britânica”, o pós-estruturalismo não obteve um espaço destacado entre os autores desta tradição teórica da EPI (Cox, 2011, p.119-132). A subseção a seguir demonstra que este fato traz implicações importantes para a constituição das Disciplinas de EPI e RIs. É necessário, desta forma, resgatar a contribuição pós-estruturalista de modo a compreender um elemento fundamental que opera no internacional: a produção e prática de limites e fronteiras.

### 2.3.1 EPI e RIs como Teorias Políticas

Diante do que fora exposto na subseção anterior é possível sustentar que as Disciplinas de EPI e RIs refletem essencialmente uma concepção anglo-saxã das relações internacionais e da economia política internacional (Hobson, 2012, p.185-213). Este caráter eurocêntrico e estadunidense das teorias apresentadas não explicam “tanto a política internacional de forma objetiva, positivista e universalista, mas procura, antes, celebrar e defender de forma paroquial o Ocidente como o sujeito pró-ativo e como o referente normativo mais alto ou ideal da política mundial”<sup>122123</sup> (Hobson, 2012, p.1).

---

121 “(...) a wider social control: it is diffuse, impersonal, both “subjecting” individuals to it and taking force from their conduct”.

122 “that international theory does not so much explain international politics in an objective, positivist and universalist manner but seeks, rather, to parochially celebrate and defend or promote the West as the proactive subject of, and as the highest or ideal normative referent in, world politics”.

A partir desta representação particular das relações internacionais e da economia política internacional, ambas as Disciplinas reforçaram a criação de categorias de divisão espacial e temporal nas quais esta subjetividade ocidental em torno do Estado soberano moderno se afirmasse como o principal agente no âmbito internacional (Bartelson, 1995, p.1-11). Jens Bartelson, na obra "*A Genealogy of Sovereignty*", destaca como a soberania constitui o elemento organizador e definidor da ordem interna e externa nas relações internacionais (Bartelson, 1995, p.1-11). A soberania, argumenta o autor, se converte num dispositivo que articula poder e conhecimento nas relações entre os Estados que organiza a realidade social, estabelecendo práticas e regimes de poder e verdade entre as unidades políticas que habitam a esfera internacional (Bartelson, 1995, p.1-11). Desta forma, o internacional é o espaço que permanentemente articula relações de poder na qual o Estado é o principal sujeito ordenador deste ambiente destituído de valores, regras, normas e princípios (Bartelson, 1995, p.1-11). R. B. J. Walker afirma que a soberania estatal é responsável por “disciplinar fronteiras, afirmar inclusões, difamação de estrangeiros, inscrição de perigos e legitimação de violência”<sup>124</sup> (Walker, 1990, p.160). Adiciona o autor que a soberania distorce as “acelerações temporais e os processos globais” nas quais as principais mudanças nas relações internacionais ocorrem, uma vez que a soberania fixa os limites e as fronteiras pelas quais a ação política e conhecimento se tornam possíveis (Walker, 1990, p.160). Há, portanto, diversos polos, arenas, locais, sítios, nos quais o poder se processa e que não está necessariamente atrelado ao Estado (Walker, 1990, p.160).

Os principais expoentes da Disciplina de EPI, em torno dos “Sete Magníficos” e dos clássicos das RIs, sobretudo os liberais e realistas, como apresentado na última seção foram responsáveis por reafirmar uma concepção das relações internacionais e da economia política internacional na qual a governança global é a expressão desta divisão binária entre a lógica soberana moderna no interior do Estado e do internacional como uma arena destituída de sentido, cooperação e de “comunidade mundial” (Hobson, 2012, p.185-213; Bartelson, 2009, p.1). A própria criação da Disciplina de Relações Internacionais e suas ortodoxias teóricas representaram “uma decisão institucional para gerar um subespaço disciplinar autônomo habitado por um grupo específico de estudiosos”<sup>125</sup> (Guilhot, 2011, p.12). Desta forma, os padrões teóricos realistas e do

---

123 Poucas são as referências bibliográficas extra-ocidentais que ocupam uma posição destacada no *mainstream* acadêmico da Disciplina de RIs e EPI sobre concepções das relações internacionais e economia política internacional a partir de outros espaços de produção acadêmica. Para detalhes desta discussão, ver: ABDELKADER, Deina; ADIONG, Nassef Manabilang; MAURIELLO, Raffaele (Eds). *Islam and International Relations: Contributions to Theory and Practice*. New York: Palgrave Macmillan, 2016. 232p.

124 “(...) the disciplining of boundaries, the affirmation of inclusions, the defamation of foreigners, the inscription of danger, the legitimation of violence”.

125 “only an institutional decision to generate an autonomous disciplinary subspace inhabited by a specific group of scholars”.

*mainstream* das RIs e EPI incorrem em generalizações que colocam em risco a análise sobre as relações internacionais e economia política internacional. A própria Disciplina de RIs, ao longo sua trajetória histórica moderna, é diversa, marcada, por sua vez, pela existência de um “conjunto eclético de diferentes tradições, interesses, linguagens institucionais e (...) indivíduos que, em meados da década de 1950, convergiram para um único projeto disciplinar”<sup>126</sup> (Guihot, 2011, p.12).

Conforme Nicolas Guihot destaca na obra *“The Invention of International Relations Theory: Realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory”* em 1954, na conferência internacional estabelecida pela Fundação Rockefeller, há um esforço sistemático para promover o “desenvolvimento da teoria de RIs e demarcar o campo de domínios adjacentes do direito, da história e até da ciência política” (Guihot, 2011, p.9). Esta iniciativa apresenta duas implicações importantes: em primeiro lugar, indica que a razão de ser da Disciplina de RIs não é essencialmente teórica<sup>127</sup>, ao contrário, essencialmente política e institucional (Guihot, 2011, p.13). Sobre este ponto, Guihot esclarece que:

“(...) a Conferência de 1954 tem outras implicações para a nossa compreensão da história da Disciplina. Isso sugere que um panorama disciplinar nem sempre precisa de fundamentos teóricos robustos para florescer e que seu desenvolvimento pode ser melhor explicado por uma série de fatores externos - suporte institucional, disponibilidade de financiamento, desenvolvimentos críticos em campos adjacentes, alianças com partes interessadas externas tais como tomadores de decisões políticas ou burocratas, e uma série de outras questões que muitas vezes estão ausentes das histórias intelectuais convencionais. No caso em questão, a Fundação Rockefeller atuou como o principal corretor que adquiriu esses recursos e o principal organizador externo envolvido na formação de um espaço acadêmico para o desenvolvimento das RIs. As forças organizacionais por detrás de tais formações intelectuais são ainda mais importantes, pois esses campos intelectuais muitas vezes não possuem uma forte coerência interna e encontram-no no projeto que os sustenta e que devem servir”<sup>128</sup> (Guihot, 2011, p.14).

Em segundo lugar, e talvez mais importante, Guihot chama a atenção para o fato de que levando em consideração o esforço sistemático de uma “assembleia eclética de diferentes tradições,

126 “(...) an eclectic assemblage of different traditions, interests, institutional languages, and, not least, individuals who, in the mid-1950s, converged into a single disciplinary project”.

127 Sobre o lugar da teoria na Disciplina de RIs, Chris Brown e Kristen Ainley argumentam que a esta operação, essencialmente política, se desenvolve como uma necessidade de autoafirmação científica no campo das ciências humanas (Brown & Ainley, 2005, p.19). É por esta razão que o desenvolvimento da Disciplina, via de regra, é relatada a partir dos “grandes debates” (Brown & Ainley, 2005, p.19).

128 “In that sense, the 1954 conference has further implications for our understanding of discipline history. It suggests that a disciplinary landscape does not always need robust theoretical foundations in order to flourish and that its development may be better explained by a range of external factors—institutional support, availability of funding, critical developments within adjacent fields, alliances with outside stakeholders such as policy-makers or bureaucrats, and a wealth of other issues that are too often absent from conventional intellectual histories. In the case at hand, the Rockefeller Foundation acted as the main broker procuring these resources and the main external organizer involved in shaping an academic space for the development of IR. The organizational forces behind such intellectual formations are all the more important since these intellectual fields often do not have a strong internal coherence and find it instead in the project that sustains them and that they are supposed to serve”.

interesses, línguas institucionais e, inclusive, indivíduos”<sup>129</sup>, é possível reconsiderar uma série de pressupostos que ganharam proeminência nas teorias dominantes das RIs (Guilhot, 2011, p.12,14). Entre estes conceitos, destaca-se, em primeiro lugar, o Estado – considerado o ator unitário e racional da Disciplina de RIs e, por extensão, da EPI. A centralidade estatal nos estudos sobre o internacional também esteve presente nos estudos da Geopolítica no século XIX a partir das contribuições de Friedrich Ratzel (1844-1904); Alfred Thayer Mahan (1840-1914); e, não exaustivamente, Halford Mackinder (1861-1947) (Flint, 2012, p.6-13). A partir da lógica territorial soberana moderna, os geopolíticos alemães, britânicos e estadunidenses, cada um ao seu modo, no período em questão, formularam análises sobre as relações internacionais levando em consideração a posição relativa de cada um dos seus respectivos Estados no sistema internacional (Flint, 2012, p.6-13). A partir de seus estudos, estes autores legitimaram as práticas coloniais, imperialistas e expansionistas das potências europeias e estadunidense entre os séculos XIX-XX ao posicionarem o Estado como o ator central das relações internacionais (Flint, 2012, p.6-13). Ratzel entendia que o Estado representava o sinônimo de progresso ao afirmar que “os espaços em que devemos ajustar nossas ideias e planos políticos são medidos pelo espaço geral em que vivemos” (Ratzel, 1898, p.449). Mahan argumenta que os Estados devem, ao controlar importantes acessos marítimos, promover a “prosperidade e crescimento” (Mahan, 2010, p.1-5). Mackinder, sustentava que os Estados representavam o “pivô geográfico da história” (Mackinder, 2004, p.421).

A geopolítica desta forma, enquanto pensamento e prática no século XIX-XX, enuncia o Estado como a “instituição política dominante”<sup>130</sup> das relações internacionais (Flint, 2012, p.6). Esta prática discursiva desenvolvida por estrategistas governamentais e intelectuais fora responsável por criar categorias discursivas antagônicas em torno da “barbárie” contra a “civilização”, “desenvolvimento” contra o “atraso” de regiões que deveriam ser “catalogadas”, “exploradas”, “dominadas”, “controladas” a partir da agência estatal das potências imperialistas e colonizadoras europeias (Flint, 2012, p.6). Estas, por sua vez, apresentavam uma agenda política, econômica, social e cultural para estas comunidades ultramarinas baseadas no expansionismo e racismo (Flint, 2012, p.6). As teorias do *Heartland*<sup>131</sup> e *Rimland*<sup>132</sup>, por exemplo, representam uma das diversas

129 “an eclectic assemblage of different traditions, interests, institutional languages, and, not least, individuals”.

130 “(...) dominant political institution (...)”.

131 Conforme aponta Leonel Itaussu Almeida Mello na obra "Quem tem Medo da Geopolítica?" a Teoria do Heartland “tinha como ideia-chave a existência de uma rivalidade secular entre dois grandes poderes antagônicos que se confrontavam pela conquista da supremacia mundial: o poder terrestre e o poder marítimo. O primeiro sediava-se no coração da Eurásia e, mediante uma expansão centrífuga, procurava apoderar-se das regiões periféricas do Velho Mundo e obter saídas para os mares abertos. O segundo, situado nas ilhas adjacentes ou nas regiões marginais eurásianas, controlava a linha circunferencial costeira do grande continente e, mediante uma pressão centrípeta, procurava manter o poder terrestre encurralado no interior da Eurásia” (Mello, 1999, p.11).

132 Formulada por Nicholas John Spykman, professor de Relações internacionais na Universidade de Yale, a Teoria do Rimland “foi o termo utilizado (...) para (...) definir com maior precisão as regiões costeiras - as fímbrias marítimas - que contornavam a grande planície central da Eurásia. O novo vocabulário procurava ressaltar a geografia anfíbia

tentativas de recorte do espaço “internacional”, que deveria ser, por sua vez, “governado”, “administrado”, “mantido”, “chefiado”, “gerido”, pelos Estados soberanos modernos competidores entre si no contexto de disputa hegemônica no sistema internacional (Flint, 2012, p.6). A Geopolítica, desta forma, consagra o espaço territorial estatal como o principal lócus/arena/espaço de operacionalização das relações internacionais (Flint, 2012, p.37). No clássico artigo em que formula a Teoria do *Heartland*, Mackinder pontua que:

“(...) parece-me, portanto, que na presente década estamos pela primeira vez numa posição de tentar, com algum grau de completude, estabelecer uma correlação entre as largas generalizações geográficas e históricas. Pela primeira vez podemos perceber algo da real proporção e características dos eventos dos Estados de todo o mundo, podendo conceber uma formula que exprima certos aspectos, de qualquer nível, de relações causais geográficas na história universal. Se tivermos a sorte, esta formula deve ter um valor prático ao colocar em perspectiva algumas das forças competidoras na atual política internacional”<sup>133</sup> (Guilhot, 2011, p.14).

Concomitantemente, no início do século XX, buscando uma distância dos circuitos militares, estratégicos e geográficos, um corpo de acadêmicos da Escócia, como colocado no início da última seção, passa a institucionalizar uma “assembleia eclética de diferentes tradições, interesses, línguas institucionais e, inclusive, indivíduos” em torno do estudo das relações internacionais (Brown & Ainley, 2005, p.19). Um conjunto de filantropos e pensadores influentes passaram a fomentar, posteriormente nos EUA, a criação de uma agenda de investigação no âmbito das ciências humanas que pudessem analisar politicamente o sistema internacional e compreender o comportamento de suas principais unidades, os Estados, e, em segundo lugar, criar uma “cultura de educação” entre líderes políticos e a sociedade civil para que os conflitos armados pudessem ser evitados (Brown & Ainley, 2005, p.19).

Baseado nesta dimensão política na Disciplina de RIs, os estudos produzidos a partir da “rubrica” das Relações Internacionais serviram como instrumento acadêmico de legitimidade de uma nova ordem baseada no concerto das grandes potências europeias e da potência estadunidense

daquelas regiões, ou seja, o fato de possuírem uma frente continental e outra oceânica. Contígua ao Rimland eurasiático estava a linha circunferencial marítima formada pelo Atlântico, Mediterrâneo, Índico e Pacífico, que contornava a Eurásia e tinha como pontos extremos as ilhas costeiras da Grã-Bretanha e do Japão. Geograficamente, o Rimland situava-se numa posição intermediária que se defrontava, por um lado, com o anel desértico e montanhoso que circundava a planície siberiana e, por outro lado, com o semicírculo marítimo que contornava o continente eurasiático” (Mello, 1999, p.121). Leonel Itaussu Almeida Mello sugere que “o conceito estratégico de Rimland assume, no pensamento de Spykman, uma centralidade equivalente à do Heartland na concepção geopolítica de Mackinder. Assim como Heartland é a noção axial da teoria do poder terrestre, Rimland é a ideia nuclear em torno do qual convergem e se articulam todos os demais componentes geopolíticos e estratégicos da teoria de Spykman” (ibidem, p.121-122).

133 “It appears to me, therefore, that in the present decade we are for the first time in a position to attempt, with some degree of completeness, a correlation between the larger geographical and the larger historical generalizations. For the first time we can perceive something of the real proportion of features and events on the state of the whole world, and may seek a formula which shall express certain aspects, at any rate, of geographical causation in universal history. If we are fortunate, that formula should have a practical value as setting into perspective some of the competing forces in current international politics”

em ascendência (Brown & Ainley, 2005, p.19). Os 14 Pontos, que fora uma mensagem direcionado ao Congresso estadunidense pelo então presidente Woodrow Wilson, serviria de base para a primeira ortodoxia teórica na Disciplina que ficara conhecida com “institucionalismo liberal”<sup>134</sup> ou “liberalismo utópico” ou “liberalismo clássico” (Wilson, 2017, p.32-33). Sobre o Estado, Wilson, ícone da tradição liberal, pontua que estas unidades devem obter “independência política e integridade territorial” de modo a gozar de plena membresia no sistema internacional e promover a paz e segurança entre as Nações via ingresso numa Associação Geral de Nações (Wilson, 2017, p.32-33). Aqui há um claro contraponto ao projeto político da solidariedade de classe transnacional marxista-leninista avançado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Herz & Hoffman, 2004, p.78). O institucionalismo liberal representava uma clara oposição a ordem internacional Bolchevique-revolucionária (Herz & Hoffman, 2004, p.78). Desta forma, esta tradição teórica serviu como base para a criação da Liga das Nações Unidas, que, por sua vez, “apresentava-se como um ícone da ordem baseada em Estados nacionais” (Herz & Hoffman, 2004, p.78).

É digno de nota pontuar que alguns anos antes de Wilson, Norman Angell, como apontado, lança o livro “A Grande Ilusão” com o objetivo de recuperar a posição de prestígio do Estado britânico no sistema internacional diante do cenário de acirramento militar com a Alemanha e da ascendência dos Estados Unidos diante da crise da “era vitoriana” (Angell, 2002, p.3). Angell é recuperado como principal fonte do institucionalismo liberal na medida em que se distancia dos geopolíticos clássicos e pontua que “a única conduta possível para o conquistador é deixar a riqueza de um território em mãos dos seus habitantes; por conseguinte, há uma ilusão de ótica, uma falácia lógica, na ideia hoje alimentada na Europa de que uma nação aumenta a sua riqueza ao expandir o seu território, porque, ao anexar-se uma província ou um Estado, anexam-se também seus habitantes, que são os únicos e verdadeiros proprietários da riqueza correspondente, e o conquistador nada ganha” (Angell, 2002, p.26). Angell, em outras palavras, ao dialogar com Mackinder e outros geopolíticos britânicos pontua que para que o Reino Unido conserve a sua hegemonia no sistema internacional é necessário compreender “que a segurança das riquezas depende de outros fatores que não os armamentos; que a falta de poder político não constitui obstáculo ou garantia com relação à prosperidade; e que a simples extensão do território administrado não tem relação com a riqueza dos habitantes desse território” (Angell, 2002, p.30).

---

134 Chris Brown e Kirsten Ainley pontuam algumas diferenças entre o institucionalismo liberal britânico e estadunidense (Brown & Ainley, 2005, p.21). No Reino Unido, argumentam os autores que “as ideias liberais institucionalistas foram desenvolvidas pelos fabianos e radicais liberais através de órgãos como a União para o Controle Democrático” (ibidem, p.21). Adiciona que “embora houvesse alguma simpatia por estas ideias no governo, o Ministério de Relações Exteriores seguia uma linha mais tradicional/conservadora” (ibidem, p.21). No caso dos Estados Unidos da América, o institucionalismo liberal teve um caráter oficial, assumindo a posição de governo na figura de Woodrow Wilson que através dos seus 14 pontos ofereceu “um diagnóstico em duas partes do que deu errado em 1914 e uma receita em duas partes para evitar desastres similares no futuro” (ibid., p.21).

Discursos oposicionistas à tradição liberal surge entre os fundadores do realismo clássico anglo-americano, sobretudo a partir das seguintes obras: “Vinte Anos de Crise (1919-1939): Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais” e da “A Política Entre as Nações: A Luta Pelo Poder e Pela Paz”. Diante da crise da ordem política internacional liberal projetada por Woodrow Wilson, Carr<sup>135</sup> pontua que “em assuntos internos, é claramente função do Estado criar harmonia se não existe harmonia natural. Em política internacional, não há nenhum poder organizado encarregado da tarefa de criar a harmonia e a tentação de presumir uma harmonia natural torna-se, portanto, particularmente forte” (Carr, 2001, p.69). Morgenthau advoga que “as sociedades nacionais devem a sua paz e a sua ordem à existência de um Estado que, dotado do poder supremo dentro do território nacional, mantém a referida paz e ordem” (Morgenthau, 2003, p.905). Complementa afirmando que a paz internacional jamais encontrou êxito justamente por limitar o poder nacional dos Estados (Morgenthau, 2003, p.905). Pontuando que o Estado apresenta uma moralidade própria, Morgenthau e os realistas destacam que os esforços de criação de um “associação geral das Nações” tende ao fracasso, uma vez que o sistema internacional é marcado pela anarquia e não há nenhuma instância supranacional capaz de dirimir o interesse nacional (Morgenthau, 2017, p.55).

A anarquia, portanto, é o segundo elemento que habitou o espectro da Geopolítica e da recém estabelecida Disciplina de Relações Internacionais a partir da década de 1910, na medida em que ambas pontuam, a partir de diferentes perspectivas, a existência de um espaço destituído de sentido, cooperação e progresso sistêmico que confere aos agentes do sistema, os Estados, distintas possibilidades, constrangimentos e escolhas (Kurki & Wight, 2016, p.15). Tanto a Geopolítica quanto as RIs, principalmente a partir do realismo clássico, produziram narrativas que apontam para a estrutura anárquica do sistema internacional baseada numa intensa competição por poder, onde os Estados com maior capacidade material definem as regras e normas deste sistema (Flint, 2012, p.37). Enquanto a Geopolítica do século XIX-XX pontuava que esta estrutura deveria ser controlada estrategicamente pelos Estados via guerras, balança de poder, alianças militares, diplomacia e etc (Flint, 2012, p.31-37) as RIs, por sua vez, através do realismo político, defende que a anarquia

---

135 Não há consenso na Disciplina de Relações Internacionais se E.H. Carr pode ser invocado como o mais notável intelectual do realismo político (Guzzini, 2012b, p.26). Autores como Stefano Guzzini, por exemplo, pontuam que Carr fora um importante expoente da Geopolítica na medida em que ao mesmo tempo em que propõe uma revisão da geopolítica, via criação de uma ciência da política internacional, oferece uma série de recomendações políticas estratégicas para a Grã-Bretanha para a conservação de o seu *status quo* já em decadência (ibidem, p.61). Por exemplo, Carr argumenta que “concepção de uma "harmonia de interesses" em que os Estados compartilham interesses em comum (como, por exemplo, a paz ou a expansão do livre comércio internacional) só poderia ocorrer em situações nas quais as grandes potências tinham muito a ganhar com a continuação do status quo, como a própria Grã-Bretanha” (ibid., p.61).

conserva a ordem do sistema e os Estados devem ser cauteloso quanto à qualquer tentativa de criar mecanismos de governança sistêmico (Kurki & Wight, 2016, p.15-16).

Estado e Anarquia foram estabelecidos como categorias analíticas de Disciplinas, como a Geopolítica, RIs e EPI, que nascem num contexto anglo-saxão – como demonstrando na obra editada por Steve Smith “*International Relations: British and American Perspectives*” (Smith, 1985, 242p.). Há portanto uma clara evidência da *Pax Britannica* e *Pax Americana* ao longo da produção acadêmica entre as distintas orientações teóricas das Disciplinas mencionadas (Walker, 2013, p.35). Walker argumenta que as teorias de RIs, que serviram como base para a EPI, podem ser entendidas “como produto de condições históricas específicas (...), como expressões ideológicas dos interesses provincianos de determinadas sociedades (...), com relação à institucionalização de específicas disciplinas acadêmicas e, principalmente, com relação a controvérsias características da ciência política, a disciplina com a maior influência no desenvolvimento das relações internacionais como forma de pesquisa” (Walker, 2013, p.34-35).

Walker sugere que a maior problemática das teorias de RIs reside na consagração da soberania estatal como dispositivo que organiza e indica onde a política deve ocorrer (Walker, 1990, p.176). Em outras palavras, Walker sustenta que a produção de conhecimento sobre as relações internacionais organizam espacialmente e temporalmente a ontologia do sujeito moderno no interior dos Estados (Walker, 1990, p.176). É a partir da soberania que as diferenciações ocorrem no nível universal e particular (Estado e sistema internacional) (Walker, 1990, p.176). As teorias de RIs, desta forma, conceitualizam o internacional como o espaço da incompatibilidade e irreconciliação da ação política (Walker, 1990, p.176). Desta forma, o realismo político ao pontuar que os Estados estão permanentemente lutando por poder político para manter a sua sobrevivência, uma vez que podem contar apenas consigo mesmo para manter a sua autonomia legal e independência jurídica, estabelece um regime de poder e conhecimento sobre as relações internacionais e economia política (Walker, 1990, p.176). Este regime de verdade, por sua vez, constrói narrativamente e discursivamente uma visão de mundo que opera a partir de binarismos e divisões (Walker, 1990, p.176). Mais importante ainda, para efeitos de delimitação da Tese, Walker esclarece que as principais mudanças nas relações internacionais não estão necessariamente fixadas a partir do movimento dos atores e processos políticos ao longo do tempo num determinado espaço fixo (Walker, 2013, p.33). Ao contrário, a ordem espacial moderna, reforçada narrativamente e discursivamente pelas teorias das RIs e EPI, está em permanente tensão, articulando fluxos globais de poder que incidem diretamente sobre a ordem territorial soberana dos Estados (Walker, 1990, p.176). Walker argumenta que as Disciplinas de RIs são teorias políticas porque cumprem um importante papel de circunscrever temporalmente e espacialmente o local onde as relações

internacionais operam: no Estado, ator unitário e racional que guia as suas ações num ambiente anárquico destituído de princípios comuns (Walker, 1990, p.176).

O internacional para Walker não representa uma esfera de incerteza, anarquia, conflito, violência, contingência, repetição e definições correlatas (Walker, 2009, p.48). Para Walker, o internacional representa a organização espaço-temporal moderna dos Estados soberanos que possibilitam a existência de vida política (Walker, 2009, p.48). O internacional, enunciado narrativamente/discursivamente, pelas teorias de RIs e EPI, estabelece sistemas fixos de fronteiras, territórios, indivíduos (cidadania) e identidades coletivas nacionais que tornam o internacional “um espaço abstrato distinto do espaço nacional e supostamente governado por suas próprias regras de funcionamento”<sup>136</sup> (Bonditti, 2017, p.6). A modernidade, entendida como “um conjunto de arranjos e combinações radicalmente contingentes que, sob o ímpeto das revoluções científicas e espirituais dos séculos XVI e XVII (mesmo possivelmente até o início do século XX (...)) acabaram se estabelecendo como um complexo sistema de limites que demarcou o secular do religioso, o científico do espiritual, a cultura da natureza” está enraizado nas Disciplinas de RIs e EPI que, por sua vez, reproduziram um sistema particular de limites sobre a produção de conhecimento, verdades e práticas políticas (Bonditti, 2017, p.5).

Neste espaço hierarquizado de limites e fronteiras, muitas vezes denominado de “pós-Westfaliano”, “mundo” e, não exaustivamente, “global”, há inúmeras tentativas de abstração e conceitualização do que a modernidade, enquanto um regime de poder/conhecimento, possibilita como limites para a produção de conhecimento e ação política (Bonditti, 2017, p.5). Desta forma, o primeiro passo para compreender onde, como e que tipo de poder é operado pelas Operações de Paz das Nações Unidas, passa necessariamente pelo distanciamento das concepções do que é o espaço internacional (reproduzido pelas teorias do *mainstream* das RIs e EPI) e qual é o papel de governo assumido por estes atores. Tanto a Disciplina de Relações Internacionais quanto a de Economia Política Internacional, ao reforçarem uma concepção espaço-temporal moderna do internacional atribuem a este instrumento multilateral uma função utilitarista de gestão e resolução de conflitos, não atentando para o seu papel de polícia<sup>137</sup>, normalização, poder disciplinador e biopolítico. Diante da perspectiva em tela, é atribuída à estas Operações uma função baseada em aspectos de otimização, relacionada ao poder de agência dos Estados soberanos modernos que, ao desdobrarem militares, polícias e civis, solucionam controvérsias relacionadas à “fragilidade”<sup>138</sup> dos Estados. A própria concepção de “fragilidade”, “falido”, “fraco”, “colapsado”, e, não exaustivamente, “em

136 “(...) as an abstract space distinct from the national space and supposedly governed by its own rules of functioning”.

137 Foucault define polícia como “o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo, estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento das suas forças” (Foucault 2008a, p.421).

desenvolvimento”, é uma estratégia discursiva e narrativa que fixa territorialmente, na figura do Estado soberano moderno, as principais fontes de ameaças que, em sua essência, transcendem as fronteiras fixas destas comunidades políticas (como, por exemplo, o terrorismo, crimes transnacional e etc.) (Nogueira & Messari, 2005, p.207). A partir da fixação do Estado soberano moderno, imerso num espaço internacional, que atravessa instabilidades, as Operações de Paz das Nações Unidas assumem, desta forma, uma função de reforço, via gestão e resolução de conflitos presentes no sistema “governança global”, do internacional como um espaço anárquico que conserva a soberania e agência de suas unidades principais (Nogueira & Messari, 2005, p.201).

Neste sentido, cabe a pesquisa investigar como as Operações de Paz das Nações Unidas produzem e reproduzem limites e fronteiras, via atividades de construção da paz, no sistema internacional, ao produzirem a governamentalidade liberal e neoliberal sobre sociedades identificadas como “frágeis”, “falidas” e “colapsadas”. Neste sentido, conforme exposto na introdução do estudo, as Operações de Paz das Nações Unidas, por fixarem as suas práticas de *peacebuilding* que reforça o Estado, acaba por criar fronteiras que potencializam o quadro de repressão, sujeição e submissão nas relações internacionais. Este regime, presente no âmago das atividades de construção da paz destas Operações, cria uma divisão espacial, contrapondo o nível interno do Estado, marcado pelo sentido, progresso e cooperação, ao nível externo, do internacional, caracterizado, por sua vez, pela contingência e incerteza. Estas fronteiras estabelecidas entre o interno e externo produzidas e reproduzidas pelas Nações Unidas sob a égide da construção da paz são de caráter fronteiriço, territorial, identitário e de naturezas correlatas – reforçando, por sua vez, clivagens políticas, econômicas, sociais e culturais no sistema internacional.

Com isto, o poder das Operações de Paz das Nações Unidas reside justamente na perpetuação de práticas e representações políticas que constroem e reconstroem sujeitos e sociedades modernas a partir de um regime de poder que excede as fronteiras dos Estados territoriais soberanos. Estas operações, como colocado na introdução da Tese, exerce poder a partir de relações, “posições e trajetórias em áreas específicas e situações numa complexa rede de fluxos transnacionais” (Huysmans & Nogueira, 2016, p.300).

---

138 Na obra *“Failed States and Fragile Societies: A New World Disorder”* editada por Ingo Tauschweizer e Steven M. Miner, os autores David Carment e Yiagadeesen Samy no capítulo *“The Future of War: Understanding Fragile States and What to Do About Them”* definem Estados frágeis como “uma medida da extensão em que as práticas e capacidades atuais dos Estados diferem da sua imagem idealizada. É uma questão de grau, não de espécie. Pretende-se que seja um termo geral, no qual possam estar localizados termos relacionados, embora mais específicos, incluindo fraqueza, falha e colapso. A fragilidade é uma medida da extensão em que as instituições atuais, funções, e processos políticos de um Estado estão de acordo com uma imagem de um Estado soberano forte, que se reifica tanto na teoria estatal quanto no direito internacional” (Carment & Samy, 2014, p.5). Para detalhes adicionais destas definições e para uma discussão de temas relacionados à fragilidade de Estados e de sociedades, ver: TRAUSCHWEIZER, Ingo & MINER, Steven M. (Eds). *Failed States and Fragile Societies: A New World Disorder?* Athens: Ohio University Press, 2014. 224 p.

### 2.3.2 Onde, Como e Que Tipo de Poder é Exercido pelas Operações de Paz das Nações Unidas?

Conforme as últimas subseções demonstraram, as abordagens do *mainstream* anglo-saxão que se debruçam sobre a análise das relações internacionais e da economia política internacional reforçam uma concepção moderna política que circunscreve temporalmente e espacialmente a ação política, gerando, por sua vez, limites e fronteiras ao conhecimento e ação humana. Desta forma, ainda que as teorias da “Tradição Americana” e da “Tradição Britânica” tenham formulado referências teóricas para se pensar a relação entre o sistema internacional, Estado, atores não estatais, poder e o papel dos instrumentos multilaterais no âmbito do sistema de governança global, todas elas acabam por criar referenciais equivocados sobre a operacionalidade do poder. De modo específico, estas abordagens não conseguem explicar quatro pontos importantes sobre onde, como e que tipo de poder é exercido por atores estatais e não estatais, a saber: que tipo de agência, a extensão (escopo), quais são os mecanismos empregados e qual é o conteúdo normativo do poder (Guzzini, 2012, p.8). De acordo com Guzzini em seu livro editado em parceria com Iver Brynild Neumann, “*The Diffusion of Power in Global Governance: International Political Economy Meets Foucault*” (2012), estas quatro questões mencionadas representam uma lacuna no campo de estudos da EPI em geral (Guzzini, 2012, p.18). Seguindo este argumento, Guzzini defende que:

“a problemática mais comum da governança com a difusão de poder é a questão da agência da ordem: quem é/são os ordenadores? (...) a segunda problemática da governança, já menos evidente, tem a ver com o escopo da ordem internacional (...) mas, para além de questões de agência e escopo – isto é, das fontes e da extensão da ordem – a nova problemática da governança refere-se também aos seus mecanismos: como o ordenamento é alcançado? (...) finalmente, a problemática central tem a ver com o conteúdo normativo da ordem como afetada pela difusão de poder”<sup>139</sup> (Guzzini, 2012, p.8-9, tradução livre).

O objetivo central da obra de Guzzini através de seu capítulo “*The Ambivalente “Diffusion of Power” in Global Governance*”, é recuperar um debate na Disciplina de Relações Internacionais entre os acadêmicos da EPI e os acadêmicos que partem de uma orientação baseada na contribuição de Michel Foucault para refletir sobre o sistema internacional e como o poder é exercido/difundido no âmbito sistêmico (Guzzini, 2012, p.1). Guzzini apresenta o resultado das três diferentes “ondas”

---

139 “the most common problematique of governance with a diffusion of power is the question of the agency of order: who is/are the orderer(s)? (...) a second problematique of governance, already less self-evident, has to do with the scope of the international order. (...) but besides questions of agency and scope – that is, of the sources and extension of order – the new problematique of governance refers also to its mechanisms: how is the ordering achieved? (...) finally, a central problematique has to do with the normative content of the order as affected by the diffusion of power”.

destes debates que se iniciam ainda na década de 1980<sup>140</sup> e que permitiram uma interseção entre os estudos do *mainstream* da Disciplina de Relações Internacionais com abordagens, principalmente, da Teoria Social e demais campos das ciências humanas (Guzzini, 2012, p.1). De um lado, Guzzini argumenta que os estudiosos da EPI tendem a enxergar o poder sendo “difuso”, “compartilhado”, “dispersado”, “diluído” ou “dissipado” entre o Estado e atores privados e forças impessoais (Guzzini, 2012, p.2). Ou seja, o sistema internacional e seus mecanismos de governança são caracterizados pelo exercício de múltiplos polos de poder para além do Estado tendo em vista a sua gradativa relativização no âmbito sistêmico<sup>141</sup> (Guzzini, 2012, p.2). De outro lado, Guzzini advoga que os estudiosos “Foucaultianos” conceitualizam a difusão do poder como uma nova estratégia de governo<sup>142</sup>, onde “o poder em si mesmo é reconfigurado e os próprios atores são vistos como parte de um novo meio no qual a ordem política internacional ou poder é entendido”<sup>143</sup> (Guzzini, 2012, p.2, tradução própria). Adiciona o autor que, em contraposição aos teóricos do *mainstream* da EPI, o poder para os “Foucaultianos” é “difuso mas não diluído; se expande em todos os nichos da sociedade mundial e tem sido, através de diferentes modos, incrementado”<sup>144</sup> (Guzzini, 2012, p.2, tradução própria).

A partir do resgate deste debate de conceitos entre autores da “Tradição Americana” e “Tradição Britânica” da EPI e de autores da Disciplina de Relações Internacionais que dialogam com os métodos da filosofia e da teoria social inspirado em Michel Foucault, Guzzini avança na

---

140 Este debate que se inicia na década de 1980 ao qual Stefano Guzzini se refere não é o debate que João Pontes Nogueira e Nizar Messari na obra “*Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*” (2005) identificam como o “debate interparadigmático” (Nogueira & Messari, 2005, p.6). Nogueira e Messari, ao comentarem a publicação de Michael Banks no livro “*International Relations: A Handbook of Current Theory*” (1985) afirmam que este autor apresenta uma incomensurabilidade entre três paradigmas teóricos no âmbito da Disciplina de Relações Internacionais: os liberais, realistas e marxistas (ibidem, p.6). Neste sentido, para Banks, na década de 1980, a Disciplina estava diante de um debate epistemológico, caracterizado por uma “estagnação” entre estas três perspectivas, que até então informava o leque teórico entre os estudiosos das Relações Internacionais (ibid., p.6). Ao contrário, Guzzini se refere ao debate que se inicia também na década de 1980, e que para alguns autores (Nogueira & Messari, 2005; Burchill & Linklater, 2005) representa o grande momento de diálogo da Disciplina de Relações Internacionais com autores da Teoria Social, Política, Filosofia e demais campos do conhecimento no âmbito das ciências humanas (Guzzini, 2012, p.1). Perspectivas que até então não estavam sequer presentes nos debates entre as teorias do *mainstream*, passaram, gradativamente, a habitar o campo de estudos da Disciplina, desafiando os principais conceitos, paradigmas e abordagens entre os estudos liberais e realistas (Nogueira & Messari, 2005, p.7; Burchill & Linklater, 2005, p.6).

141 É digno de nota o fato de que Guzzini, quando se refere aos estudiosos da EPI, se dirige, majoritariamente, aos estudiosos liberais que compartilham esta visão da transnacionalidade do exercício de poder no sistema internacional, ainda que o referido autor apresente algumas limitações das perspectivas realistas para pensar o processo de governança global em termos de agência, tal como já foi apresentado anteriormente e será explorado adiante.

142 Michel Senellart, no término da obra traduzida para o português “*Segurança, Território e População*” (2008) sustenta que “por “governo”, esclarecia Foucault, cumpria entender três coisas: a nova ideia de um poder baseado na transferência, na alienação ou na representação da vontade dos indivíduos; o aparelho de Estado instaurado no século XVIII; e, enfim, uma “técnica geral de governo dos homens”, que constituía o “reverso das estruturas jurídicas e políticas da representação, e a condição de funcionamento e de eficácia desses aparelhos” (Foucault, 2008a, p.529).

143 “power itself is reconfigured and the actors themselves are seen as part of a new way in which international political order or power is to be understood”.

144 “is diffused but not diluted; it expands into every niche of world society and has, through this different mode, increased”.

construção de combinações entre estas duas visões de modo a compreender até que ponto a governança global, principal objeto de análise dos estudiosos da EPI, pode ser melhor conceitualizada e, em última instância, redefinida pela contribuição oferecida pelos estudiosos Foucaultianos (Guzzini, 2012, p.2). Para esta finalidade o autor apresenta o que considera como as lacunas da EPI (Guzzini, 2012, p.8-9). A primeira delas, como mencionado anteriormente, diz respeito ao problema da agência. Nos estudos da Teoria da Estabilidade Hegemônica, Guzzini destaca, como já mencionado, a redução operada por esta abordagem teórica que postula que a principal concepção da ordem política advém da estabilidade oferecida por uma potência hegemônica, diminuindo desta forma a agência no sistema internacional a um Estado ou conjunto específicos de Estados com maior capacidade material (Guzzini, 2012, p.12). Neste sentido, há um reducionismo da complexidade envolvida no exercício do poder na governança internacional a partir desta perspectiva, não atentando, desta forma, para a pluralidade de nichos possíveis de transmissão de poder no âmbito sistêmico (Guzzini, 2012, p.12). Esta é uma crítica aos escritos não apenas de Kindleberger mas também de Gilpin e Krasner.

Em segundo lugar, Guzzini evidencia a falta de clareza quanto ao escopo de atuação para o exercício de poder no sistema de governança internacional avançada pelos teóricos dos regimes, principalmente autores de orientação liberal (Guzzini, 2012, p.14). De acordo com Stefano Guzzini, não existe clareza sobre “como a ordem é alcançada, e como ela é direcionada”<sup>145</sup>, trazendo, como consequência, a “problemática do processo de legitimidade difuso”<sup>146</sup>, onde não está claro quais são os mecanismos de *accountability* sobre os quais estes novos atores operam no sistema de governança internacional (Guzzini, 2012, p.14, tradução livre). Tanto a Teoria da Estabilidade Hegemônica quanto a Teoria dos Regimes apresentam como ponto convergente a ideia de que a governança pode ser, portanto, compreendida como uma capacidade de ordenamento, seja de um Estado e/ou de outros agentes não estatais (Guzzini, 2012, p.28). Ambas as abordagens, apresentam, desta forma, lacunas para se pensar o papel da agência e do escopo do exercício de poder no sistema de governança global (Guzzini, 2012, p.28).

Em terceiro, Guzzini, ao discorrer sobre o conceito de “Poder Estrutural” geralmente atribuído exclusivamente à Susan Strange, acredita que a abordagem da referida autora é a mais adequada para se pensar o exercício de poder não apenas em termos de difusão, tal como os teóricos do institucionalismo liberal (Keohane e Nye) defendiam, mas também em termos dos efeitos indiretos provocados pelo ordenamento indireto oriundo das já mencionadas estruturas da economia política internacional: segurança, produção, finanças e conhecimento (Guzzini, 2012, p.17). Desta

---

145 “how that order is achieved, how we can steer it”.

146 “problematique of diffused legitimacy processes”.

forma, ao contrário da Teoria da Estabilidade Hegemônica e da Teoria dos Regimes, o Poder Estrutural de Susan Strange conceitualiza a governança como estruturas de dominação que garantem a ordem política no sistema internacional (Guzzini, 2012, p.28). Strange, com isto, não olha para o ordenamento do sistema de governança em termos das fontes provedoras de estabilidade, ao contrário, conceitualiza este ordenamento em termos dos efeitos indiretos desempenhados pelas instituições e atores que ocupam papel privilegiado na estrutura do sistema internacional (Guzzini, 2012, p.21). Esta abordagem, entretanto, apesar de avançar na conceitualização da governança não em termos de capacidade de ordenamento por um ou mais atores, mas também como regra indireta, apresenta algumas lacunas em relação ao escopo, mecanismos e conteúdo normativo (Guzzini, 2012, p.28). Em outras palavras: Guzzini sustenta que Strange provocativamente não detalha como a ordem é alcançada através da utilização dos mecanismos (entendidos como “regras subjacentes do jogo que define uma ordem particular em primeiro lugar e faz com que ela funcione”)<sup>147</sup> (Guzzini, 2012, p.9, tradução livre) e também não apresenta, em sua abordagem, como o “conteúdo normativo é afetado pela difusão de poder”<sup>148</sup> (Guzzini, 2012, p.9, tradução livre).

De acordo com Michael Barnett e Raymond Duvall, o poder estrutural guarda algumas semelhanças com o que classificam de “poder produtivo”, ou seja com a abordagem do poder largamente utilizada por autores de inspiração pós-estruturalista (Barnett & Duvall, 2005, p.20). Atentam os referidos autores para o fato de que ambas os tratamentos sobre o poder evidenciam o papel que a estrutura exerce na (i) “constituição de processos sociais, que não são controlados por atores específicos mas que são efetuados por sentidos práticos dos atores”; (ii) “como a capacidade social dos atores são socialmente produzidas e como estes processos moldam seus entendimentos próprios”<sup>149</sup> (Barnett & Duvall, 2005, p.20, tradução livre). Por outro lado, Barnett e Duvall argumentam que o poder estrutural e produtivo são distintos uma vez que o primeiro avança na proposição de relações estruturais mais diretas e o segundo defende uma difusão dos processos sociais estruturais (Barnett & Duvall, 2005, p.20). Sobre estas diferenças, os autores pontuam que:

“(…) poder estrutural é constituição estrutural, quer seja, a produção e reprodução de posições relativas internas (...) de subordinação e dominação. Poder produtivo, ao contrário, é a constituição de todos os sujeitos sociais com vários poderes sociais através de sistemas de conhecimento e práticas discursivas de escopo social amplo e geral. Conceitualmente, o movimento é distante das estruturas, *per se*, para sistemas de significação e sentido (que são estruturado, mas não são eles mesmos estruturas), e a redes

147 “underlying rules of the game which define a particular order in the first place and make it function”.

148 “normative content of the order is affected by the diffusion of power”.

149 “(...) constitutive social processes that are, themselves, not controlled by specific actors, but that are effected only through the meaningful practices of actors”; “(...) the social capacities of actors are socially produced, and how these processes shape actors’ self-understanding, and perceived interests.

de forças sociais perpetuamente moldando um ao outro” (Barnett, 2005, p.20, tradução livre)<sup>150</sup>.

De modo a superar as lacunas apontadas no campo da EPI, que se resumem até o momento, a questão da agência, escopo, mecanismos e conteúdo normativo, Guzzini, por fim, apresenta o conceito de governança como governamentalidade, tal como avançado por Michel Foucault (Guzzini, 2012, p.21). Foucault introduz, desta forma, uma nova concepção de poder, que deve ser pensado, na visão do autor, “em termos de um amplo controle social”, sendo este poder “difuso, impessoal, tanto subjetivando indivíduos a este poder e tomando força a partir da sua conduta”<sup>151</sup> (Guzzini, 2012, tradução livre). Cabe destacar que a genealogia dos poderes, como apresentado na Introdução desta Tese, é a segunda grande etapa na produção histográfica e analítica dos objetos que Foucault dedica atenção (Gros, 2011, p.493). E, neste momento de sua produção, Foucault ao utilizar o método genealógico, quer seja o de “tentar estabelecer a correlação entre o surgimento das ciências humanas e o aparecimento de novas tecnologias de poder”, objetiva analisar os “estilos de governabilidade por intermédio dos quais se nos faz obedecer” (Gros, 2011, p.493). Analisa, portanto, a transição do “poder de soberania”<sup>152</sup> para o “biopoder” e quais são as duas modalidades recentes para o exercício de poder (Gros, 2011, p.494). Como também apresentado na Introdução, a primeira modalidade é a disciplina, entendida como “uma série de técnicas pelas quais se investe a existência de indivíduos, a fim de extrair deles o máximo de forças úteis e fazê-los adotar comportamentos previsíveis” (Gros, 2011, p.494). A segunda é o objeto do poder, não mais direcionado para os corpos individuais e sim para a população (Gros, 2011, p.494). Trata-se de aumentar as forças do Estado em sua totalidade, aumentando assim a produção do poder nas suas variadas dimensões: “saberes, identidades, comportamentos, corpos, prazeres, realidades novas” (Gros, 2011, p.494).

É digno de nota reforçar que Foucault não dedicou particular atenção para o exercício do biopoder e como seus mecanismos de governamentalidade se expressam no sistema internacional, ao contrário, demonstra o autor como o Estado não representara uma unidade absoluta em termos de

---

150 “(...) structural power is structural constitution, that is, the production and reproduction of internally related positions of super and subordination, or domination, that actors occupy. Productive power, by contrast, is the constitution of all social subjects with various social powers through systems of knowledge and discursive practices of broad and general social scope. Conceptually, the move is away from structures, per se, to systems of signification and meaning (which are structured, but not themselves structures), and to networks of social forces perpetually shaping one another”.

151 Para uma discussão detalhada a respeito das diferentes concepções de poder no âmbito da Teoria Política e da Teoria Social, ver: STEWART, Clegg. *Framework of Power*. London et al. Sage, 1989. 320 p.; HINDES, Barry. *Discourses of Power: From Hobbes to Foucault*. New Jersey: Wiley Blackwell Publishers, 1996. 192 p.

152 Este poder de soberania, na definição oferecida por Frédéric Gros é o poder “que procede por antecipações e requisições descontínuas: exige-se jornadas de trabalho, antecipa-se numa parte das colheitas, expõe-se a vida de seus súditos na guerra etc. A principal modalidade de exercício deste poder é constituída pela lei. Por “lei” é preciso entender um decreto autoritário que ordena e interdita, coloca limites, traça linhas de divisão rigorosas, exige submissão” (Gros, 2011, p.493).

seu exercício de poder, rompendo, desta forma, com a visão monolítica estatal (Bonditti, 2017, p.6-7; Neumann & Sending, 2010, p.8-11). De modo a preencher esta lacuna, autores como Iver Brynild Neumann e Ole Jacob Sending<sup>153</sup> no livro “*Governing the Global Polity: Practice, Mentality, Rationality*” (2010) se utilizam do conceito de governamentalidade para definir o sistema internacional “como um domínio socialmente integrado da governamentalidade que vê o internacional como uma estrutura (definida por relações de poder) e que gera diferentes e transitórias práticas de dominação política (definidas como racionalidade governamental)”<sup>154</sup> (Neumann & Sending, 2010, p.68). Guzzini aponta que a principal contribuição oferecida pelos estudiosos da governamentalidade é a de que “a governança como governamentalidade é atualmente baseada na dispersão de poder: os mecanismos de governança são diretamente conectados com a difusão de poder. A questão não é o que a difusão de poder acarreta para a governança; em certo sentido, a difusão de poder (como implicado na governamentalidade) é a própria governança”<sup>155</sup> (Guzzini, 2012, p.24, tradução livre).

Iver Neumann, na conclusão da já mencionada obra editada em parceria com Stefano Guzzini, sustenta que existe grande divergência na disciplina de EPI e Relações Internacionais sobre como melhor conceitualizar o relacionamento entre o Estado e demais atores não estatais no sistema de governança internacional e qual o papel que cada um destes agentes vêm assumindo (Neumann, 2012, p.256). De modo a criar uma convergência entre os teóricos da EPI e de orientações “Foucaultianas”, Neumann argumenta que o consenso que une as duas abordagens é a compreensão da escala destes atores no sistema interestatal (Neumann, 2012, p.256). Em outras palavras, o caráter global que os Estados e agentes não estatais vêm assumindo e suas implicações para o processo de governança sistêmica é o objeto de análise por ambas as tradições e que, neste sentido, a agenda política no sistema internacional está se tornando densamente povoada por estes agentes (Neumann, 2012, p.263).

Desta forma, partindo de uma perspectiva pós-estruturalista, baseada na contribuição de Michel Foucault, aplicada ao campo de estudo da Economia Política Internacional, a presente Tese

---

153 Para a consulta de outras obras relevantes dos referidos autores sobre a aplicabilidade da governamentalidade para a compreensão da relação entre o sistema de governança global e o exercício de poder nos estudos das Relações Internacionais, ver: SENDING, Ole Jacob & NEUMANN, Iver B. “‘The “International” as Governmentality’”, *Millennium: Journal of International Relations*, vol. 35, n.3, pp. 677-701, 2007; SENDING, Ole Jacob & NEUMANN, Iver B. *Governance to Governmentality: Analyzing NGOs, States, and Power*. *International Studies Quarterly*, vol.50, n.3, pp.651-672, 2006. Para a contribuição de outros autores, ver: MERLINGEN, Michael. ‘*Governmentality: Towards a Foucauldian Framework for the Study of IGOs*’, *Cooperation and Conflict*, vol. 38, n.4, pp. 361-384, 2003. NANCY, Fraser. ‘*From Discipline to Flexibilization? Rereading Foucault in the Shadow of Globalization*’, *Constellations*, vol.10, n.2, pp. 160-171, 2003.

154 “as a socially embedded realm of governmentality sees the international as a structure (defined by relations of power) that generates different and changing practices of political rule (defined as governmental rationality)”.

155 “governance as governmentality is actually based on a dispersion of power: the mechanisms of governance are directly connected to the diffusion of power. The question is not what the diffusion of power entails for governance; in a sense, the diffusion of power (as implied in governmentality) is governance”.

ao tentar compreender onde, como e que tipo de poder é exercido pelas Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas analisa a agência, o escopo, os modos/mecanismos, e o conteúdo normativo promovido por este instrumento multilateral a partir do término da Guerra Fria. Realizando este exercício, constata-se como as atividades de *peacebuilding*, praticadas na RDC pela MONUSCO, produz um regime de limite espaço-temporal moderno no qual se desenvolvem dispositivos de criação de limites e fronteiras que potencializam o quadro de repressão, sujeição e submissão nas relações internacionais.

Baseado na análise do poder que permanentemente produz e reproduz e que contemple o internacional como um lócus/espço/arena hierarquizado com múltiplos limites e fronteiras onde as governamentalidades liberais se manifestam, traduzindo-se em mecanismos de normalização, disciplina e polícia, a Tese inscreve as Operações de Paz das Nações Unidas como um produto das racionalidades liberais de governo dos Estados membros, ONGs e demais atores da sociedade civil transnacional inseridas nas Nações Unidas. Desta forma, a pesquisa argumenta que a governamentalidade é uma unidade de análise relevante para se debruçar sobre a difusão/exercício de poder no internacional por este instrumento multilateral que congrega uma complexa interação e fluxo de controle. Este conceito desenvolvido por Michel Foucault permite, portanto, preencher as quatro grandes lacunas nos estudos da EPI no que tange a relação entre poder e o internacional e, de igual modo, permite distanciar-se das abordagens teóricas clássicas das RIs que inviabilizam a plena compreensão do exercício de poder e sua relação com o Estado, internacional e instrumentos multilaterais na produção de fronteiras.

Em primeiro lugar, a governamentalidade permite analisar a questão da agência da ordem no internacional. Entendendo o poder não apenas do ponto de vista da sua difusão mas, de igual modo, de sua capacidade de reconfiguração de sujeitos e sociedades, e consequente expansão através do Estado e demais atores, a Tese, ao dedicar atenção às Operações de Paz das Nações Unidas, analisa o papel praticado por este instrumento multilateral na limitação e fronteirização internacional no campo da paz e segurança e quais são os seus desdobramentos para os Estados, OIs, ONGs e demais atores da sociedade civil congoleza e transnacional. Buscar-se à apontar como o poder de construção da paz praticado pelas Nações Unidas, ao desdobrar contingentes militares, policiais e civis, reside na perpetuação de práticas e representações políticas que constroem e reconstroem sujeitos e sociedades modernas a partir de um regime de poder conectado a uma complexa rede de fluxos transnacionais. Buscar-se à identificar posições, trajetórias em áreas específicas nas quais esta complexidade se manifesta que excedem categorias analíticas privilegiadas pelas Disciplinas de RIs e EPI.

Argumenta-se que as Nações Unidas ao praticarem este papel normalizador, disciplinador e de polícia, exerce, desta forma, uma autoridade em relação à outros agentes. Esta autoridade cria constrangimentos para o ordenamento, no campo da paz e segurança, por outros atores e expressa essencialmente um projeto de poder político-econômico que reforça ainda mais clivagens políticas, econômicas, sociais e culturais. Mesmo diante dos diversos desafios contemporâneos presentes no âmbito das Nações Unidas que incidem sobre as Operações de Paz, como é o caso da privatização e regionalização (Bellamy & Williams, 2011, p.301,321), ainda assim, esta organização, em contraposição às demais, como é o caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), União Europeia (UE), e União Africana (UA) exerce um papel de autoridade ordenadora no campo da paz e segurança internacional. Neste sentido, a perspectiva da governamentalidade, ao analisar a agência das Operações de Paz das Nações Unidas, identifica quais são as estruturas no âmbito do internacional que reforçam sua autoridade e quais são os mecanismos de biopoder/biopolítica criados para alcançar tal finalidade. Marc G. Doucet na obra “*Reforming 21<sup>st</sup> Century Peacekeeping Operations: Governmentalities of Security, Protection, and Police*” afirma que as Operações de Paz das Nações Unidas representam um componente central das intervenções internacionais contemporâneas (Doucet, 2017, p.3). Concordando com esta centralidade ocupada pelas Nações Unidas, a Tese, desta forma, analisa, em primeiro lugar, o tipo de poder exercido pelas Operações de Paz a partir de sua agência.

Em segundo lugar, a perspectiva da governamentalidade aplicada ao campo de estudos da EPI permite compreender a questão do escopo da ordem no sistema internacional. A Tese chama a atenção para o fato de que ao praticarem sobre Estados as racionalidades liberal democráticas de governo, as Operações de Paz das Nações Unidas promovem um “ordenamento”<sup>156</sup> assimétrico no

---

156 A pesquisa sustenta que o exercício de poder presente no âmago das Operações de Paz das Nações Unidas promove um “ordenamento às avessas” no sistema internacional. Isto acontece porque esta promoção não implica necessariamente a completa conversão de Estados à estes padrões liberal-democráticos, e isto é justamente uma das lógicas liberais de governo promovidas pelas Nações Unidas e a grande maioria de atores que integram o espectro das Operações de Paz. Uma vez que o liberalismo está constantemente estabelecendo novas e transitórias relações de poder, levando, inclusive, a práticas iliberais de governo, as Nações Unidas promovem um ordenamento que favorece instituições, processos e atores político-econômicos específicos. Resultante desta dinâmica, há a perpetuação de um status quo de exclusão e dominação entre Estados do sul e norte global no sistema interestatal, inviabilizando, desta forma, o completo alcance à paz e segurança em Estados colapsados. Como consequência da primazia de agência das Nações Unidas no campo da paz e segurança, isto acaba criando um cenário de exclusividade multilateral de ordenamento assimétrico – passível, portanto, de críticas sobre sua “efetividade”. Neste sentido, cabe destacar que a efetividade do ordenamento promovido pelas Operações de Paz das Nações Unidas no sistema internacional assume um caráter duplo: por um lado a efetividade pode ser “legitimada” e “aprovada” por instituições e atores político-econômicos que se beneficiam diretamente da difusão das racionalidades de governo em Estados avessos aos postulados liberal-democráticos; por outro lado, as atividades de *peacebuilding*, ainda que extremamente relevantes e fundamentais, que encontram na sociedade civil os seus principais alvos de intervenção, não levam necessariamente a uma completa transformação estrutural de violência social e assimetrias políticas e econômicas – acarretando, como consequência, a uma desordenamento local, como é o caso analisado da República Democrática do Congo. Uma vez que Estados, OIs, ONGs e demais atores da sociedade civil estão circunscritos na racionalidade liberal de governo no sistema internacional, estes atores “dispõem coisas” e “empregam táticas” que são essenciais para o exercício de governo em Estados identificados como avessos aos postulados liberal-democráticos. Isto leva, portanto, a reprodução

campo da paz e segurança internacional que gera, por sua vez, novas relações de poder sobre os Estados e atores não estatais que operam nesta mesma arena – principalmente no campo político e econômico. Neste sentido, as Operações de Paz das Nações Unidas ao difundirem normas liberal-democráticas de governança, estão manifestando a racionalidade de governo permeadas por relações de poder – que, por sua vez, estão permanentemente reconfigurando o papel dos Estados e de outros atores não estatais e governamentais, inclusive o papel da própria organização. Ao selecionar como alvos de intervenção os Estados avessos aos postulados do liberalismo e democracia, a organização exerce a sua autoridade de ator habilitado e competente para estabilizar e normalizar tais unidades políticas, reforçando uma estrutura de dominação e autoridade no campo da paz e segurança internacional. Este reforço se desenvolve a partir das práticas de construção da paz que, por sua vez, são responsáveis por reproduzir um modelo estatal que perpetua relações de poder hierarquizadas no internacional. Consequentemente, as Nações Unidas aumentam o seu poder e o canaliza através da reconfiguração dos objetos interventores e intervenientes. Desta forma, além de analisar a fonte (agência) da difusão de poder no âmbito das Operações de Paz, a Tese destaca, de igual modo, o escopo (extensão) dos efeitos da difusão deste poder para o ordenamento internacional – que, por sua vez, se manifestam em trocas simbólicas que dão azo à novos espaços/fluxos de exercício de poder não contemplados pelas teorias das Disciplinas de EPI e RIs. Estes espaços e fluxos geram, por sua vez, mecanismos de limites e fronteirização.

Em terceiro lugar, a governamentalidade esclarece os mecanismos utilizados para o ordenamento e exercício de poder no internacional. Sobre este ponto Guzzini destaca que “a discussão sobre mecanismos não deve ser confundida com meras questões de implementação, ainda que estas sejam importantes”<sup>157</sup> (Guzzini, 2012, p.9, tradução livre). O que o autor propõe para uma agenda de pesquisa Foucaultiana aplicada à EPI é que mecanismos devem ser entendidos como “as regras do jogo subjacentes que definem uma ordem particular (...) através dos quais o consentimento e a ordem são alcançados”<sup>158</sup> (Guzzini, 2012, p.9). Desta forma, os mecanismos, à luz da governamentalidade, devem ser entendidos como estratégias e racionalidades de governo e governança que estabelecem mecanismos de biopolítica e biopoder. Marc G. Doucet vai além ao afirmar que os mecanismos das Operações de Paz das Nações Unidas também dão azo à necropolítica – a biopolítica da vida sobre a morte – ou seja, “estratégias de governo que visam manejar e controlar os mortos”<sup>159</sup> (Doucet, 2017, p.4,9). Neste sentido, a Tese dedica particular

---

de uma estrutura político-econômica que assume um caráter ambíguo, instável e assimétrico no campo da paz e segurança internacional.

157 “the discussion of mechanisms is not to be confused with mere questions of implementation, as important they are”.

158 “the underlying rules of the game which define a particular order (...) through which consent and order are achieved”.

159 “governmental strategies that seek to manage and account for death”

ênfase ao processo de ordenamento no campo da paz e segurança pelas Operações de Paz das Nações Unidas e como a organização ocupa uma posição estrutural que a habilita a determinar o conteúdo desta mesma ordem que se propõe a estabilizar. Seja para agentes privados de segurança, OIs, ONGs, as Nações Unidas determinam os entendimentos dos atores sobre como a paz e a segurança devem ser alcançados e, por extensão, quais os mecanismos que devem ser empregados para alcançar tal finalidade. Serão analisados, portanto, (1) o papel desempenhado pelos órgãos, programas, agências e fundos especializados das Nações Unidas e o papel dos Estados-membros nestas instâncias; (2) o conteúdo normalizador, disciplinador e de polícia desenvolvidos pela MONUSCO e como este mesmo conteúdo se relaciona a técnicas, dispositivos e mecanismos liberais de governo que são responsáveis por reconfigurar e estabelecer relações de poder no sistema internacional. Há, desta forma, uma ênfase nas “práticas específicas e técnicas de governo” e nas “mentalidades e racionalidades que caracterizam o pensamento sistemático e conhecimento que faz parte integrante e torna possíveis diferentes modos de governar”<sup>160</sup> (Neumann & Sending, 2010, p.9-10). Serão analisados as práticas dos principais mecanismos institucionais utilizados pelas Nações Unidas no contexto de uma intervenção militar, policial e civil, tais como: os projetos participantes dos projetos dos *Consolidated Appeal Process* (CAPs); do *United Nations Development Assistance Framework* (UNDAF); o conteúdo das atividades e os atores envolvidos nas atividades de segurança – tal como estipulado pelo Conselho de Segurança e a Assembleia Geral. Neste sentido, a Tese aponta quais são os agentes que integram o universo da Operações de Paz das Nações Unidas que ajudam na ordenação e governo da paz e segurança internacional no internacional e, de igual modo, na normalização, disciplina e polícia de Estados avessos aos padrões liberal democráticos. Em seguida, aponta para como os seus dispositivos criam novas interações simbólicas de exercício de poder, gerando, por sua vez, limites e fronteiras.

Em quarto lugar, não exaustivamente, a Tese chama a atenção para o conteúdo normativo da ordem liberal democrática promovida pelas OMP das Nações Unidas. Como consequência da difusão de poder desenvolvida por este instrumento político-econômico-social-cultural, há um “impacto no caminho que os bens públicos são definidos, tanto processualmente e em termos de seu conteúdo”<sup>161</sup> (Guzzini, 2012, p.9). Desta forma, a presente pesquisa destaca os impactos normativos do liberalismo e democracia, como instrumentos de poder, que estão presentes no âmago das atividades de *peacebuilding* para os Estados, OIs, ONGs e atores da sociedade civil global a partir do reforço destes valores promovidos pelas Operações de Paz das Nações Unidas. Analisando o papel da MONUSCO e todo o processo de desenvolvimento normativo e institucional no âmbito

---

160 "(...) specific practices and techniques of governing (...) the “mentality” or rationality that characterizes the systematic thinking and knowledge that is integral to and renders possible different modes of governing”.

161 "(...) impact on the way the common good is defined, both procedurally and in terms of its content”.

das Operações de Paz que resultou na consagração deste *modus operandi*<sup>162</sup>, a Tese aborda como o alcance da paz e da segurança passou a ser informado pelas racionalidades de governo liberal democrático e quais são as implicações para a perpetuação de um sistema internacional que reforça suas clivagens entre o doméstico e internacional. A manifestação do poder desenvolvido por este instrumento multilateral específico que é responsável pela difusão de normas liberais ocasiona, por sua vez, uma reformulação e definição de novos métodos de governança no nível internacional, que passam a ser informados pelo conteúdo liberal democrático (Guzzini, 2012, p.8). Há, neste sentido, um projeto de conversão de Estados avessos aos postulados liberal democráticos na política internacional onde as Operações de Paz das Nações Unidas cumprem um papel fundamental de ressignificação não apenas dos Estados, mas de diversos atores que serão mapeados adiante. Adicionalmente, como exposto, este conteúdo normalizador reproduz um espaço hierarquizado do internacional, marcado pelo âmbito doméstico do Estado e do âmbito internacional do “sistema de governança global”.

Desta forma, a pesquisa, se propõe a utilizar o conceito de governamentalidade para analisar onde, como e que tipo de poder é exercício, difundido e promovido pelas Operações de Paz das Nações Unidas no sistema internacional e quais são as suas implicações no que diz respeito à agência, escopo, modos/mecanismos e conteúdo normativo. Reconhecendo a amplitude deste sistema, busca-se compreender qual é o impacto no campo da paz e segurança interestatal que este instrumento multilateral desempenha. Para cumprir esta finalidade, será apresentado o universo de atores que integram as Operações de Paz das Nações Unidas adotando como estudo de caso a RDC a partir de 2010.

---

162 A tese estabelece como referência para análise do conteúdo normativo liberal-democrático promovido pelas Operações de Paz das Nações Unidas, os seguintes documentos-projetos: *An Agenda For Peace* (1992); *An Agenda For Development* (1994); *Human Development Report* (1994); *Our Global Neighborhood: Report of the Commission on Global Governance* (1995); *An Agenda for Democratization* (1996); *The “Brahimi Report”*: *Report of the Panel on United Nations Peace Operations* (2000); *The Responsibility to Protect: Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty* (2001); *Human Security Now: The Report of the Commission on Human Security* (2003); *A More Secure World: Our Shared Responsibility* (2004); *In Larger Freedom: Towards Security, Development and Human Rights for All* (2005); *United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines* (2008); *A New Partnership Agenda: Charting a New Horizon for United Nations Peacekeeping* (2009); *Report of the High-Level Independent Panel on Peace Operations* (2015).

### 3. Governando o Internacional: Uma Genealogia das Operações de Paz das Nações Unidas

O objetivo central deste Capítulo é o de situar historicamente a emergência das Operações de Paz das Nações Unidas. Para alcançar tal finalidade, se utiliza do método genealógico oferecido por Michel Foucault de modo a investigar as formas modernas de governo e poder introduzidas por estas Operações a partir da segunda metade do século XX. Adicionalmente, a genealogia permite relacionar a problematização de Foucault sobre as mentalidades e racionalidades de governo ao estabelecimento deste instrumento responsável pela gestão e resolução de conflitos no sistema internacional. Com isto, o Capítulo conecta as Operações de Paz das Nações Unidas às racionalidades liberais de governo desenvolvidas a partir da Segunda Guerra Mundial – período que coincide com o desdobramento das primeiras operações sob a égide da referida organização.

Neste sentido, para criar uma referência sobre o advento destas Operações de Paz, será apresentado como a Liga das Nações e, posteriormente, as Nações Unidas introduzem novas artes de governar, exercendo, portanto, uma forma moderna de poder baseado no biopoder. Para tanto, o Capítulo, em primeiro lugar, destaca a rearticulação e complexificação das formas de governo e de exercício de poder estabelecidas a partir do pastorado cristão até o crescente processo de governamentalização do Estado que resultará na razão de Estado entre os séculos XVI-XVIII; na economia política liberal dos séculos XVIII-XX; e, por fim, no governo neoliberal introduzido a partir do período posterior a 1945 até os dias atuais. Feito este exercício, é possível compreender como as Operações de Paz das Nações Unidas surgiram como consequência de um processo histórico de governamentalização do espaço nacional e internacional baseado numa racionalidade e mentalidade de governo específica. Diante da perspectiva em tela, o Capítulo demonstra como estas Operações estão circunscritas a uma mentalidade e racionalidade de governo liberal. Desta forma, é possível sustentar que as Operações de Paz das Nações Unidas, através das atividades de *peacebuilding*, são responsáveis pela produção de limites e fronteiras, que organizam e modelam os espaços em que opera.

Partindo do pressuposto que a construção da paz representa uma forma moderna de poder heterogênea, difusa, capilar, que produz sentidos, intervenções, entidades, processos e objetivos (Doucet, 2017, p.19), o Capítulo destaca como o caráter da governamentalidade liberal, presente no âmago destas Operações, exerce uma forma de poder que excede o caráter unitário, hierárquico, arranjado e centralizado baseado no Estado (Doucet, 2017, p.19). De igual modo, o Capítulo demonstra como as práticas de produção de limites e fronteiras avançadas pelas Nações Unidas não operam exclusivamente a partir de uma dimensão material (Summa, 2016, p.51). Ao contrário, as fronteiras são de caráter simbólico, social, linguístico, cultural, urbano, espacial e etc. (Summa,

2016, p.51). Ao apresentar a rearticulação e complexificação das formas de governo e poder, o Capítulo apresenta os condicionantes históricos que possibilitaram o surgimento do biopoder e como esta forma moderna de poder se relaciona às práticas modernas de limitação e fronteirização no contexto do *peacebuilding* das Nações Unidas. A partir do biopoder é possível compreender onde, como e que tipo de poder é exercido pelas Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas na medida em que é possível identificar os principais alvos desta forma particular de poder e quais são as consequências das práticas de limite e fronteirização para o processo de construção da paz na República Democrática do Congo. Adicionalmente, o biopoder, elucida a agência, o escopo, os modos/mecanismos, e o conteúdo normativo do poder exercido pelas Nações Unidas no âmbito da construção e reconstrução de Estados no sistema internacional. Com isto, o biopoder elucida a origem, a natureza básica e as manifestações do poder desenvolvido pelas Operações de Paz das Nações Unidas.

O método genealógico de Michel Foucault será empregado ao longo deste Capítulo de modo a problematizar a introdução de novas formas de governo desenvolvidas por estas Operações no âmbito do sistema internacional. Esta problematização elucida como estas técnicas de biopoder consagram novas técnicas de governo que visam três domínios importantes: em primeiro lugar, guiar a conduta daqueles que são governados; o estabelecimento de novos objetivos de regulação individuais e populacionais; e, a proposição de novas visões morais e normativas de como a vida deve ser vivida (Doucet, 2017, p.15). Cumpre ao longo deste Capítulo demonstrar como o biopoder e as práticas de limites e fronteirização produzem e reproduzem relações de poder que não são operacionalizadas nos espaços privilegiados de análise das RIs e EPI – como o Estado, o território e a soberania. Ao contrário, esta forma de governar baseado na construção da paz, reforça um regime de poder baseado em trocas simbólicas que dão azo à novos espaços/fluxos de exercício de poder que excedem estas categorias analíticas privilegiadas por ambas as Disciplinas.

Por fim, cabe destacar que, ao contrário de propor uma história linear e evolutiva do sistema de governança global, o Capítulo avança na discussão sobre como o internacional passou a ser organizado pelos Estados diante da sua crescente governamentalização. De igual modo, discorre sobre como é possível concatenar a difusão de poder das Operações de Paz das Nações Unidas com a crescente governamentalidade do Estado a partir do século XVI. Desta forma, o Capítulo discorre sobre como o poder de soberania deu azo à uma nova modalidade de poder, o biopoder, e como este se relaciona com a soberania estatal e qual sua relação com os instrumentos multilaterais concebidos para governar o internacional. Por fim, demonstra como estas formas de poder se sobrepõem no contexto das Operações de Paz das Nações Unidas. Em outras palavras: o Capítulo

demonstra como diferentes relações de poder e governamentalidade se justapõem nas atividades de limitação e fronteirização no processo de construção da paz desenvolvida pelas Nações Unidas.

### **3.1 Problematizando as Formas de Governo: Suas Mentalidades**

Conforme apresentado na introdução da Tese, o pensamento de Michel Foucault pode ser dividido, de modo esquemático, em três grandes fases: uma arqueologia das ciências humanas; uma genealogia dos poderes; e uma problematização dos sujeitos (Gros, 2011, p.490). Para efeitos de delimitação, somente o segundo momento será aprofundado neste Capítulo. Com isto, cabe destacar que entre 1961-1969, desde a História da Loucura até a Arqueologia do Saber, Foucault se propõe a “analisar o surgimento das ciências humanas na cultura ocidental e se interrogar sobre esta virada que faz do homem um objeto do saber” (Gros, 2011, p.490). Neste sentido, o autor, ao propor o método arqueológico, problematiza a emergência narrativa e discursiva de saberes no âmbito das ciências humanas, particularmente na psicologia e psiquiatria, que são sustentados por regimes de verdades e que colocam o homem como “objetivo privilegiado de saberes” (Gros, 2011, p.492). O autor, na sua primeira etapa de produção intelectual, propõe uma arqueologia do homem moderno na medida em que é através do próprio homem “que se pode conhecer melhor (...) todos os objetos oferecidos ao conhecimento” (Gros, 2011, p.492). Analisa, portanto, como a loucura entre os séculos XV-XVIII assume diferentes concepções narrativas e discursivas produzindo, por conseguinte, construções políticas, sociais, econômicas e culturais sobre este fenômeno (Gros, 2011, p.492).

A partir de toda a década de 1970, e é justamente neste momento em que a presente Tese se insere ao problematizar a emergência modernas das Operações de Paz das Nações Unidas, Foucault propõe uma genealogia dos poderes (Gros, 2011, p.493). Nesta fase o autor se dedica ao estudo das técnicas de poder (Gros, 2011, p.493). Cabe neste período não apenas utilizar a arqueologia para descrever o surgimento de regimes de verdades científicos, mas, de igual modo, introduzir a genealogia para correlacionar a ciência com as tecnologias de poder empregadas para se obedecer (Gros, 2011, p.493). Ou seja, Foucault emprega o método genealógico de modo a compreender “os estilos de governabilidade por intermédio dos quais se nos faz obedecer” (Gros, 2011, p.493). O próprio Foucault esclarece que o seu grande objetivo não é o de analisar a problemática do poder, ao contrário, cumpre ao autor esclarecer “os diferentes modos pelos quais (...) seres humanos foram

constituídos sujeitos”<sup>163164</sup> (Foucault, 1983, p.208, tradução livre). A objetificação<sup>165</sup> que transforma seres humanos em sujeitos está imersa em relações de poder, sendo necessário, desta forma, estabelecer toda a economia destes vínculos que operam nas relações humanas de modo geral (Foucault, 1983, p.209, 210).

Diante da perspectiva em tela, Foucault sustenta que a objetificação que converte os seres humanos em sujeitos, “categoriza o individual, marca-o por sua individualidade, ataca-o por sua própria identidade, impõe um direito de verdade sobre eles que o obriga a reconhecer e que os outros devem reconhecê-lo nele” (Foucault, 1983, p.212). A objetificação está imersa numa forma e técnica de poder que se rearticula e complexifica desde o estabelecimento das primeiras instituições Cristãs até o século XX (Foucault, 1983, p.213). Foucault argumenta que o exercício de poder que torna os seres humanos em sujeitos se dá através do estabelecimento de formas de governo (Foucault, 1983, p.221). Governo, tal como definido pelo autor na obra *Os Anormais* (1975), deve ser definido como “uma teoria jurídico-política do poder, centrada na noção de vontade, na sua alienação, na sua transferência, na sua representação num aparelho governamental” estabelecido na Idade Clássica (século XVIII); (...) uma técnica geral de exercício do poder, técnica transferível a numerosas e diversas instituições e aparelhos. Essa técnica constitui o reverso das estruturas jurídicas e políticas da representação, e a condição de funcionamento e de eficácia desses aparelhos” ou seja, é “uma técnica geral do governo dos homens” (Foucault, 2001, p.60-61).

A objetificação que se operacionaliza através das técnicas de governo gera, por si só, nas palavras de Foucault “exploração” e “dominação” sendo necessário, desta forma, descrever a arte de governar e as relações de poder envoltas nas mentalidades e racionalidades de governo estabelecidas desde o início do século XV até o século XX (Foucault, 1983, p.213). Foucault, para alcançar tal finalidade, estabelece como referência histórica o governo do pastorado Cristão, responsável por “introduz um código de ética fundamentalmente diferente do mundo antigo” (Foucault, 1983, p.214). Para o autor, governar o mundo pastoralmente apresentava três características importantes: em primeiro lugar, “o mundo governado pastoralmente, conforme a economia da salvação era [portanto] um mundo de causas finais que culminavam num homem que, ele próprio, devia construir a sua salvação nesse mundo. Causas finais e antropocentrismo, era bem

---

163 “different modes (...) human beings are made subjects”.

164 Michel Foucault define sujeito como a sujeição ao outro através do controle e dependência, e, em segundo lugar, a ligação de sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento (Foucault, 1983, p.212).

165 Nas palavras de Michel Foucault, a objetificação pode assumir três modos específicos: em primeiro lugar, os modos de interrogação que tentam dar aos próprios seres humanos um status científico, como por exemplo, a inscrição na gramática geral da filologia e linguística; em segundo lugar, a objetificação pode se desenvolver a partir do estabelecimento de “práticas divisórias” no próprio indivíduo e na sua relação com o outro; por fim, a objetificação pode se desenvolver a partir da própria agência individual de “subjetificação” – ou seja, como homens e mulheres, por exemplo, se reconhecem como sujeitos de sexualidade (Foucault, 1983, p.208).

isso uma das formas, uma das manifestações, um dos sinais do governo pastoral de Deus sobre o mundo. Governar o mundo pastoralmente queria dizer [em segundo lugar] que o mundo estava submetido a toda uma economia da obediência (...); em terceiro lugar, um mundo pastoralmente governado era um mundo no qual havia toda uma economia da verdade (...) ou seja, num mundo pastoralmente governado havia, de certo modo, formas de ensino" (Foucault, 2008a, p.315).

Desta forma, o tipo de poder introduzido pela arte de governar pastoral se relacionava a economia da salvação, “cujo fim último era assegurar a salvação individual no mundo vindouro”; ao comando e sacrifício voluntário para a vida e salvação do rebanho; ao controle comunitário e individual; e a exploração das almas, movimentando-se para “o conhecimento da consciência e a habilidade de direcioná-la” (Foucault, 1983, p.214). Em resumo, é uma forma de poder baseado na produção da verdade individual (Foucault, 1983, p.214).

Entre 1580-1660, Foucault pontua que o pastorado Cristão inicia seu processo de perda de eficiência (e não de completo desaparecimento) em função da governamentalização da *res publica* – entendida como um domínio, um território (Foucault, 2008a, p.317, 342). O autor identifica que a partir do século XVI há um crescente processo de transferência, maciça e global, das funções pastorais da Igreja para o Estado<sup>166</sup> (Foucault, 2008a, p.308). Dois fatores contribuíram para este fenômeno: em primeiro lugar, a intensificação do pastorado nas formas espirituais, em sua extensão e eficiência temporal; e o desenvolvimento da condução dos homens fora da autoridade eclesiástica (Foucault, 2008a, p.308). Foucault afirma que “com o século XVI, entramos na era das condutas, na era das direções, na era dos governos” (Foucault, 2008a, p.309). Como resultado deste ponto de inflexão sobre as formas de governar, não mais autorreferenciado na Igreja, uma questão importante se apresenta: “em que medida quem exerce o poder soberano deve encarregar-se agora de tarefas novas e específicas que são a do governo dos homens?” (Foucault, 2008a, p.311). Esclarece Foucault que há um problema de racionalidade, quer seja, “de acordo com que racionalidade o soberano deve governar” e o problema do domínio e objetos, ou seja, “o que, especificamente deve ser objeto desse governo dos homens, que não é o da Igreja, que não é o do pastorado religioso, que não é da ordem privada, mas que é da incumbência e da alçada do soberano e do soberano político” (Foucault, 2008a, p.311).

Foucault acrescenta que o governo é a arte de governar (Foucault, 2008a, p.311). O governo, desta forma, seria acompanhado do momento pelo qual o Estado começou a ser planejado,

---

166 Sobre este ponto, Foucault esclarece que já na Idade Média, período que antecede o século XVI, há um momento histórico de produção de cinco principais formas de contra-conduta, que “tendem, todas elas, a redistribuir, a inverter, a anular, a desqualificar parcial ou totalmente o poder pastoral na economia da salvação, na economia da obediência e na economia da verdade – que caracterizam o objetivo, o domínio de intervenção do poder pastoral” (Foucault, 2008a, p.269-270). Estes elementos se resumem ao crescente papel do ascetismo, da formação das comunidades, do misticismo, do lento e gradual acesso às escrituras e a crença escatológica na salvação de Deus (ibidem, p.282).

programado e desenvolvido no interior das práticas conscientes dos homens (Foucault, 2008a, p.331). Esclarece Foucault que “o Estado nada mais é que uma peripécia do governo, e não o governo que é um instrumento do Estado” (Foucault, 2008a, p.331). Desta forma, o Estado é uma estratégia de governo que introduz como racionalidade a razão de Estado (Foucault, 2008a, p.318). A razão de Estado do século XVI visa “manter e conservar o Estado a partir do momento em que ele é fundado”, representando desta forma “uma matriz moderna de individualização” (Foucault, 2008a, p.318; Foucault, 1983, p.215).

O Estado representa uma forma de poder e uma estrutura política que se rearticula e complexifica em relação ao pastorado Cristão na medida em que busca estabelecer a salvação no mundo terreno e não celestial, exercendo, desta forma, um poder através de diversas instituições do aparato estatal e instituições públicas, como a polícia (Foucault, 1983, p.215). Polícia, nas palavras de Foucault representa “o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado” (Foucault, 2008a, p. 421). Com o advento do Estado moderno é possível notar a emergência de estilos de governabilidade fundado na ideia do poder de soberania (Gros, 2011, p.493). Este poder de soberania, centrado na figura da lei, objetiva “uma vigilância exaustiva dos indivíduos para que, de certo modo, cada um deles, em cada momento, em tudo o que faz, esteja presente aos olhos do soberano” (Foucault, 2008a, p.87). O poder soberano permite, desta forma, integrar indivíduos de modo a discipliná-los, reunindo-os de “da maneira mais homogênea e mais contínua, mais exaustiva possível”, impondo, desta forma, “a vontade de um sobre os outros” (Foucault, 2008a, p.86).

O surgimento do Estado moderno se relaciona ao estabelecimento de mecanismos de governamentalidade, ou seja de “práticas governamentais constitutivas de um regime de poder particular” (Senellart, 2008a, p.532). Conforme definido em nota de rodapé na introdução da Tese, Foucault define governamentalidade<sup>167</sup> como o “conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder”; “o tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre os outros – soberania, disciplina – e que trouxe (...) o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo (...) e o desenvolvimento de toda uma série de saberes; “o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos

---

167 Na obra “*Foucault and Neoliberalism*”, editada por Daniel Zamora e Michael C. Behrent, Jan Rehmann no capítulo “The Unfulfilled Promises of the Late Foucault and Foucauldian “Governmentality Studies”, sustenta que o conceito de governamentalidade pode assumir quatro significados ao longo das obras de Michel Foucault (Rehmann, 2016, p.134). Em primeiro lugar, o autor pontua que a governamentalidade pode significar a liderança em geral como “uma espécie de condição básica das sociedades humanas”; em segundo lugar, um pastorado “oriental” e depois “judeu-cristão” que permeia a cultura do Ocidente; em terceiro lugar, a governamentalidade política a partir do século XVI; e , por fim, a governamental liberal a partir do século XVIII em diante (Rehmann, 2016, p.134).

séculos XV e XVI se formou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (Foucault, 2008a, p.144).

A governamentalidade elucida que o governo representa não apenas as “estruturas políticas ou o manejo do Estado; mas, ao contrário, o governo é designado para conduzir indivíduos ou grupos e suas direções”<sup>168</sup> (Foucault, 1983, p.221, tradução livre). Desta forma, o governo estatal introduzido a partir do século XVI representa uma forma complexa de exercício de poder que “consiste em guiar a possibilidade de conduta e de colocar em ordem possíveis resultados”<sup>169</sup> (Foucault, 1983, p.221). Neste sentido, o Estado, para Foucault, exerce um poder individualizante e totalitário, na medida em que este tipo de poder político de soberania busca moldar a individualidade numa nova forma e submeter os indivíduos a padrões específicos de disciplina (Foucault, 1983, p.214). Nas palavras do próprio Foucault, o Estado “é uma prática. O Estado não pode ser dissociado do conjunto das práticas que fizeram efetivamente que ele se tornasse uma maneira de governar, uma maneira de agir, uma maneira também de se relacionar com o governo” (Foucault, 2008a, p. 369).

Na última aula (5 de abril de 1978) do Curso “Segurança, Território e População” (1977-1978) Foucault aponta para a emergência, a partir do século XVII-XVIII, de uma nova racionalidade e mentalidade de governo (Foucault, 2008a, p.480). Assim como no século XV-XVI, o período que coincide com a Revolução Científica testemunha um movimento de contra-conduta em relação à razão de Estado (Foucault 2008a, p.477). Em contraposição a razão de Estado, a economia política representa uma “autolimitação da razão governamental” que “assinala (...) a irrupção de uma nova racionalidade na arte de governar: governar menos, para ter eficiência máxima, em função da naturalidade dos fenômenos com que se tem de lidar. É essa governamentalidade, ligada em seu esforço de autolimitação permanente (...) que Foucault chama de “liberalismo”<sup>170</sup> (Senellart, 2008a, p.442). Neste sentido, o Estado, entendido como uma prática de governo, estabelece o liberalismo como “condição de inteligibilidade da biopolítica” (Senellart, 2008a, p.442). Na obra “*Discourses of Power: From Hobbes to Foucault*”, Barry Hindes argumenta

---

168 ““government” did not refer only to political structures or to the management of states; rather it designated the way in which the conduct of individuals or of groups might be directed (...)”.

169 “consists in guiding the possibility of conduct and putting in order the possible outcome”.

170 Liberalismo para Foucault pode ser entendido como “a aceitação do princípio de que deve haver em algum lugar uma limitação do governo, que não seja simplesmente um direito externo; o liberalismo também é uma prática: em que encontrar exatamente o princípio da limitação do governo e como calcular os efeitos dessa limitação/ o liberalismo é, num sentido mais estrito, a solução que consiste em limitar ao máximo as formas e domínios da ação do governo; enfim, o liberalismo é a organização dos métodos de transação próprios para definir a limitação das práticas de governo: constituição, parlamento, opinião, imprensa, comissões, inquéritos” (Foucault, 2008b, p.28).

que “a racionalidade liberal de governo considera a liberdade de seus sujeitos como um elemento indispensável do próprio governo”<sup>171</sup> (Hindes, 1996, p.128). Adiciona o autor que:

“se o governo é considerado principalmente como o trabalho do Estado, então o liberalismo, nesse sentido, é uma doutrina do governo limitado, que insiste em que a forma e as atividades do Estado devem ser entendidas principalmente em termos de suas consequências para a liberdade individual. Com este ponto de vista, o Estado tem dois aspectos compensatórios: por um lado, considera-se necessário prever as condições em que a liberdade dos indivíduos possa ser preservada (o estado de direito, algum grau razoável de paz civil, defesa contra invasão e assim por diante), enquanto que, por outro, é considerado como uma ameaça à liberdade individual, seja pelo abuso de seus poderes necessários ou pela aquisição de poderes governamentais de outros tipos. É neste segundo respeito, por exemplo, que muitas vezes a democracia é representada como uma ameaça potencial para a liberdade, pois, em seu esforço para ganhar apoio popular, aqueles que competem por cargos políticos podem ser tentados a prometer programas governamentais que só podem ser perseguidos à custa da própria liberdade. Entendido neste sentido, o liberalismo exige que o governo seja limitado nos interesses da liberdade individual. O problema fundamental do governo liberal, então, é construir as restrições apropriadas em um sistema de governo que, no entanto, permaneça suficientemente poderoso para garantir a liberdade de seus sujeitos”<sup>172</sup> (Hindes, 1996, p.124).

Desta forma, Foucault sustenta que a governamentalidade liberal se baseia na promoção da liberdade como uma condição *sine qua non* para esta forma de específica de governar (Hindes, 1996, p.125). Para que um governo se torne efetivo, em termos de seus objetivos elementares, é necessário que os indivíduos sejam livres para tomar as suas decisões de modo que o Estado possa alcançar seu propósito: controle individual e coletivo (Hindes, 1996, p.125). É no contexto da economia política liberal que Foucault identifica o nascimento da biopolítica (tema, inclusive, do Curso lecionado no Collège de France entre 1978-1979) (Foucault 2008a, p.424). A biopolítica deve ser, como apontado na introdução da Tese, inscrita no quadro mais geral de aparecimento do governo liberal do século XVII-XVIII que se assenta na premissa de promoção da liberdade com o objetivo de exercer poder (Hindes, 1996, p.100-101). Para Foucault, o exercício de poder implica necessariamente no “estabelecimento de jogos estratégicos entre liberdades” (Hindes, 1996, p.99).

---

171 “the liberal rationality of government regards the liberty of its subjects as an indispensable element of government itself”.

172 “if government is regarded primarily as the work of the state, then liberalism, in this sense, is a doctrine of limited government, one which insists that the form and the activities of the state should be understood primarily in terms of their consequences for individual freedom. On this view, the state has two countervailing aspects: on the one hand, it is thought to be necessary to provide the conditions under which the liberty of individuals can be preserved (the rule of law, some reasonable degree of civil peace, defence against invasion, and so on), while on the other, it is regarded as posing a threat to individual liberty, either through the abuse of its necessary powers or through the acquisition of governmental powers of other kinds. It is in this second respect, for example, that democracy is often said to represent a potential threat to liberty since, in their effort to win popular support, those who compete for political office may be tempted to promise governmental programs that can be pursued only at the expense of liberty itself. Understood in this sense, liberalism requires that government be limited in the interests of individual liberty. The fundamental problem of liberal government, then, is to build the appropriate restraints into a system of government that nevertheless remains sufficiently powerful to secure the liberty of its subjects.”

O governo, desta forma, se apresenta na interseção entre estes jogos e relações de dominação (Hindes, 1996, p.99).

O próprio Foucault argumenta que o poder envolve necessariamente lutas e resistências antiautoritárias de dominação (Foucault, 1983, p.211). Dominação entendida como o estabelecimento de “relações assimétricas de poder nas quais as pessoas subordinadas tem pouco espaço de manobra porque sua margem de liberdade é extremamente limitada”<sup>173</sup> (Hindes, 1996, p.102). A resistência contra a dominação, entendida também como uma forma de exercício de poder, envolve, em primeiro lugar, lutas contra os efeitos do poder; em segundo, a resistência envolve um embate contra os privilégios de conhecimento; em terceiro, não exaustivamente, uma confrontação aos modelos de individualização na sociedade (Foucault, 1983, p.211-212). Estes embates servem, segundo o referido autor, para atacar uma técnica e uma forma de poder (Foucault, 1983, p.212).

A biopolítica<sup>174</sup>, inscrita no biopoder, representa “a soma, (...) a condução de ensaios contínuos sobre a vida em nome da promoção da vida” que fora “introduzida pela economia política em uma nova problematização da regra – da governamentalidade liberal” (Dillon & Neal, 2008, p.5, 7-8). Desta forma, a biopolítica tem como seu objeto a população “e não mais os corpos individuais” (Gros, 2011, p.494). Sobre a contraposição do poder de soberania para a biopolítica, Foucault argumenta que “com a emergência da economia política, com a introdução do princípio limitativo na própria prática governamental, realiza-se uma substituição importante, ou melhor, uma duplicação, pois os sujeitos de direito sobre os quais se exerce a soberania política aparecem como uma população que um governo deve administrar. E aí que a linha de organização de uma “biopolítica” encontra seu ponto de partida” (Foucault, 2008a, p.30).

Outra modalidade do biopoder, introduzida pela racionalidade de governo liberal, a partir dos séculos XVII-XVIII, é a disciplina, definida em termos gerais como “o poder exercido sobre um ou mais indivíduos com o objetivo de fornecê-los habilidades e atributos particulares, para desenvolver suas capacidades para autocontrole para promover suas habilidades de atuar em conjunto, para prestá-los instruções amenas, ou para modelar seus caráteres em outras formas”<sup>175</sup>

173 “asymmetrical relationships of power in which the subordinated persons have little room for manoeuvre because their “margin for liberty is extremely limited”.

174 Maria Muhle na obra “A Genealogy of Biopolitics: The Notion of Life in Canguilhem and Foucault” argumenta que o conceito de biopolítica assume dois significados para Foucault: “por um lado, o autor define a biopolítica através da sua referência à vida como objeto em oposição ao poder soberano cujo objeto é o sujeito jurídico e ao poder disciplinar, cujas técnicas são direcionadas ao indivíduo. Por outro lado, o autor argumenta que a especificidade das técnicas biopolíticas reside na relação positiva e não repressiva com a vida e no fato de que tais técnicas são intrínsecas e não externas ao seu objeto. As técnicas biopolíticas aumentam, protegem e regulam a vida - em suma, eles “fazem viver”. E eles fazem isso infiltrando os processos da vida (em vez de suprimi-los ou enviá-los) para governar ou governá-los a partir de dentro” (Muhle, 2014, p.79).

175 “It is a power exercised over one or more individuals in order to provide them with particular skills and attributes, to develop their capacity for self-control, to promote their ability to act in concert, to render them amenable to

(Hindes, 1996, p.113). Este poder disciplinar é um poder produtivo, na medida em que “não constrange apenas sobre aqueles em que é exercido, mas também fortalece e faz uso de suas capacidades”<sup>176</sup> (Hindes, 1996, p.113). Sobre este ponto, esclarece Frédéric Gros:

“(…) o poder designa, para Foucault, as técnicas concebidas para governar o comportamento dos homens, que supõe a produção de discursos de verdade e a invenção de máquinas – por exemplo, o panóptico de Bentham (1748-1832). O poder produz: ele produz saberes, identidades e comportamentos, corpos e prazeres novos, realidades novas (o Estado, o mercado, a sexualidade, etc.)” (Gros, 2011, p.494).

Desta forma, a governamentalidade liberal, introduzida a partir do século XVII, exerce o poder disciplinar como uma técnica de governo (Hindes, 1996, p.117). Esta forma de poder, em contraposição ao poder de soberania, objetiva organizar o espaço, tempo e a atividade de indivíduos e coletividades, criando, para esta finalidade, uma série de mecanismos de vigilância no âmbito estatal: escolas, presídios, instituições psiquiátricas, segurança e etc. (Hindes, 1996, p.117). Foucault esclarece que a disciplina não deve ser associada ao poder, ao contrário, a disciplina é um mecanismo através do qual o poder é exercido, levando a uma sociedade disciplinadora mas nunca disciplinada integralmente (Hindes, 1996, p.118).

Tanto o poder disciplinar e a biopolítica estão circunscritas a governamentalidade liberal, que pressupõe, como colocado, ao desenvolvimento da liberdade. Desta forma, como conciliar a liberdade com mecanismos biopolíticos e disciplinadores? Nas palavras de Foucault esta relação pode ser elucidada da seguinte forma:

“Se utilizo a palavra “liberal, é, primeiramente, porque essa prática governamental que está se estabelecendo não se contenta em respeitar esta ou aquela liberdade, garantir esta ou aquela liberdade. Mais profundamente, ela é consumidora de liberdade. É consumidora de liberdade na medida em que só pode funcionar se existe efetivamente certo número de liberdades: liberdade de mercado, liberdade do vendedor e do comprador, livre exercício do direito de propriedade, liberdade de discussão, eventualmente liberdade de expressão, etc. A nova razão governamental necessita portanto de liberdade, a nova arte governamental consome liberdade. Consome liberdade, ou seja, é obrigada a produzi-la. É obrigada a produzi-la, é obrigada a organizá-la. A nova arte governamental vai se apresentar portanto como gestora da liberdade, não no sentido imperativo “seja livre”, com a contradição imediata que esse imperativo pode trazer. Não é o “seja livre” que o liberalismo formula. O liberalismo formula simplesmente o seguinte: vou produzir o necessário para tornar você livre. Vou fazer de tal modo que você tenha a liberdade de ser livre. Com isso, embora esse liberalismo não seja tanto o imperativo da liberdade, mas a gestão e a organização das condições graças às quais podemos ser livres, vocês vêem que se instaura, no cerne dessa prática liberal, uma relação problemática, sempre diferente, sempre móvel, entre a produção da liberdade e aquilo que, produzindo-a, pode vir a limitá-la e a destruí-la. O liberalismo, no sentido em que eu o entendo, esse liberalismo que podemos caracterizar como a nova arte de governar formada no século XVIII, implica em seu cerne uma relação de produção/destruição [com a] \*liberdade [...]. É necessário, de um lado, produzir a

---

instruction, or to mould their characters in other ways”.

176 “constrain those over whom it is exercised, but also to enhance and make use of their capacities”.

liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, coerções, obrigações apoiadas em ameaças, etc.” (Foucault, 2008a, p.87).

Diante do exposto, é possível sustentar que a governamentalidade liberal é tanto produtora da liberdade e, de igual modo, de limites e mecanismos coercitivos de obrigação<sup>177</sup> que organizam, produzem e modelam o espaço de forma polissêmica e heterogênea<sup>178</sup> (Summa, 2016, p.55; Foucault, 2008a, p.88-89). Foucault elucida esta questão ao esclarecer que o princípio de cálculo do custo de fabricação da liberdade é a segurança (Foucault, 2008a, p.88-89).

“o liberalismo, a arte de liberal de governar vai se ver obrigada a determinar exatamente em que medida e até que ponto o interesse individual, os diferentes interesses - individuais no que têm de divergente uns dos outros, eventualmente de oposto - não constituirão um perigo para o interesse de todos. Problema de segurança: proteger o interesse coletivo contra os interesses individuais. Inversamente, a mesma coisa: será necessário proteger os interesses individuais contra tudo o que puder se revelar, em relação a eles, como um abuso vindo do interesse coletivo. É necessário também que a liberdade dos processos econômicos não seja um perigo, um perigo para as empresas, um perigo para os trabalhadores. A liberdade dos trabalhadores não pode se tornar um perigo para a empresa e para a produção. Os acidentes individuais, tudo o que possa acontecer na vida de alguém, seja a doença, seja esta coisa que chega de todo modo, que é a velhice, não podem constituir um perigo nem para os indivíduos nem para a sociedade. Em suma, a todos esses imperativos - zelar para que a mecânica dos interesses não provoque perigo nem para os indivíduos nem para a coletividade - devem corresponder estratégias de segurança que são, de certo modo, o inverso e a própria condição do liberalismo. A liberdade e a segurança, o jogo liberdade-segurança - é isso que está no âmago dessa nova razão governamental (...). Liberdade e segurança - é isso que vai animar internamente, de certo modo, os problemas do que chamarei de economia de poder própria do liberalismo” (Foucault, 2008a, p.89).

Entre 1930-1960, período que coincide com a adoção de políticas econômicas mais intervencionistas em função do quadro de recessão político-econômico no pós Primeira Guerra Mundial, até o período posterior à Segunda Guerra Mundial, Foucault identifica a emergência de um terceiro e último movimento de contra-conduta em relação ao liberalismo que vigorou entre os séculos XVIII-XX<sup>179</sup> (Foucault, 2008b, p.94, 106). O fio de conduta adotado pelo autor para esta transição é a governamentalidade, ou seja, como o Estado neoliberal passa a ser apresentado,

177 Nikolas Rose na obra “Powers of Freedom: Reframing Political Thought” argumenta que “o problema da liberdade é central para a genealogia dos regimes contemporâneos de governo porque é um tema estruturante do governo contemporâneo em si mesmo” (Rose, 2004, p.63). De acordo com o autor, o liberalismo denota um certo ethos de governar, um ethos que visa evitar o duplo perigo de governar demais e distorcer ou destruir a operação das leis naturais daquelas zonas sobre as quais o bom governo depende – família, mercado, sociedade, autonomia pessoal e responsabilidade – e governar de menos, e conseqüentemente falhar no estabelecimento das condições de civilidade, ordem, produtividade, e bem estar nacional que criam a possibilidade de um governo limitado. Adiciona, por fim, que o governo da liberdade pode ser analisado em termos da invenção de tecnologias de espaços e olhares, o nascimento de projetos calculados para usar determinados espaços para governar a conduta dos indivíduos ao custo da liberdade (Rose, 2004, p.69-78).

178 Este caráter polissêmico e heterogêneo da “fronteirização” ocorre porque, em primeiro lugar, a prática da “fronteirização” “nunca existe da mesma forma para indivíduos que pertencem à diferentes grupos sociais” e, de igual modo, é heterogênea porque a “fronteirização” desempenha “diversas funções de demarcação” (Summa, 2016, p.54).

179 Foucault explica este salto de dois séculos pontuando que não é seu objetivo “fazer uma história global, geral e contínua do liberalismo” (Foucault, 2008a, p.106).

pensado, programado, aplicado a partir do século XX de acordo com novas práticas de governo que reconfigura o papel do Estado, da sociedade, da lei e da política de modo geral (Foucault, 2008b, p.106). Desta forma, ainda inserido na segunda etapa de sua produção intelectual, a genealogia dos poderes, Foucault identifica alguns pontos de contraste introduzidos pelo neoliberalismo em contraposição ao liberalismo do século XVIII-XX (Foucault, 2008b, p.159). A premissa do neoliberalismo é a seguinte: “um Estado sob a vigilância do mercado em vez de um mercado sob a vigilância do Estado” (Foucault, 2008b, p.159). Em outras palavras, o neoliberalismo assenta-se sobre a premissa de que a economia de mercado pode servir de princípio e modelo para o Estado” (Foucault, 2008b, p.159). Sobre esta governamentalidade neoliberal, Foucault argumenta que:

“O governo deve acompanhar de ponta a ponta uma economia de mercado. A economia de mercado não subtrai algo do governo. Ao contrário, ela indica, ela constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais. É necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado (...). O problema do neoliberalismo é, ao contrário, saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado. Não se trata portanto de liberar um espaço vazio, mas de relacionar, de referir, de projetar uma arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado.” (Foucault, 2008b, p.165, 181).

A governamentalidade neoliberal introduz uma arte de governo baseada na premissa de que é necessário “criar as condições para que a conduta empresarial e competitiva seja possível”<sup>180</sup> pois somente a partir da competição é possível produzir racionalidade econômica (Foucault, 2008b, p.161-162; Barry, Osborne & Rose, 1996, p10). Nas palavras de Foucault “a arte de governar programada por volta dos anos 1930 (...) visa (...) obter uma sociedade indexada, não na mercadoria e na uniformidade da mercadoria, mas na multiplicidade e na diferenciação das empresas” (Foucault, 2008b, p.204). Com isto, a governamentalidade neoliberal estrutura-se nos instrumentos competitivos “como forma organizadora do mercado” (Foucault, 2008b, p.163), produzindo desta forma uma sociedade empresarial, múltipla e diferenciada (Foucault, 2008b, p.165). Uma segunda consequência apontada pelo autor diz respeito “as modificações profundas no sistema de lei e na instituição jurídica” que se materializam com a consagração do estado de direito – *rechtsstaat* (em alemão) e *rule of law* (em inglês) (Foucault, 2008b, p.204). É a partir deste estado de direito que o neoliberalismo aplica a sua ordem econômica (Foucault, 2008b, p.237). Foucault define estado de direito como:

“(...) um Estado em que cada cidadão tem possibilidades concretas, institucionalizadas e eficazes de recursos contra o poder público. Ou seja, o Estado de direito não é mais

180 “In the styles of neo-liberal political reason that began to be formulated after the Second World War, it was the responsibility of political government to actively create the conditions within which entrepreneurial and competitive conduct is possible”.

simplesmente um Estado que age de acordo com a lei e no âmbito da lei. É um Estado em que há um sistema de direito, isto é, lei, mas também instâncias judiciárias que vão arbitrar as relações entre os indivíduos, de um lado, e o poder público, de outro. É simplesmente o problema dos tribunais administrativos. Então, nessa segunda metade do século XIX, vocês vêem se desenvolver na teoria e na política alemã toda uma série de discussões para saber se um Estado de direito é um Estado em que os cidadãos podem e devem recorrer, contra o poder público, a certos tribunais especializados que serão tribunais administrativos, encarregados precisamente dessa função da arbitragem, ou se, ao contrário, os cidadãos podem recorrer aos tribunais ordinários contra o poder público” (Foucault, 2008b, p.234, 181).

Desta forma, a governamentalidade neoliberal, via estado de direito, se ocupa de criar “mecanismos regulatórios através dos quais os processos de mercado possam funcionar”<sup>181</sup> (Gane, 2013, p.2). Com isto, cabe a pergunta: como estes mecanismos regulatórios no estado de direito permitem que a ordem econômica funcione? Foucault esclarece que:

“(...) se quisermos fazer o Estado de direito funcionar na ordem econômica, deverá ser o contrário. Ou seja, o Estado de direito terá a possibilidade de formular certo número de medidas de caráter geral, mas que deverão permanecer inteiramente formais, isto é, nunca deverão se propor um fim particular. Não cabe ao Estado dizer: a distância entre as rendas tem de diminuir. Não cabe ao Estado dizer: gostaria que este tipo de consumo aumentasse. Uma lei na ordem econômica deve permanecer propriamente formal. Ela deve dizer às pessoas o que se deve e o que não se deve fazer: não deve estar inscrita no bojo de uma opção econômica global. Em segundo lugar, uma lei, se respeitar na ordem econômica os princípios do Estado de direito, deverá ser concebida a priori na forma de regras fixas e nunca ser corrigível em função dos efeitos produzidos. Em terceiro lugar, ela deve definir uma moldura dentro da qual cada um dos agentes econômicos poderá decidir com toda liberdade, na medida em que justamente cada agente saberá que o quadro legal que está fixado para a sua ação não se alterará. Em quarto lugar, uma lei formal é uma lei que vai obrigar o Estado não menos que as outras, e essa lei, por conseguinte, deve ser tal que cada um saberá exatamente como o poder público se comportará. Enfim, (...) essa concepção do Estado de direito na ordem econômica exclui, no fundo, que haja um sujeito universal de saber econômico que poderia, de certo modo, pairar acima do conjunto dos processos, definir fins para eles e substituir esta ou aquela categoria de agentes para tomar esta ou aquela decisão” (Foucault, 2008b, p.234, 181).

Diante da perspectiva em tela, cabe ao Estado estabelecer as determinações necessárias de funcionamento para as regras do jogo econômico neoliberal (Foucault, 2008b, p.238). Estas regras produzem atividades reguladas nas quais “os únicos parceiros e os únicos agentes reais devem ser os indivíduos, ou (...) as empresas” (Foucault, 2008b, p.238). A racionalidade governamental neoliberal é responsável por estabelecer uma regulação jurídica institucional consagrada pelo estado de direito no qual se substitui o princípio político do *laissez-faire* para uma atividade de intervenção permanente (Foucault, 2008b, p.182). A governamentalidade neoliberal não se ocupa de “intervir sobre os efeitos do mercado”, ou de “corrigir os efeitos destruidores do mercado sobre a sociedade” e tampouco estabelecer “um contraponto ou um anteparo entre a sociedade e os processos econômicos” (Foucault, 2008b, p.199). O governo neoliberal “tem de intervir sobre a própria

---

181 “the regulatory mechanisms through which processes of marketization work”.

sociedade em sua trama e em sua espessura” (Foucault, 2008b, p.199). Com isto, “o governo invade cada vez mais os indivíduos em sua própria individualidade, em suas relações práticas para si mesmos na condução de suas vidas; isso diz respeito a eles no próprio coração, tornando sua racionalidade a condição de sua liberdade ativa”<sup>182</sup> (Burchell, 1996, p.30).

O próprio Foucault esclarece que o papel do governo neoliberal é o de:

“(…) intervir nessa sociedade para que os mecanismos concorrenciais, a cada instante e em cada ponto da espessura social, possam ter o papel de reguladores – e é nisso que a sua intervenção vai possibilitar o que é o seu objetivo: a constituição de um regulador de mercado geral da sociedade. Vai se tratar portanto, não de um governo econômico, como aquele que sonhavam os fisiocratas, isto é, o governo tem apenas de reconhecer e observar as leis econômicas; não é um governo econômico, é um governo de sociedade” (Foucault, 2008b, p.199).

Em suma, a prática governamental neoliberal visa, acima de tudo, possibilitar as condições de funcionamento do mercado (Foucault, 2008b, p.200). Neste sentido, a sociedade regulada com base no mercado “visa construir o *homo œconomicus* não apenas como parceiro econômico mas também como um ser humano empresarial que é sujeito da empresa e da produção”<sup>183</sup> (Gane, 2013, p.2; Foucault, 2008b, p.201). Foucault sustenta que o *homo œconomicus* “é a interface do governo e do indivíduo” na medida em que “o indivíduo só vai se tornar governamentalizável, que só se vai poder agir sobre ele na medida em que, e somente na medida em que, ele é *homo œconomicus*” (Foucault, 2008b, p.345-346). Em linhas gerais, Foucault define este *homo œconomicus* da seguinte forma:

“(…) o *homo œconomicus* tal como aparece no século XVIII (...) funcionava como o que se poderia chamar de um elemento intangível em relação ao exercício do poder. O *homo œconomicus* é aquele que obedece ao seu interesse, é aquele cujo interesse é tal que, espontaneamente, vai convergir com o interesse dos outros. O *homo œconomicus* é, do ponto de vista de uma teoria do governo, aquele em que não se deve mexer. Deixa-se o *homo œconomicus* fazer. É o sujeito ou o objeto do *laissez-faire*. É, em todo o caso, o parceiro de um governo cuja regra é o *laissez-faire*. E eis que agora (...) o *homo œconomicus*, isto é, aquele que aceita a realidade ou que responde sistematicamente às modificações nas variáveis do meio, esse *homo œconomicus* aparece justamente como o que é manejável, o que vai responder sistematicamente a modificações sistemáticas que serão introduzidas artificialmente no meio. O *homo œconomicus* é aquele que é eminentemente governável. De parceiro intangível do *laissez-faire*, o *homo œconomicus* aparece agora como o correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio” (Foucault, 2008b, p.369).

Baseado no *homo œconomicus*, Foucault entende que há um “rearranjo da razão governamental” fundado na seguinte indagação: “como governar num espaço de soberania povoado

182 “Government increasingly impinges upon individuals in their very individuality, in their practical relationships to themselves in the conduct of their lives; it concerns them at the very heart of themselves by making its rationality the condition of their active freedom”.

183 “the construction of a *homo œconomicus* that is not just a partner in economic exchange but an entrepreneurial being who is the subject of enterprise and production”.

por sujeitos econômicos, já que precisamente a teoria jurídica – a do sujeito de direito, a dos direitos naturais, a dos direitos concedidos por contrato, a das delegações –, tudo isso não se ajusta e não pode se ajustar (...) à ideia mecânica, à própria designação e à caracterização do *homo œconomicus*?” (Foucault, 2008b, p.400-401). Respondendo à esta pergunta, Michel Foucault argumenta que o neoliberalismo “introduz configurações governamentais que correm em um ciclo entre o mercado e o Estado”<sup>184</sup> (Gane, 2013, p.2, tradução livre). Neste sentido, esclarece Foucault que:

“homens econômicos, sua governamentalidade só pode ser garantida, e só pôde ser efetivamente garantida pela emergência de um novo objeto, de uma nova área, de um novo campo que é, de certo modo, o correlativo da arte de governar que está se construindo nesse momento em função deste problema: sujeito de direito-sujeito econômico. É necessário um novo plano de referência, e esse novo plano de referência não será, evidentemente, nem o conjunto dos sujeitos de direito, nem a série dos comerciantes ou dos sujeitos econômicos ou dos atores econômicos. Esses indivíduos que são sim, sempre, sujeitos de direito, que são sim atores econômicos, mas não podem ser “governáveis” nem a um título nem a outro, só são governáveis na medida em que se poderá definir um novo conjunto que os envolverá, ao mesmo tempo a título de sujeitos de direitos e a título de atores econômicos, mas fará aparecer, não simplesmente a ligação ou a combinação desses dois elementos, mas toda uma série de outros elementos, em relação aos quais o aspecto sujeito de direito ou o aspecto sujeito econômico constituirão aspectos, aspectos parciais, integráveis, na medida em que fazem parte de um conjunto complexo. E é esse novo conjunto que é (...) característico da arte liberal de governar (Foucault, 2008b p.369).

O espaço de governamentalidade neoliberal é a sociedade civil (Foucault, 2008b, p.402). É partir da sociedade civil que se governa, de acordo com as regras do direito, um espaço de soberania que é povoado por sujeitos econômicos (Foucault, 2008b, p.402). Neste sentido, Foucault esclarece que “o *homo œconomicus* e a sociedade civil são portanto dois elementos indissociáveis. O *homo œconomicus* é (...) o ponto abstrato, ideal e puramente econômico que povoa a realidade densa, plena e complexa da sociedade civil. Ou ainda a sociedade civil é o conjunto concreto do interior do qual é preciso recolocar esses pontos ideais que são os homens econômicos, para poder administrá-los convenientemente” (Foucault, 2008b, p.403). Acrescenta o autor que “*homo œconomicus* e sociedade civil fazem parte do mesmo conjunto, o conjunto da tecnologia da governamentalidade liberal” (Foucault, 2008b, p.403). A sociedade civil desta forma representa “um espaço de referência, um campo de referência novo, uma realidade nova sobre a qual se exercerá a arte de governar” (Foucault, 2008b, p.402). É através da sociedade civil que as racionalidades neoliberais de governo podem operacionalizar os seus instrumentos de governo sobre os indivíduos (Foucault, 2008b, p.402).

---

184 “the emergence of new governmental configurations that run in a loop between the market and the state”.

A sociedade civil representa, desta forma, a arte de governar “pautada pela racionalidade dos próprios governados” (Foucault, 2008b, p.424). Sobre esta questão, Foucault identifica uma transição significativa a partir da segunda metade do século XX, onde o autor esclarece que:

“Trata-se agora de regular o governo não pela racionalidade do indivíduo soberano que pode dizer “eu, o Estado”, mas pela racionalidade dos que são governados, dos que são governados como sujeitos econômicos e, de modo mais geral, como sujeitos de interesse, interesse no sentido mais geral do termo, pela racionalidade desses indivíduos na medida em que, para satisfazer a esses interesses no sentido geral do termo, eles utilizam certo número de meios e os utilizam como querem: é essa racionalidade dos governados que deve servir de princípio de regular para a racionalidade do governo. É isso (...) que caracteriza a racionalidade liberal: como regular o governo, a arte de governar, como fundar o princípio de racionalização da arte de governar no comportamento racional dos que são governados” (Foucault, 2008b, p.423).

Como visto, na governamentalidade neoliberal, a racionalidade deste governo acaba por empregar tecnologias de “economia de mercado para relações além do próprio mercado e de fenômenos sociais de modo geral”<sup>185</sup> (Gane, 2013, p.2). Desta forma, esta racionalidade neoliberal, desenvolve o poder biopolítico que se ocupa da vida. Ainda que Foucault não tenha definido explicitamente o conceito de vida, a biopolítica, inserida no contexto do biopoder é a política que insere-se precisamente sobre a vida dos vivos (Muhle, 2014, p.87). Sobre este ponto Maria Muhle esclarece que:

“Para Foucault, a biopolítica é uma modalidade de poder que em um momento histórico preciso supera as demais modalidades de poder. Portanto, ele propõe uma genealogia de poder que não aspira a revelar elementos transhistóricos ou estruturais ou a descobrir a cena original e fundamental do poder em geral, mas a analisar constelações concretas de conhecimento de poder como condições de possibilidade de constituição e imposição de formas específicas de governamentalidade. Em vez de falar de poder ou política de vida, ou de poder sobre a vida, Foucault fala do “governo dos vivos” em suas palestras do final da década de 1970, a fim de destacar a relação insolúvel entre poder e vida que, no entanto, não leva à dissolução da vida ou do poder, mas à sua intrusão necessária. Neste sentido, até mesmo a formulação “poder sobre a vida” que Foucault introduz na História da Sexualidade: Volume I pode parecer ambíguo, pois supõe uma exterioridade entre os processos de vida e poder. Não é até as palestras sobre a governabilidade que essa ambiguidade será completamente resolvida no que chamo de noção ampliada de biopolítica; isto é, em uma forma de poder que sempre está internamente ligada à vida tanto como seu objeto como seu modelo funcional: um governo de vida”<sup>186</sup> (Muhle, 2014, p.423).

185 “the tendency of neoliberal reason to use principles from the market economy to analyse non-market relationships and social phenomena”.

186 “For Foucault, biopolitics is a modality of power that in a precise historical moment overdetermines the other modalities of power. Therefore he proposes a genealogy of power that does not aspire at unveiling transhistorical or structural elements or at discovering the original and foundational scene of power in general, but at analyzing concrete constellations of power– knowledge as conditions of possibility of the constitution and imposition of specific forms of governmentality. Instead of speaking of power or politics of life, or of power over life, Foucault speaks of the “government of the living” in his lectures of the late 1970s, in order to highlight the insoluble relationship between power and life that however does not lead to the dissolution of life or of power, but to its necessary intrication. In this sense, even the formulation “power over life” that Foucault introduces in The History of Sexuality: Volume I may appear ambiguous since it supposes an exteriority between the processes of life and power. It is not until the lectures on governmentality that this ambiguity will be completely resolved in what I have been calling the amplified notion of biopolitics; that is, in a form of power that is always internally linked to life both as its object and its functional model:

Não constitui objetivo desta seção esgotar a análise sobre a contribuição a respeito das diferentes artes de governar apresentadas por Michel Foucault. Coube discorrer sobre como o autor, ao longo de sua segunda etapa de produção intelectual, problematiza as diferentes artes de governar e quais são as racionalidades envolvidas nesta forma específica de exercício de poder que é o governo. Foucault entende, como visto, que, o governo representa uma forma estratégica de exercício de poder. Cabe, portanto, na próxima seção, elucidar, como as Operações de Paz das Nações Unidas, circunscritas à racionalidade governamental liberal e neoliberal passaram gradativamente a desenvolver técnicas de exercício de poder que criam práticas de limites e fronteirização no processo de construção da paz. Ainda que Michel Foucault não tenha dedicado particular atenção para as relações internacionais, sua contribuição sobre a governamentalidade é expandida por diversos intelectuais posteriores à sua morte em 1984. Desta forma, a subseção a seguir discorre sobre a contribuição de Michel Foucault a respeito do internacional; como a Disciplina de RIs dialoga e se apropria desta contribuição; e como esta interface com o pensamento de Foucault é relevante para situar historicamente a emergência deste instrumento multilateral para a gestão e resolução de conflitos de modo a compreender o tipo específico de poder exercido e a arte de governar desdobrada em diversos espaços no sistema internacional.

### **3.2 O Internacional e as Formas Modernas de Governo**

Conforme mencionado na Introdução da presente Tese, Michel Foucault não dedicou particular ênfase para o problema do internacional ao longo de sua produção intelectual<sup>187</sup> (Bonditti, 2017, p.6-7). Suas considerações mais específicas sobre as relações internacionais encontram-se nas aulas dos dias 22 e 29 de março de 1978 no Collège de France intitulada “Segurança, Território e População” (Bonditti, 2017, p.7; Kiersey, 2011, p.4). Neste momento específico de sua produção intelectual, Foucault discorre sobre a emergência da racionalidade governamental baseada na razão de Estado que produz dois conceitos relevantes para a Disciplina de Relações Internacionais: a balança de poder, elemento central da ordem entre os Estados a partir da perspectiva realista; e a sociedade de Estados, formulação difundida entre os autores da Escola Inglesa de Relações Internacionais que denota a existência de “um grupo de Estados, conscientes de certos valores e interesses comuns, (...) no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um a government of life”.

187 Philippe Bonditti destaca que somado à esta falta de diálogo mais expressivo com a temática das relações internacionais, Foucault não se engaja, em nenhum momento de sua produção intelectual, na problematização do campo de estudos da Disciplina de Relações Internacionais e, por extensão, da Economia Política Internacional (Bonditti, 2017, p.6-9).

conjunto comum de regras, e participam de instituições comuns” (Bonditti, 2017, p.6-7; Bull, 2002, p.19).

Foucault argumenta que a razão de Estado, enquanto uma nova arte de governo, introduz dois conjuntos tecnológicos a partir do século XVI: em primeiro lugar, o sistema diplomático-militar e, em segundo, a polícia (Foucault 2008a, p.383, 419). Estes dois grandes conjuntos têm a função de manter “uma relação de forças e, por outro lado, o incremento de cada uma das forças sem que haja ruptura do conjunto” (Foucault, 2008a, p.398). Acrescenta o autor que “essa manutenção da relação das forças e esse desenvolvimento das forças internas a cada um dos elementos, sua junção, é precisamente isso que mais tarde vai se chamar de mecanismo de segurança”<sup>188</sup> (Foucault, 2008a, p.398). Desta forma, o equilíbrio de poder entre os Estados, permite, de acordo com Foucault, conservar a ordem geral do Estado e uma certa relação de forças ou o desenvolvimento de uma dinâmica de forças na relação interestatal (Foucault, 2008a, p.397). Este equilíbrio e ou/balança de poder fora estabelecida por um conjunto específico de Estados num determinado marco temporal e espacial, consagrando, desta forma, uma ideia de sociedade de Estados – tal como descrita por Hedley Bull (Foucault, 2008a, p.401, 406). Este equilíbrio e/ou balança de poder, que tem o seu epicentro na Europa<sup>189</sup>, impossibilita que o Estado mais forte possa ditar a sua lei para os demais Estados; em segundo lugar, inviabiliza que qualquer Estado possa assumir a dianteira e prevalecer sobre o resto; e, em terceiro lugar, esta balança consagra a premissa de que “a força preponderante de um ou vários países seja igual à força reunida dos outros” (Foucault, 2008a, p.401). Em resumo, o equilíbrio de poder é uma “técnica que consiste em organizar, ordenar a composição e a compensação interestatal das forças” (Foucault, 2008a, p.420).

A guerra, a diplomacia e um dispositivo militar permanente são instrumentos desta governamentalidade baseada na razão de Estado que vai possibilitar que um Estado possa “efetivamente aumentar suas forças, sem que o aumento das suas forças seja causa de ruína para os outros e para ele próprio” (Foucault, 2008a, p.402). De modo complementar, Foucault argumenta

---

188 Na obra “Foucault on Politics, Security and War” editada por Michael Dillon e Andrew W. Neal, Didier Bigo, no capítulo “Security”, argumenta que a “segurança não fora objeto de reflexão de Michel Foucault durante o ano de 1977-1978” (Bigo, 2008, p.94). Bigo argumenta que naquele momento “o que preocupava Michel Foucault era a governamentalidade, biopoder, população e o liberalismo” (ibidem, p.94). Adiciona o autor que há uma falha generalizada nos estudos das ciências humanas de modo geral em reconhecer a relação entre o conceito de segurança e suas interações com o território, população, soberania, a microfísica do poder, governamentalidade e biopoder – temas que serão trabalhados de modo articulado em seguida para elucidar a emergência das organizações intergovernamentais e das Operações de Paz das Nações Unidas (ibidem, p.95).

189 Foucault define Europa como uma ideia que assume uma característica singular a partir do século XVII (Foucault, 2008a, p.399). Para o autor, a Europa é, em primeiro lugar, uma “certa divisão geográfica, bem limitada, sem universalidade” que não inclui, por exemplo, a Rússia e a Inglaterra; em segundo lugar, a Europa é “fundamentalmente plural” na medida que não é “uma forma hierárquica de Estados mais ou menos subordinados uns aos outros e que culminaria numa forma política última e única, que seria o Império”; em terceiro lugar, a Europa é uma região marcada por diferentes Estados, pequenos e grandes, que passaram a estabelecer uma relação com o resto do mundo baseado na dominação econômica e colonial (Foucault, 2008, p.399-400).

que a polícia, que tem como principal objetivo utilizar da melhor forma possível as forças do Estado, permite que o equilíbrio de poder interestatal seja mantido (Foucault, 2008a, p.422-423). A polícia, cumpre, desta forma, um papel importante na regulação da ordem interna e crescimento máximo das forças no interior do Estado, promovendo, por extensão, um ordenamento de forças interestatais no internacional (Foucault, 2008a, p.423). Adicionalmente, o equilíbrio europeu permitiu que os Estados conseguissem fazer com que as suas forças internas crescessem através das práticas policiais de boa regulação (Foucault, 2008a, p.423). Caso a polícia de um Estado não esteja adequadamente funcionando, é necessário restaurá-la de modo a não promover um desequilíbrio entre a competição de forças que ocorre no sistema (Foucault, 2008a, p.423). Finalmente, não exaustivamente, Foucault sustenta que a polícia instrumentaliza a estatística como fator de entendimento sobre o Estado que funciona como mecanismo de conhecimento para o equilíbrio dos Estados europeus (Foucault, 2008a, p.424). A polícia, ainda que tenha assumido diferentes práticas em Estados europeus, representa, desta forma, “uma arte comum de fazer as forças constitutivas do Estado crescerem” (Foucault, 2008a, p.425). Sobre a definição de polícia, Foucault acrescenta que:

“De maneira geral, no fundo, o que a polícia vai ter de regular e que vai constituir seu objeto fundamental são todas as formas, digamos de coexistência dos homens uns em relação aos outros (...). O que a polícia abrange assim é, no fundo, um imenso domínio que, poderíamos dizer, vai do viver ao mais que viver. Quero dizer com isso: a polícia deve assegurar-se de que os homens vivam, e vivam em grande número, a polícia deve assegurar-se de que eles tenham de que viver e, por conseguinte, tenham de que não morrer muito, ou não morrer em quantidade grande demais. Mas deve assegurar-se ao mesmo tempo de que tudo o que, em sua atividade, pode ir além dessa pura e simples subsistência, de que tudo isso vá, de fato, ser produzido, distribuído, repartido, posto em circulação de tal maneira que o Estado possa tirar efetivamente daí sua força” (Foucault, 2008a, p.438).

Desta forma, o Estado de polícia instaurado no século XVII possibilita que o equilíbrio europeu desenvolva “um sistema de contrapesos” promovendo uma estabilidade das relações interestatais (Foucault, 2008b, p.71).

Foucault retoma sua análise sobre o sistema internacional na aula do dia 24 de janeiro de 1979 no Collège de France no Curso “O Nascimento da Biopolítica” (Foucault, 2008b, p.71-95). Discorrendo sobre a arte liberal de governar baseada na indexação e verificação do mercado emergente no século XVIII, Foucault sugere que o equilíbrio europeu baseado no Estado de polícia no século anterior será rearticulado e complexificado de modo que o Estado liberal introduzirá uma nova dinâmica na correlação de forças concorrentes entre os Estados europeus: a mundialização do mercado (Foucault, 2008b, p.75). Graças à universalização do mercado é possível gerar um enriquecimento em bloco e/ou regional recíproco que mantenha o jogo da concorrência fundada na premissa da razão do Estado do século XVII (Foucault, 2008b, p.74). Neste sentido, é possível

afirmar que no século XVIII a Europa é uma “Europa do enriquecimento coletivo, é uma Europa como sujeito econômico coletivo que, qualquer que seja a concorrência estabelecida entre os Estados, ou melhor, através da própria concorrência que se estabelece entre os Estados, deve tomar um caminho que será o do progresso econômico ilimitado” (Foucault, 2008b, p.75). O mecanismo de equilíbrio entre os Estados passa a ser o mercado, de modo que o liberalismo, enquanto um fator limitante à razão do Estado, estabelece “um nova forma de racionalidade planetária” baseada na expansão ilimitada do comércio (Foucault, 2008b, p.77).

Baseado na racionalidade governamental liberal, as organizações internacionais, criadas desde o século XVII, promovem, em linhas gerais, esta universalização do mercado de modo a organizar estes espaços extraeuropeus seguindo aos princípios liberais de mercado – promovendo assim um jogo de forças constantes entre os Estados europeus<sup>190</sup> (Foucault, 2008, p.77). Desta forma, as organizações intergovernamentais e o direito internacional, passam a se articular tendo como referência não mais a limitação do Estado no plano sistêmico, mas a ilimitação do mercado de modo que as forças do Estado possam progressivamente se desenvolver num espaço de competição europeia (Foucault, 2008b, p.78). Todo o conjunto de instituições intergovernamentais passa, desta forma, por uma “juridificação pensada em termos de organização de um mercado” (Foucault, 2008b, p.77). Foucault resume esclarecendo que:

“(…) o cálculo de uma balança europeia, na época do mercantilismo, na época da razão de Estado, na época do Estado de polícia, etc., era o que possibilitava bloquear as consequências de um jogo econômico que era concebido como finito. Agora é a abertura de um mercado mundial que vai permitir que o jogo econômico não seja finito e, por conseguinte, os efeitos conflituosos de um mercado finito sejam evitados. Mas essa abertura do jogo econômico para o mundo implica evidentemente uma diferença de natureza e de estatuto entre a Europa e o resto do mundo” (Foucault, 2008b, p.76).

Diante da perspectiva em tela, é possível concluir que o internacional, de acordo com Foucault, é o espaço onde a governamentalidade liberal é difundida por parte das potências europeias de modo a conservar o poder do Estado e o equilíbrio no sistema interestatal. De igual modo, é possível argumentar que o internacional é dotado de mecanismos de biopoder que objetivam reforçar o poder biopolítico e disciplinador do Estado, ao mesmo tempo em que possibilita um equilíbrio de forças sistêmica entre as unidades soberanas. Sobre este ponto, Iver Neuman e Ole Sending afirmam que:

---

190 Foucault argumenta que esta arte de governar liberal emergente no século XVIII não fora responsável pela introdução do colonialismo ou imperialismo (Foucault, 2008b, p.77). Desta forma, esta concepção de que a Europa representa os jogadores e o resto do mundo o jogo antecede as práticas coloniais do século XVIII e não deve se assemelhar às práticas neoimperiais do século XIX (ibidem, p.77).

“enquanto a trajetória do governo no nível nacional é de soberania e controle direto do biopoder (...), a trajetória do governo no nível global é de cooperação interestatal, diplomacia e balanceamento (...)”<sup>191</sup> (Neumann & Sending, 2011, p.14, tradução livre).

Desta forma, o internacional, à luz da perspectiva da governamentalidade, pode ser entendido como “uma estrutura (definida por relações de poder) que gera diferentes e transitórias práticas de regra política (definida como racionalidade governamental)”<sup>192</sup> (Neumann & Sending, 2010, p.16). De modo não exaustivo, é possível sustentar que o internacional é o espaço onde o exercício de poder baseado na governamentalidade liberal se manifesta, dando azo à uma série de dispositivos de segurança<sup>193</sup> que visam, pautado na liberdade, aumentar o poder do Estado e a estabilidade das relações interestatais. Sendo assim, a governamentalidade liberal, que preza pela “correta disposição das coisas” (Foucault, 2008a, p.127) e pela condução da conduta, desenvolve no internacional uma série de “técnicas e práticas, avançada por diferentes atores, que visam moldar, guiar e direcionar o comportamento e ações dos indivíduos e grupos em direções particulares”<sup>194</sup> (Neumann & Sending, 2010, p.9).

Foucault argumenta que “a liberdade nada mais é que o correlativo da implantação dos dispositivos de segurança” (Foucault, 2008a, p.63). Adiciona o autor que “um dispositivo de segurança só poderá funcionar bem (...) justamente se lhe for dado certa coisa que é a liberdade, no sentido moderno que essa palavra adquire no século XVIII: não mais as franquias e os privilégios vinculados a uma pessoa, mas a possibilidade de movimento, de deslocamento, processo de circulação tanto das pessoas como das coisas” (Foucault, 2008a, p.64). Com isto, a liberdade, principal racionalidade da governamental liberal, baseia-se, portanto numa “das dimensões da implantação dos dispositivos de segurança” (Foucault, 2008a, p.64). Estes dispositivos de segurança são responsáveis por criar, organizar e planejar o internacional de modo a possibilitar a livre

191 “while the trajectory of government at the national level is one from sovereignty and direct control to biopower and liberalism, the trajectory of government at the global level is one from interstate cooperation, diplomacy, and balancing, one could say, and toward a postsovereign mode of governing called “global governance” where liberal forms of governing are superimposed on the preexisting framework of the sovereignty-based competition, cooperation, and conflict between states”.

192 “It is a structure (defined by relations of power) that generates different and changing practices of political rule (defined as governmental rationality)”.

193 O conceito de dispositivo de segurança aparece pela primeira vez na aula do dia 11 de janeiro de 1978, no Curso “Segurança, Território e População” (Sennellart, 2008a, p.515). A ideia de dispositivo de segurança está relacionada a preocupação de Foucault em compreender “em que consiste essa nova tecnologia de poder surgida no século XVIII, que tem por objeto a população e visa, pelo equilíbrio global, algo como uma homeóstase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos. Tecnologia de segurança que Foucault opõe aos mecanismos mediante os quais o soberano, até a idade clássica, se esforçava por garantir a segurança do seu território. “Território” e “população” funcionam assim como pólos antitéticos entre os quais vai se desenrolar a pesquisa. Como se passou da soberania sobre o território à regulação das populações? Quais foram os efeitos dessa mutação no plano das práticas governamentais? Que nova racionalidade passa a regê-las?” (ibidem, p.515-516). Com isto, o dispositivo de segurança ajuda no objetivo geral do Curso que é o de saber se é possível falar na existência de uma sociedade de segurança e se “poderíamos dizer que em nossas sociedades a economia geral de poder está se tornando da ordem da segurança?” (ibidem, p.516).

194 “a range of techniques and practices, performed by different actors, aimed to shape, guide, and direct the behavior and actions of individuals and groups in particular directions”.

circulação, aumentando, desta forma, a liberdade e os mecanismos de exercício biopolítico e disciplinar de poder. Sobre este ponto, Didier Bigo argumenta que:

“O dispositivo de segurança emerge do Estado policial e o seu intervencionismo como uma maneira diferente de administrar a população pelo "laissez-faire", como uma "liberdade de circulação". O liberalismo tem uma relação diferente com o território do que a era clássica da soberania e as técnicas disciplinares de traçar fronteiras fechadas. O liberalismo é livre de exercer controle através do território; ao passo em que é implementado via controle populacional através da articulação entre segurança e liberdade, e, mais precisamente como uma articulação da segurança como liberdade de circulação. O dispositivo de segurança também se relaciona com a temporalidade, à instituição de prevenção e ao futuro, como procedimento-chave é prever estatisticamente o número de roubos ou crimes num determinado momento, numa dada sociedade, numa certa cidade, mas qual fenômeno não é relacionado à esta predição? A soberania e a disciplina desconhecem o futuro? Então, finalmente, o dispositivo de segurança é relacionado aos limites, ao desvio padrão, às médias”<sup>195</sup> (Bigo, 2008, p.96, tradução livre).

Os dispositivos de segurança que operam no internacional representam uma tecnologia de poder (Bigo, 2008, p.98). Esta tecnologia liberal de poder, entendida como uma forma particular de governar, “opera indiretamente ao moldar e fomentar indivíduos autônomos e responsáveis”<sup>196</sup> (Neuman & Sending, 2010, p.12). De igual modo, estes dispositivos estabelecem normas e categorias (Bigo, 2008, p.99). Há, portanto, uma distinção entre a normação disciplinar e a normalização de segurança emergente no século XVIII:

“Nas disciplinas, partia-se de uma norma e era em relação ao adestramento efetuado pela norma e era em relação ao adestramento efetuado pela norma que era possível distinguir depois o normal e o anormal. Aqui, ao contrário, vamos ter uma identificação do normal e do anormal, vamos ter uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras e [em] fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis. Temos portanto aqui uma coisa que parte do normal e que se serve de certas distribuições consideradas, digamos assim, mais normais que as outras. São essas distribuições que vão servir de norma. A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. Logo, eu diria que não se trata mais de uma normação, mas sim, no sentido estrito de uma normalização” (Foucault, 2008a, p.82-83).

---

195 “The security dispositif emerges from the police state and its interventionism as a different way to manage population by ‘laissez-faire’, as a ‘freedom of circulation’. Liberalism has a different relation to territory than the classical age of sovereignty and the disciplinary techniques of drawing closed boundaries. Liberalism is free from exerting control through territory; as it is brought into effect controlling populations through the articulation of security and liberty, and more precisely as the articulation of security as freedom of circulation. The security dispositif is also related to temporality, to the institution of prevention and to the future, as the key procedure is to predict statistically the number of thefts or crimes at a given moment, in a given society, in a given town, but what phenomenon is not related to this prediction? Are sovereignty and discipline unaware of the future? So, finally, the security dispositif is related to limits, to standard deviation, to averages”.

196 “For Foucault, liberalism is a particular logic of governing — a form of power that is characteristic of modern society that operates indirectly by shaping and fostering autonomous and responsible individuals through the “conduct of conduct” and the ensemble of “governmental techniques”.

Os dispositivos de segurança, por fim, de modo não exaustivo, apresentam uma última característica importante para Foucault: “a correlação entre a técnica de segurança e a população, ao mesmo tempo como objeto e sujeito desses mecanismos de segurança, isto é, a emergência não apenas da noção, mas da realidade da população” (Foucault, 2008a, p.15). Com isto, Foucault sugere que os dispositivos de segurança exercem uma tecnologia de poder mais descontínua se comparado com os da lei e os da disciplina: trata-se neste caso de não exercer um poder de vigilância exaustiva, mas, ao contrário, de um “cálculo, análise e reflexão, que podem efetivamente atuar sobre a população” (Foucault, 2008a, p.94). Os dispositivos de segurança consagram, desta forma, uma nova organização e racionalização dos métodos de poder (Foucault, 2008a, p.94).

Diante da perspectiva em tela, o internacional deve ser lido como um espaço no qual diferentes práticas e programas de segurança, via governamentalidade liberal, são utilizados para governar (Neumann & Sending, 2010, p.62). Os estudos que se debruçam sobre a “governamentalidade global”<sup>197</sup> buscam identificar os efeitos desta racionalidade específica de governo que produz, por sua vez, identidades e comportamentos apropriados, legítimos, efetivos e etc. (Neumann & Sending, 2010, p.64). Desta forma, o internacional é a esfera definida por uma racionalidade liberal de governo que reproduz um *ethos*, uma racionalidade e não uma doutrina filosófica específica do século XVIII (Neumann & Sending, 2010, p.60).

Ainda que Foucault não tenha refletido de modo específico a respeito da transição da economia política liberal do século XVIII para a governamentalidade neoliberal da segunda metade do século XX (do ponto de vista do equilíbrio de poder nas relações interestatais), a extensa bibliografia que discorre sobre a “governamentalidade global” destaca que o sistema internacional se torna gradativamente um espaço de sobreposição de diversas racionalidades liberais de governo a partir da segunda metade do século XX (Walters, 2012, 188p.; Joseph, 2012, 302p.; Kiersey & Stokes, 2011, 188p.; Neumann & Sending, 2010, 202p.; Larrinaga & Doucet, 2010, 192p.; Dean, 2010, 304p.; Larner & Walters, 2004, 288p.). Desta forma, esta literatura aponta para o fato de que as principais mudanças na relação entre os Estados opera a partir de práticas e programas de

---

197 Os acadêmicos caros à tradição intelectual de Michel Foucault, baseados no conceito de governamentalidade, projetam a discussão sobre governo para além do Estado, de modo a compreender como mecanismos globais de governança são estabelecidos no sistema internacional (Walters, 2012, 188p.; Joseph, 2012, 302p.; Kiersey & Stokes, 2011, 188p.; Neumann & Sending, 2010, 202p.; Larrinaga & Doucet, 2010, 192p.; Dean, 2010, 304p.; Larner & Walters, 2004, 288p.). O ponto que unifica toda esta literatura diz respeito a compreensão de como modos liberais de governo dão azo à uma série de técnicas, práticas e programas de governo que constantemente produz e reproduz relações de poder (Walters, 2012, 188p.; Joseph, 2012, 302p.; Kiersey & Stokes, 2011, 188p.; Neumann & Sending, 2010, 202p.; Larrinaga & Doucet, 2010, 192p.; Dean, 2010, 304p.; Larner & Walters, 2004, 288p.). Para além destas bibliografias referenciadas e para um aprofundamento sobre aplicabilidades específicas da governamentalidade global em fenômenos específicos da política internacional, ver: BIGO, Didier. *Policing Insecurity Today*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006. 240p.; HUYSMANS, Jeff. *The Politics of Insecurity: Fear, Migration, and Asylum in the EU*. London: Routledge, 2006. 208p.; LAFHEY, Mark & WELDES, Jutta. *Policing and Global Governance*. In: BARNETT, Michael & DUVALL, Raymond (Eds.). *Power in Global Governance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. pp.59-79.

governo que não são operacionalizadas via canais tradicionais políticos – tal como argumenta os teóricos do mainstream realista na Disciplina de RIs (Neumann & Sending, 2010, p.68).

Halvard Leira na obra “*Taking Foucault beyond Foucault: Inter-state Governmentality in Early Modern Europe*” argumenta que qualquer periodização sistêmica a respeito da governamentalidade interestatal deve atender necessariamente a três quesitos: em primeiro lugar, “a governamentalidade necessita ser periodizada de modo compatível com a governamentalidade dos Estados; em segundo lugar, uma exploração da governamentalidade interestatal através da razão do Estado requer uma leitura em sintonia com a contínua importância de uma visão cíclica e religiosa da história; em terceiro, de modo não exaustivo, um esclarecimento sobre a mudança na governamentalidade interestatal não pode recair somente numa leitura estática da razão de Estado, mas deve ser dinâmica e incorporar outras literaturas e práticas também”<sup>198</sup> (Leira, 2009, p.490, tradução livre).

Desta forma, o objetivo da próxima subseção é situar a emergência moderna das organizações governamentais a partir do século XIX sustentado na perspectiva da governamentalidade para, em seguida, discorrer sobre a emergência das Operações de Paz das Nações Unidas. Baseado nesta abordagem teórica é possível identificar as práticas e programas de governo liberal introduzidas por este instrumento multilateral responsável pela gestão e resolução de conflitos a partir de 1945 até os dias atuais. De igual modo, é possível, baseado na perspectiva da governamentalidade, compreender como as Operações de Paz das Nações Unidas produzem limites e fronteiras, que, por sua vez, aumentam o quadro de repressão, sujeição e dominação nas relações internacionais.

### **3.3 Governamentalidade Global e as Organizações Intergovernamentais**

Considerado uma das mais notáveis referências sobre os antecedentes históricos das organizações intergovernamentais, Craig N. Murphy, no livro “*International Organization and Industrial Change: Global Governance Since 1850*”, estabelece um recuo histórico a segunda metade do século XIX para compreender as origens das primeiras instituições que passaram a governar no internacional (Murphy, 1994, p.2). Na visão do autor, é necessário examinar o papel que estas instituições de abrangência transnacional passaram a exercer a partir deste período em

---

198 “First, inter-state governmentality needs to be periodised in a way similar to the governmentality of states. Second, exploration of inter-state governmentality through reason of state requires a reading attuned to the continued importance of a religious and cyclical view of history. Third, an illumination of changing inter-state governmentality cannot rely solely on a static reading of reason of state, but must be dynamic and incorporate other literatures and practices as well”.

questão para “uma substantiva regulação da sociedade mundial”<sup>199</sup> (Murphy, 1994, p.2). Graças à Revolução Industrial, ocorrida no século XIX, Murphy sustenta que este fenômeno “ajudou a criar mercados internacionais (...) interligando (...) comunicação, transporte e infraestrutura, (...) reduzindo barreiras econômicas legais para o comércio”<sup>200</sup> (Murphy, 1994, p.2). Neste sentido, a emergência do sistema de governança global deve ser entendida a partir do papel desempenhado pelas instituições de caráter global que surgiram a partir de 1860 com a finalidade de facilitar o crescimento da indústria, comércio e integração da sociedade capitalista (Murphy, 1994, p.2). Exemplos são a União Telegráfica Internacional, estabelecida em 1865, e a Associação de Congressos Ferroviários em 1885 (Murphy, 2014, p.24). Outras instituições forneceram “padrões industriais necessários e regras inter-imperiais para o governo da propriedade intelectual”<sup>201</sup> como a Agência Internacional de Pesos e Medidas de 1875 e a Agência Internacional de Proteção à Propriedade Intelectual de 1893 (Murphy, 2014, p.25). Adicionalmente, outras instituições serviram ao propósito de “administrar aspectos do sistema monetário inter-imperial e ajudaram a manter as regras do comércio”<sup>202</sup> como a União Monetária Latina (LMU – acrônimo em inglês) de 1865<sup>203</sup> e a União Tarifária de Bruxelas de 1890 (Murphy, 2014, p.25). Por fim, não exaustivamente, ainda no século XIX, a Associação Internacional para Legislação Trabalhista, estabelecida em 1889, tinha a finalidade de salvaguardar os interesses das potências europeias em questões trabalhistas diante da emergência das uniões trabalhistas (Murphy, 2014, p.25). A partir da contribuição de Murphy e do próprio Foucault, é possível argumentar que todas estas organizações governamentais surgidas a partir do século XIX, baseada na racionalidade governamental liberal, tinham como principal objetivo estabelecer uma balança de poder entre os Estados europeus pautada na promoção do livre mercado de modo a conservar o equilíbrio de forças na Europa.

Murphy relaciona a emergência do sistema de governança global a história das primeiras OIs de alcance transnacional, uma vez que estas instituições facilitaram a criação de mecanismos regulatórios no sistema internacional, atendendo a uma racionalidade político-econômica de mercado capitalista liberal (Murphy, 1994, p.1). O autor destaca, de igual modo, o papel que as

---

199 "(...) contributed to substantive regulation of world society".

200 "(...) helped create international markets in industrial goods by linking communication and transportation infrastructure, protecting intellectual property, and reducing legal and economic barriers to trade".

201 "(...) necessary industrial standards and inter-imperial rules governing intellectual property".

202 "(...) administered aspects of the inter-imperial monetary system and helped maintain rules of trade".

203 A União Monetária Latina (UML) formada inicialmente por Bélgica, França, Itália e Suíça, visava conferir segurança e uniformidade ao sistema monetário de seus Estados-membros ao tentar solucionar alguns problemas operacionais relativos ao sistema bimetálico, que era baseado na utilização do ouro e prata como uma taxa de troca a preço fixo (Willis, 1901, p.42). Com isto, além da UML proporcionar liberdade para um mercado livre e ilimitado entre os referidos metais entre os Estados-membros, uniformizaria o estabelecimento das taxas de trocas entre os dois metais, não permitindo o estabelecimento de taxas desajustadas de Estados para Estados (ibidem, p.42). Neste sentido, ouro e prata gozavam de posições dominantes para fins de uso das mesmas unidades e emissão padrão de moedas (ibid., p.42-43).

ONGs e movimentos da sociedade civil transnacional desempenharam, também a partir da segunda metade do século XIX, para a internacionalização da economia capitalista e a proteção deste sistema político-econômico (Murphy, 2014, p.25). Na visão de Craig Murphy, o Movimento do Livre Comércio, da Cruz Vermelha, do Trabalho Internacional, do Direito Internacional e da Paz, são alguns exemplos de instituições que facilitaram os interesses das potências imperiais europeias em diversas agendas (Murphy, 2014, p.25). Desta forma, o autor advoga que o sistema de “governança global” deve ser circunscrito à luz do processo histórico de transição do feudalismo para o capitalismo<sup>204</sup> a partir do século XIX, onde o mercado atua como principal fator de competição entre os Estados europeus (Murphy, 1994, p.2). Murphy argumenta que o advento do capitalismo possibilitou a emergência de instituições de caráter global que promoveram a configuração estrutural do modo de produção capitalista (Murphy, 1994, p.2). Estas instituições de caráter global (sejam estatais ou não) são vistas por Murphy como “defensoras de privilégios, embora (...) os reais beneficiários são atores não estatais como as elites/classes dominantes em detrimento da classe trabalhadora, migrantes, camponeses; isto é, na maior parte da população mundial burguesa”<sup>205</sup> (Barnett & Duvall, 2014, p.50).

Diante da perspectiva em tela, Craig Murphy, defende que estas instituições governamentais e não governamentais de caráter global objetivaram conservar a distribuição de privilégio político-econômico capitalista existente entre os Estados europeus (Barnett & Duvall, 2014, p.56). Dada esta configuração, as referidas instituições passaram a exercer, em primeiro lugar, um poder compulsório, quer seja, a capacidade de alterar o comportamento de outros Estados e atores não estatais – principal elemento da governamentalidade liberal (Barnett & Duvall, 2014, p.53). Em segundo lugar, as OIs, de igual modo, exerceriam a partir de então um poder institucional, que “guia, dirige e restringe as ações e circunstâncias (...) através de regras que existem em diferentes posições estruturais em instituições formais e informais”<sup>206</sup> (Barnett & Duvall, 2014, p.54). A Tabela 1 abaixo apresenta o conjunto de organizações governamentais por sua área de responsabilidade que ajudaram nestes objetivos, num período que Craig Murphy define como a primeira geração das organizações internacionais (1865-1915) (Murphy, 1994, p.47).

Ano de	Área de Responsabilidade
--------	--------------------------

204 Para uma discussão sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, ver: MARIUTTI, Eduardo Barros. Balanço do Debate: a Transição do Feudalismo ao Capitalismo. São Paulo: Editora Hucitec, 2004. 243p. Ver também a obra de referência utilizada por Mariutti como ponto de partida para a sua obra: DOBB, Maurice. Studies in the Development of Capitalism. New York: International Publishers, 1947. 396p.

205 "(...) as defenders of privilege, though in most analyses the real beneficiaries are not states but rather elites or dominant classes at the expense of workers, migrants, peasants; that is, most of the world's population".

206 "(...) guide, steer, and constrain the actions and circumstances of others through the rules that exist in structural positional differences in formal and informal institutions".

<b>Fundação</b>	
	<b>Fomento à Indústria</b>
	<b>Fomento à Indústria - Infraestrutura</b>
1865	União Telegráfica Internacional
1874	União Postal Universal
1884	Associação Internacional de Congressos Ferroviários
1890	Escritório Central de Transporte Ferroviário Internacional
1894	Associação Internacional Permanente do Congresso de Navegação
1905	Conferência Diplomática sobre Direito Marítimo Internacional
1906	União Radiotelegráfica Universal
1909	Associação Internacional Permanente de Congressos Rodoviários
	<b>Fomento à Indústria – Padrões Industriais e Propriedade Intelectual</b>
1875	Escritório Internacional de Pesos e Medidas
1883	União Internacional para a Proteção da Propriedade Industrial
1886	União Internacional para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas
1912	Escritório Internacional de Química Analítica de Alimentos Humanos e Animais
	<b>Fomento à Indústria – Comércio</b>
1890	União Internacional para a Publicação das Tarifas Aduaneiras
1893	Conferência de Haia sobre Direito Internacional Privado
1913	Secretaria Internacional de Estatística Comercial
	<b>Manejo de Potenciais Conflitos Sociais</b>
	<b>Manejo de Potenciais Conflitos Sociais - Trabalho</b>
1901	Escritório Internacional do Trabalho
	<b>Manejo de Potenciais Conflitos Sociais - Agricultura</b>
1879	Comissão Internacional do Álamo
1901	Conselho Internacional para o Estudo do Mar
1902	União Internacional do Açúcar
1905	Instituto Internacional de Agricultura
	<b>Fortalecimento do Estado e Sistema Interestatal</b>
	<b>Fortalecimento do Estado e Sistema Interestatal – Ordem Pública e Administração</b>
1875	Comissão Penitenciária Internacional
1910	Instituto Internacional de Ciências Administrativas
	<b>Fortalecimento do Estado e Sistema Interestatal – Manejo de Conflitos Interestatais</b>
1899	Tribunal Permanente de Arbitragem

1907	Tribunal Internacional de Prêmio
	<b>Fortalecimento da Sociedade</b>
	<b>Fortalecimento da Sociedade – Direitos Humanos</b>
1890	Secretaria Marítima Internacional Contra a Tráfico de Escravos
	<b>Fortalecimento da Sociedade – Alívio e Bem Estar</b>
1907	Escritório de Informações e Consultas sobre o Alívio de Estrangeiros
	<b>Fortalecimento da Sociedade – Saúde</b>
1900	Comissão de Revisão da Nomenclatura das Causas de Morte
1907	Escritório Internacional de Higiene Pública
1912	Associação Internacional de Banhos Públicos e Limpeza
	<b>Fortalecimento da Sociedade – Educação e Pesquisa</b>
1864	Associação Geodésica Internacional
1903	Associação Internacional de Sismologia
1908	Comissão Internacional para o Ensino de Matemática
1909	Agência Central para o Mapa Internacional

Tabela 1: Principais Organizações Governamentais Estabelecidas entre 1865-1914 por Área de Responsabilidade e Ano de Fundação.

Retirado de: Murphy, 1994, p.47-48.

Na obra “*Constructing World Culture: International Nongovernmental Organizations Since 1875*” editada por John Boli e George M. Thomas, os referidos autores afirmam que as ONGs não são tão poderosas quanto às organizações governamentais apresentadas na Tabela acima, mas afirmam, por outro lado, que estas instituições não governamentais, de igual modo, exerceram historicamente uma autoridade no sistema de governança global ao mudar o comportamento dos Estados e de outros agentes não estatais (Boli, 1999, p.267). Esta autoridade advém do caráter autônomo de atuação destas instituições que contribuíram para a criação de regras e normas globais em diversas agendas, tais como: direitos humanos, educação e temas correlatos (Boli, 1999, p.268). De igual modo, a autoridade destas ONGs encontra-se nos mecanismos de pressão e influência estabelecidos entre os agentes governamentais (Boli, 1999, p.269). Por fim, não exaustivamente, a autoridade exercida por atores não ligados ao Estado se refere à capacidade de penetrar o processo de tomada de decisão estatal, reorientando decisões de ordem política, econômica, social e até mesmo cultural no sistema internacional (Boli, 1999, p.271).

Steve Charnovitz concordando com a premissa defendida por Craig Murphy sustenta que o crescimento e integração destas instituições não governamentais se deve em grande medida ao desenvolvimento da economia mundial capitalista, do imperialismo europeu e aos sistemas globais de transporte e comunicação (Charnovitz, 1997, p.191-212). No artigo “*Two Centuries of*

*Participation: NGOs and International Governance*” Charnovitz argumenta que entre 1775-1918 as primeiras ONGs emergentes no sistema internacional tiveram suas bases enraizadas na Cristandade e Direito Ocidental, Iluminismo e ordens religiosas da Igreja Católica Romana, atuando, desta forma, em questões relacionadas a ciência, paz mundial, indústria, comércio e áreas correlatas<sup>207</sup> (Boli & Thomas, 1999, p.31, 305; Charnovitz, 1997, p.191-212). Entre 1875 até 1914, relativamente o mesmo período utilizado na Tabela acima, o número de organizações não governamentais de caráter global aumentou 45% (Boli & Thomas, 1999, p.31). Abaixo, a Tabela 2 apresenta um extrato das principais ONGs entre os séculos XVIII-XX.

<b>Ano de Fundação</b>	<b>Organização Não Governamental</b>
1767	Sociedade para a Recuperação dos Afogados
1775	Sociedade da Pensilvânia para o Alívio de Negros Livres Ilegalmente Detidos
1835	Sociedade Internacional de Naufrágios
1839	Sociedade Britânica e Estrangeira Anti-Escravidão
1855	Aliança Mundial das Associações Cristãs dos Jovens
1876	Aliança Científica Universal
1864	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
1888	Conselho Internacional de Mulheres
1894	Comitê Olímpico Internacional
1895	Aliança Cooperativa Internacional
1898	Liga Mundial para a Proteção dos Animais
1900	Escritório Socialista Internacional
1905	Rotary Internacional
1919	Federação Internacional dos Sindicatos

Tabela 2: Extrato das Principais Organizações Não Governamentais Entre os Séculos XVIII-XX.  
Retirado e Adaptado de: Davies, 2013.

As organizações intergovernamentais, que para Foucault já existiam desde o século XVII, são atores relevantes no internacional, principalmente a partir do século XIX, na medida em que estas instituições passam a “produzir e disseminar grades universais de referência para a avaliação,

207 Fundada em 1907, a União de Associações Internacionais (UIA – acrônimo em inglês) é uma instituição de pesquisa e documentação que sistematiza o cadastro de organizações internacionais (públicas, privadas, estatais e/ou não estatais) (Union of International Association, 2017). Antes de 1875, a UIA cadastrou apenas 37 organizações não governamentais (Boli & Thomas, 1999, p.305). De acordo com a própria UIA, desde o século XIX até os dias atuais, o número de ONGs registradas entre 1900-2000, subiu aproximadamente 265% - passando de 1.083 em 1914 para 263.000 em 2000 (Herz & Hoffmann, 2004, p.221). Para uma relação completa das principais organizações não governamentais no sistema interestatal entre 1815-1914 acessar o UIA *Yearbook of International Organizations*, disponível em <https://www.uia.org/ybio/>.

classificação, e discussão sobre como sociedades deveriam ser governadas”<sup>208</sup> (Neumann & Sending, 2010, p.133). De igual modo, as OIs guardam, nas palavras de Iver Neumann e Ole Sending, uma relação paradoxal com a soberania do Estado (Neumann & Sending, 2010, p.137). Esta relação acontece pelo fato de que as OIs “têm Estados soberanos como o seu núcleo epistêmico de partida e como os seus principais alvos de governo”<sup>209</sup> (Neumann & Sending, 2010, p.137). Ou seja, as organizações intergovernamentais “buscam governar e atuar sobre Estados, e enquanto estes Estados são medidos, avaliados, e atuados sobre uma racionalidade política largamente liberal e neoliberal, há sempre um foco inescapável no aspecto institucional do Estado a respeito dos que as OIs fazem”<sup>210</sup> (Neumann & Sending, 2010, p.137). Iver Neumann e Ole Sending argumentam, portanto que:

“(…) as OIs estão fortemente estruturadas em suas operações pela instituição da soberania, mesmo que elas sejam autoritativas e autônomas dos Estados. Além disto, as OIs geralmente não podem se aproveitar do poder de soberania, e então elas são obrigadas a governar Estados soberanos através da liberdade. O poder das OIs reside na sua habilidade de estabelecer e disseminar padrões autoritativos, melhores práticas, e avaliações de desempenho, e aliar estes mecanismos com alocações de ajuda (...) Despida da condição da soberania, as formas liberais de governo não podem, como elas podem no domínio doméstico, se apoiar ou operar em conjunto com a soberania”<sup>211</sup> (Neumann & Sending, 2010,p.137).

Atuando a partir da governamentalidade liberal, de produção de sujeitos livres, as organizações governamentais a partir do século XVII também exercem um poder policial no internacional na medida em que inspecionam, regulam e disciplinam territórios e populações de modo a evitar riscos e instabilidades (Neumann & Sending, 2010, p.155). Desta forma, conforme colocado na introdução do presente Capítulo, as organizações governamentais sobrepõem racionalidades de governo, atuando a partir da lógica liberal e da razão de Estado. As OIs, portanto, assumem uma forma de poder no internacional que estabelece o que deve ser governado, como e por que (Sending, 2017, p.3). Conforme Ole Sending destaca em sua obra “*The Politics of Expertise: Competing for Authority in Global Governance*” os mecanismos de governança que

---

208 “(...) producing and disseminating universal grids or frames of reference for the evaluation, rating, and discussion about how societies should be governed”.

209 “IOs have sovereign states as their core epistemic entry point and target for governing”.

210 “(...) they seek to govern and act on states; and while these states are measured, evaluated, and acted upon from within a largely liberal and neoliberal political rationality, there is always an inescapable institutional state focus on what IOs generally do”.

211 “IOs are heavily structured in their operations by the institution of sovereignty, even as they are authoritative and autonomous from states. Moreover, IOs generally cannot avail themselves of sovereign powers, and so they are compelled to govern sovereign states “through freedom.” The power of IOs thus rests very much with their ability to establish and disseminate authoritative standards, best practices, and performance ratings, and to couple these with aid allocations (...). Stripped of the background condition of sovereignty, liberal forms of governing cannot, as they can in the domestic realm, lean on and operate in tandem with sovereignty”.

operam no internacional estão permanentemente em processo de competição de modo a institucionalizar a autoridade destas instituições (Sending, 2017, p.4).

Diante da perspectiva em tela, os estudos da governamentalidade global destacam que as OIs são responsáveis pela produção da liberdade – que, como visto, representa a principal racionalidade governamental do liberalismo – possibilitando, desta forma, que os Estados (entendidos como práticas de governo) possam governar mais populações e indivíduos (Neumman & Sending, 2010, p.140). As OIs permitem, desta forma, classificar, analisar, avaliar e comparar sociedades e mercados de modo a estabelecer o que os governos podem e não podem fazer (Neumman & Sending, 2010, p.140). Esta prática, principalmente no contexto de construção da paz, “licenciam” os Estados para a produção de mecanismos de limitação e fronteirização no internacional – que passa a ganhar mais evidência a partir de 1815 – tal como a próxima subseção demonstra.

### **3.3.1. O Concerto Europeu (1815)**

Bob Reinalda argumenta, na compreensiva obra *Routledge History of International Organizations: From 1815 to the Present Day*, que no início do século XIX, precisamente em 1815, período que marca o término das Guerras Napoleônicas, a governança global, que não deve ser entendida como um governo mundial, passa a assumir importantes contornos no âmbito da interação estabelecida a partir de então entre Estados, organizações governamentais e agentes privados (Reinalda, 2009, p.17). Isto se deve ao fato de que o Congresso de Viena (1815), que recupera as premissas do Tratado de Westfália (1648) e Utrecht (1713) no que tange a soberania estatal e balança de poder, tinha a principal finalidade de “prevenir a dominação de uma única

grande potência sobre as demais, tal como Napoleão tentou alcançar”<sup>212213</sup> (Reinalda 2009, p.17-18). Diante da perspectiva em tela, o Concerto Europeu facilitou a emergência de mecanismos com baixo teor de formalidade e institucionalidade de governança no sistema internacional na medida em que a lógica estabelecida a partir de 1815 foi a de que a Áustria, França, Prússia, Reino Unido e Rússia se encarregariam de criar mecanismos de consultas formais entre si de modo a resolver as grandes questões do continente europeu, com desdobramentos para o resto do sistema internacional; além disto, nenhuma questão de grande magnitude para uma grande potência deveria ser discutida sem consentimento destes Estados; outro ponto importante foi o de que os desafios e confrontações diretas entre os Estados Europeus deveriam ser evitados a qualquer custo, recorrendo, desta forma, aos mecanismos de solução pacífica de controvérsias criadas pelo Concerto; onde somente as cinco grandes potências deveriam decidir sobre as questões europeias, utilizando-se, para tal finalidade, dos mecanismos de acomodação de expectativas criados pelo Concerto, tais como as conferências; não exaustivamente, o Concerto estabelece que a guerra deveria deixar de ser utilizada como um instrumento de política externa dos Estados europeus entre si, reduzindo, desta forma, distúrbios e revoluções no espaço de interesse vital de cada uma destas potências (Rodogno, 2012, p.20).

Sobre o Concerto Europeu, Foucault argumenta que o seu principal objetivo era “por certo (...) conter de certo modo essa limitação imperial. Consistia, por certo, em restabelecer o equilíbrio europeu, mas no fundo, com dois objetivos diferentes. Havia o objetivo austríaco e o objetivo inglês. Qual era o objetivo austríaco? Pois bem, era reconstituir um equilíbrio europeu na antiga forma, a dos séculos XVII e XVIII. Fazer que nenhum país pudesse prevalecer na Europa sobre os outros (...) Já no caso da Inglaterra, o equilíbrio europeu que ela procurou e impôs de comum acordo (...) era regionalizar a Europa, de limitar, claro, o poder cada um dos Estados europeus, mas para deixar à Inglaterra um papel político e econômico, o papel de mediar econômico entre a

---

212 É digno de nota destacar que não há consenso entre acadêmicos das Relações Internacionais e de outras áreas do conhecimento, como a História, por exemplo, sobre o que de fato o Concerto Europeu significou para as potências europeias em termos da consagração de uma balança de poder e uma nova reconfiguração da ordem no sistema interestatal (Ikenberry 2001, p.80). Adicionalmente, há pouco consenso sobre a durabilidade do Concerto (ibidem, p.80). Para detalhes desta discussão, John Ikenberry no livro “After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order After Major Wars” sugere as seguintes referências (extrato e por ordem de publicação) (ibidem, p.80-81): SCHROEDER, Paul W. *The Transformation of European Politics, 1763-1848*. Oxford: Oxford University Press, 1994. 916 p.; SCHROEDER, Paul W. *Did the Vienna Settlement Rest on a Balance of Power?* *American History Review*, Vol.97, N.3, 1992, pp.683-706; KUPCHAN, Charles A. & KUPCHAN, Clifford A. *Concerts, Collective Security, and the Future of Europe*. *International Security*. Vol.16, N.1, 1991, pp.114-161; LANGHORNE, Richard. *Reflections on the Significance of the Congress of Viena*. *Review of International Studies*. Vol.12, N.4, 1986, pp.313-324; JERVIS, Robert. *From Balance to Concert: A Study of International Security Cooperation*. *World Politics*. Vol.28, N.1, 1985, pp.58-79; LAUREN, Paul Gordon. *Crisis Prevention in the Nineteenth Century Diplomacy*. In: GEORGE, Alexander (Ed.). *Managing US-Soviet Rivalry: Problems of Crisis Prevention*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1983. pp.31-64; JERVIS, Robert. *Security Regimes*. *International Organization*. Vol.36, N.2, 1982, pp.173-194; ELROD, Richard. *The Concert of Europe: A Fresh Look at an International System*. *World Politics*. Vol.28, N.2, 1976, pp.159-174; GULICK, Edward. *Europe's Classical Balance of Power: A Case History of the Theory and Practice of One of the Great Concepts of European Statecraft*. Ithaca: Cornell University Press, 1955. 337 p.

213 "(...) prevent the domination of a single great power in the way Napoleon had tried to achieve".

Europa e o mercado mundial, a fim de mundializar de certo modo a economia europeia pela mediação, por intermédio do poder econômico da Inglaterra” (Foucault, 2000b, p.83).

Tem-se diante deste embate austríaco e inglês “dois tipos de racionalidade e cálculo político inteiramente diferentes” de modo que, para efeitos de delimitação, cabe destacar que as potências europeias, no Concerto Europeu, estabeleceram quatro grandes objetivos que ajudariam no processo de crescente formalização e institucionalização das OIs, no campo da paz e segurança, a partir do século XX no sistema internacional<sup>214</sup>: em primeiro lugar, as potências em questão decidiram que o Concerto deveria garantir a manutenção do *status quo* internacional, criando, para tal finalidade, mecanismos de diplomacia preventiva e construção da paz (*peacemaking*); em segundo lugar, os referidos Estados, com exceção do Reino Unido, criaram um acordo para proteger o *status quo* doméstico em suporte as ordens monárquicas europeias que estavam sendo ameaçadas por movimentos revolucionários; em terceiro lugar, o Concerto Europeu desdobrou intervenções *ad hoc* com o intuito de proteger os direitos humanos, principalmente em comunidades cristãs ameaçadas pelo declínio do Império Otomano (sobretudo nos Bálcãs e na região do Oriente Médio)<sup>215</sup> e também com o objetivo de proteger direitos de escravos; e, por fim, não exaustivamente, o Concerto delineou as responsabilidades coloniais e o uso coletivo da força para proteger os interesses coloniais dos Estados europeus<sup>216</sup> (Bellamy & Williams, 2011, p.73).

214 Inexistia até o final do século XVIII um princípio compartilhado em torno do conceito de segurança coletiva entre os Estados (Herz & Hoffman, 2004, p.74). Não havia sido criado do ponto de vista formal e institucional “um mecanismo internacional que conjugasse compromissos de Estados nacionais para evitar, ou até suprimir, a agressão de um Estado contra outro” (ibidem, p.75). Desde o século XVI até o século XVIII, é possível observar que no contexto de formação do sistema internacional, os soberanos europeus buscavam, em diferentes momentos, contrabalançar os poderes dos demais Estados criando, para esta finalidade, normas e valores sociais que deveriam ser respeitados para evitar o surgimento de uma autoridade hegemônica que rompesse com os direitos e liberdades fundamentais dos membros desta ordem essencialmente europeia (Finnemore, 2003, p.4).

215 Davide Rodogno na obra “Humanitarian Intervention in the Ottoman Empire, 1815-1914: The Emergence of a European Concept and International Practice” discorre sobre as intervenções humanitárias desdobradas pelos Estados europeus, travestidas de pretensões humanitárias, em algumas possessões otomanas a partir da década de 1820 (Rodogno, 2012, p.24). Chama inicialmente a atenção para a intervenção entre 1827-1833 por parte da França, Reino Unido e Rússia, em favor dos gregos otomanos cristãos que passaram a ser sistematicamente perseguidos pelas lideranças turcas – desgastadas e enfraquecidas com a desintegração do Império Otomano e com os constantes levantes religiosos que abalavam a estrutura de poder otomana (ibidem, p.76). Destaca, de igual modo, as duas intervenções na ilha de Creta (Grécia) entre 1866-1869 e 1896-1900, quando as potências europeias facilitaram o processo de independência grega em relação ao Império Otomano sob a liderança britânica (ibid. p.102, 165). Adicionalmente, Rodogno discorre sobre as intervenções lideradas pela França no Líbano e na Síria (1860-1861), nas intervenções sobre a região dos Bálcãs – seja durante a “Grande Crise do Oriente” (1875-1878), nas províncias macedônicas (1903-1908) e no suporte aos armênios otomanos (1886-1909) (ibid., p.83-101, 117-136, 147-164). Em todos os casos nota-se claramente uma tentativa europeia de aumentar sua projeção sobre possessões que até então rivalizavam com o bloco de poder europeu (ibid., p.20). As intervenções, via Concerto Europeu, permitiram, desta forma, avançar na agenda colonial – ampliando, significativamente, sua projeção no sistema interestatal (ibid., p.20). Os termos da intervenção e o futuro destas possessões coloniais foram determinadas pelas potências do norte global via Concerto Europeu e outros arranjos políticos europeus como a Conferência de Berlim (ibid., p.20).

216 No contexto de delimitação das responsabilidades coloniais, diversas intervenções humanitárias foram desdobradas no sistema internacional, como, por exemplo, as constantes operações contra os piratas bárbaros, a ocupação britânica no Chipre (quando esta ainda era uma ocupação Otomana), a ocupação Áustro-Húngara da Bósnia (enquanto esta ainda era uma possessão Otomana), a já mencionada missão Internacional liderada pelo Reino Unido em Creta, a resposta internacional europeia à Rebelião dos Boxers e, por fim, a Força Internacional na Albânia (Bellamy & Williams, 2011,

Mesmo diante da falha em alcançar plenamente estes objetivos no médio e longo prazo, a preservação da paz e segurança manteve-se restrita a um conjunto específico de Estados europeus, que buscaram, por sua vez, desenvolver um ambicioso projeto de consulta intergovernamental sob os auspícios do Concerto Europeu (Bellamy & Williams, 2011, p.73). Destaca-se, por exemplo, o papel que a já citada Santa Aliança exerceu, uma coalizão formada pela Áustria, Prússia e Rússia, para suprimir revoluções liberalizantes no continente europeu a partir de 1815 (Bellamy & Williams, 2011, p.74). No jogo de força de cálculos governamentais citados, a Inglaterra, entendendo que esta opção poderia inviabilizar a universalização do mercado, decidiu não participar da Aliança diante do seu caráter antiliberal (Bellamy & Williams, 2011, p.74).

Para além da cooperação no âmbito da segurança, Bob Reinalda chama a atenção para os mecanismos de governança estabelecidos logo após o Concerto Europeu, como, por exemplo, na área marítima (através da criação da Comissão de Livre Navegação do Reno), no campo dos direitos humanos (com o surgimento do já citado Comitê Internacional da Cruz Vermelha), no campo econômico (a partir da formalização de diversas conferências no continente americano e europeu – que seriam, por exemplo, o embrião da Organização dos Estados Americanos e da União Europeia) e, por fim, não exaustivamente, no já mencionado campo trabalhista (com as uniões trabalhistas) (Reinalda, 2009, p.28-30, 51-53, 85-90, 139-146). Desta forma, desde a segunda metade do século XIX, com o advento da “institucionalização de conferências multilaterais” e a criação dos primeiros mercados continentais, as OIs passaram a ocupar um papel central na política internacional (Reinalda, 2009, p.83). Michael Barnett e Martha Finnemore, por exemplo, destacam que as OIs fornecem “bens públicos, informações coletivas, compromissos efetivos, monitoramento de acordos e negociações, e, geralmente ajudam os Estados a superarem os problemas associados com a ação coletiva, além de, não exaustivamente, fortalecerem o bem estar individual e coletivo”<sup>217</sup> (Barnett & Finnemore, 2005, p.161, tradução livre). Neste sentido, cada vez mais as OIs passam a desempenhar um papel relevante no sistema internacional, criando, para tal finalidade, mecanismos, regras e normas que geram padrões de governo e de limitação (Barnett & Finnemore, 2005, p.161). Concordando com estas premissas defendidas por Barnett e Finnemore, Neuman e Sending

---

p.73; Esteves, 2010a, p.15). No contexto de transferência das práticas de caridade e humanitarismo em geral da Igreja para o Estado a partir do século XVIII, as potências europeias rearticulam a gramática humanitária de modo a justificar e legitimar intervenções em prol da “civilização”, “progresso”, “desenvolvimento” e “assistência” (Esteves, 2010a, p.14-15). Desdobram-se intervenções, mesmo sob os auspícios de outros arranjos de concertação política, como o caso da Conferência de Berlim de 1885, justificando a necessidade do livre comércio, de abolição do tráfico negreiro (não em sua totalidade de intervenções) e, não exaustivamente, a necessidade de respeito a questão religiosa cristã em contraposição aos abusos cometidos por muçulmanos e outras correntes opostas ao cristianismo em geral (Bellamy & Williams, 2011, p.75).

217 “(...) provide public goods, collect information, establish credible commitments, monitor agreements, and generally help states overcome problems associated with collective action and enhance individual and collective welfare”.

argumentam, como visto na seção anterior, que as OIs também representam “um local para a negociação e formalização de categorias universais e práticas de regras”<sup>218</sup> (Neumann & Sending, 2010, p.136).

Assim como as OIs, as ONGs, que também estão inter-relacionadas ao processo de governança estatal e são moldadas pelas racionalidades liberais de governo, passam a exercer autoridade no sistema internacional na medida em que estes atores constituem “partes integrais das práticas de governo da sociedade moderna”<sup>219</sup> (Neumann & Sending, 2010, p.115). As ONGs emergentes a partir do século XVII foram responsáveis por promover o equilíbrio europeu a partir da introdução de práticas liberais de governo entre Estados e organizações governamentais promovendo um enriquecimento comum dos Estados (Foucault, 2008, p.80). Dentre estas práticas, a mais importante para Foucault é a de ilimitação do mercado externo, onde “quanto mais vasto o mercado externo, menos fronteiras e limites haverá, mais se terá nisso a garantia da paz perpétua” (Foucault, 2008b, p.78). Desta forma, as iniciativas de paz e segurança performadas durante o século XIX entre as potências europeias, sob os auspícios do Concerto Europeu, tinham como finalidade este balanceamento baseado na ideia do enriquecimento coletivo, ao mesmo tempo em que buscava, através dos mecanismos de polícia, manter a boa ordem sistêmica entre os Estados (MacQueen, 2006, p.24). Sobre estas atividades de segurança coletiva do século XIX, Norrie MacQueen na obra “*Peacekeeping and the International System*” argumenta que:

“(…) o sistema do século XIX foi regulado com relativo sucesso (se o sucesso implica a ausência de sérios conflitos) sob os auspícios do sistema de concerto. É um pouco inapropriado aplicar o termo operações de manutenção da paz para as várias atividades militares realizadas para preservar a ordem no sistema neste período. Nem todas eram multilaterais, e as poucas que existiram foram inequivocadamente altruístas. Algumas destas, tal como a presença austríaca na Itália pré-unificada tem mais a ver com a pacificação imperial do que com a resolução do conflito em si. Outras, tal como o envolvimento dos Estados da Europa Ocidental nas rebeliões periféricas do Mundo Otomano (em Creta, Bósnia, Líbano e Chipre) foram concebidas para enfraquecer um rival imperial bem como para dar o suporte aos direitos das pessoas reprimidas e estabilizar o sistema. Porém outras, como as operações navais contra o tráfico negreiro e a intervenção sueca entre a Prússia e a Dinamarca de fato prefiguram as operações de manutenção da paz do século XX” (MacQueen, 2006, p.24, tradução livre).

Alex J. Bellamy e Paul D. Williams na obra “*Understanding Peacekeeping*” apresentam uma tabela esquemática, reproduzida integralmente abaixo, sobre as principais intervenções multilaterais desdobradas pelas primeiras Operações de Paz modernas, seguindo as racionalidades descritas nos parágrafos supracitados (Bellamy & Williams, 2011, p.73).

---

218 “(...) sites for the negotiation and formalization of universal categories and practices of rule”.

219 “(...) integral to the practices of governing and the underlying thinking in late modern society”.

<b>Status quo Internacional</b>	<b>Status quo Doméstico</b>	<b>Intervenções Humanitárias</b>	<b>Intervenções Coloniais</b>
1848-1849: Força de Paz Sueca nos Ducados de Schlegélia-Einsteinio	1821: Intervenção Austríaca em Nápoles	1817: Operações Navais Britânicas contra os Traficantes de Escravos	1820': Operações Multinacionais contra os Piratas Bárbaros
	1848: Intervenção Russa na Hungria (em suporte ao governo Austríaco)	1837: Operações Britânicas e Francesas contra os Traficantes de Escravos	1878: Ocupação Britânica do Chipre (ainda sob possessão Otomana)
		1827: Intervenção Multinacional para Proteger Cristãos Gregos das Forças Turcas e Egípcias	1878: Ocupação Austro Húngara da Bósnia (ainda sob possessão Otomana)
		1860-1861: Ocupação Francesa da Síria	1898: Missão Internacional para a Creta
		1898: Intervenção dos EUA em Cuba	1900: Resposta Internacional à Rebelião dos Boxers
			1913: Força Internacional à Albânia

Tabela 3: As Primeiras Operações de Paz Desdobradas sob os Auspícios do Concerto Europeu (1814-1914). Retirado de: Bellamy & Williams, 2011, p.73.

Estas intervenções coletivas europeias (em sua maioria), associadas equivocadamente com intervenções humanitárias, foram utilizadas ao longo do século XIX e início do século XX para a promoção de zonas de influência política e econômica no sistema internacional (Chersterman, 2001, p.24-26). Este fato se explica na medida em que o Concerto Europeu representou, em sua essência, "um conjunto particular de arranjos políticos territoriais domésticos, um conjunto de "governadores" para monitorar, regular, sancionar ou prevenir mudanças, e certos procedimentos, regras, normas ou convenções para regular o comportamento individual e coletivo dos Estados. O propósito da ordem era muito mais manter uma balança de poder territorial particular do que prevenir guerras. As guerras, na verdade, seriam apenas um dos vários meios para manter o equilíbrio"<sup>220</sup> (Holsti, 1991, p.138-139). A Tabela a seguir, por sua vez, apresenta os principais

220 "This order contained a particular set of territorial and domestic political arrangements, a set of "governors" to monitor, regulate, sanction, or prevent change, and certain procedures, rules, norms, or conventions to regulate their individual and mutual behavior. It did not, however, include formal conflict-resolving institutions. The purpose of the order was more to maintain a particular territorial balance of power than to prevent wars. Wars, in fact, would be just one of several means to maintain the balance".

conflitos entre 1815-1914 que demandaram uma ação do Concerto Europeu e quais foram as questões envolvidas em cada litígio<sup>221</sup>:

<b>Guerras/Principais Intervenções Armadas</b>	<b>Questões Envolvidas no Litígio</b>
Áustria - Nápoles (1820-1821)	Composição de governo.
Áustria - Piemonte (1821)	Composição de governo.
França - Espanha (1822-1823)	Composição de governo.
Rússia (Grécia, Reino Unido, França) - Turquia (1828-1829)	Liberação nacional/criação de Estado; proteção de confrades religiosos; comércio e navegação; proteção de confrades étnicos; manutenção de integridade imperial.
Bélgica (França) - Holanda (1830-1833)	Liberação nacional; criação de Estado.
Turquia - Egito (1832-1833)	Território; criação de Império; manutenção da integridade territorial imperial.
Turquia - Egito (1839-1847)	Reivindicações dinásticas; território; criação de Império; manutenção da integridade territorial imperial.
Prússia- Dinamarca (1848)	Sucessão e reivindicação dinástica; território; unificação e consolidação nacional.
Sardenha -Áustria (1848-1849)	Território; unificação e consolidação nacional; Liberação ideológica; manutenção da integridade territorial imperial.
França - República Romana (1849)	Composição de governo; manutenção de dominação regional.
Rússia (Áustria) - Hungria (1849)	Liberação nacional e criação de Estado; manutenção da integridade territorial imperial.
Turquia (Reino Unido, França, Áustria) - Rússia (1853-1856)	Proteção de confrades religiosos; liberação nacional e criação de Estado (Valaquia e Moldávia); balança de poder; manutenção da integridade territorial imperial; território estratégico.
Sardenha (França) - Áustria (1859)	Território; liberação nacional e criação de Estado; liberação ideológica; manutenção da integridade imperial.
Confederação Germânica (Prússia) - Dinamarca (1863-1864)	Sucessão e reivindicação dinástica; proteção de confrades étnicos; território estratégico; reforçar termos de tratados; unificação e consolidação nacional; território; unificação étnica

221 Kalevi Hoslti esclarece que esta lista não inclui outros casos marginais como, por exemplo, as guerras otomanas com o Egito, a Rebelião dos Boxers, a Guerra dos Boers, e a Guerra Russo-Japonesa (Holsti, 1991, p.139). Esclarece o autor que os conflitos que foram reproduzidos nesta tabela são relevantes por conta da repercussão política na Europa e porque trouxeram o Concerto Europeu à operação (ibidem, p.139).

	(Irredentos).
Rússia - Polônia (1863)	Liberação nacional e criação do Estado; manutenção da integridade territorial imperial.
Áustria - Prússia (Itália) (1866)	Território; unificação e consolidação nacional; manutenção de dominação regional.
Itália - República Romana (1870)	Unificação e consolidação nacional; sobrevivência do regime do Estado.
França - Prússia (1870)	Honra nacional; teste de força; unificação e consolidação nacional.
Sérvia (Montenegro) - Turquia (1876-1878)	Território; unificação e consolidação nacional; manutenção da integridade imperial.
Rússia - Turquia (1877-1878)	Proteção de confrades religiosos; território; liberação nacional e criação de Estado (Valaquia e Moldávia); proteção confrades étnicos; comércio e navegação; manutenção de integridade imperial.
Bulgária - Turquia (1885)	Unificação étnica (Irredentos); consolidação e unificação nacional; manutenção da integridade imperial.
Sérvia - Bulgária (1885)	Território.
Turquia - Grécia (1897)	Proteção de confrades étnicos; liberação nacional e criação de Estado; manutenção de integridade imperial.
Espanha - Estados Unidos (1898)	Liberação ideológica; comércio e navegação; manutenção de integridade imperial; liberação nacional e criação de Estado (Cuba, Estados Unidos).
Rússia, Reino Unido, Alemanha - Rebeldes Chineses (1898-1900)	Manutenção de dominação regional; comércio e navegação; autonomia
República Boer - Reino Unido (1899-1902)	Território estratégico; autonomia; proteção de interesses comerciais e nacionais afora.
Japão - Rússia (1904-1905)	Criação imperial; competição colonial; território estratégico.
Itália - Turquia (1911-1912)	Território; manutenção da integridade imperial.
Montenegro, Bulgária, Grécia, Sérvia - Turquia (1912-1913)	Território; manutenção da integridade imperial.
Bulgária - Sérvia (Grécia) (1913)	Território.
Áustria - Hungria - Sérvia (1914)	Honra nacional; manutenção da integridade imperial; proteção de confrades étnicos; sobrevivência do regime e Estado.

Tabela 4: Guerras/Principais Intervenções Armadas e Questões Envolvidas no Litígio Entre 1815-1914.  
Retirado de: Holsti, 1991, p.141-142.

À luz da contribuição Foucaultiana é possível argumentar que as práticas multilaterais modernas no sistema de governança global, no campo da paz e segurança, a partir do início do século XIX, atendem à uma dupla funcionalidade: por um lado, a manutenção do *status quo* do sistema diplomático-militar-policial estabelecido a partir do século XVI e, de igual modo, a ilimitação do mercado mundial como elemento de equilíbrio de poder entre os Estados europeus a partir do século XVII. Desta forma, as práticas de gestão e resolução de conflitos avançadas pelo Concerto Europeu, ainda que pouco formalizadas e institucionalizadas, somado ao conjunto de instituições funcionais de caráter governamental e não governamental criadas a partir de 1815, representam um indicativo da possibilidade de alcance da paz perpétua e prosperidade via comércio internacional (Karns & Mingst, 2010, p.36; Foucault, 2008, p.71-72). Depositando suas crenças no livre mercado capitalista como motor do desenvolvimento individual e social, estas instituições passaram a promover o desenvolvimento do livre comércio como fator de maximização do bem estar populacional e individual no sistema interestatal (Karns & Mingst, 2010, p.36). Sobre este ponto, Foucault argumenta que:

“Essas relações comerciais percorrem o mundo, do mesmo modo que a natureza quis, e na medida em que a natureza quis, que o mundo inteiro fosse povoado, e é isso que vai constituir o direito cosmopolita ou o direito comercial. E esse edifício – direito civil, direito internacional, direito cosmopolita – nada mais é que a retomada pelo homem, na forma de obrigações, do que havia sido um preceito da natureza. Podemos dizer [portanto] que o direito, na medida em que retoma o próprio preceito da natureza, poderá prometer o que de certo modo já estava esboçado, desde o primeiro gesto da natureza, quando esta povoou o mundo inteiro: uma coisa como a paz perpétua. A paz perpétua é garantida pela natureza, e esse garantia é manifestada pelo povoamento do mundo inteiro e pela rede das relações comerciais que se estendem através de todo o mundo. A garantia da paz perpétua é portanto, de fato, a planetarização econômica (Foucault, 2008b, p.423).

### 3.3.2. A Liga das Nações (1919)

Seguindo a governamentalidade liberal de enriquecimento mútuo, via mercado mundial, como instrumento de balanceamento de poder, a partir do início do século XX, o sistema de governança global se torna densamente povoado por “inúmeras organizações internacionais, tanto pequenas quanto grandes, com propósitos gerais e específicos, e de caráter governamental e não governamental”<sup>222</sup> (Mazower, 2012, p.117; Karns & Mingst, 2010, p.68, tradução livre). A pluralidade destas instituições deve ser interpretada, à luz da governamentalidade, como o incremento dos dispositivos de segurança que representam, por sua vez, uma subcategoria do

---

222 “(...) numerous international organizations, both small and large, general purpose and specialized, governmental and nongovernmental (...)”

biopoder e da própria governamentalidade – organizando, disciplinando, normalizando, limitando e fronteirizando o internacional. Sobre este ponto, Neumann e Sending esclarecem que:

“Na perspectiva da governamentalidade, o papel das ONGs ao moldar e desempenhar funções de governança global não é uma instância de transferência de poder do Estado para atores não estatais. Ao contrário, é uma expressão de uma mudança de lógica na racionalidade de governo (definido como um tipo de poder) através do qual a sociedade civil é redefinida de um objeto passivo de governo para atuar sobre e em uma entidade que é tanto um objeto como sujeito de governo. De modo similar, essa racionalidade de governo garante para as OIs uma posição central não somente por conta dos objetivos liberais que elas tipicamente avançam mas também por conta da escala global de seu modo de governo. A auto associação e a formação política voluntária, características da sociedade civil e atores não estatais estão assim acoplados com o alcance global e a habilidade de padronização das OIs. Estas organizações não estão em relação de oposição com o poder político do Estado mas são elementos centrais de como o poder opera na sociedade moderna contemporânea”<sup>223</sup> (Neumann & Sending, 2010, p.5, tradução livre).

Desta forma, a governamentalidade liberal, ao produzir a liberdade, através das OIs e ONGs, como princípio de inteligibilidade para a biopolítica e disciplina, objetiva, no plano internacional, estabelecer métodos de governança, de condução da conduta e na correta disposição política, econômica, social e cultural de modo a governar mais (Neumann & Sending, 2010, p.11). Com isto, o liberalismo “molda a governança global em termos de escala e modo de operação”<sup>224</sup> (Neumann & Sending, 2010, p.10). Ou seja, o liberalismo estabelece mecanismos de crescente combinação de esforços através de diversos atores e agendas, tais como: as intervenções humanitárias, regulação monetária e financeira no sistema internacional, combate à ameaças da paz e segurança internacional – tal como o terrorismo, e etc. (Neumann & Sending, 2010, p.11). A governamentalidade explica, desta forma, como as normas liberais dão azo à mecanismos de regulação, vigilância e controle que incidem cada vez mais sobre a população e o indivíduo – uma vez que a biopolítica liberal é tanto produtora quanto consumidora de liberdade (Neumann & Sending, 2010, p.11).

Diante da perspectiva em tela, destaca-se que, no campo da paz e segurança internacional, o início do século XX testemunha o crescimento dos mecanismos de segurança através da criação da Liga das Nações – que emerge até então como a forma mais institucionalizada e autoritativa de

---

223 “In a governmentality perspective, the role of IOs or NGOs in shaping and carrying out global governance functions is not an instance of transfer of power from the state to nonstate actors (Foucault [1982] 2000, 341). Rather, it is an expression of a changing logic or rationality of government (defined as a type of power) by which civil society is redefined from a passive object of government to be acted upon and into an entity that is both an object and a subject of government. Similarly, this rationality of government accords to IOs a central position not only because of the liberal goals they typically advance but also because of the global scale of their mode of governing. The self-association and political will-formation characteristic of civil society and nonstate actors are thus coupled with the global reach and standardizing ability of IOs. These do not stand in opposition to the political power of the state but are a central feature of how power operates in late modern society”.

224 “Liberalism, we argue, shapes global governance both in terms of its scale and its mode of operation”.

cooperação nesta agenda específica<sup>225</sup> (Murphy, 2014, p.27). Diante do reconhecimento de que a guerra é custosa e sensível; de que a falta de controle sistêmico para regular o uso da força entre os Estados nacionais resultou na emergência de um conflito sem precedentes na história; de que havia um baixo *accountability* democrático entre os líderes políticos do sistema interestatal; e a de que era necessário reforçar o *statehood* e a democracia entre os Estados nacionais; os vencedores da 1ª Guerra Mundial reuniram-se no dia 28 de junho de 1919 para firmar o Tratado de Versalhes, que, entre outros pontos, criara a primeira organização interestatal de caráter global (Bellamy & Williams, 2011, p.79). No primeiro dispositivo do Tratado, é criada a Liga das Nações, onde lê-se que “as partes contratantes, com o intuito de promover a cooperação internacional e alcançar a paz e segurança internacional” aceitam as obrigações de criação de uma organização de caráter internacional para a plena gestão e resolução de conflitos no sistema interestatal (Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2017).

A segurança coletiva é formalizada no âmbito da Liga das Nações a partir dos artigos 10, 11 e 16 do Tratado de Versalhes, onde lê-se que:

“Art. 10. Os Membros da Sociedade comprometem-se a respeitar e manter contra toda agressão externa a integridade territorial e a independência política presente de todos os Membros da Sociedade. Em caso de agressão, ameaça ou perigo de agressão, o Conselho resolverá os meios de assegurar a execução desta obrigação; Art.11. Fica expressamente declarado que toda guerra ou ameaça de guerra, quer afete diretamente ou não um dos Membros da Sociedade, interessará à Sociedade inteira e esta deverá tomar as medidas apropriadas para salvaguardar eficazmente a paz das Nações; Art. 16. Se um Membro da Sociedade recorrer à guerra, contrariamente aos compromissos tomados nos artigos 12, 13 ou 15, será "ipso facto" considerado como tendo cometido um ato de beligerância contra todos os outros Membros da Sociedade. Estes comprometer-se-ão a romper imediatamente com ele todas as relações comerciais ou financeiras, a interdizer todas as relações entre seus nacionais e os do Estado que rompeu o Pacto, e a fazer cessar todas as comunicações financeiras, comerciais ou pessoais entre os nacionais desse Estado e os de qualquer outro Estado, Membro ou não da Sociedade. Neste caso, o Conselho terá o dever de recomendar aos diversos Governos interessados os efetivos militares ou navais pelos quais os Membros da Sociedade contribuirão, respectivamente, para as forças armadas destinadas a fazer respeitar os compromissos da Sociedade (Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2017).

Baseado na interpretação destes dispositivos legais de segurança coletiva do Tratado de Versalhes somado ao papel dos Tratados de Paz que encerraram a 1ª Guerra Mundial, a Liga das Nações desdobrou entre o início da década de 1920 e início da década de 1930 o que ficara

---

225 Durante a sua existência, entre 1919-1946 a Liga das Nações assentou-se em duas premissas básicas e elementares: o respeito e a preservação da integridade territorial e independência política dos Estados membros; e a elaboração de diferentes métodos de gestão e resolução de conflitos (Karns & Mingst, 2010, p.69). Ainda que as organizações funcionais existentes à época não tenham sido incorporadas à Liga, nota-se que para além de questões relacionadas a paz e segurança, foram criados mecanismos regulatórios para lidar com questões de caráter técnico, educacional, humanitário e de saúde – como por exemplo a Organização da Saúde, a Organização da Comunicação e do Trânsito e a Organização Internacional do Trabalho (Herz; Hoffman; Tabak, 2015, p.69-70). Conforme será demonstrado adiante, somada a Organização Internacional do Trabalho e a Corte Permanente de Justiça Internacional, a Liga das Nações era constituída por um Conselho, Assembleia e Secretariado (Karns & Mingst, 2010, p.69).

conhecido como as “Operações de Paz de Plebiscito” (MacQueen, 2006, p.28). Estas operações militares multilaterais ocorreram no contexto de reorganização do mapa europeu após a 1ª Guerra Mundial previstas pelos acordos de paz que encerram a guerra e que estavam sendo supervisionadas pela Conferência de Embaixadores<sup>226</sup> (James, 1990, p.23). No contexto de ruptura de quatro grandes impérios (Germânico, Austro Húngaro, Russo e Otomano) coube à Liga das Nações exercer o papel de supervisora destes acordos de demarcação previstos nos Tratados de Paz e pela execução de medidas institucionais de segurança coletiva no decorrer destas operações desenvolvidas (MacQueen, 2006, p.29). Com isto, a Liga das Nações se encarregou de desdobrar contingentes militares de modo a gerenciar territórios e facilitar, via plebiscito, a organização e posterior gestão de determinadas fronteiras (MacQueen, 2006, p.29). Questiona-se, inclusive, a possibilidade de se falar o termo “Operações de Paz”, tendo em vista que estas iniciativas militares, em sua grande maioria, não partiram de uma negociação no Conselho da Liga, sendo, ao contrário, apenas o resultado de uma decisão previamente estabelecida entre os Estados vencedores da 1ª Guerra Mundial (James, 1990, p.24). Apesar desta interpretação, é importante destacar que todas essas iniciativas multilaterais se pautaram pela racionalidade governamental liberal: a produção de sujeitos livres através da organização e racionalização do espaço internacional, tendo como epicentro a Europa. A partir de uma leitura liberal, o *mainstream* bibliográfico sustenta que estas operações multilaterais foram conduzidas por Estados que, normativamente, não estavam diretamente envolvidos na referida controvérsia ou por Estados interessados na manutenção da paz global de modo a manter o equilíbrio de forças entre os Estados europeus vencedores e perdedores da 1ª Guerra Mundial (MacQueen, 2006, p.29). Estas operações, descritas detalhadamente no Quadro abaixo, foram responsáveis por regular, vigiar e controlar determinados territórios de modo que estas possessões, que deveriam ser posteriormente incorporadas legalmente a determinados Estados, pudessem respeitar o equilíbrio de forças europeus baseados na premissa de enriquecimento econômico mútuo.

<b>Localização e Ano</b>	<b>Conteúdo da Missão</b>
Schleswig – Território localizado entre a Alemanha e a Dinamarca (1920)	Organização de um plebiscito para que a população de Schleswig pudesse determinar o futuro do território, com a assistência de uma força internacional para policiar eventuais riscos na organização e condução da consulta. Antes do resultado final, uma Comissão Internacional composta por três membros dos

226 A Conferência de Embaixadores era formada pelos Estados Aliados e Poderes Associados encarregados de interpretar e executar os acordos de paz estabelecidos após a Primeira Guerra Mundial (James, 1990, p.24). França, Itália, Japão e Reino Unido, com exceção dos Estados Unidos, representavam os Estados desta Conferência (ibidem, p.24). Adicionalmente, havia uma Comissão de Demarcação, no contexto dos Acordos de Paz que encerraram a guerra e que era composta pelos mesmos Estados presentes na Conferência de Embaixadores (ibid., p.24).

	<p>Principais Aliados e dos Estados vencedores da Guerra, bem como por representantes da Noruega e Suécia foram designados para administrar o território. Inglaterra e França foram os principais Estados que contribuíram com uma força militar (aproximadamente 3.000 pessoal).</p>
<p>Allenstein e Marienwerder – Território localizado entre a Alemanha e Polônia (1920)</p>	<p>Fixar as novas fronteiras entre a Alemanha e Polônia de acordo com os dispositivos do Tratado de Versalhes. O objetivo da missão era conduzir um plebiscito de modo a consultar a população local sobre qual Estado deveria administrar estes territórios. Uma Força Internacional foi desdobrada para dar o suporte à Comissão composta por França, Itália, Japão e Reino Unido, que exerceram formalmente o papel de administradores do território. Reino Unido, França e Itália contribuíram com tropas militares para ajudar na organização e condução do plebiscito.</p>
<p>Bacia de Klagenfurt – Território localizado entre a Áustria e a antiga Iugoslávia (1920)</p>	<p>Organização de um plebiscito para consultar a população sobre qual Estado deveria administrar a Bacia de Klagenfurt: Áustria ou Iugoslávia (também definido como Estado Esloveno-Croata-Sérvio). Uma Comissão Internacional composta por representantes da Áustria, França, Itália, Reino Unido e Iugoslávia participaram dos esforços de organização e condução do plebiscito. O arranjo de acordo territorial de Klagenfurt veio do Tratado de Saint Germain e não do Tratado de Versalhes.</p>
<p>Memel – Território localizado na atual Lituânia (1920)</p>	<p>Após a renúncia alemã do território, que fora transferido para os Estados vencedores e Aliados da 1ª Guerra Mundial, o território fora governado, majoritariamente pela França, até a sua plena transferência para a Lituânia (que havia perdido Vilna para a Polônia).</p>
<p>Ilhas Aland – Território localizado na Finlândia (1920)</p>	<p>Após a 1ª Guerra Mundial, os habitantes deste arquipélago, de maioria sueca, reivindicam autodeterminação e a posterior anexação à Suécia. A Finlândia, detentora legal do território recusa a proposta e submete a disputa para a apreciação da Liga das Nações que, por sua vez, sob autorização do Conselho estabelece uma Comissão de Juristas para deliberar sobre o caso. Adicionalmente, o Conselho estabelece uma Comissão de Relatores para averiguar fatos relacionados à disputa. O parecer final dos Juristas reconhece a soberania da Finlândia e solicita que a população do arquipélago tenha autonomia e suas tradições e costumes respeitados pelos finlandeses.</p>
<p>Saar – Território localizado no norte da França, parte ocidental da Alemanha e leste de Luxemburgo (1920)</p>	<p>Comissão de plebiscito organizada para facilitar a posterior administração do território pela Alemanha, França ou por uma administração internacional sob a égide da Liga das Nações. Durante 15 anos esta região, rica em recursos de carvão e ferro, fora administrada por uma Comissão Internacional apontada pelo Conselho da Liga de modo a conciliar as pretensões britânicas, francesas e estadunidenses sobre a região. Em 1935, com a ascensão do Nacional Socialismo, o território é anexado a Alemanha.</p>

Danzig – Polônia (1920)	Criada a partir do Tratado de Versalhes para conceder saída ao mar para a Polônia, o porto de Danzig, localizado na cidade de Gdansk, fora transferido para uma administração internacional, supervisionada pela Liga das Nações, que tornou o território uma Cidade Livre.
Silésia Superior – Território localizado entre a Alemanha e a Polônia (1921)	Organização de um plebiscito para consultar a população sobre qual Estado deveria administrar a região da Silésia – rica em carvão, continha uma base industrial forte e uma alta população. Diante destes elementos, houve uma intensa indefinição entre os membros da Comissão Internacional: França, Itália e Reino Unido. França temia que a posse do território pelos alemães poderia se tornar um fator futuro de desestabilização. Itália e, principalmente, Reino Unido assumiram uma posição de não interferência e respeito a soberania do voto popular. Após intensos conflitos após o referendo – que optou pelo status quo germânico – e a relutância da França (maior Estado contribuinte com tropas) a questão é levada ao Conselho da Liga que debate o assunto e reparte o território levando em consideração os interesses da Alemanha, França (pró-Polônia) e a Polônia.
Vilna – Atualmente a capital da Lituânia Vilnius (1921)	Desdobramento de uma Comissão Militar composta pela Espanha, França, Itália, Japão e Reino Unido para organizar um plebiscito de modo a consultar a população sobre qual Estado deveria administrar este território: Polônia ou Lituânia (que fora admitida como Estado membro da Liga das Nações em 1921). A controvérsia surge quando a Polônia, aproveitando o vácuo de poder deixado pela União Soviética e o suporte da França, invade o território e permanece até 1939. Os esforços de mediação, largamente facilitados pela França, facilitaram o controle do território pelos poloneses.
Sopron (1921) – Território localizado entre a Áustria e a Hungria	Desdobramento de uma Força Internacional de 450 homens, que estavam localizados na Silésia Superior, para observar as alegações de práticas equivocadas na condução do plebiscito que reconduziu o território para a Hungria. Inicialmente, pelo Tratado de Trianon, o território deveria ser anexado à Áustria. Após a decisão de consulta popular, o Conselho, a despeito das queixas austríacas, referendou o resultado favoravelmente à Hungria.
Albânia (1921)	Desdobramento de uma Comissão de Investigação, solicitada pela Assembleia da Liga das Nações, e liderada pelo Conselho através da contribuição oferecida por Noruega, Luxemburgo e Finlândia, para monitorar o comportamento das tropas gregas e iugoslavas do território albanês. O objetivo da Comissão era observar os termos da demarcação fronteiriça da Albânia após a 1ª Guerra Mundial e monitorar a retirada das tropas iugoslavas do território.
Crise Greco-Búlgara (1925)	Desdobramento de oficiais militares para reportar como Bulgária e Grécia estavam se comportando após um incidente envolvendo duas causalidades na fronteira entre os dois Estados. Adicionalmente, este grupo de investigação facilitou a supervisão

	da reorganização do sistema policial fronteiriço dos dois Estados de modo a evitar futuras tensões.
Mosul – Território localizado entre o Iraque e a Turquia (1926)	Comissão estabelecida pela Liga das Nações para investigar a reivindicação do Iraque (ainda sob possessão britânica) e da Turquia (antiga possessão do Império Otomano) sobre a província de Mosul. Após a análise da Comissão, o Conselho da Liga transfere a responsabilidade territorial da província para o Iraque.
Letícia – Colômbia e Peru (1933)	Uma Comissão de Governo da Liga das Nações, liderada pelo Brasil, Espanha e Estados Unidos da América deveria governar o território, sob os auspícios de uma Força Internacional liderada pela Colômbia, transferindo a cidade de Letícia, posteriormente, para a Colômbia.

Quadro 5: “Operações de Paz” desdobradas pela Liga das Nações entre 1920-1935.  
Retirado de: MacQueen, 2006, p.30-41; James, 1990, p.18-42.

Com base nos casos acima descritos, é possível sustentar que a Liga das Nações, assim como o Concerto Europeu, preocupou-se em manter o status quo do sistema diplomático-militar-policiaI inaugurado no século XVI e, por outro lado, na preservação do equilíbrio de poder entre as potências regionais europeias seguindo os princípios da racionalidade liberal de governo. Estas atividades de gestão e resolução de conflitos deram azo aos dispositivos de segurança, que constituem uma tecnologia liberal de governo responsável por possibilitar a liberdade plena de circulação (Bigo, 2008, p.107). Os dispositivos de segurança, via “Operações de Paz de Plebiscito”, foram responsáveis por criar, organizar e planejar espaços soberanos de segurança sobre os quais o desenvolvimento das atividades políticas, econômicas e sociais destas unidades pudessem fluir de forma livre – permitindo assim, que a liberdade, principal governamentalidade do liberalismo, pudesse se expandir sem qualquer constrangimento.

A Liga das Nações através destas “Operações de Paz de Plebiscito” permitiu que Estados soberanos pudessem organizar o seu meio<sup>227</sup>, viabilizando, desta forma, que a biopolítica, aquele

227 Foucault define meio como “aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto natural de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc. O meio é um certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tornar causa do outro. Por exemplo, quanto maior a aglomeração desordenada, mais haverá miasmas, mas se ficará doente. Quanto mais se ficar doente, mais se morrerá, claro. Quanto mais se morrer, mais haverá cadáveres e, por conseguinte, mais haverá miasmas, etc. Portanto, é esse fenômeno de circulação das causas e dos efeitos que é visado através do meio. E, enfim, o meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito, capazes de ações voluntárias – o que aconteceria no caso da soberania -, em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente, uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles” (Foucault, 2008a, p.28).

poder exercido sobre a população, pudesse ser praticado como principal tecnologia de governo no interior destes Estados. Como colocado nas subseções anteriores, a biopolítica é disciplinadora, ou seja, leva a uma segunda tecnologia de poder que “opera primariamente sobre os corpos individuais”<sup>228</sup> (Dreyfus & Rabinow, 1995, p.153). Esta tecnologia disciplinadora introduzida pela biopolítica “procede para a organização dos indivíduos no espaço e, portanto, requer um involucramento específico do espaço”<sup>229</sup> (Dreyfus & Rabinow, 1995, p.154). Esta delimitação do espaço, que gera uma “grade ordenada” (Dreyfus & Rabinow, 1995, p.154), “permite a distribuição segura dos indivíduos para que sejam disciplinados e supervisionados”<sup>230</sup> (Dreyfus & Rabinow, 1995, p.154). Com isto, é possível argumentar que as intervenções militares do século XIX, via Concerto Europeu, e as “Operações de Paz de Plebiscito” do início do século XX, circunscritos às tecnologias disciplinadoras da governamentalidade liberal se ocuparam da organização interna dos espaços territoriais soberanos de modo que populações e indivíduos pudessem ser normalizados através dos dispositivos de segurança liberal. A segurança é “um resultado de liberdades e trabalha numa determinada área e favorece o duplo movimento de extensão da área e da livre circulação”<sup>231</sup> (Bigo, 2008, p.107). Esta segurança, portanto, foi ampliada no contexto do estabelecimento da Liga das Nações e continuaria a se desenvolver sob os auspícios das Nações Unidas – tal como será explorado adiante.

Desta forma, é importante destacar que os mecanismos de segurança, que levaram a emergência das Operações de Paz da Liga das Nações permitiram a produção de limites e fronteiras territoriais e simbólicas. Ou seja, estas Operações, atuando a partir da lógica territorial Westfaliana, foram responsáveis pela delimitação e criação de limites fronteiriços sobre os quais os Estados deveriam organizar o seu meio e espaço, promovendo, assim, a balança de poder estatal fundada no direito internacional (Legg, 2011, p.106-124). De igual modo, estas Operações foram responsáveis pela produção de fronteiras imateriais, tais como: culturais, sociais, simbólicas e ideológicas (Legg, 2011, p.106-124). Em outras palavras, as Operações descritas no Quadro 5 foram responsáveis não apenas pela licenciamento de terras em disputas por atores estatais e não estatais (tal como os povos indígenas e atores governamentais na Guerra do Chaco envolvendo a Bolívia e o Paraguai)<sup>232</sup> e pela

228 “(...) discipline operates primarily on the body (...)”.

229 “Discipline proceeds by the organization of individuals in space, and it therefore requires a specific enclosure of space”.

230 “(...) permits the sure distribution of the individuals to be disciplined and supervised (...)”.

231 “(...) is the result of liberties. Security works in a given area and favours the double movement of extending the area and freeing circulation”.

232 Michelle Katherine Braiden na sua tese de doutorado intitulada “*The Nomos of Border-Making Discourses: The Chaco War, League of Nations and Indigenous Dispossession*” sustenta a posição de que a Liga das Nações materializa as práticas ocidentais de criação de fronteiras (Braiden, 2014, p.iii). Na visão de Braiden, a Liga, através das atividades de mediação, conciliação, negociação e práticas de bons ofícios acaba por reforçar uma autoridade discursiva responsável por perpetuar um paradigma Westfaliano baseado no direito internacional (ibidem, p.iii). A tese completa pode ser acessada através do seguinte link: [https://spectrum.library.concordia.ca/978939/1/Braiden\\_MSc\\_thesis.pdf](https://spectrum.library.concordia.ca/978939/1/Braiden_MSc_thesis.pdf)

ordenação dos Estados, mas também pela produção de discursos legais que legitimavam práticas coloniais e imperialistas das grandes potências europeias e dos EUA para o governo de determinados espaços (Legg, 2011, p.106-124). Estas práticas de limites e fronteirização foram reproduzidas diariamente pelos atores locais alvos destas intervenções militares multilaterais – que levaria, posteriormente, ao surgimento de um sentimento de integração regional europeu liderado pelos Estados totalitários contra o projeto universalista desenvolvido pela Liga das Nações (Legg, 2011, p.106). A produção de fronteiras materiais e imateriais, avançadas por atores governamentais e não governamentais, no contexto da Liga das Nações, se assemelha às práticas do Concerto Europeu de divisão geográfica e espacial baseada na noção de preponderância política, econômica, social e cultural de um conjunto particular de Estados (Legg, 2011, p.106).

Com exceção dos casos de Letícia e Mosul, onde estas operações atuaram para além das fronteiras europeias, mas com o objetivo de conservar o poder dos EUA e Reino Unido, todas as demais operações militares avançadas no território europeu consistiam em preservar o espaço internacional sobre o qual as grandes potências europeias deveriam organizar o seu jogo político e econômico, coordenado principalmente por França e Reino Unido. É digno de nota destacar que as atividades de governo e, por consequência, de fronteirização de determinados espaços não se bastaram às “Operações de Paz de plebiscito”. Por exemplo: o Sistema de Mandatos, liderado por França, Itália, Japão e Reino Unido, Estados membros da Conferência de Embaixadores, fora um órgão da Liga das Nações que dividiu em três grupos, baseados no seus níveis de desenvolvimento político, econômico e social, algumas comunidades políticas no sistema internacional. Em primeiro lugar, a Classe A, composta por comunidades que pertenciam ao Império Otomano; em segundo, a Classe B, dos povos da África Central; e, por fim, em terceiro, a Classe C, que englobava outros territórios, tais como a parte do Sudoeste da África e as Ilhas do Pacífico Sul<sup>233</sup> (Stahn, 2008, p.76). Estes territórios outrora pertencentes aos Impérios Otomano e Germânico foram distribuídos entre as potências vencedoras da 1ª Guerra Mundial, responsáveis, por sua vez, pelo governo destas unidades políticas até a sua plena independência. Stephen Legg, parafraseando Carl Schmitt, sustenta que esta divisão colonialista e imperialista do Sistema de Mandatos fez com que a Liga das Nações representassem o “declínio da ordem mundial europeia, a ascensão do imperialismo

---

233 Pertenciam ao Mandato A as seguintes comunidades políticas: Palestina, Síria, Iraque e Líbano (Stahn, 2008, p.76). Essa categoria específica se caracterizava por um grupo de Estados quase independentes, que deveria receber todo o suporte, através de conselhos e assistência administrativa, em um curto intervalo de tempo, até que estivessem prontos a assumirem a responsabilidade integral sobre o território (ibidem, p.76). No caso do Iraque e Palestina, o Reino Unido assumiu controle (ibid., p.76). No caso da Síria e Líbano, a França foi confiada para prestar assistência a esses dois territórios (ibid., p.76). Já o Mandato B, incluía as seguintes comunidades políticas: Tanganyika, Ruanda-Urundi e Togolândia (ibid., p.76). Enquanto que a primeira fora administrada pelo Reino Unido, a segunda fora administrada pela Bélgica e a terceira pela França e Reino Unido (ibid., p.76). Já as comunidades pertencentes ao Mandato C eram as seguintes: Namíbia, Ilha de Nauru, Ilhas Pacíficas e Nova Guinéia (ibid., p.76).

econômico estadunidense e do intervencionismo global, e o reino do caos espacial”<sup>234</sup> (Schmitt *apud* Legg, 2011, p.106).

De modo a compreender o tipo de poder exercido no processo de construção da paz e de fronteirização pelo Concerto Europeu e a Liga das Nações, é necessário recorrer uma vez mais a contribuição de Michel Foucault. De acordo com o autor, as relações de poder presentes no âmago de qualquer instituição, ou seja, aquelas relações de poder que derivam de um centro específico e “designado para garantir sua própria preservação”<sup>235</sup>, devem ser analisadas a partir de cinco pontos fundamentais (Foucault, 1983, p.223). Em primeiro lugar, Foucault ressalta a importância do sistema de diferenciações, “determinada pela lei, tradições, status e privilégios”<sup>236</sup> que permite o exercício de poder (Foucault 1983, p.223). A partir dos exemplos históricos de ações militares conjuntas, seja através do Concerto Europeu e da Liga das Nações, é possível argumentar que ambas as instituições foram formuladas a partir de períodos posteriores a grandes conflitos no sistema internacional (Ikenberry, 2001) – o que possibilitou, desta forma, que um conjunto específicos de Estados vencedores das Guerras Napoleônicas e da 1ª Guerra Mundial se beneficiassem destas diferenciações políticas e econômicas entre Estados vencedores e perdedores dos referidos conflitos para aumentar a sua projeção de poder sistêmico. Estas diferenciações, reproduzidas através das práticas de fronteirização, e que foram operadas pelas potências europeias, se manifestaram nos campos econômicos, sociais e culturais e foram instrumentalizadas pelos mecanismos de gestão e resolução de conflitos entre 1815-1930. Desta forma, as intervenções militares autorizadas pelo Concerto Europeu e a Liga das Nações objetivaram manter um *status quo* entre os Estados europeus através das práticas de manutenção de equilíbrio estatal e de abertura econômica de mercado – mesmo a partir do caráter colonial e imperialista das duas instituições em questão.

Em segundo lugar, Foucault sugere que as relações de poder devem ser analisadas pelos tipos de objetivos perseguidos por aqueles que agem sobre a ação dos outros (Foucault, 1983, p.223). Para o autor, estes objetivos podem ser a “manutenção de privilégios, a acumulação de lucros, a operacionalização de uma autoridade legal e o exercício de uma função ou troca”<sup>237</sup> (Foucault, 1983, p.223). Apesar de discursivamente se afirmar como uma prática de promoção de bens públicos internacionais, como a paz e segurança internacional, as atividades militares conduzidas pelo Concerto Europeu e pela Liga das Nações (através das Operações de Paz e do

---

234 ““(…) it signified the decline of European world order, the rise of US economic imperialism and global interventionism, and a reign of "spatial chaos" (...)”.

235 ““(…) designed to ensure its own preservation (...)”.

236 ““(…) determined by the law or by traditions (...)”.

237 ““(…) the maintenance of privileges, the accumulation of profits, the bringing into operation of statutory authority, the exercise of a function or of a trade”.

Sistema de Mandatos) tiveram como principal preocupação a perpetuação de práticas coloniais e imperialistas que pudessem preservar as assimetrias sistêmicas entre a Europa e o resto do mundo – reequilibrando potências europeias de modo que o enriquecimento individual e coletivo pudesse ser garantido após um período de grandes instabilidades e conflitos (Legg, 2011, p.113-114). A gramática humanitária e de manutenção das relações amistosas entre os Estados fora responsável por travestir as práticas imperialistas e coloniais das potências vencedoras reunidas no Concerto Europeu em 1815 e na Liga das Nações em 1919<sup>238</sup> (Legg, 2011, p.114).

Em terceiro lugar, Foucault chama a atenção para os meios através dos quais as relações de poder se tornam existentes (Foucault, 1983, p.223). Cabe neste ponto se indagar sobre os mecanismos que são responsáveis pela operacionalidade do poder: disparidades econômicas, sistemas de vigilância, regras implícitas ou explícitas, fixas ou flexíveis, e os meios tecnológicos responsáveis por colocar o poder em ação e por gerar as práticas de fronteirização (Foucault, 1983, p.223). Neste aspecto, cabe ressaltar que os contingentes militares da Liga das Nações, atuando sob os auspícios dos artigos do Pacto da Sociedade de Nações de 1919, foram responsáveis pelo governo de determinados espaços, pela garantia da liberdade de circulação de pessoas, pelo reestabelecimento de atividades econômicas e comerciais em determinados territórios e, não exaustivamente, pela normalização territorial de unidades políticas em disputa. Este conjunto de atividades possibilitou a produção de fronteiras físicas, indicando, desta forma, como os Estados deveriam governar estas unidades políticas. De igual modo, possibilitou, conforme colocado anteriormente, a produção de fronteiras simbólicas que perduraram no cotidiano, principalmente, da população europeia, reascendendo sentimentos contrários aos ideais universalistas da Liga das Nações – uma vez que grupos e comunidades não foram integrados na lógica de espacialização e limitação do espaço europeu avançado pela referida instituição. Estas atividades de construção da paz e fronteirização foram possíveis graças às regras explícitas formuladas por mecanismos do direito internacional concebidas na Conferência de Paris de 1919. O Tratado de Versalhes incorporou uma série de instrumentos de mediação e resolução de conflitos oriundos do Concerto Europeu e de outros acordos internacionais previamente estabelecidos entre os Estados – perpetuando, desta forma, a lógica de fronteirização Westfaliana.

Conforme a Figura abaixo elucidada, a Liga das Nações contava com três órgãos principais: o Conselho, a Assembleia e o Secretariado (Ginneken, 2006, p.223). Adicionalmente, contava com cinco Comissões, responsáveis, respectivamente, por questões relacionadas ao Sistema de

---

238 Para uma análise pós-estruturalista das práticas coloniais e imperialistas desenvolvidas pela Liga das Nações entre 1919-1939 ver: LEGG, Stephen. *Interwar Spatial Chaos? Imperialism, Internationalism and the League of Nations*. In: LEGG, Stephen (Ed.). *Spatiality, Sovereignty and Carl Schmitt: Geographies of the Nomos*. London and New York: Routledge, 2011. pp.106-124.

Mandatos, às Forças Armadas que deveriam atuar na gestão e resolução de conflitos, aos Refugiados e às duas operações militares autorizadas: em Danzig e no Saar (Ginneken, 2006, p.223). Por fim, a Liga das Nações contava com Órgãos Técnicos, que lidavam com questões desde a comunicação e trânsito, passando pela saúde, economia e finança, até questões sociais relacionadas a escravidão (Ginneken, 2006, p.223). Todo este aparato institucional estabelecido a partir de 1919, a despeito do seu fracasso ao longo dos anos posteriores, seria responsável, pela produção de sujeitos livres e pelo governo de populações e indivíduos no sistema internacional.

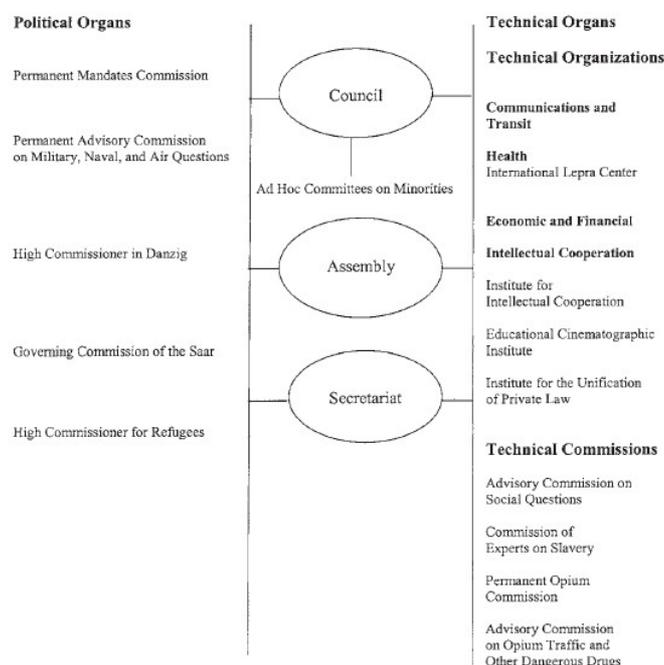


Figura 1: Estrutura da Liga das Nações.  
Retirado de: Ginneken, 2006, p.223.

Este aparato formal estabelecia compromissos para os Estados membros da Liga das Nações, tal como colocado no preâmbulo do Pacto: “(i) aceitar certas obrigações de não recorrer à guerra; (ii) manter claramente relações internacionais fundadas sobre a justiça e a honra; (iii) observar rigorosamente as prescrições do Direito Internacional, reconhecidas de ora em diante com regra de conduta efetiva dos Governos; (iv) fazer reinar a justiça e respeitar escrupulosamente todas as obrigações dos Tratados nas relações mútuas dos povos organizados” (Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2017).

Em quarto lugar, relacionado ao terceiro, Foucault aponta para a forma de institucionalização presente nas relações de poder (Foucault, 1983, p.223). Esta institucionalização visa explicar “a distribuição de todas as relações de poder em um determinado conjunto social e pode se manifestar em estruturas legais – tal como o organograma de funcionamento da Liga das

Nações descrito acima – e também em diversas instituições sobrepostas, como, por exemplo, o Estado, organizações governamentais e não governamentais de modo geral (Foucault, 1983, p.223). Cabe, neste aspecto específico, analisar os mecanismos de regulação justapostos em prática num determinado contexto de exercício de poder (Foucault, 1983, p.223). No caso das “Operações de Paz” desdobradas sob a égide da Liga das Nações é importante ressaltar que o exercício de poder fora desenvolvido por um conjunto de instituições e atores que ajudaram a moldar tanto em seu escopo e escala o liberalismo como uma racionalidade específica a ser implementada. Entre tais instituições destacam-se os próprios Estados, organizações não governamentais, corporações filantrópicas, a sociedade civil transnacional e todo o corpo técnico burocrático da Liga das Nações através dos Órgãos Políticos e Técnicos que forneceram o suporte necessário para que tais atividades de manutenção da paz e segurança internacional fossem possíveis. Esta é a mesma posição defendida por Stephen Legg no artigo “*The Life of Individuals as well as of Nations*”: *International Law and the League of Nations*” *Anti-Trafficking Governmentalities*” (Legg, 2006, p.647–664). De acordo com Legg, a Liga das Nações não pode ser analisada apenas como uma “organização internacional de segurança” (Legg, 2006, p.652). Ao contrário, a organização, através de suas “múltiplas governamentalidades”, permitiu a emergência de uma comunidade epistêmica (essencialmente eurocêntrica) que estabelecia laços diretos com populações e indivíduos através dos quais suas condutas foram guiadas, moldadas e governadas (Legg, 2006, p.654). O autor chama a atenção para a crescente expertise e conhecimento técnico desenvolvidos pela Liga das Nações em parceria com ONGs em diversas agendas, tais como higiene, educação, saúde, bem estar, atividades econômicas que foram incorporadas, posteriormente, na legislação de diversos Estados (Legg, 2006, p.653).

A própria criação da Liga das Nações em 1919 permitiu que ONGs de diferentes naturezas (recursos, mandatos, códigos de conduta e etc.) pudessem influenciar diretamente no processo de tomada de decisão dos governos nacionais (Davies, 2014, p.92). Apesar da inexistência de uma diretriz específica no Pacto da Sociedade das Nações<sup>239</sup>, as ONGs passaram a estabelecer uma relação de colaboração muito próxima com a Liga das Nações em suas atividades de manutenção da paz e segurança e temas conexas (Davies, 2014, p.92). Esta colaboração pode ser exemplificada através da Federação das Instituições Internacionais Privadas e Semioficiais (FIIG - acrônimo em inglês) (Davies, 2014, p.93). O objetivo da FIIG era o de “assegurar os privilégios para os representantes das ONGs (...) na Liga das Nações, tais como o acesso aos assentos de observadores

---

239 A única referência no Pacto da Sociedade das Nações às Organizações Não Governamentais encontra-se no Artigo 25 onde lê-se que “os membros da Sociedade comprometem-se a encorajar e favorecer o estabelecimento, e cooperação das organizações voluntárias nacionais da Cruz Vermelha, devidamente autorizadas, que tiveram por fim o melhoramento da saúde, a defesa preventiva contra moléstias e o alívio do sofrimento no mundo” (Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2017).

e a documentação da Liga das Nações”<sup>240</sup> (Davies, 2014, p.105) Desta forma, sociedades, entidades filantrópicas, comunidades científicas, instituições religiosas e comerciais, entre 1919-1930, exerceram, de modo sobreposto a Liga das Nações, um biopoder no sistema internacional, governando indivíduos e populações (Davies, 2014, p.77-78). Este governo involucrado entre atores estatais e não estatais no âmbito de uma instituição intergovernamental está relacionado a própria governamentalidade liberal de produção de sujeitos livres e de técnicas de fronteirização – que são fluídas e descontínuas, envolvendo e interligando diversos atores. A Tabela abaixo apresenta um extrato das instituições não governamentais estabelecidas entre 1919-1939 no sistema internacional para em seguida afirmar que grande parte delas foram responsáveis pela criação da comunidade epistêmica responsável pela construção da paz e fronteirização<sup>241</sup>:

<b>Período de Fundação</b>	<b>Organizações Não Governamentais de Caráter Internacional</b>
<b>1914-1919</b>	<p style="text-align: center;"> <i>International Association of Academies</i>  <i>International League of Anti-Vaccinators</i>  <i>International Neo-Malthusian Correspondence and Resistance Bureau</i>  <i>International Union against Vivisection</i>  <i>International Union of Ethical Societies</i>  <i>Internationalist Concordia</i>  <i>Universal Scientific Alliance</i>  <i>Universal Negro Improvement and Conservation Association</i>  <i>African Communities League</i>  <i>American Committee for the Relief of Belgium</i>  <i>American Committee for Armenian and Syrian Relief</i>            CONMEBOL            CONSUDATLE  <i>Latin American Odontological Federation</i>  <i>Bhandakar Oriental Research Institute</i>  <i>East African Women’s League</i>  <i>Zimmerwald Left</i>  <i>World Alliance for Promoting International Friendship Through the Churches</i>  <i>World Union of Women for International Concord</i>  <i>International Women’s Committee of Permanent Peace</i>  <i>League of Nations Society</i>  <i>United States of a League to Enforce Peace</i>  <i>International Federation of League of Nations Societies</i>  <i>International Anti-Opium Association</i>  <i>International Labour Organization</i> </p>

240 “(...) to secure privileges for INGO representatives from the cantonal authorities and from the League of Nations, such as in respect of access to observers’ seats and League of Nations documentation (...)”.

241 Esta lista não pretende ser exaustiva e baseia-se no estudo desenvolvido por Thomas Davies na obra “NGOs: A New History of Transnational Civil Society” (Davies, 2014, 301p.). No segundo capítulo, “1914-1939”, Davies discorre sobre a segunda fase de expansão e consolidação das ONGs no sistema internacional (ibidem, p.77-124).

	<p style="text-align: center;"> <i>International Alliance of Women</i>  <i>International Council of Women</i>  <i>Women's International League for Peace and Freedom</i>  <i>International Chamber of Commerce</i>  <i>International Organization of Industrial Employers</i>  <i>International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies</i>  <i>Society of Universal Good-Will of Norwich</i>  <i>Fight the Famine Council</i>  <i>Save the Children Fund</i>  <i>International Council for Science</i>  <i>International Union of Academies</i>  <i>Institute of International Education</i>  <i>Hoover Institution on War, Revolution and Peace</i>  <i>Chatham House</i>  <i>Council on Foreign Relations</i>  <i>International Confederation of Students</i>  <i>Christian pacifist International Fellowship of Reconciliation</i>  <i>Society for a League of Religions</i>  <i>Medical Women's International Association</i>  <i>International Federation of University Women</i>  <i>World League against Alcoholism</i>  <i>Communist International</i> </p>
1920-1930	<p style="text-align: center;"> <i>British National Council of Women</i>  <i>International Committee on Intellectual Cooperation</i>  <i>International Committee for Russian Relief</i>  <i>International Relief Union</i>  <i>International Union against Tuberculosis</i>  <i>International Union for Combating Venereal Diseases</i>  <i>Standing Committee on the Health and Welfare of Seamen</i>  <i>International Association for the Prevention of Blindness</i>  <i>International Voluntary Service for Peace</i>  <i>International Migration Service</i>  <i>International Association for the Protection of Child Welfare</i>  <i>International Federation for Human Rights</i>  <i>International League against Racism and Anti-Semitism</i>  <i>Kikuyu Central Association</i>  <i>Pan-Pacific and South-East Asia Women's Association</i>  <i>Federación Latinoamericana de Prensa Periódica</i>  <i>World Muslim Congress</i>  <i>Society of the Muslim Brothers</i>  <i>League of Islamic Revolutionary Societies</i>  <i>League against Imperialism</i>  <i>International PEN</i>  <i>International Broadcasting Union</i>  <i>International Professional Association of Medical Practitioners</i>  <i>Permanent International Conference of Private Organizations for the Protection of Migrants</i>  <i>Congress of European Nationalities</i>  <i>International Federation of League of Nations Societies</i> </p>

	<p> <i>International Federation of Library Associations</i>  <i>International Headquarters of the Sufi Movement</i>  <i>International Council of Scientific Unions</i>  <i>Labour &amp; Socialist International</i>  <i>International Confederation of Students</i>  <i>International Federation of Trade Unions</i>  <i>International Air Traffic Association</i>  <i>International Co-operative Women's Guild</i>  <i>Proletarian Freethinkers</i>  <i>Workers International Relief and International Class War Prisoners' Aid)</i>  <i>International Peasant Council</i>  <i>Red Sports International</i>  <i>Tenants' League</i>  <i>Union of War Veterans</i>  <i>Young Communist International</i>  <i>Red International of Labour Unions (Profintern)</i>  <i>International Entente against the Third International</i>  <i>International Federation of Trade Unions</i>  <i>International Federation of Christian Trade Unions</i>  <i>Labour and Socialist International</i>  <i>International Court of Commercial Arbitration</i>  <i>International Federation of National Standardization Associations</i>  <i>International Air Traffic Association</i>  <i>International Broadcasting Union</i>  <i>International Tree Foundation</i>  <i>International Committee for Bird Preservation</i>  <i>International Bureau of Societies for the Protection of Animals and Anti-</i>  <i>Vivisection Societies</i>  <i>International Humanitarian Bureau of Animal Lovers</i>  <i>International Federation of Eugenics Organizations</i>  <i>Inter-Allied Federation of Ex-Service Men</i>  <i>International Pan-European Union</i>  <i>International Peace Bureau</i>  <i>Inter-Parliamentary Union</i>  <i>International Federation of League of Nations Societies</i>  <i>Women's International League for Peace and Freedom</i>  <i>Friends' International Service</i> </p>
<p><b>1930-1939</b></p>	<p> <i>Equal Rights International</i>  <i>International Federation of Business and Professional Women</i>  <i>Pan-American Women's Association</i>  <i>All-Asian Women's Conference</i>  <i>Women's International League for Peace and Freedom</i>  <i>International Youth Hostel Federation</i>  <i>International Federation of Film Producers' Associations</i>  <i>International Union Against Cancer</i>  <i>Alcoholics Anonymous World Services</i>  <i>Ford Foundation</i>  <i>Comitati d'azione per l'Universalità di Roma</i>  <i>International Confederation of Students</i> </p>

	<p><i>Pax Romana</i></p> <p><i>Federation of Jewish Students</i></p> <p><i>International Committee for the Defence of the Olympic Idea</i></p> <p><i>Communist Youth International</i></p> <p><i>World Committee for the Relief of the Victims of German Fascism</i></p> <p><i>International Rescue Committee</i></p> <p><i>International Institute of Social History</i></p> <p><i>Non-Sectarian Anti-Nazi League to Champion Human Rights and World Jewish Relief</i></p> <p><i>Sino-International Library</i></p> <p><i>Islamic Research Association International</i></p> <p><i>Academy of Indian Culture</i></p> <p><i>Asahi Glass Foundation</i></p> <p><i>Society for Oriental Researches</i></p> <p><i>Arachnological Society of East Asia</i></p> <p><i>Society for Research in Asiatic Music</i></p> <p><i>Institute of Oriental Classics</i></p> <p><i>Club Internacional de Mujeres</i></p> <p><i>United Women of the Americas</i></p> <p><i>Unión Femenina Ibero-Americana</i></p> <p><i>World Congress of Faiths</i></p> <p><i>Federal Union</i></p> <p><i>International Union of Catholic Women's Organizations</i></p> <p><i>International League for the Rights of Man and Citizenship</i></p> <p><i>Labour and Socialist International and the International Federation of Trade Unions</i></p>
--	---

Tabela 5: Organizações Não Governamentais de Caráter Internacional Fundadas Entre 1919-1939. Retirado Integralmente e Adaptado de: Davies, 2014, p.77-122.

Baseado na análise da Tabela acima, é possível argumentar que as ONGs estabelecidas entre a primeira década do século XX possuíam relativamente a mesma agenda das organizações apresentadas na Tabela 2. Entretanto, como destaca Thomas Davies, há uma diferença substancial das ONGs do século XIX se comparada com o século XX na medida em que “as organizações do pós Primeira Guerra não se concentraram apenas em ações mais práticas, mas também frequentemente tinham membros mais consideráveis e recursos financeiros mais significativos do que os seus precursores, e desempenharam um papel frequentemente influente na política internacional do período”<sup>242</sup> (Davies, 2014, p.85, tradução livre). Ainda que nem todas as instituições listadas na Tabela 5 tenham tido uma influência direta no processo de tomada de decisão da Liga das Nações, ou sequer estabeleceram um diálogo com a referida organização, é inegável que grande parte delas, através da FIIG, tenha desempenhado um papel fundamental na difusão de normas liberais de governo e na própria governança de indivíduos e populações no

242 “The post-war organizations not only focused more on practical action, but also often had more considerable memberships and financial resources than their precursors, and were to play an often influential role in the international politics of the period”.

sistema internacional. Cabe ressaltar que a década de 1920 testemunharia um aumento expressivo das ONGs, período este de duplicação de novas organizações não governamentais (se comparada com todo o século XIX) (Davies, 2014, p.95). Estas organizações ampliaram seu escopo de expertise em campos como assistência humanitária, direitos de minorias, igualdade de gênero, anticolonialismo, nacionalismo e integração, identidade religiosa, conservação ambiental, arbitragem comercial, ideologias políticas, sindicalismos, comunicações, cultural internacional e paz e padronização (Davies, 2014, p.). Desta forma é possível argumentar que as técnicas de governo introduzidas pelas Operações de Paz da Liga das Nações prefiguram as Operações de Paz Multidimensionais das Nações Unidas, uma vez que há uma sobreposição de mecanismos de governo entre organizações governamentais e não governamentais no processo de construção da paz em determinados espaços do internacional. O ponto a ser destacado é o de que o poder destes instrumentos militares do século XIX e XX não emanou apenas dos Estados nacionais, ao contrário, uma ampla gama de organizações não governamentais, estabelecidas desde a segunda metade do século XVIII, atendendo a uma racionalidade governamental liberal de promoção da liberdade e enriquecimento mútuo do mercado, foram responsáveis por estabelecer mecanismos de governo sobre populações e indivíduos. Adicionalmente, estas operações foram responsáveis, conforme exposto, por criar fronteiras materiais e imateriais responsáveis por potencializar clivagens, assimetrias, repressão, sujeição e submissão nas relações internacionais.

O fato das organizações não governamentais passarem a desempenhar funções de governo no internacional a partir do século XVIII, e com mais vigor a partir do século XIX e XX, não significa uma simples transferência da fonte de poder e autoridade do Estado para estas instituições – tal como os principais expoentes da Disciplina de EPI e RI pontuam (como visto no segundo Capítulo) (Neumann & Sending, 2010, p.115). A governamentalidade liberal de governo, que, como visto, atua na produção de sujeitos livres, redefine estas instituições não governamentais, através da sociedade civil, que se converte em um “objeto passivo de governo para atuar sobre o próprio governo e uma entidade que é tanto um objeto como um sujeito de governo”<sup>243</sup> (Neumann & Sending, 2010, p.115, tradução livre). Sobre esta questão, Neumann e Sending pontuam que:

“ (...) a "sociedade civil" (ou os indivíduos ou grupos que afirmam representá-lo) não constituem um reino desprovido de relações de poder. Os objetivos e os modos de operação dessas organizações são (...) vistos como um efeito de relações de poder que são parte integrante das práticas de governo e do pensamento subjacente na sociedade moderna tardia. Em segundo lugar, a auto-associação e a vontade política característica das organizações da sociedade civil não se opõem ao poder político do Estado, mas sim uma característica central do seu exercício: as organizações da sociedade civil são constituídas

---

243 “(...) civil society is redefined, from a passive object of government to be acted upon and into an entity that is both an object and a subject of government (...)”.

como unidades auto-associadas - através de "tecnologias de agência" - cuja significação política reside tanto na sua capacidade de transmitir e mobilizar as preferências e preocupações de indivíduos e comunidades, e na sua capacidade de desempenhar funções reguladoras"<sup>244</sup> (Neumman & Sending, 2010, p.5, tradução livre).

Desta forma, é possível sustentar que as organizações não governamentais são “moldadas por uma racionalidade governamental liberal que governa através da sociedade civil ao aproveitar seus conhecimentos e capacidade de canalizar a formação de vontade política”<sup>245</sup> (Neumman & Sending, 2010, p.115, tradução livre). Esta pluralidade de instituições não governamentais que governaram de modo sobreposto ao Concerto Europeu (a despeito de sua baixa formalidade e institucionalidade) e a Liga das Nações, para efeitos de delimitação do estudo, são partes integrantes da governamentalidade liberal de produção de sujeitos livres. Estas instituições foram fundamentais para a fronteirização simbólica na medida em que reproduziram práticas linguísticas e imaginárias de limites no imaginário da sociedade civil no espaço em que atuaram.

Em quinto e último lugar, Foucault chama a atenção para o grau de racionalização, em outras palavras, para a elaboração, transformação e organização de processos que permitem que o poder seja exercido num determinado contexto (Foucault, 1983, p.223-224). Foucault destaca, desta forma, que as relações de poder, com o processo de governamentalização do Estado se tornam cada vez mais elaboradas, racionalizadas e centralizadas em determinadas instituições (Foucault, 1983, p.224). A crescente formalização e institucionalização da segurança coletiva desde o início do século XIX até a segunda metade do século XX e, de igual modo, o papel de governo cada vez maior exercido pelas instituições não governamentais elucidam que as relações de poder presentes no âmago das Operações de Paz da Concerto Europeu e da Liga das Nações se tornaram múltiplas e não devem ser analisadas apenas a partir do prisma da diplomacia estatal. A crescente racionalização do exercício de poder levaria no período posterior a Segunda Guerra Mundial a criação das Nações Unidas, que potencializariam esta multiplicidade de governamentalidades no espaço internacional – tal como será pormenorizado na subseção a seguir.

### 3.3.3. A Organização das Nações Unidas (1945)

---

244 “First, “civil society” (or the individuals or groups claiming to represent it) does not constitute a realm devoid of relations of power. These organizations’ goals and modes of operations are here seen as an effect of relations of power that are integral to the practices of governing and the underlying thinking in late modern society. Second, the self-association and political will-formation characteristic of civil society organizations do not stand in opposition to the political power of the state but are instead a central feature of its exercise: Civil society organizations are constituted as self-associating units—through “technologies of agency”—whose political significance resides both in their capacity to convey and mobilize the preferences and concerns of individuals and communities, and in their capacity to carry out regulatory functions”.

245 “(...) nonstate actors are shaped by a governmental rationality that governs “through” civil society by harnessing their expertise and ability to channel political will-formation”.

A despeito da experiência adquirida na década de 1920, a Liga das Nações, considerado o mais expressivo projeto de governança global até então, apresentou uma série de deficiências que comprometera a sua sustentabilidade até o final da década de 1930 (Karns & Mingst, 2010, p.71). De modo esquemático e não exaustivo, a Liga das Nações falhou diante da sua incapacidade de responder aos desafios impostos pela crise econômica da década de 1920 e 1930, o avanço do nacionalismo a partir do mesmo período em questão, e, talvez mais importante, a incapacidade de superar o interesse nacional dos Estados em favor da indivisibilidade da paz (Karns & Mingst, 2010, p.71). Os regimes nazifascistas representavam para Foucault um “estiolamento do Estado”, que levaria, por sua vez, a partir do pós-Guerra a uma revisão dos princípios da governamentalidade liberal (Foucault, 2008b, p.152). As ONGs, por sua vez, que até então tinham um papel expressivo na Liga das Nações, passaram a perder sua influência em função da crescente fragmentação política do período em questão (Davies, 2014, p.107). Conforme o Anexo 1<sup>246</sup> apresenta (encontrado na parte pós-textual da Tese), diversas operações militares foram conduzidas fora dos auspícios da Liga das Nações entre 1918-1945, comprometendo, desta forma, a capacidade de *enforcement* do sistema de segurança coletiva avançada pela organização. Estas operações ocorreram no contexto de “desintegração imperial na Europa Central, da revolução Bolchevique e a guerra civil na Rússia, e das convulsões do nacionalismo na África, Ásia e o Oriente Médio”<sup>247</sup> (Holsti, 1991, p.213). Estas operações se explicam pela tentativa de reverter os termos do Tratado de Versalhes; pela ascensão do Nazismo e Fascismo na Europa (que se espalhou para o mundo); e, não exaustivamente, pelo processo de revolução interna na Rússia a partir de 1917 (Holsti, 1991, p.216).

Do ponto de vista da segurança coletiva, a Liga foi incapaz de responder a invasão japonesa à Manchúria em 1931 e a invasão italiana à Etiópia em 1935 (em nenhum dos dois casos a França e Inglaterra, membros permanentes do Conselho, se mostraram dispostos a desdobrar uma ação militar ou impor sanções econômicas à Itália e Japão)<sup>248</sup> (Karns & Mingst, 2010, p.71). De igual

---

246 As operações militares listadas no Anexo 1 não pretendem ser exaustivas e oferecer ao leitor uma relação completa do envolvimento das Forças Armadas dos Estados no sistema internacional entre 1918-1945. Ao contrário, cabe, nesta parte específica da Tese discorrer sobre as mais notáveis mobilizações militares que ocorreram durante o período de existência formal da Liga das Nações.

247 “the process of imperial disintegration in central Europe, Bolshevik revolution and civil war in Russia, and the stirrings of nationalism in Africa, Asia, and the Middle East (...)”.

248 É digno de nota mencionar que outros fatores de igual modo expressivos contribuíram para a derrocada da Liga das Nações e para a imperfeição do sistema de segurança coletiva juridicamente formulado a partir de 1919. Em primeiro lugar, de acordo com alguns analistas, do ponto de vista político, a ordem estabelecida no pós 1ª Guerra Mundial fora uma imposição de uma paz dos vencedores sobre os vencidos, gerando, por sua vez, um clima de revanchismo e de corrida armamentista traduzido no que fora conhecido como a “Era dos Pactos” (Riggs & Plano, 1994, p.9). A Liga das Nações se mostrou incapaz de superar a balança de poder, mecanismo garantidor da ordem dos séculos anteriores e que geralmente era referido como o sistema de segurança coletiva (ibidem, p.9). Do ponto de vista econômico, diante da incapacidade britânica e da falta de disposição estadunidense para gerir o sistema monetário e financeiro no sistema internacional somado ao caos econômicos gerado pelos embargos dos Tratados de Versalhes, não havia uma coerência nas políticas macroeconômicas adotadas pelas principais potências à época (ibid., p.9). Diante, inclusive, dos pesados embargos econômicos impostos pelas potências vencedoras aos Estados perdedores da 1ª Guerra Mundial, diversas

modo, a Liga nada fez diante da anexação territorial da Áustria e Tchecoslováquia por parte da Alemanha a partir da década de 1930; durante a Guerra do Chaco, conflito envolvendo a Bolívia e o Paraguai; e, não exaustivamente na Guerra Civil Espanhola (1936-1939) (Karns & Mingst, 2010, p.71). Em resumo: as grandes crises no sistema internacional não foram adequadamente solucionadas em função “da concepção imperfeita de segurança coletiva através do qual as respostas aos casos de agressão eram seletivos, os mecanismos de resolução de controvérsias variaram e importantes membros da Liga das Nações estiveram ausentes”<sup>249</sup> (Bellamy & Williams, 2011, p.79).

Diante da eclosão da 2ª Guerra Mundial, um novo desafio se apresentava: como criar mecanismos de ação coletiva que efetivamente expressassem uma comunidade de interesses compartilhados?; como incluir de modo progressivo os Estados que estavam sob administração de algumas potências no Sistema de Mandatos da Liga das Nações?; como criar maiores garantias jurídicas institucionais, reforçando o caráter vinculatório das decisões avançadas pelo Conselho?; como garantir uma maior imparcialidade dos Estados membros da organização e, acima de tudo, como dirimir os interesses nacionais dos integrantes de uma nova organização intergovernamental de caráter global (Bellamy & Williams, 2011, p.81-83).

Mesmo diante do ceticismo generalizado quanto ao papel que as organizações governamentais e não governamentais poderiam desempenhar no sistema internacional, as premissas que nortearam a criação das Nações Unidas, assim como fora no caso da Liga das Nações, mantiveram-se a favor do “direito internacional, arbitragem e cortes para promover a cooperação e garantir a paz”<sup>250</sup> (Karns & Mingst, 2010, p.37; Haas, 1990, p.3). Acreditava-se, tal

organizações não governamentais, como é o caso da *Save the Children*, no Reino Unido, denunciaram publicamente as consequências destas medidas (Esteves, 2010a, p.29). Do ponto de vista social, mesmo diante da forte posição da opinião pública interestatal, os esforços de mobilização de uma sociedade civil transnacional falharam diante da irredutibilidade da política externa intransigente em torno de um compromisso político mais engajado no sistema internacional (Herz & Hoffman, 2004, p.87). Robert E. Riggs e Jack C. Plano na obra “*The United Nations: International Organization and World Politics*” argumentam que qualquer revisão do sucesso e insucesso da Liga das Nações depende dos métodos empregados (Riggs & Plano, 1994, p.9). Por exemplo: os autores defendem que caso a Liga seja medida pelo o que o Pacto da Sociedade de Nações previu constitucionalmente e o que a sociedade internacional esperava, o resultado é um grande fracasso (ibidem, p.9). Entretanto, caso o sucesso da Liga seja medido pelo o que as outras organizações do passado conseguiram alcançar; pelo que os críticos e céticos haviam projetado inicialmente sobre a organização; sobre a incapacidade inicial de superar a rivalidade entre os Estados; a Liga, neste sentido, obteve um grande sucesso (ibid., p.9).

249 “(...) very imperfect concept of collective security whereby responses to aggression would be selective, the means of response would vary, and important members of international society were absent”.

250 Baseado nesta expectativa liberal, argumenta-se que diante de uma membresia ainda mais plural e heterogênea, a recém criada Nações Unidas superou algumas deficiências apresentadas pela Liga das Nações: em primeiro lugar, o caráter de *enforcement* do ponto de vista do uso da força e da obrigatoriedade das decisões estabelecidas pelo Conselho de Segurança (Bellamy & Williams, 2011, p.82). O capítulo VI, VII e VIII abriram precedentes formais para que o Conselho pudesse adotar medidas mais robustas para a plena gestão e resolução de conflitos no sistema interestatal, por exemplo, onde se lê no artigo 43 da Carta que “todos os membros das Nações Unidas, a fim de contribuir para a manutenção da paz e segurança internacionais, se comprometem a proporcionar ao Conselho de Segurança, a seu pedido e de conformidade com o acordo ou acordos especiais, forças armadas, assistência e facilidades, inclusive direitos de passagem, necessários à manutenção da paz e da segurança internacionais” (Nações Unidas, 2001, p.28). Em

como afirma Ernst B. Haas na obra “When Knowledge Is Power: Three Models of Change in International Organizations”, que os Estados se adaptariam a nova realidade do pós Segunda Guerra Mundial a partir da inclusão de novos propósitos à então recém criada organização (Haas, 1990, p.3). As Nações Unidas expressariam, desta forma, a capacidade de aprendizado obtido na Liga das Nações: os Estados redefiniriam o problema a ser resolvido, alterando, desta forma, o comportamento de todos os demais membros da organização – gerando, com isto, uma cooperação alargada não apenas em temas de paz e segurança internacional mas em diversos outros aspectos funcionais da cooperação interestatal (Haas, 1990, p.3).

Este aprendizado de lições e mudanças organizacionais se materializam em alguns aspectos importantes: em primeiro lugar, a estrutura das Nações Unidas contava com um corpo burocrático ampliado, permanente e com maior expertise técnica – ampliando, desta forma, os mecanismos de governo de populações e territórios (Karns & Mingst, 2010, p.96). Conforme a Figura 2 abaixo ilustra, esta nova configuração institucional permitiu superar o atraso, imobilidade e inatividade da Liga das Nações – que funcionou juridicamente até 1946 (Karns & Mingst, 2010, p.96)

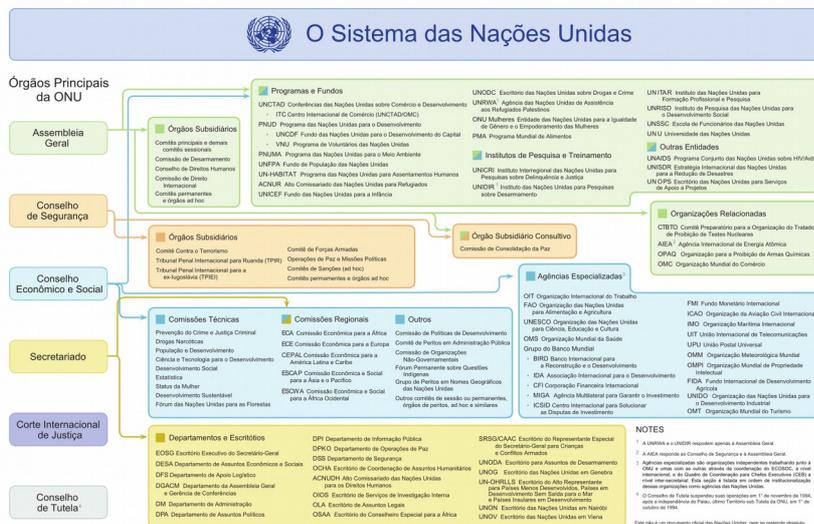


Figura 2: Estrutura das Nações Unidas.

segundo lugar, a natureza dos órgãos constitutivos da ONU, facilitaram, por sua vez, a inclusividade dos Estados membros, uma vez que o processo de tomada de decisão e a capacidade de mobilidade dos recursos se tornara mais democrático aliado a um secretariado ampliado com maior expertise técnica (Bellamy & Williams, 2011, p.82). Em contraposição à Liga das Nações, a Assembleia Geral das Nações Unidas permitia a possibilidade de supervisão das atividades gerais da organização por parte de todos os Estados membros (ibidem, p.82). Com poder de voto sobre qualquer decisão discutida no âmbito deste órgão, as Nações Unidas consagraram “o princípio da igualdade de todos os seus Membros” (Nações Unidas, 2001, p.8). Esta participação seria estendida às atividades do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), Corte Internacional de Justiça e no Conselho de Tutela sob formas distintas (Bellamy & Williams, 2011, p.82). Entretanto, por outro lado, as Nações Unidas manteve a lógica de que a responsabilidade pela gestão da paz e segurança interestatal cabe às potências do norte global. Sobre este ponto a Carta afirma que “a República da China, a França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte os Estados Unidos da América serão membros permanentes do Conselho de Segurança. A Assembleia Geral elegerá dez outros Membros das Nações Unidas para Membros não permanentes do Conselho de Segurança” (Nações Unidas, 2001, p.19).

Retirado de: UNIC Rio, 2017.

Adicionalmente, a Carta das Nações Unidas, ratificada por 51 Estados membros fundadores, e que partiu de um amplo processo de negociação em Dumbarton Oaks (1944), Yalta (1945) e São Francisco (1945), oferece diretrizes mais claras sobre as atribuições de cada um dos seus órgãos constitutivos e as regras gerais de membresia – reforçando, desta forma, a autoridade internacional, a capacidade de *enforcement* das decisões da recém criada organização e institucionalizando e formalizando ainda mais o princípio da segurança coletiva (Riggs & Plano, 1994, p.12-14). Sobre este último ponto, o primeiro parágrafo do Artigo 1 afirma que os propósitos das Nações Unidas são o de “manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz” (Nações Unidas, 2001, p.7). No segundo artigo, que versa sobre os mecanismos de implementação dos propósitos do artigo anterior, os parágrafos 4 e 7 da Carta afirmam que:

“Todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas (...); Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os Membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do Capítulo VII” (Nações Unidas, 2001, p.8-9).

Os Capítulos 6 e 7, que versam respectivamente sobre a solução pacífica de controvérsias e a ação relativa a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão, investem de autoridade o Conselho de Segurança para a gestão e resolução de conflitos no sistema internacional. No artigo 33, parágrafos 1 e 2, a Carta afirma que:

“As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha; O Conselho de Segurança convidará, quando julgar necessário, as referidas partes a resolver, por tais meios, suas controvérsias” (Nações Unidas, 2001, p.24).

Já no artigos 39 e 42, lê-se que:

“O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas

de acordo com os Artigos 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais; No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar e efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas” (Nações Unidas, 2001, p.27-28).

Além de empoderar o Conselho de Segurança para usar todos os meios necessários para identificar as ameaças a paz e segurança internacional e utilizar os mecanismos institucionais apropriados para gerir e resolver conflitos, a Assembleia Geral das Nações Unidas goza de uma universalidade mais expressiva se comparada com a Liga das Nações – supervisionando através dos seis principais comitês<sup>251</sup> as atividades da organização, garantido desta forma a plena inclusividade dos Estados membros (Nações Unidas, 2001, p.12). O artigo 10 da Carta estabelece que as principais funções e atribuições da Assembleia Geral são a de “discutir quaisquer questões ou assuntos que estiverem dentro das finalidades da presente Carta ou que se relacionarem com as atribuições e funções de qualquer dos órgãos nela previstos e, com exceção do estipulado no Artigo 12, poderá fazer recomendações aos Membros das Nações Unidas ou ao Conselho de Segurança ou a este e àqueles, conjuntamente, com referência a qualquer daquelas questões ou assuntos” (Nações Unidas, 2001, p.12). Cabe, desta forma, à Assembleia, conforme disposto no Artigo 18 fazer “recomendações relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais”; eleger “Membros não permanentes do Conselho de Segurança”; eleger “Membros do Conselho Econômico e Social”; eleger Membros do já extinto Conselho de Tutela “de acordo como parágrafo 1 (c) do Artigo 86”; admitir “novos Membros das Nações Unidas”; suspender “direitos e privilégios de Membros”; expulsar Membros; e deliberar sobre “questões referentes o funcionamento do sistema de tutela e questões orçamentárias” (Nações Unidas, 2001, p.17).

Adicionalmente ao Conselho de Segurança e à Assembleia Geral, as Nações Unidas, como apontado, conta com um Secretariado “composto de um Secretário Geral e do pessoal exigido pela Organização” (Nações Unidas, 2001, p.55). De acordo com a Carta das Nações Unidas, “o Secretário Geral será indicado pela Assembleia Geral mediante a recomendação do Conselho de Segurança”, atuando desta forma como “o principal funcionário administrativo da Organização” (Nações Unidas, 2001, p.55). Representando a mais alta instância administrativa das Nações Unidas, o Secretário Geral tem um papel fundamental na produção de relatórios anuais para a Assembleia Geral, no diálogo permanente com o Conselho de Segurança para manutenção da paz e

---

251 Os referidos comitês são: Primeiro Comitê (Desarmamento e Segurança Internacional); Segundo Comitê (Economia e Finanças); Terceiro Comitê (Social, Humanitário e Cultural); Quarto Comitê (Político Especial e Descolonização); Quinto Comitê (Administrativo e Orçamentário); Sexto Comitê (Legal) (Karns & Mingst, 2010, p.102-109).

segurança internacional e, não exaustivamente, na produção de relatórios técnicos especializados sobre determinadas temáticas da política internacional (Herz & Hoffman, 2004, p.92). Integrado a outras sedes para além de Nova York (Genebra, Nairóbi e Viena), o Secretariado atualmente conta com escritórios e departamentos executivos e especializados, além de supervisionar as Comissões Econômicas e Regionais<sup>252</sup> (United Nations Secretariat, 2017). Discorrendo sobre a autoridade do Secretariado das Nações Unidas, Ole Jacob Sending argumenta que este órgão específico ganha proeminência no sistema de governança global na medida em que institucionaliza o capital internacional (Sending, 2017, p.45). Em outras palavras, o Secretariado estabelece como espaço a ser governado o internacional, em contraposição a soberania e jurisdição dos Estados membros das Nações Unidas (Sending, 2017, p.54). Este espaço internacional, deveria ser regulado, gerido, moldado, enquadrado e controlado a partir de diversas iniciativas – dentre elas, como será apontado, as Operações de Paz e através do Conselho de Tutela (Sending, 2017, p.55).

Outro órgão das Nações Unidas, o Conselho Econômico e Social, conforme previsto no artigo 62, através dos seus quatro parágrafos, estabelece como atribuições e funções o seguinte conjunto de atividades:

“O Conselho Econômico e Social fará ou iniciará estudos e relatórios a respeito de assuntos internacionais de caráter econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos e poderá fazer recomendações a respeito de tais assuntos à Assembleia Geral, aos Membros das Nações Unidas e às entidades especializadas interessadas; Poderá, igualmente, fazer recomendações destinadas a promover o respeito e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos; Poderá preparar projetos de convenções a serem submetidos à Assembleia Geral, sobre assuntos de sua competência; Poderá convocar, de acordo com as regras estipuladas pelas Nações Unidas, conferências internacionais sobre assuntos de sua competência” (Nações Unidas, 2001, p.38-39).

---

252 A estrutura do Secretariado das Nações Unidas se configura da seguinte maneira: o Escritório Executivo do Secretário Geral conta com um Escritório do Porta-Voz do Secretário-Geral e o Escritório de Protocolos e Serviço de Ligação (United Nations Secretariat, 2017). Adicionalmente, o Secretariado supervisiona todas as atividades administrativas das Nações Unidas através do Escritório de Supervisão dos Serviços Internos que, por sua vez, possui três divisões internas importantes: a Divisão Interna de Auditoria, a Divisão de Inspeção e Avaliação, e a Divisão de Investigação (ibidem). O Secretariado, de igual modo, conta com um Escritório de Assuntos Legais, responsável por implementar, decodificar e desenvolver o direito internacional ao aconselhar o Secretário-Geral e outros órgãos das Nações Unidas, além de dispor de divisões e seções especializadas sobre o direito internacional (ibid.). Adicionalmente, há o Departamento de Assuntos Políticos responsável pelo monitoramento e avaliação de questões relacionadas à paz e segurança internacional e outras temáticas econômicas e sociais relevantes (ibid.). Organizado em torno de divisões geográficas, escritórios e divisões temáticas (como, por exemplo, a Divisão para o Direito dos Palestinos, a Unidade de Descolonização e, não exaustivamente, o Escritório da Força Tarefa de Implementação de Medidas Contraterroristas), o referido Departamento exerce um papel fundamental no diálogo estratégico com o Conselho de Segurança e Assembleia Geral (ibid.). O Secretariado, nos esforços de construção da paz e segurança internacional, conta com o Escritório de Assuntos de Desarmamento e, como será explorado adiante, o Departamento de Operações de Paz, o Departamento de Suporte no Campo e o Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (ibid.). Sobre as questões econômicas e sociais, o Secretariado também conta com um Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (ibid.). Por fim, o Secretariado conta com um Departamento para a Assembleia Geral e o Manejo de Conferências, Departamento de Informação Pública, Departamento de Segurança, Departamento de Manejo, além de órgãos de justiça internos, outros escritórios menores e o monitoramento de aconselhadores, representantes e enviados especiais do Secretário-Geral (ibid.). Para uma descrição detalhada da estrutura do Secretariado, acessar o website oficial das Nações Unidas disponível no seguinte link: <http://www.un.org/en/sections/about-un/secretariat/index.html>

Aumentando o escopo de cooperação econômica e social se comparada com a Liga das Nações, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas também tinha como principal objetivo fomentar ainda mais o diálogo com organizações não governamentais – tal como descrito no artigo 71 (Nações Unidas, 2001, p.42). Versando sobre o processo de tomada de decisão, o referido artigo estabelece que o Conselho Econômico e Social “poderá entrar nos entendimentos convenientes para a consulta com organizações não governamentais, encarregadas de questões que estiverem dentro da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais (...)” (Nações Unidas, 2001, p.42).

A Corte Internacional de Justiça sendo o “principal órgão judiciário das Nações Unidas” tem como função emitir decisões e opiniões sobre “todas as questões que as partes lhe submetam, bem como todos os assuntos especialmente previstos na Carta das Nações Unidas ou em tratados e convenções em vigor” (Nações Unidas, 2001, p.79). Adicionalmente, cabe aos Estados membros das Nações Unidas, “em qualquer momento, declarar que reconhecem como obrigatória, *ipso facto* e sem acordos especial, em relação a qualquer outro Estado que aceite a mesma obrigação, a jurisdição da Corte em todas as controvérsias de ordem jurídica que tenham por objeto: a) a interpretação de um tratado; b) qualquer ponto de direito internacional; c) a existência de qualquer fato que, se verificado, constituiria violação de um compromisso internacional; d) a natureza ou extensão da reparação devida pela ruptura de um compromisso internacional” (Nações Unidas, 2001, p.79).

Por fim, o último órgão, extinto em 1994, após a independência de Palau, o Conselho de Tutela fora responsável por assumir a responsabilidade de monitoramento e administração de territórios do Sistema de Mandatos da Liga das Nações (Herz & Hoffman, 2004, p.93). Os objetivos do Conselho, expressos na Carta, eram o de:

“favorecer a paz e a segurança internacionais; b) fomentar o progresso político, econômico, social e educacional dos habitantes dos territórios tutelados e o seu desenvolvimento progressivo para alcançar governo próprio ou independência, como mais convenha às circunstâncias particulares de cada território e de seus habitantes e aos desejos livremente expressos dos povos interessados e como for previsto nos termos de cada acordo de tutela; c) estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo língua ou religião e favorecer o reconhecimento da interdependência de todos os povos; e d) assegurar igualdade de tratamento nos domínios social, econômico e comercial para todos os Membros das nações Unidas e seus nacionais e, para estes últimos, igual tratamento na administração da justiça, sem prejuízo dos objetivos acima expostos e sob reserva das disposições do Artigo 80” (Nações Unidas, 2001, p.38-39).

Fora através do Conselho de Tutela que o Secretariado das Nações Unidas pode reafirmar ainda mais a sua liderança sobre o internacional (Sending, 2017, p.57). Isto porque o Conselho de

Tutela passou a sistematizar informações sobre grupos e indivíduos vivendo em espaços não autônomos e sob administração, produzindo, desta forma “um sistema de produção de conhecimento e de técnicas de governo”<sup>253</sup> (Sending, 2017, p.57). A partir desta fronteirização simbólica desenvolvida pelo corpo técnico da instituição, via Conselho de Tutela, o Secretariado logrou, através da Divisão de Assuntos de Tutela, reforçar sua posição de autoridade sobre o internacional – assumindo um papel político central no processo de descolonização (Sending, 2017, p.57).

No contexto de “lições aprendidas” e de uma gradual transição da governamentalidade liberal para a neoliberal, as Nações Unidas intensificaram seus dispositivos de segurança para o exercício do biopoder no sistema internacional. Conforme apresentado nos parágrafos anteriores, a recém criada organização potencializou os mecanismos institucionais para o exercício biopolítico, assumindo assim um papel central de governo no internacional – mesmo com a criação de outras organizações intergovernamentais. Inclusive, como demonstra o Gráfico abaixo, o período posterior ao pós Guerra até os anos que antecederam a Guerra Fria testemunhou um crescimento exponencial não apenas das organizações de governo mas também de organizações não governamentais – que, por sua vez, estabeleceriam um contato cada vez maior com as Nações Unidas.

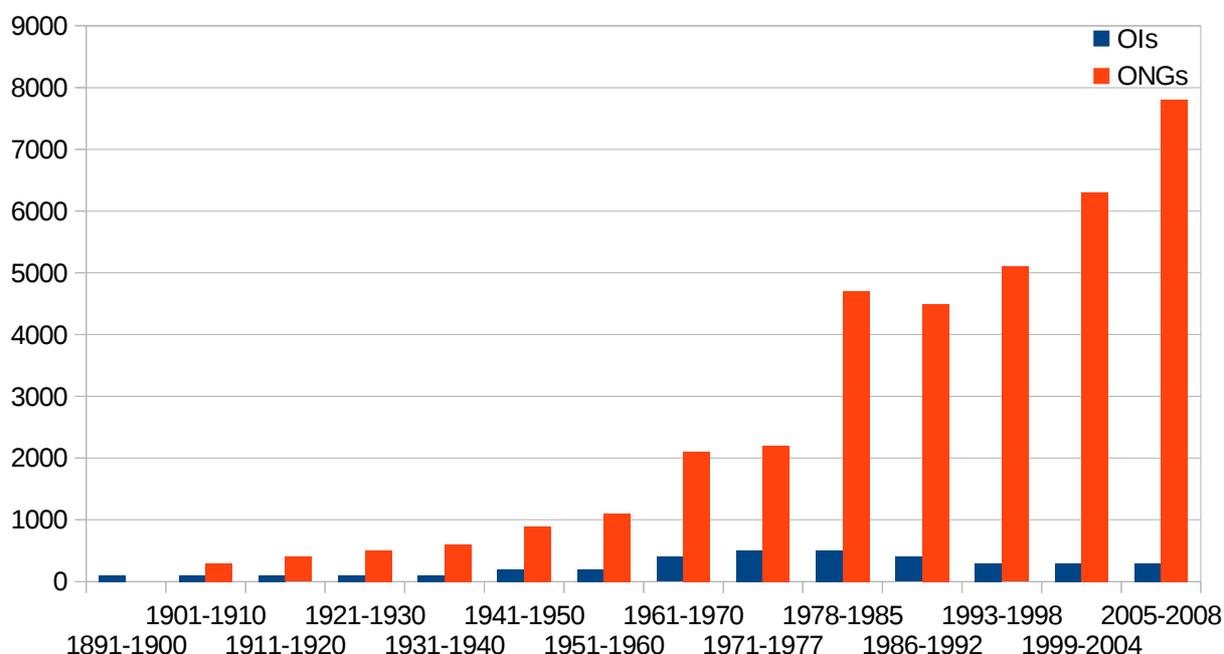


Gráfico 1: Padrões de Crescimento de Organizações Governamentais e Organizações Não Governamentais Entre 1891-2008.

Retirado e Adaptado de: Karns & Mingst, 2010, p.68.

253 “(...) a system for knowledge production and attendant governing techniques (...)”.

Este crescimento pode ser explicado a partir da emergência de “novos movimentos sociais, redes transnacionais e alvos de intervenção”<sup>254</sup> (Davies, 2014, p.178, tradução livre) onde algumas destas instituições, inclusive, desempenharam um papel fundamental na idealização, concepção e formação das Nações Unidas. Em resposta à uma série de desafios, tais como o desenvolvimento tecnológico e científico, questões ambientais, econômicas, sociais, e também de coordenação de políticas internas e externas dos Estados, as Nações Unidas estabeleceram mecanismos formais de consulta mais efetivas com as organizações não governamentais, fomentando, desta forma, a governamentalidade liberal no internacional. Este fenômeno possibilitou que as Nações Unidas assumissem a partir de 1945 uma posição central no sistema de governança global, produzindo múltiplas governamentalidades em diversas agendas, como, por exemplo, paz, independência/soberania estatal, desenvolvimento e direitos humanos (Weiss & Daws, 2007; Emmerij, Jolly, Weiss, 2001; Bennett, 1984). Toda esta complexa rede envolvendo atores governamentais e não governamentais no âmbito das Nações Unidas tinha como objetivo securitizar populações e indivíduos (Nadesan, 2008, p.89).

Através do governo de populações e indivíduos sob a égide da governamentalidade liberal, as Nações Unidas desenvolveram diversos mecanismos de produção de sujeitos livres através da criação de dispositivos de segurança<sup>255</sup>. Coube aos órgãos, programas, agências e fundos especializados produzir técnicas de governo que deveriam ser estabelecidos em nível global para lidar com questões envolvendo a utilização de novas tecnologias; o desenvolvimento de conhecimentos; a emergência de questões ambientais transnacionais; o estabelecimento de padrões de crescimento econômico entre os Estados no contexto de divisão Norte-Sul e Leste e Oeste; a mudança demográfica e questões educacionais; e, não exaustivamente, questões envolvendo a diplomacia estatal, como, por exemplo, a manutenção da paz e segurança internacional (Davies, 2014, p.10-11).

Como as Nações Unidas passaram a representar a peça central do sistema de governança global a partir da sua posição de autoridade no campo da paz e segurança internacional, difundindo

---

254 “(...) ‘new social movements’, new transnational networks, and new targets (...)”.

255 Ao longo das sete décadas de existência das Nações Unidas, a organização, apesar de operar sob alguns constrangimentos durante a Guerra Fria, foi capaz de realizar importantes conferências nas décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990 de modo a contribuir para a discussão e produção de normas (Emmerij, Jolly, Weiss, 2001, 257 p.). Autores como Thomas Weiss e Ramesh Thakur, por exemplo, apontam que as Nações Unidas, diante do acelerado processo de globalização na década de 1990 e diante da destacada posição ocupada pela organização na política internacional e no sistema de governança global, vem exercendo um importante papel na promoção de leis, normas e políticas que “definem, constituem e mediam as relações entre os cidadãos, a sociedade, os mercados e o Estado na arena internacional” (Thakur & Weiss, 2010, p.6, tradução livre). Seguindo esta tendência, os já mencionados autores Michael Barnett e Martha Finnemore argumentam que a organização “constrói o mundo social na qual a cooperação e escolhas acontecem” e adicionam que as Nações Unidas “ajudam a definir os interesses dos Estados e outros atores” na promoção de ordem liberal global, atuando, em alguns casos com relativa “autonomia” de seus Estados-membros (Barnett & Finnemore, 2005, p.162).

a governamentalidade liberal no internacional, a partir da sua fundação em 1945 houve uma tentativa expressiva para desdobrar contingentes militares de modo a governar espaços no sistema internacional. E é sobre as Operações de Paz das Nações Unidas que a próxima e as últimas duas seções deste Capítulo discorrem sobre.

### 3.4 As Operações de Paz das Nações Unidas

A despeito deste incremento nos mecanismos de segurança introduzido pelas Nações Unidas, as Operações de Paz não foram imediatamente desdobradas no período pós-1945. Não há sequer uma menção explícita na Carta quanto ao termo. Havia um grande receio, no contexto de enfrentamento das duas superpotências à época, EUA e URSS, que estas Operações fossem utilizadas como instrumento de suas respectivas políticas externas (Bellamy & Williams, 2011, p.83). Houve, inclusive, baseado no artigo 43<sup>256</sup> da Carta, a tentativa de criação de um Comitê de Estado-Maior e de uma Força permanente das Nações Unidas para implementar as decisões obrigatórias do Conselho de Segurança (Bellamy & Williams, 2011, p.83; Karns & Mingst, 2010, p.110).

Diante da resistência dos Estados membros de seguir a posição defendida pelos EUA de criar uma Força Militar permanente das Nações Unidas, a organização encontrou formas alternativas de contribuir para a paz e segurança internacional. Esta medida ocorreu através do desdobramento de missões, instituições e forças<sup>257</sup> que passaram a lidar com vários problemas da paz e segurança e internacional, apresentando, para tal finalidade, uma multiplicidade de propósitos e formas: tais como missões políticas, escritórios de construção da paz, grupos de aconselhamento, tribunais internacionais, missões de monitoramento e missões especiais menores (Lowe, 2008b, p.663). Estas iniciativas operaram antes, durante ou depois de uma Operação de Paz das Nações Unidas e foram autorizadas pela Assembleia Geral, Conselho de Segurança e Secretariado (Lowe, 2008b, p.663). Todas foram conduzidas pelo Secretariado da organização – denotando, por sua vez,

---

256 O artigo 43, nos seus três parágrafos, pontua que “todos os Membros das Nações Unidas, a fim de contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais, se comprometem a proporcionar ao Conselho de Segurança, a seu pedido e de conformidade com o acordo ou acordos especiais, forças armadas, assistência e facilidades, inclusive direitos de passagem, necessários à manutenção da paz e da segurança internacionais. 2. Tal acordo ou tais acordos determinarão o número e tipo das forças, seu grau de preparação e sua localização geral, bem como a natureza das facilidades e da assistência a serem proporcionadas. 3. O acordo ou acordos serão negociados o mais cedo possível, por iniciativa do Conselho de Segurança. Serão concluídos entre o Conselho de Segurança e Membros da Organização ou entre o Conselho de Segurança e grupos de Membros e submetidos à ratificação, pelos Estados signatários, de conformidade com seus respectivos processos constitucionais” (Nações Unidas, 2001, p.28-29).

257 Estas missões, instituições e forças foram comandadas pelas Nações Unidas e operaram antes, depois ou em parceria com as Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas e, em alguns casos, foram administradas pelo Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas (Lowe, 2008b, p.663). Como o DPKO só fora criado em 1992, todas as missões foram conduzidas, em sua maioria, pelo Conselho de Segurança em parceria com o Secretariado (ibidem, p.664-665).

sua autoridade no internacional. Algumas missões menores de verificação do terreno autorizadas pelo Conselho de Segurança não estão listadas no Quadro abaixo, que, por sua vez, apresenta o conteúdo do mandato das primeiras missões desdobradas durante o período da Guerra Fria.

<b>Nome da Missão/Instituição/Força</b>	<b>Conteúdo do Mandato</b>
Comitê Especial das Nações Unidas para os Balcãs (UNSCOB), 1947-1951	Missão estabelecida para investigar alegados suporte da Iugoslávia, Albânia e Bulgária para as guerrilhas gregas comunistas e para assistir os Estados a normalizar suas relações diplomáticas entre si.
Comissão de Bons Ofícios das Nações Unidas para as Índias Orientais Holandesas (UNGOC), 1947-1948	Missão estabelecida para facilitar as negociações relacionadas a recuperação do território das Índias Orientais Holandesas pela Holanda após a Segunda Guerra Mundial. O território estava sendo reivindicado pela Indonésia.
Comissão das Nações Unidas para a Índia e o Paquistão (UNCIP), 1948-1951	Estabelecida para investigar e mediar a disputa entre a Índia e o Paquistão sobre a questão da Caxemira. Os observadores militares desta missão formaram a base do Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas para a Índia e o Paquistão (UNMOGIP), criada em 1949.
Comissão das Nações Unidas para a Indonésia (UNCI), 1949-1951	Missão estabelecida para facilitar as negociações relacionadas a recuperação do território das Índias Orientais Holandesas pela Holanda após a Segunda Guerra Mundial. O território estava sendo reivindicado pela Indonésia.
Comissão de Observação para a Hungria e Comitê Especial para o Problema da Hungria, 1956-1957	Missões autorizadas para investigar a situação causada pela União Soviética no contexto de sua invasão à Hungria em novembro de 1956. Estas duas operações jamais conseguiram obter acesso à Hungria, mas o Comitê Especial produziu um detalhado relatório baseado em entrevistas com nacionais da Hungria que conseguiram fugir do país.
Autoridade Executiva Temporária das Nações Unidas (UNTEA), 1962-1963	Missão autorizada para exercer autoridade transitória até que o território fosse transferido da Holanda para a Indonésia.
Missão para Investigação de Alegação de Uso de Armamentos Químicos no Conflito entre o Irã e Iraque, 1984-1988	Estabelecida pelo Secretário-Geral para investigar o uso de armamentos nucleares pelo Iraque.
Missão de Bons Ofícios das Nações Unidas para o Afeganistão e Paquistão (UNGOMAP), 1988-1989	Missão estabelecida para averiguar a aderência aos Acordos de Genebra de 1988 sobre o status final fronteiro entre o Afeganistão e o Paquistão. A Missão também tinha o mandato de

	investigar e reportar eventuais violações dos Acordos, tais como, intervenções e não respeito da soberania mútua entre os Estados.
Missão de Observação das Nações Unidas para Verificar o Processo Eleitoral na Nicarágua (ONUVE), 1989-1990	Missão desdobrada pelo Secretário-Geral, com o consentimento da Nicarágua, para verificar as eleições do país.
Comissão Especial das Nações no Iraque (UNSCOM), 1991-1999	Estabelecida depois da Guerra do Iraque de 1991 para monitorar a eliminação de armas de destruição em massa e mísseis balísticos.
Comissão de Compensação das Nações Unidas no Iraque (UNCC), 1991-	Estabelecida para processar as queixas e pagar as compensações pelas perdas e danos sofridas durante a ocupação Iraquiana no Kuwait durante a guerra dos dois Estados.
Contingente de Guardas das Nações Unidas no Iraque (UNCGI), 1991-2003	Operação desdobrada para proteger o pessoal das Nações Unidas, ativos e operações ligadas aos programas humanitários das Nações Unidas no Iraque.

Quadro 6: Missões, Instituições e Forças desdobradas pelas Nações Unidas entre 1947-1991.  
Retirado Integralmente de: Lowe, 2008b, pp.664-665 & Bellamy & Williams, 2015, p.31.

Adicionalmente, entre 1945-1990, no período da Guerra Fria, o Conselho de Segurança autorizou algumas operações militares, baseado no Capítulo VII, e também reconheceu algumas outras intervenções, sem assumir o comando e controle destas iniciativas<sup>258</sup> (Lowe 2008c, 672). O Quadro abaixo apresenta, baseado na revisão de literatura recente, a lista mais completa destas operações que, em alguns casos, também operaram antes, durante ou depois de uma Operação de Paz das Nações Unidas.

<b>Nome da Operação</b>	<b>Conteúdo da Operação</b>
Coalizão Militar liderada pelos EUA na Coréia, 1950-1953	O Conselho de Segurança (com a ausência da União Soviética) autoriza uma coalizão militar para ajudar a Coréia do Sul a repelir o ataque da Coréia do Norte e restaurar a paz e segurança

258 Conforme Lowe et al. apontam, existe uma certa dificuldade para sistematizar todas as operações militares autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas desde 1945 em função de quatro motivos: em primeiro lugar, existem operações que foram somente endossadas pelo Conselho de Segurança depois que certas operações iniciaram suas atividades no terreno a partir da autorização de um órgão regional, tal como é o caso da intervenção da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental na Libéria durante a década de 1990 (Lowe, 2008c, p.671). Em segundo lugar, existem operações que foram apenas endossadas pelo Conselho de Segurança mas não foram formalmente autorizadas, através, principalmente de uma declaração presidencial ao invés de uma resolução, tal como no desdobramento australiano de forças militares e policiais em 2006 na Operação Astute no Timor Leste (ibidem, p.671). Em terceiro lugar, existem operações que foram autorizadas, bem vindas ou endossadas pelo Conselho de Segurança mas não foram efetivamente desdobradas, como é o caso da Força Multinacional no Zaire em 1996 (ibid., p.671). Por fim, existem operações que ocorreram como direito de autodefesa dos Estados membros das Nações Unidas, como a intervenção liderada pelos Estados Unidos no Afeganistão em resposta aos ataques de 11 de Setembro de 2001 (ibid., p.671).

	internacional na região.
Comitê de Monitoramento Conjunto em Burma, 1953-1954	Comitê independente das Nações Unidas desdobrado para verificar o processo de construção da paz na guerra civil em Myanmar (ex-Burma).
Ação Naval Britânica em Conexão com as Sanções Econômicas contra a Rodésia, 1966-1975	O Conselho de Segurança convidou o Reino Unido para usar a força para prevenir a entrega de petróleo para a Rodésia para o porte de Beira (Moçambique Português). A patrulha da Beira Britânica havia estado em vigor por vários meses antes de ser explicitamente autorizada pelo Conselho de Segurança.
Forças de Paz Nigerianas no Chade, 1979	Força de paz desdobrada para monitorar o cumprimento dos acordos de paz (Lagos e Kano) durante a guerra civil no Chade.
Força de Monitoramento da Comunidade de Nações na Rodésia e Zimbábue, 1979-1980	Missão de monitoramento dos acordos de paz durante a guerra civil na Rodésia.
Força de Manutenção de Paz da Organização da União Africana I no Chade, 1980	Missão de interposição de forças para interromper as hostilidades durante a guerra civil no Chade.
Força de Manutenção de Paz da Organização da União Africana II no Chade, 1981-1982	Missão de interposição de forças para interromper as hostilidades durante a guerra civil no Chade.
Bloqueio Naval do Iraque Liderado pelos EUA após a Ocupação do Iraque ao Kuwait, 1990-1991	O Conselho de Segurança convocou os Estados membros das Nações Unidas para monitorar e controlar as atividades de navegação no Golfo Pérsico para reforçar as sanções contra o Iraque.
Coalizão da Guerra do Golfo, 1990-1991	A Coalização militar liderada pelos EUA no Golfo foi autorizada para encerrar a ocupação do Iraque no Kuwait e reestabelecer a paz e segurança internacional na área.
Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental na Libéria, 1990-1999	Grupo de Monitoramento desdobrado pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental para facilitar o processo de construção da paz na Libéria durante a guerra civil na década de 1990.
Missão de Monitoramento da União Europeia na Antiga Iugoslávia, 1991-2000	Missão de Monitoramento desdobrada pela União Europeia na antiga Iugoslávia para facilitar o processo de paz entre as repúblicas que estavam em litígio entre si e com Estados vizinhos da região.

Quadro 7: Operações Militares Autorizadas e Reconhecidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas entre 1947-1991.

Retirado Integralmente de: Lowe, 2008c, pp.673 & Bellamy & Williams, 2015, p.31-32.

Além das missões políticas, escritórios de construção da paz, grupos de aconselhamento, tribunais internacionais, missões de monitoramento, missões especiais menores, e, não exaustivamente, as operações militares autorizadas, endossadas e bem vindas pelo Conselho de Segurança, as organizações regionais, seguindo a recomendação dos dois primeiros parágrafos do Artigo 52 do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas<sup>259</sup>, também desenvolveram seus próprios mecanismos de gestão e resolução de conflitos no sistema internacional. O Anexo 2 (presente na parte pós textual da presente Tese) apresenta as operações militares que foram conduzidas fora dos auspícios das Nações Unidas durante a Guerra Fria, entre 1945-1991.

É importante destacar que assim como as experiências progressas da Liga das Nações, as Operações do Quadro 6 e 7 (com algumas exceções que serão explicitadas a seguir) seguiram a mesma racionalidade liberal governamental de construção da paz e limitação da década de 1920 e 1930. Estas operações, conduzidas pelo Secretariado ou apenas autorizadas pelo Conselho de Segurança, que poderia envolver ou não uma liderança do Secretário-Geral, foram responsáveis por introduzir as mesmas práticas de fronteirização através da: produção de conhecimento técnico sobre os antecedentes históricos do conflito; estabelecimento das áreas e espaços específicos de atuação do componente militar e diplomático; e, não exaustivamente, a determinação dos recursos diplomáticos e/ou militares necessários para a construção da paz em áreas consideradas uma ameaça para a paz e segurança internacional (Henry & Higate, 2013, p.139).

Conforme a subseção a seguir demonstrará, as Operações de Paz das Nações Unidas foram autorizadas inicialmente para responder de modo *ad hoc* a crises específicas no sistema internacional (Dorn, 2011, p.10). Não seguindo um processo linear, evolutivo, ou geracional, estas Operações encontraram uma série de discontinuidades ao longo de sua existência – tal como será apresentado a seguir.

### 3.4.1 As Operações de Paz das Nações Unidas durante a Guerra Fria

De acordo com a conceitualização mais difundida na literatura especializada sobre o tema, as Operações de Paz podem ser definidas da seguinte maneira:

“Operações de Paz envolvem o uso expedicionário de pessoal uniformizado (polícia e/ou militar) com ou sem a autorização da ONU, com um mandato ou programa para: (1) assistir

---

259 Os referidos parágrafos afirmam que “nada na presente Carta impede a existência de acordos ou de entidades regionais, destinadas a tratar dos assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que forem suscetíveis de uma ação regional, desde que tais acordos ou entidades regionais e suas atividades sejam compatíveis com os Propósitos e Princípios das Nações Unidas. (...) Os Membros das Nações Unidas, que forem parte em tais acordos ou que constituírem tais entidades, empregarão todos os esforços para chegar a uma solução pacífica das controvérsias locais por meio desses acordos e entidades regionais, antes de as submeter ao Conselho de Segurança” (Nações Unidas, 2001, p.33).

na prevenção do conflito armado por meio do suporte aos processos de paz; (2) servir como instrumento para observar ou assistir na implementação de cessar-fogo ou de acordos de paz; (3) impor cessar-fogo, acordos de paz ou a vontade do Conselho de Segurança das Nações Unidas de modo a construir uma paz estável. Operações de Paz constituem, portanto, um tipo genérico de atividade que pode ser utilizada para prevenir, limitar e gerenciar o conflito violento assim como para reconstrução na fase de pós-conflito”<sup>260</sup> (Bellamy & Williams, 2011, p.18).

Para que uma Operação de Paz das Nações Unidas se configure como tal, é necessário que esta Operação encontre respaldo legal nos Capítulos VI e/ou VII da Carta das Nações Unidas (Dorn, 2011, p.10). A. Walter Dorn sugere a existência entre 1945-1956 de uma “primeira geração” de Operações de Paz das Nações Unidas (Dorn, 2011, p.10). Estas Operações, que permanecem no terreno até os dias de hoje, foram desdobradas como uma resposta aos conflitos envolvendo Israel e os demais Estados árabes no contexto de criação do Estado Israelense a partir de 1948 e o conflito na região da Caxemira, compreendendo, respectivamente, Índia e Paquistão após a independência das Índias Britânicas (Dorn, 2011, p.10). Assumindo uma responsabilidade na gestão e resolução dos conflitos mais expressivos à época, o Conselho de Segurança, em primeiro lugar, através da Resolução 50, do dia 29 de maio de 1948, autorizou a Organização das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua (UNTSO – acrônimo em inglês) (Theobald, 2015, p.123). A UNTSO fora desdobrada com o propósito de facilitar que as partes do conflito mantivessem aderência ao cessar-fogo e aos Acordos Gerais de Armistícios; facilitar os trabalhos da Comissão de Conciliação para a implementação das diretrizes da Resolução 149 da Assembleia Geral; e, por fim, facilitar que as partes envolvidas no litígio chegassem a uma posição sobre o status dos assentamentos na região (Theobald, 2015, p.123).

No mesmo ano, o Conselho de Segurança, através da Resolução 47 de 21 de abril de 1948, autoriza o estabelecimento do Grupo de Observadores Militares da Índia e do Paquistão (UNMOGIP – acrônimo em inglês) (Schucksmith & White, 2015, p.134). Assumindo as funções de observação da Comissão das Nações Unidas para a Índia e o Paquistão (UNCIP – acrônimo em inglês), autorizada no dia 20 de janeiro de 1948, a UNMOGIP manteve o conjunto de funções outrora desenvolvido no terreno: assegurar o cumprimento do cessar-fogo, observar, reportar e investigar eventuais violações, enviando para as partes envolvidas e o Secretário-Geral a conclusão dos relatórios desenvolvidos durante a missão (Schucksmith & White, 2015, p.134).

Denominado de “período nascente” por A. B. Fetherson, entre 1945-1956, as Operações de Paz das Nações Unidas, exemplificadas através do caso da UNTSO e UNMOGIP, foram

---

260 “Peace Operations involve the expeditionary use of uniformed personnel (police and/or military) with or without UN authorization, with a mandate or programme to: (1) assist in the prevention of armed conflict by supporting a peace process; (2) serve as an instrument to observe or assist in the implementation of ceasefires or peace agreements; or (3) enforce ceasefires, peace agreements or the will of the UN Security Council in order to build stable peace”.

responsáveis por conduzir atividades de observação, mediação e negociação baseadas no Capítulo VI (Nações Unidas, 2001, p.24-26; Fetherson, 1994, p.16). O objetivo fundamental destas Operações, que sofreram posteriormente inclusões de atividades nos seus respectivos mandatos, era o de “determinar se as partes do conflito estavam respeitando o cessar-fogo ou qualquer outro acordo de paz e facilitar as negociações locais”<sup>261</sup> (Dorn, 2011, p.16, tradução livre). Tanto a UNTSO quanto a UNMOGIP, seguiram o mesmo padrão de atuação das operações apresentadas no Quadro 6 e 7 no mesmo período em questão (1945-1956).

A partir de 1956, com a crise no canal de Suez, as Nações Unidas passariam a desenvolver seus mecanismos de segurança (produção de sujeitos livres) e polícia de forma mais institucionalizada – projetando para o internacional a governamentalidade liberal de governo de populações e indivíduos (Doucet, 2017, p.44, 64). Definido como o “período assertivo”, as Nações Unidas entre 1956-1967, iniciando com a Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF – I – acrônimo em inglês), desdobraria, no total, mais 7 Operações de Paz neste período, sistematizando as bases doutrinárias sobre as quais estas operações deveriam atuar (Fetherson, 1994, p.16-17). Contrariamente à UNTSO e UNMOGIP, a partir da UNEF-I as Nações Unidas autorizariam o desdobramento de observadores militares armados que deveriam atuar como forças de interposição entre as partes do conflito (Dorn, 2011, p.11). Adicionalmente, a partir de 1956, as Nações Unidas aumentariam o contingente militar presente no terreno, organizando-os em batalhões (e não mais na figura de observadores individuais em destacamento) (Dorn, 2011, p.11). Desta forma, ao atuar como “zona tampão” (*buffer zone* em inglês), a “segunda geração” de Operações de Paz tinha como principal objetivo prevenir ou colocar fim ao combate entre forças armadas em litígio – aumentando, desta forma, sua capacidade de racionalização e organização do espaço (Dorn, 2011, p.16; Higate & Henry, 2009, p.11). O Quadro abaixo apresenta todas as Operações de Paz das Nações Unidas autorizadas entre 1956-1967 e os mandatos das respectivas Operações.

Nome da Operação	Conteúdo da Operação
Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF – I), 1956-1967	Supervisionar a retirada das tropas de Israel, França e Reino Unido do território egípcio após o estabelecimento do cessar-fogo; atuar como força de interposição entre as forças do Egito e Israel e monitorar o cessar-fogo; supervisionar a retomada das atividades no Canal de Suez; assegurar a cooperação das partes na aderência ao acordo de cessar-fogo.
Grupo de Observação das Nações Unidas no	Assegurar que não haveria infiltrações ilegais de

261 “Determine if parties are respecting a cease-fire or other peace agreements, and assist in local settlements”.

Líbano (UNOGIL), 1958	pessoal, suprimentos, armas ou qualquer material na fronteira do Líbano.
Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), 1960-1964	Supervisionar a retirada das tropas belgas; supervisionar a retirada de pessoal militar estrangeiro (mercenários); promover estabilidade interna, incluindo o suporte a manutenção da lei e ordem, assistência técnica militar e a prevenção de uma guerra civil.
Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné Ocidental (UNSF/UNTEA), 1962-1963	Manutenção da paz e segurança através da Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné Ocidental de modo a facilitar os esforços de governo do território por parte da Autoridade Executiva Temporária das Nações Unidas (UNTEA).
Missão de Observação das Nações Unidas no Iêmen (UNYOM), 1963-1964	Observar a implementação dos termos idênticos de desengajamento de armas e tropas da Arábia Saudita até o Iêmen.
Força de Manutenção de Paz das Nações Unidas no Chipre (UNFICYP), 1964-	Monitorar possíveis desdobramentos de tropas gregas ou turcas no Chipre; manutenção do <i>status quo</i> ; na força de interposição, monitorar o acordo de cessar-fogo; facilitar as atividades entre as áreas do cessar-fogo; facilitar a assistência humanitária ao longo de toda a ilha; ligação com as polícias turcas e gregas cipriotas; cooperação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
Missão de Observação das Nações Unidas na Índia e Paquistão (UNIPOM), 1965-1966	Monitorar o cessar-fogo; supervisionar a retirada de pessoal armado entre as fronteiras da Índia e Paquistão.
Missão do Representante do Secretário-Geral na República Dominicana (DOMREP), 1965-1966	Estabelecimento de um cessar-fogo; nomeação de um Representante Especial do Secretário-Geral para reportar ao Conselho de Segurança o desenvolvimento da situação no terreno; facilitar a cooperação entre as partes do conflito para a manutenção da paz e segurança.

Quadro 8: Operações de Paz das Nações Unidas Autorizadas entre 1956-1967.

Retirado de: Diehl, 2015, p.146; Mesquita & White, 2015, p.154; Boulden, 2015, p.161; Macqueen, 2015, p.172; Macqueen, 2015b, p.180; Asmussen, 2015, p.198; Santos, 2015, p.215; Singh, 2015, p.223.

A UNEF-I é considerada um ponto de inflexão relevante nas Operações de Paz das Nações Unidas (Bellamy & Williams, 2011, p.176). Apesar da contribuição pregressa da UNSCOB, UNGOC, UNTSO e UNMOGIP, a UNEF-I fora responsável por decodificar e esclarecer a abordagem das Nações Unidas para as Operações de Paz a partir de então (Bellamy & Williams, 2011, p.176). Os motivos favoráveis à esta sistematização se deve ao papel do Secretário-Geral,

Dag Hammarskjöld, e do diplomata canadense, Lester B. Pearson; também contribuiu favoravelmente a complexidade do conflito em Suez, que envolveu as grandes potências do Conselho de Segurança – demandando, por sua vez, a produção dos princípios fundamentais das Operações de Paz (Bellamy & Williams, 2011, p.176). Os princípios que norteariam as Operações de Paz das Nações Unidas a partir de 1956 deveriam atender às seguintes diretrizes doutrinárias (também conhecido como a “trindade santa”): as Operações deveriam contar com o consentimento das partes em litígio; em segundo, tais Operações deveriam ser imparciais, não influenciando, desta forma, a balança de poder político-militar entre as partes em conflito; por fim, as Operações deveriam usar a força apenas em autodefesa, contando, com isto, com uma baixa capacidade de *enforcement* e com um componente militar muito restrito (Bellamy & Williams, 2011, p.177; Dorn, 2011, p.11). Assim como no caso da UNTSO e UNMOGIP, a UNEF-I e as Operações posteriores também deveriam ser financiadas pelas Nações Unidas e conduzidas pelo Secretariado; o processo de participação em tais Operações deveriam ser de Estados que não estavam diretamente envolvidos na controvérsia em questão e a participação militar não deveria envolver os Estados membros permanentes do Conselho de Segurança – em função dos seus interesses estratégicos durante a Guerra Fria (Dorn, 2011, p.11).

Desta forma, é possível sustentar que ao atuar basicamente como forças de interposição em determinados espaços do internacional, as Operações de Paz das Nações Unidas até o momento tinham como objetivo mudar o comportamento dos Estados e dirigir suas condutas, empregando, para esta finalidade, mecanismos disciplinares e regulatórios de mediação, negociação, facilitação política, bons ofícios, diplomacia e instrumentos gerais de manutenção da paz (Higate & Henry, 2009, p.14). Trabalhando em espaços fronteiriços entre áreas e meios considerados estratégicos, estas operações, seguindo a racionalidade liberal de produção de sujeitos livres, conduziu uma série de funções de produção de limites, que seriam fundamentais para a perpetuação de práticas simbólicas que aumentariam o quadro de insegurança nas relações internacionais. Esta produção de limites, no contexto das Operações de Paz das Nações Unidas, habilitariam determinados sujeitos locais e internacionais a trabalhar em prol da transformação do conflito, que, por sua vez, reproduziriam a mesma prática moderna de fronteirização da Liga das Nações. Em outras palavras, o processo de manutenção da paz desenvolvido pelas Nações Unidas a partir de 1945 privilegiaria atores, instituições, procedimentos e normas para a construção da paz.

Um elemento importante que deve ser destacado, conforme o Quadro 8 apresenta, é a de que houve uma exceção ao padrão das atividades da “segunda geração”. São os casos da Operação das Nações Unidas no Congo e da Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné Ocidental/Autoridade Executiva Temporária das Nações Unidas. Em ambas as operações, as Nações

Unidas alargaram o espectro de suas atividades para atuar na manutenção da lei e ordem do território, governo de determinadas possessões territoriais e a prestação de assistência técnica ao governo – todas estas funções que seriam incluídas de forma mais clara nas operações a partir do início da década de 1990. Com isto, é possível sustentar que as Operações de Paz das Nações Unidas não seguiram um processo linear e evolutivo baseado na governamentalidade liberal. Ao contrário, tais Operações encontraram descontinuidades e atenderam basicamente as práticas de produção de fronteiras e normalização e governo de indivíduos e populações.

Entre 1967 até 1973 as Nações Unidas não desdobrariam nenhuma nova Operação de Paz (Fetherson, 1994, p.18). Adicionalmente, no contexto da Guerra Fria, as Nações Unidas se mostraram incapazes de atuar em zonas específicas estratégicas das duas grandes superpotências (Fetherson, 1994, p.18). Outra explicação encontrada é a de que organizações regionais, como é o caso da Organização da União Africana, passaram a desdobrar pontualmente algumas Operações de Paz – contribuindo, desta forma, regionalmente para a manutenção da paz e segurança no sistema internacional (Fetherson, 1994, p.18). Após seis anos sem contar com uma nova Operação de Paz, o período entre 1973-1978, conhecido como “período ressurgente” testemunhou o desdobramento de três novas Operações, todas elas no Oriente Médio (Fetherson, 1994, p.18). Estas Operações são: a Segunda Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF – II, acrônimo em inglês), Força de Observação das Nações Unidas de Desengajamento (UNDOF – acrônimo em inglês) nas Colinas de Golã, e, por fim, a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL – acrônimo em inglês) (Fetherson, 1994, p.18). Tanto a UNEF-II quanto a UNDOF e a UNIFIL foram autorizadas pelo Conselho de Segurança, respectivamente, para atuar como forças de interposição entre as tropas de defesa do Egito, Israel e Líbano (Diehl, 2015b, p.230; Rudloff & Diehl, 2015, p.239; Novosseloff, 2015, p.249). Nestes três casos, as operações seguiram o mesmo padrão de atividades da “segunda geração”: força de interposição, supervisionando a retirada de tropas estrangeiras de determinados territórios e a contribuição para manutenção da paz e segurança da região ao facilitar a aderência aos acordos de paz estabelecidos entre as partes (Diehl, 2015b, p.230; Rudloff & Diehl, 2015, p.239; Novosseloff, 2015, p.249).

Entre 1978-1987, “período de manutenção”, novamente nenhuma outra Operação de Paz fora autorizada pelo Conselho de Segurança (Fetherson, 1994, p.18). Esta tendência seria gradativamente revertida nos últimos anos da Guerra Fria, a partir de 1988, onde as Operações de Paz testemunhariam um alargamento no contexto de suas atividades, potencializando assim as atividades de limites, fronteirização, polícia e governo – tal como a próxima e última subseção a seguir demonstra.

### 3.4.2. As Operações de Paz das Nações Unidas no pós Guerra Fria

À medida em que a Guerra Fria caminhava para o seu término, o Conselho de Segurança expandiria seus mecanismos de governo sobre o internacional através das Operações de Paz das Nações Unidas (Dorn, 2011, p.13). Em 1988, o Conselho autorizou, conforme o Quadro 6 apresentou, a Missão de Bons Ofícios das Nações Unidas para o Afeganistão e Paquistão (UNGOMAP), que tinha como objetivo monitorar o comportamento das partes no que tange a aderência aos Acordos de Genebra sobre o status final fronteiro entre os dois Estados (Bellamy & Williams, 2015, p.32). No mesmo ano em questão, também fora autorizado pelo Conselho de Segurança o Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas no Irã e Iraque (UNIIMOG) e a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola I (UNAVEM – I) (Bellamy & Williams, 2015, p.32). No caso da UNIIMOG, as Nações Unidas, seguindo o padrão das atividades ainda inseridas na Guerra Fria, autorizaram o pessoal militar a observar o término das hostilidades entre Irã e Iraque, além de supervisionar a retirada das tropas estacionadas na fronteira entre os dois Estados (Khan, 2015, p.276). No caso da UNAVEM – I, as Nações Unidas desdobraram observadores de modo a monitorar a retirada das tropas cubanas do território angolano entre janeiro de 1989 e 1991 (Guyot & Vines, 2015, p.283).

A partir de 1989 até 1992 as Nações Unidas testemunhariam o “período de expansão” no contexto das Operações de Paz (Fetherson, 1994, p.25). Através do Grupo de Assistência à Transição das Nações Unidas na Namíbia (UNTAG), o Conselho de Segurança, conforme colocado no início do parágrafo anterior, se tornaria ainda mais envolvido na gestão e resolução de conflitos – aumentando, desta forma, seus mecanismos de governo sobre o internacional (Dorn, 2011, p.13). A UNTAG, que facilitou o processo de independência da Namíbia e que incorporou uma série de acordos, negociações e resoluções prévias do Conselho de Segurança, contava não apenas com o componente militar, mas também civil e policial (Howard, 2015, p.297). Autorizada para observar o cessar-fogo entre as partes e a retirada de tropas sul-africanas do território, a UNTAG adicionalmente previa que o Representante Especial do Secretário Geral pudesse exercer o controle político sobre o território, contando com assistência de policiais civis e de contingentes civis responsáveis pela organização e conduta adequada das eleições (Howard, 2015, p.297).

Diante do exposto, é possível sustentar que a partir de 1989, com algumas exceções em 1960 (ONUC) e 1964 (UNFICYP), as Nações Unidas potencializariam seus mecanismos policiais para a manutenção da boa ordem no internacional através das Operações de Paz (Doucet, 2017, p.44). Outro aspecto relevante da expansão destas Operações se dá em função do espaço de atuação das mesmas: não mais restrito às fronteiras e zonas estratégicas de interposição entre duas forças em

litígio, mas sim em espaços urbanos e zonas com alta densidade populacional (Doucet, 2017, p.59). Desta forma, o poder policial, inaugurado a partir de 1960 e que se amplia em 1989 opera em diversos espaços do local e internacional (Doucet, 2017, p.59). Markus Dirk Dubber e Mariana Valverde na obra *“The New Police Science: The Police Power in Domestic and International Governance”* argumentam que a “polícia funciona como uma espécie de palavra flexível no tempo, permitindo que a governança do passado seja articulada com a governança do futuro” <sup>262</sup>(Dubber & Valverde, 2006, p.4). Desta forma, é possível argumentar que o aparato policial introduzido no contexto das Operações de Paz das Nações Unidas a partir do final da década de 1980 reintroduz a governamentalidade da razão do Estado do século XVI na medida em que reinsere no internacional as práticas de policiamento para a boa ordem interna e externa do Estado; e, ao mesmo tempo, introduz uma nova governamentalidade neoliberal a partir do final do século XX baseado nos mecanismos de segurança que permite que as condições biopolíticas para o exercício de poder sejam mantidas (Doucet, 2017, p.64).

Há uma sobreposição de governamentalidades: o poder de soberania e o neoliberalismo nas Operações de Paz a partir da década de 1990. A primeira, presente no âmago de qualquer organização intergovernamental, permite que os Estados possam reestabelecer sua ordem interna e, por consequência, produzir um ordenamento (equilíbrio de forças) no internacional. A segunda governamentalidade habilita que a polícia preveja e antecipe riscos de modo a permitir a livre circulação de pessoas, objetos, informações, trânsitos e etc. (Doucet, 2017, p.58).

Na fase de expansão das Operações de Paz das Nações Unidas a partir do final da década de 1980, a polícia, inserida na governamentalidade neoliberal, assume diversas funções, se tornando parte de um aparato de segurança cada vez maior, atuando não apenas em campos separados de aplicação da lei mas também na identificação de problemas e questões em comum (Doucet, 2017, p.62). Desta forma, a polícia, que representa em essência um projeto de segurança, se torna cada vez mais integrada à uma lógica militar de controle sobre espaços em que a distinção entre guerra e inimigo se torna cada vez menos clara com as funções policiais de combate ao crime a aplicação da lei (Doucet, 2017, p.63). Há, portanto, uma crescente integração entre instituições governamentais e não governamentais, que produzem tecnologias e aparatos de segurança para o controle de indivíduos e populações que, por sua vez, estão presentes no contexto das Operações de Paz das Nações Unidas.

Diante da perspectiva em tela, a partir de 1989, o componente policial passou a assistir diretamente no processo de construção da paz, tendo suas práticas sistematizadas em 1995 pelo

---

262 ““police” works as a sort of temporal-hinge word, allowing the governance of the past to be articulated with the governance of the future”.

Departamento de Operações de Paz e o Centro de Direitos Humanos das Nações Unidas (Bellamy & Williams, 2011, p.377). De acordo com o documento, as atividades da polícia civil das Nações Unidas deveriam incluir, em primeiro lugar, o suporte aos direitos humanos; o monitoramento da polícia local; o aconselhamento da polícia local sobre melhores práticas de policiamento internacional; a notificação de eventuais incidentes para as Nações Unidas; e o treinamento da polícia local sobre os direitos humanos (Bellamy & Williams, 2011, p.378). Este conjunto de atividades estariam integradas no contexto da multidimensionalidade a uma série de tarefas civis, tais como: esforços para estabelecer um compreensivo acordo de paz, que envolve, por exemplo, a desmobilização, desintegração, reinserção e reintegração de antigos combatentes; a prestação de assistência humanitária (que conta com a participação e integração de diversos atores internacionais); a assistência eleitoral, garantia de direitos humanos e atividades correlatas (Dorn, 2011, p.16).

O Anexo 3, presente na parte pós-textual da Tese, apresenta as Operações de Paz das Nações e seus respectivos mandatos desde 1989 até os dias de hoje. No Quadro é possível notar a inclusão cada vez maior de funções policiais e civis, alargando, desta forma, a prática de fronteirização destas Operações. Marsha Henry e Paul Higate na obra *“Peacekeeping Power Practices and Women’s Insecurity in Haiti”* afirmam que diante da multidimensionalidade na década de 1990, as Operações de Paz das Nações Unidas devem ser definidas como “um processo de exercício de poder de reengenharia socioespacial que serve para justificar a presença contínua dos aparatos da missão, a expansão do território geográfico e para proteger as tropas e os civis desdobrados em determinada região” <sup>263</sup> (Henry & Higate, 2013, p.139, tradução livre). Desta forma, os autores sugerem que as Operações de Paz das Nações Unidas atuam essencialmente como produtores de fronteiras, uma vez que racionalizam o espaço e meio de atuação, criando, desta forma, assimetrias, desigualdades e, acima de tudo, limites entre indivíduos e grupos (Henry & Higate, 2013, p.139).

A partir do aumento das funções de monitoramento no final da década de 1980, os componentes militares e policiais passaram a desenvolver atividades de prevenção de comportamentos/conduitas em Estados onde a boa ordem policial é insuficiente, além de formar os aparatos jurídicos e institucionais do Estado de modo a corrigir violações pregressas dos direitos humanos (Doucet, 2017, p.60). Estas atividades incluem o treinamento e, até mesmo, a criação de forças militares e policiais locais, a reorganização e/ou criação de mecanismos jurídicos legais de coerção, além de, não exaustivamente, estabelecer mecanismos de inteligência governamental de modo a fomentar práticas boa gestão no plano interno e externo (Dorn, 2011, p.13). Desta forma,

---

<sup>263</sup> “Peacekeeping, we argue, is essentially a process of exercising power through sociospatial (re-)engineering that works to justify the continued presence of the mission apparatus, the expansion of geographical territory and to secure the troops and civilians tasked to the region (force protection)”.

estas atividades visam a otimização do controle de fronteiras, de distúrbios internos que eventualmente possam colocar em risco a boa ordem governamental, o combate ao crime nacional e transnacional, além de permitir que os Estados assumam suas funções de soberania para que se governe mais através da produção de sujeitos livres (Dorn, 2011, p.13). O Anexo 4, também presente na parte pós-textual da Tese, apresenta um extrato das missões, instituições e forças desdobradas pelas Nações Unidas entre 1992-2017 que atendem a estes propósitos. Tarefas como a reforma do setor de segurança, construção de capacidades dos Estados, assistência técnica ao governo e projetos conexos estão inseridos na lógica de securitização da polícia, de modo a manter a boa ordem interna e externa dos Estados e, em segundo lugar, criar programas de treinamento de resiliência<sup>264</sup> para indivíduos e populações (Doucet, 2017, p.66-67).

Conforme o Anexo 6 apresenta, outras organizações governamentais também passaram a desenvolver o mesmo conjunto de atividades das Nações Unidas de construção e reconstrução de Estados após o término da Guerra Fria. Apresentando um extrato das Operações de Paz conduzidas fora dos auspícios das Nações Unidas entre 1992-2017, é possível observar que estas Operações também exerceram este papel militar e policial de manutenção da boa ordem interna e externa a partir da inclusão de atividades outrora não previstas no âmbito destas mesmas Operações. É digno de nota pontuar que estas atividades foram historicamente conduzidas, em sua maioria (e não exclusivamente tal como o Anexo 6 também demonstra), pela Organização do Tratado Atlântico Norte, União Africana e União Europeia. Desta forma, ainda que as Operações de Paz de “terceira geração”, caracterizadas pela multidimensionalidade, sejam desdobradas em sua maioria pelas Nações Unidas, algumas organizações intergovernamentais regionais também tendem a ter um engajamento (ainda que menor) nestes tipos de operação (Bellamy & Williams, 2015, p.27). Capacidades materiais e doutrinárias, interesses estratégicos dos blocos regionais e tipos/características dos conflitos são algumas das explicações para explicar a centralidade das Nações Unidas no desdobramento deste tipo específico de operação – ainda que, como colocado, não seja uma exclusividade da Organização as funções militares e policiais de segurança. Por outro lado, como o Anexo 6 também demonstra, existem diversas organizações regionais, para além das já mencionadas, como, por exemplo, a Organização de Segurança e Cooperação da Europa (OSCE), Comunidade de Nações (*Commonwealth*), Comunidade dos Estados Independentes (CIS), além de diversas Comunidades Econômicas Regionais que desenvolvem pontualmente projetos específicos de reforma do setor de segurança, estabelecimento do estado de direito democrático e construção de

---

264 O nexo polícia-segurança que, por sua vez, gera um projeto de resiliência prevê que indivíduos e populações sejam governados, disciplinados e normalizados aos padrões de segurança policial internacional (Doucet, 2017, p.70). Este projeto permite que indivíduos e coletividades sejam orientados a partir dos padrões boa ordem interna e externa (ibidem, p.70).

capacidades dos Estados<sup>265</sup>. Este envolvimento específico destas instituições, somando-se aos esforços das Nações Unidas, contribuem para o desenvolvimento dos mecanismos de governamentalidade da razão de Estado e neoliberal em determinados Estados.

Adicionalmente, para além do campo militar e policial, há, conforme destacado, uma dimensão civil que gradativamente passa a integrar esforços de construção da paz no contexto das Operações de Paz das Nações Unidas, atuando, desta forma, na prestação de assistência humanitária e na construção e reconstrução de Estados no sistema internacional. O componente civil (na figura de organizações não governamentais e governamentais), atuando em muitos casos de forma independente das Nações Unidas no terreno, contribuem para a difusão da governamentalidade neoliberal destas Operações – tal como já apresentado neste Capítulo. O primeiro movimento no sentido de integrar e coordenar os esforços destes atores se deu em 1991, através da Resolução 46/182 “*Strengthening of the coordination of humanitarian emergency assistance of the United Nations*” (A/RES/46/182, 1991). A Resolução estabeleceu mecanismos que permitiram o desenvolvimento da governamentalidade neoliberal: em primeiro lugar, é criado o cargo de Coordenador de Alívio Emergencial, responsável, por gerir o então recém-criado Departamento de Assuntos Humanitários; em segundo lugar, introduz-se diversos mecanismos de integração financeira entre atores que atuam dentro e fora do sistema das Nações Unidas de modo a racionalizar os mecanismos de prestação de ajuda humanitária: os Apelos Consolidados, que permitem angariar fundos através da concorrência de diversas instituições para participar e se engajar em determinado projeto humanitário no terreno; em terceiro lugar, a Resolução inaugura um Comitê Permanente Interagências das Nações Unidas de modo a organizar uma linguagem em comum entre as agências, programas e fundos especializados das Nações Unidas no contexto de uma emergência humanitária (A/RES/46/182, 1991). Este documento pontua claramente que cabe não apenas às Nações Unidas mas também ao conjunto de atores ligados aos setores do desenvolvimento, ajuda humanitária e segurança a responsabilidade pela transição do conflito até a plena recuperação (A/RES/46/182, 1991).

De igual modo relevante, para os propósitos de delimitação da Tese, é o fato de que a Resolução 46/182 aumentaria, nos anos posteriores, o trabalho de fronteirização das Operações de Paz das Nações multidimensionais ao estabelecer os espaços prioritários de ação; o tipo específico de projeto e engajamento necessário para se construir e reconstruir a paz no terreno e, não exaustivamente, a alocação de recursos em determinadas áreas consideradas estratégicas no

---

265 Para um aprofundamento no padrão de atuação destas organizações governamentais na manutenção da paz e segurança internacional, ver a seguinte referência: DANIEL, Donald C. F. *Contemporary Patterns in Peace Operations, 2000-2010*. In: BELLAMY, Alex J. & WILLIAMS, Paul D. *Providing Peacekeepers: The Politics, Challenges, & Future of United Nations Peacekeeping Contributions*. Oxford: Oxford University Press, 2013. pp.25-46.

processo de restauração das condições de segurança, humanitárias e do desenvolvimento. Reforça-se desta forma o papel estratégico do Secretário-Geral neste momento, uma vez que este é o responsável por informar e solicitar ao Conselho de Segurança a quantidade de tropas necessárias para atuar no terreno; uma análise da história do conflito e quais devem ser as atividades necessárias para se superar o quadro de emergência complexa; quais os equipamentos que devem ser solicitados aos Estados membros diante da condução das hostilidades no terreno; e, não exaustivamente, no envio de um Representante Especial para atuar no terreno e demarcar qual deve ser o cronograma temporal e espacial de uma determinada Operação.

Conforme será demonstrado adiante, documentos posteriores à Resolução 46/182 seriam fundamentais para o aumento das práticas de fronteirização no contexto das Operações de Paz das Nações Unidas, uma vez que contribuiriam para o alargamento do espectro de atividades de governo. Ainda durante a década de 1990, caminhando para o término deste século, uma “quarta geração”<sup>266</sup> potencializaria a multidimensionalidade das Nações Unidas: as Operações de Paz de administrações/governos transitórios. Nestas Operações, que iniciam-se na década de 1960 na Nova Guiné Ocidental, as Nações Unidas assumem a plena responsabilidade de governo sobre um determinado território (Dorn, 2011, p.13). Cabe, neste tipo específico de Operação intensificar os mecanismos de monitoramento, polícia e produção de liberdade na medida em que as Nações Unidas controlam todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais de determinados territórios (Dorn, 2011, p.17). Nas Operações de Paz de “terceira” e “quarta” “geração”, as Operações aumentam sua capacidade de monitoramento para atender seis objetivos fundamentais: proteção do pessoal das Nações Unidas, proteção de civis, vigilância noturna, detecção de tráfico ilegal, inteligência e análise de informação (Dorn, 2011, p.21).

Com isto, é possível sustentar que diante do incremento das atividades de vigilância, as Operações de Paz desdobradas no pós Guerra Fria passaram não apenas pelo monitoramento do cessar-fogo e o estabelecimento de zonas desmilitarizadas, mas também pelo patrulhamento de atividades que possam colocar em risco a boa ordem interna policial de um Estado, tais como: a assistência militar armada a grupos rebeldes, atividades econômicas ilegais – tais como a pilhagem de recursos naturais; tráfico ilegal de pessoas; vulnerabilidade de áreas e espaços considerados

---

266 Autores como Kai Michael Kenkel defendem a existência de uma “quinta geração” de Operações de Paz das Nações Unidas (Kenkel, 2013, p.135). Estas Operações, também conhecidas como Operações de Paz Híbridas são desdobradas pelas Nações Unidas em parceria com organizações governamentais regionais (ibidem, p.135). Neste caso, a cadeia de comando e controle é compartilhada entre estas duas instituições e atuam, assim como as Operações de Paz de “terceira e “quarta” geração, em atividades de construção e reconstrução de Estados no sistema internacional (ibid., p.135). Para detalhes adicionais destas Operações de Paz Híbridas, ver as seguintes referências sobre o tema: RICHMOND, Oliver P. *The Dilemmas of a Hybrid Peace: Negative or Positive? Cooperation and Conflict*. Vol. 50, N.1, 2015, pp.50-68; TARDY, Thierry. *Hybrid Peace Operations: Rationale and Challenges*. *Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations*. Vol. 20, N.1, 2014, pp. 95-118; GINTY, Roger Mac. *Hybrid Peace: The Interaction Between Top-Down and Bottom-Up Peace*. *Security Dialogue*. Vol.41, N.1, 2010, pp.391-412.

estratégicos (tais como campos de deslocados internos e refugiados); violação maciça dos direitos humanos; atos considerados maliciosos por indivíduos e grupos e etc. (Dorn, 2011, p.20).

O Quadro abaixo apresenta um extrato dos principais relatórios, resoluções e documentos-projetos responsáveis por estabelecer uma autoridade narrativa sobre a necessidade de alargamento do conjunto de atividades das Operações de Paz das Nações para a gestão e resolução de conflitos no sistema internacional. Estes documentos, como pode ser observado, possibilitaram este desenvolvimento geracional a partir da década de 1990, impactando significativamente o processo de construção da paz e fronteirização.

Nome do Documento	Conteúdo do Documento
<i>An Agenda for Peace</i> (1992)	O Documento, produzido pelo Secretário-Geral em resposta aos Estados membros permanentes do Conselho de Segurança, enuncia que a democracia é uma condição <i>sine qua non</i> para a paz e, que desta forma, as Operações de Paz das Nações Unidas deveriam alargar o seu espectro de funções de modo a fomentar governos democráticos e liberais no sistema internacional. Adicionalmente, o Documento foi fundamental para a sistematização das práticas das atividades de gestão e resolução de conflitos das Nações Unidas ao pontuar o espectro de atividades para tal finalidade, que vai desde a diplomacia preventiva, atravessando o estabelecimento da paz, a manutenção da paz até a construção da paz ( <i>peacebuilding</i> ).
<i>An Agenda for Development</i> (1994)	O Documento pontua que a democracia é uma condição <i>sine qua non</i> para o desenvolvimento. Com o objetivo de manter uma paz sustentável e duradoura, as Operações de Paz das Nações Unidas deveriam integrar esforços com agentes nacionais e internacionais para fomentar não apenas a democracia mas também o desenvolvimento. Desta forma, as Operações de Paz deveriam, de igual modo, alargar o conteúdo das suas atividade de modo a facilitar o processo de construção e reconstrução de Estados via assistência ao desenvolvimento.
<i>Human Development Report</i> (1994)	O Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 1994 foi um divisor de águas nas Nações Unidas ao introduzir na gramática da organização o conceito de segurança humana. Ao contrário da concepção de segurança tradicional centrada na figura da soberania estatal, os Estados membros das Nações Unidas deveriam se preocupar em atender a um novo paradigma de segurança, centrado no indivíduo em seis aspectos fundamentais: segurança alimentar, econômica, de saúde (física e psicológica), ambiental, pessoal, das comunidades e, por fim, uma segurança política. Desta forma, as Operações de Paz das Nações Unidas deveriam incrementar o componente civil e policial de modo a alcançar estes objetivos. O PNUD, a partir deste relatório,

	estabeleceria metas de desenvolvimento humano e fomentaria entre os Estados membros das Nações Unidas uma série de mecanismos assistência ao desenvolvimento.
<i>Our Global Neighbourhood</i> (1995)	O Relatório, produzido pela Comissão Sobre Governança Global, apresenta uma reflexão sobre como o sistema de governança global deveria se tornar mais efetivo a partir do término da Guerra Fria. Pontuando que todos temos uma responsabilidade compartilhada (atores e instituições governamentais e não governamentais), o Documento reconhece e louva o papel das Nações Unidas em suas diversas áreas de atuação, principalmente na gestão e resolução de conflitos. Desta forma, o Relatório reafirma a autoridade dos órgãos das Nações Unidas, com destaque para o Conselho de Segurança, ao mesmo tempo em que encoraja a participação da sociedade civil no processo de governança sistêmica. Desta forma, era necessário, para alcançar os objetivos da paz e segurança internacional, conciliar esforços de diversos atores de governos e não governamentais.
<i>An Agenda for Democratization</i> (1996)	O Relatório, produzido pelo Secretário-Geral e apresentado à Assembleia Geral, era um complemento dos dois Relatórios anteriores de 1992 e 1994 sobre o papel da democracia no processo de construção e reconstrução de Estados no sistema internacional. Pontuando que a democracia é uma força universal relevante na manutenção da paz e segurança, o Relatório sustenta que as Nações Unidas, apesar de imparcial e universal, deveria auxiliar os Estados a estabelecerem este regime de governo em seus Estados – alargando, mais uma vez, o contexto das atividades das Operações de Paz (principalmente a partir do componente policial).
<i>Report of the Panel on United Nations Peace Operations</i> (2000)	O Relatório final do Painel de Alto Nível Sobre Operações de Paz, também conhecido como “Relatório Brahimi”, produzido logo após os três grandes fracassos das Nações Unidas (Somália, Ruanda e Kosovo), tinha como objetivo central identificar as principais fraquezas das operações de paz e apresentar recomendações práticas para superar essas debilidades. Além disso, o Relatório apresentou uma série de recomendações e propostas que pudessem melhorar o funcionamento e estrutura de atividades das operações e das Nações Unidas como um todo. O Relatório apresentava uma série de recomendações que podem ser agrupadas em quatro grandes áreas: (i) improvisar o processo de tomada de decisão das Nações Unidas; (ii) desenvolver mandatos mais claros e disponibilizar recursos suficientes para atender às demandas no terreno; (iii) desdobrar as operações de paz de forma rápida e efetiva; (iv) conferir maior efetividade das operações desdobradas
<i>The Responsibility to Protect</i> (2001)	O Relatório, produzido pela Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal, enuncia que os Estados membros das Nações Unidas têm a responsabilidade de proteger seus cidadãos, assim como cidadãos de outros membros, uma vez que

	<p>se mostram incapazes de desenvolver tal finalidade. O Relatório apresentava dois aspectos fundamentais: (i) a soberania do Estado implica em responsabilidade, e os principais responsáveis pela proteção de seu povo é o próprio Estado; (ii) onde a população está sofrendo sérios danos, como resultado da guerra interna, insurgência, repressão ou falência do Estado, e o Estado em questão seja relutante ou incapaz de parar ou evitar tal processo, o princípio de responsabilidade de proteger deve ser acionado de modo a manter a paz e segurança do Estado e do sistema internacional.</p>
<i>Human Security Now</i> (2003)	<p>O Relatório, produzido pela Comissão Sobre Segurança (com o suporte do governo japonês), pontua que a segurança humana, tal como abordado no Relatório do PNUD de 1994, deveria envolver uma ampla gama de atores e instituições, atuando na interseção entre: conflito e pobreza, proteção de indivíduos durante conflitos violentos e em situações pós-conflitos, defesa dos indivíduos que são forçados a refugiar-se, a superação de inseguranças econômicas, garantia de acesso viável de cuidados médicos essenciais. Em suma, o Relatório enuncia que a segurança humana envolve um espectro mais amplo de atores e instituições, e para tanto, esse conceito deveria se tornar uma preocupação e um norte fundamental para a orientação dos Estados no sistema internacional.</p>
<i>A More Secure World: Our Shared Responsibility</i> (2004)	<p>O Relatório foi resultado do Painel de Alto Nível do Secretário-Geral Sobre Ameças, Desafios e Mudanças. O Relatório pontua que a segurança coletiva envolve um comprometimento integrado de atores e instituições com as diversas questões da política internacional, tal como: subdesenvolvimento, terrorismo, armas químicas, direitos humanos e construção da paz. Desta forma, era necessário que as Operações de Paz das Nações Unidas pudessem ser dotadas de investimentos políticos, econômicos e institucionais para a manutenção da paz e segurança internacional e a garantia da segurança humana.</p>
<i>In Larger Freedom</i> (2005)	<p>O Relatório do Secretário Geral argumenta que a liberdade envolve não apenas a ausência de conflito, mas, de igual modo, uma liberdade para gozar de diversos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais em sociedades pós-conflitos. Desta forma, o Relatório aponta para a necessidade de reforçar onexo entre segurança, humanitarismo e desenvolvimento como um caminho para se alcançar a paz no médio e longo prazo. Somente através de um governo liberal-democrático, pautado no estado de direito, é que a liberdade pode ser alcançada de forma alargada.</p>
<i>High-Level Independent Panel on Peace Operations</i> (2015)	<p>O Painel de Alto Nível convocado pelo Secretário Geral pontua a necessidade de incremento das Operações de Paz em quatro aspectos: em primeiro lugar, a proteção de civis; em segundo o uso da força; em terceiro a capacidade, performance e desdobramento rápido dos Estados membros das Nações Unidas;</p>

	por fim, não exaustivamente, a questão de gênero. Desta forma, o Relatório encoraja fortemente os Estados membros das Nações Unidas a incrementarem suas contribuições para os esforços de manutenção da paz e segurança, atentando para estas questões mais fundamentais.
--	--

Quadro 9: Desenvolvimento Normativo das Operações de Paz das Nações Unidas: 1992-2015.  
Retirado e Adaptado de: A/47/277, 1992; A/RES/48/166, 1993; UNDP, 1994; *Our Global Neighbourhood: The Report of the Commission on Global Governance*, 1995; A/51/761, 1996; A/55/305, 2000; *Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty*, 2000; *Commission on Human Security*, 2003; *Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change*, 2004; A/59/2005; *Report of the High-Level Independent Panel on United Nations Peace Operations*, 2015.

Os documentos apresentados no Quadro 9 tiveram um impacto normativo relevante para o alargamento das atividades das Operações de Paz das Nações Unidas no pós Guerra Fria. Pautado pela governamentalidade da razão de Estado e do neoliberalismo, os documentos enunciam a necessidade de integração e participação de diversos atores relacionados à segurança, ajuda humanitária e ao desenvolvimento no processo de construção da paz (Esteves, 2010a, p.60). Este desenvolvimento normativo foi acompanhado, ao longo do final do século XX e início do XXI, de uma série de reformas e desenvolvimentos institucionais que pudessem incorporar os postulados avançados pelos documentos apresentados. O primeiro movimento neste sentido foi a criação do Departamento de Operações de Paz (DPKO – acrônimo em inglês), em 1992, que assumiu as funções do Escritório de Assuntos Políticos Especiais do Secretariado (Shimura, 2001, p.49). Diante da complexidade das Operações desdobradas a partir de 1989, o DPKO, ainda em 1993, passou por uma reformulação interna, estabelecendo o Escritório de Operações, o Escritório de Planejamento e Suporte, e o Centro de Monitoramento 24 horas (Shimura, 2001, p.49). Em 2007, como resultado da necessidade de responder coerentemente e de forma ainda mais sistemática aos desafios apresentados à organização, foi criado o Departamento de Suporte no Campo (DFS – acrônimo em inglês), aumentando ainda mais, conforme será visto adiante, as atividades de fronteirização das Operações de Paz. De igual modo, não exaustivamente, em 2008, o DPKO em parceria com o DFS produziram um relatório intitulado *Capstone Doctrine* que representa, por sua vez, um marco doutrinário fundamental nas Operações de Paz das Nações Unidas (DPKO/DFS, 2008). Este documento foi responsável por apresentar o referencial doutrinário sobre o qual estas Operações deveriam atuar; o conjunto de atividades políticas e logísticas necessárias para o sucesso de uma Operação; e, por fim, não exaustivamente, o processo político envolvido para o desdobramento de uma Operação (DPKO/DFS, 2008).

No campo humanitário, destaca-se a criação do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA – acrônimo em inglês) em substituição ao Departamento de Assuntos Humanitários, chefiado pelo Coordenador de Alívio Emergencial

(A/RES/46/182, 1991). O OCHA, desde a sua criação, exerce um papel de monitoramento e governo expressivo nas seguintes áreas: emergências ambientais, coordenação civil-militar, parceria com setor privado e trabalho com governos, integração entre as Nações Unidas, avaliação de necessidades no terreno, programas de avaliação e revisão de projetos, suporte logístico, assistência a deslocados internos, programas de tratamento de gênero e questões correlatas (OCHA, 2018).

Por fim, não exaustivamente, no campo do desenvolvimento, destaca-se a criação do Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDG – acrônimo em inglês) em 1997, que atua no nível dos Estados (através do *United Nations Country Team*), no nível regional (através de comissões continentais regionais), e no nível global (reunindo programas, agências e fundos especializados das Nações Unidas que trabalham com a questão humanitária) (UNDG, 2018). Assim como o OCHA, o UNDG conta com uma série de mecanismos de regulação nos três níveis mencionados que fomentam ainda mais os instrumentos de governo e polícia no internacional, a saber: *Common Country Assessment* e o *United Nations Development Assistance Framework*.

Diante deste desenvolvimento normativo e institucional, as Nações Unidas investiriam as Operações de Paz de maior capacidade para atuar na gestão e resolução de conflitos. Como consequência deste processo governamentalização liberal, tais Operações atuariam cada vez mais no processo de fronteirização no internacional, fomentando o quadro de repressão, dominação e exclusão nas relações internacionais. Os dois próximos Capítulos demonstram como a República Democrática do Congo pode ser considerada um dos casos mais emblemáticos de fronteirização via construção da paz no âmago das Operações de Paz das Nações Unidas.

#### 4. *Peacebuilding*, Poder e Limites na República Democrática do Congo

Conforme o Capítulo anterior demonstrou, as Operações de Paz das Nações Unidas introduziram no internacional mecanismos de governo baseados na razão de Estado do século XVI e da biopolítica liberal e neoliberal dos séculos XVIII e XX. Somado à estas mentalidades/racionalidades de governo, estas Operações retomaram e potencializaram as práticas limítrofes da Liga das Nações e, em certa medida, do Concerto Europeu (através da Santa Aliança e demais intervenções militares do século XIX). De modo a conservar o *status quo* do sistema diplomático-militar-policial do século XVI e o equilíbrio de poder entre as potências regionais europeias seguindo os princípios da racionalidade liberal e neoliberal de governo, as Operações de Paz da Liga das Nações e das Nações Unidas passaram a estratificar o internacional de modo sistemático. Esta diferenciação produzida pelas respectivas organizações intergovernamentais tiveram como objetivo basilar a preservação de um conceito de ordem numa “sociedade internacional” que teve o seu epicentro na Europa (Souza, 2015, p.15).

Ao desdobrar efetivos militares, policiais e civis a partir do início do século XX, estas Operações passaram a organizar meios e espaços no internacional de modo que indivíduos e populações pudessem ser governados através destes dispositivos de segurança. Desta forma, este processo de construção da paz no internacional está imerso em relações de poder, onde uma ampla gama de instituições governamentais e não governamentais exercem um papel de governo, controlado, guiando e direcionando condutas e comportamentos da vida humana. A limitação, desta forma, é um dos principais elementos do *peacebuilding*, uma vez que esta prática habilita um conjunto específico de atores e instituições a trabalhar em prol da manutenção da paz e segurança internacional e reforça uma série de dimensões materiais e imateriais no ser humano e sociedade. Estes limites, cabe destacar, não são produzidos, construídos e operados apenas nas fronteiras e margens dos Estados. Os limites desenvolvidos pelas Nações Unidas são simbólicos, culturais, linguísticos, espaciais e não estão necessariamente fixados a partir de um referencial material fixo. Com isto, o Capítulo anterior demonstrou que a operacionalidade do poder no âmago destas Operações não residem em dimensões concretas/estáticas – tal como enfatiza o *mainstream* acadêmico da Economia Política Internacional e das Relações Internacionais.

Diante da perspectiva em tela, cabe neste Capítulo demonstrar, através do estudo de caso da República Democrática do Congo, como as Operações de Paz das Nações Unidas atuam na produção de tais limites e quais são os impactos no dia a dia de pessoas e comunidades receptoras destas intervenções militares, policiais e civis. Para tanto, o presente Capítulo está estruturado da seguinte forma. A primeira seção, de caráter conceitual e teórico, discorre sobre a emergência dos

Estudos de Fronteiras no âmbito das Ciências Humanas para, em seguida, elucidar a contribuição dos Estudos Críticos de Fronteiras (CBS – acrônimo em inglês). De igual modo, nesta primeira seção, serão apresentadas a diferença entre limites, fronteiras, e margens. A partir desta elucidação, é possível compreender os elementos centrais do ato de limitação e como este conceito é o mais adequado para descrever as diferentes práticas e técnicas através dos quais se governa no âmbito da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo a partir de 2010. No amplo debate sobre o papel dos limites e fronteiras nas relações internacionais, a presente Tese privilegia uma orientação teórica pós-estruturalista de modo a compreender como estes elementos são produzidos e significados no cotidiano.

A seção seguinte discorre sobre o processo histórico de organização do espaço congolês no internacional a partir de uma leitura desenvolvida pelo próprio Michel Foucault. Baseado nas contribuições pós-coloniais, nesta parte específica do Capítulo, demonstra-se como a sociedade internacional de Estados de Foucault silencia o papel do mundo colonial na sua constituição (Fernandez & Esteves, 2017, p.137). De igual modo, a seção problematiza as consequências do tratamento homogêneo do espaço europeu de Foucault para o estudo das relações entre a própria Europa e o resto do mundo (Fernandez & Esteves, 2017, p.137). Com isto, a seção pormenoriza como a constituição do Estado congolês partiu de um processo de limitação imperial europeu que Foucault não aborda ao longo de sua segunda etapa de produção intelectual. Serão apontadas as consequências desta marginalização congolês da sociedade de Estados europeia até o século XIX e quais foram os impactos e implicações da colonização do Rei Leopoldo II da Bélgica ao longo dos séculos seguintes.

Em seguida, o Capítulo apresenta as primeiras intervenções multilaterais desdobradas na RDC no século XX. Num primeiro momento serão detalhadas as práticas de limitação, via construção da paz, executadas pelas Nações Unidas em dois momentos distintos: em primeiro lugar, entre 1960-1964, através da Operação das Nações Unidas no Congo, e, num segundo momento, entre 1999-2010, através da Missão de Paz das Nações Unidas na República Democrática do Congo. Nos dois casos, o Capítulo apresenta como o estudo de caso congolês é o mais emblemático para se pensar as práticas de limitação sob a égide da multidimensionalidade das Nações Unidas. Este exercício é necessário para que, no Capítulo seguinte, se destaque o papel de produção de limites desenvolvido pela MONUSCO a partir de 2010. A pesquisa visa compreender como tais práticas são produzidas e reproduzidas diariamente no contexto de *peacebuilding* das Nações Unidas. Posteriormente será apresentado o universo de atores e instituições que integram o processo de reconstrução do Estado congolês responsáveis por difundir e expandir a governamentalidade policial do século XVI e da biopolítica liberal e neoliberal dos séculos XVIII e XX.

#### 4.1 A Contribuição dos Estudos de Fronteiras

Conforme o primeiro Capítulo demonstrou, a Disciplina de Relações Internacionais e, por extensão, da Economia Política Internacional (que dialoga e apresenta uma interface teórica importante nos debates paradigmáticos das RIs), têm como antecedentes históricos os estudos da Geopolítica do século XIX, das Ciências Econômicas e Sociais do mesmo período histórico e de campos do conhecimento correlatos que outrora estavam unificados dentro de uma perspectiva holística do Iluminismo no século XVIII. Desde o advento moderno das referidas Disciplinas, nas décadas de 1910 e 1970, quando se estabelecem como autoridades discursivas no campo das Ciências Humanas, a tradição dos estudos progressos sobre o papel do Estado e seus principais elementos, como a soberania e fronteiras, influenciaram largamente os debates ontológicos, epistemológicos e metodológicos ao longo de todo o século XX. Tais paradigmas giravam em torno dos seguintes elementos: o Estado, considerado o principal ator em função dos recursos de poder à sua disposição; o sistema internacional, espaço de interação entre estas unidades; os atores não estatais; e, não exaustivamente, o sistema de governança global. Um dos objetivos do primeiro Capítulo foi o de demonstrar que a tradição herdada dos estudos historiográficos, geográficos e etc. não apenas influenciou as Disciplinas de RIs e EPI, bem como estabeleceu um fundamento marcante sobre onde, como e quando as relações internacionais acontecem. Argumentando que o Estado opera num sistema internacional anárquico, as teorias que se desenvolveram a partir da segunda metade do século XX enfatizaram a centralidade estatal para a organização da vida política no espaço internacional. Neste sentido, ao delimitar e circunscrever os limites do Estado como a arena através do qual é possível aspirar as realizações mais básicas do indivíduo (como a cidadania e a sua própria identidade) e da comunidade política, ambas as Disciplinas exerceram um papel de limitação significativo. A Disciplina de RIs e EPI assumem assim um caráter político, na medida em que contrapõem o nível interno do Estado soberano com o nível externo do sistema internacional anárquico. A partir deste binarismo básico se produz uma série de outras clivagens que serão exploradas ao longo deste Capítulo.

Desta forma, é possível argumentar que as fronteiras sempre exerceram um papel determinante nas Relações Internacionais e Economia Política Internacional (Wilson & Donnan, 2012, p.4; Walter, 2011, p.2; Kolossov, 2005, p.608). Através das fronteiras e limites, estas abordagens que se debruçam sobre o internacional passaram a explicar a origem dos conflitos armados e o comportamento dos Estados neste ambiente sistêmico destituído de uma autoridade soberana que exerça formalmente o papel de governo supranacional (Kolossov, 2005, p.608). Neste contexto, os primeiros teóricos da Disciplina acreditaram, cada um ao seu modo, que através do

reforço das fronteiras estatais era possível alcançar a paz e segurança internacional (Kolossoff, 2005 p.608). Esta era a principal premissa que justificara a criação da Liga das Nações e, posteriormente, das Nações Unidas, e, posteriormente, as atividades das Operações de Manutenção de Paz – tal como demonstrado no Capítulo anterior. Partindo da premissa de que a principal fonte de instabilidade no sistema internacional residia no *déficit* democrático e na falta de estatalidade, ameaçada crescentemente com os valores de solidariedade de classe da Revolução Russa, as organizações intergovernamentais passaram a reforçar sistematicamente as fronteiras e limites entre os Estados no internacional. As Operações de Paz contribuíram de modo sistemático para atender à esta finalidade desde o século XIX.

Conforme o primeiro Capítulo também demonstrou, ainda no século XIX, os estrategistas geopolíticos, utilizando-se de uma abordagem historiográfica e geográfica acumularam empiricamente uma série de informações sobre determinadas regiões e Estados, mapeando, detalhadamente, as estruturas econômicas e sociais destas unidades políticas, ao mesmo tempo em que também estabeleceram tipologias e classificações sobre as fronteiras dos Estados (Kolossoff, 2005, p.608). A partir destas informações, era possível delimitar áreas que deveriam ser governadas, dominadas, controladas, geridas de modo a conservar o poder das grandes potências europeias. Dois propósitos fundamentais resultaram deste processo: a delimitação de áreas estratégicas entre estas potências do norte global e a definição das zonas de responsabilidade colonial entre este conjunto específico de Estados (Kolossoff, 2005, p.608). Neste período em questão, os principais expoentes da Geopolítica foram responsáveis por desenvolver mecanismos de representação da evolução das fronteiras e em áreas fronteiriças no espaço e tempo; de igual modo, ofereceram explicações significativas sobre as características e morfologia das fronteiras através da balança de poder entre Estados vizinhos; além de, não exaustivamente, sistematizar o conceito de fronteiras e linhas limítrofes entre dois Estados<sup>267</sup> (Kolossoff, 2005, p.608).

À medida em que as Ciências Humanas passaram a se institucionalizar nos departamentos, institutos e unidades em diversas universidades, faculdades e demais centros de ensino especializados ao redor do mundo, os estudos sobre as fronteiras, a partir da década de 1950,

---

267 Saul Bernard Cohen, na obra *“Geopolitics: The Geography of International Relations”*, afirma que o pensamento geopolítico remonta à Grécia Antiga, a partir dos escritos de Aristóteles, atravessando toda a tradição da teoria política dos séculos XVI-XVII com Jean Bodin, Montesquieu, Immanuel Kant e Friedrich Hegel (Cohen, 2015, p.16). Entretanto, destaca o autor que a geopolítica assume uma projeção importante no século XIX em função do nacionalismo, expansionismo estatal das grandes potências europeias e a construção imperial ultramarina entre os Estados do norte global (ibidem, p.17). Destaca o autor que os trabalhos dos mais expoentes geopolíticos do século XIX e XX (como Ratzel, Mackinder e Mahan) levavam em consideração suas perspectivas e experiências nacionais, incluindo o comando dos modos de transporte e comunicação para o alcance mundial, bem como a ideias de darwinismo social (Ibid., p.17). Desta forma, as práticas de fronteirização e limites desenvolvidos pelos geopolíticos do século XIX e XX representavam um elemento de demarcação fundamental para a projeção de poder dos Estados no contexto de corrida colonial e imperialista no sistema internacional (ibid., p.40).

sofreram uma inclusão de abordagens e métodos que levaria a emergência de novas autoridades discursivas sobre o papel e o lugar das mesmas (Kolossoff, 2005, p.608). Ao passo em que a produção de conhecimento fora ampliado, sendo a partir de então desenvolvido não apenas pelos especialistas/estrategistas políticos, os estudos sobre as fronteiras se dedicaram a análise dos fluxos transfronteiriços de pessoas, bens, informações e etc. e da influência mútua das fronteiras e dos diferentes elementos da paisagem natural e social (Kolossoff, 2005, p.608). Neste sentido, a partir da década de 1950, os principais conceitos e méritos acadêmicos estabelecidos e reconhecidos a partir de então foram a identificação de modelos e fluxos de interações transfronteiriços em diferentes níveis espaciais; o entendimento sobre as fronteiras como fenômeno multidimensional e altamente dinâmico; além do estabelecimento de conceitos de paisagens de fronteiras e o estágio de evolução das áreas fronteiriças (Kolossoff, 2005, p.608).

Nos anos que antecederam o término da Guerra Fria, precisamente a partir da década de 1980, período marcado, como visto no primeiro e terceiro Capítulo, pelo processo de globalização monetária e financeira, e pela gradativa introdução da governamentalidade neoliberal no sistema internacional, uma nova geração de acadêmicos sobre os estudos das fronteiras emerge com uma agenda de investigação alargada (Walter, 2011, p.2). Tendo como pano de fundo a gradual derrocada da ordem bipolar e a ascensão de uma nova configuração de poder no sistema internacional que seria responsável pelo ressurgimento das fronteiras no contexto de fragmentação da divisão norte-sul e leste-oeste, os estudiosos da década de 1980 ampliariam o entendimento sobre o papel das fronteiras nas relações internacionais (Walter, 2011, p.2). A partir do período em questão, as fronteiras representariam “não apenas (...) um fenômeno espacial ou geográfico que demarca territórios soberanos dos Estados mas também (...) expressões políticas, econômicas e sociais tanto de pertencimento ou exclusão dentro dos limites territoriais do Estado, como, por exemplo, nações, religiões, grupos e indivíduos”<sup>268</sup> (Walter, 2011, p.2).

No artigo “*Theorizing Borders: Border Studies: Changing Perspectives and Theoretical Approaches*”, Vladimir Kolossoff apresenta uma tipologia das principais orientações teóricas que surgiram nos estudos de fronteiras a partir da década de 1980, sejam elas consideradas “clássicas/tradicionais” ou pós-modernas/estruturalistas (Kolossoff, 2005, p.606-632). O Quadro abaixo apresenta as diversas ramificações dos estudos de fronteiras a partir do período em questão.

<b>Abordagens e Métodos dos Estudos de Fronteiras</b>	<b>Premissas</b>
---	------------------

<sup>268</sup>“ However, border scholars conceptualize borders not only as spatial or geographic phenomena that demarcate the sovereign territories of states but also as social, political or economic expressions either of belonging or of exclusion within state territories, for example, nations, religions, groups and individuals”.

<p><i>“World systems and territorial identities”</i></p>	<p>Estudo de fronteira em diferentes níveis inter-relacionados dependendo da evolução da identidade territorial e do papel da fronteira na hierarquia das políticas de fronteira como um todo.</p>
<p><i>“Geopolitical approaches”</i></p>	<p>Estudo do impacto da globalização e integração em políticas de fronteiras. Neste primeiro grupo, enfatiza-se as representações sobre os processos de desterritorialização e a reterritorialização (redistribuição de funções entre fronteiras de diferentes níveis e tipos) e sobre a evolução do sistema político e administrativo de fronteiras. Em segundo lugar, há um grupo geopolítico que estuda as fronteiras a partir de uma perspectiva militar, política e de segurança. Neste segundo grupo, a agenda de pesquisa gira em torno da tentativa de compreender o papel das fronteiras na securitização de Estados e regiões; separação de representações tradicionais e pós-modernas sobre este papel; estudo da influência da política, cultural e geográfica nas funções das fronteiras no campo da segurança.</p>
<p><i>“Borders as social representations”</i></p>	<p>Estudo das fronteiras como construções sociais e um espelho das relações sociais no passado e presente; o papel das fronteiras como símbolo social e a importância do discurso político.</p>
<p><i>“The ‘practice–policy–perception’ approach”</i></p>	<p>Estudo das relações entre as políticas determinantes para a transparência de uma fronteira, suas percepções pelas pessoas e a prática das atividades relacionadas com determinada fronteira.</p>
<p><i>“van Houtum and O. Kramsch (The Netherlands); J. Scott (Germany)”</i></p>	<p>Estudo do manejo de fronteiras, regiões e a cooperação entre fronteiras; regulação de migrações internacionais ou outros fluxos transfronteiriço; políticas regionais.</p>
<p><i>“Ecopolitical”</i></p>	<p>Relações entre fronteiras naturais e políticas. Este grupo analisa as funções das fronteiras naturais e políticas como sistemas integrados e manejo de sistemas socioambientais transfronteiriço.</p>

Quadro 10: Abordagens Teóricas dos Estudos Sobre Fronteiras a Partir da Década de 1980.  
Retirado de: Kolossov, 2005, p.668-610.

Estas abordagens que surgiram a partir da década de 1980, partindo de orientações teóricas distintas, convergem no entendimento de que “as fronteiras se tornaram mais ubíquas e se manifestam de diversas maneiras e apresentam diversas funções e papéis”<sup>269</sup> (Walter, 2011, p.2). Desta forma, os autores filiados à diferentes projetos de investigação tradicional ou crítica destacam, cada um ao seu modo, a materialidade e imaterialidade de tais fronteiras que afeta, cada vez mais, indivíduos e populações em suas capacidades de ações (Walter, 2011, p.2). Adicionalmente, as abordagens teóricas apresentadas no Quadro 10 buscam demonstrar como estas

269 “(...) borders are still ubiquitous, are manifested in diverse ways, and have various functions and roles”.

fronteiras são percebidas de modo diferenciados por diversos atores e instituições no sistema internacional (Walter, 2011, p.2).

A pluralidade teórica nos estudos sobre as fronteiras a partir de 1980 coincide não apenas com o processo de globalização monetária e financeira (principal tema de investigação da EPI) ou da interdependência complexa (principal tema de investigação das RIs), mas, de igual modo, com o crescente ingresso das teorias críticas ou pós-positivistas na Disciplina de Relações Internacionais. Com isto, uma diversidade de autores, desde o marxismo, atravessando o construtivismo, passando pelo feminismo, pós-colonialismo e, não exaustivamente, chegando até o pós-estruturalismo, vem desde então destacando as histórias, funções e papéis das fronteiras no sistema internacional (Walter, 2011, p.2). Outro ponto importante consensual entre estas tradições desde o período em questão é a “preocupação comum com o caminho pelo qual as fronteiras são criadas (demarcadas e delimitadas), subsequentemente institucionalizadas e perpetuadas (manejadas) e, eventualmente, cruzadas, abertas ou até mesmo removidas, num mundo de constantes mudanças nas condições sociais, econômicas e políticas”<sup>270</sup> (Newman, 2011, p.33).

Com o advento moderno da globalização a partir da década de 1970 e o processo de securitização de fronteiras após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, os Estudos sobre Fronteiras passaram a divergir sobre o “caminho através do qual as diversas fronteiras funcionam e se expressam no terreno, entre Estados, grupos ou categoriais sociais”<sup>271</sup> (Newman, 2011, p.33). Dentre esta riqueza de abordagens, a presente Tese dialoga com os Estudos Críticos de Fronteiras de modo a problematizar como ocorre o processo de demarcação e estabelecimento/práticas de limites; quais são as relações de poder envolvidas neste processo de delimitação e gerenciamento de tais limites; como compreender os impactos diários da criação de limites para indivíduos e grupos; e, por fim, não exaustivamente, qual o lugar da ética envolvida no processo de limitação – que gera, por sua vez, espaços de inclusão e exclusão nas relações internacionais. A próxima seção discorre sobre a contribuição da CBS e como esta abordagem teórica elucida a prática de produção de limites que opera no internacional através das Operações de Paz das Nações Unidas.

#### 4.1.1 Os Estudos Críticos Sobre Fronteiras

---

270 “They reflect a common concern with the way in which borders are created (demarcated and delimited) subsequently institutionalized and perpetuated (managed) and eventually crossed, opened or even removed altogether, in a world of changing social, economic and political conditions”.

271 “(...) The way in which the diverse border functions are expressed on the ground, between countries, groups or social categories (...)”.

Noel Parker e Nick Vaughan-Williams, na introdução da obra *“Critical Border Studies: Broadening and Deepening the “Lines in the Sand” Agenda”*, afirmam que os estudos de orientação crítica sobre o papel dos limites e fronteiras nas relações internacionais apresentam dois desafios importantes: em primeiro lugar, desenvolver ferramentas para identificar e interrogar o que são e de onde são formadas as fronteiras e como elas funcionam em diferentes contextos; em segundo lugar, interrogar quais são as consequências de tais fronteiras e quem são os reais beneficiários desta dinâmica (Parker & Williams, 2014, p.3). No clássico artigo *“Lines in the Sand? Towards an Agenda for Critical Border Studies”* publicado no periódico *Geopolitics*, em 2009, os mesmos autores sustentam a posição de que “a relação entre fronteiras e território está se tornando cada vez mais complexa”<sup>272</sup> (Parker & Williams et al., 2009, p.583). Sobre este ponto, Parker e Williams afirmam que as fronteiras

“(…) não são encontradas apenas em locais territorialmente identificáveis, como portos, aeroportos, e outros cruzamentos de fronteiras tradicionais. Ao invés disto, elas se tornaram cada vez mais efêmeras e/ou impalpáveis: eletrônicas, não mais visíveis, e localizadas em zonas que desafiam a lógica estritamente territorial. Alguns exemplos incluem a identificação biométrica para controlar movimentos e outras tecnologias criadas para rastrear a mobilidade, tais como dados de segurança social, registros de transações financeiras, softwares que colocam indivíduos em distintos grupos de consumidores, e vários outros sistemas de vigilância. Neste sentido, (...) as fronteiras são vacilantes, múltiplas (...)”<sup>273</sup> (Parker & Williams et al., 2009, p.583, tradução livre).

Diante da perspectiva em tela, os autores defendem uma revisão do papel que as fronteiras exercem historicamente nas relações internacionais, que, de acordo com o *mainstream* acadêmico da Disciplina de EPI e RIs, ainda estão largamente pautadas por uma dimensão estatal e material (Parker & Williams et al., 2009, p.583). Parker e Williams então apresentam um projeto de pesquisa que questiona os conceitos de “território, espaço, (...) rede, região, periferia, margem, limites, limiar e etc.”<sup>274</sup> (Parker & Williams et al., 2009, p.583).

Em sua acepção clássica, de acordo com a definição do *Oxford Advanced Learner’s Dictionary*, o termo “*boundary*” significa “uma linha real ou imaginária que marca os limites e as bordas de alguma coisa que as separam de outras coisas e lugares”<sup>275</sup> ou como “uma linha

272 “(...) relation between borders and territory is becoming ever more complex”.

273 “Borders are not only found at territorially identifiable sites such as ports, airports, and other traditional ‘border crossings’. Instead, they are increasingly ephemeral and/or impalpable: electronic, non-visible, and located in zones that defy a straightforwardly territorial logic. Examples include biometric identification to control movement and other technologies designed to track mobility such as social security data, records of financial transactions, spyware placing individuals in distinct groups of consumers, and the many other systems of surveillance. In this sense, as Etienne Balibar has put it, borders are ‘vacillating . . . multiplied and reduced in their localisation . . . thinned out and doubled . . . no longer the shores of politics but . . . the space of the political itself’.

274 “ (...) territory, space, inside/outside, network, region, periphery, margin, limes, threshold and so on.”

275 “A real or imagined line that marks the limits or edges of something and separates it from other things or places”.

divisória”<sup>276</sup> (Hornby, 2005, p.172). “*Border*”, por sua vez, é definido como “uma linha que divide dois países ou áreas”<sup>277</sup> e também como “a terra próxima desta linha”<sup>278</sup> (Hornby, 2005, p.168). “*Margin*” denota “a borda extrema ou limite de um lugar”<sup>279</sup> (Hornby, 2005, p.938). Dentre as definições apresentadas, o termo limites, “*boundaries*” em inglês, vem sendo empregado pelos autores caros à tradição da CBS de modo a sustentar a hipótese de que “as fronteiras estão se tornando cada vez mais “*offshore*” (descontínuas), para além do território físico do Estado”<sup>280</sup> (Parker & Williams, 2014, p.4, tradução livre). Sendo assim, os teóricos de orientação crítica empregam o termo limites objetivando deslocar do imaginário geopolítico tradicional a ideia de que é somente através das fronteiras territoriais dos Estados que se é possível encontrar divisões, demarcações, limitações e fragmentações nas relações entre Estados e atores não estatais (Parker & Williams, 2014, p.4).

As práticas de limitação, de acordo com os teóricos da CBS, apresentam uma dimensão espacial e temporal (Walker, 2016, p.3; Parker & Williams, 2014, p.4). Espacial porque o controle da autoridade soberana sobre tais limites e fronteiras se tornam cada vez mais fluídos (Parker & Williams, 2014, p.4). Ou seja, novos espaços e redes se constituem como elementos divisórios cada vez mais relevantes e que excedem o controle estrito por parte do Estado – tais como as redes cibernéticas, espaços virtuais, manifestações simbólicas, culturais e linguísticas que rompem com o caráter unitário estatal e societal de acordo com a perspectiva realista dominante na Disciplina de Relações Internacionais (Parker & Williams, 2014, p.4). De igual modo, os limites apresentam uma dimensão temporal, uma vez que “as fronteiras não são tão fixas quanto a nossa metáfora animadora de qualquer forma implica, mas elas se tornam sempre mais preventivas, avaliadas pelo risco e projetadas para serem tão móveis quanto os sujeitos e os objetos em trânsito que elas procuram controlar”<sup>281</sup> (Parker & Williams, 2014, p.4, tradução livre).

Diante destas dimensões, autores caros à tradição pós-estruturalista vêm apresentando uma série de definições sobre limites. R.B.J. Walker, na introdução da obra “*Out of Line: Essays on the Politics of Boundaries and the Limits of Modern*” define este conceito como:

“(…) práticas de diferenciações espaço-temporais; como fronteiras geográficas ou territoriais; como delimitações de normas socioculturais e reivindicações de cidadania através de estipulações de status legal e ilegal; como procedimentos históricos, culturais e

---

276 “A dividing line”.

277 “The line that divides two countries or areas”.

278 “The land near this line”.

279 “The extreme edge or limit of a place”.

280 “Borders are increasingly “off-shored” beyond the physical territory of the state and “out-sourced” to other state and non-state actors”.

281 “(…) borders are not as fixed as our animating metaphor otherwise implies, but ever more pre-emptive, risk-assessed, and designed to be as mobile as the subject and objects in transit that they seek to control (…)”.

sociais específicos através do qual o mundo moderno aprendeu a traçar a linha, tanto subjetivamente quanto objetivamente, não menos importante ao designar o que conta como objetividade e subjetividade; como relatos pós-Kantianos do condicional - delimitado e, portanto, crítico - caráter do conhecimento como necessário mas em última instância, sem fundamento da liberdade política, igualdade, segurança e autoridade; e como práticas de discriminação que funcionam simultaneamente como reivindicações sobre a crise espaço-temporal e as possibilidades de crítica e engajamento político (...)”<sup>282</sup> (Walker, 2016, p.2, tradução livre).

Partindo desta definição, é possível argumentar que os limites devem ser compreendidos “como locais de prática política (...) intensa em muitas dimensões: como práticas de conexão, tanto quanto práticas de distinção, como práticas de conceituação e de princípios, tanto quanto práticas de materialidade tangível”<sup>283</sup> (Walker, 2016, p.2). Sendo assim, os limites são, essencialmente, construções políticas e sociais que envolvem relações de poder e estão imersas em relações de conflito e violência (Newman, 2011, p.35). Ou seja, limites são criados e estabelecidos e perpetuam relações de poder sobre o dentro e fora (Newman, 2011, p.35). Os limites permitem incluir e excluir indivíduos e sociedades em categorias simbólicas, culturais, linguísticas e também materiais, demarcando uma linha sobre quem pode integrar e quem está excluído de determinado processo e dinâmica (Newman, 2011, p.35). Sobre a relação entre limites e violência, autores como Claudio Minca e Nick Vaughan-Williams argumentam que a fronteira representa, tal como Carl Schmitt argumenta, uma espacialização dos fundamentos violentos do Estado, que o habilita, junto com a comunidade política, a identificar a si mesmo como tal e a estabelecer mecanismos de controle (Minca & Williams, 2012, p.759). Ou seja, o Estado, através das práticas de limitação, cria fronteiras que permanentemente reproduzem a violência, uma vez que a própria autoridade que advém do Estado é violenta por excelência (Minca & Williams, 2012, p.760). Desta forma, os autores, dialogando com Schmitt, entendem que esta violência tem como principal objetivo a produção de uma ordem normativa no interior do Estado (Minca & Williams, 2012, p.760). Sendo assim, os limites estatais produzidos são violentos porque materializam a decisão sobre o outro, excluindo, abandonando e matando o diferente (Minca & Williams, 2012, p.761).

Existem autores que partem de uma perspectiva pós-colonial para demonstrar o caráter violento dos limites materiais e imateriais que operam nas relações internacionais (Bouzas, 2012,

---

282 “as practices of spatiotemporal differentiation; as geographical or territorial borders; as delimitations of socio-cultural norms and claims to citizenship through stipulations of legal and illegal status; as historically, culturally and socially specific procedures through which the modern world has learnt to draw the line, both subjectively and objectively, not least in designating what counts as objectivity and subjectivity; as post-Kantian accounts of the conditional - delimited, and thus critical - character of knowledge as the necessary but ultimately ungrounded ground of political freedom, equality, security and authority; and as practices of discrimination that work simultaneously as claims about spatiotemporal crisis and the possibilities of critique and political engagement”.

283 “(...) as sites of often intense political practice on many dimensions: as practices of connection quite as much as practices of distinction, and as practices of conceptualization and principle quite as much as practices of tangible materiality (...)”.

p.867-888). Neste caso, os limites e fronteiras criados durante o colonialismo, somado ao legado imperialista do século XIX, expressam tensões e criam narrativas, linguagens e simbolismos sobre o outro que foram fundamentais para a expressão de tensões étnicas, políticas, culturais e sociais ao longo de todo o século XX e, principalmente, no período posterior à Guerra Fria (Bouzas, 2012, p.868). Com isto, é possível sustentar que “todas as formas de demarcação de limites representam um tipo específico de violência”<sup>284</sup> (Summa, 2016, p.55, tradução livre).

Esta relação entre limites e violência se manifesta “em qualquer lugar” (Rumford, 2012, p.887). Conforme Chris Rumford argumenta no artigo “*Towards a Multiperspectival Study of Border*”, as “bordas nacionais” estão espalhadas de modo mais diluído ao longo de um determinado território, ao passo em que vários outros tipos de fronteiras também estão emergindo no mesmo espaço”<sup>285</sup> (Rumford, 2012, p.888, tradução livre). Argumenta o autor que é necessário investigar estas múltiplas fronteiras a partir de um viés não estatal, partindo do pressuposto de que as fronteiras mais importantes não são as fronteiras do Estado (Rumford, 2012, p.888). Há portanto, uma multiplicidade de limites e fronteiras que operam no cotidiano de indivíduos e grupos sociais (Newman & Paasi, 1998, p.187). Sobre este ponto David Newman e Anssi Paasi argumentam que:

“(…) as fronteiras do Estado são igualmente construtos sociais, políticos e discursivos, não somente categorias estáticas e naturalizadas localizadas entre Estados. Limites e seus significados são historicamente contingentes, e eles são parte de uma produção e institucionalização de territórios e territorialidades (...) Mesmo que elas sejam linhas mais ou menos arbitrárias entre entidades territoriais, elas também tem um profundo sentido para comunidades sociais do ponto de vista simbólico, cultural, histórico e religioso (...) Elas se manifestam em inúmeras práticas sociais, políticas e culturais (...)”<sup>286</sup> (Newman & Paasi, 1998, p.187-188, tradução livre).

Neste sentido, se apropriando desta conceitualização pós-moderna/estruturalista, há uma extensa literatura no campo das Ciências Sociais, incluindo a Geografia, Ciência Política e, não exaustivamente, as Relações Internacionais, que aponta para o significado diário das práticas de limites e fronteiras não estatais (Ginty, 2017, p.4-25; Summa, 2016, 267p.; Fishman, 2013, 714–732p.; Henig, 2012, p.3-19; Smith, Phillips, King, 2010, 218.p; Ali, 2010, p.738-754; Bahr, 1973, p.37-49). Estes autores apontam, cada um ao seu modo, que tais limites e fronteiras são construídos, mantidos e reformulados através de práticas sociais diárias, sendo esta dinâmica flexível e fluída –

284 “(...) all forms of demarcations of boundaries are a kind of violence”.

285 “(...) that ‘national edges’ are spread more thinly across a territory, but that very different types of borders are also emerging”.

286 “state boundaries are equally social, political and discursive constructs, not just static naturalized categories located between states. Boundaries and their meanings are historically contingent, and they are part of the production and institutionalization of territories and territoriality (...) Even if they are always more or less arbitrary lines between territorial entities, they may also have deep symbolic, cultural, historical and religious, often contested, meanings for social communities. They manifest themselves in numerous social, political and cultural practices”.

produzindo, desta forma, diversas violências físicas, psicológicas e de outras naturezas (Ginty, 2017, p.7). Limites e fronteiras “estão sempre em movimento, adquirindo diferentes significados e são promulgadas de diversas formas através do tempo e espaço”<sup>287</sup> (Summa, 2016, p.53). Ao estudar as fronteiras e limites através de suas práticas e rotinas diárias é possível compreender como indivíduos e sociedades constroem suas visões de mundo e ecologias (Ginty, 2017, p.9). Como resultado desta afirmação e, mais importante, alinhando ao enfoque teórico da presente Tese, esta abordagem permite compreender a relação entre política e poder (Ginty, 2017, p.9). Analisando o tratamento destes conceitos na Disciplina de RIs e Ciência Política, Roger Mac Ginty, no artigo “*Everyday Social Practices and Boundary-Making in Deeply Divided Societies*” afirma que:

“(…) o peso é frequentemente concedido à estrutura (instituições) ao invés da agência (pessoas). Onde as pessoas estavam incluídas no estudo da Ciência Política e Relações Internacionais, muitas vezes eram pessoas específicas (estadistas) ou encontravam-se enquadradas em formatos específicos (por exemplo, dados agregados sobre comportamento ou intenções de voto). As Relações Internacionais, em particular, apresentam um fetiche pelo Estado e suas instituições, subutilizando, desta forma, o nível intraestatal. Foucault (...) e outros pensadores demonstraram que as atividades desenvolvidas por indivíduos e grupos oferecem *insights* sobre as relações de poder e a estrutura da sociedade. Isto exigiu um foco meticuloso nos detalhes, e, crucialmente, uma epistemologia removida de muitos estudos tradicionais (...)”<sup>288</sup> (Ginty, 2017, p.9, tradução livre).

Partindo destes estudos críticos sobre o papel e o lugar das fronteiras nas relações internacionais, autores como o próprio Roger Mac Ginty, mas também Oliver Richmond e David Roberts passaram a desenvolver uma agenda de pesquisa intitulada “*everyday peace*”, de modo a compreender como a “paz é feita e refeita no nível local através das ações de indivíduos e grupos numa dada sociedade”<sup>289</sup> (Ginty, 2017, p.9, tradução livre). Investigam, desta forma, como algumas práticas sociais diárias e cotidianas ajudam a promover a paz e a segurança em sociedades que acabaram de atravessar um processo de pós-conflito<sup>290</sup> (Ginty, 2017; Roberts, 2013; Richmond &

287 “(...) boundaries are always in movement, acquire different meanings and are enacted in various ways through space and time (...)”.

288 “(...) weight was often given to structure (institutions) rather than agency (people). Where people were included in the study of political science and international relations, it was often specific people (statesmen) or rendered into specific formats (for example, aggregated data on voting behaviour or intentions). International Relations in particular fetishised the state and state-mandated institutions thus leaving the sub-state level under-utilised. Foucault (1980), de Certeau (1984) and others demonstrated how seemingly mundane activities by individuals and groups of individuals offer insights into power relations and the structure of society. This called for a focus, granularity of details and – crucially – an epistemology removed from many traditional studies”.

289 “(...) peace is made and re-made at the local-level through the actions of individuals and groups of individual (...)”.

290 Em 2016 Pamina Firchow e Roger Mac Ginty lançaram o Projeto “*Everyday Peace Indicators*” com o objetivo de produzir indicadores a respeito do nível de paz, reconciliação, governança e ambiente político em determinadas sociedades que atravessam situações de pós-conflito ou encontram-se eventualmente na iminência de um conflito armado (Everyday Peace Indicator, 2018). O objetivo do Projeto é coletar estes indicadores a partir de um engajamento com instituições locais e membros da sociedade civil de modo que estes atores manifestem suas percepções sobre o ambiente político, econômico, social e cultural de seus ambientes habitacionais (ibidem). Baseado nestas informações, Ginty e Firchow pretendem “moldar, monitorar e avaliar as intervenções externas” (ibid.). Por fim, não exaustivamente,

Mitchell, 2012). Os autores buscam analisar como fronteiras e limites diários produzem sociedades “profundamente divididas” (Ginty, 2017, p.4-25). O esforço recente destes autores inseridos nos “estudos da paz diária” é o de compreender como estas fronteiras e limites atuam no sentido de inviabilizar os esforços locais e internacionais de manutenção da paz e segurança<sup>291</sup> (Everyday Peace Indicator, 2018). A partir da identificação destas barreiras e linhas físicas, psicológicas, culturais, simbólicas, materiais e imateriais, estes analistas buscam compreender como a paz pode ser produzida e praticada diariamente de modo a alcançar uma estabilidade no curto, médio e longo prazo (Everyday Peace Indicator, 2018).

Ao compreender os limites e fronteiras como linhas descontínuas que operam no dia a dia de indivíduos e grupos sociais, o objetivo da Tese é demonstrar ao longo das próximas seções o conjunto de práticas sociais que foram historicamente reforçadas, principalmente no contexto da MONUSCO no processo de construção da paz na República Democrática do Congo. Conforme será exposto, as atividades de *peacebuilding* inviabilizam a superação do quadro de insegurança, instabilidade e conflito na região dos Grandes Lagos uma vez que estão diariamente criando divisões entre o interno e externo. É importante destacar, tal como David Newman argumenta, que os limites e fronteiras, uma vez criados, “impactam os padrões de vida diários e costumes sociais, determinando os parâmetros de exclusão e inclusão, e criando categorias através das quais a compartimentação social e espacial é perpetuada”<sup>292</sup> (Newman, 2011, p.36, tradução livre). O ato de produzir e praticar fronteiras é essencialmente uma relação de poder que empodera indivíduos e grupos sociais a manterem tais padrões de interação social num determinado contexto (Summa, 2016, p.60-63). Sobre o poder envolvendo os limites e fronteiras diários, David Newman argumenta que:

“Para a maioria das pessoas, muito longe dos domínios da diplomacia internacional e das questões de Estado, são os pequenos assuntos que importam, tal como escolaridade, alimentação, impostos (...) que os mais afetam. Se a existência ou a remoção formal de

---

pretendem influenciar um amplo debate sobre o processo de construção da paz no nível local e a relação com a comunidade internacional de atores ligados ao desenvolvimento, ajuda humanitária e segurança (ibid.). Para informações detalhadas do Projeto e as publicações recentemente lançadas, acessar o seguinte website: <https://everydaypeaceindicators.org>.

291 Oliver Richmond e Audra Mitchell argumentam na introdução do volume editado por ambos intitulado “*Hybrid Forms of Peace: From Everyday Agency to Post-Liberalism*” que os “estudos da paz diária” têm como objetivo analisar as diversas formas de agência de indivíduos e grupos no dia a dia e como elas operam no processo de construção da paz, “incluindo interações verbais, organização de grupos, negociação e networking, (...) narração ou discussão de políticas (...), apropriação equivocada de fundos provenientes de doadores externos, ou até mesmo novas e continuadas formas de conflito” (Richmond & Mitchell, 2012, p.3). Na última seção deste Capítulo, esta abordagem será utilizada de modo a compreender como, a partir dos mecanismos de produção de limites e fronteiras desenvolvidos pela MONUSCO, indivíduos e grupos sociais são incluídos e excluídos em processos formais de paz – reforçando, desta forma, o quadro de violência, insegurança e fragilidade.

292 “(...) impacts upon daily life patterns and social mores, determine the parameters of exclusion and inclusion, and creates the categories through which social and spatial compartmentalization is perpetuated”.

limites lhes permite desfrutarem de melhores condições em qualquer um desses, ou em muitos outros parâmetros do cotidiano, então a fronteira se torna um instrumento através do qual a qualidade de vida é incrementada. Como tal, as fronteiras que podem ter sido originalmente construídas como barreiras entre pessoas e os seus espaços separados agora são transformadas em locais que são manipulados para o incremento comum da vida, ao invés de desaparecerem completamente. Os governos e autoridades locais de ambos os lados da fronteira aberta exploram o cruzamento de fronteiras para benefício mútuo de população de ambos os lados, ao invés de removê-las completamente.”<sup>293</sup> (Newman, 2011, p.42, tradução livre).

Baseado na contribuição dos estudos críticos de fronteiras, a seção a seguir versa sobre o processo histórico de produção e práticas de limites que levaram à formação do Estado congolês no século XX. À luz da contribuição Foucaultiana, pretende-se demonstrar como a sociedade de Estados europeia ao difundir a governamentalidade policial do século XVI e da biopolítica do século XVIII e XX criou um regime de divisões coloniais e imperialistas particularmente sobre a África que perpetuariam o quadro de violência, insegurança e instabilidade neste continente específico. Baseado nesta concepção das fronteiras como práticas diárias que empoderam e determinam quadros de referência, será demonstrado como as intervenções multilaterais que se seguiram ao longo do século XX reforçaram esta lógica limítrofe.

#### **4.2 O Internacional: África e Europa no pensamento de Michel Foucault**

Conforme referenciado em nota de rodapé no Capítulo anterior, Michel Foucault, na aula do dia 22 de março de 1978, no Curso “Segurança Território e População”, apresenta cinco definições sobre a Europa (Foucault, 2008a, p.399). Esta definição está inserida no debate a respeito da transição da governamentalidade do pastorado cristão para a razão de Estado do século XVI, onde Foucault argumenta, como visto anteriormente, que esta nova racionalidade governamental do período em questão ocupa-se “da conservação do Estado numa ordem geral” e também “da conservação de uma certa relação de forças, a conservação, a manutenção ou o desenvolvimento de uma dinâmica de forças” (Foucault, 2008a, p.397). Para alcançar esta finalidade, a razão de Estado do século XVI, também como apresentado, introduz dois conjuntos para racionalizar esta correlação de forças internas e externas: o dispositivo diplomático-militar e o dispositivo de polícia (Foucault, 2008a, p.397).

---

293 “For most people, far removed from the realms of international diplomacy and statesmanship, it is the small matters of schooling, food, taxation and drinking hours which affect them most. If the existence or formal removal of a boundary enables them to enjoy better conditions in any one of these, or many other parameters of daily life, then the border becomes an instrument through which life quality is improved. As such, the borders which may have originally been constructed as barriers between peoples and their separate spaces are now transformed into places which are manipulated for the common betterment of life, rather than disappearing altogether. The governments and local authorities on both sides of the open border exploit the border crossing to mutual benefit of populations on both sides, rather than remove them altogether”.

Tal como apontado, estes dois conjuntos buscavam estabelecer a “manutenção de uma relação de forças e, por outro lado, o incremento de cada uma das forças sem que haja ruptura do conjunto” (Foucault, 2008, p.398). Neste sentido, a Europa, para Foucault, é o espaço em que a governamentalidade da razão do Estado, através do dispositivo diplomático-militar, habilitou determinados Estados a estabelecerem um “sistema que permita limitar o máximo possível a mobilidade de todos os outros Estados, sua ambição, sua ampliação, seu fortalecimento, mas deixando aberturas suficientes a cada Estado para que possa maximizar sua ampliação sem provocar seus adversários e sem, portanto, acarretar seu próprio desaparecimento ou seu próprio enfraquecimento” (Foucault, 2008a, p.398). O objetivo basilar deste dispositivo e de seus instrumentos era o equilíbrio de um determinado espaço (Foucault, 2008a, p.398)..

É mister notar que esta noção de equilíbrio, que se inaugura logo após o término da Guerra dos Trinta Anos<sup>294</sup>, é essencialmente um processo de fronteirização e limites. Sobre este ponto, Foucault argumenta que:

“Quando os diplomatas, os embaixadores que negociaram o tratado de Westfália recebiam instruções do seu governo, recomendavam-lhes explicitamente que agissem de tal modo que os novos traçados de fronteiras, as novas divisões dos Estados, as novas relações estabelecidas entre os Estados alemães e o Império, as zonas de influência da França, da Suécia, da Áustria, [que] tudo isso [fosse] feito em função de um princípio: manter certo equilíbrio entre os diferentes Estados da Europa” (Foucault, 2008a, p.399).

Desta forma, a Europa é essencialmente, em primeiro lugar, para Foucault, uma “certa divisão geográfica, bem limitada, sem universalidade” (Foucault, 2008a, p.399). Complementa o autor que “a Europa (...) é uma divisão geográfica que, na época, por exemplo, não compreende a Rússia e não compreende a Inglaterra, senão de uma maneira muito ambígua, pois a Inglaterra não era efetivamente parte ativa do tratado de Vestfália” (Foucault, 2008a, p.399). A Europa, portanto, é um espaço limítrofe e fronteiriço que se contrapõe a qualquer aspiração universalista baseada na Cristandade (Foucault, 2008a, p.399). Ou seja, o tratado de Vestfália através de seus dispositivos e instrumentos estabeleceram sobre o internacional a ideia de uma “sociedade de Estados”, marcada pela “multiplicidade sem unidades de Estados” (Foucault, 2008a, p.400). Esta sociedade de Estados era marcada pela existência de instrumentos que ajudariam a garantir a ordem: a diplomacia, o direito internacional, as grandes potências, a guerra e a balança de poder (Foucault, 2008a, p.398–407). Desta forma, o autor afirma que não há uma hierarquia entre os Estados nesta sociedade, o

---

294 Para Foucault, o Tratado de Westfália representa um ponto de inflexão importante no que tange a relação entre os Estados europeus tendo em vista que com o término da Guerra dos Trinta Anos, levou-se a cabo “de forma clara e definitiva o desaparecimento tanto do sonho imperial como do universalismo eclesiástico, e que estabeleceram, uns diante dos outros, certo número de Estados que podiam, todos, aspirar à afirmação de si mesmos e à autofinalidade de sua própria política” (Foucault, 2008a, p.398).

que poderia resultar eventualmente na criação de um império europeu, mas, ao contrário, os Estados eram plurais (sendo grandes e pequenos) e mantinham entre si uma relação muito específica com o resto do mundo (“o outro”): de dominação econômica e colonização – ou de “utilização comercial” (Foucault, 2008a, p.400).

A Europa, portanto, é o espaço do equilíbrio marcado pela “constituição de uma aristocracia de Estados, e de uma aristocracia igualitária que adquirirá a forma, por exemplo de uma igualdade de forças entre a Inglaterra, a Áustria, a França e a Espanha” (Foucault, 2008a, p.401). Em resumo: a Europa é o lócus de “limitação absoluta da força dos mais fortes, equalização dos mais fortes, possibilidade de combinação dos mais fracos contra os mais fortes” (Foucault, 2008a, p.402). Estas características definidoras da Europa que se consagram no final do século XVI e início do século XVII se cristalizam no século XVIII e, mais importante, permanecem até os dias atuais (Foucault, 2008a, p.400). Foucault afirma que “é a realidade histórica de que ainda não saímos” (Foucault, 2008a, p.400).

Apesar da definição sobre o que é a Europa<sup>295</sup> e sob quais princípios este espaço se desenvolveu, Foucault não discorre ao longo de suas aulas posteriores e, em outras obras anteriores ou subsequentes, sobre o impacto do colonialismo e imperialismo europeu em relação ao resto do mundo (Fernandez & Esteves, 2017, p.137-138; Young, 1995, p.57). De igual modo, Foucault apesar de reconhecer a pluralidade de Estados europeus (grandes e pequenos), não disserta sobre a constituição do mundo colonial na formação da sociedade de Estados europeias baseadas na ideia do equilíbrio (Fernandez & Esteves, 2017, p.137). Entretanto, sem oferecer detalhes históricos, Foucault, ao discorrer sobre a emergência da governamentalidade do liberalismo a partir do século XVIII, admite que a Europa sempre pensou no mundo e que a colonização antecede este período em questão (Foucault, 2008b, p.76-77). O autor sugere que o século XVIII é um ponto de inflexão importante para a constituição do imperialismo moderno na medida em que é

“(…) a primeira vez que a Europa como unidade econômica, como sujeito econômico se apresenta assim ao mundo ou pensa o mundo como podendo e devendo ser seu domínio econômico. É a primeira vez que a Europa, creio eu, aparece a seus próprios olhos como devendo ter o mundo como mercado infinito. A Europa já não está simplesmente em estado de cobiça em relação a todas as riquezas do mundo, que reluziam em seus sonhos ou em

---

295 Para referências adicionais a respeito da formação da Europa no sistema internacional que antecede o século XVI, consultar a obra “*The Making of Europe: Conquest, Colonization and Cultural Change: 950-1350*” de Robert Bartlett (Bartlett, 1995, 432 p.). Na visão do autor, a Europa é tanto uma região quanto uma ideia (Bartlett, 1995, p.1). Complementa Bartlett ao afirmar que “as sociedades e culturas que existiram nesta região sempre foram extremamente diversas, e os seus agrupamentos em torno da ideia de “europeus” variaram de período para período (ibidem, p.1). Sustenta o autor que a formação da Europa fora a combinação de uma série de resultados históricos, entre 950-1350, que levou em consideração uma expressiva escala comercial e aumento da velocidade de produção e distribuição; o desenvolvimento e a expansão populacional; e, por extensão, a urbanização e comercialização; a exploração de áreas cultiváveis; a reestruturação das atividades econômicas, comerciais e bancárias; e as instituições e estruturas como universidades e as ordens religiosas da Igreja Católica Romana (ibid., p.1).

suas percepções. A Europa está agora em estado de enriquecimento permanente e coletivo por sua própria concorrência, contato que o mundo inteiro constitua seu mercado” (Foucault, 2008a, p.399).

Sendo assim, é possível argumentar que a governamentalidade liberal, assim como a razão de Estado, representam racionalidades de governo que criam limites e fronteiras. Foucault afirma que “de um lado a Europa, os Europeus, é que serão os jogadores, e o mundo, bem, o mundo será o que está em jogo” (Foucault, 2008b, p.76-77). Conclui afirmando, conforme mencionado no Capítulo anterior, que “o jogo é na Europa, mas o que está em jogo é o mundo” (Foucault, 2008b, p.77). Neste sentido, as últimas considerações de Foucault sobre o imperialismo se enquadra no tratamento que o autor concede ao novo “cálculo planetário na prática governamental europeia” a partir do século XVIII (Foucault, 2008b, p.77). O imperialismo do século XIX para Foucault tem seus indícios, portanto, neste “aparecimento de uma nova forma de racionalidade planetária, desse aparecimento de um novo cálculo com as dimensões do mundo” a partir da governamentalidade do liberalismo político do século anterior (Foucault, 2008b, p.77).

A Europa encontra-se “como a região de desenvolvimento econômico ilimitado em relação a um mercado mundial” a partir de 1700 (Foucault, 2008, p.83). Desta forma, infere-se que o mundo colonial para Foucault representa “um mero espaço de conquista e saqueio das potências europeias”<sup>296</sup> (Fernandez & Esteves, 2017, p.139). E mais, conforme destaca Marta Fernandez e Paulo Esteves, esta relação de dominação econômica que a Europa estabelece com o resto do mundo “somente foi possível por estratégias de poder e técnicas de conhecimento que objetificaram o colonizado, a colônia e até mesmo o colonizador”<sup>297</sup> - elemento que Foucault não aborda no tratamento da constituição do equilíbrio europeu a partir do século XVI (Fernandez & Esteves, 2017, p.139). Jan Selby no artigo “*Engaging Foucault: Discourse, Liberal Governance and the Limits of Foucauldian IR*” concorda com estas premissas ao pontuar que:

“O próprio Foucault confinou em grande parte suas análises às arenas domésticas das sociedades europeias, onde as técnicas de disciplina e práticas de governo foram disseminadas por diversas instituições em todo o corpo social. Na arena internacional, em contraste, tais técnicas e práticas são muito mais distribuídas de forma desigual; e, além disso, o objetivo biopolítico de maximizar o bem-estar das populações está em maior grau subordinado aos interesses econômicos e estratégicos”<sup>298</sup> (Selby, 2007, p.339, tradução livre).

296 “The colonial world is seen here as merely a space of conquest or plunder for European powers”.

297 “has been made possible by strategies of power and techniques of knowledge that have objectified the colonized, the colony and even the colonizer”.

298 “Foucault himself largely confined his analyses to the domestic arenas of European societies, where the techniques of discipline and practices of government were disseminated by diverse institutions across the entirety of the social body. In the international arena, by contrast, such techniques and practices are much more unevenly distributed; and what is more, the bio-political aim of maximising the welfare of populations is to a much greater degree subordinated to economic and strategic interests”.

Outro aspecto relevante destacado por Marta Fernandez e Paulo Esteves diz respeito a negligência de Foucault às manifestações imperiais próprias dos séculos XVI e XVIII na formação da sociedade de Estados europeia (Fernandez & Esteves, 2017, p.141). Para os autores é importante notar que “ao negligenciar esta importante dimensão (colonial) da política global, Foucault considera o Império como um anacronismo, como uma forma de organização política deixada pela história europeia”<sup>299</sup> (Fernandez & Esteves, 2017, p.141). Acrescentam que as “principais limitações da abordagem de Foucault residem no fato de que ele não dedicou atenção suficiente ao processo pelo qual o “outro” colonial, ou a alteridade colonial, participou centralmente (e participa) na produção do eu europeu”<sup>300</sup> (Fernandez & Esteves, 2017, p.150). Desta forma, o internacional de Foucault<sup>301</sup>, apropriado por uma série de pensadores filiados à agenda de investigação das Relações Internacionais e Economia Política Internacional, é um espaço marcado por limites e fronteiras definidos pelos Estados europeus e que perpetuam práticas de poder do norte global<sup>302</sup>.

Diante da perspectiva em tela, cabe, na seção a seguir, discorrer sobre como o espaço congolês fora historicamente limitado, fronteirizado, colonizado, explorado, utilizado comercialmente e alvo de disputas imperiais por parte das potências europeias – particularmente a Bélgica. Demonstrar-se à como o Rei Leopoldo II da Bélgica insere-se no jogo de forças interno e externo de modo a exercer uma das mais bárbaras colonizações modernas. Baseado nesta explanação, é possível compreender como os mecanismos biopolíticos e normalizadores atuaram sobre indivíduos e a população congoleza desde o final do século XIX até os dias atuais. Em seguida, o Capítulo apresenta as intervenções multilaterais que foram desdobradas com o objetivo de reforçar os limites e fronteiras estabelecidos há dois séculos atrás e como elas ganham uma nova projeção a partir do século XXI através das Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas presentes no terreno desde 1999.

### **4.3 A República Democrática do Congo à luz do Internacional Moderno Foucaultiano**

299 “By neglecting this important (colonial) dimension of global politics, Foucault regards Empire as an anachronism, as a form of political organization left behind by the European history.

300 “the main limitations of Foucault’s approach reside in the fact that he did not devote enough attention to the process by which the colonial “Other,” or the colonial alterity, centrally participated (and participates) in the production of the European self”.

301 Para uma discussão a respeito do tratamento de Foucault sobre o internacional e os limites da utilização do método genealógico, ver as seguintes referências: JOSEPH, Jonathan. The Limits of Governmentality: Social Theory and the International. *European Journal of International Relations*. Vol.16, N.2, 2010, pp.223-246; SELBY, Jan. Engaging Foucault: Discourse, Liberal Governance and the Limits of Foucauldian IR. *International Relations*. Vol.21. N.3, 2007, pp.324-345.

302 Para um aprofundamento do diálogo entre o pós-colonialismo e o pensamento de Michel Foucault, ver a seguinte referência: MEZZADRA, Sandro; REID, Julian & SAMADDAR, Ranabir (Eds.). *The Biopolitics of Development: Reading Michel Foucault in the Postcolonial Present*. New York and London: Springer. 204p.

Durante os meses de setembro e outubro de 1830, irrompeu, na região sul do antigo Reino Unido da Holanda, uma revolução liberal-constitucional que levaria a independência da Bélgica (Witte, Craeybeckx, Meynen, 2009, p.19). Demandando maior participação política, econômica, social religiosa e cultural na monarquia de William I, integrantes da classe média, baixa burguesia, clérigos católicos e integrantes de outras camadas sociais (jornalistas, intelectuais, servidores públicos, mercadores, artesãos, professores e etc.) se unificariam gradativamente em prol da agenda de autonomia do centro de poder holandês consagrado em 1814 no Congresso de Viena (Witte, Craeybeckx, Meynen, 2009, p.21-24). A Revolução Belga de 1830-1831 atendeu a um duplo propósito: em primeiro lugar, permitiu que setores da burguesia tradicional garantissem espaço político e econômico diante da ascendência, desde a segunda metade do século XVIII, de capitalistas financeiros e industriais; em segundo lugar, possibilitou que a Igreja Católica, tendo o seu poder cada vez mais relativizado diante de uma ordem secular avançada pelos protestantes, reconquistasse sua posição de liderança (Witte, Craeybeckx, Meynen, 2009, p.20). A unidade destes dois segmentos expressivos da sociedade da região sudeste do Reino Unido da Holanda ficaria conhecida como “Unionistas” (Witte, Craeybeckx, Meynen, 2009, p.20).

Dentre os pontos defendidos por esta aliança encontra-se o reforço da soberania do povo, o reconhecimento de direitos fundamentais e a adoção de um sistema parlamentar com responsabilidades ministeriais (Witte, Craeybeckx, Meynen, 2009, p.22). A proposição de um regime parlamentar era benéfica para a sociedade “belga” e a Igreja tendo em vista que os católicos poderiam reassumir seu status de autoridade, numa sociedade confessional à estes princípios religiosos, ao mesmo tempo em que os ideais de uma sociedade liberal poderiam conservar os interesses não apenas dos grupos beneficiados sob o regime de William I, mas também de todo o tecido social que estava cada vez mais descontente com o quadro de asfixia econômica rural gerada pela industrialização econômica (Witte, Craeybeckx, Meynen, 2009, p.20).

Neste sentido, a Revolução de 1830 foi o resultado da mobilização destas parcelas da população que organizaram-se sistematicamente contra William I, que, diante da escalada de tensões, decide pelo envio de tropas ao porto de Antuérpia, numa última tentativa de recuperar o controle da região (Witte, Craeybeckx, Meynen, 2009, p.23). Após a falha do Príncipe das Laranjas de garantir a manutenção dos privilégios reais holandeses sobre a Bélgica, o conflito acaba tornando-se uma preocupação entre as principais potências europeias à época (Witte, Craeybeckx, Meynen, 2009, p.24). De fato, conforme alguns historiadores pontuam, a pressão internacional foi o fator mais decisivo para que a Bélgica conquistasse a sua independência (Vanthemische, 2012, p.14-17; Witte, Craeybeckx, Meynen, 2009, p.24).

Formado para atuar como um Estado tampão de modo a deter os ímpetus expansionistas da França pós-Napoleônica, o Reino Unido da Holanda se tornou uma importante área estratégica de influência britânica sobre a Europa (Witte, Craeybeckx, Meynen, 2009, p.24). A Figura 3 apresenta como o Concerto Europeu definiu limites e fronteiras na sociedade de Estados europeia de modo a preservar o equilíbrio de poder entre os Estados (University of South Florida, 2018).



Figura 3: Limites e Fronteiras Europeias Após o Congresso de Viena em 1815.  
Retirado de: University of South Florida, 2018.

Com a erupção do conflito separatista, a França, conforme colocado no Capítulo anterior, decide apoiar os insurgentes belgas entendendo que as ideias revolucionárias defendidas pelos vizinhos pudessem abrir precedentes para um revisionismo expansionista francês que levasse ao controle da região no futuro próximo (Witte, Craeybeckx, Meynen, 2009, p.24). O Reino Unido, temendo que a escalada das animosidades pudesse levar a emergência de um conflito de grande magnitude na Europa, decide pela negociação diplomática em torno dos mesmos objetivos de 1814: a criação de um Estado neutro e que funcionasse como zona tampão entre a França e o resto da Europa (Vanthemsche, 2012, p.14-17). Neste sentido, de modo a preservar o equilíbrio de forças entre os Estados europeus no século XIX, a Bélgica conquista o apoio da comunidade internacional para alcançar a sua independência e elege, ainda em 1830, os integrantes do Congresso Nacional que redigira, no ano seguinte, a constituição (Vanthemsche, 2012, p.14-17).

Desde a sua gênese, a Bélgica foi requerida a manter-se estritamente neutra nos assuntos regionais, preocupando-se, desta forma, com questões internas de manutenção da boa ordem

política, econômica, social e cultural (Vanthemsche, 2012, p.14). Com isto, ainda que o imperialismo constituísse uma importante agenda entre os Estados europeus, o governo belga, até a ascensão do Rei Leopoldo II, em 1865, não empreendeu esforços coloniais ultramarinos significativos, uma vez que isto poderia comprometer a neutralidade do país na balança de poder europeia e a própria sobrevivência da Bélgica diante do intrincado jogo de competição política imperialista (Vanthemsche, 2012, p.14). Entretanto, durante o período de fundação do Estado liberal-constitucional belga (1830-1848), ainda sob o reinado de Leopoldo I (1831-1865), ocorreram algumas exceções: em primeiro lugar, destaca-se o estabelecimento de um entreposto comercial no Rio Nuñez (atual região da Guiné – Conacri) entre 1847-1855; e, entre 1850-1854, houve a tentativa de controlar a atual cidade portuária de Santo Tomás de Castilla, na Guatemala<sup>303</sup> (Vanthemsche, 2012, p.15-16).

Em ambos os empreendimentos mal sucedidos, houve uma forte oposição da opinião pública doméstica (Vanthemsche, 2012, p.15-16). De acordo com historiadores, esta rejeição em prol de um projeto estatal de expansão ultramarina residia, em primeiro lugar, pela falta de uma unidade nacional (Vanthemsche, 2012, p.15; Stols, 1981, p.237–59). Sobre este ponto, cabe destacar que a Bélgica, desde a sua independência até os dias de hoje, é um país marcado por limites e fronteiras linguísticas, religiosas, sociais, culturais e etc. (Stallaerts, 2007, p.v; Cook, 2002, p.xiii). Divida majoritariamente entre duas nacionalidades, os flamengos holandeses do norte e os valões de língua francesa ao sul, além dos habitantes de língua alemã na região central, a Bélgica, a despeito da disputa linguística entre os diversos grupos sociais, logrou uma coexistência entre os habitantes de língua holandesa, francesa e germânica em seu território devido às provisões constitucionais que garantia o respeito a uma série de liberdades fundamentais (Witte, Craeybeckx, Meynen, 2009, p.58). As diferenças linguísticas, que foram utilizadas como instrumento de poder entre a França e a Holanda para manter os seus interesses no recém-criado Estado belga, se perpetuaram em diversas instituições, como repartições públicas, de educação e ensino e demais instâncias da vida privada (Witte, Craeybeckx, Meynen, 2009, p.56-60). Estas divisões levariam a uma crise no governo, entre 1974-1981, e, em 1993 a descentralização da unidade política do país, gerando, desta forma, um governo federalista que preservava os interesses das comunidades de língua holandesa e francesa

---

303 Guy Vanthemsche, na obra *“Belgium and the Congo, 1885-1980”*, destaca que os antecedentes históricos do imperialismo e colonialismo belga remonta ao breve período de pertencimento deste Estado ao Reino Unido da Holanda (Vanthemsche, 2012, p.15). Para o autor, entre 1814-1830, houve um benefício direto dos habitantes da região sul do império da Companhia das Índias Orientais Holandesas (ibidem, p.15). Ainda que seja possível remontar aos séculos anteriores a respeito de um possível traço imperial e colonial belga no sistema internacional, como, por exemplo, através das Companhias Ostende, desenvolvida pelo Sacro Império Romano-Germânico, não é possível manter a posição de que houve o estabelecimento de um legado belga sobre esta expedição na Ásia (ibid., p.15). De acordo com Vanthemsche, contrariando o padrão da França, Holanda, Inglaterra, Espanha, Portugal, inexistia, até o século XIX, a participação belga em instituições de comércios ultramarinos e demais iniciativas institucionalizadas de exploração para além do Estado – dificultando, desta forma, o estabelecimento de um padrão belga de exploração (ibid., p.15).

(Witte, Craeybeckx, Meynen, 2009, p.290-295, 306-312). Conforme será elucidado na seção a seguir, o colonialismo e imperialismo do rei Leopoldo II foi um fator determinante para a conciliação de tensões étnicas, culturais, sociais, linguísticas, religiosas e de outras naturezas correlatas. O rei em questão, através de sua colônia pessoal no Congo, tentava despertar o sentimento de orgulho, conquista, grandeza e afirmação do Estado belga no equilíbrio de forças dos Estados europeus. Ou seja, a afirmação do eu belga se constituiu fundamentalmente a partir da subjugação, dominação, exploração e repressão ao outro congolês – elemento silenciado por Foucault.

Na obra *“Selling the Congo: A History of European Pro-Empire Propaganda and the Making of Belgian Imperialism”*, Matthew G. Stanard relata que a história africana foi negada para que a nação belga fosse criada (Stanard, 2011a, p.47-88). O autor destaca como a propaganda imperial e colonial difundida através de exposições, museus, educação em massa, monumentos e cinema, fora responsável por afetar o dia a dia do imaginário da sociedade belga sobre a colônia pessoal de Leopoldo II (Stanard, 2011a, p.4). Neste sentido, Stanard aponta que os esforços de construção nacional belga em detrimento do outro congolês, através das publicidades culturais, angariou o apoio de grande parcela da população, que passou a entender que a sua própria subsistência de vida diária dependia em grande medida dos esforços de Leopoldo II sobre o Estado Independente do Congo (EIC) (Stanard, 2011a, p.4). Desta forma, o impacto positivo provocado pelas campanhas propagandísticas na consciência dos flamengos e valões, permitiu que o rei belga silenciase as consequências de seu regime segregacionista (Stanard, 2011a, p.31-32). Entre 1885-1908 diversas manifestações culturais na Bélgica demonstravam que a metrópole e colônia não estavam numa relação de oposição direta, ao contrário, perfeitamente integradas e numa relação harmoniosa mútua<sup>304</sup> (Stanard, 2011a, p.32).

Outra questão que explica a falta de suporte nacional aos projetos de expansão ainda apresentados por Leopoldo I reside nas fortes tendências liberais à época, principalmente a partir de 1850 (Vanthemsche, 2012, p.15). A percepção da sociedade belga era a de que os domínios de além mar eram extremamente custosos e contraproducentes, do ponto de vista político e econômico (Vanthemsche, 2012, p.15). Defendo uma posição de livre mercado entre as nações, de modo a manter o progresso industrial do país que já demonstrava uma pujança significativa em 1830, setores sociais belgas defendiam a integração do país às cadeias comerciais globais estabelecidas

---

304 Na obra *“Naming Colonialism: History and Collective Memory in the Congo, 1870–1960”*, Osumaka Likaka relata que a propaganda difundida por Leopoldo II também silenciou uma série de práticas de aculturação, violência, repressão e dominação severa promovida pelo rei belga durante a vigência do Estado Independente do Congo (EIC) (Likaka, 2009, p.105-106). A propaganda difundida por Leopoldo II teve o efeito reverso que foi o de promover um forte movimento cultural no EIC em oposição aos padrões culturais promovidos pelos belgas (Likaka, 2009, p.105).

por ocasião da Revolução Industrial iniciada a partir do século XVIII<sup>305</sup> (Vanthemsche, 2012, p.15). Combinado estes dois elementos, que não pretendem ser exaustivos, é possível argumentar que a Bélgica não perseguiu de modo institucionalizado até 1880 uma política nacional de ampliação da sua inserção no sistema internacional baseado no colonialismo e imperialismo. Esta tendência seria revertida com o Rei Leopoldo II, que ascende ao poder em 1865 e que se afirma, gradativamente, como uma força expressiva no equilíbrio europeu – tal como a subseção a seguir discorre.

#### **4.3.1 O Rei Leopoldo II e o Estado Independente do Congo (1885)**

Com a ascensão do Rei Leopoldo II ao trono em 1865, a Bélgica ganha um novo ímpeto imperialista<sup>306</sup> (Vanthemsche, 2012, p.17). Alguns elementos que explicam este ponto de inflexão são: a tentativa de manutenção das iniciativas delineadas por Leopoldo I de conquistas e anexações; o fortalecimento do sentimento nacional; a afirmação simbólica e diplomática da grandeza de Leopoldo II perante o concerto de nações europeias; a reconciliação de grupos domésticos em litígio, estimulando, desta forma, as energias em prol de ganhos comerciais; e, não exaustivamente, a tentativa de angariar o máximo possível de lucro e enriquecimento pessoal (Vanthemsche, 2012, p.17). Mesmo diante de todos estes elementos históricos, inegavelmente, a ambição pessoal do rei exerce um papel fundamental (Vanthemsche, 2012, p.17). Leopoldo II potencializa a máxima de Foucault: “o jogo é na Europa, mas o que está em jogo é o mundo” (Foucault, 2008b, p.77). Ou seja, o rei belga entendia estrategicamente que o enriquecimento político e econômico da nação passava necessariamente pela expansão e conquista política e econômica em outras regiões do sistema internacional: desde a África, passando pela Ásia, até a Oceania e Américas (Vanthemsche, 2012, p.17). Todos estes continentes foram apresentados como espaços possíveis de inserção colonial e imperial belga (Vanthemsche, 2012, p.18).

É digno de nota destacar que a criação do Estado Independente do Congo (EIC) foi resultado de uma progressão histórica envolvendo episódios circunstanciais e descontínuos que levariam a

---

305 Conforme Guy Vanthemsche destaca, em 1830, a Bélgica já ocupava o rol de grandes potências industrializadas na Europa (Vanthemsche, 2012, p.14). Representava, desde a sua independência, a segunda maior nação industrializada do continente, perdendo apenas para o Reino Unido (ibidem, p.14). De modo, portanto, a manter o padrão de crescimento econômico, industrial, e a uma série de acordos de livre comércio estabelecidos ainda durante o período de anexação à Holanda, o imperialismo, na percepção das elites do país, representavam, desta forma, uma estratégia contraproducente em termos de gastos (ibid., p.15).

306 Antes de assumir a plena responsabilidade sobre o Estado Independente do Congo (EIC), Leopoldo II apresentou diversos outros projetos de colonização sobre os seguintes territórios: Filipinas, Formosa (Taiwan), Tonkin (Vietnã do Norte), Creta, Chipre, Bornéu (atual região localizada entre Brunei e Indonésia), Marrocos, Angola, Moçambique, Camarões, Ilhas Fiji, Ilhas Salomão, Etiópia, Vanuatu e etc. (Vanthemsche, 2012, p.18). Em todos os casos, Leopoldo II sugeria a adoção de um modelo que variava desde a criação de uma empresa comercial, ou um território que poderia ser comprado ou arrendado, ou até mesmo um estado independente que pudesse ser administrado sob sua soberania pessoal (ibidem, p.18).

dominação pessoal de Leopoldo II sobre o atual território da República Democrática do Congo entre 1885 até 1908 (Vanthemsche, 2012, p.19-21). No plano sistêmico, os elementos que contribuíram para a formação do EIC fora, em primeiro lugar, o aproveitamento, por parte do rei belga, do jogo de forças entre a Alemanha, França, Portugal e Reino Unido, que até então estavam evitando uma confrontação direta em prol de ocupações ultramarinas (Vanthemsche, 2012, p.21). Conforme será destacado adiante, este clima de não hostilidade mútua levaria, posteriormente, à delimitação formal de territórios extraeuropeus na Conferência de Berlim em 1885. Em segundo lugar, a partir da segunda metade do século XIX, há um crescente interesse das elites europeias em torno de uma exploração sistemática do espaço africano e demais continentes, possibilitando, desta forma, que Leopoldo II gozasse de um ambiente favorável para o financiamento de expedições, pesquisas e missões comerciais em regiões extraeuropeias (Vanthemsche, 2012, p.18).

No âmbito interno, o rei belga “corrompeu jornalistas e lançou propagandas direcionadas a manobrar a opinião pública nacional e internacional”<sup>307</sup>, além de “manipular textos oficiais do governo e de até mesmo mentir para autoridades do governo e de nações estrangeiras”<sup>308</sup> em torno dos custos envolvidos e, mais importante, de suas reais intenções sobre o EIC (Vanthemsche, 2012, p.20, tradução livre). Todas estas artimanhas tinham como finalidade chamar a atenção da Bélgica para o EIC e, simultaneamente, garantir o suporte externo para as empreitadas coloniais no coração da África (Vanthemsche, 2012, p.20). O primeiro passo neste sentido foi a convocação, em 1876, de uma Conferência Geográfica Internacional em Bruxelas de modo a discutir questões “humanitárias” “científicas” e “escravocratas”, criando assim um pretexto para legitimar os projetos da realeza belga no continente africano (Vanthemsche, 2012, p.19). Durante a Conferência, Leopoldo II cria a Associação Africana Internacional (AIA – acrônimo em francês) com o objetivo de explorar e civilizar a África Central (Stanley, 2011, p.33). Integravam a AIC representantes da Alemanha, Império Austro-húngaro, Bélgica, França, Itália, Reino Unido e Rússia (Stanley, 2011, p.33). A Comissão deveria contar com Comitês Nacionais de modo que os Estados membros pudessem coletar o máximo possível de informações sobre a região africana, cooperando e centralizando esforços para o mesmo objetivo (Stanley, 2011, p.33).

Outro movimento importante operado por Leopoldo II foi o aproveitamento da expertise de alguns exploradores, como é o caso do anglo-americano Henry Morton Stanley, que estivera em expedições na África entre 1874-1877 (Vanthemsche, 2012, p.19; Stanley, 2011, p.1-8). Graças aos conhecimentos adquiridos por Stanley, que havia sem sucesso chamado a atenção do Reino Unido para uma exploração sistemática do Rio Congo, Leopoldo II criou o Comitê de Autos Estudos do

---

307 “He corrupted journalists and launched propaganda campaigns aimed at manipulating national and international public opinion”.

308 “He manipulated official texts, and even lied to his own government and to foreign authorities”.

Congo (*Comité d'Études du Haut-Congo*) que funcionaria como um comitê voltado para a coleta de informações sobre o Rio Congo, facilitando, desta forma, as iniciativas da IAA (Stanley, 2011, p.28). Através deste Comitê, o rei da Bélgica estabeleceu alguns entrepostos comerciais no Congo, via Stanley, levando, posteriormente, a formação da Associação Internacional do Congo (AIC) (Stanley, 2011, p.38).

Diante do estabelecimento de diversos acordos com as autoridades africanas locais, Pierre Savorgnan de Brazza, expedicionário francês, logrou o reconhecimento da soberania francesa em diversos territórios na África Central – principalmente no atual território da República do Congo (Brazavile) (Vanthemsche, 2012, p.20). Leopoldo II que já estava firmando os seus primeiros acordos comerciais, através do Comitê de Autos Estudos do Congo, inicia um intenso movimento diplomático para garantir o controle do Rio Congo e da atual região da RDC (Vanthemsche, 2012, p.20). Suas pretensões quase foram fracassadas diante das negociação entre Portugal e Reino Unido em 1884 (Vanthemsche, 2012, p.20). Na ocasião, houve uma aliança luso-britânica que levou ao reconhecimento britânico da autoridade portuguesa sobre as áreas ao redor da foz do Rio Congo (Vanthemsche, 2012, p.20). De modo a superar esta aparente perda territorial, Leopoldo II concede ao governo francês o direito preemptivo de soberania do território congolês – caso a França assim optasse no futuro (Vanthemsche, 2012, p.20). O governo francês, por sua vez, que temia, uma ingerência britânica sobre as possessões portuguesas, concorda que o Comitê mantenha seus direitos de exploração ao redor do Rio Congo (Vanthemsche, 2012, p.20). Portugal teve as suas pretensões coloniais limitadas em função de uma possível retaliação da França caso o reinado de Luís I não permitisse que Leopoldo II continuasse as suas negociações políticas e econômicas ao redor do território congolês (Vanthemsche, 2012, p.20). O Reino Unido, que até então defendia a bandeira de livre comércio na região, apoia, de igual modo, as pretensões comerciais de Leopoldo II no Congo (Vanthemsche, 2012, p.20). Por fim, não exaustivamente, a Alemanha não se opõe às manobras de Leopoldo II em função das recentes perdas francesas da Alsácia e Lorena (Vanthemsche, 2012, p.20). Desta forma, a possibilidade de conquista do Congo por parte da França (caso assim o Estado optasse) fez com que o governo alemão apoiasse as pretensões de Leopoldo II na região (Vanthemsche, 2012, p.20). Todos estes elementos permitiram, portanto, que a Bélgica, através de Leopoldo II empreendesse sua jornada colonial sem colocar em risco a neutralidade e soberania do Estado belga.

Desta forma, a fundação do EIC, resultou de uma ampla negociação diplomática entre as lideranças europeias, que, por sua vez, concordaram, na Conferência de Berlim, com o reconhecimento da autoridade de Leopoldo II sobre o atual território da República Democrática do Congo (Vanthemsche, 2012, p.21-22). Esta Conferência teve um impacto significado para o

continente africano, uma vez que formaliza, entre 1884-1885, as possessões imperiais europeias na região (Uzoigwe, 2010, p.33-35). Motivados pela expectativa de ganhos econômicos, prestígio político, vantagens diplomáticas, “imperialismo social manipulado”<sup>309</sup> e pela deterrência, os Estados europeus reunidos em Berlim mantiveram o espírito de solidariedade e cooperação tal como iniciado na IAA (Uzoigwe, 2010, p.44; Sanderson, 1985, p.116). Na obra “História Geral da África VII: África sob Dominação Colonial, 1880-1935”, Godfrey N. Uzoigwe, no capítulo 2 “Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral” destaca alguns elementos que explicam porque as potências europeias conseguiram conquistar a África:

“Em primeiro lugar, graças às atividades dos missionários e dos exploradores, os europeus sabiam mais a respeito da África e do interior do continente – aspecto físico, terreno, economia e recursos, força e debilidade de seus Estados e de suas sociedades – do que os africanos a respeito da Europa. Em segundo lugar, em função das transformações revolucionárias verificadas no domínio da tecnologia médica e, em particular, devido à descoberta do uso profilático do quinino contra a malária, os europeus temiam menos a África do que antes de meados do século XIX. Em terceiro lugar, em consequência da natureza desigual do comércio entre a Europa e a África até os anos de 1870 e mesmo mais tarde, bem como do ritmo crescente da revolução industrial, os recursos materiais e financeiros da Europa eram muitíssimo superiores aos da África. Por isso, se as potências europeias podiam gastar milhões de libras nas campanhas ultramarinas, os Estados africanos não tinham condições de sustentar um conflito armado com elas. Em quarto lugar, enquanto o período posterior à guerra russo-turca de 1877-1878 era assinalado, segundo J. H. Rose, por “um estado de equilíbrio político que contribuiu para a paz e o imobilismo na Europa”, o mesmo período, na África, foi marcado por conflitos e rivalidades interestatais e intraestatais” (Uzoigwe, 2010, p.44).

A. Adu Boahen, na obra “*African Perspectives on Colonialism*”, destaca que a despeito destes elementos supracitados, até 1880 não havia sinais claros de que o continente africano seria repartido, ocupado, conquistado e colonizado (Boahen, 1987, p.1). Boahen chama, inclusive, a atenção para o nível de sofisticação política da grande maioria dos Estados da África, onde muitas lideranças exerciam soberania sobre os seus territórios, a despeito da crescente inserção europeia nos assuntos do continente (Boahen, 1987, p.1). A África, antes da Conferência de Berlim, estava atravessando mudanças significativas rumo ao seu crescente poderio, a saber: uma mudança econômica, do trabalho escravo para o desenvolvimento de atividades de cultivo de produtos naturais – permitindo que o continente assumisse uma nova posição na cadeia global de comércio;

---

309 Termo designado pelo historiador britânico G. N. Sanderson para destacar os interesses imperialistas europeus no continente africano travestidos de bandeiras “científicas”, “humanitárias” e “filantrópicas” (Sanders, 1985, p.96-158). Para detalhes adicionais das motivações envolvidas pelos europeus no momento pré partilha da África até as diferentes teorias que explicam as motivações dos Estados para os projetos imperialistas e colonialistas, consultar as seguintes referências: AJAYI, J. F. Ade (Ed.). História Geral da África VI: África do Século XIX à Década de 1880. Brasília: Comitê Científico Internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura para Redação da História Geral da África. 2010. 1032p.; BOAHEN, Albert Adu. História Geral da África VII: África sob Dominação Colonial, 1880-1935. Brasília: Comitê Científico Internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura para Redação da História Geral da África. 2010. 1022p. FAGE, J.D. & OLIVER, Roland. The Cambridge History of Africa. Volume 6: From 1870 to 1905. Cambridge. Cambridge University Press, 1985. 891p.

em segundo, relacionado ao primeiro, diz respeito à integração comercial entre três sistemas independentes de comércio (Atlântico, Mediterrâneo e Índico) que ligavam países da região norte, central e sul da África – promovendo, assim, entre outros pontos, a possibilidade de crescimento econômico; em terceiro, há um expressivo processo de centralização política, marcado pela introdução de modernos sistemas constitucionais de representação – possibilitando, inclusive, um renascimento cultural entre os Estados da região; em quarto, do ponto de vista social, a África estava testemunhando um *boom* demográfico, promovendo assim maior estabilidade populacional/social, política e econômica; em quinto e último lugar, não exaustivamente, do ponto de vista religioso, a África estava, após gozar das benesses de sociedades missionárias cristãs, atravessando um processo de africanização de suas instituições, bem como iniciativas islâmicas estavam empreendendo esforços de unificação de impérios na região (Boahen, 1987, p.1-26).

A Figura 4 e 5 abaixo apresentam a África antes e após da partilha em 1885.



Figura 4: A África Antes da Partilha, em 1885.  
Retirado de: Boahen, 1987, p.3.

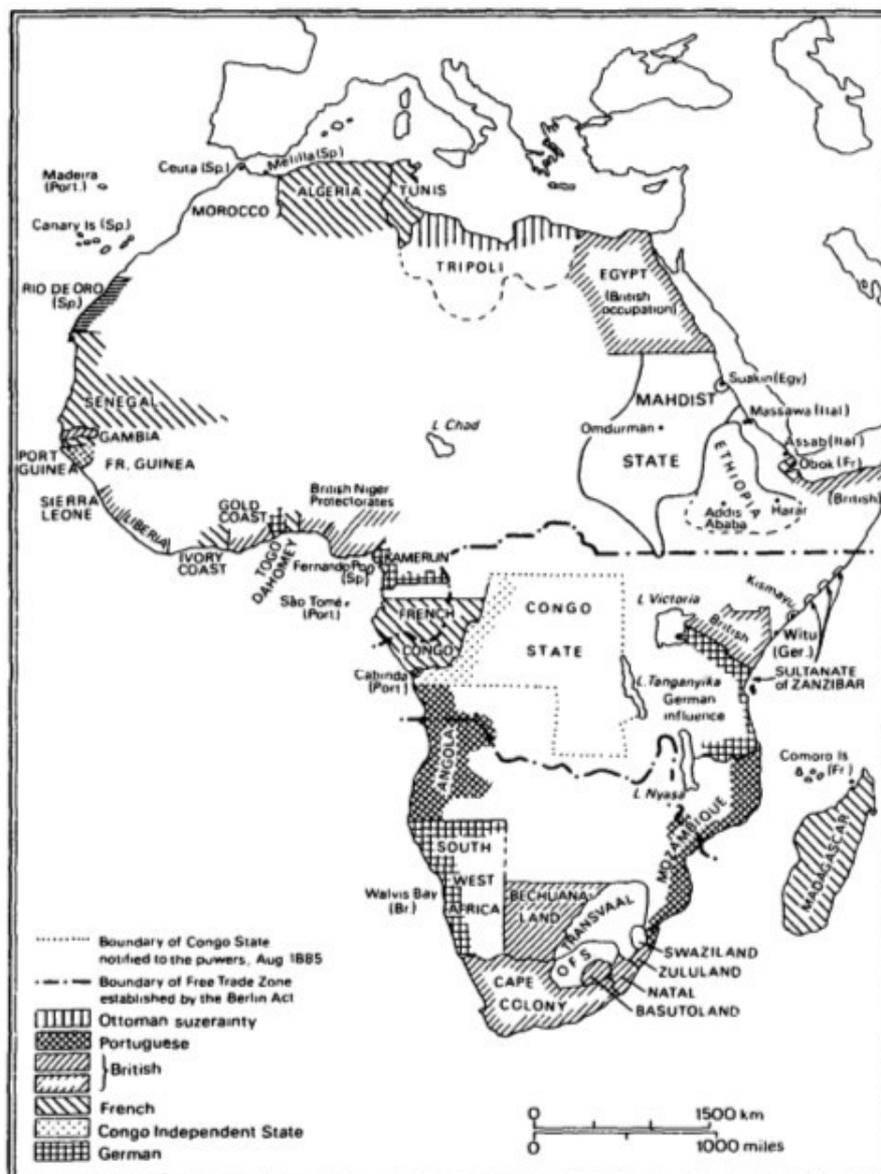


Figura 5: A África após a Partilha, em 1885.  
Retirado de: Sanderson, 1985, p.140.

É possível sustentar que a formação do EIC (bem como de outras áreas de influências europeias) partiu, desde a sua gênese, de um processo de construção de limites e fronteiras artificiais que dividiu lideranças tribais e reinados históricos que datam desde os primeiros séculos da história (Kisangani & Bobb, 2010, p.xxxi-xxxii). Cabe, neste sentido, destacar o grupo etnolinguístico Bantu, que desde 2000 a.C. se assenta na região da atual República Democrática do Congo, e que a partir de então estabeleceu complexas redes políticas, econômicas, sociais e culturais (Kisangani & Bobb, 2010, p.xxxi-xxxii). O contato entre os bantos ocidentais e orientais ocorre entre os séculos II e IV, levando à um sistema de alianças tribais e a constituição de uma

complexa estrutura de poder sociopolítica (Vansina, 2010, p.648). O ápice deste processo ocorre através da emergência do Reino do Congo<sup>310</sup> em 1275, liderado pelo Manicongo (rei) Nimi Lukeine (Kisangani & Bobb, 2010, p.xxxi). Lukeine, original da chefia de *vungu*, localizado no nordeste do Rio Congo, “fundou *Mbanza Kongo* na localização atual de São Salvador e seu reino constituiu-se tanto por aliança com o chefe local, o *kabunga*, e com o rei que, mais ao Leste, dirigia o *Mbata*, no vale do *Inkisi*, quanto pela conquista de outros territórios rumo ao mar e ao baixo vale do *Inkisi*” (Vansina, 2010, p.650). O Anexo 7, na parte pós-textual da Tese, apresenta a divisão geográfica do Reino e as localizações descritas. Por ora basta destacar que o Reino do Congo, coexistindo com outros notáveis reinados, como é o caso do Reino de Luba e Lunda, gastaria todas as suas forças em combates externos com os europeus a partir do século XVIII e XIX, principalmente Portugal e Holanda (Vansina, 2010, p.667-680). Isto levaria à formação de centenas de comunidades independentes, falando, aproximadamente 200 línguas, com baixa integração política e econômica entre si (Wesseling, 2008, p.84).

Aproveitando-se desta descentralização territorial e política histórica promovida pelos próprios europeus, Leopoldo II estabeleceu aproximadamente 450 tratados com os chefes e lideranças que reinavam por “direito real divino” no território da atual República Democrática do Congo entre 1878-1887 (Kisangani & Bobb, 2010, p.xxxiv). Isto permitiu que, no processo de demarcação de fronteiras durante a Conferência de Berlim, Leopoldo II afirmasse à Bismarck: “não poderia a Alemanha reconhecer a AIC e deixar para aprovar as fronteiras, que a AIC especificaria, numa data posterior?” (Wesseling, 2008, p.137). A ideia de Leopoldo II era a de quanto mais vasto o território do futuro EIC fosse, melhor assim seria (Wesseling, 2008, p.137). Do ponto de vista demarcatório, o EIC exerceu um papel fundamental na manutenção do equilíbrio de poder entre os Estados europeus (Wesseling, 2008, p.138-140). A garantia de um Estado Independente era a forma que Leopoldo II havia encontrado para oferecer “a cada uma das grandes potências vantagens consideráveis em relação às alternativas” (Wesseling, 2008, p.141).

H.L. Wesseling na obra “Dividir para Dominar: a Partilha da África, 1880-1914” relata um momento crucial para a delimitação fronteiriça do EIC nas negociações envolvendo Leopoldo II e Otto von Bismarck:

“Com traços fortes, produziram o primeiro esboço do Estado Livre do Congo. Comparado ao sonho de uma região estendendo-se de costa a costa, e de Angola ao Egito, era um plano modesto – nem mesmo Leopoldo ousaria colocar um sonho como aquele no papel. Apesar

---

310 Conforme J. Vansina aponta na obra "História Geral da África V: África do Século XVI ao XVIII", não existe uma precisão histórica quanto ao surgimento deste Reino (Vansina, 2010, p.650). De acordo com a autora, "alguns autores chamam a nossa atenção sobre um processo que começaria, segundo um raciocínio analógico, no século IX. Outros se limitam à data em si da fundação desse reino, ou seja, entre 1300 e 1400" (ibidem, p.650).

disso, o território era bastante vasto, cerca de dois terços do posterior Congo Belga ou, em outras palavras, o Congo Belga menos Katanga” (Wesseling, 2008, p.138).

Durante a existência do EIC<sup>311</sup>, entre 1885-1908, contrariamente aos ideais humanitários, científicos e filantrópicos propostos inicialmente por Leopoldo II, o colonialismo e imperialismo ditaram as atividades na colônia no final do século XIX e início do século XX (Vanthemsche, 2012, p.21-22). O rei belga aprofundou as clivagens locais entre as lideranças africanas, submetendo-as a condições subumanas de trabalho e exploração (Vanthemsche, 2012, p.21-22). É digno de nota pontuar que Leopoldo II inicialmente manteve o EIC com suas próprias riquezas<sup>312</sup>, tendo que futuramente solicitar e obter empréstimos do Estado belga para dar continuidade a existência de sua empreitada colonial<sup>313</sup> (Vanthemsche, 2012, p.21-22). Diante da necessidade de arrecadar fundos em função de gastos envolvendo a construção de infraestrutura para a própria manutenção das atividades comerciais na região, Leopoldo II buscou métodos de apropriação territorial que o tornaria ainda mais poderoso sobre o EIC (Vanthemsche, 2012, p.21-26). O sistema de usurpação baseava-se na divisão das terras em três categorias: terras indígenas, vacantes e concedidas às pessoas físicas ou jurídicas (Vanthemsche, 2012, p.22). Com base neste esquema de distribuição, Leopoldo logrou ao máximo, graças à uma série de provisões legais e estatutárias, lucros exorbitantes sobre a colônia na extração de diversos recursos naturais (principalmente o marfim e a borracha). Outras fontes incluem o marfim, óleo de palma, sementes de palma, copal e minerais (Gibbs, 1991, p.43-44). Através do decreto de 1 de agosto de 1888, dividiu-se o EIC em onze distritos, chefiados pelos comissários distritais (Kisangani, 2012, p.12). A partir de 1895 até 1910 os

---

311 Iniciado, precisamente, no dia 26 de fevereiro de 1885, o Estado Independente do Congo contava com “um sistema político relativamente simples. O governo consistia em um governador geral, bem como ministros do interior, assuntos estrangeiros, e finança, cada um supervisionado por um administrador geral” (Gibbs, 1991, p.41).

312 Na obra “*From the Congo Free State to Zaire (1885-1974): Towards a Demystification of Economic and Political History*” Jacques Depelchin, notável historiador e economista congolês, dedica um capítulo para refletir sobre os custos envolvidos na manutenção do Estado Independente do Congo por parte do rei Leopoldo II (Depelchin, 1992, p.64-84). Inserido num amplo debate entre analistas belgas e congolezes a respeito das despesas do rei Leopoldo II e da própria Bélgica, Depelchin afirma que “não existe um caminho para responder a questão do custo do colonialismo sem aprofundar-nos dos documentos dos agentes dominantes do capitalismo à época (ibidem, p.82). De acordo com Guy Vanthemsche entre 1885 até 1908, o fluxo de capítulo público de Bélgica para a RDC girou em torno de quarenta milhões de francos de ouros (Vanthemsche, 2012, p.160). Para detalhes adicionais dos impactos econômicos do EIC para a Bélgica, ver: DEPELCHI, Jacques. *From the Congo Free State to Zaire (1885-1974): Towards a Demystification of Economic and Political History*. Dakar and Oxford: Codersia, 1992. 235p.

313 É digno de nota destacar que os primeiros passos para o estabelecimento de um sistema monetário no EIC e em alguns outros países da África Central acontece em 27 de Julho de 1887, quando o Franco fora estabelecido como a moeda oficial do EIC, de Ruanda e Burundi (National Bank of Rwanda, 2014). Esta medida visava conferir maior grau de estabilidade para as transações comerciais na região, que, eram extremamente rudimentares, envolvendo como meio de transação o sal, marfim, conchas, cobre, enxadas e machados (ibidem, 2014). Como meio de facilitar as transações comerciais em economias marcadamente de escambo, três anos mais tarde, como parte dos acordos estabelecidos no Tratado de Helgoland-Zanzibar (ou Acordo Anglo-Germânico de 1890), Ruanda e Burundi passariam a ter como moeda oficial a Rúpia (ibid., 2014). Em 1896 um decreto real estabeleceu que notas de pagamentos poderiam ser retiradas no Tesouro do EIC, mas, como sua circulação era limitada, a população local não usava de maneira satisfatória tal moeda (ibid., 2014). Há que se destacar que até 1960, uma moeda comum fora emitida por uma autoridade monetária em comum para a RDC, Ruanda e Burundi (ibid., 2014).

distritos seriam aumentados para 15, provocando, desta forma, uma alteração na configuração política e etnolinguística da região (Kisangani, 2012, p.12). Quatro forças principais seriam diretamente atingidas pelo regime colonial e imperialista de Leopoldo II: os Ovumbundu e o Cokwe (Tshokwe) de Angola; Tipico Tip e seus afro-árabes de Zanzibar; Ngelekwa Mwenda ou Misri; e o grupo Yeke da costa leste do Lago Tanganyika (Kisangani, 2012, p.12). Tipico Tip, por exemplo, chegou a aliar-se à Leopoldo II como uma tentativa de reconhecimento da sua soberania na região oriental do Congo, exercendo até o cargo de governador nos domínios ocidentais durante a existência do EIC (Wesseling, 2008, p.84). Entretanto, a política do rei Belga e, posteriormente, da Bélgica, como será visto adiante, era a de dividir, separar, dispersar, desvanecer e diminuir qualquer tipo de autoridade local.

Adotando um sistema político repressor sem precedentes no continente, Leopoldo II, em pouco tempo, reivindicara todo o território congolês, tonando-o em terras vacantes (sem produção), transferindo, posteriormente, grande parte destas porções territoriais para a iniciativa privada dos Estados europeus – que estabeleceriam suas autoridades paralelas com o EIC em algumas províncias (Gibbs, 1991, p.43). Neste sentido, Leopoldo II concedera concessão política (para fins de administração territorial) e econômica (para fins de exploração econômica) para a *Anglo-Belgian-Indian Rubber Company* (ABIR – acrônimo em inglês) e a *Société Général de Belgique*, que, por sua vez, detinha ações nas seguintes empresas atuantes no EIC à época: *Comité Spécial du Katanga* (CSK – acrônimo em inglês); *Union Minière du Haut Katanga* (UMHK – acrônimo em inglês); *La Société Internationale Forestière et Minière du Congo* (FORMINIÈRE); e, por fim, não exaustivamente, a *Compagnie du Chemin de Fer du Bas Congo au Katanga* (BCK – acrônimo em francês) (Gibbs, 1991,p.44). Leopoldo II, pressionado pelas crescentes denúncias de suas atrocidades, alargaria o seu portfólio de empresas atuantes no EIC ao conceder direitos de prospecção para uma série de companhias britânicas, francesas e estadunidenses (Gibbs, 1991, p.48-49).

Diante do exposto, é possível argumentar que a fundação do EIC fora, desde o início, um projeto defendido por Leopoldo II, que, por sua vez, acreditava que a Bélgica poderia se beneficiar – como de fato se beneficiou através de investimentos no serviço público, criação de novas instituições de governo e etc. – do jogo de forças coloniais entre as potências europeias. Motivado pela exploração, lucro, rentabilidade política, econômica, comercial e financeira, o rei da Bélgica, a despeito da resistência da opinião pública doméstica, gradativamente chamaria a atenção das classes sociais do país para as vantagens oriundas de sua propriedade pessoal na África. Conforme destaca Matthew G. Stanard na obra *“Learning to Love Leopold: Belgian popular imperialism, 1830-1960”*, Leopoldo II, assim como as demais elites imperialistas e coloniais europeias, contrapôs o eu belga

européu em relação ao outro congolês não apenas para criar a unidade nacional desejada, mas também para internalizar o imperialismo no dia a dia da sociedade belga e regional europeia (Stanard, 2011b, p.124-157). Neste sentido, o rei belga se utilizou da propaganda para reafirmar a identidade nacional, simbolismos unificadores da pátria e demais elementos culturais nacionalistas do recém criado Estado belga de modo a influenciar ideias e pessoas (Stanard, 2011b, p.124-157). Inclusive, conforme destaca John M. MacKenzie, editor da obra “*European Empires and the People: Popular Responses to Imperialism in France, Britain, the Netherlands, Belgium, Germany and Italy*”, todas as potências europeias empreenderam o esforços de “othering” (ou seja, de diferença entre o eu e o outro) (MacKenzie, 2011, p.6). Para MacKenzie assim como na Europa, a Bélgica entendera que este esforço era vital para a continuação existencial e ampla do projeto imperial que se desenvolve através de articulações chaves de poder em múltiplas direções (MacKenzie, 2011, p.6).

A despeito dos problemas administrativos e institucionais nos últimos anos de transferência para a Bélgica, o EIC permaneceria no radar dos interesses das grandes potências do norte global. Conforme a próxima seção demonstra, ao assumir o controle sobre a atual República Democrática do Congo, a Bélgica, mesmo diante de algumas reformas pontuais, manteve o mesmo sistema de dominação, exploração e subjugação do povo congolês – levando, desta forma, a uma série de levantes e manifestações/protestos que levariam à independência em 1960.

#### **4.3.2 O Congo Belga (1908-1960)**

Em 1885 o Rei Leopoldo havia obtido licença do parlamento belga para se tornar o soberano do EIC (Gibbs, 1991, p.41). Durante o seu mandato, o território congolês fora severamente afetado por problemas relacionadas à indisciplina, incompetência administrativa, doenças, epidemias, migrações forçadas e, não exaustivamente a uma expressiva queda populacional diante das crescentes mortes advindas da baixa expectativa de vida (Gibbs, 1991, p.45-46). Já no início do EIC, diversos missionários britânicos, americanos e suecos passaram a denunciar abertamente as atrocidades e barbaridades cometidas por Leopoldo II na região (Gibbs, 1991, p.46). Destaca-se a criação, em 1904, da Associação para a Reforma do Congo (*Congo Reform Association*), baseada no Reino Unido, e que, posteriormente, se espalharia para a França, Alemanha e Estados Unidos (Gibbs, 1991, p.46). Aumentou-se, desta forma, o movimento anti Leopoldo II na Europa, especialmente após a publicação de livros, como, por exemplo, o *Coração das Trevas* (1902) de Joseph Conrad e, *A Borracha Vermelha* (1905) de Edmund Dene Morel (Gibbs, 1991, p.46).

Com sua imagem desgastada internacionalmente, o rei da Bélgica tentou, com relativo sucesso aumentar os direitos de prospecção para a iniciativa privada dos Estados europeus e, de igual modo, inserir o Estado Independente no mercado financeiro e econômico global (Gibbs, 1991, p. 48-49). Um dos exemplos é o da mineradora britânica *Tanganyika Concessions* (TANKS) (Gibbs, 1991, p.49). Ao mesmo tempo, Leopoldo II, de modo a abafar os constantes ataques sofridos, anuncia reformas em 1906<sup>314</sup> que jamais sairiam do papel: tais como o aumento de terras para as populações indígenas, a redução de taxas comerciais, o incremento do sistema judicial e coercitivo (Gibbs, 1991, p.48). No mesmo ano em que anuncia tais medidas, numa estratégia política própria de Leopoldo, investidores estadunidenses compram ações da FORMINIÈRE e acionistas franceses aumentam seu capital na BCK (Gibbs, 1991, p.48). Não menos importante, J. P. Morgan torna-se, neste período, o agente fiscal do rei da Bélgica nas Américas (Gibbs, 1991, p.48). O EIC, desta forma, se tornaria cada vez mais palco de disputas financeiras, comerciais, econômicas e monetárias entre as grandes potências à época: Reino Unido e Estados Unidos da América.

Nos anos que antecederam a morte de Leopoldo II, em 1909, o EIC perderia seu poder de competitividade no sistema internacional (Gibbs, 1991, p.49). Com a ascensão de novos pólos de plantação na Índia e no Sudeste Asiático, o EIC testemunharia um declínio expressivo do valor da borracha entre 1906-1908 (Gibbs, 1991, p.49). Desgastado pelas críticas humanitárias, políticas, econômicas, sociais e culturais, Leopoldo II transfere a soberania do território congolês, em 1908, para a Bélgica (Vanthemsche, 2012, p.26-27). Esta mudança levaria à introdução, no mesmo ano em questão, da Carta Colonial (Vanthemsche, 2012, p.26-27). Do ponto de vista político a Carta tinha como objetivo encerrar as atrocidades de Leopoldo II, ainda que mantivesse a estrutura centralizadora de autoridade e tomada de decisão da metrópole em relação à colônia (Vanthemsche, 2012, p.27-28). Adicionalmente, a Carta concedia poucos direitos políticos aos colonos, tais como,

---

314 Cabe destacar que, em 1906, pelo decreto real datado 27 de agosto, é autorizada a cunhagem de moedas em cuproníquel que visava substituir as moedas de cobre e o mitako em bronze que estavam em circulação na região da atual República Democrática do Congo (National Bank of Rwanda, 2014). Como parte deste conjunto de reformas monetárias que estavam atreladas ao projeto político de Leopoldo II para atrair o capital externo ao EIC, dois anos mais tarde, o Congo-Belga, dando continuidade ao projeto colonial anterior, torna-se oficialmente membro da União Monetária Latina (LMU - acrônimo em inglês) (ibidem). Logo após a sua adesão à LMU, o Congo-Belga, no dia 11 de janeiro de 1909 estabelece o Banco do Congo-Belga (BCB), que tinha a finalidade primordial de garantir o desenvolvimento econômico da então colônia belga (Banque Centrale du Congo, 2014). Em 7 de julho do ano seguinte, por conta de uma convenção entre o Congo Belga e o BCB, a Bélgica concedera ao BCB o monopólio durante os próximos 25 anos sobre o direito de emissão de moeda no território do Congo-Belga – tendência que ocorreria, em outros Estados em oportunidades anteriores ou futuras – onde os governos nacionais concediam o privilégio aos bancos centrais para emissão de notas bancárias (idem, 2014). O BCB também a partir do período em questão fora habilitado como agente fiscal da metrópole belga (idem, 2014). Em 1912, apesar de extremas limitações geográficas, o BCB já emitia suas primeiras notas de títulos conversíveis (idem, 2014). Sob a esteira da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Bélgica assume, como consequência da derrota alemã, um mandato, sob a égide da Liga das Nações, sobre Ruanda e Burundi, incluindo ambos os países na Zona do Franco Congo (National Bank of Rwanda, 2014). Durante a referida guerra, a livre conversibilidade de títulos de notas foi abolida e vários Estados da África Central testemunharam uma circulação monetária heterogênea que envolvia moedas portuguesas, austríacas, alemãs, belgas e congolêsas (idem, 2014).

associação, liberdade de expressão, voto e etc. (Vanthemsche, 2012, p.27-28). Mesmo diante da abolição do sistema de divisão de terras de Leopoldo II (*systeme domanial*), as estruturas de poder biopolítico sobre indivíduos e a sociedade congoleza se mantiveram na figura dos governadores, comissários e administradores locais que, por sua vez, lideravam chefes indígenas – que, em alguns casos, atuaram também como auxiliares do poder colonial (Vanthemsche, 2012, p.28). Todos estavam, por sua vez, subordinados ao Ministro de Colônias da Bélgica que tinha como seu subalterno direto o governador-geral, representante máximo da autoridade belga em solo congolês mas que tinha poderes limitados de tomada de decisão (Vanthemsche, 2012, p.28). É digno de nota pontuar que o Ministro de Colônias, que gozava de autoridade legislativa para criar decretos, reportava-se ao Conselho Colonial, que contava, por sua vez com 14 membros – seis eleitos pelo parlamento e oito pelo rei (Vanthemsche, 2012, p.27-28). Esta autoridade ministerial pode ser explicada, em parte, pelo desinteresse de setores do parlamento na manutenção da empreitada colonial de Leopoldo (Vanthemsche, 2012, p.27).

Do ponto de vista econômico, a Carta introduz a separação da Bélgica do Congo-Belga, onde, diante da forte oposição de setores do parlamento, decidiu-se que o orçamento do país não poderia ser utilizado para cobrir as despesas de sua possessão colonial que excedia em setenta e cinco vezes o seu tamanho (Vanthemsche, 2012, p.27, 29). Adicionalmente, cabia ao parlamento belga a aprovação do orçamento em relação à sua colônia na África (Vanthemsche, 2012, p.27, 29).

A Carta Colonial, que acenava, em parte, para uma aparente mudança de paradigma no colonialismo e imperialismo belga, refletia a pressão que a Bélgica vinha sofrendo para introduzir uma série de reformas estruturais em sua colônia (Gibbs, 1991, p.50). O próprio reconhecimento internacional da autoridade belga sobre o Congo acontece somente alguns anos posteriores à 1908, num claro sinal de descontentamento “humanitário” e “econômico” (Gibbs, 1991, p.50). Por outro lado, haviam setores parlamentares que exaltavam a imagem de Leopoldo II e simplesmente não condenaram publicamente ou sequer reconheceram a existência de tais abusos durante o EIC (Vanthemsche, 2012, p.26). Os argumentos para tal postura era a de que os britânicos, mais fervorosos opositores de Leopoldo II, haviam adotado a mesma postura bárbara no seu colonialismo e de que a indignação da comunidade internacional era puramente comercial (Vanthemsche, 2012, p.26; Gibbs, 1991, p.47). Adicionalmente, argumentavam que a postura de Leopoldo II não era ilegal, uma vez que as provisões da Conferência de Berlim de 1885 permitia que os Estados pudessem promover os seus respectivos desenvolvimentos em diversas agendas (Vanthemsche,

2012, p.26). É importante notar que grande parte da historiografia belga, inclusive, exalta os feitos do rei Leopoldo II sobre o EIC<sup>315</sup> (Vanthemscche, 2006, p.89–119).

Esta postura ambígua explica a manutenção de autoridades centralizadoras de poder, repressivas em sua essência, mas ao mesmo tempo, a introdução de reformas pontuais, tais como na área de transportes, educação, administração civil e economia (Gibbs, 1991, p.50-52). A burocracia introduzida pelo governo belga, a partir de 1908, levaria ao desdobramento de vários mecanismos institucionais de monitoramento, controle, vigilância de trabalhadores rurais do campo, os camponeses, e outras classes sociais, tais como chefes de tribos, clãs e etnias (Gibbs, 1991, p.54). Através de um processo crescente e sistemático de substituição de tais autoridades locais pelo “homem branco”, a Bélgica, assim como em Ruanda, logrou um controle sistemático sobre indivíduos e populações em seus domínios – principalmente nos grandes centros urbanos que se formariam posteriormente, por exemplo, em Léopoldville (atual Kinshasa) (Crowder, 2010, p.89). Cabe destacar, neste sentido, que no Congo-Belga “em 1917 (...) contava-se 6.095 chefias mas, em 1938, este número encontrar-se-ia reduzido a 1.212, com 340 setores, reagrupando várias pequenas chefias e formando um conselho em que a presidência cabia a um dos chefes do grupo” (Crowder, 2010, p.97). A *Force Publique*, exército armado colonial criado por Leopoldo II em 1886, em parceria com a polícia nacional belga, continuaria a manutenção da boa ordem interna e externa da colônia (Gibbs, 1991, p.50).

Os mecanismos biopolíticos de controle individuais e coletivos seriam desenvolvidos, em grande medida, no âmbito industrial, através das empresas citadas na última subseção, principalmente a *Union Minière du Haut Katanga*, onde lê-se que:

“Os operários viviam em uma “vila de trabalhadores”, colocada sob a responsabilidade de um encarregado local, nomeado pela empresa e habilitado a resolver as desavenças locais ou receber as reclamações dos seus administrados. Aos africanos pouquíssima era a iniciativa concedida na gestão da sua vida pessoal, em contraste ao que lhes era permitido na vizinha mina de Roan Antelope, em Luanshya, na Rodésia do Norte. A direção da União Mineira buscava conservar um “domínio completo sobre a vida dos seus empregados, visando aumentar a produção cobre” e, deste modo, criar aquilo descrito por Bruce Ferrer como uma “instituição opressora total” (Crowder, 2010, p.99).

Assim como Leopoldo II, o sistema colonial, sob a administração belga, permaneceu como um dos mais exploratórios do continente africano (Crowder, 2010, p.97; Gibbs, 1991, p.76). A breve descrição do modelo colonial belga pode ser resumida através da seguinte síntese “o europeu era o principal agente da exploração (...) cujos recursos agrícolas e minerais eram explorados por

---

315 Para detalhes adicionais a respeito do tratamento historiográfico concedido ao legado colonial e imperial de Leopoldo II, ver: VANTHEMSCHE, Guy. The Historiography of Belgian Colonialism in the Congo. In: LEVAI, Csaba. (Ed.). Europe and the World in European Historiography. Pisa: Pisa University Press, 2006, pp.89-119.

sociedades comerciais, maiores ou menores, dirigentes dos assuntos cotidianos da vida dos africanos por elas empregados, assim como daqueles das suas famílias” (Crowder, 2010, p.97).

Até a independência do país, o Congo- Belga seria impactado por dois acontecimentos históricos notáveis no sistema internacional, a saber: a depressão econômica de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No primeiro evento, a classe empresarial belga e estrangeira levaria a uma pauperização generalizada entre 1930-1932 – onde estima-se que 125 mil assalariados perderiam seus empregos (Crowder, 2010, p.103). Com a desvalorização do cobre e dos outros recursos naturais congolese, diversos trabalhadores industriais tiveram que retornar às suas terras de origem para produzir em larga escala de modo a pagar seus impostos (Gibbs, 1991, p.53). Esta crise econômica, que seria revertida somente na década de 1950, aliada à outras dinâmicas internas próprias da colonização belga, levariam ao surgimento de diversos movimentos nacionalistas que defendiam a bandeira da independência congolese em relação à Bélgica (Gibbs, 1991, p.58). Manifestações e insurreições começaram a ganhar destaque, principalmente, entre movimentos religiosos, como é caso de Kitwala and Kimbangu (Gibbs, 1991, p.58). Em ambos os casos, a simbologia religiosa, pautada na raça, se opunha a qualquer dominação colonial, entendida como sinal do homem branco à serviço do inimigo de Deus (Gibbs, 1991, p.58).

A Segunda Guerra Mundial<sup>316</sup>, além de reforçar o nacionalismo em diversas nações africanas, algumas, inclusive, palcos dos conflitos entre as forças aliadas e do eixo, serviu para intensificar os mecanismos de exploração do governo belga, exilado em Londres após a ocupação germânica do território (Crowder, 2010, p.110). Neste momento, a Bélgica exercia um controle muito limitado sobre o território congolês, que funcionara como um “Estado-colônia efetivamente independente da administração ou da política econômica” (Crowder, 2010, p.110). Ainda que controlasse 85% dos financiamentos do Congo-Belga, a Segunda Guerra Mundial apresentaria uma janela de oportunidade futura para o florescimento do sentimento nacionalista, onde em 1941 e 1944 o número de manifestações aumentasse significativamente (Gibbs, 1991, p.58-59).

Findo o conflito sistêmico que durou seis anos, as condições de vida da população congolese melhoraram – o que não levava, necessariamente, a mudanças no quadro político estrutural (Gibbs, 1991, p.55). Alguns elementos que explicam esta recuperação são, em primeiro lugar, a retomada do crescimento no setor de mineração, principalmente com o advento da Guerra das Coreias (1950–1953) que demandou, por sua vez, os metais básicos exportados pelo Congo-Belga (Gibbs, 1991, p.54). Em segundo lugar, como consequência deste *boom* industrial, destaca-se o aumento do

---

316 Conforme Ali A. Mazrui aponta “a participação da África na Segunda Guerra Mundial deve ser apreciada sob a ótica da “escolha entre vários demônios”. O seu engajamento não foi um processo de colaboração com o imperialismo mas, uma luta contra uma forma de hegemonia ainda mais perigosa. Paradoxalmente, o engajamento da África na guerra representou uma parte integrante da luta do continente contra a exploração estrangeira e da busca pela dignidade humana” (Mazrui, 2010, p.133).

salário local, que elevou o mercado consumidor e resultou no estabelecimento de manufaturas de pequena escala (Gibbs, 1991, p.55). Em terceiro, alguns serviços sociais foram incrementados, como, por exemplo o setor educacional, onde em 1959 (um ano antes da independência), 70 por cento da população já havia recebido educação básica primária (Gibbs, 1991, p.55).

A despeito destes avanços econômicos e sociais a bandeira pela independência não ameaçava diretamente a Bélgica, diferente do Egito, Marrocos, África do Sul, Quênia (Gibbs, 1991, p.59). Diante da magnitude geográfica da colônia, os movimentos, dispersados ao longo do território, encontraram dificuldades de unificação nacional (Gibbs, 1991, p.59). Pesou também à época as clivagens entre grupos étnicos e linguísticos, que, conforme visto, eram muito heterogêneos e foram, sistematicamente, divididos e moldados à imagem e semelhança das estruturas de poder europeia – onde os belgas, por exemplo, nomeavam autoridades indígenas sem qualquer tipo de legitimidade real ou precedência na hierarquia dos chefes de tal comunidade (Gibbs, 1991, p.56). Além disto, os belgas simplesmente retiravam da cena política as lideranças e chefes insubordinados, contribuindo, assim, para a falta de coesão nacional em torno do projeto nacionalista (Gibbs, 1991, p.59). Desta forma, os movimentos pró-independência eram limitados e não colocavam em risco, até dois anos antes da independência do país em 1960, o colonialismo belga (Gibbs, 1991, p.59). Esta tendência seria revertida rapidamente nos anos seguintes, conforme a seção a seguir demonstra.

#### **4.3.3 A República do Congo (1960-1964)**

Conforme elucidado na subseção a anterior, os belgas conservaram o mesmo padrão colonial e imperialista de Leopoldo II (Kisangani, 2012, p.13). A despeito das reformas institucionais introduzidas pela Carta Colonial (1908), os congolese mantiveram-se, até 1960, completamente a par do processo político, econômico, social e cultural (Kisangani, 2012, p.14-15). O autoritarismo e racismo belga produziu um modelo paternalista sobre o Congo Belga, onde coube a metrópole “proteger”, “guiar”, “conduzir” os passos de sua colônia economicamente próspera (Kisangani, 2012, p.14). Como consequência da filosofia de que “os negros têm almas de crianças, almas que são moldadas aos métodos do educador”<sup>317</sup>, a Bélgica adotou um método de isolamento interno e externo do Congo-Belga de modo a torná-lo “um Estado moderno completamente industrializado, capaz de gerir seus próprios assuntos”<sup>318</sup> (Kisangani, 2012, p.14). Acreditava-se que o amplo

---

317 “(...) negroes have the souls of children, souls that mould themselves to the methods of the educator”.

318 “(...) to a fully industrialized modern state capable of running its own affairs”.

intervencionismo estatal sobre a colônia pudesse tornar o Congo-Belga um protetorado político-econômico seguro para o país (Kisangani, 2012, p.14).

Diante, portanto, deste sistema colonial e imperial absolutista, opressor, impositivo e anti-democrático, ainda durante a década de 1950, os primeiros passos rumo à independência congoleza seriam travados (Kisangani, 2012, p.15). Aqueles poucos estudantes que conseguiam ter acesso ao ensino superior (proibido pela Carta Colonial) e com bom conhecimento da língua francesa e da doutrina católica, começaram a organizar pequenos grupos culturais com fortes conexões étnicas já na década de 1940 (Kisangani, 2012, p.15). Conhecidos como *évolués*, estes grupos eram tratados com discriminação racial e humilhação – tendo, desta forma a independência como o único caminho a ser seguido (Gibbs, 1991, p.7). Entre os *évolués* mais assertivos à época, destaca-se a Aliança de Bacongo (ABAKO – acrônimo em francês), que contava com uma notável abrangência regional e étnica (Gibbs, 1991, p.71). Fundada por Edmond Nzenza Nlandu, o objetivo da ABAKO era o de proteger os interesses e a língua do povo Congo – que, como visto, exerceu uma soberania interna e externa expressiva entre os séculos XIII-XVII (Kisangani, 2012, p.15). Localizada estrategicamente em Léopoldville, que se tornaria a capital do país, o ABAKO, em parceria com diversas outras associações etnolinguísticas, pressionariam o governo belga para a introdução de reformas políticas que possibilitassem maior engajamento político, econômico e social (Kisangani, 2012, p.15). É digno de nota pontuar que até 1956 o Congo-Belga contava com 317 *évolués* e uma membresia que girava em torno de 15 mil associados (Gibbs, 1991, p.71). De igual modo importante, dois anos mais tarde, outros grupos de *évolués* criariam a Associação Tribal de Katanga (*Confédération des Associations Tribales du Katanga* – CONAKAT, acrônimo em francês) e a Associação Tribal de Baluba (*Confédération des Associations Tribales du Katanga* – BALUBAKAT, acrônimo em francês) (Kisangani, 2012, p.15-16).

Como resultado das crescentes mobilizações entre os grupos etnolinguísticos, o governo belga, no dia 26 de março de 1957, decreta a eleição para os conselhos em três grandes centros urbanos (Kisangani, 2012, p.15). Os conselheiros eleitos deveriam nomear o prefeito para Léopoldville, Elisabethville e, posteriormente, para outras províncias (Kisangani, 2012, p.15). Este precedente possibilitou que os *évolués* pudessem se organizar nos moldes das democracias representativas modernas, competindo no sistema político democrático limitado previsto pela Carta Colonial e seus decretos (Kisangani, 2012, p.16). Além do ABAKO, CONAKAT e BALUBAKAT, ganha expressão no cenário político congolês o Movimento Nacional Congolês (MNC)<sup>319</sup>, liderado

319 O Movimento Nacional Congolês foi fundado em 1958 por Patrice Lumumba, Joseph Ileo, Joseph Ngalula, Gaston Diomi, Arthur Pinzi, e Cyrille Adoula (Kisangani & Bobb, 2010, p.372). Baseado nas ideias pan-africanistas de alguns líderes do continente, o movimento tinha o intuito de estabelecer uma base de desenvolvimento nacional no país com forte raiz nacionalista e socialista (ibidem, p.372). No ano seguinte, o grupo se dividiu por conta de conflitos internos entre a ala esquerdista do partido liderada pelo próprio Lumumba e pela ala moderada liderada por Albert Kalonji (ibid.,

por Patrice Lumumba e o Partido Nacional do Progresso (PNP – acrônimo em francês) (Kisangani, 2012, p.16). Somente o MNC e o PNP envidaram esforços em prol de uma agenda de organização nacional (Kisangani, 2012, p.16).

Os protestos aumentariam ao longo de 1958-1959, precisamente em janeiro de 1959, quando uma série de distúrbios e motins eclodiram na então capital da colônia, Leopoldville, forçando o governo belga a fazer duas concessões importantes: em primeiro lugar, decidiu-se pela eliminação da discriminação racial e, em segundo, pela concessão da independência política (Gibbs, 1991, p.74). Diante da oposição sistemáticas aos projetos de independência e/ou tutelas oferecidas pelo governo belga (principalmente por sua demora, uma vez que o plano era de que somente em 1964 a autonomia colonial fosse adquirida), o rei Balduíno da Bélgica convoca, em janeiro de 1960, uma mesa-redonda/conferência sobre o futuro político de sua então colônia para o mês seguinte (Kisangani, 2012, p.16). Contando com a participação da maioria das lideranças dos partidos políticos e dos *évolués*, chegou-se a um consenso sobre “o cronograma para a independência e a forma de organização estatal posterior”<sup>320</sup>; e, outro ponto, não menos importante e consensual resultante da conferência fora a oposição entre os unitaristas (que defendiam um governo central) e os federalistas (que concordavam com um governo descentralizado) (Kisangani, 2012, p.16). Por um lado, o MNC defendia uma agenda radical nacionalista: a independência imediata das estruturas de poder belga e um governo centralizado (Kisangani, 2012, p.16). O ABAKO, por sua vez, se mostrava favorável à uma radicalização federalista, com a rápida independência mas como um governo descentralizado (federalista) (Kisangani, 2012, p.16). O PNP, partido de orientação conservadora, assumiu uma postura moderada e nacionalista, com uma independência gradual e um governo central (Kisangani, 2012, p.16). Por fim, não menos importante, o CONAKAT justificava a necessidade de um processo gradual de independência com um governo federalista (Kisangani, 2012, p.16).

Durante a conferência estabeleceu-se que a Carta Colonial deveria dar lugar à Lei Básica (*Loi Fondamentale*), constituição interina que previa “uma legislatura bicameral, um primeiro ministro, um presidente cerimonial, e instituições locais semiautônomas”<sup>321</sup> (Gibbs, 1991, p.75). De igual modo, fixou-se que as eleições deveriam ocorrer em maio de 1960 e a independência em junho do mesmo ano – ou seja, em menos de seis meses após o início da conferência (Kisangani, 2012, p.16; Gibbs, 1991, p.76). Ainda são incertas as abordagens historiográficas sobre as razões pelas quais a Bélgica tão rapidamente decidiu pela independência (Gibbs, 1991, p.77-78). Algumas

---

p.372). Apesar da fratura, Lumumba continuara com a liderança do partido, formando, inclusive, uma coalizão com membros do ABAKO em 1960 (ibid., p.372).

320 “(...) the timing of independence and the form of state organization afterward”.

321 “(...) a bicameral legislature, a prime minister, a ceremonial president, and semi-autonomous local institutions”.

explicações afirmam, por exemplo, que a independência foi um resultado da oposição da Igreja Católica e do partido socialista belga às constantes repressões belgas aos movimentos nacionalistas, como o ABAKO (que, por sua vez, se radicalizou instantaneamente em função das severas repressões sofridas) (Minter, 1984, p.29-30). Neste sentido, a independência foi um ato desesperado do governo belga de se livrar das constantes tensões que se defrontara na colônia (Minter, 1984, p.29-30). Em segundo lugar, as explicações mais defendidas, caminham na direção de afirmar que a apressada autonomia fazia parte de uma estratégia do governo belga de estabelecer um neocolonialismo, uma vez que as estruturas de poder congoleas ainda se mostravam incapazes de manter uma unidade e controle nacional (Gibbs, 1991, p.78). Este ponto será explicado adiante.

Por ora, basta destacar que, após o resultado das eleições, nenhum partido, dentre os 250 concorrentes, alcançou a maioria nas câmaras baixas do parlamento<sup>322</sup> (Kisangani, 2012, p.16). Diante da pluralidade partidária, as lideranças dos principais partidos, principalmente do MNC e ABAKO concordam em formar um grupo de coalização para a composição do primeiro governo (Kisangani, 2012, p.16). Patrice Lumumba do MNC torna-se então o primeiro-ministro, Joseph Kasavubu, do ABAKO, presidente, além do vice primeiro ministro Antoine Gizenga, do Partido Lumumbista Unificado (Kisangani, 2012, p.16).

Lumumba<sup>323</sup>, notável liderança congolea, durante o discurso de cerimônia que formalmente reconhecia a independência do Congo-Belga, reforça sua posição nacionalista, pan-africanista e anti-colonial ao afirmar que:

“(...) esta independência do Congo, se hoje é proclamada com a concordância da Bélgica, país amigo com quem tratamos de igual para igual, nenhum congolês digno deste nome jamais poderá esquecer, foi conquistada pela luta, uma luta de todos os dias, uma luta ardente e idealista, uma luta na qual não poupamos nem nossas forças, nem nossas privações, nossos sofrimentos, nem nosso sangue (...) Qual foi a nossa sorte durante 80 anos de regime colonial, as nossas feridas estão ainda muito frescas e muito dolorosas para que nós possamos removê-las da nossa memória; nós conhecemos o trabalho exaustivo, exigido em troca de salários que não nos permitiam nem comer para matar a nossa fome, nem nos vestir ou morar decentemente, nem criar nossos filhos como seres amados (...) A República do Congo foi proclamada e o nosso querido país está agora nas mãos dos seus próprios filhos. Juntos, meus irmãos, minhas irmãs, começaremos uma nova luta, uma luta sublime que levará o nosso país à paz, à prosperidade e à grandeza. Juntos, nós vamos estabelecer a justiça social e assegurar que cada um receba a justa remuneração por seu trabalho (...) A independência do Congo é um passo marcante para a libertação de todo o continente africano (...) Vida longa à independência e a união africana”<sup>324</sup> (Movimento para a Paz e a Democracia em Angola, 2018, tradução livre).

322 Das 137 cadeiras no Parlamento, o MNC conseguiu o maior número delas (40 no total) (Gibbs, 1991, p.81). Outros 33 partidos obtiveram assento mas nenhum deles conseguiu um número maior que 13 (ibidem, p.81).

323 Antes mesmo de assumir o cargo de primeiro ministro, Lumumba já demonstrava claramente sua simpatia às ideias socialistas (Gibbs, 1991, p.79). Fora o responsável por introduzir no âmbito do Movimento Nacional Congolês esta ideologia, aliada a um forte teor pan-africanista (ibidem, p.179). Participou da Conferência de Todos Povos Africanos, em Gana, além de integrar diversos debates contra a colonização na África e na Europa (ibid., p.79). Ganha muito respeito e notoriedade entre as lideranças africanas e mundias à época, obtendo, desta forma, expressivo capital político e popularidade (ibid., p.79).

Ainda durante o discurso de posse, o rei Balduíno e o próprio presidente Kasabuvu, num breve cochicho, demonstram suas insatisfações em relação à postura política, econômica, social e cultural apresentada por Lumumba. De fato, a sobrevivência política do primeiro ministro frente ao cargo seria muito breve (Kisangani, 2012, p.16). Quatro dias após o pronunciamento de Lumumba, uma aguda crise abate as Forças Armadas, o Exército Nacional Congolês (ANC – acrônimo em francês) (Kisangani, 2012, p.17). Como parte do processo de africanização iniciado por Lumumba, a Force Publique, força armada colonial belga, havia sido renomeada para ANC (Kisangani, 2012, p.17). O presidente Kasabuvu que havia assumido o posto de comandante chefe da ANC e Lumumba, ministro da defesa nacional, nomeiam Victor Lundula como grande general das Forças Armadas (Kisangani, 2012, p.17). Joseph Mobutu, antigo sargento da *Force Publique*, é promovido ao posto de coronel e chefe de gabinete da ANC (Kisangani, 2012, p.17). Todas as tentativas de africanização das forças de segurança na República do Congo haviam sido infrutíferas e incapazes de conter as contantes tensões internas (Kisangani, 2012, p.17).

Outro motivo que abalaria a recém criada nação, foram as guerras de secessão que ocorreram nas províncias congoleas mais ricas em recursos naturais: Katanga, ao norte e sul (respectivamente no dia 11 de julho e 5 de setembro de 1960) e Kasai (em 8 de agosto do mesmo ano) (Kisangani, 2012, p.2). Em três meses Lumumba se viu diante de uma grave cisão interna, apoiada, em larga medida pelas empresas mineradoras europeias e pelos empresários estadunidenses que detinham ações em diversas companhias atuantes na região (Gibbs, 1991, p.84-99). A rápida independência, que para muitos, aprofundou a dependência congolea em relação à Bélgica, se manifestou no aspecto da segurança – onde grande parte do contingente militar ainda estavam sob domínio e influência dos belgas (Gibbs, 1991, p.84).

Diante do apoio aberto e favorável aos grupos de oposição à Lumumba por parte da Bélgica, EUA e Reino Unido, o primeiro ministro decide então pela convocação das Nações Unidas para (i) reassumir a sua autoridade sobre todo o território; (ii) e facilitar a retirada das forças armadas belgas que haviam sido desdobradas para neutralizar as forças do governo (Kisangani, 2012, p.17). O

---

324 “Men and women of the Congo, Victorious independence fighters, I salute you in the name of the Congolese Government (...) Although this independence of the Congo is being proclaimed today by agreement with Belgium, an amicable country, with which we are on equal terms, no Congolese will ever forget that independence was won in struggle, a persevering and inspired struggle carried on from day to day, a struggle, in which we were undaunted by privation or suffering and stinted neither strength nor blood (...) That was our lot for the eighty years of colonial rule and our wounds are too fresh and much too painful to be forgotten. We have experienced forced labour in exchange for pay that did not allow us to satisfy our hunger, to clothe ourselves, to have decent lodgings or to bring up our children as dearly loved ones (...) The Republic of the Congo has been proclaimed and our beloved country's future is now in the hands of its own people. Brothers, let us commence together a new struggle, a sublime struggle that will lead our country to peace, prosperity and greatness. Together we shall establish social justice and ensure for every man a fair remuneration for his labour (...) The Congo's independence is a decisive step towards the liberation of the whole African continent (...) Long live independence and African unity! Long live the independent and sovereign Congo!”

Secretário-Geral à época, Dag Hammarskjöld, inicialmente, rejeita a petição congoleza de utilizar a força para encerrar a secessão de Katanga (Kisangani, 2012, p.17). Desta forma, a saída que restara a Lumumba fora recorrer à União Soviética para que enviase tropas de modo a combater as forças de insurgência que haviam se levantado nas províncias separatistas (Kisangani, 2012, p.17). No contexto da Guerra Fria, num momento que pairavam dúvidas e incertezas sobre a postura socialista do primeiro-ministro, esta decisão representou o estopim para o seu afastamento do cargo no dia 5 de setembro de 1960 (Kisangani, 2012, p.17). Pressionado pelo governo estadunidense, Kasabuvu destituiu Lumumba do poder e nomeia Joseph Ileo para a função, colocando em crise o sistema político do país e a própria estabilidade da nação (Kisangani, 2012, p.17).

Conforme será visto na próxima seção, a história moderna da formação do Estado congolês se mistura em grande parte com a história das Operações de Paz das Nações Unidas. Presentes no terreno no dia 14 de julho de 1960, as tropas militares incrementariam suas funções de governo num claro indicativo de manutenção da governamentalidade liberal: a conservação do equilíbrio de poder entre as potências do norte global e a perpetuação das atividades comerciais desiguais entre a colônia e a metrópole, promovendo assim um enriquecimento desigual entre a Europa e EUA e o resto do mundo. Cercada de críticas quanto à neutralidade dos mantenedores da paz desde o primeiro momento, a Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC) contribuiria de modo sistemático para a queda de Lumumba, a neutralização de Kasabuvu e a ascensão de Mobutu ao poder em 1965 (Gibbs, 1991, p.96-99).

#### **4.4. A Operação das Nações Unidas no Congo (1960-1964): Gênese dos Limites e Fronteiras na sociedade congoleza**

De acordo com o Tratado de Amizade assinado pela Bélgica e a República do Congo, o governo belga poderia continuar utilizando duas bases congolezas: Kitona e Kamina (Boulden, 2015, p.161). No dia 9 de julho de 1960, tropas da Bélgica intensificaram suas posições em ambas as bases, uma ação considerada desrespeitosa aos termos do Tratado, que previa, por sua vez, que o governo congolês gradativamente assumisse o controle destas unidades militares (Boulden, 2015, p.161). Após os motins nas Forças Armadas, somada à guerra de secessão de Katanga, liderada por Moise Tshombe, a Bélgica utilizou seu contingente militar desdobrado em Kitona e Kamina para restaurar a lei e a ordem na ex-colônia congoleza, além de proteger seus cidadãos (Boulden, 2015, p.161). Apoiando Tshombe, a Bélgica deslocaria suas tropas para a província de Katanga – o espaço mais desenvolvido do ponto de vista econômico, representando 40-50% da receita e comércio exterior, além de um terço da produção doméstica congoleza (Boulden, 2015, p.161).

Neste contexto de severa crise interna, Mobutu e Kasabuvu fazem um apelo conjunto às Nações Unidas, no dia 12 de julho de 1960 (Boulden, 2015, p.161). Em resposta, o Secretário-Geral Dag Hammarskjöld, utiliza, pela primeira vez na história da organização, o capítulo 99 da Carta que afirma que “o Secretário-Geral poderá chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer assunto que em sua opinião possa ameaçar a manutenção da paz e da segurança internacional” (Nações Unidas, 2001, p.55). Dois dias após, o Conselho de Segurança, através da resolução 143 “invoca o governo da Bélgica a retirar suas tropas do território da República do Congo”<sup>325</sup>, além de autorizar o Secretário-Geral “a tomar as medidas necessárias, em consulta com o governo da República do Congo, para prover ao governo congolês assistência militar necessária (...) para que as forças de segurança estivessem prontas para desenvolver suas tarefas”<sup>326</sup> (S/RES/143, 1960, p.5, tradução livre). Dois dias após a resolução, no dia 16 de julho de 1960, as primeiras tropas sob a égide das Nações Unidas (contribuições advindas de Gana e Tunísia) são desdobradas no terreno, sob o comando do General Henry Alexander (chefe das Forças de Defesa de Gana) (Kennedy & Magennis, 2014, p.20-22). Posteriormente, outros quatro Estados integrariam a ONUC: Etiópia, Marrocos, Guiné e Suécia (Boulden, 2015, p.163). No total, foram 30 Estados contribuintes<sup>327</sup> (Boulden, 2015, p.162). Em sua extensão máxima, em julho de 1961, a ONUC contou com a presença de 19.828 pessoal militar e civil (Boulden, 2015, p.161). O objetivo da ONUC seria o de atuar em cinco grandes áreas: segurança, humanitarismo, administração civil, democratização e reconstrução econômica (Dobbins et al. 2005, p.12-24). A ONUC inicia as suas atividades como uma missão de assistência técnica civil sem qualquer tipo de plano operacional militar delineado claramente pelas Nações Unidas (Kennedy & Magennis, 2014, p.22). Para esta finalidade, a ONUC estabelece o Grupo Consultivo, uma equipe geral civil de consultores selecionados entre várias instituições das Nações Unidas nas áreas de: agricultura, comunicações, educação, finança, comércio exterior, saúde, instrução (forças de segurança nacional), mercado de trabalho, direito, recursos naturais, indústria e administração pública (Dobbins et al., 2005, p.19). Sob supervisão e controle do Secretário-Geral, na figura do Representante Especial, os primeiros contingentes militares atuaram como força de interposição entre as tropas belgas e os integrantes da ANC (Kennedy & Magennis, 2014, p.22). Conforme colocado na subseção anterior, a expectativa de

---

325 “Calls upon the Government of Belgium to withdraw its troops from the territory of the Republic of the Congo”.

326 “Decides to authorize the Secretary-General to take the necessary steps, in consultation with the Government of the Republic of the Congo, to provide the Government with such military assistance as may be necessary until, through the efforts of the Congolese Government with the technical assistance of the United Nations, the national security forces may be able, in the opinion of the Government, to meet fully their tasks”.

327 Outros Estados membros das Nações Unidas que contribuíram com pessoal militar para a ONUC foram: Argentina, Áustria, Brasil, Burma (atual Mianmar), Canadá, Ceilão (atual Sri Lanka), Dinamarca, Índia, Indonésia, Irã, Irlanda, Itália, Libéria, Malásia, Mali, Holanda, Nigéria, Noruega, Paquistão, Filipinas, Serra Leoa, Sudão, Emirados Árabes Unidos e Iugoslávia (Boulden, 2015, p.162).

Lumumba era a de que os contingentes das Nações Unidas utilizassem a força para expelir a presença das tropas belgas e demais forças de segurança estrangeiras que apoiavam o quadro de secessão em Katanga (Boulden, 2015, p.163).

Passados oito dias após a Resolução 143, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, diante da recusa do governo belga de retirar-se do território, enfatiza, uma vez mais, a necessidade de implementação da Resolução 143 (S/RES/145, 1960, p.6). Adicionalmente, conclama que os Estados membros das Nações Unidas se abstenham de qualquer ação que prejudique a soberania congoleza na manutenção da lei e ordem interna e que venha a atrapalhar os esforços de construção da integridade territorial e independência política do país (S/RES/145, 1960, p.6). Estas diretrizes seriam reforçadas em 9 de agosto do mesmo ano, quando o Conselho de Segurança, através da Resolução 146 conclama, pela segunda vez, a retirada das tropas belgas da província de Katanga, além de afirmar que “a Força das Nações Unidas no Congo não será um partido ou de qualquer modo vai interferir ou será utilizada para influenciar o resultado de qualquer conflito interno, constitucional ou de qualquer outra natureza”<sup>328</sup> (S/RES/146, 1960, p.7, tradução livre).

Apesar das referidas resoluções afirmarem a posição neutra das Nações Unidas, o que ocorreu no terreno fora uma situação bem diferente (Gibbs, 1991, p.96). Influenciado pelos EUA, Estado responsável por aproximadamente metade do orçamento da ONU, Hammarskjöld, apesar de receber autorização do Conselho de Segurança para tomar todas as medidas necessárias para o cumprimento das resoluções 143, 145 e 146, foi incapaz de conter as secessões regionais e manter a integridade e independência política do governo congolês (Gibbs, 1991, p.96). Alinhado às diretrizes da política externa estadunidense sobre a República do Congo, a ONU refletira uma posição anti-Lumumba, que levaria ao seu assassinato em 1961 (Gibbs, 1991, p.92-96). Destituído do cargo de primeiro ministro pelo presidente Kasabuvu, Lumumba, em resposta, afasta Kasabuvu do posto de presidente do país – levando o país ao colapso governamental (Boulden, 2015, p.163). Em resposta, numa clara demonstração de suporte à Kasabuvu, a ONU, à pedido do Representante Especial do Secretário-Geral, Andrew Cordier, decide pelo fechamento do aeroporto e da estação de rádio (Boulden, 2015, p.163). Sob o pretexto de evitar a escalada de uma guerra civil e o estabelecimento de um governo comunista no Congo, Cordier contribuiu para o reforço da autoridade de Kasabuvu, que tinha sua base de suporte política mais próxima da capital e, conseqüentemente, do aeroporto e da estação de rádio central (Boulden, 2015, p.163). A ONU entendia que a democratização da República do Congo passava necessariamente pela integridade territorial do país, pela retirada das tropas belgas e estrangeiras da região, além da adoção de um

---

328 “the United Nations Force in the Congo will not be a party to or in any way intervene in or be used to influence the outcome of any internal conflict, constitutional or otherwise”.

regime liberal-democrático, estes postulados contrários aos ideais revolucionários e nacionalistas de Lumumba (Dobbins et al., 2005, p.22). Desta forma, a democratização congoleza deveria ser alcançada a partir da deposição de Lumumba do poder, que apresentaria uma dificuldade maior em mobilizar as instituições do Estado a seu favor após a decisão de Cordier, ainda que o próprio Lumumba tenha conseguido formar uma coalizão de governo na região oriental do país, em Stanleyville (atual Kisangani) (Boulden, 2015, p.163). Em Stanleyville, Lumumba, em parceria com o vice primeiro ministro Antoine Gizenga, transfere a capital do país para esta localidade, outrora em Leopoldville, e comanda uma investida militar rumo à província secessionista de Katanga (Kisangani, 2012, p.18).

Destaca-se que a postura de Cordier reflete uma importante prática de limites e fronteiras imposta pela ONUC no processo de construção da paz: o ato de tornar legítimo e assegurar determinados espaços, assuntos, sujeitos e conhecimentos em favor de uma rede de instituições governamentais e não governamentais. Definindo como áreas prioritárias de atuação, em primeiro lugar, a capital do país Leopoldville, centro político, e em segundo, Katanga, centro econômico, a ONUC, a partir de 1960, empodera determinados atores e instituições que, por sua vez, excluem oposições sociais, culturais, linguísticas, e simbólicas. Desta forma, a ONUC, ao envidar tais esforços de construção e reconstrução do Estado, desenvolve mecanismos de governamentalidade policial do século XVI e biopolítico liberal do século XVIII sobre indivíduos e populações. Antes de aprofundar esta questão, é digno de nota pontuar o envolvimento de diversas instituições neste processo de *peacebuilding*: o Departamento de Estado dos EUA – Ralph Bunche e Cordier haviam trabalhado nestas instituições e ainda mantinham vínculos de colaboração secreta com o governo estadunidense durante seus mandatos como Representantes Especiais do Secretário Geral das Nações Unidas; a Agência Central de Inteligência (CIA – acrônimo em inglês) – que após a independência do Congo-Belga, instala um escritório que se converteria em uma embaixada e pequeno departamento de guerra na capital da República do Congo; a embaixada estadunidense em Leopoldville, que, em parceria com a CIA, financiaria a secessão em Katanga – contratando, para tal finalidade, a *Seven Seas Airways* para entregar aviões de caça e demais equipamentos aéreos de combate à Tshombe; por fim, não exaustivamente, conforme será explorado adiante, a *American Metal Climax* (AMAX) em parceria com diversas instituições privadas, ligadas em sua maioria ao setor de mineração, foi fundamental para que a ONUC mantivesse a estrutura de poder político-econômico deixada pela administração belga entre 1908-1960 (Gibbs, 1991, p.92-96). A democratização, no sentido lato da palavra nunca fora realmente uma preocupação para a ONUC (Dobbins et al., 2005, p.21). O que se esperava era que ao mobilizar as instituições do Estado favoráveis ao presidente Kasavubu, a ONUC, pudesse diminuir a influência política de grupos e

partidos contrários ao ABAKO e aos setores secessionistas da ANC. A ONUC, portanto, no processo de estabilização política e assistência técnica ao país, empoderou determinados atores e instituições locais em contraposição à outros, não reconhecendo, por exemplo, a legitimidade do governo de Lumumba – agora instalado em Stanleyville. Sobre este ponto, é mister destacar que no dia a dia da população congolese o sentimento era o de que, desde o início, a ONUC foi pensada como uma intervenção multilateral que jamais atenderia aos interesses dos congolese (Dobbins et al., 2005, p.18). Ou seja, o imaginário dos congolese permanecia a posição de que a ONUC “foi guiada por projetos/moldes estrangeiros, ao invés de operar no melhor dos interesses internos dos congolese”<sup>329</sup> (Dobbins et al., 2005, p.18, tradução livre).

O Secretário-Geral Dag Hammarskjöld, que tinha alguns dos seus discursos sobre a questão congolese redigido pelo delegado estadunidense nas Nações Unidas, Henry Cabot Lodge, demonstrava claramente submissão aos EUA e sua posição anti-Lumumba (Gibbs, 1991, p.93). As Nações Unidas estavam a serviço dos EUA, que, durante a administração de Dwight D. Eisenhower, atuaram, através da ONUC, para manter os interesses da Bélgica e Estados aliados, além do conjunto de empresas multinacionais instaladas em Katanga, principalmente a *Unión Minière du Haut Katanga*. Neste sentido, os efeitos das práticas espaço-sociais definidas pela ONUC, neste momento, foram a de inviabilizar qualquer processo de nacionalização e africanização, iniciada por Lumumba, mantendo, desta forma, as divisões étnicas, linguísticas, sociais e culturais dos colonizadores belgas (Dobbins et al., 2005, p.22). O objetivo da ONUC era impedir a todo o custo a dominação soviética da República do Congo, insistindo, desta forma, na manutenção da integridade territorial das fronteiras já existentes baseadas nas divisões etnolinguísticas, políticas, simbólicas e culturais demarcadas por Leopoldo II (Dobbins et al., 2005, p.22). Ou seja, o contingente de 14 mil militares, policiais e civis das Nações Unidas, em contraposição aos 380 militares soviéticos e checos, tinham como objetivo a perpetuação do *status quo* do imperialismo iniciado por Leopoldo II, inviabilizado, desta forma, qualquer possibilidade de autonomia alargada para a República do Congo.

A Figura 6 apresenta o quartel general da ONUC baseado na capital da República do Congo, os batalhões e companhias desdobradas nas províncias congolese e suas respectivas bases.

---

329 “(...) was guided by foreign designs, rather than operated in the best internal interests of the Congolese”.

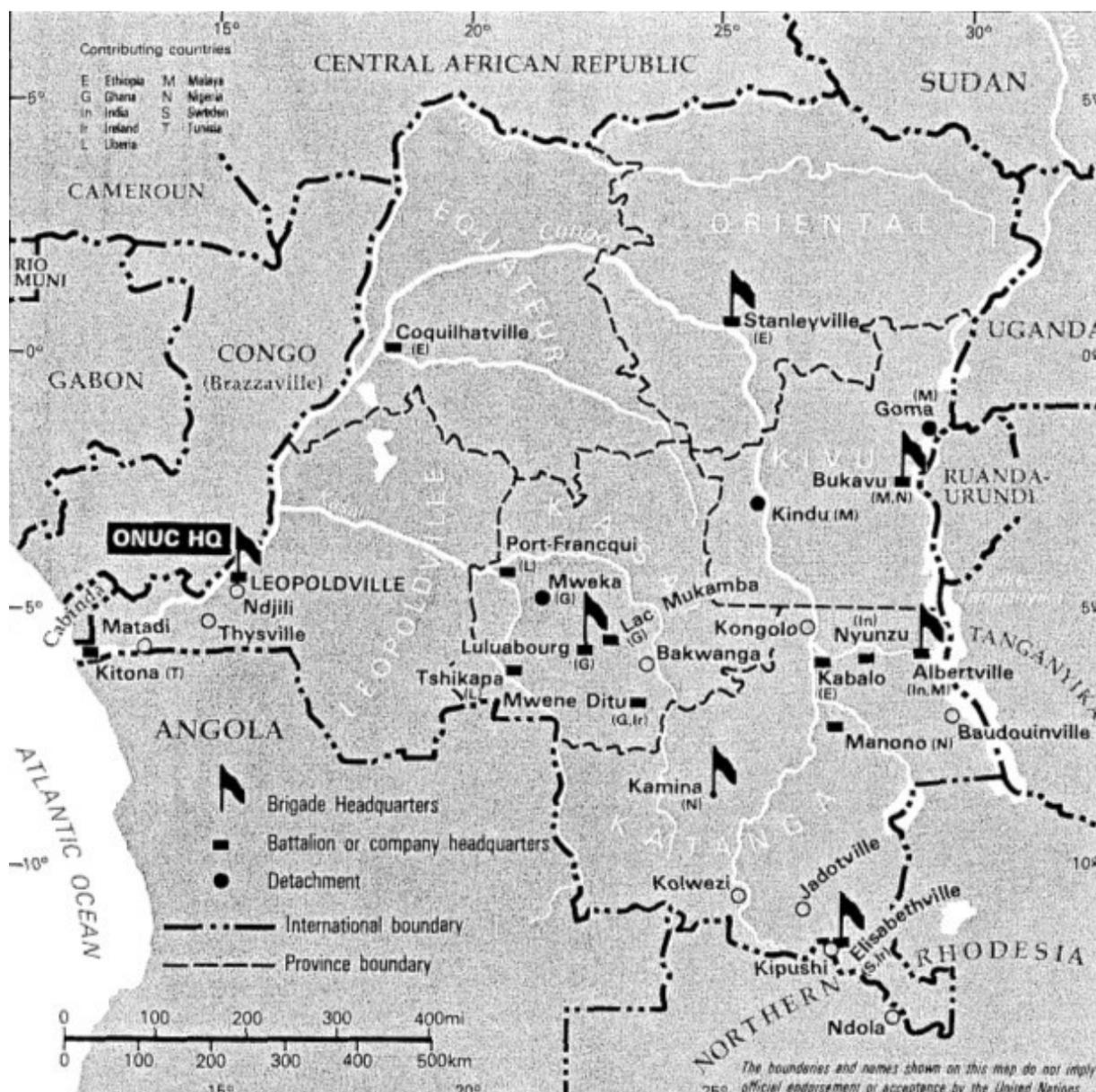


Figura 6: Quartel Geral da ONUC, os Batalhões e Companhias Desdobradas nas Províncias Congolezas e suas Respectivas Bases.

Retirado de: UNDPI, 1985, p.85.

Na linha do argumento de Marsha Henry e Paul Higate, e com base na análise da Figura acima, é possível argumentar que a ONUC representou um projeto de poder espacial na qual as Nações Unidas refizeram o espaço pós-conflito através da reconstrução, utilizando, para tal finalidade mapas locais de modo a redesenhar o espaço, com novas fronteiras internas (Henry & Higate, 2013, p.139). Ou seja, a Operação das Nações Unidas no Congo criou fronteiras e limites internos entre grupos políticos, sociais, étnicos e culturais de modo a conservar uma estrutura de poder biopolítica sobre indivíduos e sociedades. Adicionalmente, estas práticas de limitação e fronteirização, classifica o espaço de acordo com uma lógica de segurança, dependendo das condições socioeconômicas, tal como fora no caso de Léopoldville e Katanga – esta última sendo

uma região economicamente estratégica que deveria ser governada a partir de uma racionalidade liberal (Henry & Higate, 2013, p.139). Na capital do país concentrou-se todos os esforços internacionais de construção e reconstrução do Estado, através do Grupo Consultivo que, em parceria com os programas, agências e fundos especializados das Nações Unidas, atuou no treinamento dos administradores congolese para conduzir e manejar as funções governamentais (Dobbins et al. 2005, p.20). Adicionalmente, o Grupo Consultivo promoveu assistência para o planejamento de longo prazo da economia, educação e serviços sociais (Dobbins et al., 2005, p.20). Somente algumas centenas de funcionários públicos, estudantes secundaristas e de nível superior, além de alguns milhares membros da sociedade civil (não mais que 10 mil) receberiam bolsas de estudos, capacitação e suporte, por exemplo, da Fundação Ford e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (Dobbins et al., 2005, p.20-21). Cria-se, portanto, uma barreira e limite significativo do ponto de vista político, econômico, social e cultural entre os grupos étnicos do grande centro urbano e das áreas rurais do país – que são beneficiados de modo diferenciado pela ONUC.

Diante das críticas quanto à ingerência estadunidense na ONUC e sua ineficiência para proteger a vida de Lumumba, Dag Hammarskjöld foi forçado pelo bloco africano e asiático, somado à expressividade política da União Soviética e seus aliados, a substituir Andrew Cordier pelo indiano Rejashwar Dayal para ocupar o cargo de Representante Especial (Gibbs, 1991, p.97). Dayal, que possuía forte tendência anti-colonial, assume uma posição defensiva em relação à Lumumba, impedindo, inclusive, que o primeiro-ministro fosse preso em algumas investidas de Mobutu (Gibbs, 1991, p.97). Pressionado pelo governo dos EUA para que fosse substituído, Hammarskjöld manteve Dayal entre setembro de 1960 e maio de 1961 (Gibbs, 1991, p.97). Apesar da postura pró-Lumumba, Dayal nada pôde fazer para impedir o golpe de estado perpetrado pelas forças de Mobutu, apoiado pela CIA (Gibbs, 1991, p.96). No mesmo mês que assumiu o cargo, Dayal testemunhou Mobutu fechar o parlamento, suspender a constituição, e criar um Conselho de Comissários Gerais, governando através de um decreto presidencial de Kasabuvu que havia reconhecido sua autoridade (Gibbs, 1991, p.96). Dayal também foi incapaz de impedir a prisão do primeiro ministro em dezembro de 1960 (Kisagani, 2012, p.18). Transferido para Katanga, Lumumba, bem como o vice-presidente do Senado, Joseph Okito e o ministro da juventude Maurice Mpolo, são assassinados no dia 17 de janeiro de 1961 (Kisagani, 2012, p.18).

Após a instauração do golpe de estado, uma das primeiras ações de Mobutu foi a de expulsar as tropas soviéticas e checas (desdobradas em apoio à Lumumba) da República do Congo (Gibbs,

1991, p.96). Neste sentido, alguns Estados<sup>330</sup> contribuintes para a ONU decidem retirar seus contingentes militares do teatro de operação pelo desgaste causado pelo assassinato de Lumumba e o elevado nível de instabilidade política no país (Boulden, 2015, p.163). Outro elemento que explica a retirada de 5.985 mil militares, policiais e civis é a inexistência de um mandato pró-ativo para utilizar a força diante de uma guerra civil, num país, como visto, sem um governo legítimo reconhecido pela comunidade internacional (Boulden, 2015, p.163-164).

Com a diminuição de seu efetivo, a ONU sofreu graves ataques por parte dos grupos armados em Katanga, que se opunham a qualquer intervenção das Nações Unidas e ao projeto político de integridade territorial sob o controle de um governo central (Boulden, 2015, p.165). Além da escalada do conflito, o início de 1961 marca a inauguração do mandato de John F. Kennedy como o trigésimo quinto presidente dos EUA (Gibbs, 1991, p.124). Algumas mudanças de paradigmas durante a sua administração devem ser destacadas em relação à República do Congo: em primeiro, Kennedy, ao contrário de Eisenhower, não apoiava a postura que favorecia os interesses belgas na secessão de Katanga (Gibbs, 1991, p.104). Um dos motivos que explicam esta alteração é a de que o interesse do empresariado estadunidense havia se tornado muito mais heterogêneo e influente, levando a um embate com os aliados europeus de outrora (Gibbs, 1991, p.104). Em segundo lugar, o Escritório Africano do Departamento de Estado estadunidense havia ganhado novo ímpeto: muito mais profissionalizado e entusiasta do livre comércio, acenava com uma postura favorável ao nacionalismo africano (Gibbs, 1991, p.103). Neste sentido, durante o governo Kennedy há uma tentativa de melhorar a imagem de apoio à ditadura de Mobutu para o reestabelecimento do governo parlamentar de Ileo (Kisagani, 2012, p.18).

Neste sentido, Mobutu, em janeiro de 1961, devolve o poder para o presidente Kasabuvu e o primeiro ministro Ileo (Kisagani, 2012, p.18). Treze dias depois, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da Resolução 161 de 21 de fevereiro “insiste que as Nações Unidas tomem imediatamente todas as medidas apropriadas para prevenir a ocorrência de uma guerra civil no Congo, incluindo a organização de um cessar-fogo, a interrupção de todas as operações militares, a prevenção de conflitos, e o uso da força, se necessário, como último recurso”<sup>331</sup> (S/RES/161/ 1961, p.2, tradução livre). De igual modo, a Resolução demanda uma investigação imparcial e neutra sobre a morte de Lumumba e conclama que as forças mercenárias, paramilitares e pessoal militar não autorizado, que haviam sido contratadas pelas lideranças secessionistas, saiam imediatamente do território (S/RES/161/ 1961, p.2).

330 Emirados Árabes Unidos, Guiné, Indonésia, Iugoslávia, Marrocos e Sudão foram os Estados que retiraram seus contingentes militares, policia e civis da ONU (Boulden, 2015, p.164).

331 “Urges that the United Nations take immediately all appropriate measures to prevent the occurrence of civil war in Congo, including arrangements for cease-fires, the halting of all military operations, the prevention of clashes, and the use of force, if necessary, in the last resort”.

Refletindo a transformação de postura em relação as guerras de secessão, a ONUC autoriza duas operações para assegurar a retirada das tropas estrangeiras do território congolês: a Operação Rumpunch, no dia 28 de agosto de 1961, que deteve 81 pessoal militar estrangeiro; e a Operação Morthor, no mês seguinte do mesmo ano, que resultou na assinatura de um cessar-fogo com Tshombe (Boulden, 2015, p.165). Em dezembro de 1961, a Operação Unokat utilizaria a força de modo a desimpedir o acesso das tropas da ONUC até Katanga (Dobbins et al., 2005, p.16). Após o cessar-fogo, a Resolução 169, de 24 de novembro de 1961 destaca que o mandato da ONUC deve ser o de:

“(a) manter a integridade territorial e a independência política da República do Congo, (b) assistir o governo central do Congo na restauração e manutenção da lei e ordem, (c) a prevenir a ocorrência de uma guerra civil no Congo, (d) assegurar a retirada e evacuação imediata do Congo de todo pessoal militar, paramilitar e não autorizado sob o comando das Nações Unidas e todos os mercenários, (e) fornecer assistência técnica”<sup>332</sup> (S/RES/169/1961, p.4, tradução livre).

Adicionalmente, a resolução condena, uma vez mais, as iniciativas secessionistas em Katanga, o apoio ilegal recebido por parte de mercenários, os ataques contra o pessoal das Nações Unidas que haviam se tornado intensos - levando à causalidade de 10 militares e 34 feridos (S/RES/169/1961, p.4-5). Mais importante, a ONUC é investida de autoridade para usar a força se necessário, de modo a apreender, deter, deportar e empreender qualquer tipo de ação legal para retirar do território qualquer pessoal militar que não esteja debaixo do comando das Nações Unidas (S/RES/169/1961, p.4-5). A ONUC, deveria, de igual modo, controlar a entrada e saída de pessoas, além do fluxo de armamentos que pudessem colocar em risco a estabilidade política, econômica e social do país (S/RES/169/1961, p.4-5). Desta forma, a Operação das Nações Unidas no Congo é investida de autoridade para reforçar limites e fronteiras, na medida em que organiza o meio sobre o qual os indivíduos e sociedades deveriam ser governados. Ao utilizar a força para cumprir os objetivos do mandato da Missão, a ONUC monitorou uma série de acordos de cessar-fogo, além de ocupar zonas de interposição entre as forças rivais congolêsas (Dobbins et al., 2005, p.18).

Nesta nova fase da Operação, a ONUC passa, a partir de então, a garantir um ambiente seguro e estável em todo o território de modo que as instituições centrais do governo pudessem exercer suas respectivas autoridades e competências legais (Kisagani, 2012, p.18). Neste sentido, a Missão enfrenta abertamente a secessão de Katanga, permitindo que o novo primeiro-ministro,

---

332 “(a) to maintain the territorial integrity and the political independence of the Republic of the Congo, (b) to assist the Central Government of the Congo in the restoration and maintenance of law and order, (c) to prevent the occurrence of civil war in the Congo, (d) to secure the immediate withdrawal and evacuation from the Congo of all foreign military, paramilitary and advisory personnel not under the United Nations Command, and all mercenaries, (e) To render technical assistance”.



de mercenários capturados (conduzidos de acordo com as Convenções de Genebra), e informantes (alguns deles pagos de modo privado)”<sup>334</sup> (Dorn, 2011, p.119, tradução livre).

As ações militares ofensivas desenvolvidas pela ONUC a partir de 1961 representaram uma resposta às inúmeras violações do acordo de cessar-fogo por parte das forças armadas de Katanga (Boulden, 2015, p.166). Adicionalmente, Tshombe violou os termos da Declaração de Kitona, que previa o reconhecimento da autoridade do governo de Adoula sobre todo o território congolês (Boulden, 2015, p.166). Após a morte de Dag Hammarskjöld, ainda durante as negociações da Operação Morthor, o novo Secretário-Geral U Thant declara publicamente sua posição em favor do uso da força para restaurar a paz em Katanga (Gibbs, 1991, p.133). Esta visão do Secretariado explica a postura pró-ativa diante dos bloqueios terrestres criados pelas forças de defesa de Katanga (ainda apoiados pelos mercenários) que, por sua vez, impediam a comunicação e transporte do pessoal das Nações Unidas (Boulden, 2015, p.165). Em 20 de agosto de 1962, Thant apresentaria um Plano para que “o problema do Congo” fosse solucionado (S/5053/Add.11, 1962, pp. 15-18). Na visão do novo Secretário-Geral, era necessário avançar na redação de uma nova constituição, na repartição das receitas entre o governo central e as províncias, na regulamentação de transações externas, na unificação das formas armadas, na reconciliação nacional e na assistência econômica por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI) (S/5053/Add.11, 1962, pp. 15-18). O Plano Thant prefigura as práticas de normalização política, econômica e social das Nações Unidas para integrar Estados avessos aos postulados do liberalismo e democracia – tal como será destacado adiante. O Plano Thant foi incapaz de promover a paz liberal no seio da sociedade congolês, uma vez que beneficiara, desigualmente e desproporcionalmente, grupos e elites etnolinguísticos, favorecidos assimetricamente pelas grandes potências, principalmente os EUA.

Diante do enfraquecimento de Tshombe, as Nações Unidas lograram, a partir de 1963, que Katanga finalmente fosse incorporada à autoridade de Adoula, encerrando a possibilidade de qualquer guerra civil (Boulden, 2015, p.166). Neste sentido, a ONUC caminharia para a última fase de seu último mandato ao atuar na manutenção da lei e ordem em todo o território (Boulden, 2015, p.166). Como parte destes esforços de paz, a Operação facilitou o processo de reintegração das forças de Katanga para o Exército Nacional Congolês (Boulden, 2015, p.166). Destaca-se que pela primeira vez na história das Nações Unidas, foram desdobradas as Unidades de Polícia Formada (UFP – acrônimo em inglês)<sup>335</sup> com o objetivo de treinar a ANC, contribuindo, desta forma, para a manutenção da segurança pública (ao fazer cumprir a lei) e prestação de assistência técnica (Hunt,

<sup>334</sup> “In 1961, a Military Information Branch was created under the leadership of Scandinavian military intelligence officers to gather information using an unprecedented number of sources and methods. These included information gained from UN patrols and supply flights, dedicated reconnaissance aircraft, wireless-message interception (with code-cracking capabilities), interrogations of captured mercenaries (conducted in accordance with the Geneva conventions), and informants (some of them privately paid)”.

2017, p.19). Presentes desde 1960, o contingente policial contou, inicialmente, com contribuições de forças policiais de Gana, que se posicionaram na capital do país Leopoldville (Hunt, 2017, p.19; Schmidl, 1998, 20-21). Após enredar-se na política interna congolês, em poucos meses, as UFPs se retiraram da República do Congo, dando lugar posteriormente às forças policiais da Nigéria, que atuaram fora da estrutura de comando militar da ONU (Hunt, 2017, p.19; Schmidl, 1998, 20-21). Um acordo tripartite entre as Nações Unidas, a República do Congo e a Nigéria foi assinado de modo que a polícia nigeriana pudesse prestar assistência técnica ao governo congolês (Hunt, 2017, p.19; Schmidl, 1998, 20-21). A Nigéria permaneceu no terreno até 1965, um ano após o término da ONU, “assumindo algumas das funções desempenhadas pelas tropas militares, incluindo a segurança de vidas e bens do pessoal das Nações Unidas”<sup>336</sup> (Schmidl, 1998, 21).

É possível argumentar que o contingente policial da ONU antecede as funções policiais multidimensionais que seriam reintroduzidas a partir do início da década de 1990 no contexto das Operações de Paz das Nações Unidas (Hunt, 2017, p.19; Schmidl, 1998, 20-21). Tendo como finalidade básica a manutenção da lei e da ordem interna, estas funções estão atreladas a governamentalidade policial do século XVI. O objetivo da ONU era que o governo congolês pudesse gozar de uma boa ordem estatal interna, fazendo com que as suas forças crescessem ao máximo, e, ao mesmo tempo, garantindo e preservando o equilíbrio de forças estatais na sociedade de Estados inaugurada a partir do mesmo século XVI. Cabe destacar, neste sentido, que a segunda metade do século XX é marcada pelo processo de descolonização da África e da Ásia, levando a uma segunda fase da globalização da sociedade de Estados europeia (Watson, 1992, p.288). Conforme nota Adam Watson, na célebre obra “A Evolução da Sociedade Internacional: Uma Análise Histórica Comparativa”,

“A descolonização foi uma descentralização política maciça e um balanço substancial do pêndulo para o extremo espectro das múltiplas independências. Os Estados novos agora constituíam a maioria dos membros da sociedade internacional. Eles insistiram no Concerto Europeu de igualdade de todos os Estados soberanos”<sup>337</sup> (Watson, 1992, p.297, tradução livre).

A despeito desta nova configuração na sociedade de Estados, Watson pontua que as duas superpotências à época, EUA e URSS, eram herdeiras da tradição de manejo da sociedade

335 As Unidades de Polícia Formada são pequenos contingentes policiais desdobrados no contexto de uma Operação de Paz das Nações Unidas com três objetivos principais: manejo da ordem pública, proteção do pessoal e instalações das Nações Unidas e suporte necessário para as operações policiais (United Nations Police, 2018).

336 “When the U.N. operation ended in mid-1964, Nigerian police stayed for another year, and —took on some of the duties performed by troops including security of lives and property of the United Nations personnel”.

337 “Decolonization was a massive political decentralization, and a substantial swing of the pendulum towards the multiple independences end of the spectrum. The new and restored states now constituted the majority of the members of international society. They insisted on the European concept of the equality of all sovereign states”.

internacional (Watson, 1992, p.297). Esta tradição permitiu que ambos os Estados pudessem conferir estabilidade ao sistema, absorvendo grandes mudanças como a descolonização (Watson, 1992, p.297). Esta estabilidade fora garantida através do controle hegemônico e, em alguns casos, através da dominação de suas áreas de influência – uma prática de limitação e fronteiras (Watson, 1992, p.297). A partir da administração Eisenhower, Kennedy e de Lyndon B. Johnson, a República do Congo fora incluída como uma zona de controle estadunidense, onde a ONU atuou para integrar este Estado à esta mesma ordem na sociedade internacional, agora organizada a partir das zonas de interesse estadunidense e soviética (Watson, 1992, p.297). A ONU exerceu um papel fundamental para fortalecer a membresia congoleza nas Nações Unidas através dos programas de assistência técnica civil, policial e militar, permitindo, desta forma, que se decifrasse as forças constitutivas deste recém criado Estado. As Nações Unidas possibilitaram, via Grupo Consultivo da ONU, que a estatística, princípio fundamental da polícia do século XVI, pudesse ser implementada nos assuntos congolezes (Foucault, 2008a, p.424). Conforme destaca Foucault, a estatística tem como finalidade “saber, de cada Estado, do seu e dos outros, qual a população, qual o exército, quais os recursos naturais, qual a produção, qual o comércio, qual a circulação monetária” (Foucault, 2008a, p.424). A estatística, portanto, é estabelecida pela polícia, “porque a polícia, como arte de desenvolver as forças, supõe que cada Estado identifique exatamente quais são as suas possibilidades, as suas virtualidades” (Foucault, 2008a, p.424). Desta forma, a ONU exerce uma função policial para além das atividades da FPU que é a de integrar a República do Congo ao equilíbrio estatal da sociedade internacional controlada pelas superpotências. A questão congoleza representava um conflito entre o ocidente, oriente e a própria Europa no tabuleiro de interesses geopolíticos da Guerra Fria (Gibbs, 1991, p.136). A ONU, portanto, possibilitou a substituição do imperialismo e colonialismo belga e europeu, pelo colonialismo e imperialismo estadunidense (Gibbs, 1991, p.137). Uma prática de limites e fronteiras que incide sobre a organização política, econômica, social e cultural do país e que tem um impacto no dia a dia de indivíduos e sociedades.

Neste sentido, é digno de nota ressaltar que para além dos instrumentos policiais, a ONU possibilitou o desenvolvimento dos mecanismos biopolíticos liberais do século XVIII. No que tange a relação entre imperialismo e liberalismo, Foucault destaca alguns elementos importantes (Foucault, 2008b, p.29). Em primeiro lugar, ressalta o autor que o liberalismo representa “uma das formas da governamentalidade moderna” (Foucault, 2008b, p.28). Adiciona que a “autolimitação da razão governamental, característica do liberalismo, se acha numa relação estranha com o regime da razão de Estado – Esta abre para a prática governamental um domínio de intervenção indefinida, mas por outro lado ela se atribui, pelo princípio de uma balança concorrencial entre Estados, objetivos internacionais limitados” (Foucault, 2008b, p.29). Continua Foucault ao afirmar que “a

autolimitação da prática governamental pela razão liberal foi acompanhada do desmantelamento dos objetivos internacionais e do aparecimento de objetivos ilimitados, com o imperialismo” (Foucault, 2008a, p.29). Termina ao sustentar que “a razão de Estado havia sido correlativa do desaparecimento do princípio imperial, em benefício do equilíbrio concorrencial entre Estados. A razão liberal é correlativa da ativação do princípio imperial, não sob a forma do Império, mas sob a forma do imperialismo, e isso em ligação com o princípio da livre concorrência entre os indivíduos e a empresa” (Foucault, 2008a, p.29). Desta forma, a presente pesquisa argumenta que a ONUC atende a uma dimensão imperialista por parte dos EUA, uma vez que o referido Estado, baseado na governamentalidade liberal, promove a concorrência e enriquecimento do capital financeiro e econômico sobre a República do Congo. Atuando em parceria com um conjunto de atores governamentais e não governamentais, a Missão também buscou estabelecer um “governo esclarecido, logo autolimitado: pode ele dar lugar ao direito de propriedade, ao direito à subsistência possível, ao direito do trabalho, etc.” (Foucault, 2008b, p.29). Em outras palavras: a República do Congo, logo após a sua independência, é o espaço de concorrência e enriquecimento das potências do norte global, em especial aos EUA, desenvolvendo, para esta finalidade mecanismos biopolíticos de controle sobre indivíduos e populações, normalizando o recém criado Estado congolês aos padrões da sociedade de Estados internacional.

O conjunto destes atores imperiais, também conhecidos como o “bloco anticolonial”, foi fundamental na substituição da presença dos investidores belgas (favoráveis à secessão de Katanga e outras províncias orientais, como Kasai, ricas em recursos naturais) pelos empresários estadunidenses e seus aliados (Gibbs, 1991, p.105). Chama a atenção, neste sentido, a *Liberian-American Swedish Minerals Company* (LAMCO), um conjunto sindical de seis empresas suecas ligadas ao setor de mineração, atuantes na Libéria, e que tinha uma estreita relação com a ONUC (Gibbs, 1991, p.105). Bo Gustav Hammarskjöld, irmão do Secretário-Geral Dag Hammarskjöld, era o diretor da Grangesburg, uma das maiores empresas constitutivas da LAMCO (Gibbs, 1991, p.105). Dag Hammarskjöld, por sua vez, nomeou para atuar como chefe da assistência técnica das Nações Unidas na República do Congo o diretor geral da LAMCO Sture Linner (Gibbs, 1991, p.105). Outros dois representantes da LAMCO atuariam como consultores no referido programa de assistência: Sven Gustaf Schwartz, diretor de uma das empresas integrantes da LAMCO e Börje Hjortzberg-Nordlund, diretor alternativo da LAMCO (Gibbs, 1991, p.105). Outra figura importante no bloco anticolonial, que defendia, portanto, posições liberais e, ao mesmo tempo, imperiais, fora dois grupos de investidores: em primeiro lugar, o empresário americano e belga Maurice Tempelman, presidente da empresa de comércio de diamantes *Leon Tempelman & Son* e, em segundo lugar, a família Rockefeller, que, por sua vez detinha ações em diversas empresas atuantes

na República do Congo, como a Mobil Oil e, posteriormente, o banco estadunidense Chase Manhattan (Gibbs, 1991, p.112). Victor Hermann Umbricht, responsável pela administração do Banco Central do Congo (BCC),<sup>338</sup> e que ocuparia, posteriormente, o cargo de diretor na Chase Manhattan, facilitou a inserção da República do Congo no sistema monetário e financeiro de Bretton Woods (Dobbins et al. 2005, p.23-25; Gibbs, 1991, p.114). Dentre estas medidas de inserção, destaca-se, por exemplo, a criação do Conselho Monetário da ONUC, que tinha o objetivo de monitorar as atividades do BCC no que tange as suas políticas fiscais e financiamento da dívida pública (Dobbins et al., 2005, p.23). A ONUC, através do referido Conselho, também suspenderia as transações cambiais para prevenir que as reservas de moedas fortes pudessem ser drenadas pelos refugiados em fuga do conflito civil congolês (Dobbins et al., 2005, p.23). A normalização econômica, desta forma, incidia diretamente no dia a dia da população congoleza, principalmente as mais afetadas pelas rebeliões e secessões internas. Os *experts* financeiros do Conselho Monetário, em parceria com o Grupo Consultivo, “aconselharam as autoridades congolezas sobre as complexidades de garantir os ativos financeiros congolezes da Bélgica e desempenharam um papel fundamental para ajudar o primeiro-ministro Adoula a negociar com a Bélgica a dívida colonial e a propriedade belga de empresas privadas que atuavam no Congo”<sup>339</sup> (Dobbins et al., 2005, p.23, tradução livre).

As instituições corporativas estadunidenses tiveram como objetivo a diminuição da presença imperial-liberal belga na República do Congo. Adicionalmente, como visto, deram o suporte e também formularam as políticas das Nações Unidas no início da década de 1960 (Gibbs, 1991, p.114). Desta forma, a pesquisa argumenta que a operacionalidade do poder de fronteiras e limites das Operações de Paz no processo de *peacebuilding* excede as dimensões materiais fixadas em elementos concretos, tal como os contingentes militares. Ao contrário, a transmissão e difusão de poder procede das instituições governamentais e não governamentais e de atores da sociedade civil nacional e transnacional que criam limites e fronteiras no dia a dia da população. Do ponto de vista econômico, como visto, estas diferenciações se manifestaram na inclusão da República do Congo

338 Como parte dos processos de transformações político-econômicas advindas da independência da República do Congo, fez-se necessário uma revisão das instituições monetárias em comum com a Ruanda e Burundi (National Bank of Ruanda, 2014). Cria-se, portanto, o Banco de Emissão de Ruanda e Burundi (B.E.R.B.) e o Banco Central do Congo (idem, 2014; Banque Centrale do Congo, 2014). No dia 3 de outubro de 1960, um decreto de lei institui o Conselho Monetário da República do Congo que tinha a finalidade de submeter conselhos, ao novo governo, relativos à criação de um banco central e a organização de um sistema bancário que se adaptasse ao novo contexto político, econômico e social da República do Congo (ibidem, 2014). No dia 16 de fevereiro de 1961, foram discutidas em Brazzaville os instrumentos de ratificação da Convenção Belga-Congoleza relativa a liquidação da B.E.R.B. (ibid., 2014). Uma semana depois, no dia 23 de fevereiro, foi promulgado o decreto-lei relativo à criação e a incorporação do Banco Nacional do Congo (BNC) (ibid., 2014). Contudo, o Conselho Monetário foi substituído pelo BNC e exerceu suas atribuições até 22 de junho de 1964 (ibid., 2014).

339 “ (...) experts advised the Congolese authorities on the complexities of securing Congolese financial assets from Belgium and played a key role in helping Prime Minister Adoula negotiate with Belgium over the colonial debt and Belgian ownership of private companies operating in the Congo”.

na hierarquia monetária e financeira controlada pelos EUA a partir da Segunda Guerra Mundial – inviabilizando, desta forma, que o recém independente Estado manejasse suas contas de acordo com os projetos locais de desenvolvimento. Adicionalmente, o conjunto de instituições econômicas multilaterais, como o Banco Mundial e FMI pressionariam o BCC a adotar políticas cambiais, fiscais e de outras naturezas à luz dos interesses imperiais-liberais americanos, acirrando, desta forma, as clivagens entre os grupos etnolinguísticos que se organizaram em prol da gerência congoleza antes mesmo da independência do país em 1960. As medidas previstas pelas organizações intergovernamentais externas que giravam, por exemplo, em torno da austeridade fiscal e ajustes nas contas públicas, permitiram que apenas uma parcela da população se beneficiasse das benesses econômicas (Dobbins et al., 2005, p.24).

Conforme destaca Letícia Souza, durante a Guerra Fria, “o principal objetivo de uma organização internacional numa operação de paz era restaurar o controle estatal sobre o seu território e população e limitar os danos que eles poderiam causar para a ordem das superpotências - especialmente uma confrontação violenta entre eles”<sup>340</sup> (Souza, 2015, p.115). Neste sentido, outras práticas de limitação inauguradas pela ONU na atual República Democrática do Congo residem, em primeiro lugar, na perpetuação das fronteiras criadas artificialmente por Leopoldo II durante a Conferência de Berlim. Ao reproduzir as fronteiras do EIC, as Nações Unidas mantiveram as clivagens culturais, simbólicas e sociais das tribos, clãs, etnias e grupos etnolinguísticos que haviam sido subjugados, dominados e excluídos de sua autonomia política e independência legal. Reproduzindo a lógica de fronteirização à la Carl Schmitt, a ONU desenvolveu o mecanismo de manutenção de uma ordem normativa interna que pudesse congregiar todos os povos da região debaixo da autoridade de um governo central uniforme. Esta ordem normativa não foi capaz de integrar plenamente os múltiplos grupos etnolinguísticos no processo democrático de tomada de decisão, uma vez que o objetivo das Nações Unidas era o de desenvolver os mecanismos liberais imperialistas que favoreceram apenas à uma pequena elite política da presidência e das Forças Armadas. O processo de construção da paz, portanto, foi responsável por atender desigualmente indivíduos e grupos sociais, reproduzindo assim, tensões e guerras internas de secessão ocorridas na região noroeste sul de Kasai (entre 1 de outubro de 1962 até 15 de abril de 1964), em Kwilu (entre 6 de janeiro de 1964 e 31 de dezembro de 1965) e na rebelião oriental (entre 15 de abril de 1964 e 1 de julho de 1966) (Kisagani, 2012, p.2). As secessões ocorrem justamente pelos resultados dos limites políticos, econômicos, sociais, culturais e étnicos, que foram impostos pela ONU no processo de construção e reconstrução do Estado congolês. No dia a dia da população, afetada pelas

---

340 “the main objective of international organizations in a peacekeeping operation was to restore states’ control over their territory and population and limit the damages they could cause to the order of the superpowers – especially violent confrontation between them”.

decisões da paz liberal, restou apenas a exclusão e marginalização da vida política, econômica, social e cultural de grande parcela da população do país.

Como visto, uma importante consequência na vida diária da população congoleza fora a divisão de grupos étnicos, favorecidos desigualmente pela ONUC na condução de suas atividades (Kisagani, 2012, p.37). É possível argumentar então que entre 1960-1964 a política de exclusão desenvolvida pela ONUC fora responsável pela perpetuação do quadro de insegurança, instabilidade e conflito que se manteria no curto, médio e longo prazo (Kisagani, 2012, p.63). Em primeiro lugar, a política de exclusão baseou-se na integração do Congo ao mercado mundial, rompendo, assim, com a lógica comercial e administrativas das províncias congolezas (Kisagani, 2012, p.63). Em segundo lugar, a urbanização assimétrica, que levou à ascensão e competição de elites locais, que digladiavam entre si pelo controle dos recursos naturais do país (Kisagani, 2012, p.63). Houve, de igual modo, tensões relacionadas aos discursos modernizadores que foram monopolizados por diversas lideranças locais provincianas apoiadas pelo conjunto de instituições estrangeiras (Kisagani, 2012, p.63). Há, portanto, uma disputa interétnica significativa no processo de centralização da autoridade pública que seria suprimida, posteriormente, por Mobutu, que ascende ao poder em 1965, após a retirada das tropas da ONUC no terreno.

A presente subseção não pretende esgotar toda a análise relativa aos mecanismos de fronteirização e limitação política, econômica, social e cultural desenvolvidas pela ONUC na República do Congo entre 1960-1964. Ao contrário, demonstra, como já a partir da independência do país, as Nações Unidas atuaram na organização do meio congolês de modo que a governamentalidade policial do século XVI e liberal do século XVIII incidisse sobre indivíduos e populações. Por questão de delimitação, não foram aprofundados os conflitos étnicos, culturais, sociais e culturais resultantes destas práticas que ocorreram entre 11 de julho de 1960 e 15 de abril de 1966. Como apresentado, limites e fronteiras geram violência, reproduzem relações de poder e são praticadas por atores e instituições específicos. Desta forma, a próxima subseção apresenta um brevíssimo panorama a respeito da ascensão de Mobutu, que fora empoderado pelas Nações Unidas, EUA e um conjunto de instituições privadas do norte global. Aproveitando-se das fronteiras e limites introduzidos pelas Nações Unidas, Mobutu permaneceria no poder de 1965 até 1997.

#### **4.5. O Zaire (1971-1997)**

Dois meses após a retirada da ONUC, o presidente congolês Kasabuvu destituiu do cargo o primeiro ministro Adoula e nomeia Tshombe, líder do movimento secessionista de Katanga para a nova função (Kisagani, 2012, p.20). A expectativa era a de que a nomeação de Tshombe pudesse

conferir maior estabilidade ao sistema político do país (Gibbs, 1991, p.156). Tshombe poderia organizar sua tropa de mercenários e antigos combatentes de sua província de origem, que estavam exilados em Angola, para compor a ANC, incrementando, desta forma, a performance das forças de segurança nacional (Kisangani, 2012, p.20). Adicionalmente, com a ascensão de Tshombe ao poder, havia a expectativa de que os riscos separatistas diminuíssem e o suporte externo da antiga colônia, a Bélgica, aumentasse, diminuindo as tensões entre as grandes potências do norte global em função da crescente ingerência estadunidense nos assuntos congolezes (Gibbs, 1991, p.156).

Após a supressão dos movimentos de secessão na região oriental do país e em Kwilu, em conformidade com o artigo 185 da Constituição Luluabourg, Tshombe organiza eleições legislativas para o ano seguinte (Kisangani, 2012, p.20). Após o resultado da consulta popular, entre 18 e 30 de março de 1965, a Convenção Nacional Congoleza (CONACO – acrônimo em francês)<sup>341</sup> recebe 122 assentos, equivalente à 73% dos votos distritais (Kisangani, 2012, p.20). Kasabuvu, ao invés de manter a nomeação de Tshombe para chefiar a composição de governo, decide apontar Evariste Kimba, da Frente Democrática Congoleza, para o cargo de primeiro ministro<sup>342</sup> (Kisangani, 2012, p.20). Kimba representava uma força de oposição ao CONACO (Kisangani, 2012, p.20). Diante das tensões entre Kasabuvu e Tshombe, Mobutu, que ocupava o cargo de general das Forças Armadas Congolezas, aproveita o *momentum* de disputas e tensões políticas para dar um golpe de estado em 24 de novembro de 1965 (Kisangani, 2012, p.20).

Apoiado diretamente pelos EUA, Mobutu implementa um ditadura de larga escala na República do Congo (Gibbs, 1991, p.165). Uma de suas primeiras ações é justamente acabar com as atividades parlamentares do país, encerrando os partidos políticos existentes e destituindo Kasabuvu do poder (Gibbs, 1991, p.165). Mobutu estabelece um sistema unipartidário, criando o Movimento Popular da Revolução (MPR)<sup>343</sup> (Gibbs, 1991, p.165). Durante aproximadamente 32 anos, Mobutu se mantém no poder, graças, em grande medida, ao suporte externo das grandes potências – que se beneficiaram diretamente do golpe de estado de 1965 (Gibbs, 1991, p.165). Para alcançar a longevidade no poder, Mobutu introduziu uma série de reformas para aumentar a sua legitimidade e

---

341 A Convenção Nacional Congoleza foi uma coalização de grupos políticos que se uniram para formar um partido político sob a liderança de Moise Tshombe (Kisangani & Bobb, 2010, p.116). Esta iniciativa teve a liderança de movimentos expressivos da Confederação das Associações Tribais de Katanga (CONAKAT) (ibidem, p.116). Quarenta e nove organizações tribais participaram da coalizão de governo do CONACO (Kisangani, 2012, p.20).

342 São incertas as razões pelas quais Kasabuvu destituiu Tshombe da nova coalização governamental que duraria apenas dois meses (Gibbs, 1991, p.162).

343 Instaurado seis meses após o golpe de Estado de Mobutu, o MPR foi o partido único que governou a RDC de 1970 a 1990 (Kisangani & Bobb, 2010, p.372-373). Ao longo da história, o partido, que conferia estatutariamente plenos poderes ao presidente do país, confundiu suas funções com o Conselho Legislativo, Executivo e Judiciário e o Escritório Político (ibidem, p.373). Além disso, o MPR tinha como braço político o *Jeunesse du Mouvement Populaire de la Révolution (JMPR)*, um grupo jovem formado por cidadãos que eram obrigados a se alistarem no partido desde o seu nascimento até os 30 anos de idade (ibid., p.373). O MPR foi criado em 20 de maio de 1967 sob base fortemente nacionalista e contava com membros e militantes do Corpo de Voluntários da República (CVR) (ibid., p.372).

reforçar a estatalidade congoleza nos assuntos domésticos e internacionais (Kisangani, 2012, p.21). Neste sentido, inicia um processo de conciliação política ao integrar 22 membros de diferentes grupos étnicos e políticos de modo a conferir um senso de unidade nacional congoleza (Kisangani, 2012, p.21). Mobutu também declara Patrice Lumumba, antigo adversário, um herói nacional e símbolo dos princípios nacionalistas (Kisangani, 2012, p.21). A partir de 1965, Mobutu renomeia uma série de instituições que carregavam nomes cristãos e coloniais, tais como a então capital Léopoldville, agora renomeada para Kinshasa e Stanleyville, batizada de Kisangani (Kisangani, 2012, p.22). O nome do país é renomeado de República do Congo para Zaire em 1971 (Kisangani, 2012, p.22). O objetivo central destas medidas era o de criar no imaginário da sociedade congoleza a ideia de pertencimento à nação e ao Estado (Kisangani, 2012, p.22). Estas políticas de expressão nacional ficaram conhecidas como “autenticidade” (Kisangani, 2012, p.22). Outra reforma relevante e não menos importante fora a modernização da ANC, incrementando o nível de treinamento, educação e capacitação de seus integrantes (Kisangani, 2012, p.22).

Mobutu, através de seu segundo golpe de Estado assume o comando político do país, apoiado pela CIA, contando até o início da década de 1990, com um privilegiado apoio dos EUA durante os mandatos de Richard M. Nixon (1969-1974) e Gerald Ford (1974-1977) (Gibbs, 1991, p.181). De igual modo, durante os mandatos de Jimmy Carter (1977-1981), Ronald Reagan (1981-1989) e George H. W. Bush (1989-1993), Mobutu, gozou, a despeito da retórica de distanciamento dos padrões capitalistas e socialistas e de alguns incidentes pontuais, de privilegiado relacionamento político e econômico com os estadunidenses e demais Estados do norte global. Durante a Guerra Fria Mobutu obteve apoio estratégico de aliados (como a Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália e Japão) para a perpetuação de um regime antidemocrático, totalitário, corrupto e violento que, assim como as práticas estabelecidas pelo rei Leopoldo II, foram responsáveis pela exploração e acentuação das diferenças políticas, econômicas e sociais no país (Santos, 2007, p.131). O Zaire, assim como o EIC, pertencia à um homem só (Santos, 2007, p.131). O Coronel Joseph-Désiré Mobutu muda o seu próprio nome para “Mobutu Sese Seko Koko Ngbendu wa za Banga, algo como “o todo-poderoso guerreiro que, por sua resistência e inabalável vontade de vencer, vai de conquista em conquista deixando fogo à sua passagem” (Santos, 2007, p.131).

Mobutu Seko-Seko atuou como importante vetor de contenção dos interesses belgas durante o seu mandato, abrindo, portanto, a possibilidade para que os interesses levados a cabo pelas instituições econômicas estadunidenses pudessem ser plenamente realizáveis (Gibbs, 1991, p.193). Porém, além dos interesses das instituições econômicas estadunidenses já presentes desde a década de 1960, ganha destaque a participação da petrolífera italiana Eni S.p.A., das fabricantes de veículos francesa Peugeot e Renault, da Companhia de Mineração Japonesa Nippon e do City Bank (Gibbs,

1991, p.172). Todas estas empresas passam a ganhar direito de prospecção mineral nas regiões orientais do Zaire, como Katanga e Kasai (Gibbs, 1991, p.172). Durante 1974 a 1977 a quantidade de investimentos diretos estadunidenses para o Zaire mais que dobrou, indo de US\$ 64 milhões em 1974 para US\$ 151 milhões em 1977 (Gibbs, 1991, p.193). Entretanto, a partir de 1978, embora a *Freeport-McMoRan Copper and Gold* tenha auferido projetos significativos no país até 1983, sobretudo na criação do Projeto da Mina *Tenke Fungurume*, os fluxos de investimentos e capital, devido a deterioração da vida política, econômica e social congoleza, caíram drasticamente (Gibbs, 1991, p.193). Mobutu, a despeito do apoio estadunidense para a permanência no poder, foi incapaz de conter motins, rebeliões e tensões étnicas, esquematizadas no Quadro 11 abaixo.

<b>Conflito</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Causas do Conflito</b>
Motim do Regimento de Baka	24/07/1966	25/09/1966	O motim ocorreu em função do receio de que a ANC dispersasse o regimento de Baka, desarmando-os e não pagando os devidos salários. O motim teve uma motivação étnica importante, uma vez que se opunha ao plano de Mobutu de integrar este contingente à uma força armada nacional multiétnica. Além disto, muitos integrantes do regimento sentiam-se excluídos do processo de tomada de decisão no governo Mobutu em contraste aos seus aliados da província de Equater.
Motim de Mercenários	05/07/1967	05/11/1967	Apoiados pela Bélgica, os mercenários, que integravam a ANC, acreditavam que ao retirarem-se das forças nacionais de segurança, poderiam enfraquecer o governo de Mobutu e facilitar o retorno de Tshombe, exilado na Espanha, de volta ao poder.
Primeira Guerra de Shaba	08/03/1977	27/05/1977	Liderado pela Frente de Libertação Nacional Congoleza, o movimento tinha como objetivo implementar um governo socialista no Zaire. Diante da acentuação das desigualdades políticas,

			econômicas, sociais e culturais, a Frente de Libertação Nacional Congolese, apoiada por Angola, empreendeu um movimento de revolução política que fora abafada por Mobutu graças ao apoio dos EUA.
Segunda Guerra de Shaba	11/05/1978	03/06/1978	Liderado novamente pela Frente de Libertação Nacional Congolese, o objetivo desta guerra fora o de remover o regime autocrático de Mobutu e formar um governo de unidade nacional. O conflito também fora uma resposta das lideranças da Frente de Libertação Nacional Congolese à crescente convergência política e ideológica entre Angola e o Zaire.
Conflito Étnico de Kivu I	20/03/1993	31/08/1993	Conflito étnico envolvendo Hutus e Tutsis na região oriental do país por controle político.
Conflito Étnico de Kivu II	17/07/1995	21/12/1995	O conflito foi resultado da decisão do parlamento congolês de retirar a cidadania de congolese Tutsis de origem ruandesa. De modo a consolidar seu poder no país vizinho à Ruanda, os Banyamulenge rejeitaram a posição parlamentar e iniciaram um conflito étnico com os seus rivais Hutus.
Conflito Étnico de Kivu III	17/04/1996	12/10/1996	Conflito resultado da tensão étnica entre Hutus e Tutsis na região oriental do país. Com a crescente chegada de refugiados Hutus na região de Kivu, isto levou à escalada de tensões com a etnia rival Tutsis.

Quadro 11: Conflitos Internos na República do Congo e Zaire  
Retirado de: Kisagani, 2012, p.2.

Apesar destes conflitos internos, Mobutu permaneceu no poder “reprimindo grupos dissidentes, concentrado poder, desenvolvendo um culto à personalidade e sustentando um sistema

de patronagem”<sup>344</sup> (Kisangani, 2012, p.117). Diante de uma grave crise econômica que abate o país desde a década de 1980<sup>345</sup>, somada à pressão da comunidade internacional pela adoção de políticas que respeitassem os direitos humanos, Mobutu cria uma nova legislação que acena para uma aparente pluralidade partidária (Kisangani, 2012, p.26-27). Ainda no início da década de 1990 emergem centenas de partidos políticos como resultado da Lei 90/009 de 18 de dezembro de 1990 (Kisangani, 2012, p.26). Os grupos políticos da situação, também conhecidos como “pró-Mobutu” e “dinossauros” aumentariam artificialmente o número de representações partidárias de modo a

---

344 “(...) cracking down on dissidents, concentrating power, developing a cult of personality, and sustaining a patronage system”.

345 De modo a compreender brevemente a aguda crise econômica vivenciada pelo Zaire a partir de 1980, é necessário realizar uma breve regressão à década de 1970. A partir deste período, o Banco do Zaire facilitou a emergência e expansão de bancos comerciais através da provisão de pagamentos e serviços de ajuste, além de oferecer um depósito seguro para reservas bancárias no país, ainda que suas atividades atendessem a propósitos das elites políticas e financeiras do país (Singleton, 2011, p.174). Dentre estes grupos, destacam-se os dezessete bancos comerciais que operavam no país: *Zairian Commercial Bank* (banco privado que era controlado por um conglomerado belga), *the Union Banks of Zaire*, *Barclays Bank (Zaire)*, *the Bank of Paris and the Low Countries*, *the Bank of Kinshasa*, *Citibank (Zaire)*, e, finalmente o *Grindlays International Bank of Zaire* (Library of Congress, 2014). Os únicos bancos de poupança pública existentes no Zaire (1971-1997) eram o Banco do Povo (*People's Bank*) e o Fundo Geral de Poupança (*General Savings Fund of Zaire*) (ibidem, 2014). Havia também um Fundo Nacional de Poupança e um Crédito Imobiliário – ambos estatais (ibid., 2014). Uma das indicações da deterioração da vida econômica do Zaire foi uma forte aversão por parte da população em manter o dinheiro depositado nos bancos (ibid., 2014). Neste sentido, o sistema bancário no Zaire era bastante subdesenvolvido e confinado as zonas urbanas – sobretudo na capital (ibid., 2014). Entre os bancos sob controle do Banco Central do Zaire haviam instituições de desenvolvimento e investimento (ibid., 2014). Destaca-se a Companhia de Desenvolvimento Financeiro (*Société Financière de Développement - Sofide*) e o Fundo Nacional de Poupanças e Imóveis (*Caisse Nationale d'Épargne et de Crédit Immobilier - CNECI*) (ibid., 2014). A Sofide era uma sociedade anônima, financiada pelo governo, o Banco Mundial e o setor privado, que era responsável por empréstimo de dinheiros para criação e modernização da máquina industrial no país (ibid., 2014). Já a CNECI, promovia a poupança do setor privado e concedia créditos à população para habitação ou hipotecas (ibid., 2014). O Banco Central do Zaire, era responsável pela emissão de papel-moeda, políticas monetárias e provisão de aportes necessários de dinheiro para o governo nacional (ibid., 2014). Adicionalmente, tinha o poder de controlar todas as instituições financeiras e administrar as reservas de ouro e reservas internacionais (ibid., 2014). Entretanto, o irrisório crescimento econômico do país, somado aos problemas de ajuste e ordenamento no plano externo a partir da adoção de um rearticulado e complexificado padrão monetário e financeiro pós Bretton Woods fez com que o Zaire mergulhasse em uma profunda recessão econômica no médio e longo prazo (ibid. 2014). Ainda durante a década de 1970, sobretudo em 1976, até as reformas de 1983, o Zaire testemunhara uma grave crise financeira e econômica, onde Mobutu, na ocasião, recorrera ao Clube de Paris, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial para uma possível renegociação da dívida externa e assistência financeira internacional (Library of Congress, 2014b). Entretanto, muitas das reformas sugeridas pelas instituições mencionadas não foram implementadas, pois colocavam em risco o interesse estratégico das elites políticas do Zaire (ibidem, 2014b). Em linhas gerais, o FMI e o Banco Mundial, durante o período mencionado, pressionaram o governo de Mobutu para acabar com a corrupção no país (o que implicava necessariamente em uma série de reformas políticas, econômicas e sociais mais amplas sobre diversos setores do país); racionalizar os gastos públicos; aumentar as receitas fiscais; limitar importações; aumentar a produção em diversos setores; incrementar a infraestrutura de transportes; manter políticas de austeridade na folha de pagamento; e, não exaustivamente, incrementar o processo de planejamento econômico e gestão financeira como um todo (IMF, 1997a, p.1; World Bank, 1991, p.iii). Já na década de 1980, três grandes programas de ajustes estruturais para alcançar a estabilidade econômica são desenvolvidos entre o Zaire, o FMI, o Banco Mundial e demais parceiros bilaterais (Library of Congress, 2014c; 2014d; 2014e). O primeiro deles, em 1983, testemunhou a primeira reforma mais séria levada a cabo pelo governo no sentido de avançar em uma liberalização econômica devido, sobretudo, ao problema relativo à desvalorização da moeda (ibidem, 2014c). Na ocasião, o Banco Central do Zaire fixou uma taxa oficial capaz de facilitar as transições econômicas (ibid., 2014c). A partir de então, a oferta de divisas baseado na taxa oficial aumentou acentuadamente, permitindo que os comerciantes fossem capazes de comprar moeda estrangeira dos bancos comerciais para a importação da maioria de suas necessidades (ibid., 2014c). No entanto, as políticas monetárias e fiscais restritivas tornaram-se difíceis para muitas empresas para reunir o depósito em moeda local que os bancos comerciais solicitavam para abrir uma carta de crédito (ibid., 2014c). O segundo programa de ajuste ocorre em 1987, onde junto com as

abafar as pretensões da oposição, organizadas na coalização intitulada União Sacra (Kisagani, 2012, p.26). Um dos mais expressivos partidos políticos desta união oposicionista é a União para a Democracia e o Progresso Social (UDPS – acrônimo em francês)<sup>346</sup> (Kisagani, 2012, p.26). Após as fracassadas tentativas de liberalização política em 1990 e 1991, onde Mobutu acusa a oposição de violência, em 1992, sob forte pressão de setores internos e externos, o líder político do país estabelece uma Conferência Nacional Soberana<sup>347</sup> com o intuito de buscar soluções para as crises política, econômica e social que assolavam o país há décadas (Kisagani, 2012, p.26-27). O objetivo era que as diferentes forças de oposição da União Sacra e também da situação pudessem participar do sistema político, contribuindo, desta forma, para a redemocratização e a reconstrução do Estado congolês, completamente abalado pelos anos de ineficiência administrativa, corrupção e baixo crescimento econômico (Kisagani, 2012, p.26).

Ao mesmo tempo em que busca perpetuar-se no poder, sem adotar medidas significativas que acenassem para um governo democrático, Mobutu vê o surgimento em 1996 do *Aliance des Forces Democratiques pour la Libération du Congo* (AFDL – acrônimo em francês)<sup>348</sup> liderados por

---

restrições fiscais e monetárias usuais, o Zaire concordou em revisar seus códigos de investimentos para racionalizar e renovar a estrutura tarifária do país (ibidem, 2014d). Em 1989, estabeleceu-se o compromisso de conter os déficits orçamentários e o FMI pressionava, mais uma vez, por uma significativa redução dos déficits orçamentais do governo; reestruturação e melhora na gestão do serviço público; eliminação das distorções nas políticas comerciais decorrentes do modelo adotado até então; melhora no clima para o crescimento do setor privado; e, melhora no setor de transportes e infraestrutura como um todo (ibid., 2014e; IMF, 1997, p.1). Já a partir do início de 1990 até 1997, o Zaire passa pelo período conhecido como hiperinflação (IMF, 1997). Nesta fase de inflação aguda, tais índices alcançaram o patamar de 56% em 1989, já em 1990, um ano depois, devido ao aumento no preço dos consumos anuais, saltou para 256% (ibidem, p.iii). Entre 1991-1993 este patamar alcançou o nível de 2.500-4.500% e 10.000% em 1994 (ibid., p.iii). Em 1995 abaixou para 370% e em 1996 manteve-se em 657% (ibid., p.iii). Nesse contexto histórico, em 1993, o sistema bancário do Zaire colapsou (Library of Congress, 2014). O Banco Central do Zaire virtualmente faliu e grande parte dos bancos comerciais encerraram suas atividades (ibidem, 2014). Apesar da quebra do sistema bancário oficial, diversos setores bancários estavam disponíveis através do setor informal (ibid., 2014). Há relatos, inclusive, de que no início da década de 1990, muitos banqueiros e membros da sociedade civil operavam informalmente a economia do país na medida em que dispunham de fontes de moedas estrangeiras para troca (ibid., 2014). Durante este período de colapso das instituições monetárias e financeiras, o Banco Central do Zaire desempenha suas funções mais elementares: emissor de papel-moeda e controlador de liquidez; banqueiro dos bancos; regulador do sistema monetário e financeiro; e, depositário de reservas internacionais (ibid., 2014). Nesse sentido, o papel de promotor do desenvolvimento e outras funções adicionais próprias dos bancos centrais inexistiam no Zaire entre a partir da década de 1990 (ibid., 2014).

346 Fundado em 15 de fevereiro de 1982 por um grupo de 13 dissidentes do sistema partidário único do regime de Mobutu, os integrantes da UDPS em 1980 já haviam enviado uma carta aberta para o líder político do país conclamado a realização de eleições gerais (Kisagani & Bobb, 2010, p.524).

347 A Conferência Nacional foi um arranjo político criado para forjar as bases de sustentação para um regime político de transição no país durante a década de 1990 (Kisagani & Bobb, 2010, p.101). Liderado por Isaac Kalonji Mutambayi, o grupo foi responsável por rascunhar uma nova constituição, pensar uma ampla reforma política para o país e criar o Alto Conselho da República, órgão responsável por assumir as funções estatais no processo de transição governamental (ibidem, p.101). Mobutu prontamente rejeitou todas as propostas e dissolveu as atividades em curso (ibid., p.101).

348 Orientado a partir de uma forte inspiração marxista-leninista, a AFDL acreditava que todos os movimentos rebeldes anteriores não haviam conseguido depor Mobutu por sete motivos principais: “(i) falta de educação política; (ii) alto grau de dependência externa, que acaba por ignorar as contradições qualitativas da sociedade congolês; (iii) falta de conhecimento da zona rural do país; (iv) natureza da guerra sectária e tribalista; (v) luta por poder, reputação individual e nepotismo; (vi) falta de coordenação entre combatentes e o povo; (vii) falta de um partido revolucionário” (Reyntjens, 2009, p.103-104, tradução própria).

Laurent-Désiré Kabila (Reyntjens, 2009, p.102- 107). Heterogêneo em sua composição, o AFDL alia-se a Estados vizinhos, como Ruanda, e, posteriormente, a Angola, Burundi e Uganda (Reyntjens, 2009, p.102- 107). De igual modo, o AFDL ganha o suporte político (não militar) de grupos políticos de oposição a Mobutu, tal como o UDPS (Kisangani, 2012, p.118). Aproveita-se também do vácuo político causado pela Guerra Fria, onde os EUA encerrariam o seu apoio à Mobutu (Kisangani, 2012, p.117). Graças à aliança com as forças de segurança dos Estados externos, bem como a milícia Mai Mai e algumas crianças soldados conhecidas como *Kadogo* (pequenos garotos), Kabila alcançaria a capital do Zaire, Kinshasa, no dia 17 de maio de 1997, proclamando-se presidente 12 dias depois (Reyntjens, 2009, p.131-143). A Figura abaixo ilustra o itinerário da AFDL até Kinshasa.



Figura 8: Itinerário da AFDL até a Conquista da Capital em 17 de Maio de 1997.  
Retirado de: Reyntjens, 2009, p.64.

Assim que assume a presidência do país, Kabila renomeia o Zaire para República Democrática do Congo (RDC) (Kisangani, 2012, p.29). Entretanto, a democracia permaneceu apenas no nome. Seu mandato durou menos de quatro anos, quando em 16 de janeiro de 2001 é assassinado por seu guarda costas Rashidi Kasereka (Kisangani, 2012, p.29). Sua morte se deve principalmente pelas “manipulações nas investigações envolvendo o massacre dos refugiados hutus; pela recusa

para introduzir reformas democráticas; pela marginalização política concedida aos aliados tutsi; pela revogação das licenças dos partidos políticos (que haviam obtido permissão para atuação há menos de cinco anos e depois de mais de 40 anos de regime unipartidário); pela proibição de protestos públicos; e, pela falha para por fim às tensões étnicas nas duas províncias de Kivu, fronteiriças com Ruanda”<sup>349</sup> (Ngolet, 2011, p.3, tradução própria).

Kabila, assim como Mobutu, perpetua o regime de exclusão política dos grupos etnolinguísticos ao marginalizar as proposições avançadas pela União Sacra – que havia, como visto, ganhado notoriedade no contexto da Conferência Nacional Soberana. De igual modo, Kabila mantém a lógica de normalização econômica ao sistema monetário e financeiro internacional tal como desenvolvido pela ONUC na década de 1960. A partir do início de seu mandato, Kabila integra a RDC aos postulados da governamentalidade neoliberal ao aprofundar as relações com o FMI – inviabilizando, assim, que as forças políticas internas participassem efetivamente da reconstrução econômica do país (Kisagani, 2012, p.29). A partir das práticas de alteridade neoliberal de mercado, o FMI pressiona que Kabila, em primeiro lugar, quite um débito no total de US\$ 1.5 milhão e, em segundo, empreenda uma ampla reforma monetária, substituindo o zaire pelo franco (Kisagani, 2012, p.29). Adicionalmente, conforme consta no relatório anual do FMI de 1997, o Fundo havia aprovado, ainda em 1996, um programa de Facilidade de Ajustamento Estrutural Fortalecida (ESAF - acrônimo em inglês) no valor total de US\$ 69.48 milhões (IMF Annual Report, 1997, p.106). Como consequência direta da ESAF, o governo congolês, em contrapartida deveria estabelecer algumas medidas exigidas pelo FMI tal como:

“(...) o aumento das receitas do governo através de reformas do setor de petróleo e um aumento na produção de petróleo, bem como através de reformas tributárias, um alargamento da base tributável e um reforço adicional da administração tributária. Os gastos que não sejam juros seriam reduzidos através de reduções na conta salarial do serviço público. A política monetária, realizada pelo banco central regional, seria destinada a validar a paridade do franco em relação ao franco francês e as autoridades reabilitariam o sistema bancário. Os planos de reforma estrutural, destinados a desbloquear o potencial de crescimento da República do Congo em setores além do petróleo e estimular o desenvolvimento do setor privado, incluíram a reforma do setor público e os setores de empresas públicas e financeiras e uma maior liberalização do patrimônio jurídico e institucional. O governo tomaria medidas para aliviar o impacto do ajuste em grupos vulneráveis, incluindo o pagamento de indenizações por despedimento, retomando o pagamento da aposentadoria e outros benefícios de previdência social, ajudando os desempregados a encontrar empregos e a melhorar os serviços de assistência agrícola. Com o orçamento de 1997, o governo planeja aumentar substancialmente os gastos com os setores sociais”<sup>350</sup> (IMF Annual Report, 1997, p.106, tradução livre).

349 “His handling of the investigation surrounding the massacre of the Hutu refugees, his refusal to introduce democratic reforms, his political marginalization of his Tutsi allies, and his failure to diffuse ethnic tensions in the two Kivu provinces that border Rwanda (...)”.

350 “To these ends, the program called for increasing government revenues through oil sector reforms and an increase in oil output as well as through tax reforms, a broadening of the tax base, and a further strengthening of tax administration. Expenditures other than interest would be lowered through reductions in the civil service wage bill.

Estas medidas econômicas excludentes, somadas, não exaustivamente, à mudança de postura política em relação aos seus antigos aliados, como Ruanda e Uganda, levariam à deposição de Kabila como líder político da RDC em 2001 (Reyntjens, 2009, p.194). A próxima seção discorre sobre como Kabila, antes mesmo da sua queda, contou com a assistência da Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC – acrônimo em francês) para a perpetuação de limites e fronteiras políticas, econômicas, sociais e culturais no âmago da sociedade congoleza. O resultado destas práticas mergulhariam a República Democrática do Congo em duas guerras civis de proporções mundiais.

#### **4.6. A Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (1999-2010)**

Trinta e cinco anos após a experiência da ONU, as Nações Unidas, em 1999, autorizariam novamente o desdobramento de contingentes militares, policiais e civis na República Democrática do Congo. Após o genocídio de 7 de abril de 1994, membros tutsis da Frente Patriótica Ruandesa (RPF – acrônimo em inglês), braço político do Exército Patriótico Ruandense (RPA – acrônimo em francês), atacariam os hutus das Forças Armadas Ruandenses (FAR – acrônimo em francês) e a milícia extremista hutu *Interahamwe* (Doss, 2015a, p.656). Liderados por Paul Kagame, as ações da RPF levariam ao deslocamento forçado/refúgio de 1.2 milhão de ruandenses hutus para a província de Kivu, na região oriental do então Zaire (Doss, 2015a, p.656). Os dados afirmam que entre 20 e 25 mil membros da FAR e entre 30 à 40 mil milicianos da *Interahamwe* adentraram o solo zairiano (Kisangani, 2012, p.28). Goma recebeu 850 mil refugiados, Bukavu entre 200 e 300 mil e Uvira 62 mil (Kisangani, 2012, p.28). Habitada por hutus, tutsis e outros grupos étnicos, Kivu seria o palco de uma série de conflitos étnicos (Doss, 2015a, p.656).

Em 1996, Kagame lideraria uma ofensiva militar em Kivu de modo a eliminar qualquer tipo de influência e/ou reforço FAR e dos *Interahamwe* (Doss, 2015a, p.657). Ainda no mesmo ano, em parceria com Kabila, membros da RPA controlariam completamente Goma, levando à uma expressiva causalidade de civis (Doss, 2015a, p.657). Após a ascensão de Kabila ao poder e a rápida

---

Monetary policy, carried out by the regional central bank, would be directed at validating the parity of the CFA franc vis-à-vis the French franc, and the authorities would rehabilitate the banking system. Structural reform plans, designed to unlock the Republic of the Congo's growth potential in sectors other than oil and stimulate the development of the private sector, included reform of the civil service and the financial and public enterprise sectors and a further liberalization of the legal and institutional framework. The government would take steps to alleviate the impact of adjustment on vulnerable groups, including paying severance benefits, resuming payment of retirement and other social security benefits, helping the unemployed find jobs, and improving agricultural support services. With the 1997 budget, the government planned to raise substantially outlays on the social sectors".

divergência entre Kagame e o presidente de Uganda, Yoweri Museveni, devido à antagonismos pessoais e suspeitas mútuas, um novo conflito emerge em Kivu com o objetivo de depor o próprio Kabila do poder (Doss, 2015a, p.657). Liderados pelo *Rassemblement Congolais por la Démocratie* (RCD – acrônimo em francês) e o Movimento para a Liberação do Congo (MLC – acrônimo em francês), ambos apoiados por Ruanda e Uganda, a região oriental do país passa a ser controlada pelos referidos grupos (Doss, 2015a, p.657). Em resposta, Angola, Chade, Namíbia, Sudão e Zimbábue intervêm em apoio à Kabila para restaurar a ordem no território congolês (Doss, 2015a, p.657). Este episódio é conhecido como a segunda guerra civil do Congo e seria formalmente encerrada em 2003 (a despeito da persistência dos conflitos)<sup>351</sup> (Doss, 2015a, p.657). Ainda que a questão étnica tenha ocupado um papel importante, outros elementos, de igual modo, são relevantes para a compreensão do complexo conflito congolês a partir da ascensão de Kabila ao poder, dentre os quais se destacam: conflito de terras, pobreza, corrupção, antagonismos políticos e sociais locais, relações hostis entre membros do governo, incluindo as forças de segurança, e a falta de diálogo com a sociedade civil (Autesserre, 2012, p.4). Todos estes pontos ajudam a explicar, por exemplo, a intrincada relação dos grupos étnicos, a extração de recursos naturais, o envolvimento e financiamento à grupos armados por parte de Estados vizinhos e das grandes potências, além da miríade de outros atores regionais (Autesserre, 2012, p.4). Todos estes elementos estão presentes no âmago dos conflitos armados que se estendem até os dias de hoje, principalmente nas regiões orientais, mais ricas em recursos naturais<sup>352</sup> (Kennes, 2005, p.152-189). A RDC não deixou de ser

---

351 Assim como fizera com Lumumba anteriormente, os EUA, sob a administração de Bill Clinton (1993-2001), na virada do século XX para o século XXI, ao apoiar diretamente o quadro de secessão interna na RDC, visava garantir os interesses econômicos dos grandes conglomerados estadunidenses e europeus na retirada de diamante, ouro, estanho, nióbio e demais recursos minerais nas províncias de Katanga, Kasai e Kivu (Ngemi, 2001, p.7). Ainda que Clinton enfrentasse diversos desafios no Congresso (de maioria Republicana), através de ações coordenadas pela CIA e até mesmo pelas Nações Unidas, nada foi feito para impedir o genocídio em Ruanda (1994) e o conseqüente refúgio de ruandeses da etnia hutu, inclusive alguns ex-combatentes, para a região leste do país (em Kivu, principalmente) (ibidem, p.7). Após assumir soberanamente o território de Kivu, os ruandeses, sob assistência direta dos estadunidenses, garantiram os interesses de grandes iniciativas privadas (ibid., p.7). Entre as empresas beneficiadas à época pelo quadro de instabilidade, encontram-se as seguintes: Bosuco; Little Rock Mining Limited; Tenfield Holding Limited; Collier Ventures Limited; Sabora Mining Limited; Intermarket Limited; Barrick Gold Corporation; Banro Russel Ressources Mahila; Lambo 1; Kampemba; Jardin Lambo 2 Lufunga (ibid., p.7). Desta forma, sob a administração de Clinton, Paul Kagame, líder político de Ruanda e, Yoweri Museveni, líder político de Uganda, gozavam de privilegiados relacionamentos com a Casa Branca, onde os grandes conglomerados estadunidenses e europeus beneficiaram ilegalmente da extração de uma série de recursos mineiras (ibid., p.7). Tanto Kagame quanto Museveni, atuavam como importantes condutores dos interesses econômicos dos EUA e demais potências (ibid., p.7). Além disso, promovem, até os dias de hoje, o desenvolvimento de suas respectivas economias, atraindo investimentos importantes sob a região controlada por grupos rebeldes (ibid., p.7).

352 Para uma discussão a respeito da evolução das atividades mineradoras na República Democrática do Congo, ver as seguintes referências: KENNES, Erik. The Mining Sector in Congo: The Victim or the Ophan of Globalization? In: MARYSSE, Stefaan & REYNTJENS, Filip (Eds.). The Political Economy of the Great Lakes Regions in Africa: The Pitfalls of Enforced Democracy and Globalization. New York: Palgrave Macmillan, 2005. pp.152-189. Para uma discussão a respeito dos interesses dos Estados vizinhos, principalmente Ruanda, na RDC, ver: TURNER, Thomas. Angola's Role in the Congo War. In: CLARK, John F. (Ed.). The African Stakes of the Congo War. New York: Palgrave Macmillan, 2002. pp.75-92; RUPIYA, Martin R. A Political and Military Review of Zimbabwe's Involvement in the Second Congo War. In: CLARK, John F. (Ed.). The African Stakes of the Congo War. New York: Palgrave Macmillan,

uma área estratégica para as grandes potências. Cabe ressaltar que diante da emergência da governamentalidade neoliberal a partir do final da década de 1990, difundida por um conjunto de atores e instituições nacionais e internacionais, presentes no processo de construção da paz congolês, observa-se um sensível movimento de formalização das atividades mineradoras do país de modo a possibilitar que o princípio neoliberal seja implementado nas políticas congolêsas (Kennes, 2005, p.152-189). A máxima de que “um Estado sob a vigilância do mercado em vez de um mercado sob a vigilância do Estado” (Foucault, 2008b, p.159) passa a constituir as políticas econômicas, sociais e culturais na RDC, gerando limites e conflitos no curto, médio e longo prazo – tal como será visto adiante.

Diante da crise regional instaurada na África Subsaariana, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, no dia 9 de abril de 1999, solicita um cessar-fogo imediato entre as partes, a não interferência dos Estados vizinhos nos assuntos domésticos da RDC, além de uma conferência internacional sobre paz, segurança e estabilidade na Região dos Grandes Lagos sob a liderança das Nações Unidas em parceria com a União Africana (S/RES/1234, 1999, p.1-3). Em resposta aos esforços coletivos das referidas organizações intergovernamentais, em julho de 1999, é assinado o Acordo de Cessar-fogo de Lusaka (Doss, 2015a, p.657). Participaram dos esforços de conciliação: Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda e Zimbábue (Doss, 2015a, p.657). O Acordo previa o estabelecimento de um cessar-fogo e a repartição da RDC em três partes: a zona controlada por Ruanda e República Democrática do Congo; a área sob influência de Uganda e do Movimento de Libertação Congolês; e, por fim, o espaço governamental apoiado por Angola e Zimbábue (Kisangani & Bobb, 2010, p.lxxxii). Adicionalmente, previa o desdobramento de uma missão de paz das Nações Unidas, a neutralização de forças adversas, tais como Ruanda e Burundi e a retirada de todas as tropas estrangeiras do território congolês (Kisangani & Bobb, 2010, p.lxxxii). Por fim, o Acordo de Lusaka previa o estabelecimento de um Diálogo Inter-Congolês de modo a lançar as bases para um governo democrático de transição para reestabelecer a lei e ordem em todo o território (Kisangani & Bobb, 2010, p.lxxxii).

Após o referido Acordo, as Nações Unidas aprovam, no mês seguinte, o envio de um contingente de 90 militares de ligação em conjunto com uma equipe administrativa, humanitária, política e civil<sup>353</sup> para as capitais dos Estados que assinaram o Acordo de Paz e para a sede da

---

2002. pp.83-107; LONGMAN, Timothy. The Complex Reasons for Rwanda's Engagement in Congo. In: CLARK, John F. (Ed.). The African Stakes of the Congo War. New York: Palgrave Macmillan, 2002. pp.129-144; CLARK, John F. Museveni's Adventure in the Congo War: Uganda's Vietnam? CLARK, John F. (Ed.). The African Stakes of the Congo War. New York: Palgrave Macmillan, 2002. pp.145-167; LANDSBERG, Chris. The Impossible Neutrality? South Africa's Policy in the Congo War. CLARK, John F. (Ed.). The African Stakes of the Congo War. New York: Palgrave Macmillan, 2002. pp.169-184.

353 O então Secretário-Geral das Nações Unidas Kofi Annan, temendo a ação de eventuais *spoilers* e grupos rebeldes que não assinaram o acordo de paz (como foi o caso do Movimento de Libertação do Congo e do Movimento para um

Comissão Militar Conjunta<sup>354</sup> (JMC – sigla em inglês) (S/RES/1258, 1999, p.2-3). Três meses depois, através da resolução 1279, é criada a MONUC com o mandato inicial de observar o acordo de cessar fogo, a retirada das forças estrangeiras no país e manter contato regular com as partes em conflito (S/RES/1279, 1999, p.3). Apesar da criação da MONUC, os desafios no terreno foram enormes: desde as dificuldades logísticas até o comportamento dos atores no terreno, que, por sua vez largamente ignoraram os termos dos acordos de cessar-fogo (Doss, 2015a, p.659-660). Desta forma, com base nas provisões estabelecidas pela resolução 1291, a MONUC forneceria 5.537 pessoal militar, incluindo 500 observadores e suporte civil apropriado nas áreas de direitos humanos, assuntos humanitários, informação pública, proteção à criança, assuntos políticos, suporte médico e administrativo (S/RES/1291, 2000, p.3). O objetivo era desenvolver um plano de ação para a operacionalidade do Acordo de Lusaka nas áreas de Desmobilização, Reinserção e Reintegração (DDR – acrônimo em inglês), garantido, desta forma, a retirada das tropas estrangeiras do território congolês (Doss, 2015a, p.658). Além de chamar a atenção para a grave crise humanitária, principalmente nas províncias orientais de Ituri e Katanga e a consequente necessidade de mobilização da comunidade internacional para prestação de auxílio humanitário e desenvolvimentista, a resolução 1291 também conferiu à MONUC maior poder de articulação e atuação junto à JMC e ao Comitê Político Conjunto (JPC – sigla em inglês) para garantir o pleno respeito do acordo de cessar fogo de Lusaka (S/RES/1291, 2000, p.3).

Após o assassinato de Kabila, diferente do esperado, seu filho, Jopseph Kabila assume o poder e solicita assistência direta das Nações Unidas no processo de negociação política para o término do conflito (Doss, 2015, p.660). A MONUC, apesar de mal equipada e subfinanciada, assume a responsabilidade pela retirada das tropas externas, a completa restauração da liberdade de movimento de indivíduos e bens em todo o país, além de solicitar que todas as partes do conflito cooperassem com a missão do ponto de vista militar e logístico – bem como as atividades humanitárias, de direitos humanos e de proteção à criança (S/RES/1376, 2001, p.3). Uma das mais importantes atividades desenvolvidas por Kabila fora o estabelecimento do Diálogo Inter-Congolês<sup>355</sup>, que possibilitaria o início das negociações de paz em abril de 2001 através do *Sun City*

---

Congo Democrático), sugere preliminarmente o estabelecimento de pessoal de ligação e funcionários civis para monitorar o desdobramento pós-assinatura do acordo de paz (S/1999/790, 1999). O contingente enviado pelas Nações Unidas tinha a função de garantir o pleno respeito ao acordo de paz estabelecido ao fornecer assistência para as partes em questão, além de preparar o terreno para o envio da missão de paz no ano seguinte (S/RES/1258, 1999, p.2-3).

354 Com base no Acordo de Cessar-fogo de Lusaka, foram criadas a Comissão Militar Conjunta e um Comitê Político Conjunto que reunia os Estados envolvidos no conflito da República Democrática do Congo (Ngolet, 2009, p.85). Enquanto que o primeiro era composto por um grupo de defesa com a função de monitorar o cessar-fogo, o segundo, por sua vez, representava um comitê ministerial com status consultivo (ibidem, p.85). A função desses órgãos era o de monitorar o processo de desarmamento, desmobilização, reintegração e reinserção de antigos combatentes e o de cooperar com as Nações Unidas na supervisão de tal processo (ibid., p.85).

355 Após embates internos sobre o cargo de facilitador, que ficou sob a responsabilidade do ex-presidente de Botsuana, Ketumile Masire, as atividades do Diálogo Inter-Congolês só seriam retomadas anos depois da assinatura do Acordo de

*Agreements* (Doss, 2015a, p.660). Após a mediação das Nações Unidas, na figura do Enviado Especial Ibrahim Fall, as partes envolvidas no conflito decidem negociar os termos da transição política, econômica, social e cultural na RDC a partir de fevereiro de 2002 (Kisangani & Bobb, 2010, p.136). Em dezembro de 2002, é alcançado o Acordo de Pretoria, também conhecido como Ato Global e Inclusivo sobre a Transição na República Democrática do Congo (AGI – acrônimo em francês), que tinha como objetivo três aspectos importantes: em primeiro lugar, o Acordo previa a reunificação, pacificação e reconstrução do país através do estabelecimento de uma autoridade estatal sobre todo o território; em segundo lugar, o Acordo previa uma conciliação nacional e a formação de uma nova, reestruturada e integrada força de defesa nacional; em terceiro lugar, as partes concordaram em organizar eleições livres e transparentes em todos os níveis, de modo a alcançar um regime constitucional democrático; em quarto, o Acordo previa a criação de novas estruturas para a ordem política (Kisangani & Bobb, 2010, p.3).

Assinado pelo governo congolês, o AGI também contou com a adesão do MLC, o RCD, a milícia Mai-Mai e demais partidos políticos e integrantes da sociedade civil (Kisangani & Bobb, 2010, p.3). Era, portanto, uma grande coalização e pacto nacional pensado para garantir a transição de governo e o estabelecimento de um novo regime democrático que expressasse as agendas de diversos grupos políticos marginalizados durante a ascensão de Laurent-Désiré Kabila. Durante as negociações na África do Sul, a MONUC, aumentaria sua capacidade militar para atuar no processo de transição política, Desarmamento, Desmobilização e Reinserção (DDR) e supervisão de retirada das tropas estrangeiras do território congolês (S/RES/1399, 2002, p.2). Três meses depois, o Conselho de Segurança, confere explicitamente à MONUC a capacidade de proteger civis sob ameaça iminente de violência física, principalmente os grupos vulneráveis, crianças e mulheres que são recrutados para atuar junto aos grupos rebeldes e também representam grande parte das vítimas de violência sexual (S/RES/1417, 2002, p.2). No mesmo ano, aprova uma resolução reconhecendo os avanços rumo ao término das hostilidades, mesmo que a ação de grupos rebeldes e o suporte de tropas externas não tenham cessado completamente na RDC, principalmente na região oriental do país (S/RES/1445, 2002).

Além do Acordo de Pretoria, a MONUC supervisionou uma série de outros acordos em separado que previam a retirada das forças estrangeiras da RDC (Doss, 2015a, p.660). Apesar do término oficial da segunda guerra civil do Congo, os conflitos entre os grupos rebeldes permaneceriam ainda durante o ano de 2002 e se intensificariam a partir de 2003 (Doss, 2015a,

---

Lusaka, tendo em vista a grande oposição dos próprios governos e diversos grupos rebeldes no que diz respeito à liderança da condução dos debates (Ngolet, 2009, p.101). Várias tentativas foram lançadas com o intuito de estabelecer um diálogo entre as partes, como é o caso, por exemplo, de um pequeno encontro promovido por Muammar Gaddafi na Líbia, em 1999, entre o governo congolês e ugandense (ibidem., p.102).

p.660). Como parte dos esforços de reconciliação nacional previstos na AGI, Kabila, presidente, nomeia quatro vice-presidentes de diferentes etnias e compõe um gabinete ministerial com trinta e cinco integrantes (Kisangani & Bobb, 2010, p.lxxxiii). Entretanto, estas medidas não foram suficientes para promover a tão almejada conciliação nacional no curto prazo (Doss, 2015a, p.660). Ainda em 2002, na província de Ituri, membros da etnia Hema e Lendu, em disputa por terras, entrariam em choque, levando à um aumento expressivo da violência na região (Doss, 2015a, p.660). De igual modo, membros das RCD atacariam diversos civis em Kisangani, mesmo diante da presença das tropas da MONUC, levando à um grande descrédito da missão (Doss, 2015a, p.660). Como resultado do quadro de insegurança e instabilidade, o Conselho de Segurança aprovou a criação de uma Força Multinacional de Emergência Interina<sup>356</sup> que deveria ser desdobrada na região de Bunia (capital de Ituri), além de aumentar para 10.800 o contingente militar da MONUC (S/RES/1484, 2003, p.2; S/RES/1493, 2003, p.2). Neste momento, o Conselho de Segurança conferiu à MONUC a capacidade de usar todos os meios necessários para estabelecer a segurança em algumas regiões do país e assegurar que o trabalho humanitário e de desenvolvimento pudessem ser implementados no país sem incidentes (S/RES/1493, 2003, p.5-6).

Dois meses após a composição do governo de transição de Kabila, Laurent Nkunda é nomeado como novo chefe das forças de segurança nacional congoleza (Kisangani & Bobb, 2010, p.lxxxiii). Em maio de 2004, enquanto o governo debate os termos da nova constituição do país, Nkunda e seu aliado, Coronel Jules Mutebusi, assumem o controle de Bukavu, numa manobra para proteger a etnia tutsi, promovendo, assim, um embate entre as tropas do governo e sua força de segurança privada (Kisangani & Bobb, 2010, p.lxxxiii). Diante da escalada dos conflitos, a MONUC aumentaria o seu contingente para 16.700 homens (S/RES/1565, 2004, p.2). A resolução 1565 prevê, entre outros aspectos relevantes, três pontos chaves: a MONUC deveria assistir o governo na redação da nova constituição, concedendo apoio legislativo necessário para alcançar tal objetivo; a MONUC seria responsável pela reforma do setor de segurança na RDC, incluindo a integração da defesa nacional e forças de segurança interna em conjunto com o programa de DDR, em particular o treinamento e monitoramento da polícia, garantindo seu teor democrático e consequente respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais; a MONUC seria responsável também pela assistência eleitoral para a eleição de um novo presidente em 2006 (S/RES/1565, 2004, p.3-4).

---

356 Somado aos esforços desenvolvidos pela Força Interina, a União Europeia, através da *European Union Security Sector Reform Mission* e da *European Union Police* envidaram esforços significativos para o processo de transição democrática no país, contando com um contingente de 75 oficiais, que se dividiam em pessoal civil, militar e policial (Bellamy & Williams, 2010, p.166). Além disto, no mesmo ano, a União Europeia, sob a liderança da França, na Operação Artemis, enviou um contingente de 1,200 tropas para ajudar a MONUC na proteção de civis na região de Bunia (ibidem, p.166).

É digno de nota pontuar que, ainda em 2003, é criada a Unidade Eleitoral da MONUC que, seria substituída em 2004 pela Divisão Eleitoral (Bindu & Balermirwe, 2012, p.174). Em ambos os casos, a MONUC foi fundamental para prover assistência técnica adequada à Comissão Eleitoral Independente (CEI)<sup>357</sup> no que diz respeito à educação cívica dos membros da Comissão; formação de pessoal; provisão de tecnologia de informação; e fornecimento de técnicas sobre recenseamento eleitoral (Bindu & Balermirwe, 2012, p.174). Em 2005, o governo de transição congolês aprova um rascunho da nova constituição, apresentando duas novidades em relação às constituições anteriores: em primeiro lugar, prevê-se a adoção de um regime semi-presidencial (modelo francês), e em segundo lugar, o mandato presidencial só poderia ser renovado apenas uma vez (Kisangani & Bobb, 2010, p.lxxxiv). O parlamento de transição submete o rascunho para aprovação popular, tendo o respaldo de apenas 15.5 milhões de eleitores (num total de 25 milhões) (Kisangani & Bobb, 2010, p.lxxxiv). 83.31% dos eleitores aprovaram o desenho da nova constituição, enquanto que 15.69% rejeitaram a proposta (Kisangani & Bobb, 2010, p.lxxxiv). Contando com a assistência das Nações Unidas, o governo prevê, desta forma, para o ano seguinte, em 2006, a realização de eleições para a presidência, Assembleia Nacional e legislaturas provinciais, objetivando o estabelecimento da paz e estabilidade, reconciliação nacional e a instauração do estado de direito, no qual atores da sociedade civil pudessem se organizar e gozar de plenos direitos e deveres (S/RES/1621, 2005, p.2; S/RES/1635, 2005, p.2).

Após a assistência às provisões do Acordo de Paz de Lusaka, entre 1999-2002, a MONUC caminharia para o término de um segundo ciclo em 2006, que seria o de implementar os arranjos negociados no Acordo de Pretoria, garantindo, assim, os dispositivos relacionados à manutenção da integridade territorial e unidade nacional (Doss, 2015a, p.659). Ainda em 2005, as Nações Unidas, de modo a facilitar a realização das eleições no ano seguinte, realiza operações ofensivas na região ocidental do país (em Sake) de modo a conter a ação de grupos rebeldes, como é o caso do Congresso para a Defesa dos Povos (CNDP – acrônimo em francês), liderado por Nkunda (Kisangani & Bobb, 2010, p.174). Adicionalmente, desenvolveu desarmamentos compulsórios nas províncias de Ituri e Burnia, extraindo armas de aproximadamente 15 mil combatentes (Kisangani & Bobb, 2010, p.351). Ao longo de 2004 e 2005, o Conselho de Segurança, como evidenciado na resolução 1592 de 30 de março de 2005, “progressivamente reforçaria a linguagem de suas resoluções para torná-las mais fortes e explícitas nos seus objetivos”<sup>358</sup> (Doss, 2015a, p.660).

---

357 A Comissão Eleitoral Independente foi criada em junho de 2004 (Kisangani & Bobb, 2010, p.94). Sob a liderança do Clérigo Appollinaire Malu Malu a Comissão tinha o papel de identificar e registrar eleitores por todo o país e o de prestar toda assistência necessária para a realização das eleições presidenciais e legislativas em 2006 (ibidem, p.94).

358 “(...) progressively strengthened the language of its resolution to make them more forceful and explicit in their intent”.

Diante de uma população que vivia com menos de US\$ 0,20 dólar ao dia, as Nações Unidas em 2006, gastaram algo em torno de US\$ 1 bilhão com a provisão de suprimentos logísticos para a realização das eleições (a maior quantidade já gasta em uma eleição financiada pela organização) e envidou esforços significativos para assegurar, entre outros pontos, a total transparência e legitimidade em todo o processo eleitoral (S/RES/1671, 2006, p.3; S/RES/1698, 2006, p.3-4). Com o total de 33 candidatos concorrendo à Presidência e outros nove mil a 500 vagas no Parlamento, Joseph Kabila e Jean-Pierre Bemba, líder do grupo armado MLC, foram os principais candidatos que polarizaram as eleições do país (Santos, 2007, p.132). No primeiro turno, Kabila obteve 45% dos votos, em sua maioria das províncias do leste, enquanto que Bemba, 20%, da maioria oeste (Santos, 2007, p.132). No segundo turno, Kabila alcançou 58% dos votos e Bemba 42% (Santos, 2007, p.132). Marcados por conflitos e violência, o Conselho de Segurança, através da resolução 1671, autorizou a criação de uma força militar da União Europeia por um período inicial de quatro meses após a realização das eleições presidenciais e legislativas na RDC (S/RES/1671, 2006). Tal força militar tinha o mandato de auxiliar a MONUC durante o período pós-eleitoral na manutenção da ordem e segurança interna, utilizando, portanto, todos os meios necessários para o estabelecimento de um Estado democrático de direito no país, evitando, assim, a ação de grupos rebeldes e demais atores na desestabilização do quadro político, econômico e social (Bellamy & Williams, 2010, p.166).

No dia 27 de novembro de 2006, Kabila é declarado, pelos juízes da Suprema Corte, o presidente democraticamente eleito da RDC (Santos, 2007, p.133). De fato, o investimento internacional na eleição foi muito elevado (Doss, 2015a, p.662). Além da Comissão Eleitoral Independente já citada, o Comitê Internacional em Suporte à Transição (CIAT – acrônimo em francês), liderada pelo Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas na RDC, William Swing, engajou-se em diálogos políticos constantes com Kabila e as demais forças políticas congoleesas de modo a assegurar a transição governamental de modo pacífico sem que a violência retornasse ao país (Doss, 2015a, p.662). Apesar das declarações de Bemba no que diz respeito a uma possível fraude e corrupção no processo eleitoral e a sua decisão de mobilizar tropas na capital do país, o resultado final da eleição foi anunciado como o grande sucesso pela MONUC (Doss, 2015a, p.662). E é justamente a partir deste triunfo propagado pela comunidade internacional, apesar das recorrentes crises de segurança na região oriental do país, que reside uma das principais formas de limitação desenvolvidas pela MONUC.

Na obra *“From the Air-Conditioned Offices to the Everyday: The Kinshasa Street Parliamentarians and the Popular Reclaiming of Democracy”*, Meike de Goede analisa no dia a dia da população congoleesa os efeitos posteriores da imposição da paz liberal sobre a República

Democrática do Congo em 2006 (Goede, 2012, p.146-161). Entrevistando diferentes gerações de congoleses habitantes da capital do país e de províncias vizinhas, Goede constata, a partir dos relatos e testemunhos, que houve graves problemas no processo de redemocratização após a posse de Kabila (Goede, 2012, p.147). De acordo com a autora:

“(...) as expressões populares do dia a dia não tiveram nenhum papel reconhecido na infraestrutura institucional do sistema democrático. É, portanto, um aspecto do processo democratizante não reconhecido pelos parceiros internacionais. O fenômeno representa a alienação da paz ou a desconexão da paz do cotidiano. Significa que pessoas são incapazes de conectar-se com as normas e lógica da paz liberal. Consequentemente, o engajamento popular com a democracia tem lugar nos domínios informais e nas margens da paz liberal. Por isso, constrói estruturas alternativas ou paralelas, através do qual a população se engaja com o talvez muito distante mundo da democracia”<sup>359</sup> (Goede, 2012, p.147, tradução livre).

O sentimento compartilhado entre grande parte da população é a de que as provisões previstas na AGI foram incapazes de incluir adequadamente as agendas políticas, econômicas, sociais e culturais dos partidos políticos e membros da sociedade civil presentes no Acordo de Pretoria (Goede, 2012, p.149). De fato, desde 1997, com a ascensão de Laurent Désiré Kabila, a expectativa dos grupos políticos era a de que uma redemocratização alargada ocorresse no país (Goede, 2012, p.149). Frustradas estas pretensões, cinco anos depois, em 2002, após os acordos compreensivos assinados na África do Sul, a expectativa novamente era a de que a República Democrática do Congo fizesse jus ao seu nome e permitisse, desta forma, a participação democrática no processo de tomada de decisão (Goede, 2012, p.149). Entretanto, o que se observou na prática foi um cenário bem diferente: o envolvimento da MONUC na eleição, na percepção diária da população congolesa, buscava atender aos interesses do país vizinho, Ruanda, e também de toda a comunidade internacional de organizações governamentais e não governamentais (Goede, 2012, p.149). Assim como no caso da ONUC, trinta e cinco anos antes da MONUC, esta nova intervenção das Nações Unidas produziu um regime de limites ao impor um processo de construção da paz que marginalizou grande parte da população (Goede, 2012, p.149).

O sentimento de alienação produzido pelos esforços de construção da paz são sentidos diariamente na população que se vê muito distante dos representantes políticos eleitos para os seus cargos na administração central e nas províncias (Goede, 2012, p.149). Sobre este ponto, Goede esclarece que:

---

359 “at the margins in spatial terms, but also in terms of an everyday popular expression that has no recognized role in the institutional infrastructure of the democratic system. It is therefore an aspect of the democratization process unrecognized by international partners. The phenomenon represents the alienation of peace or the disconnection of peace from the everyday. It means that people are unable to connect to the norms and logics of the liberal peace. Consequently, popular engagement with the democracy takes place in the informal domain and in the margins of the liberal peace. It thereby constructs alternative or parallel structures, through which the Kinshois engage with the otherwise very distant world of democracy”.

“A democracia pós-guerra limita-se às partes de luxo de Kinshasa. Kinshasa ainda tem uma configuração colonial em que dinheiro, poder, escritórios, serviços, infraestrutura e segurança estão centralizados no antigo centro colonial da Europa. A grande maioria dos 8 milhões de Kinóis vive em subúrbios sem fim, que têm pouca eletricidade, água, estradas, segurança, serviços ou emprego. O processo de democratização ocorre muito longe desta realidade cotidiana congolese, sendo confinado aos “escritórios com ar condicionado”, às pessoas de ternos que “escondem seus 4x4s com janelas tingidas” e aos “políticos que mudaram seus números de telefone depois de terem sido eleitos”<sup>360</sup> (Goede, 2012, p.149, tradução livre).

Em contraposição ao modelo liberal democrático desenvolvido pela CIAT e o da CEI, as aspirações de soberania popular definidos no Acordo de Pretoria foram largamente negligenciados pelas Nações Unidas e toda a comunidade internacional de interventores nas eleições de 2006 (Goede, 2012, p.151). No imaginário da sociedade congolese, “a democracia pós-guerra serve aos interesses da elite empresarial e política, bem como da comunidade internacional, enquanto nenhum deles têm algum interesse real na população”<sup>361</sup> (Goede, 2012, p.151). A falha na democratização reside, na posição dos congolese, em primeiro lugar, pelo tipo específico de democracia avançada pelas Nações Unidas, que é uma democracia que não confere plena autonomia para a população local (Goede, 2012, p.152). Para os congolese, portanto, o principal limite estabelecido pela MONUC fora a de inviabilizar um processo de democratização plena local, vista e percebida pela própria comunidade etnolinguística da República Democrática do Congo (Goede, 2012, p.157). Goede esclarece que este grupo de indivíduos, também conhecidos como parlamentares de rua, “são uma resposta à alienação da democracia pós-guerra do cotidiano. O fracasso da democracia pós-guerra para se conectar com as massas urbanas dos congolese deixou um espaço aberto que os parlamentares de rua tentam preencher trazendo a democracia de volta ao cotidiano”<sup>362</sup> (Goede, 2012, p.158).

Baseado nas entrevistas conduzidas por Meike de Goede, o projeto de construção da paz, reforça, portanto, limites que se perpetuam no dia a dia da sociedade congolese a partir de 2006. Marginalizando a população diariamente no processo de tomada de decisão, a RDC vem sendo, desde então, integrada e normalizada aos princípios da governamentalidade neoliberal desenvolvido

---

360 “The post-war democracy confines itself to the upmarket parts of Kinshasa. Kinshasa still has a colonial set-up in which money, power, offices, services, infrastructure and security are centralized in the old colonial European city centre. The far majority of the 8 million Kinóis live in endless suburbs, which have little electricity, water, roads, security, services or employment. The democratization process takes place far away from this Congolese daily reality, being confined to the ‘air conditioned offices’, to the people in suits who ‘hide in their 4 × 4s with tinted windows’ and to the ‘politicians who have changed their phone numbers after having been elected’.

361 “the post-war democracy serves the interests of the political and business elite as well as those of the international community, while neither of them has any real interest in the population”.

362 “The street parliaments are a response to the alienation of the post-war democracy from the everyday. The failure of the post-war democracy to connect with the urban masses of the Congolese has left an open space that the street parliaments try to fill by bringing democracy back to the everyday”.

pelas Nações Unidas. A paz liberal, que conjuga esforços integrados de segurança, ajuda humanitária e desenvolvimento é percebido pelos congoleses como a imposição de um modelo que apenas acirra divisões internas: centro x periferia; capital x província; e, não exaustivamente, democracia x espaços de resistência (Goede, 2012, p.149).

A MONUC ainda duraria até 2010, num período marcado por incertezas quanto à frágil paz alcançada no processo eleitoral de 2006. Os conflitos étnicos persistiram, o nível de desenvolvimento econômico continuariam a cair, e o envolvimento das grandes potências e Estados vizinhos não diminuiria, e a democracia não foi plenamente instaurada. Desta forma, o próximo e último capítulo, discorre sobre como os limites estabelecidos pela MONUSCO foram perpetuados a partir de 2010, criando tensões, assimetrias, desigualdades e violência.

## 5. A Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (2010-)

Conforme o último Capítulo demonstrou, a MONUC pode ser dividida em duas fases: a primeira, que compreende o período de 1999-2002, é marcada pelo investimento político das Nações Unidas para que as partes envolvidas na guerra civil da República Democrática do Congo aderissem aos termos do Acordo de Lusaka; uma segunda etapa, que compreende o ciclo de 2003-2006, é caracterizada pelo esforço político da organização visando a implementação dos Acordos de Pretoria e demais compromissos estabelecidos entre o governo congolês, Estados vizinhos (principalmente Ruanda e Uganda) e grupos rebeldes (Doss, 2015a, p.659). Diante dos sucessivos mandatos que previam uma lista de tarefas cada vez mais extensivas, a MONUC obteve relativo êxito na reaproximação entre a RDC, Ruanda e Uganda; ademais, facilitou o processo de DDR em alguns momentos, mobilizando uma comunidade de agências não governamentais e programas, agências, fundos especializados das Nações Unidas para a proteção de civis (ainda que com capacidade operacional limitada); e, não exaustivamente, a Missão alcançou resultados satisfatórios no treinamento e capacitação, aos princípios do Estado de direito, das Forças Armadas (FARDC – acrônimo em francês) (a despeito das sucessivas violações aos direitos humanos cometidos por estes atores) (Doss, 2015a, p.665-666).

Ante estes avanços, marcados também por recuos como visto, a MONUC foi incapaz de garantir a paz e a segurança no curto e médio prazo após as eleições (Doss, 2015a, p.666). Baseado nos relatos da população que vive em áreas periféricas da capital do país, Kinshasa, além de outras províncias, um dos maiores problemas relacionados à MONUC diz respeito a incapacidade da Missão de promover uma paz liberal nos moldes locais (Goede, 2012, p.146-161). Conforme Séverine Autesserre aponta no livro *“The Trouble With the Congo: Local Violence and the Failure of International Peacebuilding”*:

“Os construtores da paz (*peacebuilders*) têm o seu próprio mundo, seus próprios rituais, seus próprios costumes, suas próprias crenças, seus próprios papéis, suas próprias estrelas, seus próprios vilões, suas próprias regras, seus próprios tabus, seus próprios locais de encontro – em resumo, sua própria cultura. A cultura de construção da paz (*peacebuilding culture*) moldou a estratégia de intervenção no Congo. E, tragicamente, a medida que o Congo progredia rumo a transição da guerra para a democracia (2003 até 2006), a intervenção falhou”<sup>363</sup> (Autesserre, 2010, p1).

---

363 “International peacebuilders have their own world, with its own rituals, its own customs, its own beliefs, its own roles, its own stars, its own villains, its own rules, its own taboos, its own meeting places – in brief, its own culture. This peacebuilding culture shaped the intervention strategy in the Congo. And, tragically, as the Congo progressed through a transition from war to peace and democracy (2003 to 2006), the intervention failed”.

Autesserre destaca que o conjunto de instituições de governo, agências não governamentais e membros das Nações Unidas, partem de uma noção de *peacebuilding* que privilegia uma racionalidade específica de “ideologias, regras, rituais, pressupostos, definições, paradigmas e procedimentos operacionais padrões”<sup>364</sup> (Autesserre, 2014, p.11). As críticas à paz liberal são extensas<sup>365</sup> e a que mais chama a atenção e é utilizada na presente Tese, a chamada *everyday peace*, destaca os efeitos diários das práticas da construção da paz no terreno. No caso da MONUC, como demonstrado no Capítulo anterior, a principal consequência da intervenção liderada pelas Nações Unidas, com o apoio da União Europeia, foi a limitação da população congoleza no processo de redemocratização política do país. Conforme previsto na AGI, o governo de transição, composto por integrantes da sociedade civil, reprimidos durante o mandato de Kabila (1997-2001), tinham uma grande expectativa quanto à participação efetiva na transição política do país (Goede, 2012, p.146-161). De acordo com os congolezes, eleições e democratização se relacionam invariavelmente a dignidade humana e autodeterminação (Goede, 2012, p.152). Conforme relata Meike de Goede, “a democratização nos olhos de muitos congolezes, é baseado na noção de que o povo é soberano: “o povo é a fundação, o povo é soberano. Mas o povo é constante ignorado”<sup>366</sup> (Goede, 2012, p.152). Perpetuado no imaginário cotidiano como atores que foram marginalizados na transição democrática, a população da RDC assume que as eleições serviram apenas para garantir que Kabila, aliado das grandes potências, ganhasse as eleições – servindo, assim, aos interesses e propósitos das elites estrangeiras (Goede, 2012, p.152). Sobre este ponto, Autesserre argumenta que

“Durante a transição, diplomatas e funcionários das Nações Unidas também exerceram uma incomum forte influência nos assuntos congolezes. Pela primeira vez, em qualquer conflito, o acordo de paz criou uma estrutura específica, o Comitê Internacional de Suporte à Transição, para institucionalizar o papel de liderança dos atores internacionais na sua implementação. Doadores estrangeiros contribuíram mais do que o orçamento nacional do Congo. Eles impeliram os senhores de guerra congolezes através da reunificação oficial do país, a formação de um governo unificado, a preparação para eleições democráticas, e a integração progressiva de diferentes grupos armados numa força de segurança nacional única. Eles supervisionaram de perto os processos legislativos, constitucional e eleitoral. Eles asseguraram que o candidato visto como mais apto para manter a estabilidade política, Presidente Joseph Kabila, estivesse na melhor posição para ganhar as eleições. Eles se asseguraram que as tropas dos Estados vizinhos oficialmente se mantivessem fora do território congolês”<sup>367</sup> (Autesserre, 2010, p.3).

364 “(...) ideologies, rules, rituals, assumptions, definitions, paradigms, and standard operating procedures”.

365 Para uma discussão a respeito das falhas à paz liberal na República Democrática do Congo, ver: TREFON, Theodore. Congo Masquerade: The Political Culture of Aid Inefficiency and Reform Failure. London and New York: Zed Books, 2011. 153p.

366 “Democratization is, in the eyes of many Congolese, based on the notion that the people are sovereign: ‘The people are the foundation, the people are sovereign. But the people are constantly ignored’”.

367 “During the transition, diplomats and UN officials also exerted an unusually strong influence on Congolese affairs. For the first time in any conflict, the peace agreement created a specific structure, the International Committee in Support of the Transition, to institutionalize the leading role of international actors in its implementation. Foreign donors contributed more than half of the Congolese national budget. They impelled Congolese warlords through the official reunification of the country, the formation of a unified government, the preparation for democratic elections,

Autesserre chega a pontuar que a influência externa na República Democrática do Congo entre 1999-2006 fora tão grande que o país chegou a ser considerado pelas Nações Unidas e demais atores de governo e não estatais como um protetorado a ser assegurado a qualquer custo (Autesserre, 2010, p.3). O penúltimo Capítulo demonstrou como a prática de limites impostas pela MONUC perpetua-se no dia a dia da população. Os principais relatos da população congoleza já coletados entre 2009-2014 dão conta que a MONUC foi incapaz de garantir uma paz estável no curto, médio e longo prazo. Esta incapacidade se dá em função dos limites que foram estabelecidos no processo de construção da paz, que contrapunha elites nacionais, financiadas por atores do norte global, à população de baixa renda local. As Nações Unidas foram incapazes de “resolver disputas de terras, reconstruir a base das instituições do Estado para a resolução pacífica do conflito, e promover uma reconciliação entre vilas e comunidades divididas”<sup>368</sup> (Autesserre, 2010, p.9). Ou seja, o modelo de *peacebuilding*, ao criar limites, cria divisões e binarismos que sustentam determinados atores e instituições.

Diante da perspectiva em tela, o objetivo deste último Capítulo é o de demonstrar como os limites impostos pela MONUC foram perpetuados cotidianamente na Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) a partir de 2010 até o presente momento. Para alcançar este objetivo, o Capítulo se estrutura da seguinte forma: a primeira seção discorre sobre os três últimos anos da MONUC, marcada pela acentuação dos limites políticos, econômicos, sociais e culturais. Nesta última fase da MONUC, caracterizada por uma alta incerteza quanto à possibilidade de paz, a inserção da comunidade internacional nos assuntos congolezes não cessou. Ao contrário, a partir de 2007, diante dos conflitos étnicos e do processo de reconstrução das instituições do Estado, os mecanismos da governamentalidade neoliberal difundidos pelas Operações de Paz das Nações Unidas se intensificaram ainda mais – acirrando, desta forma, os limites sobre indivíduos e sociedades. Demonstrar-se à como o processo de normalização política, econômica, social e cultural se desenvolveu entre 2007-2010.

A seção seguinte discorre sobre o processo de reconstrução do Estado congolês à partir de 2010 sob a égide da MONUSCO. Com um mandato cada vez mais proativo, principalmente a partir de 2013, do ponto de vista do uso da força para a proteção de civis e diminuição da presença de grupos rebeldes, a Missão vem adotando o mesmo padrão de construção da paz liberal se

---

and the progressive integration of the different armed groups into a single national army. They closely supervised the legislative, constitutional, and electoral processes. They ensured that the candidate they viewed as most able to maintain stability, President Joseph Kabila, was in the best position to win the elections. They made certain that troops from neighboring countries officially remained out of Congolese territory”.

368 “(...) to resolve land disputes, to reconstruct grassroots institutions for the peaceful resolution of conflict, or to promote reconciliation within divided villages or communities (...)”.

comparado com o período e 1999-2010. Desta forma, a seção não pretende apenas elencar críticas ao projeto da comunidade internacional, mas, ao contrário, destacar como estas práticas empoderaram determinados atores e instituições, marginalizando e negligenciando outros. Demonstra também como as fronteiras são praticadas no dia a dia, potencializando assimetrias e tensões.

### 5.1 Os últimos três anos da MONUC (2007-2010)

Mesmo após as autoridades judiciais congoleesas confirmarem Kabila como presidente, os conflitos próximo a capital e nas províncias orientais não cessariam entre 2007-2010 (Doss, 2015a, p.662). No ano em que Kabila anuncia uma série de reformas estruturais, membros da milícia CNDP, liderados por Nkunda, dão continuidade ao movimento armado para a sua deposição (Doss, 2015a, p.662). Financiado por Ruanda, Nkunda, ex-chefe das Forças Armadas da RDC, e pertencente a etnia tutsi, empreende ataques massivos à população hutu, principalmente aos integrantes hutus das Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR – acrônimo em francês) (Doss, 2015a, p.662). Outros conflitos que contribuiriam para a instabilidade congoleesa pós-eleições em Kivu e imediações fora o ataque perpetrado pelo Exército de Resistência do Senhor (LRA – acrônimo em inglês) na província Oriental (Doss, 2015a, p.662). Após as falhas nas negociações em Juba, sudeste do Sudão, Joseph Kony, líder do LRA, em resposta aos desentendimentos com o governo ugandense, ataca vilarejos no noroeste oriental da RDC como demonstração de força (Doss, 2015a, p.662). Na província de Bas Congo, integrantes do grupo religioso *Bundu dia Congo* (Baixo Congo), entrariam em conflito com as forças de segurança congoleesa, potencializando a instabilidade próxima à sede administrativa do país (Doss, 2015a, p.662).

No dia 15 de maio de 2007, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da resolução 1756, “reconhecendo a ligação entre a exploração ilegal de recursos naturais, o comércio ilegal de tais recursos e proliferação e tráfico de armas como um dos os fatores que alimentam e exacerbam os conflitos na região dos Grandes Lagos da África, particularmente a República Democrática do Congo”<sup>369</sup> decide que a MONUC deveria atuar na proteção de civis, pessoal humanitário e das Nações Unidas; segurança territorial do país; DDR de forças rebeldes; e o desenvolvimento da reforma do setor de segurança (S/RES/1756, 2007, p.3-8). No final do mesmo ano, o Conselho de Segurança enfatiza que a MONUC deveria priorizar a proteção de civis no contexto das suas decisões de utilizar as capacidades e recursos disponíveis, usando, para tal

---

369 “Recognizing the link between the illegal exploitation of natural resources, the illicit trade in such resources and the proliferation and trafficking of arms as one of the factors fuelling and exacerbating conflicts in the Great Lakes region of Africa, and in particular in the Democratic Republic of the Congo (...)”

finalidade, todos os meios necessários dentro dos seus limites de capacidade e nas áreas em que as unidades estão desdobradas (S/RES/1794, 2007, p.3).

É digno de nota pontuar que a preocupação das Nações Unidas com a extração ilegal de recursos naturais levou, ainda durante a primeira e segunda fase da MONUC, ao estabelecimento de um Painel de Investigação para averiguar tais explorações e outras formas de obtenção ilegais de riquezas no Congo (Autesserre, 2012, p.9). O Conselho de Segurança, através do “Relatório do Painel de Experts Sobre a Exploração Ilegal de Recursos Naturais e Outras Formas de Riqueza na República Democrática do Congo” apontou, entre 2001-2003 o envolvimento “de indivíduos e companhias que estavam envolvidos na exploração de recursos numa maneira que poderia ser diretamente relacionada ao financiamento do conflito e o conseqüente desastre humanitário e econômico”<sup>370</sup> (S/2003/1027, 2003, p.5). O Anexo 8, na parte pós textual da Tese, reproduz integralmente os atores e instituições apontados no Relatório. Após o trabalho do Painel de Investigação, as Nações Unidas criariam um *Grupo de Experts* para monitorar a implementação das sanções previstas no Relatório de 2003 (Autesserre, 2012, p.10). Partindo da premissa que a extração de recursos mineiras é uma das principais causas do conflito, o grupo de *experts* das Nações Unidas enfatizam não apenas a regulamentação de tais atividades mineradoras mas, de igual modo, a reconstrução da autoridade estatal sobre as províncias orientais do país como a principal forma de superar as causas do conflito (S/2010/252, 2010; S/2009/603, 2009; S/2009/253, 2009; S/2008/773, 2008; S/2008/772, 2008).

Na esteira desta interpretação para a resolução do conflito por parte das Nações Unidas, em abril de 2007, no contexto de reforma política e econômica desenvolvida pela MONUC em assistência ao governo congolês, Kabila retoma as atividades da Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL) (Kisagani & Bobb, 2010, p.95). Criado em 1976 entre Burundi, Ruanda e o então Zaire, esta Comunidade Regional Econômica (CRE) tem o objetivo de homogeneizar as tarifas comerciais, fomentar o comércio internacional e coordenar a economia política de seus Estados-membros (Kisagani & Bobb, 2010 p.95). A organização foi largamente dominada pelo regime de Mobutu para contrabandear recursos naturais e mediar alguns conflitos, sem sucesso (Kisagani & Bobb, 2010, p.95). Kabila, a partir de 2007, mesmo sem realizar uma contribuição monetária expressiva, tentaria dar um novo impulso à organização de modo a superar os agudos níveis de subdesenvolvimento do país e reforçar sua autoridade política e econômica sobre todo o território congolês<sup>371</sup> (Nene, 2012, p.17).

370 “(...) individuals and companies that were involved in natural resource exploitation in a way which could be linked directly with funding the conflict and the resulting humanitarian and economic disaster in the Democratic Republic of the Congo”.

371 Na esteira de fortalecimento do Banco Central do Congo pelas Nações Unidas e como forma de assegurar estabilidade macroeconômica e política, ainda em 2006, o governo congolês anuncia uma série de medidas destinadas a

Outras iniciativas, no plano político, delineadas pelas Nações Unidas de modo a diminuir as tensões entre o governo congolês e ruandense, fora a convocação do Comunicado de Nairóbi e uma Conferência sobre Paz, Segurança e Desenvolvimento em Kivu (Doss, 2015a, p.663). Ainda em novembro de 2007, o Comunicado de Nairóbi estipulava que o governo congolês parasse de armar antigos soldados tutsis que haviam cometido o genocídio em 1994 e, por sua vez, o governo tutsi de Ruanda compromete-se a interromper seu apoio a qualquer grupo armado na região oriental da RDC, evitando que estes rebeldes cruzassem a fronteira entre os dois países (Kisagani & Bobb, 2010, p.lxxxvi). O Comunicado foi uma tentativa de reforçar uma série de acordos pregressos de cessar-fogo de modo a conter pacificamente as ações do CNDP e FDLR (Doss, 2015a, p.663). Dois meses depois, em janeiro de 2008, a Conferência sobre Paz, Segurança e Desenvolvimento em Kivu, sediada em Goma reuniu membros da sociedade civil, líderes políticos e militares (Kisagani & Bobb, 2010, p.lxxxvi). O objetivo da Conferência era “criar um espaço onde os representantes dos grupos armados e da comunidade expressassem suas queixas, compartilhassem percepções e medos e apontassem as origens dos conflitos na região”<sup>372</sup> (Doss, 2015a, p.663, tradução livre).

Alguns meses depois de ambos os processos de paz, as forças do CNDP pegariam novamente em armas com o mesmo objetivo de retirar Kabila do poder, aumentando suas posições em regiões mais próximas da capital (Kisagani & Bobb, 2010, p.lxxxvi). Em outubro de 2008, Nkunda assumiria o controle da base do exército congolês em Rumangabo e a sede do Parque Nacional Virunga (Kisagani & Bobb, 2010, p.lxxxvii). Diante do agravamento da crise política, as Nações Unidas, em novembro do mesmo ano, convocariam uma Conferência Internacional dos Grandes Lagos (ICGL – acrônimo em inglês) com o objetivo de conter as ações do CNDP, proteger os civis e fortalecer o papel das FARDC (Doss, 2015a, p.663). Neste momento, as Nações Unidas nomeiam como Representante Especial do Secretário-Geral os ex-presidentes da Nigéria (Olusegun Obasanjo) e da Tanzânia (Benjamin Mkapa) de modo a intensificar os diálogos rumo à uma conciliação política nacional (Kisagani & Bobb, 2010, p.lxxxvii). Sem condições de desarmar os

---

aumentar a taxa de arrecadação de receitas públicas e reagendar determinados pagamentos pendentes (AfDB/OECD 2008, p.245-246). Não obstante o atraso na implementação de reformas fiscais, a cobertura dos gastos públicos por recursos internos melhorou em 2007 (ibidem, p.245). De igual modo, o equilíbrio fiscal da RDC incrementou em 2007, graças a um excedente orçamental resultante da gestão rigorosa das finanças públicas que o governo tinha colocado em vigor desde fevereiro de 2007 (ibid., p.245). O Banco Central do Congo logrou a compensação dos danos causados pelas políticas orçamentárias restritivas, injetando o nível de liquidez necessário para o bom funcionamento das transações comerciais (ibid., p.247). Como resultado, a taxa de câmbio manteve-se estável durante o segundo semestre de 2007, antes de depreciação no final de 2007 e início de 2008 (ibid., p.247). Como a economia da RDC é largamente baseada no dólar, qualquer evolução nas taxas de câmbio entre esta moeda e o franco, respectivamente, influenciam decisivamente as atividades econômicas do país (Banque Central du Congo Rapport Annuel, 2007, p.xviii). Com isto, um dos objetivos das políticas monetárias levadas a cabo pelo BCC, no período em questão, foi a de manter a estabilidade da moeda nacional, ao mesmo tempo em que mitiga o excedente orçamentário com o objetivo de preservar a estabilidade macroeconômica (ibidem, p.xviii).

372 “(...) to create a space where representatives of the armed groups and community representatives express grievances, share perceptions and fears and address the root causes of conflict in the region”.

integrantes do CNDP e sem um mandato explícito para usar a força proativamente, as tropas da MONUC foram incapazes de promover um desarmamento em massa dos grupos rebeldes e de proteger civis (Doss, 2015a, p.666-667).

Diante da perspectiva em tela, em dezembro de 2008, o Conselho de Segurança aumentaria a capacidade da MONUC para 19.815 mil militares 130 (a maior quantidade já desdobrada em uma missão da organização à época), além de 760 observadores militares, 391 oficiais de polícia e 1.050 membros da Unidade de Polícia de Choque (S/RES/1856, 2008, p.4-6). Ainda no início de 2008, o Conselho de Segurança já havia autorizado a MONUC a prover assistência às autoridades congoleesas na organização, preparação e condução das eleições locais futuras em conformidade às recomendações do Secretário-Geral (S/RES/1797, 2008, p.2). Adicionalmente, a referida resolução autorizara a MONUC, em parceria com os atores internacionais e o Time das Nações Unidas no Terreno (UNCT – acrônimo em inglês), a prover assistência às autoridades congoleesas na promoção do desenvolvimento e das funções básicas das instituições do Estado (S/RES/1797, 2008, p.2). Voltando para a resolução 1856, é digno de nota destacar que o Conselho de Segurança determina explicitamente que a MONUC deveria, entre outros pontos relevantes, prover auxílio para fortalecer as instituições e processos democráticos no nível nacional, provincial, regional e local; promover reconciliação nacional e diálogo político interno, incluindo o fortalecimento da sociedade civil e o regime democrático multipartidário (S/RES/1856, 2008, p.4-9). Desta forma, a resolução 1856 reconhecendo que o conflito na RDC representa uma ameaça à paz e à segurança internacional e que o conflito no país necessita de medidas multidimensionais para sua plena resolução, determina que a MONUC, a partir de então, deveria atuar em quatro grandes áreas: (i) proteção de civis, pessoal humanitário, e pessoal e instalações das Nações Unidas; (ii) desarmamento, desmobilização e monitoramento de recursos de grupos armados congoleeses e estrangeiros; (iii) treinamento e supervisão das forças armadas da RDC na reforma do setor de segurança; (iv) segurança territorial da RDC (S/RES/1856, 2008, p.4-9).

Com base em quatro relatórios diferentes<sup>373</sup> (S/2008/218; S/2008/433; S/2008/693; S/2008/728) o então Secretário Geral Kofi Annan explicitamente delinea a situação política, econômica e social (principalmente no que diz respeito à situação das crianças e sua relação com o

---

373 Até 2008, 24 relatórios do Secretário Geral haviam sido enviados ao Conselho de Segurança, a pedido do próprio Conselho, com o intuito de apresentar melhores práticas e recomendações para as atividades da MONUC no terreno (UNITED NATIONS - MONUC Documents, 2013). Adicionalmente, estes relatórios apresentam os desenvolvimentos políticos, econômicos e sociais angariados até então pela MONUC e, com base nesse quadro, é apresentado pontos que podem resultar na melhor adequação do mandato da operação no terreno (ibidem). Outros 2 relatórios específicos do Secretário Geral dizem respeito à realização das eleições de 2006 no país e o outro, em 2007, sobre as medidas para prevenir a exploração ilegal de recursos naturais, o financiamento de grupos armados e milícias na parte oriental do país (ibid.). Em outras três ocasiões, em 1999 e 2000 respectivamente, o Secretário Geral chama a atenção do Conselho de Segurança para o desenvolvimento de uma operação de paz na RDC e a necessidade do desdobramento de uma operação robusta (ibid.).

conflito armado no país), chamando a atenção do Conselho de Segurança para a necessidade de adoção de uma abordagem ainda mais integrada sobre a RDC de modo a contornar os efeitos adversos produzidos pela instabilidade política do país. De fato, a partir da carta do Secretário-Geral ao Conselho em novembro de 2008 (S/2008/703), no qual as Nações Unidas deveriam atuar de forma mais robusta em face à persistência dos conflitos na RDC, o Conselho de Segurança confere a MONUC a capacidade de intensificar seus esforços no setor de segurança do país, garantindo o pleno estabelecimento do estado de direito democrático, dando início, portanto, ao processo de reconstrução das instituições e da infraestrutura estatal; na organização do processo eleitoral que deveria ocorrer nos anos seguintes, nas tarefas que deveriam ser realizadas, ora em conjunto com o governo ora assumindo a função de Estado.

Ao mesmo tempo em que intensifica seus esforços para a reconstrução do Estado congolês, Nkunda é preso em dezembro de 2008, abrindo caminho para uma conciliação entre o governo congolês e membros da CNDP (Doss, 2015a, p.664). Em março de 2009, Obasanjo e Mkapa formalizam a negociação envolvendo a integração dos membros deste ex-grupo rebelde às FARDC (Doss, 2015a, p.664). Este avanço, permitia, desta forma, que Kabila pudesse concentrar seus esforços de desmobilização de outros grupos rebeldes e milícias (Doss, 2015a, p.664). Em parceria com Ruanda, tropas das FARDC iniciaram três operações com esta finalidade: a primeira, *Umoja Wetu*; a segunda *Kimia II*; e a terceira, *Amani Leo* (Doss, 2015a, p.664). Entretanto, após o resultado das negociações entre os ex-integrantes da CNDP e o governo congolês, uma nova rebelião surge, levando a formação de um novo grupo armado, o M23 (em alusão ao mês das negociações, março) (Doss, 2015b, p.806-807). Acusando-se mutuamente, governo e rebeldes não chegariam a um consenso sobre o destino de alguns antigos perpetradores da violência contra a população civil, como é o caso de Bosco Ntaganda, que assumira a posição de Nkunda após a sua prisão (Doss, 2015b, p.806-807). Mesmo com o surgimento de mais um grupo rebelde, a situação política em Kivu apresentou progresso relativo, as forças do FDLR estavam sendo combatidas pela FARDC, e uma aproximação política cada vez mais estreita se desenhava entre RDC, Ruanda e Uganda (Doss, 2015a, p.664).

Mesmo com a intensificação do conflito entre grupos rebeldes e o governo em 2009 e o acordo de paz firmado para cessar as hostilidades, a MONUC, a partir de 2008, implementou múltiplas tarefas políticas, militares, na área do estado de direito e de capacitação institucional para consolidar as instituições democráticas constituídas no país, estabelecendo o projeto de reconstrução dos aparatos estatais (A/61/767, 2007; A/62/755, 2008; A/63/806, 2009; A/64/670, 2010). Entre os anos de 2008 e 2009, o Banco Central do Congo, além da consecução das políticas macroeconômicas do país (estabelecimento de taxas de juros, intervenções no mercado cambial e

etc.), empreende uma sensível reforma no sistema financeiro (IMF, 2010, p.31). Com o intuito de melhorar o acesso ao financiamento e fortalecer o papel do setor financeiro, angariando, portanto, incrementos na economia nacional, o BCC concedeu maior robustez a uma série de normas e padrões para supervisão dos bancos comerciais (IMF, 2010, p.31). Ainda entre 2008 e 2009, o governo aprovou cartas de bancos privados e instituições micro-financeiras, aumentando assim o número de bancos no país e do nível de intermediação financeira (IMF, 2010, p.31). Em junho de 2009, foi adotada uma estratégia de reorganização do BCC, agilizando, portanto, suas operações e reduzindo seu déficit operacional (IMF, 2010, p.31). As reformas introduzidas pelo BCC inserem-se em um contexto sistêmico de profunda rearticulação e complexificação dos bancos centrais no sistema internacional (Goodhart, 2010, p.8). A partir de 2007, os bancos centrais passam por um amplo debate no que diz respeito ao seu papel de gerenciador de liquidez, estabilizador financeiro e, em alguma instância, seu papel na fixação das taxas de juros oficiais (Goodhart, 2010, p.8). Conforme nota Goodhart, a essência do banco central a partir da metade do início do século XXI reside justamente no seu “poder para criar liquidez, através da manipulação de seu próprio balanço” (Goodhart, 2010, p.9). Cabe destacar que as crises financeiras de 2007-2009 levariam a retomada, em alguns Estados, da subserviência dos bancos centrais em relação aos governos nacionais, gerando amplo controle governamental no mercado monetário e financeiro (Singleton, 2013, p. 277).

Seguindo este projeto de reforma levado a cabo pelas Nações Unidas, através da MONUC, Banco Mundial e o FMI<sup>374</sup>, o BCC, a partir de 2009, continuou a desenvolver melhorias nos seus instrumentos monetários, fortalecendo sua capacidade institucional e administrativa, reconstruindo suas reservas internacionais e, acima de tudo, focando na estabilidade dos preços (IMF, 2013). Ainda que o BCC tenha logrado a consecução de medidas macroeconômicas da manutenção da estabilidade, controle da inflação, financeirização e regulação do sistema bancário nacional e atividades conexas, é necessário levar em consideração, portanto, que existem alguns fatores que limitam uma eficácia ainda maior do BCC na condução das políticas monetárias na RDC (IMF, 2013, p.3). Em linhas gerais, esses problemas giram em torno do elevado nível de dolarização do sistema bancário da RDC e das fraquezas no BCC como uma instituição, decorrente, em parte, da sua falta de independência e má situação financeira (ou seja, o patrimônio líquido negativo) (IMF, 2013, p.3). Adicionalmente, o BCC enfrenta algumas limitações na condução da política monetária

---

374 Para uma discussão a respeito do relacionamento entre o FMI e os Estados no sistema internacional no que diz respeito a elaboração de estratégias de crescimento econômico e seus impactos no curto, médio e longo prazo, bem como as racionalidades envolvidas nessas políticas, ver: VREELAND, James Raymon. *The IMF and Economic Development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Para uma discussão a respeito das novas estratégias de desenvolvimento e de políticas econômicas adotadas pela organização a partir da crise financeira de 2008-2009, ver: JOYCE, Joseph P. *The IMF and Global Financial Crises*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

que diz respeito fundamentalmente às limitações operacionais para gerir uma pequena economia aberta com baixa credibilidade no sistema internacional e um fraco histórico de desenvolvimento (IMF, 2013, p.3). Ainda que seja difícil enquadrar as taxonomias e os quadros analíticos teóricos sobre o papel dos bancos centrais a partir de 2007 ao BCC, nota-se que esta instituição, até os dias de hoje, passa por uma ampla revisão de suas atividades, sendo, inclusive, forçado pelo próprio FMI a ganhar maior autonomia (IMF, 2013, p.18-19).

Mesmo diante dos constrangimentos inerentes as suas operações, o BCC, a despeito do alto grau de dolarização, tem como alvo monetário intermediário a base monetária (IMF, 2013, p.8). Ao implementar políticas monetárias, o BCC estabelece um caminho para o crescimento da oferta monetária consistente com seus objetivos inflacionários e a projeção do crescimento econômico (IMF, 2013, p.8). O crescimento monetário então é dividido em metas semanais revisadas semanalmente pelo BCC de acordo com as projeções atualizadas de demanda por dinheiro (IMF, 2013, p.8). Se a projeção de crescimento monetário no curto prazo desvia dos caminhos programados, o BCC intervém ao injetar ou absorver liquidez através da compra/venda de títulos do banco central (IMF, 2013, p.8). Esta estratégia vem ajudando o país, com todas as suas limitações a reduzir suas assimetrias econômicas face aos integrantes da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS - acrônimo em inglês)<sup>375</sup> (Nene, 2012, p.21). Assim como no caso da CEPGL, a ECCAS sofreu uma sensível queda na intensidade do comércio intra-regional após 2007, como consequência da crise financeira de 2008, mas recuperou, logo em seguida, seu ritmo de crescimento nos anos seguintes.

Outra CRE que merece destaque dentro do projeto neoliberal de integração congoleza ao sistema monetário e financeiro internacional é o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA - acrônimo em inglês). A COMESA é a CRE que mais auferiu ganhos para a RDC (Nene, 2012, p.13). Baseado em uma análise comparativa do nível de comércio intra-regional das três CREs apresentadas, nota-se que durante a primeira década do século XXI, este mesmo nível na COMESA cresceu 14% e somente 12.5% na ECCAS (Nene, 2010, p.15). A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC – acrônimo em inglês), que figura entre a CRE com maior nível de credibilidade e força de integração, devido, sobretudo, as reformas econômicas e, em alguma medida, políticas, entre seus Estados-membros, é a CRE que representa maior potencial no

---

375 A ECCAS foi criada em 1968 originalmente sob o nome de l'Union Economique des Etats d'Afrique Centrale (UEAC) em reação à criação em 1964 da l'Union Douanière et Economique de l'Afrique Centrale (Nene 2012, p.21). Na última CRE, antigas possessões coloniais francesas integravam majoritariamente o bloco (ibidem, p.21). Mobutu, assim como em outras CREs mencionadas, integrou outros Estados à UEAC para maximizar seu poder e influência em países da África Ocidental – relegando, portanto, a agenda política e econômica da CRE a pautas que atendiam interesses bilaterais (ibid., p.21). Atualmente, a ECCAS conta, assim como foram no passado, com profundas assimetrias entre seus Estados-membros e tem, por exemplo, o Gabão e Camarões como dois pólos que rivalizam maior controle sobre áreas econômicas na região (ibid., p.21).

médio e longo prazo de maior integração regional para a RDC<sup>376</sup> (Nene, 2012, p.15). Nesse sentido, é importante destacar que o BCC e outros bancos centrais dos países africanos possuem um papel fundamental no contexto maior de reformas econômicas em seus domínios – permitindo, portanto, que o nível de comércio e outros ganhos sejam auferidos entre os Estados-membros que pertencem às CREs. Em 2010, impulsionado pelas atividades de promoção do desenvolvimento econômico já supracitadas do BCC, a atividade econômica da RDC cresceu 7.2% se comparada a 2.8% em 2009 (Banque Centrale du Congo Rapport Annuel, 2010, p.xx). Tal impulso foi motivado pela produção de mineração, que, por sua vez, foi influenciada pelo aumento nos preços das commodities no mercado mundial depois da crise financeira de 2008 (Banque Centrale du Congo Rapport Annuel, 2010, p.xx). Um ano depois, a atividade econômica doméstica manteve-se forte, apesar da ligeira desaceleração em relação a 2010 (Banque Centrale du Congo Rapport Annuel, 2011, p.xx). A taxa de crescimento do PIB Real foi de 6,9% contra 7,1% um ano antes, impulsionada, principalmente, pelo ressurgimento da mineração, construção, agricultura e atacado e varejo (Banque Centrale du Congo Rapport Annuel, 2011, p.xx). No que diz respeito à taxa de formação de preços no mercado interno, no mercado de bens e serviços, o ano de 2011 viu uma taxa de inflação de 15,4% contra 9,8% em 2010 e o estabelecimento de uma meta anual de 17,0% no âmbito do Programa Econômico do Governo (PEG II) (Banque Centrale du Congo Rapport Annuel, 2011, p.xx).

A despeito destas reformas econômicas introduzidas por Kabila a partir de 2006, a RDC figura nas últimas posições do Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Autesserre, 2012, p.2). Enfatizando a necessidade de reformas estruturais no campo econômico, por parte do FMI, Banco Mundial e demais agências doadoras estatais e não estatais, estas medidas foram incapazes de eliminar antagonismos de base social, a luta pela corrupção e a reforma da administração do Estado (Autesserre, 2012, p.11). Todos estes elementos são fundamentais para a manutenção da instabilidade, insegurança, violência e desigualdades estruturais no campo social. A regulação da extração de recursos naturais aumentou consideravelmente a partir de 2006, mas por outro lado, foi incapaz de prover um ambiente político estável nas provinciais orientais do Congo (Autesserre, 2012, p.12). A ação dos grupos rebeldes continuou e o envolvimento dos Estados vizinhos e grandes potências também. Os mecanismos de

---

376 Ainda que as CREs com maior potencial de integração regional para a RDC se concentrem no Leste e Sudeste da África, historicamente, os governos de Mobutu e Kabila vem engajando-se nas CREs que se localizam na África Central, próximo de seus domínios geográficos (Nene, 2012, p.15). Isso se deve a dois fatores fundamentais. O primeiro deles a ser levado em consideração é o de que “no processo de racionalização da integração regional na África e para resolver o problema relacionado a memberships que se sobrepõem, o Tratado de Abuja, que criou a Comunidade Econômica Africana, sugeriu que a RDC se posicionasse no grupo da Comunidade Econômica da África Central, fundindo a ECCAS e a Central African Economic and Monetary Community (CEMAC)” (ibidem, p.15, tradução própria). Em segundo lugar, embora tenha inicialmente negociado o Acordo de Parceria Econômica com a União Européia, a RDC, como membro da COMESA, decidiu negociar essa questão dentro dessa CRE específica (ibid., p.15).

governamentalidade neoliberal, difundidos no âmago da MONUC, foram responsáveis pela integração congoleza à diversas CREs. Adicionalmente, os programas de ajuste fiscal, equilíbrio das contas públicas, adoção de políticas macroeconômicas restritivas apenas promoveram divisões entre a elite política do país e a enorme parcela da população vivendo nas margens do processo político. Por exemplo: artesões minerais, famílias e pequenos comerciantes não foram adequadamente incluídos no processo de formalização das atividades mineradoras (Autesserre, 2012, p.12).

Nos últimos anos da MONUC, o envolvimento da comunidade internacional não diminuiu, ao contrário, apenas aumentou. Ainda sendo uma área de interesse dos EUA e das grandes potências, as Nações Unidas vêm atuando no processo de normalização das instituições congolezas aos postulados do liberalismo e democracia. Entretanto, a paz liberal não produziu os resultados esperados entre 2007-2010. A próxima e última seção da Tese ilustra a manutenção das práticas de limites no contexto de reconstrução do Estado congolês e as implicações no campo de tal medidas.

## **5.2 MONUSCO: reconstrução do Estado congolês e os limites no dia a dia**

Conforme demonstrado na seção anterior, a MONUC, nos seus três últimos anos de mandato concentrou seus esforços na manutenção da integridade territorial e na efetividade das instituições do governo para garantir a paz e segurança na RDC. De modo especial, a MONUC, em parceria com uma série de outros atores governamentais e não estatais, adotou como prioridade de ação, a despeito de seus limites operacionais, logísticos, de pessoal e recursos humanos, a estabilização das províncias orientais do país (Autesserre, 2012, p.17). As atividades de *peacebuilding* levadas a cabo entre 1999-2010 enfatizaram a reconstrução do Estado como a principal estratégia para resolver o intrincado conflito na região dos Grandes Lagos (Autesserre, 2012, p.17).

Em março de 2010, o Secretário-Geral das Nações Unidas, delineia quatro áreas sobre as quais as Nações Unidas deveriam envidar seus esforços de assistência ao governo congolês: reforma das FARDC; desenvolvimento dos sistemas policiais, judiciais e correcional; implementação de projetos humanitários visando a construção da paz; e o suporte ao governo para a realização de eleições gerais de 2011 (S/2010/164, 2010, p.20-21). Ao mesmo tempo, reconhece o progresso relativo das FARDC no combate aos grupos rebeldes na região oriental do país (S/2010/164, 2010, p.1). Enfatizando a prerrogativa de que cabe às instituições do Estado congolês prover a segurança e estabilidade para a sua população, Ban Ki-Moon sugere a expansão das atividades de segurança, ajuda humanitária e desenvolvimento por parte da MONUC em áreas estratégicas até que gradativamente Kabila assumira todas as responsabilidades num futuro próximo (Doss, 2015a, p.665).

No ano em que completava 50 anos de independência, Kabila acenava para uma redução da presença das Nações Unidas até junho do ano seguinte (Doss, 2015a, p.665). Desta forma, através da resolução 1925, o Conselho de Segurança das Nações Unidas decide estender o mandato da MONUC até o dia 30 de junho e estabelece que, “em vista da nova fase que foi alcançada pela República Democrática do Congo, a Missão das Nações Unidas no país, MONUC, deverá, a partir de 1 de julho de 2010, ser chamada de Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO)”<sup>377</sup> (S/RES/1925, 2010, p.3). Adicionalmente, a resolução decide que eventuais reconfigurações da MONUSCO dependerão da evolução da situação no terreno e de que é necessário alcançar os objetivos da MONUC em andamento: as operações militares para desarmar grupos rebeldes em Kivu e nas regiões de Província Oriental; o reforço da autoridade das instituições de governo; a consolidação da autoridade estatal através do território (S/RES/1925, 2010, p.3-4). Enfatizando a proteção de civis e a estabilização e consolidação da paz como prioridades que devem informar todo o espectro de atividades da Missão, o Conselho de Segurança enfatiza a importância do governo congolês assumir sua autoridade em todas as áreas legais e administrativas (S/RES/1925, 2010, p.1-8). Ainda em 2009, a MONUC havia criado a Estratégia de Suporte e Segurança das Nações Unidas (UNSSS – acrônimo em inglês) com o objetivo de fortalecer as instituições do Estado congolês (Doss, 2015b, p.805). Posteriormente o UNSSS seria renomeado para Estratégia de Suporte à Estabilização e Segurança Internacional (ISSSS – acrônimo em inglês) (Doss, 2015b, p.805). Ambas as iniciativas das Nações Unidas visavam estabelecer “uma abordagem multidimensional para a consolidação da paz, compreendendo segurança, processo político, restabelecimento da autoridade estatal, retorno e reintegração de refugiados e deslocados internos, e a luta contra a violência sexual”<sup>378</sup> (Doss, 2015b, p.805). Posteriormente, assistido pela MONUC e MONUSCO, o governo congolês estabeleceria o Plano de Estabilização e Reconstrução para Áreas Afetadas pela Guerra (STAREC – acrônimo em inglês) (Doss, 2015b, p.805).

Nesta nova fase da MONUC, as Nações Unidas nomeariam um Vice-Representante Especial do Secretário-Geral para coordenar o processo de estabilização e consolidação da paz nas regiões orientais da RDC, além de outro vice representante do Vice-Representante do Representante Especial do Secretário Geral para implementar e gerenciar as atividades de implantação do estado

---

377 “Decides to extend the mandate of MONUC until 30 June 2010 and further decides that, in view of the new phase that has been reached in the Democratic Republic of the Congo, the United Nations mission in that country, MONUC, shall, as from 1 July 2010, bear the title of the United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUSCO)”.

378 “(...) envisaged a multidimensional approach to peace consolidation, encompassing security, the political process, restoration of state authority, the return and reintegration of refugees and the internally displaced, and the fight against sexual violence”.

de direito e proteção de civis (Doss, 2015b, p.804). Ainda em novembro de 2010, o Conselho de Segurança das Nações Unidas decide apoiar as recomendações do *Grupo de Experts* no que diz respeito a necessidade de investigar atores e instituições envolvidas no financiamento político e econômico de grupos armados que atuam na região oriental do país (S/RES/1952, 2010, p.3). Ao identificar como principal causa do conflito a incapacidade do governo congolês de exercer plenamente a autoridade nas províncias orientais, a resolução 1952 encoraja que os esforços da MONUSCO se concentrem no fortalecimento de todos os aparatos estatais para alcançar a paz e estabilidade no país (S/RES/1952, 2010, p.1-5).

Conforme Séverine Autesserre aponta, o principal problema desta orientação para a resolução do conflito é a de que:

“(...) o Estado congolês ainda permanece como uma estrutura predatória, assim como foi durante grande parte da história do Congo. Membros (oficiais) do governo estão recorrentemente preocupados com a utilização de escritórios públicos como meios de acumular riqueza pessoal, mesmo quando isto se choca com a adoção de bens públicos. Membros (oficiais) do Estado, incluindo membros do exército, da polícia, e da administração, continuam a ser os responsáveis pela maior parte das violações dos direitos humanos. Consequentemente, através da região oriental do Congo, as pessoas recorrentemente experienciam o Estado como opressor, explorador, uma máquina de ameaça, ao invés de vê-lo como uma estrutura que pode ser usada a seu benefício. Em geral, grande parte da população sobrevive a despeito do Estado ao invés de contar com a sua ajuda”<sup>379</sup> (Autesserre, 2012, p.18, tradução livre).

Em sua máxima, Autesserre afirma que “estender a autoridade para um estado predatório resulta meramente na substituição de um grupo de perpetradores (grupos rebeldes congolese e estrangeiros) para outros (autoridade estatais e forças de segurança nacional” (Autesserre, 2012, p.19). Na esteira de reconstrução dos aparatos do Estado congolês, as Nações Unidas, ainda no ano de 2010, concederia à MONUSCO o mandato de prover assistência logística e técnica para as comissões eleitorais do país de modo a facilitar o processo de consulta com todas as partes relevantes do processo (Doss, 2015b, p.808). Assim como em 2006, a expectativa das Nações Unidas era muito alta quanto à possibilidade de alcançar uma nova etapa de estabilização e consolidação democrática (Doss, 2015b, p.808).

No ano que antecederia as eleições, a região de Goma, em Kivu do Norte, testemunharia, novamente graves violações aos direitos humanos, onde centenas de civis foram estuprados e

---

379 “The main problem with this strategy is that the Congolese state remains a predatory structure, as it has been during most of the Congo’s history. Governmental officials are often preoccupied with using public offices as a means to accumulate personal wealth, even when it conflicts with the pursuit of the public good. 60 State officials, including members of the army, the police, and the administration, continue to be responsible for the largest part of all human rights violations. 61 Consequently, throughout the eastern Congo, people often experience the state as an oppressive, exploitative, and threatening machine, instead of seeing it as a structure set up for their benefit. Overall, large parts of the population survive in spite of the state rather than with its help”.

inúmeras vilas foram queimadas decorrentes da ação dos grupos rebeldes (Doss, 2015b, p.806). A inabilidade de resposta gerou fortes críticas às Nações Unidas, que, infelizmente, nada fizeram para mudar a postura de resposta efetiva às ações dos grupos rebeldes na região (Doss, 2015b, p.808). Esta postura mudaria em 2013, a partir da criação das Brigadas de Intervenção, mas, por ora, basta destacar que em janeiro de 2011, Joseph Kabila introduziria algumas reformas, apoiadas pela MONUSCO, que impediriam a plena redemocratização do país (Doss, 2015b, p.808). Kabila promulga uma emenda constitucional que muda o sistema eleitoral de dois turnos para apenas um, permitindo, desta forma, que o presidente possa ser eleito com menos de 50% do voto popular (Doss, 2015b, p.808). De igual modo, o primeiro ministro congolês reformulou a Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI), aproximando aliados para integrar posições nesta referida comissão (Doss, 2015b, p.808).

Em paralelo as várias operações militares para conter a mobilidade e ação dos grupos rebeldes e milícias (tais como a LRA, FDLR, Mai Mai e M23), a MONUSCO, forneceu apoio técnico e logístico à CENI, deslocando e implementando o material eleitoral (Bindu & Balermirwe, 2012, p.180). Entretanto, diferente das eleições presidenciais e legislativas de 2006, “vários observadores eleitorais internacionais relataram irregularidades durante o escrutínio presidencial e legislativo de novembro de 2011” (Bindu & Balermirwe, 2012, p.180). Outra diferença do processo eleitoral de 2001 se comparado com o de 2006 fora os constantes enfrentamentos entre ativistas de oposição, principalmente o partido de oposição UPDS e os apoiadores do governo de Kabila (Doss, 2015b, p.809). Após o resultado da eleição, Kabila venceu com uma porcentagem de 48.95% dos votos e seu principal opositor, Étienne Tshisekedi, recebera entre 36-38% de votos (Doss, 2015b, p.809). Assim como as organizações regionais africanas, as Nações Unidas, apesar de publicamente identificar diversos equívocos na condução da eleição, retifica o resultado eleitoral que confirmara Kabila como primeiro-ministro (Doss, 2015b, p.809). Apesar das intensas críticas da União Europeia, dos EUA e de outros centros independentes eleitorais ao redor do mundo, a MONUSCO endossa Kabila como primeiro ministro, contribuindo assim para a instabilidade congoleza desde então (Doss, 2015b, p.809).

Neste sentido, cabe destacar o *modus operandi* dos *peacebuilders* onusianos no processo de construção da paz na República Democrática do Congo que contribuiu, uma vez mais, para a criação de limites em 2011. Séverine Autesserre na obra “*Peaceland: Conflict Resolution and the Everyday Politics of International Intervention*” aponta que “as práticas do dia a dia e os hábitos dos interventores externos influenciam diretamente a efetividade dos esforços de paz internacional

de modos diferenciados”<sup>380</sup> (Autesserre, 2014, p.12). Adiciona a autora que os esforços de construção da paz são guiados por um *modus operandi*, linguagem, conhecimento, narrativas, procedimentos e técnicas que criam constantemente um limite entre o interno e o externo em suas mais variadas dimensões (Autesserre, 2014, p.13). Ao construir limites e manter determinadas clivagens entre o internacional e o local, o conjunto de atores e instituições internacionais perpetuam uma abordagem que privilegia uma racionalidade governamental baseada no modelo Westfaliano e Weberiano de organização estatal (Autesserre, 2014, p.143-146). Em primeiro lugar, a comunidade internacional enfatiza que as instituições de governo efetivos e legítimos são indispensáveis para uma paz no curto, médio e longo prazo (Autesserre, 2014, p.143). O Estado e suas estruturas administrativas devem ser plenamente operacionalizáveis de modo a garantir que o mercado possa gozar dos padrões de boa governança interna e externa (Autesserre, 2014, p.144). Para esta finalidade, investem recursos políticos, econômicos, sociais e culturais no reforço da estatalidade de modo a superar as adversidades na área de segurança (Autesserre, 2014, p.144). Adicionalmente, os *peacebuilders* partem do pressuposto que as eleições gerais podem promover uma reconciliação nacional no médio e longo prazo (Autesserre, 2014, p.144). No caso da RDC, a MONUSCO, ao validar o resultado das eleições, mesmo diante de todas as críticas quanto à legitimidade do processo, reproduziu, novamente, no dia a dia um limite de concepção eleitoral e democrática que não condiz com as expressões dos diversos grupos etnolinguísticos da República Democrática do Congo (Autesserre, 2014, p.144). Isto se dá em função da abordagem estatal que estas instituições estrangeiras privilegiam (Autesserre, 2014, p.144). Uma vez que os interventores internacionais são treinados para lidar com membros oficiais do governo e vêm nesta relação a melhor forma de preservar as normas globais de soberania e não interferência, as expressões e movimentos da sociedade civil são impedidos de participar das regras estabelecidas internacionalmente sobre o local (Autesserre, 2014, p.144). Com isto, a paz liberal apresenta uma série de debilidades, sendo incapaz de garantir estabilidade no médio e longo prazo.

Assim como em 2006, no contexto das eleições de 2011, a MONUSCO partiu de processos de resolução de conflitos de baixo para cima, ou seja, os processos de construção da paz que privilegiaram o nível macro, como, por exemplo: programas de Desarmamento, Desmobilização, Repatriação, Reinserção e Reintegração (DDRRR); organização de eleições gerais; reforma das instituições legislativas, correcionais e de segurança; e, não exaustivamente, o estabelecimento do estado de direito (Autesserre, 2010, p.9). Todas estas estratégias são importantes mas, por outro lado, incapazes de lidar com as causas de baixo para cima que alimentam o conflito armado

---

380 “(...) the interveners’ everyday practices and habits influence the effectiveness of international peace efforts in many different ways”.

(Autesserre, 2010, p.8). Ou seja, a MONUSCO, assim como a MONUC, no contexto de organização das eleições gerais de 2011, foi incapaz de desenvolver um compreensivo programa para promover uma ampla reforma de terras que pudesse abafar as tensões internas entre comunidades etnolinguísticas divididas entre si desde os períodos coloniais (Autesserre, 2010, p.9). Adicionalmente, não fortaleceu e potencializou mecanismos de resolução de disputas pacíficas (Autesserre, 2010, p.9).

Neste sentido, reforçando o argumento de Autesserre, e olhando para as atividades desenvolvidas pelo Fundo de Democracia das Nações Unidas (UNDEF – acrônimo em inglês)<sup>381</sup>, as iniciativas desenvolvidas por este Fundo partem de uma concepção democrática neoliberal que reforçam esta abordagem de cima para baixo ao invés de fortalecer a lógica de baixo para cima na resolução de conflitos. Entre 2006-2011, período das duas eleições nacionais e provinciais na RDC, o UNDEF, por exemplo, desenvolveu cinco grandes projetos de fortalecimento da sociedade civil local: o primeiro deles, de capacitação cidadã à lei e o diálogo com instituições, tinha como objetivo gerar uma aproximação e participação dos cidadãos no processo democrático do país (UNDEF, 2012c). Para tanto, o UNDEF, através de suas agências parceiras, fortalece a sociedade civil com base em treinamentos, campanhas educacionais sobre justiça e direito, reuniões, distribuição de folhetos e participação em audiências públicas (UNDEF, 2012c). O segundo projeto, de reforço do diálogo nas comunidades no processo de tomada de decisão do país objetivou reunir os membros das comunidades locais para que discutissem os problemas políticos, econômicos, sociais e culturais no que tange ao processo de democratização do país (UNDEF, 2012c). O terceiro projeto, tinha o intuito de reforçar as capacidades institucionais dos partidos políticos e a representação popular nos diferentes grupos políticos para que assim os membros de diversos grupos etnolinguísticos pudessem participar ativamente no processo de tomada de decisão e no jogo político eleitoral

---

381 Criado em 2005, pelo então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, o Fundo de Democracia das Nações Unidas (UNDEF) assume o claro propósito de fortalecer os valores neoliberais e democráticos no sistema internacional (UNDEF, 2012a). Especificamente, o UNDEF apoia projetos que fortalecem a sociedade civil, promove os direitos humanos e encoraja a participação de diversos grupos políticos em processos democráticos (UNDEF, 2012a). Entre 2006 à 2011, o UNDEF havia desenvolvido 330 projetos em mais de 110 países (UNDEF, 2012a). Grande parte dos fundos são destinados às organizações da sociedade civil em processo de transição e consolidação da democracia (UNDEF, 2012a). Sustentado pela contribuição voluntária de 40 governos (incluindo países da África, Ásia, e América Latina), o orçamento do Fundo havia alcançado o patamar de US\$ 120 milhões no primeiro semestre de 2012 (UNDEF, 2012a). O suporte individual dado pelos governos contribuintes ao UNDEF gira em torno de US\$ 50 mil a US\$ 500 mil (UNDEF, 2012a). Estabelecido como *Trust Fund* e sob controle das Regulações e Regras Financeiras das Nações Unidas, o UNDEF atua em conjunto com demais órgãos, programas e agências especializadas das Nações Unidas para a promoção e fortalecimento dos valores neoliberais-democráticos (UNDEF, 2012a). O principal instrumento utilizado pelo UNDEF para se relacionar com os demais órgãos, programas, agências e fundos das Nações Unidas é o *Programme Consultative Group* (PCG) (UNDEF, 2012b). O PCG é composto por representantes do Departamento de Assuntos Políticos, Departamento de Operações de Paz, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Todos esses órgãos fazem recomendações para o UNDEF e o Conselho Consultivo do UNDEF sobre as propostas de projetos e os critérios de financiamento (UNDEF, 2012b).

(UNDEF, 2012c). O quarto projeto, de apoio a participação cidadã nas comunidades de base visava reverter o quadro de opressão política pela qual os membros dessa comunidade atravessaram depois de 32 anos de ditadura e 16 anos de instabilidade política, econômica, social e cultural (UNDEF, 2012c). A intenção principal deste projeto foi o de criar as condições para que a sociedade civil pudesse participar ativamente no processo eleitoral do país em 2011 (UNDEF, 2012c). O quinto projeto, tinha a finalidade de construir instituições democráticas através da igualdade de gênero, realizando, para este fim, uma série de treinamentos entre homens e mulheres que atuam no parlamento, governo, mídia, setor privado e, principalmente, na sociedade civil (UNDEF, 2012c). O Projeto versava sobre questões relativas aos direitos humanos, governança democrática, estado de direito e liderança política (UNDEF, 2012c).

Assim como o UNDEF, a MONUSCO, privilegiou, no contexto das suas atividades, uma abordagem neoliberal democrática que visava organizar o espaço e meio congolês de acordo com a racionalidade baseada nesta forma específica de governo, reforçando e potencializando mecanismos de limites sociais, simbólicos, culturais e de demais naturezas. A Figura abaixo apresenta a distribuição das políticas de reconstrução do estado na República Democrática do Congo nas áreas de segurança, assistência humanitária e assistência ao desenvolvimento entre os anos de 1999-2012.

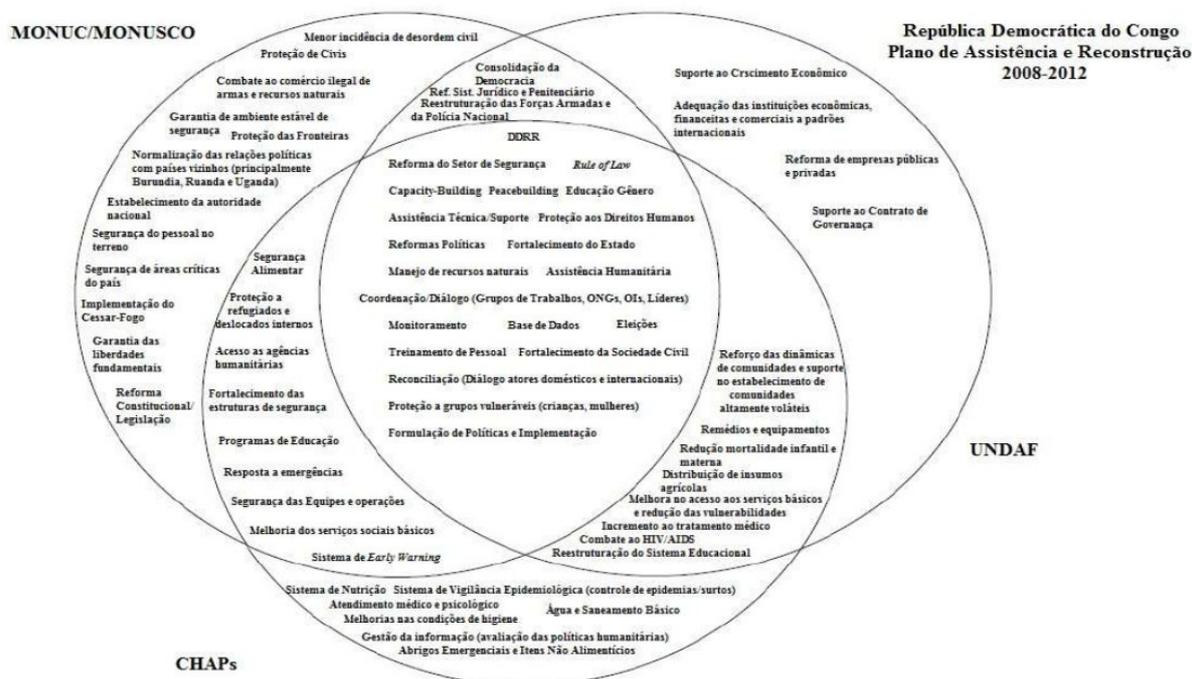


Figura 9: Distribuição das Políticas de Reconstrução do Estado na República Democrática do Congo nas Áreas de Segurança, Assistência Humanitária e Assistência ao Desenvolvimento. Adaptado de: A/61/767, 2007; A/62/755,2008; A/63/806, 2009; A/64/670, 2010; A/65/744, 2011 (Orçamentos); A/62/737, 2008; A/62/781/Add.8, 2008; A/63/563, 2008; A/63/746/Add.16, 2009; A/64/583, 2009; A/64/660/Add.8, 2010; A/65/682, 2010; A/65/743/Add.8, 2011 (Relatórios de Desempenho Financeiro); CHAP Democratic Republic of the Congo, 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; UNDAF Democratic Republic of the Congo 2008-2012.

Embora a MONUC e MONUSCO tenham desenvolvido um papel importante no processo de fortalecimento dos integrantes da sociedade congoleza, não é possível encontrar, dentro das atividades acima mencionadas, atividades voltadas especificamente para a sociedade civil. Mesmo que ambas as Missões se encontrem na interseção entre segurança, desenvolvimento e ajuda humanitária, as Nações Unidas perceberam que era necessário criar uma base de sustentação da sociedade civil para que os valores neoliberais-democráticos pudessem ser satisfatoriamente estabelecidos. É justamente a partir desta preocupação, que as Nações Unidas vêm fortalecendo o papel da sociedade civil, nas mais variadas situações, com o propósito de estabelecer os valores mencionados.

Com base nas atividades desenvolvidas pelo UNDEF na RDC, percebe-se que este órgão se distancia, apesar de complementar em alguns casos, os trabalhos desenvolvidos pela MONUC e MONUSCO. Com isto, ao mesmo tempo em que presta um importante serviço para as Operações de Paz, o UNDEF também possui características importantes no processo de formação e fortalecimento da sociedade civil e dos indivíduos, normalizando-os aos postulados neoliberais. A Figura abaixo ilustra a afirmação acima mencionada:

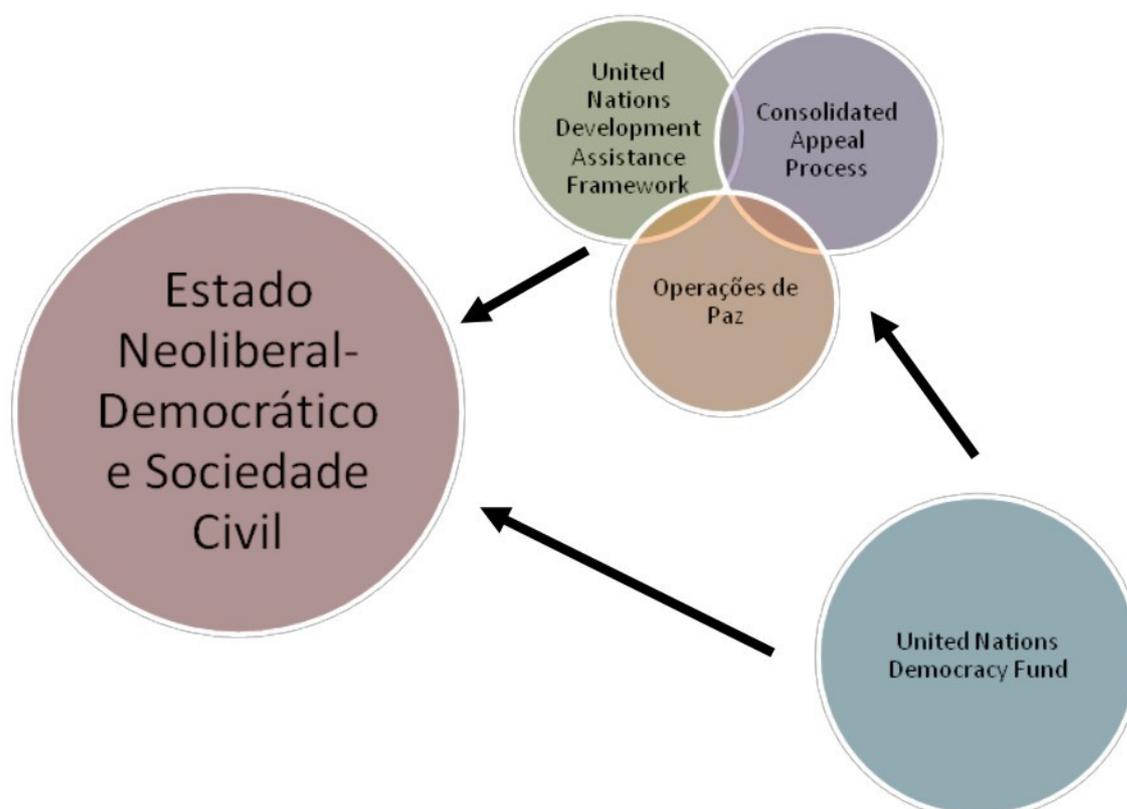


Figura 10: A Relação entre o UNDEF, as Operações de Paz e os Projetos Desenvolvidos na Área de Ajuda Humanitária e ao Desenvolvimento.

Com base na Figura 10 acima, o que se percebe é que o UNDEF ao complementar o trabalho de construção de estados neoliberais-democráticos, com ênfase para a sociedade civil, atende a uma racionalidade governamental de governar determinados espaços humanitários para que os valores mencionados possam ser efetivamente implementados. Neste sentido, os indivíduos da RDC tendem a ser normalizados aos padrões do *homo oeconomicus*, que se organizam na sociedade civil, fortalecendo, desta forma, o projeto de Estados neoliberais-democráticos desenvolvidos pela MONUSCO. Como é possível compreender a lógica da construção de um Estado robusto, mas que atenda a uma lógica de Estado mínimo neoliberal? O que o caso da RDC especificamente demonstra é que o esforço inicial das Nações Unidas para a construção de Estados neoliberais-democráticos se dá pelo fato de que, mesmo que o Estado exerça uma função mínima, dentro dos interesses políticos, econômicos, sociais e culturais, é fundamental que ele exista por si só. Ou seja: sociedade civil e Estado são indissociáveis para qualquer operacionalização de uma racionalidade neoliberal e democrática. Conforme apontado no Capítulo 3, a sociedade civil, através do *homo oeconomicus*, é o principal produto desta racionalidade governamental presente no UNDEF e na MONUSCO. Ou seja, a arte de governar pautada pela racionalidade dos agentes econômicos só é possível através da criação de uma sociedade civil que esta estabelecida dentro de

determinado meio. É dentro do Estado que a sociedade civil se localiza e é dentro deste espaço que as governamentalidades da UNDEF e MONUSCO estão circunscritas. A sociedade civil, como apontado no terceiro Capítulo é o lócus/arena de operacionalização da racionalidade governamental neoliberal, propagada e difundida pela MONUSCO.

As Figuras abaixo apresentam o conjunto de atores e instituições presentes no processo de construção e reconstrução dos aparatos estatais congolese entre 1999-2012.

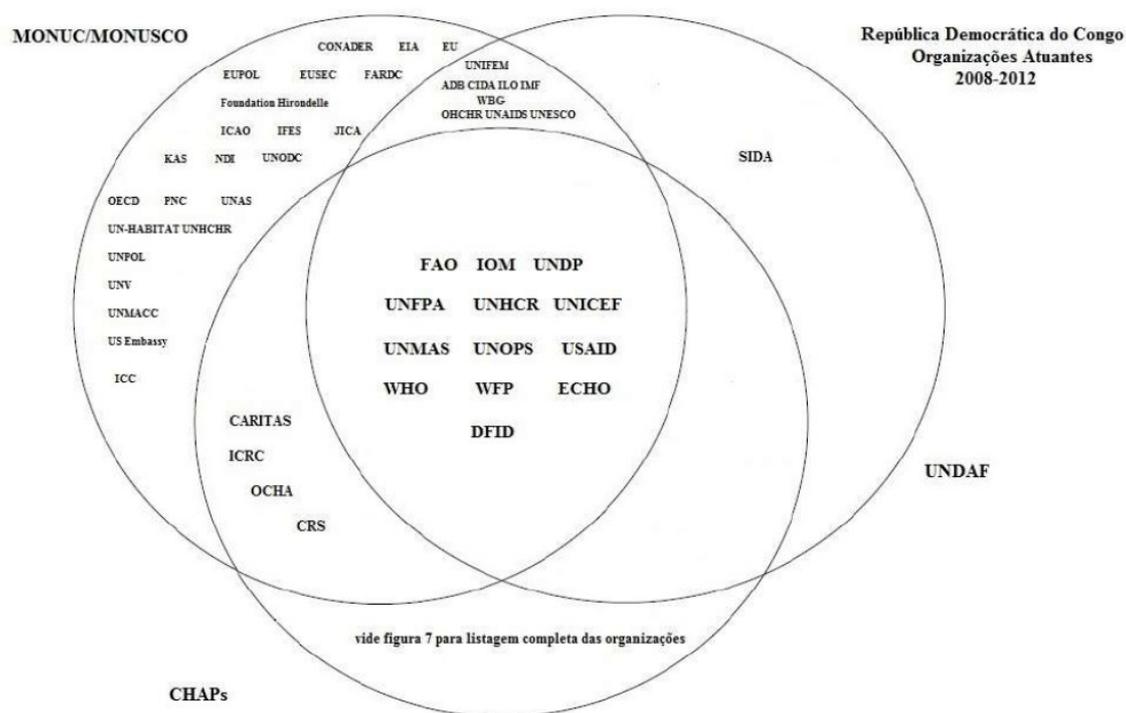


Figura 11: Distribuição das Organizações que Participaram do Processo de Reconstrução da República Democrática do Congo nas Áreas de Segurança, Assistência Humanitária e Assistência ao Desenvolvimento. Adaptado de: A/61/767, 2007; A/62/755, 2008; A/63/806, 2009; A/64/670, 2010; A/65/744, 2011 (Orçamentos); A/62/737, 2008; A/62/781/Add.8, 2008; A/63/563, 2008; A/63/746/Add.16, 2009; A/64/583, 2009; A/64/660/Add.8, 2010; A/65/682, 2010; A/65/743/Add.8, 2011 (Relatórios de Desempenho Financeiro); CHAP Democratic Republic of the Congo, 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; UNDAF Republic Democratic of the Congo 2008-2012.



Figura 12: Distribuição das Organizações que Participaram do Processo de Reconstrução da República Democrática do Congo na Área de Assistência Humanitária. Adaptado de: CHAP Democratic Republic of the Congo, 2008; 2009; 2010; 2011; 2012.

O Anexo 9, na parte pós-textual da Tese discorre sobre a relação destas instituições envolvidas na reconstrução do Estado congolês na área humanitária, desenvolvimentista e de Segurança entre 1999-2012. Embora não esteja preocupado em construir um arcabouço teórico a respeito do surgimento do Estado e o seu relacionamento com a sociedade civil, Michel Foucault sustenta que, por mais que a nova arte de governar no neoliberalismo seja pautada pela racionalidade dos próprios governados, não é possível sustentar que os indivíduos assumam as funções do Estado, dizendo “eu, o Estado” (Foucault, 2008b, p.424). Neste sentido, o Estado, enquanto uma arte de governo, também tem o seu papel no que diz respeito a emergência da sociedade civil e do homem econômico. Entretanto, esses dois últimos atores são aqueles que rearticulam, reconfiguram e informam toda uma nova arte de governar que o neoliberalismo apresenta. Com isto, o processo de *peacebuilding* das Nações Unidas está cada vez mais voltado para o fortalecimento da sociedade civil, através da criação de homens econômicos, que consequentemente estão inseridos dentro da lógica de um Estado mínimo. O crescente desenvolvimento normativo e institucional no campo da segurança, desenvolvimento e ajuda humanitária das Nações Unidas apresentado no Capítulo 3 se volta cada vez mais para a sociedade

civil porque é através destes atores que é possível construir agentes econômicos e a criação de um Estado neoliberal de organização política, econômica, social e cultural. Neste sentido, o fortalecimento da sociedade civil e, por consequência, de alguns aparatos estatais ocorre pelo fato de que sociedade civil e Estado são coisas que andam em conjunto. Foucault sugere que as políticas estatais vão ser políticas cujo princípio de racionalidade será indexado à racionalidade ou ao interesse e a estratégia dos interesses dos indivíduos soberanos, ou do Estado, na medida em que constitui uma individualidade soberana (Foucault, 2008b p.424). Ou seja, sociedade civil e Estado caminham juntos e é por isso que o UNDEF e a MONUSCO fortalecem a sociedade civil e criam Estados neoliberais-democráticos, potencializando, desta forma, o quadro de repressão, dominação, sujeição no processo de *peacebuilding* da sociedade congoleza. Atores estrangeiros são empoderados, limites e fronteiras são criados através da paz liberal difundida pela MONUSCO.

A governamentalidade neoliberal organiza o meio congolês de modo a converter indivíduos em agentes econômicos. Entretanto, o projeto não vem apresentando os resultados esperados. Ainda no ano eleitoral, 2011, houve um quadro severo de inflação, muito em função dos choques externos relacionados ao aumento dos preços mundiais dos alimentos e energia (Banque Centrale du Congo Rapport Annuel, 2012, p.xx). A partir de 2013, ganha notoriedade no escopo de atuação da MONUSCO a criação das Brigadas de Intervenção, que, pela primeira vez na história das Nações Unidas, permite que as Operações de Paz realizem ações ofensivas nas regiões mais instáveis do país para combater a ação de grupos rebeldes – sobretudo na parte oriental do território onde se localizam as províncias de Katanga e Kivu (S/RES/2147, 2014). Somado aos esforços já mencionados pelas Nações Unidas, há que se destacar também que a União Europeia, envida esforços significativos para que o país adense suas práticas de integração regional ao negociar Acordos de Parceria Econômica (APE) entre os países europeus e os países africanos (European Commission, 2014). Os APEs têm como objetivo fundamental a promoção do comércio entre ambos os blocos regionais, e, através do desenvolvimento, promover o crescimento sustentável e reduzir a pobreza (European Commission, 2014). Neste sentido, os APEs ajudam os países africanos a se integrarem na economia mundial ao fornecerem uma série de assistências comerciais e políticas (European Commission, 2014). Entre tais medidas, está incluindo tarefas que vão além de acordos de livre comércio convencionais, focando, nesse sentido, seus esforços no desenvolvimento, levando em consideração as circunstâncias socioeconômicas de cada país e incluindo a cooperação e assistência para ajudar os países africanos a implementar os APEs (European Commission, 2014).

## 6. Considerações Finais

O objetivo central da presente Tese foi o de apresentar o tipo de poder exercido pelas Operações de Paz das Nações Unidas sobre o internacional. Desta forma, dedicou particular atenção para os projetos de *peacebuilding* desdobrados a partir de 2010 na República Democrática do Congo (RDC). A hipótese concluiu que o principal elemento do poder executado pela MONUSCO reside na produção de limites, materiais e imateriais, no processo de construção da paz, que por sua vez, incidem tanto no nível interno e externo do Estado congolês. Com base no método genealógico desenvolvido por Michel Foucault, a Tese argumentou que tais limitações, praticados por este instrumento multilateral responsável pela gestão e resolução de conflitos, estão relacionadas às múltiplas governamentalidades desenvolvidas por atores estatais e não estatais. Neste sentido, a pesquisa advoga que as diversas racionalidades de governo introduzidas pelas Nações Unidas a partir do século XX são responsáveis não apenas pela gestão de indivíduos e sociedades na RDC, mas também pela perpetuação de um quadro de repressão, sujeição e submissão que se manifesta no dia a dia. A pesquisa visou compreender como as iniciativas humanitárias, desenvolvimentistas e de segurança avançadas pela MONUSCO se perpetuam diariamente na população congoleza, produzindo limites e possibilidades de ação para indivíduos e sociedades, inviabilizando, desta forma, as iniciativas de estabilidade no curto, médio e longo prazo.

## 7. Referências Bibliográficas

### 7.1 Artigos, Livros e Teses

ABBOTT, Jason P. & WORTH, Owen (Eds.). **Critical Perspectives on International Political Economy**. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

ABBOTT, Jason P. & WORTH, Owen. **Introduction: The "Many Worlds" of Critical International Political Economy**. In: ABBOTT, Jason P. & WORTH, Owen (Eds.). *Critical Perspectives on International Political Economy*. New York: Palgrave Macmillan, 2002. pp.1-13.

ACHARYA, Amitav. **Rethinking Demand, Purpose and Progress in Global Governance: An Introduction**. In: ACHARYA, Amitav (Ed.). *Why Govern? Rethinking Demand and Progress in Global Governance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. pp.1-30.

African Development Bank and Organisation for Economic Cooperation and Development. **The Democratic Republic of the Congo**. Abidjan and Paris: African Economic Outlook, 2008.

AGNEW, John & CORBRIDGE, Stuart. **Mastering Space: Hegemony, Territory and International Political Economy**. London and New York: Routledge, 1995.

ALI, Nosheen. **Sectarian Imaginaries: The Micropolitics of Sectarianism and State-making in Northern Pakistan**. *Current Sociology*. Vol.58, N.5, 2010, pp.738-754.

ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

ASHLEY, R. K. **The Geopolitics of Geopolitical Space: Toward a Critical Social Theory of International Politics**. *Alternatives*. N.XII, 1987, pp.403-434.

\_\_\_\_\_. **The Poverty of Neorealism**. *International Organization*. Vol.38, N.2, 1984, pp. 225-286.

ASMUSSEN, Jan. **United Nations Peacekeeping Force in Cyprus (UNFICYP)**. In: KOOPS, Joachim A. et al. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015. pp.197-213.

AUTESSERRE, Séverine. **Peaceland: Conflict Resolution and the Everyday Politics of International Intervention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

\_\_\_\_\_. **Dangerous Tales: Dominant Narratives on the Congo and Their Unintended Consequences**. *African Affairs*, Vol.0, N.0, 2012, pp.1–21.

\_\_\_\_\_. **The Trouble With the Congo: Local Violence and the Failure of International Peacebuilding**. Cambridge: Cambridge University Press: 2010.

BAHR, Hans-Eckehard. **The Politicising of Everyday Life: Social Conditions of Peace**. Journal of Peace Research. Vol.10, N.1/2, 1973, pp.37-49.

BALDWIN, David. **Neoliberalism, Neorealism, and World Politics**. In: BALDWIN, David (Ed.). Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate. New York: Columbia University Press, 1993. pp.3-28.

BARNETT, Michael & DUVALL, Raymond. **Power in Global Governance**. In: BARNETT, Michael & DUVALL, Raymond (Eds.). Power in Global Governance. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. pp.1-32.

BARNETT, Michael & FINNEMORE, Martha. **The Power of Liberal International Organizations**. In: BARNETT, Michael & DUVALL, Raymond (Eds.). Power in Global Governance. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. pp.161-185.

BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas. **Foucault and Political Reason: Liberalism, Neo-liberalism and Rationalities of Government**. London: The University of Chicago Press, 1996.

BARTELSON, Jens. **A Genealogy of Sovereignty**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BARTLETT, Robert. **The Making of Europe: Conquest, Colonization and Cultural Change 950-1350**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

BEAUD, Michel. **A History of Capitalism: 1500-2000**. New York: Monthly Review Press, 2001.

BELLAMY, Alex J. **Global Politics and the Responsibility to Protect: From Words to Deeds**. London and New York: Routledge, 2011.

BELLAMY, Alex J. & WILLIAMS, Paul D. **Trends in Peace Operations, 1947-2013**. In: KOOPS, Joachim A. et al. The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations. Oxford: Oxford University Press, 2015. pp.13-42.

\_\_\_\_\_. **Understanding Peacekeeping**. Cambridge & Malden: Polity Press, 2011.

BENNETT, A. LeRoy. **International Organizations**. New Jersey: Prentice Hall, 1984.

BIGO, Didier. **Michel Foucault and International Relations: Cannibal Relations**. In: BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (Eds.). Foucault and the Modern

International: Silences and Legacies for the Study of World Politics. The Sciences Po Series in International Relations and Political Economy. New York: Palgrave Macmillan, 2017. pp.33-56.

\_\_\_\_\_. **Security: A Field Left Fallow.** In: DILLON, Michael & NEAL, Andrew W. (Eds.). Foucault on Politics, Security and War. New York: Palgrave Macmillan, 2008. pp.93-114.

\_\_\_\_\_. **Protection: Security, Territory and Population.** HUYSMANS, Jef, DOBSON, Andrew, PROKHOVNIK, Raia (Eds.). The Politics of Protection: Sites of Insecurity and Political Agency. Routledge Advances in International Relations and Global Politics. New York: Routledge, 2006. pp.84-100.

BINDU, Kanedy Kihangi; BALEMIRWE, Victor Irengé. **As Nações Unidas e a Consolidação de um Estado Democrático de Direito na República Democrática do Congo.** Meritum, v.7, n.1, p. 155-199, jan./jun. 2012.

BISWAS, Shampa. **Postcolonialism.** In: KURKI, Milja & WIGHT, Colin. International Relations and Social Science. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (Eds.). International Relations Theories: Discipline and Diversity. Oxford: Oxford University Press, 2016. pp.219-235.

BLYTH, Mark. **Introduction: International Political Economy as a Global Conversation.** In: BLYTH, Mark (Ed.). Routledge Handbook of International Political Economy (IPE): IPE as a Global Conversation. London and New York, Routledge, 2009, pp.1-20.

BOAHEN, A. Adu. **African Perspectives on Colonialism.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (Eds.). **Foucault and the Modern International: Silences and Legacies for the Study of World Politics.** The Sciences Po Series in International Relations and Political Economy. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

BONDITTI, Philippe. **Introduction: The International as an Object for Thought.** In: BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (Eds.). Foucault and the Modern International: Silences and Legacies for the Study of World Politics. The Sciences Po Series in International Relations and Political Economy. New York: Palgrave Macmillan, 2017. pp.1-12.

BOLI, John. **Conclusion: World Authority Structures and Legitimations.** In: BOLI, John & THOMAS, George M. Constructing World Culture: International Nongovernmental Organizations Since 1875. Stanford: Stanford University Press, 1999. pp.267-300.

BOLI, John & THOMAS, George M. **INGOs and the Organization of World Culture.** In: BOLI, John & THOMAS, George M. Constructing World Culture: International Nongovernmental Organizations Since 1875. Stanford: Stanford University Press, 1999. pp.13-49.

BOULDEN, Jane. **United Nations Operation in the Congo (ONUC)**. In: KOOPS, Joachim A. et al. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015. pp.160-170.

BOUZAS, Antia Mato. **Mixed Legacies in Contested Borderlands: Skardu and the Kashmir Dispute**. *Geopolitics*. Vol.17, 2012, pp.867-886.

BRAIDEN, Michelle Katherine. **The Nomos of Border-Making Discourses: The Chaco War, League of Nations and Indigenous Dispossession**. 2014. 107f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Departamento de Geografia, Planejamento e Ambiente, Universidade de Concórdia, Montreal/Quebec, 2014.

BROWN, Chris & AINLEY, Kirsten. **Understanding International Relations**. New York: Palgrave Macmillan. 2005.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: Um Estudo da Ordem na Política Mundial**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

BURCHELL, Graham. **Liberal Government and Techniques of the Self**. In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas. *Foucault and Political Reason: Liberalism, Neo-liberalism and Rationalities of Government*. London: The University of Chicago Press, 1996. pp.199-35.

BURCHILL, Scott & LINKLATER, Andrew. **Introduction**. In: BURCHILL, Scott et al. *Theories of International Relations*. New York: Palgrave Macmillan, 2013. pp.1-28.

CAFRUNY, Alan; TALANI, Leila Simona; MARTIN, Gonzalo Pozo (Eds.). **The Palgrave Handbook of Critical International Political Economy**. New York: Palgrave Macmillan, 2016.

CAMPBELL, David & BLEIKER, Roland. **Poststructuralism**. In: KURKI, Milja & WIGHT, Colin. *International Relations and Social Science*. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (Eds). *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2016. pp.196-218.

CARMENT, David & SAMY, Yiagadeesen. **The Future of War: Understanding Fragile States and What to do About Them**. In: TRAUSCHWEIZER, Ingo & MINER, Steven M. (Eds). *Failed States and Fragile Societies: A New World Disorder?* Athens: Ohio University Press, 2014. pp.3-27.

CARR, Edward Hallet. **Vinte Anos de Crise: Uma Introdução aos Estudos das Relações Internacionais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

CHARNOVITZ, Steve. **Two Centuries of Participation: NGOs and International Governance**. *Michigan Journal of International Law*. Vol.18, N.2, 1997, pp.183-286.

CHESTERMAN, Simon. **Just War or Just Peace? Humanitarian Intervention and International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

COHEN, Benjamin Jerry. **International Political Economy: An Intellectual History**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. **The Transatlantic Divide: Why are American and British IPE so Different?** Review of International Political Economy, Vol.14, n.2, 2007, pp.197-219.

\_\_\_\_\_. **Phoenix Risen: The Resurrection of Global Finance**. World Politics, Vol. 48, No. 2 (Jan., 1996), pp. 268-296.

COHEN, Saul Bernard. **Geopolitics: The Geography of International Relations**. Lanham; Boulder; New York; London: Rowman & Littlefield, 2015.

COOK, Bernard A. **Belgium: A History**. New York; Washington, D.C./Baltimore; Bern; Frankfurt am Main; Berlin; Brussels; Vienna; Oxford: Peter Lang Publishing, 2002.

COMMISSION ON HUMAN SECURITY. **Human Security Now**. New York: Communications Development. 2003.

COX, Robert W. **The "British School" in the Global Context**. In: PHILLIPS, Nicola (Ed.). **International Political Economy: Debating the Past, Present and Future**. New York. 2015.

\_\_\_\_\_. **Production, Power and Order: Social Forces in the Making of History**. New York: Columbia University Press. 1987.

\_\_\_\_\_. **"Social Forces, States, and World Orders: Beyond International Relations Theory**. Millenium: Journal of International Studies, Vol.10, 1981, pp.126–155.

CROWDER, Michael. **A África sob Domínio Britânico e Belga**. In: MAZRUI, Ali A & WONDJU, C. (Eds.). **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: Comitê Científico Internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura para Redação da História Geral da África, 2010. pp.89-122.

DANIEL, Donald C. F. **Contemporary Patterns in Peace Operations, 2000-2010**. In: BELLAMY, Alex J. & WILLIAMS, Paul D. (Eds.). **Providing Peacekeepers: The Politics, Challenges, and Future of United Nations Peacekeeping Contributions**. Oxford: Oxford University Press, 2013. pp.25-46.

DAVIES, Thomas. **NGOs: A New History of Transnational Civil Society**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

DEAN, Mitchell. **Governmentality: Power and Rule in Modern Society**. London: Sage Publications, 2010.

DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS/DEPARTMENT OF FIELD SUPPORT. **United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines**. New York: Department of Public Information, 2008.

DEPELCHI, Jacques. **From the Congo Free State to Zaire (1885-1974): Towards a Demystification of Economic and Political History**. London: Codesria Book Series, 1992.

DER DERIAN, James & SHAPIRO, Michael J. **International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics**. New York & Toronto: Lexington Books, 1989.

DIEHL, Paul F. **First United Nations Emergence Force (UNEF I)**. In: KOOPS, Joachim A. et al. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015a. pp.144-152.

\_\_\_\_\_. **Second United Nations Emergency Force (UNEF II)**. In: KOOPS, Joachim A. et al. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015b. pp.229-237.

\_\_\_\_\_. **Peace Operations**. Cambridge: Polity Press, 2008.

DILLON, Michael & NEAL, Andrew W. **Introduction**. In: DILLON, Michael & NEAL, Andrew W. (Eds.). *Foucault on Politics, Security and War*. New York: Palgrave Macmillan, 2008. pp.1-18.

DOBBINS, James et al. **The UN's Role in Nation Building: From Congo to Iraq**. Santa Monica, Arlington, Pittsburgh: RAND Corporation, 2005.

DORN, A. Walter. **Keeping Watch: Monitoring, Technology & Innovations in United Nations Peace Operations**. Tokyo, New York e Paris: United Nations University Press, 2011.

DOSS, Alan. **United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUC)**. In: KOOPS, Joachim A. et al. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015a. pp.656-670.

\_\_\_\_\_. **United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUSCO)**. In: KOOPS, Joachim A. et al. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015b. pp.803-817.

DOUCET, Marc G. **Reforming 21st Century Peacekeeping Operations: Governmentalities of Security, Protection, and Police**. New York and London: Routledge, 2017.

DOUCET, Marc G. & LARRINAGA, Miguel de. **Security and Global Governmentality: Globalization, Governance and the State**. London and New York: Routledge, 2010.

DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica: Para Além do Estruturalismo e da Hermenêutica**. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Forense Universitária, 1995.

DUBBER, Markus D. & VALVERDE, Mariana. **Perspectives on the Power and Science of Police**. In: DUBBER, Markus D. & VALVERDE, Mariana (Eds.). *The New Police Science: The Police Power in Domestic and International Governance. Critical Perspectives on Crime and Law*. Stanford: Stanford University Press, 2006. pp.1-16.

EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional**. São Paulo: Editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_. **Exorbitant Privilege: The Rise and Fall of the Dollar**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

EINSIEDEL, Sebastian Von, MALONDE, David M., UGARTE, Bruno Stagno. **Introduction**. EINSIEDEL, Sebastian Von, MALONDE, David M., UGARTE, Bruno Stagno (Eds.). *The UN Security Council in the 21st Century. A Project of the International Peace Institute*. London: Lynne Rienner Publishers, 2016. pp.1-26.

ELDEN, Stuart. **Foucault and Geometrics**. In: BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (Eds.). *Foucault and the Modern International: Silences and Legacies for the Study of World Politics. The Sciences Po Series in International Relations and Political Economy*. New York: Palgrave Macmillan, 2017. pp.277-294.

EMMERIJ, Louis, JOLLY, Richard, WEISS, Thomas G. **Ahead of the Curve? UN Ideas and Global Challenges**. United Nations Intellectual History Project Series. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2001.

ESTEVES, Paulo. **A Convergência Entre Práticas Humanitárias e Segurança Internacional**. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Peace Operations and the Government of Humanitarian Spaces**. *International Peacekeeping*, Vol.17, Issue 5: South American Perspectives on Peace Operations, 2010b, pp.613-628.

FERNÁNDEZ, Marta & ESTEVES, Paulo. **Silencing Colonialism: Foucault and International**. In: BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (Eds.). *Foucault and the Modern International: Silences and Legacies for the Study of World Politics. The Sciences Po Series in International Relations and Political Economy*. New York: Palgrave Macmillan, 2017. pp.137-154.

FETHERSON, A. B. **Towards a Theory of United Nations Peacekeeping**. New York: St. Martin's Press, 1994.

FIERKE, K.M. **Constructivism**. In: KURKI, Milja & WIGHT, Colin. *International Relations and Social Science*. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (Eds). *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2016. pp.161-178.

FINNEMORE, Martha. **The Purpose of Intervention: Changing Beliefs About the Use of Force**. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 2003.

FIORI, José Luís. **O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FISHMAN, Devorah Kalekin. **Sociology of Everyday Life**. *Current Sociology*. Vol.61, N.5-6, 2013, pp.714-732.

FLINT, Colin. **Introduction to Geopolitics**. New York and London: Routledge, 2012.

FLYNN, Thomas. **Foucault's Mapping of History**. In: GUTTING, Gary. *The Cambridge Companion to Foucault*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. pp.29-48.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Forensense Universitária, 2008c.

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os Anormais**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **The Subject and Power**. In: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul. *Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1983. pp.208-226.

FRANCIS, David J. **Uniting Africa: Building Regional Peace and Security Systems**. Hampshire: Ashgate, 2006.

FRIEDEN, Jeffrey A. & LAKE, David A. **Introduction: International Politics and International Economics**. In: FRIEDEN, Jeffrey A. & LAKE, David A. (Eds.). *International*

Political Economy: Perspectives on Global Power and Wealth. London and New York: Routledge, 2000.

GANE, Nicholas. **The Emergence of Neoliberalism: Thinking Through and Beyond Michel Foucault's Lectures on Biopolitics**. Theory Culture Society, Vol.0, N.0, 2013, pp.1-25.

GIBBS, David N. **The Political Economy of Third World Intervention: Mines, Money, and U.S. Policy in the Congo Crisis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. **U.S. Power and the Multinational Corporation: The Political Economy of Foreign Direct Investment**. California: Basic Books. 1975.

GINNEKEN, Anique H.M. Van. **Historical Dictionary of the League of Nations**. Maryland, Toronto and Oxford: The Scarecrow Press, Inc. 2006.

GINTY, Roger Mac. **Everyday Social Practices and Boundary-Making in Deeply Divided Societies**. Civil Wars, Vol.19, N.1, 2017, pp.4-25.

GOEDE, Marieke de. **Introduction: International Political Economy and the Promises of Poststructuralism**. In: GOEDE, Marieke de (Ed.). *International Political Economy and Poststructural Politics*. New York: Palgrave Macmillan, 2006. pp.1-20.

GOEDE, Meike de. **From the Air-Conditioned Offices to the Everyday: The Kinshasa Street Parliamentarians and the Popular Reclaiming of Democracy**. In: RICHMOND, Oliver P. & MITCHELL, Audra (Eds.). *Hybrid Forms of Peace: From Everyday Agency to Post-Liberalism*. New York: Palgrave Macmillan, 2012. pp.146-161.

GOEDE, Marieke de. **Introduction: International Political Economy and the Promises of Poststructuralism**. In: GOEDE, Marieke de (Ed.). *International Political Economy and Poststructural Politics*. New York: Palgrave Macmillan, 2006. pp.1-20.

GOODHART, C. A. E. **The Changing Role of Central Banks**. Bank For International Settlements Working Papers, No 326, 2010.

GRIECO, Joseph; IKENBERRY, G. John; MASTANDUNO, Michael. **Introduction to International Relations: Enduring Questions & Contemporary Perspectives**. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

GRIFFIN, Penny. **Poststructuralism in/and IPE**. In: SHIELDS, Stuart; BRUFF, Ian; MACARTNEY, Huw. *Critical International Political Economy: Dialogue, Debate and Dissensus*. New York: Palgrave Macmillan, 2011. pp.43-60.

GROS, Frédéric. **On Liberalism: Limits, the Market and the Subject**. In: BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (Eds.). *Foucault and the Modern International: Silences and Legacies for the Study of World Politics*. The Sciences Po Series in International Relations and Political Economy. New York: Palgrave Macmillan, 2017. pp.191-202.

\_\_\_\_\_. **Michel Foucault**. In: PRADEAU, Jean-François. *História da Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Vozes, 2011. pp.490-497.

GUIHOT, Nicolas. **Introduction: One Discipline, Many Histories**. GUIHOT, Nicolas (Ed.). *The Invention of International Relations Theory: Realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory*. New York: Columbia University Press, 2011. pp.1-32.

GUILLAUME, Xavier & HUYSMANS, Jef. **Introduction**. In: GUILLAUME, Xavier & HUYSMANS, Jef (Eds.). *Citizenship and Security: The Constitution of Political Being*. New York: Routledge, 2013. pp.1-18.

GUZZINI, Stefano. **Power, Realism and Constructivism**. London and New York: Routledge, 2013.

\_\_\_\_\_. **The Ambivalence “Diffusion of Power” in Global Governance**. In: GUZZINI, Stefano & NEUMANN, Iver B. (Eds.). *The Diffusion of Power in Global Governance: International Political Economy Meets Foucault*. Palgrave Studies in International Relations. New York: Palgrave, 2012. pp.1-37.

\_\_\_\_\_. **The Use and Misuse of Power Analysis in International Theory**. In: RONEN, Palan (Ed.). *Global Political Economy: Contemporary Theories*. London and New York: Routledge, 2000. pp.53-66.

GUYOT, Caroline & VINES, Alex. **United Nations Angola Verification Mission I (UNAVEM - I)**. In: KOOPS, Joachim; MACQUEEN, Norrie; TARDY, Thierry; WILLIAMS, Paul D. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015. pp.283-293.

HELD, David & MCGREW, Anthony. **Introduction**. In: HELD, David & MCGREW, Anthony (Eds.). *Governing Globalization: Power, Authority and Global Governance*. Cambridge: Polity Press, 2002. pp.1-24.

HELLEINER, Eric. **States and the Reemergence of Global Finance: From Bretton Woods to the 1990's**. London and Ithaca: Cornell University Press, 1994.

HENIG, David. **"Knocking on my neighbour's door: On metamorphoses of sociality in rural Bosnia"**. Vol.32, N.1, 2012, pp.3-19.

HENRY, Marsha & HIGATE, Paul. **Peacekeeping Power Practices and Women's Insecurity in Haiti**. In: JR, Max O. Stephenson & ZANOTTI, Laura. *Building Walls and Dissolving Borders: The Challenges of Alterity, Community and Securitizing Space*. London and New York: Routledge, 2013. pp.133-154.

---

\_\_\_\_\_. **Insecure Spaces: Peacekeeping, Power and Performance in Haiti, Kosovo and Liberia**. London and New York: Zed Books, 2009.

HERZ, Mônica & HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: História e Práticas**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2004.

HEWSON, Martin & SINCLAIR, Timothy J. **The Emergence of Global Governance Theory**. In: HEWSON, Martin & SINCLAIR, Timothy J. (Eds.). *Approaches to Global Governance Theory*. New York: State University of New York Press, 1999. pp.3-22.

HEYWOOD, Andrew. **Global Politics**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

HIBOU, Béatrice. **On Bureaucratic Formalization: The Reality-Like Fiction of Neoliberal Abstractions**. In: BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (Eds.). *Foucault and the Modern International: Silences and Legacies for the Study of World Politics*. The Sciences Po Series in International Relations and Political Economy. New York: Palgrave Macmillan, 2017. pp.203-218.

HIDEMI, Suganami & LINKLATER, Andrew. **The English School of International Relations: A Contemporary Reassessment**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HINDES, Barry. **Discourses of Power: From Hobbes to Foucault**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

HOBSON, John M. **The Eurocentric Conception of World Politics: Western International Theory, 1760-2010**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HOLSTI, Kalevi J. **Peace and War: Armed Conflicts and International Order 1648-1998**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

HORNBY, A.S. **Oxford Advanced Learner's Dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HOWARD, Lise Morjé. **United Nations Transition Assistance Group (UNTAG)**. In: KOOPS, Joachim; MACQUEEN, Norrie; TARDY, Theiry; WILLIAMS, Paul D. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015. pp.294-305.

HUNT, Ai Kihara. **Holding UNPOL to Account: Individual Criminal Accountability of United Nations Police Personnel**. International Humanitarian Law Series. Leiden: Brill & Martinus Nijhoff, 2017.

HUYSMANS, Jef & NOGUEIRA, João Pontes. **Ten Years of IPS: Fracturing IR**, International Political Sociology. Vol.10, 2016. pp. 299-319.

IKENBERRY, John G. **After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order After Major Wars**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2001.

International Commission on Intervention and State Sovereignty. **The Responsibility to Protect**. Ottawa: International Development Research Centre, 2001.

International Monetary Fund. **Democratic Republic of the Congo: Poverty Reduction Strategy Paper Progress Report**. Washington: International Monetary Fund Country Report, 2010.

\_\_\_\_\_. **Annual Report**. Washington: International Monetary Fund, 1997.

JACKSON, Robert & SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

JAMES, Alan. **Peacekeeping in International Politics**. New York: Palgrave Macmillan, 1990.

JOSEPH, Jonathan. **The Social in the Global: Social Theory, Governmentality and Global Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

KARNS, Margaret & MINGST, Karen A. **International Organizations: The Politics and Processes of Global Governance**. London: Lynne Rienner Publishers, 2010.

KENKEL, Kai Michael. **Five Generations of Peace Operations: From the "Thin Blue Line" to "Painting a Country Blue"**. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol.56, N.1, 2013, pp.122-143.

KENNEDY, Michael & MAGENNIS, Art. **Ireland, the United Nations and the Congo**. Dublin: Four Courts Press, 2014.

KENNES, Erik. **The Mining Sector in Congo: The Victim or the Ophan of Globalization?** In: MARYSSE, Stefaan & REYNTJENS, Filip (Eds.). The Political Economy of the Great Lakes Regions in Africa: The Pitfalls of Enforced Democracy and Globalization. New York: Palgrave Macmillan, 2005. pp.152-189.

KEOHANE, Robert. **The Old IPE and the New**. In: PHILLIPS, Nicola (Ed.). *International Political Economy: Debating the Past, Present and Future*. London and New York: Routledge, 2011. pp.35-44.

KEOHANE, Robert O. & NYE, Joseph S. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. New York, San Francisco, Boston: Longman, 2001.

KHAN, Shahedul Anam. **United Nations Iran-Iraq Military Observer Group (UNIIMOG)**. In: KOOPS, Joachim; MACQUEEN, Norrie; TARDY, Theiry; WILLIAMS, Paul D. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015. pp.275-282.

KIERSEY, Nicholas J. & STOKES, Doug. **Foucault and International Relations: New Critical Engagements**. London and New York: Routledge, 2011.

KIERSEY, Nicholas J. **Neoliberal Political Economy and the Subjectivity of Crisis: Why Governmentality is Not Hollow**. In: KIERSEY, Nicholas J. & STOKES, Doug. *Foucault and International Relations: New Critical Engagements*. London and New York: Routledge, 2011. pp.1-24.

KINDLEBERGER, Charler P. **The World in Depression: 1929-1939**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1973.

KISAGANI, Emizet François. **Civil Wars in the Democratic Republic of Congo, 1960-2010**. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 2012.

KISANGANI, Emizet François; BOBB, F. Scott. **Historical Dictionary of the Democratic Republic of the Congo**. Lanham: The Scarecrow Press, 2010.

KLOTZLE, Marcelo Cabus et al. **Finanças Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2007.

KOLOSSOV, Vladimir. **Border Studies: Changing Perspectives and Theoretical Approaches**. *Geopolitics*. Vol.10, N.4, 2005, pp.606-632.

KOOPS, Joachim; MACQUEEN, Norrie; TARDY, Theiry; WILLIAMS, Paul D. **Introduction: The United Nations and Peacekeeping**. In: KOOPS, Joachim; MACQUEEN, Norrie; TARDY, Theiry; WILLIAMS, Paul D. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015. pp.1-12.

KRASNER, Stephen D. **Structural Causes and Regime Consequences: Regime as Intervening Variables**. *International Organizations*. Vol.36, n.2, Spring, 1982. pp.185-205.

\_\_\_\_\_. **Defending the National Interest: Raw Materials Investments and U.S. Foreign Policy**. Princeton: Princeton University Press. 1978.

KURKI, Milja & WIGHT, Colin. **International Relations and Social Science**. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (Eds.). *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2016. pp.13-33.

LAKE, David A. **International Political Economy: A Maturing Interdiscipline**. In: WEINGAST, Barry B. & WITTMAN, Donald A. (Eds.). *The Oxford Handbook of Political Economy*. Oxford: Oxford University Press, 2006. pp.757-777.

LAPID, Yosef. **The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era**. *International Studies Quarterly*. Vol.33, N.3, 1989, pp.235-254.

LARNER, Wendy & WALTERS, William (Eds.). **Global Governmentality: Governing International Spaces**. London and New York: Routledge, 2004.

LEGG, Stephen. **Interwar Spatial Chaos? Imperialism, Internationalism and the League of Nations**. In: LEGG, Stephen (Ed.). *Spatiality, Sovereignty and Carl Schmitt: Geographies of the Nomos*. London and New York: Routledge, 2011. pp.106-124.

\_\_\_\_\_. **The Life of Individuals as Well as of Nations': International Law and the League of Nations' Anti-Trafficking Governmentalities**. *Leiden Journal of International Law*, Vol.25, N.3, 2006, pp.647-664.

LEIRA, Halvard. **Taking Foucault Beyond Foucault: Inter-state Governmentality in Early Modern Europe**. *Global Society*. Vol. 23, N. 4, 2009, pp.475-495.

LIKAKA, Osumaka. **Naming Colonialism: History and Collective Memory in the Congo, 1870-1960**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2009.

LOWE, Vaughan et al. (Eds.). **Appendix 1: UN Peacekeeping Operations, 1945-2006**. In: LOWE, Vaughan et al. (Eds.). *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice Since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 2008a. pp.666-687.

\_\_\_\_\_. **Appendix 2: UN Missions, Institutions, and Forces not Classified as Peacekeeping Operations, 1945-2006**. In: LOWE, Vaughan et al. (Eds.). *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice Since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 2008b. pp.686-694.

\_\_\_\_\_. **Appendix 3: UN-Authorized Military Operations, 1945-2006**. In: LOWE, Vaughan et al. (Eds.). *The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice Since 1945*. Oxford: Oxford University Press, 2008c. pp.695-700.

LYNN, Laurence E.; HEINRICH, Carolyn J.; HILL, Carolyn. **Improving Governance: A New Logic for Empirical Research**. Washington DC: Georgetown University Press, 2001. 224p.

MACKENZIE, John M. **Introduction**. MACKENZIE, John M (Ed.). *European Empires and the People: Popular Responses to Imperialism in France, Britain, the Netherlands, Belgium, Germany and Italy*. Manchester and New York: Manchester University Press, 2011b. pp.1-15.

MACKINDER, H. J. **The Geographical Pivot of History**. *The Geographical Journal*, Vol.170, 2004, p.298-321.

MACQUEEN, Norrie. **United Nations Security Force in West New Guinea (UNSF)**. In: KOOPS, Joachim A. et al. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015. pp.171-178.

\_\_\_\_\_. **United Nations Yemen Observation Mission (UNYOM)**. In: KOOPS, Joachim A. et al. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015b. pp.179-185.

\_\_\_\_\_. **Peacekeeping and the International System**. London and New York: Routledge, 2006.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MALINIAK, Daniel & TIERNEY, Michael. **The American School of IPE**. In: PHILLIPS, Nicola (Ed.). *International Political Economy: Debating the Past, Present and Future*. London and New York: Routledge, 2011. pp.11-34.

MANCINI, Francesco. **Promoting Democracy**. In: EINSIEDEL, Sebastian Von, MALONDE, David M., UGARTE, Bruno Stagno (Eds.). *The UN Security Council in the 21st Century. A Project of the International Peace Institute*. London: Lynne Rienner Publishers, 2016. pp.235-258.

MARX, Karl. **O Capital: Volume I**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl & ENGELS, Frederick. **Manifesto of the Communist Party**. Peking: Foreign Language Press, 1970.

MATTELART, Armand. **The Word and the Things: An Archaeology of an Amnesic Notion**. In: BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (Eds.). *Foucault and the Modern International: Silences and Legacies for the Study of World Politics. The Sciences Po Series in International Relations and Political Economy*. New York: Palgrave Macmillan, 2017. pp.277-294.

MAZOWER, Mark. **Governing the World: The History of an Idea, 1815 to the Present**. New York: Penguin Books, 2012.

MAZRUI, Ali A. "**Procurai primeiramente o reino político...**". In: MAZRUI, Ali A & WONDJU, C. (Eds.). *História Geral da África VIII: África desde 1935*. Brasília: Comitê Científico Internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura para Redação da História Geral da África, 2010. pp.125-150.

MCCORMACK, Tara. **The Responsibility to Protect and the End of the Western Century**. In: CUNLIFFE, Philip. *Critical Perspectives on the Responsibility to Protect: Interrogating Theory and Practice*. New York: Routledge, 2011. pp.35-48.

MCFALLS, Laurence & PANDOLFI, Mariella. **Too-Late Liberalism: From Promised Prosperity to Permanent Austerity**. In: BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (Eds.). *Foucault and the Modern International: Silences and Legacies for the Study of World Politics*. The Sciences Po Series in International Relations and Political Economy. New York: Palgrave Macmillan, 2017. pp.219-236.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem Tem Medo da Geopolítica?** São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

MESQUITA, Ana Guedes & WHITE, Nigel D. **United Nations Observation Group in Lebanon (UNIFIL)**. In: KOOPS, Joachim A. et al. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015. pp.153-159.

MINCA, Claudio & WILLIAMS, Nick Vaughan. **Carl Schmitt and the Concept of the Border**. *Geopolitics*. V.17, 2012, pp.756-772.

MINGST, Karen A. & KARNS, Margaret P. **The United Nations in the 21st Century**. Colorado: Westview Press, 2012.

MINTER, William. **The Limits of Liberal Africa Policy: Lessons from the Congo Crisis**. *Transafrica Forum*, Vol.2, N.3, 1984, pp.29-30.

MORGENTHAU, Hans J. **A Realist Theory of International Politics From Politics Among Nations**. MINGST, Karen A. & SNIDER, Jack L. *Essential Readings in World Politics*. New York and London: W.W. Norton & Company, 2017. pp.55-59.

\_\_\_\_\_. **A Política entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MUHLE, Maria. **A Genealogy of Biopolitics: The Notion of Life in Canguilhem and Foucault**. In: LEMM, Vanessa & VATTER, Miguel (Eds.). *The Government of Life: Foucault, Biopolitics, and Neoliberalism*. New York: Fordham University Press, 2014. pp.77-97.

MURPHY, Craig N. **International Organization and Industrial Change: Global Governance Since 1850**. London: Polity Press, 1994.

MURPHY, Craig N. **The Emergence of Global Governance**. In: WEISS, Thomas G. & WILKINSON, Rorden (Eds.). *International Organization and Global Governance*. London and New York: Routledge, 2014. pp.23-34.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e o Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas, 2001.

NADESAN, Majia Holmer. **Governmentality, Biopower, and Everyday Life**. New York and London: Routledge, 2008.

NEAL, Andrew W. **Rethinking Foucault in International Relations: Promiscuity and Unfaithfulness**. In: KIERSEY, Nicholas J. & STOKES, Doug. *Foucault and International Relations: New Critical Engagements*. London and New York: Routledge, 2011. pp.177-181.

NENE, Morisho Mwana Biningo. **Political and Economic Drivers of Regional Integration in Africa: A Case Study of the Democratic Republic of Congo**. South African Institute of International Affairs Occasional Paper No 106, 2012.

NGOLET, François. **Crisis in the Congo: The Rise and Fall of Laurent Kabila**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2005.

NOVOSSELOFF, Alexandra. **United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL I)**. In: KOOPS, Joachim A. et al. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015. pp.248-258.

NEUMANN, Iver B. **Conclusion: An Emerging Global Polity**. In: GUZZINI, Stefano & NEUMANN, Iver B. (Eds.). *The Diffusion of Power in Global Governance: International Political Economy Meets Foucault*. Palgrave Studies in International Relations. New York: Palgrave, 2012. pp.256-263.

NEUMANN, Iver B. & SENDING, Ole Jacob. **Governing the Global Polity: Practice, Mentality, Rationality**. Michigan: The Michigan University Press, 2010.

NEWMAN, David. **Contemporary Research Agendas in Border Studies: An Overview**. In: WALTER, Doris Wastl (Ed.). *The Ashgate Research Companion to Border Studies*. Farnham and Burlington: Ashgate, 2011. pp.33-48.

NEWMAN, David & PAASI, Anssi. **Fences and Neighbours in the Postmodern World: Boundary Narratives in Political Geography**. *Progress in Human Geography*. Vol.22, N.2, 1998, pp.186-207.

ONU, Nicholas. **The Figure of Foucault and the Field of International Relations.** In: BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (Eds.). *Foucault and the Modern International: Silences and Legacies for the Study of World Politics. The Sciences Po Series in International Relations and Political Economy.* New York: Palgrave Macmillan, 2017. pp.15-32.

ONU, Nicholas Greenwood. **Rules and Rule in Social Theory and International Relations.** London and New York: Routledge, 2013.

\_\_\_\_\_. **Institutions, Intentions and International Relations.** *Review of International Studies.* Vol.28, N.2, 2002, pp.211-228.

*Our Global Neighbourhood: The Report of the Commission on Global Governance.* Oxford: Oxford University Press, 1995.

OWENS, Patricia; BAYLIS, John; SMITH, Steve. **Introduction: From International Politics to World Politics.** BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations.* Oxford: Oxford University Press, 2017. pp.1-14.

PALTRINIERI, Luca. **Biopolitics in the Twenty-First Century: The Malthus-Marx Debate and the Human Capital Issue.** In: BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (Eds.). *Foucault and the Modern International: Silences and Legacies for the Study of World Politics. The Sciences Po Series in International Relations and Political Economy.* New York: Palgrave Macmillan, 2017. pp.239-260.

\_\_\_\_\_. **Peacebuilding and the Limits of Liberal Internationalism.** *International Security,* Vol.22, N.2, 1997, pp.54-89.

PARKER, Noel & WILLIAMS, Nick Vaughan. **Introduction: Critical Border Studies: Broadening and Deepening the "Lines in the Sand" Agenda.** PARKER, Noel & WILLIAMS, Nick Vaughan (Eds.). *Critical Border Studies: Broadening and Deepening the "Lines in the Sand" Agenda.* New York: Routledge. 2014. pp.1-7.

PARKER, Noel & WILLIAMS, Nick Vaughan et al. **Lines in the Sand? Towards an Agenda for Critical Border Studies.** *Geopolitics.* Vol.14, N.3, 2009, pp.582-587.

PAUL, Darel & AMAWI, Aba. **Introduction: Theories of International Political Economy.** In: PAUL, Darel & AMAWI, Aba. *The Theoretical Evolution of International Political Economy: A Reader.* Oxford: Oxford University Press, 2012. pp.1-39.

PHILLIPS, Nicola. **Global Political Economy.** In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations.* Oxford: Oxford University Press, 2017. pp.253-268.

PHILLIPS, Nicola & WEAVER, Catherine E. **Introduction: Debating the Divide – Reflections on the Past, Present and Future of International Political Economy**. In: In: PHILLIPS, Nicola (Ed.). *International Political Economy: Debating the Past, Present and Future*. London and New York: Routledge, 2011. pp.1-8.

POSTER, Mark. **Foucault and History**. *Social Research*. Vol.49, N.1, 1982. pp.116-142.

RANDALL, Lessafer (Org.). **Peace Treaties and International Law in European History: From the Late Middle Ages to World War One**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

RAVENHILL, John. **The Study of Global Political Economy**. In: RAVENHILL, John (Ed.). *Global Political Economy*. Oxford: Oxford University Press, 2011. pp.2-28.

RATZEL, Friedrich. **Studies in Political Areas II. Intellectual, Political, and Economic Effects of Large Areas**. *The American Journal of Sociology*, Vol.3, 1898, pp.449-463.

REHMANN, Jan. **The Unfulfilled Promises of the Late Foucault and Foucauldian "Governmentality Studies"**. In: ZAMORA, Daniel & BEHRENT, Michael C. (Eds.). *Foucault and Neoliberalism*. Cambridge and Malden: Polity Press, 2016. pp. 134-158.

REINALDA, Bob. **Routledge History of International Organizations: From 1815 to the Present Day**. London and New York: Routledge, 2009.

REYNTJENS, Filip. **The Great African War: Congo and Regional Geopolitics, 1996-2006**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

RICHMOND, Oliver P. & MITCHELL, Audra. **Introduction - Towards a Post-Liberal Peace: Exploring Hybridity via Everyday Forms of Resistance, Agency and Autonomy**. In: RICHMOND, Oliver P. & MITCHELL, Audra (Eds.). *Hybrid Forms of Peace: From Everyday Agency to Post-Liberalism*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

RIGGS, Robert E. & PLANO, Jack C. **The United Nations: International Organization and World Politics**. Orlando: Harcourt Brace & Company, 1994.

ROBERTS, David. **Liberal Peacebuilding and Global Governance: Beyond the Metropolis**. London and New York: Routledge, 2010.

RODOGNO, Davide. **Against Massacre: Humanitarian Interventions in the Ottoman Empire, 1815-1914**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2012.

ROSE, Nikolas. **The Politics of Life Itself**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2007.

ROSE, Nikolas. **Powers of Freedom: Reframing Political Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ROSENAU, James N. & CZEMPIEL, Ernst-Otto. **Introduction**. In: ROSENAU, James N. & CZEMPIEL, Ernst-Otto (Eds.). *Governance Without Government: Order and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. pp.i-xii.

RUDLOFF, Peter & DIEHL, Paul F. **United Nations Disengagement Observer Force (UNDOF)**. In: KOOPS, Joachim A. et al. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015. pp.238-247.

RUMFORD, Chris. **Towards a Multiperspectival Study of Borders**. *Geopolitics*. Vol.17, 2012, pp.887-902.

RUPERT, Mark. **Marxism**. In: KURKI, Milja & WIGHT, Colin. *International Relations and Social Science*. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (Eds.). *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2016. pp.127-144.

RUSSETT, Bruce. **Liberalism**. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2016. pp.68-87.

SANDERSON, G.N. **The European Partition of Africa: Origins and Dynamics**. In: FAGE, J.D. & OLIVER, Roland (Eds.). *The Cambridge History of Africa, Volume 6: From 1870 to 1905*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. pp.96-158.

SANTOS, Alexandre dos. **República Democrática do Congo: Da Colônia de um Homem Só ao País de Várias Máfias**. *Insight/Inteligência*, v.36, n.1, p. 120-133, jan./mar. 2007.

SANTOS, Bernardo Rodrigues dos. **Mission of the Representativa of the Secretary-General in the Dominican Republic (DOMREP)**. In: KOOPS, Joachim A. et al. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015. pp.214-221.

SANTOS, Ricardo Oliveira dos. **Peacebuilding e Sociedade Civil na África Subsaariana: Uma Análise Crítica do Papel do UNDEF e Seus Instrumentos de Governamentalidade na República Democrática do Congo (2006-2011)**. [S.I.:s.n.], 2012.

SCHMIDL, E. **Police Functions in Peace Operations: An Historical Overview**. In: OAKLEY, Robert B.; DZIEDZIC, Michael J.; GOLDBERG, Eliot M. (Eds.). *Policing the New World Disorder: Peace Operations and Public Security*. Washington: National Defense University, 1998. pp.19-40.

SELBY, Jan. **Engaging Foucault: Discourse, Liberal Governance and the Limits of Foucauldian IR**. *International Relations*. Vol.21, N.3, 2007, pp.324-345.

SENDING, Ole Jacob. **The Politics of Expertise: Competing for Authority in Global Governance**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2017.

SENELLART, Michel. **Situação do Curso: Segurança Território e População**. In: FOUCALT, Michel. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Situação do Curso: O Nascimento da Biopolítica**. In: FOUCALT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008b.

SERRANO, Franklin. **Do Ouro Imóvel ao Dólar Flexível**. *Economia e Sociedade*, Campinas, Vol.11, n.2, 202, p. 237-253.

SHIELDS, Stuart; BRUFF, Ian; MACARTNEY. **Critical Political Economy: Dialogue, Debate and Dissensus**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

SHIMURA, Hisako. **The Role of the UN Secretariat in Organizing Peacekeeping**. THAKUR, Ramesh & SCHNABEL, Albrecht (Eds.). *United Nations Peacekeeping Operations: Ad Hoc Missions, Permanent Engagement*. Tokyo, New York and Paris: United Nations University Press, 2001. pp.46-56.

SHUCKSMITH, Christy & WHITE, Nigel D. **United Nations Military Observer Group in India and Pakistan (UNMOGIP)**. In: KOOPS, Joachim A. et al. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015. pp.133-143.

SINGH, P. K. **United Nations India-Pakistan Observation Mission (UNIPOM)**. In: KOOPS, Joachim A. et al. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015. pp.222-228.

SINGLETON, John. **Central Banking in the Twentieth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

SMITH, Philip; PHILLIPS, Timothy L.; KING, Ryan D. **Incivility: The Rude Stranger in Everyday Life**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (Eds.). **International Theory: Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SMITH, Steve. **Introduction: Diversity and Disciplinarity in International Relations Theory**. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2016. pp.1-12.

SMITH, Steve. **The Self-Images of a Discipline: A Genealogy of International Relations Theory**. In: BOOTH, Ken & SMITH, Steve (Org.). *International Relations Theory Today*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1995. pp.1-37.

SOUZA, Letícia Carvalho de. **Must International Society Be Defended? Bordering Techniques and International Organizations**. 2015. 259 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Desenvolvimento e Reconstrução de Estados: o caso da Libéria (2003-2008)**. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2010.

SPRUYT, Hendrik. **The Sovereign State and Its Competitors: An Analysis of Systems Change**. Princeton: Princeton University Press, 1996.

STAHN, Carsten. **The Law and Practice of International Territorial Administration: Versailles to Iraq and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

STALLAERTS, Robert. **Historical Dictionary of Belgium**. Lanham, Maryland; Toronto; Plymouth: The Scarecrow Press, 2007.

STANARD, Matthew G. **Selling the Congo: A History of European Pro-Empire Propaganda and the Making of Belgian Imperialism**. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Learning to love Leopold: Belgian popular imperialism 1830,1960**. In: MACKENZIE, John M (Ed.). *European Empires and the People: Popular Responses to Imperialism in France, Britain, the Netherlands, Belgium, Germany and Italy*. Manchester and New York: Manchester University Press, 2011b. pp.124-157.

STANLEY, Henry Morton. **The Congo and Founding of its Free State: A Story of Work and Exploration. Vol 1**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

STOLS, E. **Kolonisatie en dagelijks leven van de hedendaagse tijd (1830–1940)**. *Bijdragen tot de Geschiedenis*. Vol.64, N.3–4, 1981, pp.237–59.

STARR, Paul. **Freedom's Power: The True Force of Liberalism**. New York: Basic Books, 2007.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. London and New York: Continuum, 1998.

\_\_\_\_\_. **The Retreat of the State: The Diffusion of Power in the World Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SUMMA, Renata de Figueiredo. **Enacting everyday boundaries in post-Dayton Bosnia and Herzegovina: disconnection, re-appropriation and displacement(s)**. 2016. 267 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SYLVESTER, Christine. **Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TAYLAN, Ferhat. **Mesopolitics: Foucault, Environmental Governmentality and the History of the Anthropocene**. In: BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (Eds.). *Foucault and the Modern International: Silences and Legacies for the Study of World Politics*. The Sciences Po Series in International Relations and Political Economy. New York: Palgrave Macmillan, 2017. pp.261-274.

THEOBALD, Andrew. **The United Nations Truce Supervision Organization (UNTSO)**. In: KOOPS, Joachim A. et al. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015. pp.121-132.

TICKNER, J. Ann & SJOBERG, Laura. **Feminism**. In: KURKI, Milja & WIGHT, Colin. *International Relations and Social Science*. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve (Eds.). *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2016. pp.179-195.

TICKNER, J. Ann. **You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists**. *International Studies Quarterly*. Vol.41, N.4, 1997, pp. 183-286.

UNITED NATIONS. **Uniting Our Strengths for Peace: Politics, Partnership and People**. Report of the High-Level Independent Panel on United Nations Peace Operations. New York: United Nations Department of Public Information, 2015.

\_\_\_\_\_. **A More Secure World: Our Shared Responsibility. Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change**. New York: United Nations Department of Public Information, 2004.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **1994 Human Development Report**. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/255/hdr\\_1994\\_en\\_complete\\_nostats.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/255/hdr_1994_en_complete_nostats.pdf)>. Acesso em: 22 de jan. de 2018.

UZOIGWE, Godfrey N. **Partilha Europeia e Conquista da África: Apanhado Geral**. In: BOAHEN, Albert Adu (Ed.). *História Geral da África VII: África sob Dominação Colonial, 1880-1935*. Brasília: Comitê Científico Internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura para Redação da História Geral da África, 2010. pp.21-50.

VANSINA, J. **O Reino do Congo e seus Vizinhos**. In: BETHWELL, Allan Ogot (Ed.). *História Geral da África V: África do Século XVI ao XVIII*. Brasília: Comitê Científico Internacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura para Redação da História Geral da África, 2010. pp.647-696.

VANTHEMSCHE, Guy. **Belgium and the Congo, 1885-1980**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

\_\_\_\_\_. **The Historiography of Belgian Colonialism in the Congo**. In: LEVAI, Csaba. (Ed.). *Europe and the World in European Historiography*. Pisa: Pisa University Press, 2006, pp.89-119.

ZANOTTI, Laura. **Governing Disorder: UN Peace Operations, International Security and Democratization in the Post-Cold War Era**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2011.

WAEVER, Ole. **The Rise and Fall of the Inter-Paradigm Debate**. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (Eds.). *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. pp.149-187.

WALKER, R.B.J. **Conclusion: Which Foucault? Which International?** In: BONDITTI, Philippe; BIGO, Didier; GROS, Frédéric (Eds.). *Foucault and the Modern International: Silences and Legacies for the Study of World Politics*. The Sciences Po Series in International Relations and Political Economy. New York: Palgrave Macmillan, 2017. pp.313-340.

\_\_\_\_\_. **Our of Line: Essays on the Politics of Boundaries and the Limits of Modern Politics**. New York: Routledge, 2016.

\_\_\_\_\_. **Inside/Outside: Relações Internacionais como Teoria Política**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio e Apicuri, 2013.

\_\_\_\_\_. **After the Globe, Before the World**. London and New York: Routledge, 2009.

\_\_\_\_\_. **Sovereignty, Identity, Community: Reflections on the Horizons of Contemporary Political Practice**. In: WALKER, R.B.J. & MENDLOVITZ, Saul H. (Eds.). *Contending Sovereignities: Redefining Political Community*. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1990. pp.159-186.

WALTER, Doris Wastl. **Introduction**. In: WALTER, Doris Wastl (Ed.). *The Ashgate Research Companion to Border Studies*. Farnham and Burlington: Ashgate, 2011. pp.1-10.

WALTERS, William. **Governmentality: Critical Encounters**. London and New York: Routledge, 2012.

WALTZ, Kenneth N. **O Homem, o Estado e a Guerra: Uma Análise Teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WATSON, Adam. **The Evolution of International Society: A comparative historical analysis**. London and New York: Routledge, 1992.

WEISS, Thomas G. & WILKINSON, Rorden. **Part II: Contextualizing International Organization and Global Governance**. In: WEISS, Thomas G. & WILKINSON, Rorden (Eds.). *International Organization and Global Governance*. London and New York: Routledge. 2014a. pp.19-22.

WEISS, Thomas G. et al. **The United Nations and Changing World Politics**. Colorado: Westview Press, 2014b.

WEISS, Thomas G. & THAKUR, Ramesh. **Global Governance and the UN: An Unfinished Journey**. United Nations Intellectual History Project Series. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2010.

WEISS, Thomas G. & DAWS, Sam (Eds.). **The Oxford Handbook on the United Nations**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

WESSELING, H. L. **Dividir para Dominar: A Partilha da África, 1880-1914**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ e Revan, 2008.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

WILLIAMS, Paul D. **War & Conflict in Africa**. Cambridge: Polity Press, 2011.

WILLIS, Henry Parker. **A History of the Latin Monetary Union**. Chicago: The University of Chicago Press, 1901.

WITTE, Els; CRAEYBECKS, Jan; MEYNEN, Alain. **Political History of Belgium: From 1830 Onwards**. Brussels: Academic and Scientific Publishers, 2009.

WILSON, Thomas M. & DONNAN, Hastings. **Borders and Border Studies**. In: WILSON, Thomas M. & DONNAN, Hastings (Eds.). *A Companion to Border Studies*. Malden, Oxford and West Sussex: Blackwell Publishing. 2012. pp.1-26.

WILSON, Woodrow. **The Fourteen Points**. In: MINGST, Karen A. & SNYDER, Jack L. *Essential Readings in World Politics*. New York and London: W. W. Norton & Company, 2017. pp.32-34.

World Bank. **Zaire: A Review of Government Expenditure**. Washington: World Bank Report, 1991.

YOUNG, Robert J.C. **Foucault on Race and Colonialism**. *New Formations*. Vol.25: Michel Foucault, *J'Accuse*, 1995, pp.57-65.

YUNKER, James A. **Beyond Global Governance: Prospects for Global Government**. Lanham and Plymouth: University Press of America, 2014.

## 7.2 Documentos, Resoluções e Relatórios da Assembleia Geral das Nações Unidas

Organização das Nações Unidas. Assembleia Geral. **A/65/743/Add.8: Financial performance report on the budget of the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo for the period from 1 July 2009 to 30 June 2010 and proposed budget for the United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo for the period from 1 July 2011 to 30 June 2012: Report of the Advisory Committee on Administrative and Budgetary Questions**. New York: 2011. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/305/81/PDF/N1130581.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 05 abr. 2013

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/65/744: Budget for the United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo for the period from 1 July 2011 to 30 June 2012: Report of the Secretary-General**. New York: 2011. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/240/46/PDF/N1124046.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/65/682: Performance report on the budget of the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo for the period from 1 July 2009 to 30 June 2010: Report of the Secretary-General**. New York: 2010. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/712/73/PDF/N1071273.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/64/670: Budget for the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo for the period from 1 July 2010 to 30 June 2011: Report of the Secretary-General**. New York: 2010. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/241/67/PDF/N1024167.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/64/660/Add.8: Financial performance report for the period from 1 July 2008 to 30 June 2009 and proposed budget for the period from 1 July 2010 to 30 June 2011 of the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo: Report of the Advisory Committee on Administrative and Budgetary Questions**. New York: 2010. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/325/69/PDF/N1032569.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/64/583: Performance report on the budget of the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo for the period from 1 July 2008 to 30 June 2009: Report of the Secretary-General**. New York: 2009.

Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/659/27/PDF/N0965927.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/63/806: Budget for the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo for the period from 1 July 2009 to 30 June 2010: Report of the Secretary-General**. New York: 2009. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/292/14/PDF/N0929214.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/63/746/Add.16: Financial performance report for the period from 1 July 2007 to 30 June 2008 and proposed budget for the period from 1 July 2009 to 30 June 2010 of the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo: Report of the Advisory Committee on Administrative and Budgetary Questions**. New York: 2009. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/356/19/PDF/N0935619.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/63/563: Performance report on the budget of the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo for the period from 1 July 2007 to 30 June 2008: Report of the Secretary-General**. New York: 2008. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/614/52/PDF/N0861452.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/62/781/Add.8: Financial performance report for the period from 1 July 2006 to 30 June 2007 and proposed budget for the period from 1 July 2008 to 30 June 2009 of the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo: Report of the Advisory Committee on Administrative and Budgetary Questions**. New York: 2008. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/334/94/PDF/N0833494.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/62/755: Budget for the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo for the period from 1 July 2008 to 30 June 2009: Report of the Secretary-General**. New York: 2008. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/277/55/PDF/N0827755.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/62/737: Performance report on the budget of the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo for the period from 1 July 2006 to 30 June 2007: Report of the Secretary-General**. New York: 2008. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/269/58/PDF/N0826958.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/61/767: Budget for the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo for the period from 1 July**

**2007 to 30 June 2008: Report of the Secretary-General.** New York: 2007. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/252/48/PDF/N0725248.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/59/2005: In larger freedom: towards development, security and human rights for all. Report of the Secretary-General.** Nova York: 2005. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/270/78/PDF/N0527078.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 22 de jan. de 2018.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/55/305: Comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects.** New York: 2000. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/594/70/PDF/N0059470.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/RES/55/305: Resolution.** Nova York: 2000. Disponível em: <<https://undocs.org/A/55/305>>. Acesso em: 22 de jan. de 2018.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/RES/48/166: Resolution.** Nova York: 2000. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/48/166](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/48/166)>. Acesso em: 22 de jan. de 2018.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/RES/46/182: Resolution.** Nova York: 1991. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/46/182](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/46/182)>. Acesso em: 22 de jan. de 2018.

\_\_\_\_\_. Assembleia Geral. **A/51/761: Letter dated 17 December 1996 from the Secretary-General addressed to the President of the General Assembly.** Nova York: 1996. Disponível em: <<http://undocs.org/A/51/761>>. Acesso em: 22 de jan. de 2018.

### 7.3 Documentos, Resoluções e Relatórios do Conselho de Segurança das Nações Unidas

Organização das Nações Unidas. Conselho de Segurança. **S/RES/2147: Resolution.** New York: 2014. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/2147\(2014\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2147(2014))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1952: Resolution.** New York: 2010. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1952\(2010\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1952(2010))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1925: Resolution.** New York: 2010. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1925\(2010\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1925(2010))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/2010/252: Letter dated 21 May 2010 from the Chair of the Security Council Committee established pursuant to resolution 1533 (2004) concerning the Democratic Republic of the Congo addressed to the President of the Security Council.** New York: 2010. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/DRC%20S2010%20252.pdf>>. Acesso em: 25 de fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/2010/164: Thirty-first report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo.** New York: 2010. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/DRC%20S2010%20164.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/2009/603: Letter dated 23 November 2009 from the Chairman of the Security Council Committee established pursuant to resolution 1533 (2004) concerning the Democratic Republic of the Congo addressed to the President of the Security Council.** New York: 2009. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/2009/603](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2009/603)>. Acesso em: 25 de fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/2009/253: Letter dated 14 May 2009 from the Chairman of the Security Council Committee established pursuant to resolution 1533 (2004) concerning the Democratic Republic of the Congo addressed to the President of the Security Council.** New York: 2009. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/DRC%20S2009253.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1906: Resolution.** New York: 2009. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1906\(2009\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1906(2009))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/2008/773: Letter dated 10 December 2008 from the Chairman of the Security Council Committee established pursuant to resolution 1533 (2004) concerning the Democratic Republic of the Congo addressed to the President of the Security Council.** New York: 2008. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/DRC%20S%202008%20773.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/2008/772: Letter dated 19 August 2008 from the Chairman of the Security Council Committee established pursuant to resolution 1533 (2004) concerning the Democratic Republic of the Congo addressed to the President of the Security Council.** New York: 2008. Disponível em: <<http://undocs.org/S/2008/772>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/2008/728: Fourth special report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo.** New York: 2008. Disponível em: <<http://daccess-dds->

ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/608/26/PDF/N0860826.pdf?OpenElement>. Acesso em: 05 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/2008/703: Letter dated 31 October 2008 from the Secretary-General to the President of the Security Council**. New York: 2008. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/599/66/PDF/N0859966.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/2008/693: Report of the Secretary-General on children and armed conflict in the Democratic Republic of the Congo**. New York: 2008. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/595/42/PDF/N0859542.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/2008/433: Twenty-sixth report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo**. New York: 2008. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/DRC%20S2008433.pdf>>. Acesso em: 25 de fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/2008/218: Twenty-fifth report of the Secretary-General on the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo**. New York: 2008. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/287/25/PDF/N0828725.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1856: Resolution**. New York: 2008. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1856\(2008\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1856(2008))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1843: Resolution**. New York: 2008. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1843\(2008\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1843(2008))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1797: Resolution**. New York: 2008. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1797\(2008\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1797(2008))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1794: Resolution**. New York: 2007. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1794\(2007\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1794(2007))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1756: Resolution**. New York: 2007. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1756\(2007\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1756(2007))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1698: Resolution**. New York: 2006. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1698\(2006\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1698(2006))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1671: Resolution**. New York: 2006. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1671\(2006\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1671(2006))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1669: Resolution**. New York: 2006. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1669\(2006\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1669(2006))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1635: Resolution**. New York: 2005. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1635\(2005\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1635(2005))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1621: Resolution**. New York: 2005. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1621\(2005\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1621(2005))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1565: Resolution**. New York: 2004. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1565\(2004\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1565(2004))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/2003/1027: Letter dated 23 October 2003 from the Secretary-General addressed to the President of the Security Council**. New York: 2003. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/DRC%20S%202003%201027.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1493: Resolution**. New York: 2003. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1493\(2003\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1493(2003))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1484: Resolution**. New York: 2003. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1484\(2003\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1484(2003))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1445: Resolution**. New York: 2002. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1445\(2002\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1445(2002))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1417: Resolution**. New York: 2002. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1417\(2002\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1417(2002))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1399: Resolution**. New York: 2002. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1399\(2002\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1399(2002))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1376: Resolution**. New York: 2001. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1376\(2001\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1376(2001))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1291: Resolution**. New York: 2000. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1291\(2000\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1291(2000))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/1999/790: Report of the Secretary-General on the United Nations Preliminary Deployment in the Democratic Republic of the Congo**. New York: 1999. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/208/64/PDF/N9920864.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1279: Resolution**. New York: 1999. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1279\(1999\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1279(1999))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1258: Resolution**. New York: 1999. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1258\(1999\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1258(1999))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/1234: Resolution**. New York: 1999. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1234\(1999\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1234(1999))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/5053/Add.11: Report of the Officer-in-Charge of the United Nations Operations in the Congo to the Secretary-General on Developments Relating to to the Application of the Security Council Resolutions of 21 February and 24 November 1961**. New York: 1962. Disponível em: <[http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/81503/S\\_5053-EN.pdf?sequence=2&isAllowed=y](http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/81503/S_5053-EN.pdf?sequence=2&isAllowed=y)>. Acesso em: 25 de fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/169: Resolution**. New York: 1961. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/169\(1961\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/169(1961))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/161: Resolution**. New York: 1961. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/161\(1961\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/161(1961))>. Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/146: Resolution**. New York: 1960.  
Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/146\(1960\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/146(1960))>.  
Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/145: Resolution**. New York: 1960.  
Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/145\(1960\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/145(1960))>.  
Acessado em: 25 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho de Segurança. **S/RES/143: Resolution**. New York: 1960.  
Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/143\(1960\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/143(1960))>.  
Acessado em: 25 fev. 2018.

#### 7.4 Relatórios e Documentos do Secretariado das Nações Unidas

Organização das Nações Unidas. **An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping. Report of the Secretary-General Pursuant to the Statement Adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 21 January 1992**. A/47/277. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/47/277](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/47/277)>. Acesso em: 22 de jan. de 2018.

#### 7.5 Relatórios do *United Nations Development Assistance Framework*

UNITED NATIONS DEVELOPMENT ASSISTANCE FRAMEWORK. **Democratic Republic of the Congo: 2008-2012**. Disponível em: <<http://staging.undg.org/unct.cfm?module=CoordinationProfile&page=Country&CountryID=ZAI&fuseaction=UN%20Country%20Coordination%20Profile%20for%20Democratic%20Republic%20of%20Congo>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

#### 7.6 *Consolidated Appeal Projects*

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS. **Plan Démocratique d'Action Humanitaire du République de Congo, 2012**. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/plan-daction-humanitaire-2012>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Plan Démocratique d'Action Humanitaire du République de Congo, 2011**. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/plan-daction-humanitaire-2011-r%C3%A9publique-d%C3%A9mocratique-du-congo>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Plan Démocratique d'Action Humanitaire du République de Congo, 2010**. Disponível em: <[http://reliefweb.int/country/cod?search=&page=1&f\[0\]=field\\_source%3A1503&f\[1\]=field\\_content\\_format%3A4](http://reliefweb.int/country/cod?search=&page=1&f[0]=field_source%3A1503&f[1]=field_content_format%3A4)>. Acesso em: 05 abr. 2013.

---

**Humanitarian Action Plan 2009: Democratic Republic of the Congo.** Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/humanitarian-action-plan-2009-democratic-republic-congo>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

---

**Procédure d'appel global: Plan d'Action Humanitaire 2008 pour la République Démocratique du Congo.** Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/democratic-republic-congo/proc%C3%A9dure-dappel-global-cap-plan-daction-humanitaire-2008-pour-la>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

## 7.7 Websites Consultados

Banque Centrale du Congo. **Historique de la Banque Centrale du Congo. 2014.** Disponível em: <[http://www.bcc.cd/index.php?option=com\\_content&view=article&id=51&Itemid=65](http://www.bcc.cd/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=65)>. Acessado em: 08 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Les Missions de la Banque Centrale du Congo. 2014b.** Disponível em: <[http://www.bcc.cd/index.php?option=com\\_content&view=article&id=56&Itemid=66](http://www.bcc.cd/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=66)>. Acessado em: 08 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Les Dirigeants de la Banque Centrale du Congo de 1951 à nos Jours.** 2014c. Disponível em: <[http://www.bcc.cd/index.php?option=com\\_content&view=article&id=162&Itemid=68](http://www.bcc.cd/index.php?option=com_content&view=article&id=162&Itemid=68)>. Acessado em: 08 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Banque Central du Congo Rapport Annuel. 2012.** Disponível em: <[http://www.bcc.cd/downloads/pub/rapann/Rapport\\_annuel\\_2012\\_bcc\\_RDC.pdf](http://www.bcc.cd/downloads/pub/rapann/Rapport_annuel_2012_bcc_RDC.pdf)>. Acessado em: 08 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Banque Central du Congo Rapport Annuel. 2011.** Disponível em: <[http://www.bcc.cd/downloads/pub/rapann/Rapport\\_annuel\\_2011\\_bcc\\_RDC.pdf](http://www.bcc.cd/downloads/pub/rapann/Rapport_annuel_2011_bcc_RDC.pdf)>. Acessado em: 08 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Banque Central du Congo Rapport Annuel. 2010.** Disponível em: <[http://www.bcc.cd/downloads/pub/rapann/BCC\\_Rapport%20annuel%202010\\_14\\_09\\_2011.pdf](http://www.bcc.cd/downloads/pub/rapann/BCC_Rapport%20annuel%202010_14_09_2011.pdf)>. Acessado em: 08 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Banque Central du Congo Rapport Annuel. 2009.** Disponível em: <[http://www.bcc.cd/downloads/pub/rapann/Rapport\\_an\\_2009.pdf](http://www.bcc.cd/downloads/pub/rapann/Rapport_an_2009.pdf)>. Acessado em: 08 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Banque Central du Congo Rapport Annuel. 2008.** Disponível em: <[http://www.bcc.cd/downloads/pub/rapann/rap\\_an\\_2008.pdf](http://www.bcc.cd/downloads/pub/rapann/rap_an_2008.pdf)>. Acessado em: 08 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Banque Central du Congo Rapport Annuel. 2007.** Disponível em: <[http://www.bcc.cd/downloads/pub/rapann/rapport\\_2007.pdf](http://www.bcc.cd/downloads/pub/rapann/rapport_2007.pdf)>. Acessado em: 08 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Banque Central du Congo Rapport Annuel. 2006.** Disponível em: <[http://www.bcc.cd/downloads/pub/rapann/rapport\\_annuel2006.pdf](http://www.bcc.cd/downloads/pub/rapann/rapport_annuel2006.pdf)>. Acessado em: 08 jun. 2014.

DAVIES, Thomas. **NGOs: A Long and Turbulent History.** The Global Journal. Disponível em: <<http://www.theglobaljournal.net/article/view/981/>>. Acessado em: 01 de mai. 2017.

European Commission. **Economic Partnerships.** Disponível em: <<http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/development/economic-partnerships/>>. Acessado em: 08 jun. 2014.

Everyday Peace Indications. **About.** Disponível em: <<https://everydaypeaceindicators.org/about/>>. Acesso em: 11 de fev. de 2018.

Grupo de Pesquisa Poder Global e Geopolítica do Capitalismo. **Apresentação.** Disponível em: <<http://www.poderglobal.net/apresentacao/>> Acessado em: 16 de jan. 2017.

International Studies Association. **International Political Economy Section.** Disponível em: <<http://www.isanet.org/ISA/Sections/IPE>>. Acessado em: 26 de jul. 2016.

Library of Congress. **Zaire Banking.** 2014. Disponível em <<http://www.country-data.com/cgi-bin/query/r-15081.html>>. Acessado em: 10 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Zaire Economic Decline.** 2014b. Disponível em <<http://www.country-data.com/cgi-bin/query/r-15068.html>>. Acessado em: 10 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Zaire: The 1983 Reforms.** 2014c. Disponível em <[http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field\(DOCID+zr0110\)](http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field(DOCID+zr0110))>. Acessado em: 10 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Zaire: The 1987 Plan.** 2014d. Disponível em <[http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field\(DOCID+zr0111\)](http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field(DOCID+zr0111))>. Acessado em: 10 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Zaire: The 1989 Reform.** 2014e. Disponível em <[http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field\(DOCID+zr0112\)](http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field(DOCID+zr0112))>. Acessado em: 10 jun. 2014.

World Bank. **Zaire: A Review of Government Expenditure.** Washington: World Bank Report, 1991.

Movimento para a Paz e a Democracia em Angola. **Discurso do líder africano - Patrice Emery Lumumba.** Disponível em <<http://mpda.e-monsite.com/blog/discurso-do-lider-africano-patrice-emery-lumumba.html>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

National Bank of Rwanda. **National Bank of Rwanda History.** Disponível em <<http://www.bnr.rw/index.php?id=207>>. Acessado em: 08 jun. 2014.

Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. **OCHA Themes**. Disponível em: <<http://www.unocha.org/themes>>. Acesso em: 22 de jan. de 2018.

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia Política Internacional. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/index.php/pos-graduacao/pepi/apresentacao>>. Acessado em: 21 de jul. 2017.

Providing for Peacekeeping. **Contact Us**. Disponível em: <<http://www.providingforpeacekeeping.org/contact-us/>>. Acesso em 15 jan. 2017.

Union of International Association. **About UIA**. Disponível em: <<https://www.uia.org/>>. Acessado em: 01 de mai. 2017.

United Nations. **MONUC Documents**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/monuc/documents.shtml>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

United Nations Department of Peacekeeping Operations. **What is Peacekeeping?** Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/peacekeeping.shtml>>. Acesso em: 22 de jan. 2017b.

United Nations Department of Public Information. **United Nations Operation in the Congo (ONUC): deployment as of June 1961 [cartographic material]**. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/1310597>>. Acesso em: 25 de fev. 2018.

United Nations Development Group. **About the United Nations Development Group**. Disponível em: <<https://undg.org/about/>>. Acesso em: 22 de jan. de 2018.

United Nations Police. **Formed Police Units (FPUS)**. Disponível em: <<https://police.un.org/en/formed-police-units-fpus>>. Acesso em: 25 fev. 2018

United Nations Secretariat. **Secretariat**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/about-un/secretariat/index.html>>. Acesso em: 3 de jan. 2018.

United Nations Information Centre in Brazil. **Conheça a ONU/Estrutura do Organograma do Sistema ONU**. Disponível em: <<http://unicrio.org.br/conheca-a-onu/organograma-do-sistema-onu/>>. Acessado em: 26 de jun. 2017.

University of South Florida. **Europe in 1815**. Disponível em: <<http://etc.usf.edu/maps/pages/1700/1796/1796.htm>>. Acesso em: 11 de fev. de 2018.

The United Nations Democracy Fund. **About UNDEF**. Disponível em: <[http://www.un.org/democracyfund/About\\_Us/about\\_us\\_index.html](http://www.un.org/democracyfund/About_Us/about_us_index.html)>. Acesso em: 02 jun. 2012a.

\_\_\_\_\_. **Donor Contributions to UNDEF**. Disponível em: <[http://www.un.org/democracyfund/Donors/donors\\_index.html](http://www.un.org/democracyfund/Donors/donors_index.html)>. Acesso em: 02 jun. 2012b.

\_\_\_\_\_. **UNDEF Frequently Asked Questions.**  
Disponível em: <[http://www.un.org/democracyfund/About\\_Us/about\\_us\\_FAQs.html](http://www.un.org/democracyfund/About_Us/about_us_FAQs.html)>. Acesso em: 02 jun. 2012c.

\_\_\_\_\_. **UNDEF Projects.** Disponível em:  
<[http://www.un.org/democracyfund/Grantees/grantees\\_stats.html](http://www.un.org/democracyfund/Grantees/grantees_stats.html)>. Acesso em: 02 jun. 2012d.

## 8. Anexos

## ANEXO A – EXTRATO DAS OPERAÇÕES MILITARES CONDUZIDAS FORA DOS AUSPÍCIOS DA LIGA DAS NAÇÕES (1918-1945)

<b>Guerras/Principais Intervenções Armadas</b>	<b>Questões Envolvidas no Litígio</b>
União Soviética - Finlândia (1918-1920)	Composição de governo; manutenção de integridade territorial do Estado; unificação nacional; território.
Estônia - União Soviética (1918-1920)	Libertação nacional; criação do Estado; manutenção de integridade do Estado.
Letônia - União Soviética (1918-1920)	Libertação nacional; criação do Estado; manutenção de integridade do Estado.
Lituânia - União Soviética (1918-1920)	Libertação nacional; criação do Estado; manutenção de integridade do Estado.
Intervenção Aliada - República Soviética (1918-1920)	Composição de governo; proteção de interesses nacionais e comerciais afora; sobrevivência do regime.
Reino Unido - Afeganistão (1919)	Autonomia; território; território estratégico; manutenção de integridade imperial; manutenção de dominação regional.
Romênia (Checoslováquia, Iugoslávia) - Hungria (1919)	Território; reforçar termos dos tratados; sobrevivência do regime e Estado; composição de governo.
Polônia - República Soviética (1920-1921)	Território.
Grécia - Turquia (1920-1922)	Território; proteção de confrades étnicos; revisão dos termos do tratado.
Polônia - Lituânia (1920-1927)	Território (fronteiras); reforçar termos do tratado; proteção de confrades étnicos.
Tribos do Marrocos - Espanha (França) (1921-1926)	Libertação nacional; criação do Estado; manutenção de dominação regional.
Itália - Grécia (1923)	Compensação/reparação por incidente.
Drusos - França (1925-1927)	Reforçar termos do tratado; manutenção da integridade do império.
Estados Unidos - Rebeldes da Nicarágua (1927-1933)	Composição de governo; proteção de interesses nacionais e comerciais afora.
Paraguai - Bolívia (1928-1935)	Território (fronteira); comércios e recursos.
China - União Soviética (1929)	Manutenção de integridade nacional; território estratégico; reforçar os termos do tratado; compensação/reparação por incidente (União Soviética).

Japão (Exército Kwantung) - China (1931-1933)	Território estratégico; comércio e recursos; proteção de interesses nacionais e comerciais afora; manutenção de integridade nacional; criação de império.
Peru - Colômbia (1932-1934)	Território; comércio e recursos; reforçar os termos do tratado; proteção de nacionais e interesses comerciais afora.
Arábia Saudita - Iêmen (1934)	Território; reforço dos termos do tratado.
Itália - Abissínia (1935-1936)	Comércio e recursos; criação de império; território estratégico; sobrevivência do Estado.
Guerra Civil Espanhola (Alemanha, Itália, União Soviética) (1936-1939)	Sobrevivência do regime; suporte aliado; composição de governo.
Remilitarização da Renânia (1936)	Revisão dos termos do tratado; autonomia.
Japão - China (1937-1945)	Criação do império; sobrevivência do Estado e regime; território; proteção de nacionais e interesses comerciais afora; comércio e recursos.
Alemanha - Áustria (1938)	Unificação étnica; liberação ideológica; território; território estratégico; criação de império (raça); sobrevivência do Estado e regime; reforçar os termos do tratado.
Alemanha - Checoslováquia (1938-1939)	Unificação étnica; território estratégico; liberação ideológica; criação de império (raça); sobrevivência do Estado e regime.
Alemanha - Polônia (1939)	Criação de império (raça); território estratégico; território; revisão dos termos do tratado; sobrevivência do Estado e regime; unificação étnica.
Reino Unido - Alemanha (1939-1945)	Balança de poder; suporte aliado; reforçar os termos do tratado.
União Soviética - Polônia (1939)	Território; unificação étnica; sobrevivência do Estado e regime.
União Soviética - Finlândia (1939-1940)	Território estratégico; território; liberação ideológica; sobrevivência do Estado e regime.
Japão - Estados Unidos (1941-1945)	Manutenção da integridade do império; sobrevivência do Estado e regime; reforçar os termos do tratado (princípios Wilsonianos); suporte aliado (China e Estados Unidos); território estratégico.

Retirado de: Holsti, 1991, p.214-216.

**ANEXO B – EXTRATO DAS OPERAÇÕES MILITARES CONDUZIDAS FORA DOS AUSPÍCIOS DAS NAÇÕES UNIDAS DURANTE A GUERRA FRIA (1945-1991)**

<b>Nome da Missão</b>	<b>Conteúdo da Missão</b>
Missão da Organização dos Estados Americanos na Costa Rica e Nicarágua (1948-1949)	A Missão tinha como objetivo monitorar o cessar-fogo entre os dois Estados.
Missão Internacional de Supervisão e Controle do Vietnã do Sul e do Norte (1954-1973)	A Missão tinha como objetivo monitorar a implementação dos Acordos de Genebra de 1954.
Comissão de Experts Militares da Organização dos Estados Americanos na Costa Rica e Nicarágua (1955)	A Missão tinha como objetivo criar uma zona desmilitarizada na fronteira entre a Costa Rica e Nicarágua.
Comissão de Observadores Militares da Organização dos Estados Americanos em Honduras e Nicarágua (1957)	A Missão tinha como objetivo a manutenção da trégua entre Honduras e Nicarágua.
Missão da Organização dos Estados Americanos no Panamá (1959)	A Missão tinha como objetivo investigar o caso de intervenção armada por grupos rebeldes no território do Panamá.
Força da Liga Árabe no Kuwait (1961-1963)	A Missão tinha como objetivo reforçar a soberania do Kuwait diante das ameaças de invasão ao território por parte do Iraque.
Quarentena da Organização dos Estados Americanos em Cuba e Caribe (1962)	Imposição de uma quarentena naval que impedia a aproximação de qualquer navegação à Cuba e aos Estados vizinhos.
Força de Trégua Conjunta da Grã-Bretanha, Grécia e Turquia no Chipre (1963-1964)	A Missão tinha como objetivo monitorar o acordo de cessar-fogo entre as comunidades gregas e turcas.
Comissão de Cessar Fogo de Bamako na Argélia e Marrocos (1964)	A Missão tinha como objetivo monitorar o cessar-fogo entre os dois Estados.
Força de Paz Interamericana na República Dominicana da Organização dos Estados Americanos (1965-1966)	A Missão tinha como objetivo monitorar o cessar-fogo estabelecido entre as partes e as eleições.
Observadores Militares da Liga Árabe no Iêmen (1967)	A Missão tinha como objetivo monitorar a retirada de tropas de Israel do Iêmen.
Time de Observadores Internacionais do Reino Unido, Canadá, Polônia, Suécia, Organização da Unidade Africana e Nações Unidas na Nigéria (1968-1970)	A Missão tinha como objetivo monitorar os desdobramentos da crise de secessão em Biafra (sudeste do Estado).
Observadores Militares e Civis da Organização dos Estados Americanos em Honduras e El Salvador (1969 – ano de término desconhecido)	A Missão tinha como objetivo monitorar o cessar-fogo e a retirada de tropas de ambos os Estados envolvidos no litígio.

Missão de Observação de Cessar Fogo Árabe na Jordânia (1970-1971)	A Missão tinha como objetivo monitorar o cessar-fogo.
Observadores da Liga Árabe no Iêmen (1972)	A Missão tinha como objetivo monitorar o fim das hostilidades entre os grupos rebeldes do norte e sul do Estado.
Força de Observação Somali em Uganda e Tanzânia (1972)	A Missão tinha como objetivo monitorar o cessar-fogo.
Força de Dissuasão da Liga Árabe no Líbano (1976-1982)	A Missão tinha como objetivo atuar como força de dissuasão na guerra civil do Líbano, contribuindo para o cessar-fogo entre as partes, no processo de recolhimento de armas e do reforço da autoridade nacional libanesa.
Observadores Militares da Organização dos Estados Americanos em Honduras e El Salvador (1976-1981)	A Missão tinha como objetivo monitorar o cessar-fogo entre os Estados envolvidos no litígio.
Força de Monitoramento da Comunidade de Nações no Zimbábue (1979-1980)	A Missão tinha como objetivo monitorar o acordo policial entre a Frente Patriótica e a o governo do sul da Rodésia.
Força Inter-Africana da Organização da União Africana no Zaire (1978-1979)	A Missão tinha como objetivo dar o suporte necessário ao regime e monitorar a retirada de tropas estrangeiras do território.
Força Inter-Africana no Chade (1980)	A Missão tinha como objetivo monitorar a paz entre o Chade e a Líbia e supervisionar a retirada das tropas da Líbia.
Intervenção da Organização da União Africana no Chade (1981-1982)	A Missão tinha como objetivo monitorar a paz entre o Chade e a Líbia e supervisionar a retirada das tropas da Líbia.
Força Multinacional e de Observadores no Egito – Sinai (1981-1982)	A Missão tinha como objetivo monitorar a retirar de Israel do Sinai.
Força Multinacional no Líbano (1982)	A Missão tinha como objetivo a atuação como força de interposição a pedido do governo libanês.
Força Multinacional no Líbano (1982-1984)	A Missão tinha como objetivo a atuação como força de interposição a pedido do governo libanês.
Força de Paz Caribenha em Grenada (1983-1985)	A Missão tinha como objetivo atuar como força de imposição da paz em resposta à deposição do governo de Granada.
Grupo de Monitoramento de Observadores em Uganda (1985-1986)	A Missão tinha como objetivo monitorar o cessar-fogo.
Grupo de Observadores no Mali e Burquina Faso (1986)	A Missão tinha como objetivo monitorar o acordo de paz.
Força de Manutenção de Paz Indiana no Sri Lanka (1987-1990)	A Missão tinha como objetivo monitorar o acordo de paz.

Comissão de Verificação Conjunta em Moçambique (1990-1992)	A Missão tinha como objetivo monitorar o cessar-fogo e o acordos de paz.
Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental na Libéria (1990-1999)	A Missão tinha como objetivo a imposição da paz.
Operação de Suporte da Paz da França no Djibuti (1991)	A Missão tinha como objetivo dar o suporte a manutenção da paz durante a guerra civil do Djibuti.
Missão da Organização da União Africana no Saara Ocidental (1991 – data de término desconhecida)	A Missão tinha como objetivo averiguar a situação no terreno.
Time de Observadores Militares da Organização dos Estados Africanos em Ruanda (1991)	A Missão tinha como objetivo observar a situação política do Estado.
Grupo de Observadores Militares Neutros da Organização da União Africana em Ruanda (1991-1993)	A Missão tinha como objetivo observar a situação política do Estado.

Retirado e adaptado de: Bellamy & Williams, 2015, p.30-33; Bellamy & Williams, 2011, p.90; Williams, 2001, p.151, 186; Francis, 2006, p.100.

## ANEXO C – OPERAÇÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS CONDUZIDAS APÓS A GUERRA FRIA (1989-2018)

Nome da Operação de Paz	Conteúdo da Operação de Paz
Grupo de Assistência à Transição das Nações Unidas na Namíbia (UNTAG), 1989-1990	A Missão tinha o mandato de dar o suporte ao Representante Especial do Secretário Geral na organização de eleições livres e justas, além de supervisionar o processo de transição à independência da Namíbia.
Grupo de Observadores das Nações Unidas na América Central (ONUCA), 1989-1992	A Missão tinha o mandato de verificar se os governos da América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua) haviam cessado os seus suportes aos grupos paramilitares e forças de insurgência nos Estados vizinhos. De igual modo tinha a função de não permitir que os Estados em questão pudessem usar seus territórios para ataques. Posteriormente, o mandato foi expandido para incluir o monitoramento do cessar-fogo e a separação das forças e o processo de desmobilização na Nicarágua.
Missão de Observação das Nações Unidas no Iraque e Kuwait (UNIKOM), 1991-2003	A Missão tinha o mandato de monitorar a zona desmilitarizada entre as fronteiras do Iraque e Kuwait de modo a deter violações. Posteriormente, em fevereiro de 1993, o mandato incluiu ações preventivas na zona desmilitarizada entre o Kuwait e Iraque e a demarcação de uma nova fronteira entre os dois Estados.
Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola II (UNAVEM II), 1991-1995	A Missão tinha o mandato de monitorar o cessar-fogo e a polícia de Angola, e observar e verificar as eleições. Em 1994, após as ações perpetradas pela UNITA no pós-eleição, a UNAVEM II retomou o mandato de verificar os estágios iniciais do acordo de paz entre o governo de Angola e as forças da UNITA.
Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL), 1991-1995	A Missão tinha o mandato de verificar a implementação dos acordos entre o governo de El Salvador e a <i>Frente Farabundo Marti para la Liberacion Nacional</i> , dando o suporte no cessar-fogo e reformas policiais e institucionais.
Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), 1991-	A Missão tem o mandato de monitorar o cessar-fogo entre o Marrocos e o movimento da Frente POLISARIO, além de conduzir um referendum (ainda não realizado).
Missão Avançada das Nações Unidas no Camboja (UNAMIC), 1991-1992	A Missão tinha o mandato de assistir na manutenção do cessar-fogo entre os quatro partidos do Camboja antes do estabelecimento da Autoridade de Transição das Nações Unidas no Camboja (UNTAC). A Missão também atuou na retirada de minas, treinamento e conscientização.

<p>Força de Proteção das Nações Unidas na Antiga Iugoslávia (UNPROFOR), 1992-1995</p>	<p>Inicialmente estabelecida na Croácia para assegurar a desmilitarização de áreas designadas. Expandida em 1992 para incluir a Bósnia, proteger a entrega de ajuda humanitária, garantir uma área de não tripulação (<i>no fly zone</i>) e proteger áreas seguras. Mandato foi estendido para a Macedônia em 1992, incluindo o monitoramento da fronteira. Em 1995, a UNPROFOR foi dividida em três missões separadas, com forças na Croácia e Macedônia sendo renomeadas para a Operação das Nações Unidas para Restauração da Confiança (UNCRO) e pela Força de Desdobramento Preventivo das Nações Unidas (UNPREDEP). Na Bósnia, em dezembro de 1995, a UNPROFOR foi substituída pela Força de Implementação da Organização do Tratado do Atlântico Norte.</p>
<p>Autoridade de Transição das Nações Unidas no Camboja (UNTAC), 1992-1993</p>	<p>Substituída e absorvida pela Missão Avançada das Nações Unidas no Camboja (UNAMIC) para assegurar a implementação dos Acordos de Paz de Paris, particularmente em relação à organização de eleições.</p>
<p>Operação das Nações Unidas na Somália I (UNOSOM I), 1992-1993</p>	<p>A Missão tinha o mandato de monitorar o cessar-fogo em Mogadixo e proteger a entrega de ajuda humanitária. Dificuldades no alcance destes objetivos levaram o Conselho de Segurança a autorizar uma força liderada pelos Estados Unidos da América, a Força Tarefa Unificada para intervir na Somália em 1992.</p>
<p>Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), 1992-1994</p>	<p>A Missão tinha o mandato de dar o suporte na implementação de um acordo de paz e cessar-fogo, monitorar e verificar a retirada de tropas estrangeiras, monitorar eleições, e coordenar a assistência humanitária.</p>
<p>Operação das Nações Unidas na Somália II (UNOSOM II), 1993-1995</p>	<p>A Missão, que fora uma expansão da Operação das Nações Unidas na Somália I (UNOSOM I), assumiu as atividades da Força Tarefa Unificada (intervenção liderada pelos Estados Unidos da América). Tinha o mandato de tomar ações apropriadas, incluindo medidas de cumprimento para estabelecer ao longo da Somália um ambiente seguro para a assistência humanitária. Em 1993, o mandato foi expandido para prender aqueles responsáveis pelos ataques às tropas da UNOSOM II, especialmente o General Aidid.</p>
<p>Missão de Observação das Nações Unidas em Uganda e Ruanda (UNOMUR), 1993-1994</p>	<p>A Missão tinha o mandato de monitorar a fronteira entre Ruanda e Uganda e prevenir suporte militar através destes limites.</p>
<p>Missão de Observação das Nações Unidas na Geórgia (UNOMIG), 1993-2009</p>	<p>A Missão tinha o mandato de monitorar os sucessivos acordos de cessar-fogo entre o governo da Geórgia e as autoridades da província de Abkhazia.</p>
<p>Missão de Observação das Nações</p>	<p>Inicialmente autorizada para monitorar a aderência ao</p>

<p>Unidas na Libéria (UNOMIL), 1993-1997</p>	<p>acordo de paz e cessar-fogo, observar e monitorar o processo eleitoral, assistir na coordenação de assistência humanitária e treinamento de limpeza de mina. Em 1995, o mandato foi ajustado para dar o suporte as ações da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental na implementação de um acordo de paz, monitoramento do cessar fogo, na desmobilização e assistência humanitária e na investigação de violação dos direitos humanos.</p>
<p>Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH), 1993-1996</p>	<p>A Missão tinha o mandato de dar o suporte na implementação do Acordo da Ilha do Governador, assistir na modernização das forças armadas do Haiti e estabelecer uma nova força policial. Posteriormente, incluiu atividades como suporte democrático ao governo, reforma militar e policial e a organização de eleições livres.</p>
<p>Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR), 1993-1996</p>	<p>A Missão tinha o mandato original de ajudar na implementação do Acordo de Paz de Arusha, assinado pelas partes de Ruanda. Adicionalmente, tinha o objetivo de monitorar o acordo de cessar-fogo, estabelecimento uma zona expandida desmilitarizada, e assistir as atividades de assistência humanitária e limpeza de minas.</p>
<p>Grupo de Observação das Nações Unidas na Faixa de Aouzou/Chade (UNASOG), 1994</p>	<p>A Missão tinha o mandato de verificar a retirada das tropas e forças administrativas Líbias na Faixa de Aouzou após a decisão da Corte Internacional de Justiça.</p>
<p>Missão de Observação das Nações Unidas no Tadjiquistão (UNMOT), 1994-2000</p>	<p>A Missão tinha o objetivo de monitorar o acordo de cessar-fogo entre o governo do Tadjiquistão e a oposição Unida do Tajuik, além de dar o suporte na implementação do acordo de paz geral em 1997.</p>
<p>Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola III (UNAVEM III), 1995-1997</p>	<p>A Missão tinha o objetivo de implementar o acordo de paz estabelecido entre as partes.</p>
<p>Operação das Nações Unidas para Restauração da Confiança na Croácia (UNCRO), 1995-1996</p>	<p>A Missão representou uma continuação modificada do papel da Força de Proteção das Nações Unidas na Antiga Iugoslávia (UNPROFOR) na Croácia.</p>
<p>Força de Desdobramento Preventivo das Nações Unidas na Macedônia (UNPREDEP), 1995-1999</p>	<p>A Missão foi uma continuação do papel desempenhado na Macedônia pela Força de Proteção das Nações Unidas na Antiga Iugoslávia (UNPROFOR). Tinha como objetivo monitorar a fronteira de modo a manter uma estabilidade na antiga República Iugoslava da Macedônia.</p>
<p>Missão das Nações Unidas na Bósnia Herzegovina (UNMIBH), 1995-2002</p>	<p>A Missão incorporou a Força-Tarefa de Polícia Internacional (IPTF) e o Escritório Civil das Nações Unidas. As atividades da IPTF incluíam o monitoramento, aconselhamento e treinamento das</p>

	forças policiais da Bósnia. Em 2002, as atividades da IPTF foram transferidas para a Missão Policial da União Europeia.
Administração de Transição das Nações Unidas para a Slavonia Oriental, Baranja e Sirmium Ocidental (UNTAES), 1996-1998	A Missão tinha o objetivo de supervisionar e facilitar a desmilitarização, monitorar o retorno de refugiados, e organizar eleições. Facilitou a administração da Slavonia Oriental, Baranja e Sirmium Ocidental e, posteriormente, transferiu estes territórios para a Croácia. A Missão foi substituída pelo Grupo de Suporte da Polícia Civil das Nações Unidas.
Missão de Observação das Nações Unidas na Península de Prevlaka/Croácia-Iugoslávia (UNMOP), 1996-2002	A Missão foi uma continuação do desdobramento dos observadores militares das Nações Unidas na península de Prevlaka, que outrora contava como observadores militares da Operação das Nações Unidas para Restauração da Confiança na Croácia (UNCRO) e da Força de Proteção das Nações Unidas na Antiga Iugoslávia (UNPROFOR).
Missão de Suporte das Nações Unidas para o Haiti (UNSMIH), 1996-1997	A Missão representou, com menor intensidade, a continuidade das atividades da Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH). Assistiu no treinamento policial.
Missão de Verificação das Nações Unidas na Guatemala (MINUGUA), 1997	A Missão tinha o mandato de verificar o acordo de cessar-fogo entre o governo da Guatemala e Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), incluindo a observação do término de antigas hostilidades, a separação das respectivas forças, e o desarmamento e desmobilização da URNG.
Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), 1997-1999	A Missão representou uma continuidade do mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola III (UNAVEM III)
Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH), 1997	A Missão sucedeu a Missão de Suporte das Nações Unidas para o Haiti (UNSMIH) e assistiu o governo do Haiti ao contribuir para a profissionalização da Polícia Nacional Haitiana.
Missão da Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MINOPUH), 1997-2000	A Missão sucedeu a Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH) e continuou o mandato de assistência e treinamento.
Grupo de Suporte à Polícia Civil das Nações Unidas na Croácia (UNPSG), 1998	A Missão sucedeu a Administração de Transição das Nações Unidas para a Slavonia Oriental, Baranja e Sirmium Ocidental (UNTAES) após a transição da Slavonia Oriental para a Croácia. Monitorou a performance da polícia, particularmente ao proteger refugiados retornados e a minoria Sérvia.
Missão das Nações Unidas na República Centro Africana (MINURCA), 1998-2000	A Missão sucedeu a Missão autorizada pelas Nações Unidas, a Missão Interafricana de Supervisão dos Acordos de Bangui (MISAB), com o objetivo de manter

	a segurança, treinar a polícia e assistir nas eleições.
Missão das Nações Unidas de Observadores em Serra Leoa (UNOMSIL), 1998-1999	A Missão tinha o objetivo de monitorar a situação de segurança em Serra Leoa e o processo de desarmamento e desmobilização de ex-combatentes. Os observadores militares da Missão contaram com o apoio das tropas de missão de paz do Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOMOG).
Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK), 1999-	A Missão tem o objetivo de prover uma administração interna para o Kosovo, construindo instituições políticas de autogoverno, além de facilitar a resolução do status final do Kosovo.
Missão das Nações Unidas em Serra Leoa (UNAMSIL), 1999-2005	A Missão representou uma expansão da Missão das Nações Unidas de Observadores em Serra Leoa (UNOMSIL) e atuou em parceria com as tropas do Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOMOG) na implementação do Acordo de Paz de Lomé. Em 2000, o mandato da Missão foi expandido para prover segurança geral e fornecer suporte ao governo de Serra Leoa.
Administração de Transição das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET), 1999-2002	A Missão tinha como objetivo atuar como autoridade suprema nos campos legislativos, executivos e judiciários. De igual modo, tinha como mandato construir as instituições de autogoverno no Timor Leste, ajudando o Estado a obter a sua independência.
Missão de Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), 1999-2010	A Missão tinha como objetivo monitorar o acordo de cessar-fogo, supervisionar o desengajamento e retirada das forças das partes envolvidas no conflito. De igual modo, o mandato da Missão previa a facilitação de assistência humanitária e o monitoramento da situação dos direitos humanos.
Missão das Nações Unidas na Etiópia e Eritreia (UNMEE), 2000-	A Missão tinha o mandato de estabelecer mecanismos de verificação do acordo de cessar-fogo. Posteriormente, a Missão tinha como objetivo monitorar o término das hostilidades e ajudar na observância dos compromissos fronteiriços entre os Estados.
Missão de Suporte das Nações Unidas no Timor Leste (UNMISET), 2002-2005	A Missão tinha como objetivo prover assistência administrativa para o governo timorense e manter a responsabilidade pela segurança e ordem pública.
Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), 2003	A Missão assumiu as responsabilidades da Força Multinacional autorizada pelo Grupo de Observadores da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental. A Missão tinha como mandato dar o suporte necessário para a implementação do acordo de cessar-fogo, proteger o <i>staff</i> das Nações Unidas e instalações, e facilitar a provisão de assistência humanitária e a reestruturação da força policial.

Missão das Nações Unidas na Costa do Marfim (MINUCI), 2003	A Missão tinha como objetivo facilitar os Acordos de Paz de Linas-Marcoussis, incluindo um componente militar para dar o suporte às tropas francesas e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS). A Missão também contava com um staff pequeno para dar o suporte necessário ao Representante Especial do Secretário-Geral em questões políticas, legais, polícia, eleições, mídias, direitos humanos, ajuda humanitária e temas conexos.
Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI), 2004	Substituiu a Missão das Nações Unidas na Costa do Marfim (MINUCI) - uma Missão Política estabelecida pelo Conselho de Segurança em 2003. A Missão tinha como mandato monitorar o término das hostilidades; assistir no processo de desmobilização, desarmamento e reintegração; dar o suporte para a organização de eleições; facilitar a assistência humanitária; e monitorar o embargo de armas.
Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), 2004-2017	A Missão Substituiu a Força Interina Multinacional, que fora autorizada pelo Conselho de Segurança em fevereiro de 2004. A Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) tinha como objetivo manter um ambiente seguro e estável no Haiti através da reforma das forças policiais; dar o suporte constitucional para o processo político; monitorar a proteção dos direitos humanos.
Operação das Nações Unidas no Burundi (ONUB), 2004-2006	A Missão tinha como mandato assegurar o respeito aos acordos de cessar-fogo, conduzir a desmobilização e desarmamento, monitorar fluxos ilegais de armas através das fronteiras nacionais, contribuir para o término do processo eleitoral, e assistir a transição governamental. A Missão foi sucedida pelo Escritório Integrado das Nações Unidas no Burundi (BINUB).
Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), 2005-2011	A Missão tinha como objetivo trabalhar em parceria com a Missão da União Africana no Sudão (AMIS) dando o suporte para a implementação do acordo de paz, facilitando o retorno de refugiados, e dando o suporte para a provisão de ajuda humanitária e protegendo civis contra violações maciças de direitos humanos. A Missão foi estendida para atuar na região de Darfur.
Missão Integrada das Nações Unidas no Timor Leste (UNMIT), 2006-	A Missão tinha como objetivo suceder a Operação Astute, liderada pela Austrália para consolidar a estabilidade no Estado após o colapso da ordem pública em agosto de 2006 e dar o suporte para a organização de eleições em 2007. A Missão substituiu também o Escritório das Nações Unidas no Timor Leste (UNOTIL).
Missão das Nações Unidas na	A Missão tinha como objetivo prestar assistência

República Centro-Africana e Chad (MINUCART), 2007-2010	humanitária, facilitar o retorno de deslocados internos e proteger civis.
Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur (UNAMID), 2008-	A Missão tem como objetivo a proteção de civis, do pessoal e infraestrutura da UNAMID, facilitando a assistência humanitária e liberdade de pessoal; além de supervisionar o Acordo de Paz de Darfur.
Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), 2010-	A Missão tem como objetivo a proteção de civis; proteção de pessoal humanitário sob ameaça iminente de violência física; suporte ao governo no processo de estabilização e consolidação da paz, principalmente na região oriental do Estado.
Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), 2011-	A Missão tem como mandato a proteção de civis, consolidação da paz e segurança, prestando assistência técnica para o governo.
Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), 2011-	A Missão tem como objetivo monitorar e fortalecer os mecanismos de vigilância das fronteiras na área de Abyei, no Sudão (entre as regiões norte e sul), utilizando a força na proteção de civis e pessoal humanitário. A Missão também tem o objetivo de prestar assistência humanitária e de desminagem, fortalecer a capacidade da do Serviço Policial de Abyei e prover infraestrutura para a região.
Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria (UNSMIS), 2011-	A Missão tem como objetivo monitorar o término da violência armada e dar suporte a implementação de um acordo de paz delineado pelo então Secretário-Geral Kofi Annan que envolve assistência humanitária, estabilização da segurança e liberdade de associação e trânsito.
Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização do Mali (MINUSMA), 2013-	A Missão tem como objetivo a proteção de civis e a facilitação de assistência humanitária; fortalecimento do <i>capacity</i> e <i>state building</i> e a promoção dos direitos humanos e internacional de modo geral.

Retirado de: Bellamy & Williams, 2015, p.32-36; Lowe, 2008a, pp.647-662.

**ANEXO D – EXTRATO DAS MISSÕES, INSTITUIÇÕES E FORÇAS DESDOBRADAS  
PELAS NAÇÕES UNIDAS ENTRE 1992-2017**

<b>Nome da Missão</b>	<b>Conteúdo da Missão</b>
Tribunal Criminal Internacional para a Antiga Iugoslávia (ICTY), 1993-	Estabelecida para julgar as pessoas alegadamente envolvidas nos crimes de guerra e crimes contra a humanidade nas guerras da Antiga Iugoslávia.
Missão Civil Internacional no Haiti (MICIVIH), 1993-2000	Missão conjunta da Organização dos Estados Americanos e das Nações Unidas estabelecida a pedido do governo exilado de Aristide para monitorar as violações dos direitos humanos no Haiti.
Missão Especial das Nações Unidas para o Afeganistão (UNSMIA), 1993-2002	A Missão tinha como objetivo encontrar mecanismos de como as Nações Unidas poderiam facilitar a reconstrução do Estado e a reaproximação com diversos segmentos da sociedade civil. A Missão foi substituída pela Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) após o Acordo de Bonn em 2001.
Escritório das Nações Unidas no Burundi (UNOB), 1993-2004	A Missão tinha como mandato facilitar a reconciliação e o processo de paz no Burundi. Foi substituída posteriormente pela Operação das Nações Unidas no Burundi (ONUB).
Escritório do Coordenador Especial das Nações Unidas para o Oriente Médio (UNSCO), 1994-	Estabelecida após a assinatura dos Acordos de Oslo para coordenar a presença das Nações Unidas e para mobilizar assistência econômica para a Palestina. Em 1999, o mandato foi alargado para cobrir a assistência humanitária e fortalecer os esforços de desenvolvimento das Nações Unidas como parte do processo de paz e negociações políticas.
Tribunal Criminal Internacional para Ruanda (ICTR), 1994-	Estabelecida para processar as pessoas responsáveis pelo genocídio e demais violações sérias do direito internacional humanitário cometido no território de Ruanda no ano de 1994.
Missão de Verificação das Nações Unidas na Guatemala (MINUGUA), 1994-2004	A Missão tinha como objetivo verificar a implementação dos acordos de paz e direitos humanos entre o governo da Guatemala e a União Revolucionária Nacional Guatemalteca.
Escritório Político das Nações Unidas para a Somália (UNPOS), 1995-2013	Estabelecido para avançar a paz e reconciliação através do contato com lideranças somalis, organizações civis, Estados e organizações envolvidas.
Escritório do Representante Especial do Secretário Geral para a Região dos Grande Lagos, 1997-	Estabelecido para monitorar o desenvolvimento regional e dar o suporte ao processo de construção e manutenção da paz na região.
Escritório de Suporte a Construção da Paz das Nações	Estabelecido consolidar a paz depois das eleições de 1997.

Unidas na Libéria (UNOL), 1997-2003	
Escritório Político das Nações Unidas na Papua Nova Guiné (UNPOB)/ Missão de Observação das Nações Unidas em Bougainvília (UNOMB), 1998-2005	Estabelecido para dar suporte ao processo de paz entre regiões autônomas de Bougainvília e a Papua Nova Guiné.
Escritório de Suporte a Construção da Paz das Nações Unidas em Guiné-Bissau (UNOGBIS), 1999-	Estabelecida para dar suporte à construção da paz após a guerra civil. Depois do golpe militar em 2003, seu mandato foi alterado para dar o suporte necessário na transição de governo e consolidar um governo civil.
Missão das Nações Unidas no Timor Leste (UNAMET), 1999	A Missão tinha como objetivo organizar a consulta popular sobre a independência do Timor Leste depois dos Acordos Gerais de 5 de Maio entre Indonésia e Portugal.
Escritório das Nações Unidas em Angola (UNOA), 1999-2002	Estabelecido para assistir Angola na área de <i>capacity-building</i> , assistência humanitária e a promoção dos direitos humanos.
Escritório de Construção da Paz das Nações Unidas na República Centro Africana (BONUCA), 2000-2007	Estabelecido para monitorar a situação do Estado e dar o suporte ao processo de democratização, <i>capacity-building</i> , reforma do setor de segurança e desenvolvimento.
Comissão das Nações Unidas de Inspeção, Verificação e Monitoramento no Iraque (UNMOVIC), 1999-2007	Estabelecido para verificar as armas de destruição em massa e os mísseis balísticos no Iraque.
Escritório de Construção da Paz das Nações Unidas no Tadjiquistão (UNTOP), 2000-2007	Estabelecido para dar o suporte na implementação do processo de paz após as atividades da Missão de Observadores das Nações Unidas no Tadjiquistão (UNOT)
Escritório do Representante Especial do Secretário-Geral para a África Ocidental (UNOWA), 2001	Estabelecida com o objetivo de harmonizar os esforços de construção da paz das Nações Unidas através da região, além de cooperar com a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) no assuntos de segurança da região.
Corte Especial para a Serra Leoa, 2002-	Estabelecida para processar as pessoas responsáveis por sérias violações do direito internacional humanitário em Serra Leoa desde 1996.
Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA), 2002-	A Missão tem como objetivo dar o suporte a implementação dos Acordos de Bonn de 2001 e assistir o processo de construção da paz.
Missão das Nações Unidas em Angola (UNMA), 2002-2003	A Missão tinha como objetivo facilitar a provisão de assistência econômica e ajuda humanitária, além de dar o suporte ao processo de desmobilização e a proteção aos direitos humanos.

Missão das Nações Unidas na Costa do Marfim (MINUCI), 2003-2004	A Missão tinha como objetivo complementar os esforços da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental e das tropas francesas na facilitação da implementação do acordo de paz.
Missão de Assistência das Nações Unidas para o Iraque (UNAMI), 2003-	Estabelecida para assistir o processo de construção da paz desde a guerra de 2003.
Investigação Melhis no Líbano, 2005-	Investigação aberta para averiguar o assassinato do presidente libanês Rafiq Hariri.
Escritório das Nações Unidas no Timor Leste (UNOTIL), 2005-2006	Estabelecido para continuar os esforços de construção da paz da Missão de Suporte das Nações Unidas no Timor Leste (UNMISSET). A Missão também tinha como objetivo dar suporte ao processo de capacitação das instituições timorenses.
Enviado Especial para o Processo Futuro do Status do Kosovo (UNOSEK), 2005-	Responsável por resolver o status final do Kosovo através do processo político.
Escritório Integrado das Nações Unidas em Serra Leoa (UNIOSIL), 2006-2008	Estabelecido para dar o suporte ao governo na organização das eleições em 2007, na promoção e proteção dos direitos humanos e na melhora da governança estatal.
Escritório Integrado de Construção da Paz das Nações Unidas em Guiné-Bissau (UNIOGBIS), 2008-2009	O Escritório substituiu o Escritório de Suporte a Construção da Paz das Nações Unidas em Guiné-Bissau (UNOGBIS) e continuou a estabelecer um diálogo com a Comissão de Peacebuilding das Nações Unidas de modo a fomentar parceiras com diversos atores, tais como a União Europeia, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, União Africana, Comunidade de Países de Língua Portuguesa entre outros.
Escritório Integrado de Construção da Paz das Nações Unidas para Serra Leoa (UNIPSIL), 2008-2009	O Escritório substituiu o Escritório Integrado das Nações Unidas em Serra Leoa (UNIOSIL) com o objetivo de fornecer conselho político de modo a fomentar e consolidar a paz; oferecer suporte e treinamento para a polícia nacional e as forças de segurança; construir as capacidades das instituições democráticas para promover a boa governança e os direitos humanos.

Retirado de: Lowe 2008b, p.666-671.

**ANEXO E – EXTRATO DAS OPERAÇÕES MILITARES AUTORIZADAS, NÃO-AUTORIZADAS E RECONHECIDAS PELO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS ENTRE 1992-2017**

<b>Nome da Operação</b>	<b>Conteúdo da Operação</b>
Operação <i>Sharp Guard</i> no Mar Adriático, 1992-1996	Operação liderada pela Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) para implementar o embargo de entrega de armas para a ex-Iugoslávia, além de impor sanções econômicas.
Força Tarefa Unificada liderada pelos Estados Unidos da América na Somália (UNITAF), 1992-1993	Força estabelecida para prover um ambiente seguro para assistência humanitária. A Força atuou em parceria com a Operação das Nações Unidas na Somália I (UNOSOM I), tendo suas atividades posteriormente absorvidas pela Operação das Nações Unidas na Somália II (UNOSOM II).
Operação <i>Deny Flight</i> na Bósnia Herzegovina, 1993-1995	Operação de execução de uma zona não tripulada (no fly zone), operou em paralelo com a Força de Proteção das Nações Unidas na Antiga Iugoslávia (UNPROFOR).
Operação <i>Iraq Freedom</i> , 1994	Operação liderada pelos Estados Unidos da América, no contexto da Primeira Guerra do Golfo que tinha por objetivo reforçar a autonomia do Kuwait face às ameaças do Iraque de anexação do território.
Operação <i>Tuquoise</i> em Ruanda, 1994	Intervenção militar liderada pela França, operou em parceria com a Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR). A intervenção tinha o objetivo de prover segurança para os refugiados e civis.
Força Multinacional no Haiti (MNF), 1994-1995	Liderada pelos Estados Unidos da América, foi sucedida e operou em parceria pela Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH). Responsável por criar as condições para o retorno do governo eleito ao Haiti.
Força de Proteção Multinacional liderada pela Itália na Albânia (MPF), 1997	A Força tinha como objetivo estabilizar a situação na Albânia depois do colapso das instituições estatais. A Força também distribuiu ajuda humanitária e controlou os portos Adriáticos que estavam sendo utilizados para emigração em massa para a Itália.
Força do Kosovo liderada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte no Kosovo (KFOR), 1999-	A Força tem como objetivo manter um ambiente seguro no Kosovo e assistir nas atividades de construção da paz da Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK).
Força Internacional liderada pela Austrália no Timor Leste (INTERFET), 1999-2000	Precedida pelo estabelecimento da Administração de Transição das Nações Unidas no Timor Leste (UNTAET), sendo, posteriormente, absorvida por esta Operação de Paz. Tinha como principal mandato manter a paz e segurança no Timor Leste depois da violência estabelecida por milícias e grupos rebeldes pró-Indonésia.

Operação Britânica <i>Palliser</i> em Serra Leoa, 2000	Intervenção militar liderada pelo Reino Unido em Serra Leoa para restaurar a paz e segurança no território, além de dar o suporte necessário para a Missão das Nações Unidas em Serra Leoa (UNAMSIL) e o Exército Nacional de Serra Leoa.
Operação Britânica Basilica, Silkman em Serra Leoa, 2000-2005	Operação liderada pelo Reino Unido para prover assistência e treinamento para o Exército Nacional de Serra Leoa.
Força Tarefa Fox na República da Macedônia, 2001-2002	A Força Tarefa, liderada pela Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) tinha como objetivo monitorar a implementação dos acordos de paz e desarmar insurgentes.
Operação Licorne na Costa do Marfim, 2002-	Operação de Paz liderada pela França de modo a prestar assistência a Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI), protegendo pessoal das Nações Unidas e demais estrangeiros presentes no terreno.
Operação <i>Iraq Freedom</i> , 2003	Operação liderada pelos Estados Unidos da América, no contexto da Segunda Guerra do Golfo que tinha por objetivo eliminar as armas de destruição em massa no Iraque e a deposição de Saddam Hussein por supostos elos com grupos terroristas.
Operação Artémis em Ituri/República Democrática do Congo, 2003	Força da União Europeia (UE) liderada pela França em suporte a Missão de Paz das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC).
Força Multinacional na Libéria, 2003	Força da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), a Missão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental na Libéria (ECOMIL) para dar o suporte na implementação do acordo de paz. Possibilitou, posteriormente, o desdobramento da Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL).
Força Multinacional no Iraque (MNF), 2003-2011	A Força tinha como objetivo contribuir para a manutenção da segurança e estabilidade no Iraque.
Força Interina Multinacional liderada pelos Estados Unidos da América no Haiti (MIF), 2004	Possibilitou o desdobramento posterior da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) ao prover um ambiente de segurança.
Força da União Europeia na Bósnia Herzegovina (EUFOR)/Operação Althea, 2004-	A Força tem como objetivo manter as mesmas atividades da Força de Estabilização liderada pela Organização do Tratado Atlântico Norte na Bósnia Herzegovina (SFOR).
Força da União Europeia na República Democrática do Congo (EUFOR), 2006	A Força tinha como objetivo facilitar a condução das eleições em 2006 na República Democrática do Congo.
Operação Serval no Mali, 2013-	Operação liderada pela França que atua no norte do Mali para expulsar células terroristas e militantes islâmicos do norte do Estado.
Operação Sangaris na República Centro-Africana, 2013-	Operação liderada pela França de modo a apoiar os esforços de construção e reconstrução da República Centro-Africana. A Operação tem como objetivo facilitar os esforços da Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana

	(MISCA).
--	----------

Retirado de: Bellamy & Williams, 2015, p.32-36; Diehl, 2008, p.171-178; Lowe, 2008c, p.674-677.

**ANEXO F – EXTRATO DAS OPERAÇÕES DE PAZ CONDUZIDAS FORA DOS AUSPÍCIOS DAS NAÇÕES UNIDAS NO PÓS GUERRA FRIA 1992-2017**

<b>Nome da Operação</b>	<b>Conteúdo da Operação</b>
Força Conjunta da Moldávia/Conjunto Controle de Comissão da Força de Manutenção da Paz, 1992-	Força de Paz composta por Moldávia, Transdniestria e Rússia que atua na fronteira entre a Ucrânia e a Moldávia para evitar a ruptura da paz na região.
Força Conjunta de Manutenção da Paz na Ossétia do Sul, 1992-	Força de Paz composta por Geórgia, Rússia e Ossétia para facilitar o processo de paz na região da Ossétia.
Missão da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa na Moldávia, 1993	A Missão tem como principal objetivo a facilitação do processo de independência política da Transdniestria e da Moldávia.
Missão de Observação da Organização da União Africana no Burundi, 1993-1996	A Missão tinha como objetivo atuar como observadora no conflito.
Operação de Manutenção da Paz da Comunidade dos Estados Independentes liderados pela Rússia e Abkhazia na Geórgia, 1993-1994	A Missão tem como objetivo a manutenção da paz na Geórgia.
Força Coletiva de Manutenção da Paz no Tadjiquistão, 1993-2000	A Missão tem como objetivo a manutenção da paz no Tadjiquistão.
Força de Manutenção de Paz Coletiva da Comunidade dos Estados Independentes/Força de Manutenção de Paz Coletiva na Geórgia (Abkhazia), 1994-	A Missão tem como objetivo a manutenção da paz na Geórgia.
Missão da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa na Geórgia, 1994	A Missão tinha como objetivo ajudar as autoridades de governo da Geórgia na resolução do conflito, democratização, direitos humanos e estabelecimento do estado de direito.
Comissão Ministerial Conjunta no Iêmen, 1994	A Comissão Ministerial Conjunta no Iêmen teve como objetivo facilitar o processo de construção da paz durante a Guerra Civil.
Força de Manutenção da Paz Regional do Pacífico Sul na Papua Nova Guiné/Bougainvillia, 1994	A Missão tem como objetivo a manutenção da paz na região separatista de Bougainvillia.
Grupo de Assistência à Manutenção da Paz da Comunidade das Nações na África do Sul, 1994	A Missão tinha como objetivo atuar na reforma do setor de segurança.
Missão da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa na Bósnia, 1995-	A Missão tem como objetivo promover a estabilidade e a reconciliação nacional, atuando na prática de boa governança, direitos humanos e estado de direito.
Força Rápida de Reação na Bósnia Herzegovina,	A Missão, liderada pela Organização do Tratado

1995	Atlântico Norte (OTAN) teve como objetivo neutralizar o exército Bósnio-Sérvio, que acabara de atacar algumas zonas de segurança estabelecidas pelas Nações Unidas.
Força de Implementação da Organização do Tratado do Atlântico Norte na Bósnia Herzegovina (IFOR), 1995-1996	Estabelecida após os Acordos de Paz de Dayton para encerrar as hostilidades, separar forças, prover um ambiente seguro e dar o suporte para os civis.
Missão de Observadores Militares no Equador – Peru, 1995-1999	A Missão tinha como objetivo atuar como observadora no conflito e facilitar o processo de demarcação das fronteiras entre os dois Estados.
Missão da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa na Croácia, 1996	A Missão tinha como objetivo prover assistência técnica ao governo, promover os direitos humanos e estabelecer o estado de direito.
Força de Estabilização liderada pela Organização do Tratado Atlântico Norte na Bósnia Herzegovina (SFOR), 1996-2004	Sucedeu a Força de Implementação da Organização do Tratado do Atlântico Norte na Bósnia Herzegovina (IFOR). A nova Força tinha como objetivo prover um ambiente seguro e dar o suporte necessário para o Tribunal Criminal Internacional para a Antiga Iugoslávia (ICTY) e o escritório do Alto Representante das Nações Unidas para a Bósnia Herzegovina.
Missão Interafricana para Monitorar a Implementação dos Acordos de Bangui na República Centro Africana (MISAB), 1997-1998	A Missão tinha como objetivo restaurar a paz e segurança, desarmando antigos rebeldes e milícias.
Grupo de Monitoramento de Trégua na Papua Nova Guiné/Bougainvillia, 1997-1998	A Missão tinha como objetivo monitorar o acordo de paz.
Missão de Observação da Organização da União Africana em Comoros, 1997-1998	A Missão tinha como objetivo atuar como observadora no conflito.
Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental em Serra Leoa, 1997-2000	A Missão tinha como objetivo a imposição da paz.
Força Tarefa de Desenvolvimento Policia da Comunidade de Nações em Serra Leoa, 1998	A Missão tinha como objetivo oferecer treinamento policial.
Grupo de Monitoramento da Paz na Papua Nova Guiné/Bougainvillia, 1998-2003	A Missão tinha como objetivo monitorar o acordo de paz.
Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental em Guiné-Bissau, 1998-1999	A Missão tinha como objetivo a imposição e construção da paz.
Operação Boleas da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral no Lesoto, 1998-1999	A Missão tinha como objetivo a imposição da paz.
Operação Legitimando a Democracia da Comunidade de Desenvolvimento da África	A Missão tinha como objetivo a imposição da paz.

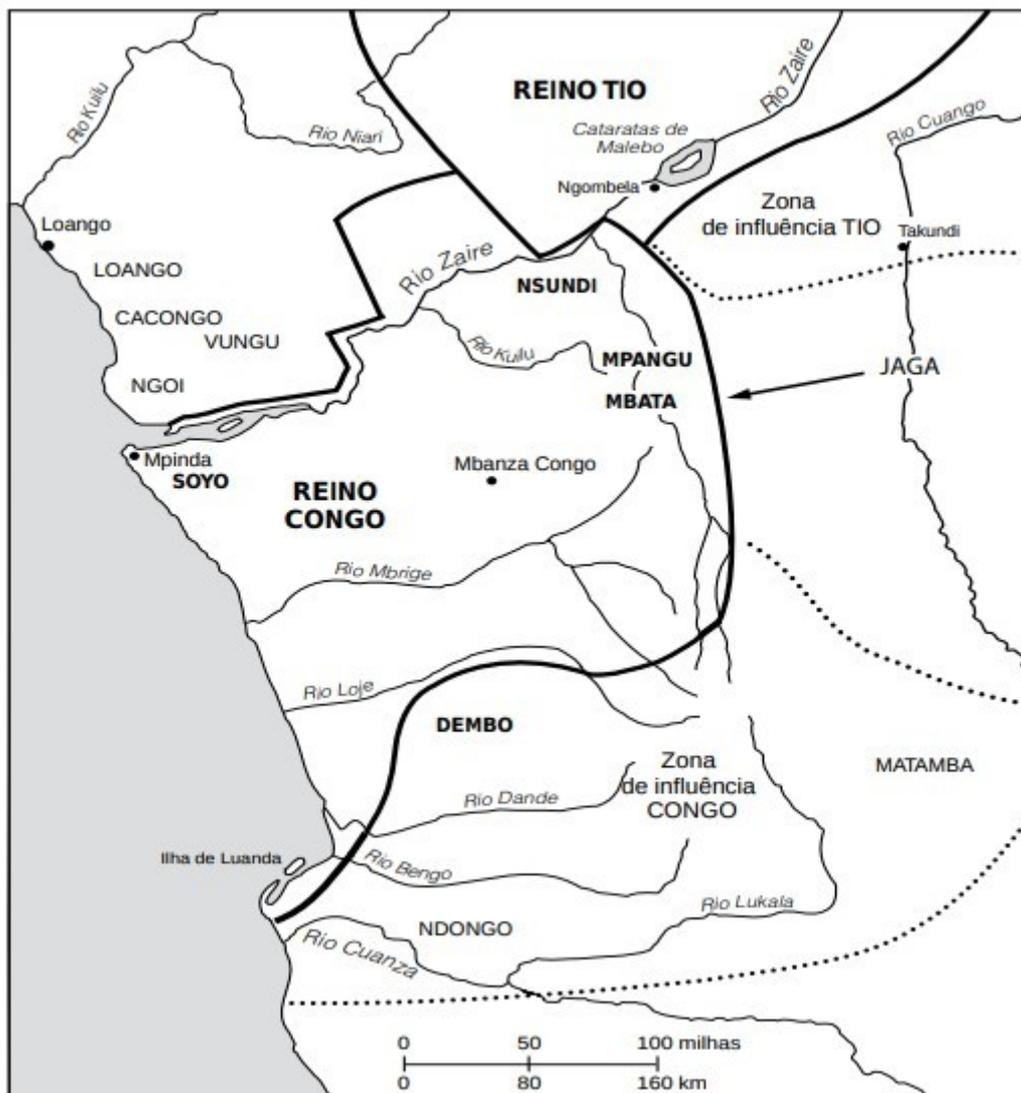
Austral na República Democrática do Congo, 1998-2002	
Força da Organização do Tratado do Atlântico Norte na Albânia, 1999	A Missão tinha como objetivo entregar ajuda humanitária para os refugiados Kosovares na Albânia durante a guerra do Kosovo em 1999.
Missão de Observação da Organização da União Africana na República Democrática do Congo, 1999-2000	A Missão tinha como objetivo atuar como observadora no conflito.
Equipe Internacional de Monitoramento da Paz nas Ilhas Salomão, 2000	A Missão tinha como objetivo supervisionar o processo de desmobilização dos grupos armados e a organização de eleições após a assinatura dos Acordos de Townsville.
Grupo de Assistência Policial Multinacional da Comunidade de Nações nas Ilhas Salomão, 2000	A Missão tinha como objetivo monitorar o processo de desmobilização de grupos armados que inviabilizavam o processo de construção da paz.
Missão de Ligação da Organização da União Africana na Etiópia e Eritreia/Missão de Ligação da União Africana na Etiópia e Eritreia, 2000-2008	A Missão tinha como objetivo atuar como observadora no conflito.
Comissão Militar Conjunta e Unidade de Monitoramento Internacional no Sudão, 2000-2005	A Missão tinha como objetivo monitorar o cessar-fogo.
Missão de Observação da Organização da União Africana em Comoros, 2001-2002	A Missão tinha como objetivo atuar como observadora no conflito.
Missão da Comunidade dos Estados do Saara na República Centro-africana, 2001-2002	A Missão tinha como objetivo construir a paz.
Destacamento de Suporte e Proteção Sul-africano no Burundi, 2001-2009	A Missão tinha como objetivo a manutenção da paz.
Força Multinacional na África Central da Comunidade Econômica dos Estados da África Central, 2002-2008	A Missão tinha como objetivo construir a paz.
Missão de Observação da Organização da União Africana em Comoros, 2002	A Missão tinha como objetivo atuar como observadora no conflito.
Missão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental na Costa do Marfim, 2002-2004	A Missão tinha como objetivo a manutenção da paz.
Força de Assistência a Segurança Internacional no Afeganistão (ISAF), 2002-2014	A Força, liderada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte, tinha como objetivo assistir a Autoridade de Transição Afegã e, posteriormente, o governo afegão a manter a segurança em suas áreas de responsabilidade.
Operação Licorne/Missão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental na	A Operação que contou com a presença de tropas francesas e da Comunidade Econômica

Costa do Marfim (MICECI), 2003-2004	dos Estados da África Ocidental garantiram a segurança e liberdade de movimento de seu pessoal, além de assegurar a proteção de civis em suas zonas de operação. Foi substituída posteriormente pela Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI).
Operação Concórdia da União Europeia na Macedônia, 2003	A Missão tinha como objetivo monitorar a aderência das partes no conflito ao Acordo de Ohrid.
Operação Artemis na República Democrática do Congo/Força Interina Multinacional de Emergência, 2003	A Missão tinha como objetivo a imposição da paz e a proteção de civis.
Missão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental na Libéria, 2003-2004	A Missão tinha como objetivo construir a paz.
Time de Monitoramento e Verificação da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento no Sudão, 2003-2005	A Missão tinha como objetivo atuar como observadora no conflito.
Missão de Assistência Regional para as Ilhas Salomão, 2003-	A Missão tinha como objetivo estabelecer a lei e ordem no território; desarmar gangues e milícias; e atuar na reconstrução das instituições do Estado.
Missão Africana no Burundi, 2003-2004	A Missão tinha como objetivo construir a paz.
Time de Monitoramento Internacional nas Filipinas, 2004-2005	A Missão tem como objetivo
Missão da União Africana no Sudão, 2004-2007	A Missão tinha como objetivo a manutenção da paz e a proteção de civis.
Missão de Observação Militar da União Africana em Comoros, 2004	A Missão tinha como objetivo atuar como observadora no conflito.
Missão da União Europeia para Provisão de Aconselhamento e Assistência a Reforma do Setor de Segurança na República Democrática do Congo, 2005-2007	A Missão tinha como objetivo oferecer treinamento policial.
Suporte da União Europeia à Missão da União Africana no Sudão, 2005-2008	A Missão tinha como objetivo oferecer suporte técnico à Missão da União Africana no Sudão (AMIS).
Missão da União Europeia para Aconselhamento e Assistência à Reforma do Setor de Segurança na República Democrática do Congo, 2005-2009	A Missão tinha como objetivo atuar na reforma do setor de segurança.
Força Tarefa Especial da União Africana para o Burundi, 2006-2009	A Missão tinha como objetivo proteger as lideranças do Estado.
Missão da União Africana para o Suporte às Eleições em Comoros, 2006	A Missão tinha como objetivo monitorar as eleições.
Força da União Europeia na República Centro-Africana, 2006	A Missão tinha como objetivo impor a paz.

Missão da União Africana na Somália, 2007-	A Missão tinha como objetivo dar o suporte ao regime.
Missão de Assistência da União Africana para Eleição e Segurança em Comoros, 2007-2008	A Missão tinha como objetivo dar suporte eleitoral.
Missão da Polícia da União Europeia na República Democrática do Congo, 2007-2009	A Missão tinha como objetivo contribuir para a reforma do setor de segurança.
Operação Democracia da União Africana em Comoros, 2008	A Missão tinha como objetivo impor a paz.
Força da União Europeia no Chade e na República Centro-Africana, 2008-2009	A Missão tinha como objetivo proteger civis.
Reforma do Setor de Segurança da União Europeia em Guiné-Bissau, 2008-2010	A Missão tinha como objetivo contribuir para a reforma do setor de segurança.
Missão de Consolidação da Paz na República Centro Africana, 2008-2013	A Missão tinha como objetivo atuar na construção da paz.
Missão da União Europeia de Treinamento na Somália e Uganda, 2010-	A Missão tinha como objetivo prestar assistência técnica aos governos dos Estados em questão.
Missão Angolana Técnica Militar e de Segurança em Guiné Bissau, 2011-2012	A Missão tinha como objetivo contribuir para a reforma do setor de segurança.
Missão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental em Guiné-Bissau, 2012	A Missão tinha como objetivo restaurar a segurança e facilitar o processo de construção da paz.
Missão Internacional Africana de Apoio ao Mali da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, 2012-2013	A Missão tem como objetivo facilitar o processo de reconstrução do Estado.
Missão de Treinamento da União Europeia no Mali, 2013-	A Missão tinha como objetivo prestar assistência técnica ao governo no processo de reconstrução do Estado.
Missão da União Africana na República Centro-Africana, 2013-	A Missão tem como objetivo atuar na construção da paz e manutenção da segurança.

Retirado de: Bellamy & Williams, 2015, p.33-36; Williams, 2011, p.151, 186, 192; Diehl, 2008, p.171-176.

## ANEXO G – O REINO DO CONGO E SEUS VIZINHOS NO SÉCULO XVI



Retirado de: Vansina, 2010, p.654.

## ANEXO H – LISTA DE ATORES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NA EXTRAÇÃO DE RECURSOS MINEIRAS DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO DE ACORDO COM O GRUPO DE EXPERTS

S/2003/1627

### Annex I

#### Resolution overview

Category I	Resolved — no further action required
Category II	Resolved cases subject to NCP monitoring compliance
Category III	Unresolved cases referred to NCP for updating or investigation
Category IV	Pending cases with Governments for individuals and companies
Category V	Parties that did not react to the Panel's report

CATEGORY I - RESOLVED - NO FURTHER ACTION REQUIRED					
No.	Name	Country	Annex	Annex No.	Remarks
1	Pacific Ores Metals and Chemicals Ltd	China Hong Kong	III	66	
2	Ningxia Non-Ferrous Metals Smelter	China	III	62	
3	A & M Minerals and Metals Plc	UK	III	6	
4	Afrimex	UK	III	2	
5	Amalgamated Metal Corporation Plc	UK	III	8	
6	Anglo American Plc	UK	III	10	
7	Barclays Bank	UK	III	18	
8	A Knight International	UK	III	5	
9	Lundin Group	UK Bermuda	III	54	
10	Standard Chartered Bank	UK	III	74	
11	Alex Stewart (Assayers) Ltd	UK	III	7	
12	Eagle Wings Resources Intl	USA	III	31	
	Eagle Wings Resources Intl	Rwanda	I	9	
	Smerciak Ronald S Intntech International Inc	USA USA	II III	52 81	
13	Cabot Corporation	USA	III	22	
14	Kemet Electronics Corporation	USA	III	49	
15	Vishay Sprague	Israel / USA	III	84	
16	Flashes of Color	USA	III	39	
17	Anthony Marinus	Belgium	II	44	
18	Ahmad Hassan	Belgium	II	5	

S/2003/1027

No.	Name	Country	Annex	Annex No.	Remarks
19	Banque Belgoise Fortis	Belgium	III	21 40	
20	Diagem BVBA	Belgium	III	30	
21	Jewel Impex Bvba	Belgium	III	47	
22	Komal Gems NV	Belgium	III	53	
23	Nami Gems	Belgium	III	61	
24	Triple A Diamonds	Belgium	III	27	
	Triple A Diamonds		III	82	
	Ahmad Ahmad Ali		II	2	
	Ahmad Moussa Ahmad		II	6	
25	Umicore Sogem	Belgium	III	83 72	
26	Trademet SA	Belgium	III	79	
27	American Mineral Fields AMFI	Canada	III	9	
28	Banro Corporation	Canada	III	17	
29	First Quantum Minerals	Canada	III	38	
30	Harambee Mining Corporation	Canada	III	42	
31	Kinross Gold Corporation	Canada	III	51	
32	Melkior Resources	Canada	III	57	
33	Tenke Mining Corporation	Canada	III	76	
34	Frederic Kibassa Matiba	DRC	II	27	
35	OM Group	Finland USA	III	63	
36	Bayer A.G.	Germany	III	19	
	H C Starck GmbH & Co KG			43	
37	Ashanti	Ghana	III	15	
38	Shmuel Schnitzer (M.Schnitzer & Co)	Israel	2001/1 072	p. 69	
39	Malaysia Smelting Corporation	Malaysia	III	55	
40	Rwanda Allied Partners	Rwanda	I	19	
	Manase Simba	DRC	II	30	
	Omari Hadji	Rwanda	II	42	
	Rwigema Alfred	Rwanda	II	49	

S/2003/1027

No.	Name	Country	Annex	Annex No.	Remarks
41	Niko Shefer	Israel/ South Africa	II	51	
	Tandan Group	South Africa	I	23	
	Thorn tree Industries	Zimbabwe	I	24	
	Thorn tree Industries (Pvt) Ltd	Zimbabwe	III	77	
42	ISCOR / Kumba Resources Zincor / Kumba Resources	South Africa	III	46 85	
43	Anglovaal Mining Ltd	South Africa	III	11	
44	Carson Products	South Africa	III	23	
45	Finconcord SA	Switzerland	III	36	
46	IBRYV and Associates LLC	Switzerland	III	44	
47	Dauramanzi Charles	Zimbabwe	II	13	
48	Billy Rautenbach (Ridgepointe Overseas Developments Ltd.)	Zimbabwe	body	32	

S/2003/1027

<b>CATEGORY II - RESOLVED CASES SUBJECT TO NCP MONITORING COMPLIANCE</b>					
No.	Name	Country	Annex	Annex No.	Remarks
1	Kababankola Mining Company	Zimbabwe	III	48	UK NCP
	Tremalt Ltd	UK BVI	I	25	
	Tremalt Ltd	UK BVI	III	80	
	Bredenkamp John	UK/ Zimbabwe	II	11	
2	Enterprise General Malta Forrest	Belgium	I	10	Belgium NCP
	Enterprise General Malta Forrest	DRC	III	34	
	Forrest George	Belgium	II	15	
	Groupe George Forrest	Belgium	I	14	
	George Forrest	DRC	III	41	
	International Afrique				

S/2003/1027

<b>CATEGORY III - UNRESOLVED CASES REFERRED TO NCP FOR UPDATING OR INVESTIGATION</b>					
No.	Name	Country	Annex	Annex No.	Remarks
1	Avient Air	UK Zimbabwe	III	16	UK NCP
2	Das Air	UK	III	28	UK NCP
3	De Beers	UK	III	29	UK NCP
4	Oryx Natural Resources	UK / Grand Cayman/ Oman	I	18	UK NCP
	Thamer Al-Shanfari	Oman	II	9	
	Arctic Investment Ltd		III	12	
5	Ahmad Diamond Corp	Belgium	I	1	Belgium NCP
	Ahmad Diamond Corp		III	3	
	Imad Ahmad		II	3	
6	Asa Diam	Belgium	I	2	Belgium NCP
	Asa Diam		III	13	
	Asa International		III	14	
	Ali Said Ahmad		II	1	
7	Cogecom	Belgium	III	25	Belgium NCP
8	BBL	Belgium	III	20	Belgium NCP
9	Said Ali Ahmad	Belgium	II	4	Belgium NCP
	Nazem Ahmad		II	7	
	Sierra Gem Diamonds		I	22	
	Sierra Gem Diamonds		III	70	
10	Specialty Metals Company SA	Belgium	III	73	Belgium NCP
11	KHA International AG	Germany	III	50	Germany NCP
	Masingiro GmbH			56	

S/2003/1027

<b>CATEGORY IV – PENDING CASES WITH GOVERNMENTS FOR INDIVIDUALS AND COMPANIES</b>					
No.	Name	Country	Annex	Annex No.	Remarks
1	International Panama Resources Corp	Canada	III	45	No complaint. Enquiry by GoC
2	Felicien Ruchacha	DRC	II	47	Case referred to GoDRC
	Bikumu	DRC	I	6	
	Congo Holding Development Co	DRC	II	28	
	Kitembo Gertrude Track Star Trading 151 (Pty) Ltd	South Africa	III	78	
3	T a Conmet	DRC	I	7	Case referred to GoDRC
	Piskunov Anatol	DRC	II	45	
	Piskunova Valentina	Uganda	II	46	
4	Kongolo Mwenze	DRC	II	29	Case referred to GoDRC
	Mwenze Kongolo			38	
5	Kalume Numbe Denis Numbi Kalume	DRC	II	21 39	Case referred to GoDRC
6	Katumba Mwanke Augustin	DRC	II	23	Case referred to GoDRC
7	Kazadi Nyembwe Didier	DRC	II	24	Case referred to GoDRC
8	Mavapanga Mwana Nanga	DRC	II	31	Case referred to GoDRC
9	Okoto Lolakombe Jean-Luartes	DRC	II	41	Case referred to GoDRC
10	Kabasele Tshineu Frederic	DRC	II	20	Dossier prepared. Pending GoDRC decision.
11	Yumba Monga	DRC	II	53	Dossier prepared. Pending GoDRC decision.
12	SLC Germany GmbH	Germany	III	71	No complaint. Enquiry by GoG
13	Nac Kazatomprom	Kazakhstan	III	60	Case referred to Kazakh Permanent Mission to I/N
14	A H Pong & Sons	South Africa	III	4	No complaint. Enquiry by GoRSA
15	African Trading Corporation	South Africa	III	1	No complaint. Enquiry by GoRSA
16	Mercantille CC	South Africa	III	58	No complaint. Enquiry by GoRSA

S/2003/1027

No.	Name	Country	Annex	Annex No.	Remarks
17	Orion Mining Inc	South Africa	III	65	No complaint. Enquiry by GoRSA
18	Swanepoel	South Africa	III	75	No complaint. Enquiry by GoRSA
19	Saracen Uganda Ltd	South Africa	III	68	Closed - cases investigated by Porter Commission
	Heckie Horn	South Africa	II	17	
	Saracen Uganda Ltd	Uganda	I	21	
20	Major Gen. James Kazini	Uganda	II	25	Closed - case investigated by Porter Commission
21	Lt. Gen. Coleb Akandwanaho a.k.a. Salim Saleh	Uganda	II	50	Closed - case investigated by Porter Commission
22	Col. Burundi Nyamunyanisa	Uganda	II	12	Closed - case investigated by Porter Commission
23	Col. Peter Kerim	Uganda	II	22	Closed - case investigated by Porter Commission
24	Jovial Akandwanaho (wife of Salim Saleh)	Uganda	body	107	Closed - case investigated by Porter Commission
25	Euromet	UK	III	35	No complaint. Enquiry by GoUK
26	Mineraal Afrika Limited	UK	III	59	No complaint. Enquiry by GoUK
27	Emmerson D. Mnangagwa	Zimbabwe	II	33	Case referred to GoZ
28	Gen. Vitalis M. G. Zvinavashe	Zimbabwe	II	54	Case referred to GoZ
29	Brig. Gen. Sibustso Moyo	Zimbabwe	II	35	Case referred to GoZ

S/2003/1027

CATEGORY V – PARTIES THAT DID NOT REACT TO THE PANEL'S REPORT					
No.	Name	Country	Annex	Annex No.	Remarks
1	SDV Transintra	France/ Uganda	III	69	
2	C. Steinweg NV	Belgium	III	26	
3	Echogem	Belgium	III	32	
4	Egimex	Belgium	III	33	
5	K & N	Belgium	III	52	
6	Bukavu Aviation	DRC	I	3	
	Transport	DRC	I	4	
	Business Air Service	DRC/	II	48	
	Ruprah Sanjivan	Belgium	I	16	
	Okapi Air - Okesca Air Bout Victor	Uganda	II	10	
7	Minerals Business Company	DRC	I	15	
8	Exaco	DRC	I	11	
9	Muamba Nozi Richard	DRC	II	36	
10	Trinity Investment Group	DRC/ Uganda	I	26	
11	Victoria Group	DRC/ Uganda	I	29	
12	Gatete Edward	Rwanda	II	16	
13	Great Lakes General Trade	Rwanda	I	12	
14	Great Lakes Metals	Rwanda	I	13	
15	Rwanda Metals	Rwanda	I	20	
16	Kabanda Emmanuel	Rwanda	II	18	
17	Kabarebe James	Rwanda	II	19	
18	Munyuzi Dan	Rwanda	II	37	
19	Nziza Jack	Rwanda	II	40	
20	Tristar	Rwanda	I	28	
21	Huber Chris	Switzerland/ South Africa	n/a	n/a	
	Finmining	St Kitts	III	37	
	Raremet Ltd	St Kitts	III	67	
22	Engola Sam	Uganda	II	14	
23	Mayombo Nobel	Uganda	II	32	
24	Otafire Kahinda	Uganda	II	43	
25	Hambros Bank	UK	body	53	
26	COMIEX-Congo	DRC	I	5	

S/2003/1027

No.	Name	Country	Annex	Annex No.	Remarks
27	COSLEG	DRC/ Zimbabwe	I	8	
28	OSLEG	Zimbabwe	I III	17 64	
29	Moyo Mike	Zimbabwe	II	34	
30	Chemie Pharmacie Holland	Netherlands	III	24	
31	Dara Forest	Thailand	III	27	
32	Akhumanza		II	8	
33	Khanafer Nahim		II	26	

## **ANEXO I – RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NA RECONSTRUÇÃO DO ESTADO CONGOLÊS NA ÁREA HUMANITÁRIA, DESENVOLVIMENTISTA E DE SEGURANÇA ENTRE 1999-2011**

ABC - Aktion Brücke in den Congo

ACF - Africa Conservation Fund

ACF-USA - Action Contre la Faim USA

ACH - Accion Contra el Hambre

ACP - Action contre la pauvreté

ACTED - Agence d'Aide à la Coopération Technique Et au Développement

Action Aid - Action Aid International

ADB - African Development Bank

ADE - Action D'Espoir Matumaini

ADRA - Adventist Development and Relief Agency

ADSSE - Association pour le développement social et la sauvegarde de l'environnement

AFEDEM - Appui aux Femmes Démunies et Enfants Marginalisés au Kivu

AGEA - Agenzia per le Erogazioni in Agricoltura

Agility - Agility Logistics

AHA - African Humanitarian Association

AIBEF - Association Ivoirienne pour le Bien-Etre Familial

ALDI - Association Locale pour le Développement Intégrale

ALSEP - Action de lutte contre la pollution des sources et des puits

AMI - Aide médicale internationale

APEC - Action pour la promotion de l'entreprenariat

APEDE - Amis des personnes en détresse

APPRONA - Appui aux Projets pour la Protection de la Nature Arché de l'Aliance

ASF - Aviation Sans Frontières

ASF - Association pour la Santé Familiale

ASI - Actions de Solidarité Internationale

ASRAMES - Association Régionale D'Approvisionnement en Médicaments Essentiels

ATGL - Antenna Technology Grands Lacs

AVSI - Associazione Volontari per il Servizio Internazionale

BDD - Bureau Diocésain de Développement

BDOM - Bureau Diocésain des oeuvres médicales

BEPROD - Bureau d'études, d'élaboration et d'exécution des programmes et des projets de développement

CA - Christian Aid

CAFOD - Catholic Agency for Overseas Development

CAMPS/CELPA

CARE - Care International

CARITAS - Caritas International

CDI - Centre de développement intégral

CDJP - Commission diocésaine justice et paix

CE - CONCERN Worldwide

CEDI - Commission d'encadrement pour le développement intégré

CEPROSAN - Centre de promotion socio sanitaire

CESVI - Cooperazione e sviluppo

CFGB - Canadian Foodgrains Bank

CHF - Common Humanitarian Fund

CIDA - Canadian International Development Agency

CISP - Comitato Internazionale per lo Sviluppo dei Popoli

CONADER - Commission Nationale de la Demobilization et Reinsertion

COOPI - Cooperazione Internazionale

CORDAID - Catholic Organisation for Relief and Development AID

CRAFOD - Centre régional d'appui à la formation et au développement

CRN - Congo Research Network

CRS - Catholic Relief Services

CVT - Centre for Victims of Torture

DAC Aviation International

Danchurchaid

DFID-UK – United Kingdom Department for International Development

Diakonia

Diakonie Emergency Aid

DIOBASS - Démarche pour une Interaction entre Organisation de Base et Autres Sources des Savoir

DNPY - De Norske Pinsemenigheters Ytremisjon

DP - Development and Peace

DRC - Danish Refugee Council

DWHH - Deutsche Welthungerhilfe  
ECHO - European Commission Humanitarian Aid Office  
ECC/MERU - Ministère de l'Eglise du Christ au Congo pour les réfugiés et les urgences  
EIA - Energy Information Administration  
Equilibre  
ETMA - Enfance Tiers Monde asbl  
EU - European Union  
EUPOL - European Union Police Mission  
EUSEC - European Union Security Sector reform mission in the Democratic Republic  
FAO - Food and Agriculture Organization  
FARDC - Forces armées de la République démocratique du Congo  
FFP - Friends for Peace  
FH - Food for the Hungry  
FHI - Family Health International  
FHI - Food for the Hungry International  
Finnchurcaid  
Fondation Hironnelle  
Franziskaner  
GAA - German Agro Action  
GEAD - Group d'Etudes et d'Actions Pour un Développement Bien Défini  
GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit  
GLC - Green League Congo  
GOAL  
GRET - Groupe de recherche et d'échanges technologiques  
Groupe La Colombe  
GTZ - Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit  
Heal Africa  
HelpAge International  
HI - Handicap International / Atlas Logistique  
HIA - Hope in Action  
ICAO - International Civil Aviation Organization  
ICC - International Criminal Court  
ICCO - Interchurch Organization for Development Cooperation  
ICRC - International Committee of the Red Cross

IEDA Relief  
IFES - International Foundation Electoral Systems  
IFESH - International Foundation for Education and Self-Help  
IFRC - International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies  
ILO - International Labour Organization  
IMA - IMA World Health  
IMC - International Medical Corps  
IMF - International Monetary Fund  
InterAction  
INTERSOS - Organizzazione Umanitaria per L'emergenza  
IOM - International Organization for Migration  
IRC - International Rescue Committee  
ISJ - Inspection des Services Judiciaires  
JIA - Johanniter International Assistance  
JICA - Japan International Cooperation Agency  
JOIN  
JRS - Jesuit Refugee Service  
KAS - Konrad-Adenauer-Stiftung  
Kvekerhjelp  
LPI - Life and Peace Institute  
Louvain-Developpement  
LUG - Leger Uten Grenser  
LWF - Lutheran World Federation  
MAAMS - Multi Actions d'Assistance aux Marginalisés et aux Sinistrés  
MAG - Mines Advisory Group  
MDA - Médecins d'Afrique  
MDM - Médecins Du Monde  
MDM - Missionnaires du Divin Maître  
MEDAIR - MEDAIR International Humanitarian Aid Organisation  
MEMISA - Medische Missie Samenwerking  
MC - Mercy Corps  
MERLIN - Medical Emergency Relief International  
MF e.V. - Missionszentrale der Franziskaner e.V  
MI - Malteser International

MSB - Swedish Civil Contingencies Agency  
MSD-DK - MSD Danmark  
MSF - Médecins Sans Frontières  
NCA - Norwegian Church Aid  
NDI - The National Democratic Institute for International Affairs  
NOVIB - Organisation néerlandaise d'aide internationale  
NRC - Norwegian Refugee Council  
OCHA - United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs  
OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development  
OHCHR - Office of the High Commissioner for Human Rights  
OXFAM - Oxfam International  
PIN - People In Need  
PMU Interlife  
PNC - Police Nationale Congolaise  
PPLD - Pro-poor Livestock Development  
PPSSP - Programme de Promotion des Soins de Santé Primaire  
Prima Synergie  
ProPac, Inc.  
PSI - Population Services International  
PU - Première Urgence  
Right to Play  
SADRI - Service d'Appui au Développement Régional Intégré  
SAI - Salvation Army International  
SPI - Samaritan's Purse International  
SC - Secours Catholique  
SDC/SHA - Swiss Agency for Development and Cooperation/Swiss Humanitarian Aid Unit  
SECADEV - Secours Catholique et Développement  
SIDA - Swedish International Development Cooperation Agency  
Solidarité - Aide Humanitaire d'Urgence  
SRSA - The Swedish Rescue Services Agency and Mine Action  
Stichting Vluchteling  
Tearfund  
TG - TG Foundation

UiO - University of Oslo  
UMCOR - United Methodist Committee on Relief  
UNAASVC - United Nations Against Sexual Violence in Conflict  
UNAIDS - Joint United Nations Programme on HIV/AIDS  
UNAS - United Nations Associations  
UNDP - United Nations Development Programme  
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization  
UNFPA - United Nations Population Fund  
UN-HABITAT - United Nations Human Settlements Programme  
UNHAS - United Nations Humanitarian Air Service  
UNHCHR - United Nations High Commissioner for Human Rights  
UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees  
UNICEF - United Nations Children's Fund  
UNIFEM - United Nations Development Fund for Women  
UniverSud-Liège  
UNMACC - United Nations Mine Action Coordination Centre  
UNMAS - United Nations Mine Action Service  
UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime  
UNOPS - United Nations Office for Project Services  
UNPOL - United Nations Police  
UNV - United Nations Volunteers  
USAID - United States Agency for International Development  
WBG - World Bank Group  
WC - War Child  
WFP - United Nations World Food Programme  
WHO - World Health Organization  
WR - World Relief  
WVI - World Vision International  
WWI - Women for Women International